



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
DOUTORADO EM CIÊNCIA POLÍTICA

DOUTORANDO: JOSÉ AUGUSTO ABREU DE MOURA

A ESTRATÉGIA NAVAL BRASILEIRA
NO PÓS-GUERRA FRIA

Uma Análise Comparativa com Foco em Submarinos

NITERÓI

2012

JOSÉ AUGUSTO ABREU DE MOURA

A ESTRATÉGIA NAVAL BRASILEIRA
NO PÓS-GUERRA FRIA

Uma Análise Comparativa com Foco em Submarinos

Tese de Doutorado em Ciência Política, Área
de Estudos Estratégicos, da Universidade
Federal Fluminense (UFF).

ORIENTADOR: Prof. Dr. VAGNER CAMILO ALVES

Volume 1

NITERÓI
2012

Moura, José Augusto A. de

M929 A estratégia naval brasileira no pós-guerra fria- uma análise comparativa com foco em submarinos. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2012.

XX p. : il.

Inclui bibliografia e anexos.

Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal Fluminense – UFF, Instituto Estudos Estratégicos, 2012.

1. Poder Naval 2. Estratégia Brasileira 3. Guerra de Litoral 4. Aplicações de Submarinos I. Alves, Vagner Camilo (orient.) II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Estudos Estratégicos III. Título

CDD 22.ed. – 359.93081



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

ATA DE DEFESA DE TESE



Aos vinte e quatro dias do mês de julho de dois mil e doze, ~~as~~ quatorze horas, em sala do Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense, reuniu-se a Comissão Examinadora designada para arguir a Tese de Doutorado em Ciência Política de **JOSÉ AUGUSTO ABREU DE MOURA**, sob o título "**A Estratégia Naval Brasileira no Pós-Guerra Fria - Uma Análise Comparativa com Foco em Submarinos**", sendo a referida Comissão constituída pelos(as) Professores(as) Doutores(as) titulares Vagner Camilo Alves (Orientador/UFF), Thomas Ferdinand Heye (co-Orientador/UFF), Waldimir Pirró e Longo (UFF), Adriano de Freixo (UFF), João Roberto Martins Filho (UFSCAR) e Cláudio Silveira (UERJ) e os suplentes Eurico de Lima Figueiredo (UFF) e Sabrina Evangelista Medeiros (UFRJ). A banca examinadora, em sessão secreta, deliberou pela APROVAÇÃO do candidato com a seguinte nota: 10,0 (10,0).

Niterói, 24 de julho de 2012.

Prof. Dr. Vagner Camilo Alves (Orientador/UFF)
CPF: 024.694.012-26

Prof. Dr. Thomas Ferdinand Heye (co-Orientador/UFF)
CPF: 985.829.467-44

Prof. Dr. Waldimir Pirró e Longo (UFF)
CPF: 149.659.927-68

Prof. Dr. Adriano de Freixo (UFF)
CPF: 014.062.677-83

Prof. Dr. João Roberto Martins Filho (UFSCAR)
CPF: 0777.575.568-72

Prof. Dr. Cláudio Silveira (UERJ)
CPF: 666.911.877-53

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Dr. Vagner Camilo Alves, orientador, pela correção, competência e bom senso com que cumpriu sua tarefa, auxiliando-me no desenvolvimento desta tese.

À direção da Escola de Guerra Naval, em especial ao Contra-Almirante (RM1) Reginaldo Gomes Garcia dos Reis, pelo afastamento da maior parte do serviço proporcionado, fundamental para a realização deste trabalho.

Ao Professor Dr. Eurico Figueiredo, pela hábil coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal Fluminense, no tocante ao convênio com a Escola de Guerra Naval.

Aos Professores do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal Fluminense, pelo crescimento intelectual proporcionado e, em especial ao Professor Dr. Adriano de Freixo, cujas noções ministradas em aula contribuíram diretamente para a elaboração desta tese.

Para os Estados poderosos, nada é mais real e nacional do que a sua Defesa. Para os países menos aquinhoados pelo poder, nada é mais ideal e menos nacional do que a sua própria Defesa.

Eurico de Lima Figueiredo

RESUMO

As modificações na estratégia naval brasileira determinadas pela Estratégia Nacional de Defesa e documentos decorrentes, especialmente a previsão de seis submarinos nucleares de ataque e quinze submarinos convencionais, deram origem a esta tese, com o propósito de verificar se a situação resultante seria compatível com as necessidades estratégicas do País, buscando-se Estados que, tendo características político-estratégicas semelhantes, optassem por estratégia naval também semelhante, selecionando-se, para tanto os catorze países que, além do Brasil, possuem os maiores Produtos Internos Brutos. A opção de estratégia naval brasileira se caracteriza pela forte ênfase à defesa do litoral, no paradigma da Guerra de Litoral, combinada, mas com menor relevância, com o controle de áreas marítimas, dentro dos conceitos da guerra naval tradicional, tendo os submarinos nucleares de ataque importante papel nas duas componentes, e os convencionais, principalmente na primeira. Por coerência, foram selecionados na amostra, como países comparáveis ao Brasil, os Estados que não tivessem como componente da estratégia naval a vertente oposta da Guerra de Litoral – a ênfase à projeção de poder sobre litorais alheios em intervenções. A comparação de características político-estratégicas indicou forte semelhança com a Rússia, inclusive quanto ao emprego de submarinos, o que comprovou a hipótese da tese.

Palavras-chave: Estudos Estratégicos. Estratégia Nacional de Defesa. Poder Naval. Guerra de Litoral. Submarino.

Abstract

The changes in the Brazilian naval strategy determined by the National Defense Strategy and deriving documents, specially the prediction of six nuclear attack submarines and fifteen diesel ones, gave origin this thesis, with the purpose of verify if the resulting situation should be compatible with the Country's needs, looking for states which, having similar political-strategic characteristics, opt by also similar naval strategy, selecting for this the fourteen country that, besides Brazil, have the biggest Gross Domestic Products. The Brazilian option in naval strategy is featured by the strong emphasis in littoral defense, in the Littoral Warfare paradigm, combined, but with less weighting, with sea control, in the concepts of traditional naval warfare, having the nuclear attack submarines important role in both constituents, and the diesel boats, mainly in the first one. By coherence, states were select in the sample as comparable to Brazil, having not, in their naval strategy, the opposite constituent in Littoral Warfare – the emphasis in power projection over foreign littorals in interventions. The comparison of political-strategic characteristics indicated strong similarity with Russia, proving the thesis's hipotesis.

Keywords: Strategic Studies. National Strategy of Defense. Naval Power. Littoral warfare. Submarine.

SUMÁRIO

Volume 1

INTRODUÇÃO.....	20
1 O PODER NAVAL	28
1.1 As Tarefas Básicas do Poder Naval.....	28
1.1.1 Dissuasão e Coerção.....	34
1.1.2 – Estados Continentais e Marítimos	41
1.2 O Poder Naval na atualidade	43
1.2.1 A Guerra de Litoral.....	47
1.3 Apreciações	49
1.4 Conclusões do Capítulo 1	51
2 O SUBMARINO	52
2.1 Características Básicas dos Submarinos.....	52
2.2 Os Submarinos na Guerra Naval	61
2.3 Os Submarinos na Guerra de Litoral	65
2.4 O custo dos submarinos.....	68
2.4.1 Variações de custo	69
2.5 Apreciações	70
2.7 Conclusões do Capítulo 2	72
3 A DEFESA DO BRASIL	74
3.1 Antecedentes.....	74
3.2 As Políticas de Defesa	86
3.2.1 Apreciações sobre as Políticas de Defesa.....	95
3.3 As Estratégias de Defesa	97
3.3.1 Apreciações sobre as Estratégias de Defesa	107
3.4 Estratégias Navais.....	111
3.4.1 Apreciações sobre as Estratégias Navais.....	121
3.5 A MB e os Submarinos.....	122
3.5.1 Apreciações sobre submarinos	125
3.6 Conclusão	125
4 ANÁLISE COMPARATIVA.....	128
4.1 Dados Básicos	128
4.2 Resumos das Análises dos Estados	131
4.2.1 EUA.....	132
4.2.2 China.....	135
4.2.3 Japão	138
4.2.4 Alemanha.....	141
4.2.5 França	143
4.2.6 Reino Unido.....	145

4.2.7 Itália	148
4.2.8 Canadá	149
4.2.9 Índia	151
4.2.10 Rússia	154
4.2.11 Espanha.....	156
4.2.12 Austrália	159
4.2.13 México.....	161
4.2.14 Coreia do Sul	162
4.2.15 Conclusão Preliminar das Análises dos Estados	165
4.3 A Hipótese	165
4.4 Estabelecimento de variáveis.....	167
4.4.1 Variáveis Independentes.....	167
4.4.2 Variáveis Dependentes	170
4.5 As Relações	173
4.6 Análise diacrônica do Brasil (entre a PDN-1996 e a PDN-2005).....	178
4.6.1 Situação Inicial	178
4.6.2 Situação Final	181
4.6.3 Apreciações sobre a Análise Diacrônica	184
4.7 O Brasil comparado aos demais Estados	187
5 APROFUNDANDO A ANÁLISE	190
5.1 A coluna “a” - O Estado é potência nuclear	190
5.2 A coluna “b” - O Estado é intervencionista além-mar	192
5.3 A coluna “c” - O Estado é aliado dos EUA	194
5.4 A coluna d - O inimigo potencial é muito poderoso.....	197
5.5 A coluna “e” - O Estado é muito dependente de petróleo importado.....	203
5.6 A coluna “F” - O Estado possui áreas jurisdicionais marítimas muito importantes.....	205
5.7 A coluna “G” - O Estado possui uma grande fronteira marítima.....	207
5.8 As colunas “h” - O provável teatro de operações das forças navais é restrito, e “I” - O provável teatro de operações das forças navais é amplo.	209
5.9 As conclusões do aprofundamento	216
5.10 A Influência das Variáveis na Adoção de Submarinos	217
5.11 Apreciações sobre a Influência das Variáveis na Adoção de Submarinos	225
6 CONCLUSÃO.....	227
OBRAS CITADAS	234
OBRAS CONSULTADAS	266

Volume 2

7 APÊNDICES	273
7.1 O Custo dos Submarinos	274
7.1.1 – Os Custos dos Submarinos Nucleares	274
7.1.2 – Custo de Submarinos Convencionais	277
7.1.3 - Comparações	281
7.1.4 – Comparação Final.....	283
7.2 A Importância das Áreas de Jurisdição Marítima	284
7.2.1 Cálculo dos consumos diários em barris de óleo equivalente por dia (boe/d):	284
7.2.2 – Determinação das Reservas nas Águas jurisdicionais:.....	286
7.2.3 – Resumo dos cálculos realizados.	289
A tabela abaixo apresenta os resultados dos cálculos realizados:	286
7.2.4 - Adendo ao Apêndice 7.2	289
7.3 Análise das Políticas e Estratégias de Defesa dos EUA	292
7.3.1 As Políticas de Defesa	292
7.3.2 As Estratégias de Defesa	294
7.3.3 – As Estratégias Navais	296
7.3.4 O Atual Emprego de Submarinos pela Marinha Norte-Americana.....	299
7.3.5 Apreciações	301
7.3.6 - Conclusão	302
7.4 Análise das Políticas e estratégias de Defesa da República Popular da China (China).....	303
7.4.1 – As Políticas de Defesa	303
7.4.2 – As Estratégias de Defesa	306
7.4.3 – Estratégias Navais	310
7.4.4 – A China e os Submarinos	315
7.4.5 – Apreciações	317
7.4.6 - Conclusão.....	318
7.5 Análise das Políticas e Estratégias de Defesa do Japão.....	320
7.5.1 – Políticas de Defesa.....	321
7.5.2 – Estratégias de Defesa.....	327
7.5.3 – Estratégias Navais	329
7.5.4 – O Emprego de Submarinos pelo Japão.....	331
7.5.5 – Apreciações	334
7.5.6 – Conclusão	335
7.6 Análise das Políticas e Estratégias de Defesa da Alemanha	336
7.6.1 – As Políticas de Defesa	336
7.6.2 – As Estratégias de Defesa	341
7.6.3 – As Estratégias Navais	344
7.6.4 – A Marinha Alemã e os Submarinos.....	347
7.6.5 – Apreciações	348

7.6.6 - Conclusão	349
7.7 Análise das Políticas e Estratégias de Defesa da França	351
7.7.1 – As Políticas de Defesa.	351
7.7.2 – As Estratégias de Defesa	355
7.7.3 – Estratégias Navais	357
7.7.4 – O Atual emprego de Submarinos pela Marinha Francesa	358
7.7.5 - Apreciações	359
7.7.6 - Conclusão	360
7.8 Análise das Políticas e Estratégias de defesa do Reino Unido	361
7.8.1 As Políticas de Defesa	361
7.8.2 As Estratégias de Defesa	364
7.8.3 As Estratégias Navais	365
7.8.4 O Emprego de Submarinos pela Marinha Britânica.....	369
7.8.5 Apreciações	370
7.8.6 Conclusão	371
7.9 Análise das Políticas e Estratégias de Defesa da Itália.....	372
7.9.1 Políticas de Defesa.....	372
7.9.2 Estratégias de Defesa.....	373
7.9.3 Estratégias Navais.....	375
7.9.4 A Itália e os Submarinos.....	377
7.9.5 Apreciações	378
7.9.6 Conclusão	379
7.10 Análise das Políticas e Estratégias de Defesa do Canadá.....	380
7.10.1 – As Políticas de Defesa	380
7.10.2 – A Estratégia de Defesa “Canadá Primeiro”, de 2008	382
7.10.3 – As Estratégias Navais	383
7.10.4 – O emprego de submarinos	384
7.10.5 – Apreciações	386
7.10.6 - Conclusão	387
7.11 Análise das Políticas e Estratégias de Defesa da Índia.....	389
7.11.1 As Políticas de Defesa	390
7.11.2 As Estratégias de Defesa	395
7.11.3 As Estratégias Navais	398
7.11.4 A Índia e os Submarinos.....	404
7.11.5 Apreciações	408
7.11.6 Conclusão	409
7.12 Análise das Políticas e Estratégias de Defesa da Federação Russa.....	410
7.12.1 As Políticas de Defesa.	410
7.12.2 As Estratégias de Defesa	415
7.12.3 Estratégias Navais.....	418
7.12.4 O Emprego de Submarinos pela Marinha Russa.....	419

7.12.5 - Apreciações	422
7.12.6 - Conclusão	422
7.13 Análise das Políticas e Estratégias de Defesa da Espanha	423
7.13.1 As Políticas de Defesa	423
7.13.2 As Estratégias de Defesa	427
7.13.3 Estratégias Navais.....	430
7.13.4 O Emprego de Submarinos.....	431
7.13.5 – Apreciações	432
7.13.6 Conclusão	434
7.14 Análise das Políticas e Estratégias de Defesa da Austrália	435
7.14.1 Políticas de Defesa.....	437
7.14.2 Estratégias de Defesa.....	440
7.14.3 Estratégias Navais.....	443
7.14.4 A Austrália e os Submarinos	445
7.14.5 Apreciações	446
7.14.6 Conclusão	448
7.15 Análise das Políticas e Estratégias de Defesa do México	450
7.15.1 A Política de Defesa	450
7.15.2 As Estratégias de Defesa	450
7.15.3 – Estratégias Navais.....	451
7.15.4 – O México e os Submarinos.....	451
7.15.5 – Apreciações	451
7.15.6 - Conclusão	452
7.16 Análise das Políticas e Estratégias de Defesa da Coreia do Sul	453
7.16.1 As Políticas de Defesa	453
7.16.2 As Estratégias de Defesa	461
7.16.3 As Estratégias Navais	464
7.16.4 A Coreia do Sul e os Submarinos	465
7.16.5 Apreciações	466
7.16.6 Conclusão	470
8 ANEXOS	472
8.1 Entrevista com o AE (Ref) Mauro Cesar Rodrigues Pereira – atividades nucleares ...	473
8.2 Consulta ao CA (Rm1) Alan Paes Leme Arthou (S Ticuna).....	483
8.3 Consulta ao AE (Ref) Mauro Cesar Rodrigues Pereira sobre “Fronteira Leste”	484
8.4 Consulta ao AE (Ref) Mauro César Rodrigues Pereira sobre projeção de poder.....	485
8.5 – Consultas ao CMG (RM1) Paiva sobre o custo do PAEMB	486
8.6 – Consulta ao Contra-Almirante (RM1) Wellington Liberatti, coordenador do Programa de Modernização dos Submarinos classe Tupi e obtenção dos S-BR (MODSUB)	488

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 3.1 – Área de Jurisdição Brasileira (AJB).....	93
Figura3.2 - Área de Responsabilidade SAR.....	100
Figura 3.3 - Bacias Petrolíferas.....	104
Figura.3.4 - Linhas de Comunicações Marítimas.....	106
Figura 3.5 - A província do Pré-Sal e imediações.....	107
Figura 3.6- Áreas de atuação da Força Naval.....	116
Figura 3.7 – Dispositivo dos SC e SNA.....	120
Figura 7.4.1 – O “Colar de Pérolas”.....	310
Fig. 7.4.2 – Primeira e segunda cadeias de ilhas.....	311
Figura 7.5.1 – Japão – Contexto Regional.....	327
Figura 7.6.1 – Principais áreas de atuação da marinha alemã.....	344
Figura 7.11.1 – A Região do Oceano Índico (ROI).....	390
Figura7.12.1 – Os “bastiões” – Mares de Barents e Okhotsk.....	421
Figura 7.13.1 - O núcleo da defesa naval da Espanha.....	432
Figura 7.14.1 – Região Ásia-Pacífico.....	436
Figura 7.14.2 – Ambiente Operacional Primário.....	441
Figura 7.16.1 - Nordeste da Ásia.....	459

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.1 – Quocientes de Maritimidade dos países da A. Latina.....	42
Tabela 4.1 – Dados geográficos e econômicos dos países da amostra.....	129
Tabela 4.2 – Avaliação das áreas jurisdicionais.....	168
Tabela 4.3 – Condições políticas e estratégicas e opções estratégicas.....	174
Tabela 4.4 – Dados diacrônicos do Brasil.....	184
Tabela 4.5 – Diferenças para o Brasil.....	187
Tabela 5.1 – Influência das variáveis nos submarinos.....	217
Tabela 7.1.1 – Custos dos SNA da Marinha dos EUA.....	274
Tabela 7.1.2 – Gasto dos S classe Tupi em 2005.....	279
Tabela 7.1.3 – Gasto dos S classe Tupi em 2006.....	279
Tabela 7.1.4 – Gasto dos S classe Tupi em 2007.....	279
Tabela 7.1.5 – Gasto dos S classe Tupi em 2008.....	280
Tabela 7.1.6 – Estimativa dos gastos anuais de pessoal dos SNA classe <i>Rubis</i>	282
Tabela 7.2.1 – Valor em tempo das reservas petrolíferas marítimas dos países.....	289
Tabela 7.12.1 – A redução das forças navais da Rússia.....	411

LISTA DE ABREVIATURAS

2 ^a GM	Segunda Guerra Mundial
ABC	Argentina, Brasil e Chile
ADF	<i>Australian Defense Forces</i>
ADM	Armas de Destruição em Massa
AETR	País que prepara seu Poder Naval para estratégias navais do “atacante” no paradigma da Guerra de Litoral, em conjunto com a preparação para estratégias navais tradicionais
AEW&C	<i>Air Early Warning and Control</i>
AIEA	Agência Internacional de Energia Atômica
AIP	<i>Air Independent Propulsion</i>
AJB	área (marítima) de jurisdição brasileira
ALCA	Aliança de Livre Comércio das Américas
AMPS	<i>Autonomous Marine Power System</i> (Canadá)
AMRJ	Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro
ANZUS	Tratado de Segurança entre a Austrália, a Nova Zelândia e os Estados Unidos (1951)
AOTR	País que prepara seu Poder Naval segundo estratégias do “atacado” no paradigma da Guerra de Litoral, em conjunto com a preparação para estratégias navais tradicionais.
AREVA	Firma estatal francesa, multinacional, que opera na área de energia, principalmente nuclear.
AS	Antissubmarino
ASCM	<i>Anti Ship Cruise Missile</i>
ASEAN	<i>Association of Southeast Asian Nations</i>
Asup	Antissuperfície
ASW	Anti Submarine Warfare
ATDO	País que prepara seu Poder Naval segundo estratégias do “atacado” no paradigma da Guerra de Litoral.
ATTE	País que prepara seu Poder Naval segundo estratégias navais do “atacante” no paradigma da Guerra de Litoral
ATV	<i>Advanced Technology Vessel</i> (Índia)
AWACS	<i>Airborne Warning And Control System</i>
AWD	<i>Air Warfare Destroyer</i> (Austrália)
BMD	<i>Ballistic missile Defense</i>
boe	Barril de óleo equivalente – unidade de medida de energia comum a vários combustíveis
C ²	Comando e Controle

CAM	Controle de Área Marítima
CBG	<i>Carrier Battle Group</i>
CDN	Conselho de Defesa Nacional
CEC	<i>Cooperative Engagement Capability</i>
CEI	Comunidade de Estados Independentes
CFC	<i>Combined Forces Command</i> (Coreia do Sul)
CLPC	Comissão de Limites da Plataforma Continental - órgão da ONU.
CNSP	Comissão Naval em São Paulo
CNUDM	Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar
CODA	<i>Combined Delegated Authority</i> (Coreia do Sul)
COPESP	Coordenadoria de Projetos Especiais
CSCE	Conferência de Segurança e Cooperação da Europa
CSG	<i>Carrier Strike Group</i>
CSN	Conselho de Segurança Nacional
CS-ONU	Conselho de Segurança da ONU
CTEx	Centro Tecnológico do Exército
CTMSP	Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo
Cv	Corveta
DBM	Doutrina Básica da Marinha
DCNS	<i>Direction de Constructions navales Services</i>
DESI	<i>Diesel-Electric Submarines Initiative</i> (EUA)
DGMM	Diretoria Geral do Material da Marinha
DMP	<i>Depot Modernization Period</i>
EB	Exército Brasileiro
EDA	<i>European Defence Agency</i>
EMB-111	Aeronave de patrulha construída pela EMBRAER
EMF	<i>European Maritime Force</i>
EMI	<i>European Amphibious Initiative</i>
END	Estratégia Nacional de Defesa
EU BG	<i>European Union Battlegroup</i>
EUA	Estados Unidos da América
FAB	Força Aérea Brasileira
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FMI	Fundo Monetário Internacional
GAS	Guerra Antissubmarino
GIUK	<i>Groenland – Iceland – United Kingdom</i>
GLO	Garantia da lei e da ordem
GPS	<i>Global Positioning System</i>
HDW	<i>Howaldtswerke-Deutsche Werft GmbH</i> – estaleiro alemão que projetou o S209 (submarino classe Tupi)
IED	Investimentos externos diretos

IED	<i>Indigenous Explosive Device</i>
IMO	<i>International Maritime Organization</i>
ISBA	<i>International Seabed Authority</i>
ISR	<i>Intelligence, Surveillance and Reconnaissance</i>
JMSDF	<i>Japanese Maritime Self-Defense Forces</i>
JMTG	<i>Joint Maritime Task Group</i>
JSDF	<i>Japanese Self-Defense Force</i>
JV2010	<i>Joint Vision 2010</i>
JV2020	<i>Joint Vision 2020</i>
LB	Livro Branco
LCM	Linhas de Comunicações Marítimas
LEPLAC	Levantamento da Plataforma Continental
LNG	<i>Liquified Natural Gas</i>
LOFAR	<i>LOW Frequency Analysis and Recording</i>
MAP	<i>Military Assistance Program</i>
MB	Marinha do Brasil
MD	Ministério da Defesa
MDA	<i>Maritime Domain Awareness</i>
MDCN	<i>Missile de Croisière Naval</i>
MEC	Mergulhador de Combate
MEF	<i>Marine Expeditionary Force</i>
Mercosul	Mercado Comum do Sul
MM38	Míssil mar-mar francês da família <i>Exocet</i> .
MoD	<i>Ministry of Defence</i> (Reino Unido)
MODSUB	Programa de Modernização dos Submarinos classe Tupi e obtenção dos S-BR
MPLA	Movimento Popular para a Libertação de Angola
MTCR	<i>Missile Technology Control Regime</i>
MTW	<i>Major Theater Wars</i>
NAe	Navio-aeródromo
NAeAt	Navio-aeródromo de Ataque
NDPG	<i>National Defense Program Guidelines</i> (Japão)
NORAD	<i>North American Aerospace Defence</i>
NRF	<i>NATO Response Force</i>
NSMCG	<i>NATO Standing Mine Countermeasure Group</i>
NSMG	<i>NATO Standing Maritime Group</i>
NSSN	“ <i>New SSN</i> ” designação que era dada ao projeto dos atuais SNA classe <i>Virginia</i> , dos EUA.
ODS	Órgão de Direção Setorial
OEA	Organização dos Estados Americanos
<i>offshore</i>	(adjetivo) no litoral, litorâneo
OM	Organização Militar

<i>onshore</i>	(adjetivo) em terra, em oposição a <i>offshore</i>
ONU	Organização das Nações Unidas
OPCON	Controle operacional das forças nacionais em tempo de guerra (Coreia do Sul)
OSCE	Organização para Segurança e Cooperação na Europa
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PAEMB	Plano de Articulação e Equipamento da Marinha do Brasil
PC	Plataforma Continental
PDN	Política de Defesa Nacional
PGS	<i>Prompt Global Strike</i>
PIB	Produto Interno Bruto
PMG	Período de Manutenção Geral
PMLD	Período de Manutenção de Longa Duração
PMM	Período de Modernização do Meio
PPP	Paridade de Poder de Compra
PPS	Partido Popular Socialista
PSI	<i>Proliferation Security Initiative</i>
QDR	<i>Quadrennial Defense Review</i>
QM	Quociente de Maritimidade
RAM	Revolução nos Assuntos Militares
RBS15	Míssil antinavio sueco
RED	Revisão Estratégica de Defesa (Espanha)
ROI	Região do Oceano Índico
RU	Reino Unido
S	Submarino (abreviatura usada pela MB)
S206A	Classe de SC de projeto alemão
S209	Classe de SC de projeto alemão (classe do S Tupi)
S212A	Classe de SC de projeto alemão
S214	Classe de SC de projeto alemão
S-80	Classificação espanhola da classe de SC Scorpène, de projeto francês
S-BR	Submarino classe Scorpène Modificada da MB
SC	Submarino Convencional (de propulsão não-nuclear)
SCO	<i>Shanghai Cooperation Organization</i>
SDR	<i>Strategic Defence Review</i> (Reino Unido)
SDSR	<i>Strategic Defence and Security Review</i> (Reino Unido)
SG-CSN	Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional
SIPRI	<i>Stockholm International Peace Research Institute</i>
SisGAAz	Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul
SLMB	Submarino Lançador de Mísseis Balísticos
SLMC	Submarino Lançador de Míssil de Cruzeiro
SM39	Míssil antinavio francês lançado por submarinos, da família <i>Exocet</i>

SMMCMG	<i>Standing Maritime Mine Countermeasure Group</i>
SNA	Submarino Nuclear de Ataque
S-NAC1	Antigo projeto de construção de um submarino convencional nacional
S-NAC2	Antigo projeto de construção de um submarino nuclear nacional
SN-BR	Classe de SNA a serem construídos no Brasil
SOA	Velocidade de Avanço (“ <i>Speed of Advance</i> ”)
SPE	<i>Society of Petroleum Engineers</i>
SS-N-15	Míssil antissubmarino russo lançado por submarinos
SS-N-16	Míssil antissubmarino russo lançado por submarinos
SS-N-21	Míssil de cruzeiro russo lançado por submarinos
SS-N-27	Míssil antinavio russo lançado por submarinos (“ <i>Klub</i> ”)
START	<i>Strategic Arms Reduction Treaty</i>
TCA	Tratado de Cooperação Amazônica
TIAR	Tratado Interamericano de Assistência Recíproca
TLAM	Tomahawk Land Attack Missile
TNP	Tratado de Não-Proliferação Nuclear
TRAD	País que prepara seu Poder Naval segundo estratégias da Guerra Naval tradicional.
UE	União Europeia
UEO	União da Europa Ocidental
UNIFIL	<i>United Nations Interim Force in Lebanon</i>
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USFK	<i>United States Forces Korea</i>
USN	<i>United States Navy</i>
VANT	Veículo Aéreo Não-Tripulado
VLS	Veículo Lançador de Satélites
VMM	Velocidade Máxima Mantida
WEU	<i>Western European Union</i>
ZEE	Zona Econômica Exclusiva
ZP	Zona de Patrulha (de submarino)
ZPCAS	Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

INTRODUÇÃO

A citação em epígrafe foi escolhida porque relembra a notória existência de dois níveis de Estados, mas inova ao apontar a diferença de suas concepções de defesa; e este texto trata de um salto ascendente entre esses níveis, nesses termos.

Há várias gerações, os militares brasileiros ouvem de seus superiores que o Brasil é um país pacífico, não possui qualquer pendenga internacional e suas forças armadas têm propósito dissuasório. Esse era um dos motivos de elas serem reduzidas, pois deveriam ser comparáveis às dos países vizinhos, já que a região era de baixa militarização. O outro motivo era o fato de contarmos tradicionalmente com um excelente serviço diplomático, que também tornava muito baixa a probabilidade de conflitos armados regionais.

Durante boa parte da Guerra Fria (1947-1989), o conflito leste-oeste era a principal – e longínqua – possibilidade de envolvimento militar, especialmente no campo naval, e o discurso acima era mesclado com as naturais motivações favoráveis ao bloco ocidental e contrárias ao oposto – a defesa ideal e pouco nacional da epígrafe – mas ao fim daquele conflito esses itens desapareceram e o propósito dissuasório continuou como prioridade. As políticas de defesa nacional (PDN) de 1996 e 2005 mantinham a razão de ser das Forças Armadas atrelada à dissuasão, classificando-a como uma vertente da defesa, por meio da qual o Estado procura cumprir sua obrigação de prover segurança ao País. (BRASIL, 1996, itens 4.1 e 4.3; BRASIL, 2005, itens 6.1 e 6.2)

Entre esses dois documentos, contudo, houve a percepção de um nítido aumento das ameaças. Na primeira PDN elas eram apenas “bandos armados nos países vizinhos” e o “crime organizado internacional”, que “provocavam preocupação” (BRASIL, 1996, item 12.2), mas na segunda, elas se alteraram sensivelmente, sendo produzidas por outros Estados – e mais poderosos: (BRASIL, 2005, item 2.1§3, 2.3 e 2.5)

Neste século, poderão ser intensificadas disputas por áreas marítimas, pelo domínio aeroespacial e por fontes de água doce e energia, cada vez mais escassas. Tais ques-

tões poderão levar a ingerências em assuntos internos, configurando casos de conflito.[....]

2.3 A configuração da ordem internacional baseada na unipolaridade no campo militar associada às assimetrias de poder produz tensões e instabilidades indesejáveis para a paz.[...]

2.5 Os avanços da Tecnologia da Informação, a utilização de satélites, o sensoriamento eletrônico e inúmeros outros aperfeiçoamentos tecnológicos trouxeram maior eficiência aos sistemas administrativos e militares, sobretudo nos países que dedicam maiores recursos financeiros à Defesa. Em consequência, criaram-se vulnerabilidades que poderão ser exploradas, com o intuito de inviabilizar o uso de nossos sistemas ou facilitar a interferência à distância

A diferença não foi sentida apenas no pacífico Brasil, pois entre 1990 e 1998 houve um inédito decréscimo dos gastos militares mundiais, resultante do sentimento de redução da ameaça de conflitos que se seguiu ao fim da Guerra Fria (HEYE, 2005, p.82§2 e 3), apesar das guerras do Golfo (1990-1991) e da ex-Iugoslávia (1991-1997) no período.

Depois, porém, o Sistema Internacional voltou à violência, com a intervenção da OTAN no Kosovo em 1999, os atentados de 11/09/2001 e as invasões do Afeganistão em 2001 e do Iraque em 2003, esta última, à revelia do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), aspecto que contribuiu adicionalmente para o sentimento mundial de insegurança que então já grassava.

Assim, a década de 2000 a 2010 trouxe o solapamento da autoridade da ONU, a guerra global ao terror dos EUA, mais intervenções, e as iniciativas de violação da liberdade de navegação a bem do combate à proliferação nuclear, como a “*Proliferation Security Initiative*” (PSI), lançada em 2003, pela qual os EUA e seus aliados, podem interceptar e inspecionar navios mercantes em águas internacionais. (ARMS CONTROL ASSOCIATION, 2007)

Além disso, a União Europeia (UE) desenvolveu, em conjunto com a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), um conceito de segurança e defesa fortemente intervencionista, e a globalização econômica, que começou nos anos 1980 e provocou um grande aumento das trocas de mercadorias por mar, deu nascimento à teoria que considera a manutenção da estabilidade global desse comércio, motivo bastante para realizar intervenções, por considerá-lo vital para a humanidade. (UNITED KINGDOM, 2007, p.1-4)

Tais aspectos deram origem, em vários Estados, a uma tendência notada a partir de fins dos anos 1990 de renovarem seus estoques de armamentos, principalmente os inventários navais, tendo como motivação principal, para uns, a de melhor realizarem intervenções, e para outros, a de melhor se defenderem delas.

Sintomaticamente, no Brasil, a segurança, que era apenas mencionada na PDN de 1996, foi precisamente definida na de 2005: (BRASIL, 2005, itens 1.3§5 e 1.4)

Especialistas convocados pela Organização das Nações Unidas (ONU) em Tashkent, no ano de 1990, definiram a segurança como "uma condição pela qual os Estados consideram que não existe perigo de uma agressão militar, pressões políticas ou coerção econômica, de maneira que podem dedicar-se livremente a seu próprio desenvolvimento e progresso".

1.4 Para efeito da Política de Defesa Nacional, são adotados os seguintes conceitos:
I - Segurança é a condição que permite ao País a preservação da soberania e da integridade territorial, a realização dos seus interesses nacionais, livre de pressões e ameaças de qualquer natureza, e a garantia aos cidadãos do exercício dos direitos e deveres constitucionais;

Concomitantemente, observou-se um crescimento considerável da projeção internacional do País e, ultimamente, observa-se a inserção gradual da Academia e de parcelas da sociedade nas discussões sobre temas estratégicos e de Defesa, bem como um maior engajamento do Governo Federal. Um dos principais sintomas dessa preocupação crescente consistiu na elaboração da Estratégia Nacional de Defesa (END), promulgada pelo decreto nº 6.703, em 18 de dezembro de 2008. Esse documento fornece diretrizes para reestruturar a defesa nacional a fim de preservar a soberania e os interesses nacionais, em compatibilidade com os interesses da nossa região, tarefa essencial para a PDN (BRASIL, 2005, item 5§2), o que não implica ter forças armadas comparáveis às dos vizinhos.

A indefectível dissuasão é agora especificada, voltando-se contra a concentração de forças hostis nas fronteiras terrestres, nos limites das águas jurisdicionais e contra o uso por elas do espaço aéreo nacional, sendo que seu requisito é a prontidão para o combate, que envolve a capacidade intermediária de pronta reação a ameaças ou agressões, a ser conseguida por meio do monitoramento e controle dos espaços, da mobilidade estratégica e tática, e da presença. (BRASIL, 2008, p.4 diretrizes 1 e 2)

No que toca especificamente à Marinha, entre outras determinações importantes, sobressai a de dotar-se de uma força submarina de envergadura, composta de submarinos convencionais e nucleares (BRASIL, 2008, p.19 item 3.), o que constituía um projeto de desenvolvimento da Força desde fins dos anos 1970.

Cabe ressaltar que, antes de tocar em dissuasão, a END aborda o aspecto mais amplo da defesa: (BRASIL, 2008, Introdução§4)

Porém, se o Brasil quiser ocupar o lugar que lhe cabe no mundo, precisará estar preparado para defender-se não somente das agressões, mas também das ameaças. Vive-se em um mundo em que a intimidação tripudia sobre a boa fé.

O “lugar que lhe cabe no mundo” remete ao Sistema Internacional, definido por Aron (2002, p.153§1) como:

o conjunto constituído pelas unidades políticas que mantêm relações regulares entre si e que são suscetíveis de entrar numa guerra geral. São membros integrais de um sistema internacional as unidades políticas que os governantes dos principais Estados levam em conta nos seus cálculos de forças.

Coerentemente, esse autor considera que a característica primordial de um sistema internacional é a “configuração da relação de forças” entre seus membros, para quem a participação político-militar é a mais importante. (ARON, 2002, p.154§2 e 4)

A END afirma que o Brasil ascenderá ao “primeiro plano do mundo” e, desde o governo Itamar Franco, (CERVO, 2008, 141§3), o País tem manifestado a intenção de integrar, como membro permanente, o Conselho de Segurança da ONU em uma eventual reestruturação da Organização. Como as responsabilidades implicadas por tal condição exigem que seus membros sejam, pelo menos, potências militares de nível médio, esse é o nível que o País deve procurar alcançar e manter.

Este estudo partiu do princípio de que cada Estado tem seus problemas de defesa nacional e, como em qualquer outra área de atividade, traça suas estratégias para resolvê-los com a melhor relação custo-benefício possível. Nesse particular, no campo da guerra no mar, os meios navais do mesmo tipo normalmente não apresentam grande variação qualitativa em termos amplos, mas uma notável exceção é a diferença entre a posse de submarinos convencionais (SC) e a de submarinos nucleares.

Passar a dispor destes últimos significa um salto nos campos tecnológico – por implicar grande capacitação na área nuclear e em tecnologias afins; operacional – por trazer novas e importantes possibilidades operacionais, decorrentes principalmente da grande mobilidade desses meios; estratégico – por aumentar consideravelmente o poder militar e a área de atuação do Estado; e econômico – por implicar a capacidade de arcar com um nível bem mais elevado de custos de obtenção e manutenção.

O problema, portanto, consiste em avaliar a coerência do aumento do Poder Naval, onde se destaca a adoção, pelas forças navais brasileiras, que operam atualmente apenas cinco limitados SC, de seis submarinos nucleares de ataque (SNA) e quinze SC de maior porte e capacidade, ante a situação estratégica nacional, com base nos padrões seguidos por países de características semelhantes.

Para tanto, esta tese analisou um grupo de Estados que podem ser considerados comparáveis ao Brasil, suas políticas e estratégias de defesa, as estratégias navais que empregam, e o papel dos submarinos nelas – a fim de levantar os fatores condicionantes de tais processos para comparação com as condições brasileiras, visando a verificar a seguinte hipótese:

A Estratégia Naval Brasileira atual está acorde com o perfil econômico-estratégico do País.

Utilizou-se como referencial a doutrina da Guerra de Litoral, empregando-se o Método Comparativo, como estabelecido por Arend Lijphart e Charles C. Ragin, com auxílio dos métodos de J. Stuart Mill (LIJPHART, 1971; RAGIN, 1987; STUART MILL, 2011). A amostra analisada consistiu em quinze Estados que, com base nos dados de suas estratégias navais, foram divididos segundo a tipologia consequente da doutrina da Guerra de Litoral – os que projetam poder e os que se defendem contra projeções de poder – e a verificação foi então realizada comparando-se com o Brasil uma dessas divisões.

A verificação foi sucedida por um aprofundamento da análise comparativa, que produziu informações complementares úteis à apreciação da atual estratégia naval brasileira, inclusive no tocante ao padrão de emprego de submarinos.

Os quinze Estados selecionados foram os de maior PIB, considerando que tal conjunto é bastante representativo do atual sistema estatal e contém uma faixa de poder econômico em que o Brasil ocupa posição mediana, dado que sua economia foi a sétima do mundo em 2010, o ano base para as comparações.

A amostra inclui as grandes potências e os emergentes, e contém também todos os atuais possuidores de submarinos de propulsão nuclear; supondo-se, em princípio, que os demais também sejam economicamente capazes de possuir tais meios.

O objetivo principal consistiu em estudar a estratégia naval preconizada para o Brasil pela END e documentos decorrentes, no contexto das estratégias navais de países de estatura aproximadamente semelhante no concerto das nações, com foco na adoção de submarinos.

Os objetivos específicos consistiram em:

- Apresentar os principais conceitos, características e papéis do poder naval na defesa nacional, bem como aspectos teóricos do emprego das forças armadas;
- Apresentar os principais conceitos concernentes à obtenção, manutenção, operação e utilidade de submarinos, a fim de permitir a compreensão do papel dessas unidades na guerra naval;
- Analisar a evolução político-estratégica do Brasil desde o período da Guerra Fria até os dias atuais, destacando os aspectos relativos à Força Naval;
- Analisar as políticas e estratégias de defesa e as estratégias navais dos países da amostra, incluindo o Brasil, a fim de extrair parâmetros de comparação e dados que levem a conclusões relevantes;

- Verificar a hipótese comparando os dados extraídos e as estratégias navais entre os Estados e entre eles e o Brasil, segundo os parâmetros extraídos e a doutrina da Guerra de Litoral.

O estudo foi estruturado em seis capítulos, dezesseis apêndices e seis anexos, com o seguinte teor:

- o capítulo 1 aborda o poder naval e as formas básicas de emprego do poder militar para a obtenção de decisões políticas – a dissuasão e a coerção – particularizando-as às forças navais. Quanto ao poder naval, foram discutidas suas aplicações, características, condicionantes geopolíticos e, principalmente, as influências nele produzidas pela unipolaridade militar consequente do fim da Guerra Fria, que deu origem à Guerra de Litoral, aspecto teórico basilar do estudo, por ter produzido uma clivagem nas estratégias navais dos Estados;

- o capítulo 2 trata do submarino como sistema de armas, procurando apresentar as características, aplicações, possibilidades e limitações das unidades de propulsão nuclear e não-nuclear, seus custos de obtenção e manutenção e seus papéis na guerra naval tradicional e na atual concepção de Guerra de Litoral;

- no capítulo 3 são analisados aspectos relevantes da história e das relações exteriores do Brasil a partir da década de 1960, fim de extrair os dados de interesse sobre a situação atual. Nele são discutidas as principais conjunturas globais, regionais e nacionais vividas pelo País; as várias facetas com que o binômio segurança-desenvolvimento foi encarado; as formas como a segurança e a defesa nacionais foram tratadas; as políticas de defesa; a Estratégia Nacional de Defesa (END); as estratégias navais e a forma projetada de cumprir a END pela Marinha – o Plano de Articulação e Equipamento da Marinha do Brasil (PAEMB);

- no capítulo 4 é realizada a verificação da hipótese. Inicialmente, são apresentados os dados básicos dos países da amostra – econômicos, estratégicos e geográficos – que permeiam suas análises, que vêm a seguir (na realidade seus resumos, pois elas constam, na íntegra, dos apêndices 7.3 a 7.16), abordando políticas e estratégias de defesa, estratégias navais e as condições que os nortearam na adoção de submarinos;

Do conjunto dessas análises são extraídos os parâmetros segundo os quais as comparações serão feitas. A amostra é então dividida, segundo a tipologia resultante da influência da Guerra de Litoral sobre os conceitos da guerra naval tradicional, a fim de selecionar os casos comparáveis com o Brasil. No caso do nosso País, foi realizada uma análise diacrônica, a fim de realçar as características de sua atual situação econômico-estratégica, a serem objeto da comparação. A hipótese é então verificada por meio da comparação entre os parâmetros de uma fração da amostra e a situação atual do Brasil;

- no capítulo 5 a análise comparativa é aprofundada, detalhando-se diferenças e semelhanças entre os países, e entre eles e o Brasil, derivando-se novas conclusões referentes à estratégia naval brasileira, incluindo-se aí aspectos relativos ao emprego de submarinos.

- no capítulo 6 é realizada uma síntese de todo o trabalho e são expostas as conclusões das comparações, que resultaram na identificação dos modelos estratégicos pretendidos pelo Brasil como semelhantes aos da Rússia e da Índia; e do padrão de emprego de submarinos pretendido pelo Brasil como mais semelhante ao da Rússia, aspectos que denotam a adequação das alterações determinadas pela END na estratégia naval brasileira, por visarem a situações também buscadas por países em situações semelhantes.

O estudo, portanto, concluiu pela veracidade da hipótese, avaliando o projetado aumento de poder militar, especialmente a operação de submarinos nucleares e razoável número de convencionais, como compatível com a novo *status* do Brasil no primeiro nível do sistema internacional, *vis-à-vis* países semelhantes.

Os apêndices contêm dados que detalham ou fundamentam afirmações feitas no estudo, a saber:

Apêndice 7.1 – Estudo para determinação dos custos de obtenção e operação/manutenção de submarinos convencionais e de propulsão nuclear, realizado por meio do processamento de dados obtidos em um levantamento realizado no Comando da Força de Submarinos da Marinha do Brasil e em estudos sobre outras marinhas.

Apêndice 7.2 – “A Importância das Áreas de Jurisdição Marítima” – contendo o desenvolvimento da métrica para quantificar a importância das águas jurisdicionais dos Estados.

Os apêndices de 7.3 a 7.16 apresentam as análises das políticas e estratégias de defesa dos países da amostra.

Os anexos relatam a entrevista e as consultas por e-mail que se fizeram necessárias para esclarecer pontos importantes do estudo, a saber:

Anexo 8.1 – Entrevista com Almirante Mauro César Rodrigues Pereira sobre as atividades do Conselho de Segurança Nacional no início dos anos 1980;

Anexo 8.2 – Consulta ao Contra-Almirante Alan Paes Leme Arthou sobre o custo da construção do submarino Ticuna;

Anexo 8.3 – Consulta por e-mail ao Almirante Mauro César Rodrigues Pereira sobre o conceito de “fronteira Leste”;

Anexo 8.4 – Consulta por e-mail ao Almirante Mauro César Rodrigues Pereira sobre possíveis ações navais brasileiras de projeção de poder sobre terra;

Anexo 8.5 – Consultas por e-mail ao Capitão de Mar e Guerra Emilson Paiva, assessor de Estratégia e Relações Internacionais do Estado Maior da Armada, sobre custos do PAEMB.

Anexo 8.6 – Consulta ao Contra-Almirante Wellington Liberatti sobre detalhes da modernização dos submarinos existentes e da construção dos novos.

1 O PODER NAVAL

O Poder Naval é o instrumento militar do Estado habilitado a atuar nos espaços marítimos e nas águas interiores em prol de seus interesses, refletindo aspectos das Políticas Externa e de Defesa. Sua atuação cobre três áreas com alguma interpenetração: a militar – precípua; a diplomática – que apoia a Política Externa; e a constabular – a que vai além da policial abrangendo, além de atividades de exercício da soberania, outras também não militares nem diplomáticas, como busca e salvamento, auxílio a órgãos civis, apoio em desastres naturais, etc; é a área coberta pelas guardas costeiras, quando existem. (KEARSLEY, 1992, p. 882; CANADA, 2001, “The Roles of Navies”, figura 5; PROENÇA Jr, 1999, p.20)

A atuação do Poder Naval é objeto de diversas classificações elaboradas pelos teóricos que se dedicaram a seu estudo e servem de base à organização da parte marítima dos sistemas de defesa dos Estados. Assim, este capítulo parte dos conceitos empregados pela Marinha do Brasil, expandindo-os com colaborações de alguns desses estudiosos.

1.1 As Tarefas Básicas do Poder Naval

Na área militar, a contribuição do Poder Naval para a obtenção dos objetivos estratégicos do Estado pode ser implementada de quatro formas fundamentais – as tarefas básicas – que consistem em controlar áreas marítimas, negar o uso do mar ao inimigo, projetar poder sobre terra e contribuir para o poder dissuasório nacional.

O Controle de Áreas Marítimas consiste na garantia de certo grau de liberdade de utilização, ainda que temporário, de determinadas áreas marítimas fixas ou móveis, exercido na intensidade adequada à realização de certas tarefas, incluindo, como necessário, o controle do espaço aéreo sobrejacente, da superfície e da massa líquida subjacente. Como se percebe, esta tarefa não encerra um fim em si mesma, mas visa a permitir a realização segura, na área controlada, de tarefas não necessariamente militares, como operações de projeção de poder sobre

terra, transporte marítimo, exploração / exploração de recursos do mar, etc (BRASIL, 2004, p.3-2 a 3-3).

O controle envolve, portanto, três variáveis que podem assumir diversos graus dependendo da necessidade, conveniência ou exequibilidade operacional: o espaço – áreas pequenas ou grandes, fixas ou móveis, apenas a superfície e o volume submarino ou os três ambientes (superfície, volume submarino e espaço aéreo sobrejacente), etc; o tempo – durante a duração de uma operação, por todo o período das hostilidades, até determinado objetivo ser alcançado, permanentemente, etc; e intensidade – função da utilização pretendida para a área em questão: no caso de um assalto anfíbio, em que se desloca para junto da costa hostil uma grande estrutura naval, composta de navios transporte de tropa, navios-aeródromo e outros meios, é necessário um alto grau de controle, ou seja, um alto grau de segurança, pois a operação é altamente complexa, e a intervenção inimiga, mesmo em apenas alguns pontos críticos poderá fazê-la fracassar, já o lançamento de mísseis contra alvos em terra por submarinos mergulhados dispensa o controle¹.

No que toca à intensidade, cabe notar que é possível considerar um nível de “Controle Absoluto” (“*Absolute Control*”), que consiste na completa liberdade para operar sem interrupção, pressupondo que o inimigo não poderá interferir de forma alguma; e uma faixa em que um “controle de trabalho” (“*working control*”) (TILL, 2004, p. 156, tab. 5.1), não-absoluto, deverá ser estabelecido segundo as possibilidades de contra-arrestar o inimigo, e o risco julgado aceitável para a utilização da área.

A marinha britânica emprega essa lógica considerando duas condições, o “Comando do Mar” (“*Command of the Sea*”), que equivale ao Controle Absoluto acima exposto, e tem a supremacia aérea como pré-condição; e o “Controle do Mar” (“*Sea Control*”) que abrange a faixa variável (UNITED KINGDOM, 2004, p.41§2 e p.42§2 e 3).

A marinha norte-americana não prevê um nível absoluto, reconhecendo apenas o “Controle do Mar” (“*Sea Control*”), com os limites espaciais, temporais e de intensidade; e prevê uma série de ações militares cuja implementação permitirá obter o controle de trabalho necessário (UNITED STATES OF AMERICA, 1994, p.26), a ser estipulado *ad hoc*. Esta foi a ideia adotada pela Marinha do Brasil ao conceituar o “Controle de Área Marítima”.

A Negação do Uso do Mar consiste em dificultar ao inimigo o estabelecimento ou a exploração do controle de alguma área marítima, ou simplesmente seu uso. É normalmente realizada por quem não tem condições de estabelecer o controle de áreas marítimas ou quando

¹ Essas variáveis são as consideradas pelo autor, pois há quem inclua outras, como G. TILL (2004, p.149 item 5.2), que considera tempo, lugar, extensão do uso, consequência estratégica e necessidade.

não há interesse em fazê-lo. A negação do uso do mar pode incluir, entre outras medidas, a destruição de navios de guerra ou mercantes do inimigo (BRASIL, 2004, p. 3-4 inciso 3-4), e os submarinos são tidos como plataformas por excelência para sua realização, tendo-se destacado nas duas guerras mundiais do século XX.

Tradicionalmente, a negação do uso do mar é procedimento de quem assume a inferioridade ainda que local, mas não está necessariamente à beira da derrota, tampouco é realizada apenas por submarinos, voltada exclusivamente contra a navegação mercante ou instalações costeiras. Pode até constituir uma estratégia interessante para o beligerante mais forte, se o inimigo for muito dependente do tráfego marítimo (caso da campanha submarina norte-americana contra o Japão entre 1942 e 1945) e implementada por meios navais, aéreos e terrestres e dirigida contra navios mercantes, instalações marítimas (plataformas, terminais, etc) ou forças navais do inimigo.

Controle e Negação, para alguns teóricos como Kearsley, são duas faces de uma mesma tarefa básica por ele denominada “Controle do Mar e Negação do Mar” (“*Sea Control and Sea Denial*”). (KEARSLEY, 1992, p.87§3 a p. 89§2)

O “controle absoluto” pregado por Mahan era a consequência da “batalha decisiva” em que, idealmente, a esquadra inimiga seria completamente eliminada, e a nossa sobreviveria sem oposição e com capacidade de atuar no restante do conflito. Nessas condições, o termo “Controle do Mar”, usado por Mahan, significava – “Garantir o Uso do Mar por Nossas forças” e “Negar o uso do mar ao inimigo” – e tinha conotação absoluta em tempo, espaço e intensidade, porque apenas nossas forças existiriam, e os mercantes do inimigo estariam incapacitados de usar o mar por falta de proteção contra elas.

Em termos reais e não ideais, as duas componentes do “controle do mar” são:

- assegurar o uso por nossas forças de algumas áreas marítimas por algum tempo; e
- negar o uso dessas áreas marítimas por algum tempo ao inimigo.

Dependendo da operação, os esforços serão mais concentrados numa ou noutra componente (TURNER, 1974, p. 7 e 8). Assim, no caso da escolta de um comboio, onde é desejável que o maior número de mercantes chegue ao destino sem avarias, os esforços seriam concentrados na primeira componente. No caso do inimigo, interessado em destruir o maior número possível de nossos mercantes com seus submarinos, e que não pretende usar a área em seu próprio proveito, seus esforços seriam concentrados na segunda.

Se se estiver realizando um bloqueio a um porto inimigo bem menos poderoso com o propósito de impedir a entrada e a saída de mercantes, a segunda componente é preponderante porque estaremos negando ao inimigo, sem oposição relevante, o uso da área marítima onde o

porto se situa; mas se o inimigo dispuser de submarinos, os esforços não poderão ser concentrados em nenhuma das duas componentes, porque será necessário garantir o uso do mar pela força de bloqueio, apesar da oposição submarina, e fechar o porto ao inimigo, negando-lhe o uso da área marítima mencionada para cumprir a missão.

Assim, o controle absoluto e a negação absoluta são extremos de um espectro contínuo. Apesar disso, várias marinhas, inclusive a Marinha do Brasil (MB), consideram controle e negação tarefas distintas devido às marcantes diferenças de material empregado. A negação exige tipicamente (mas não exclusivamente) meios passíveis de ocultação ou de baixo custo (para serem empregadas em maior quantidade e com maiores probabilidade de perda) e capazes de atacar e evadir-se; já o controle exige meios e forças com capacidade de absorver avarias ou perdas, de longa permanência na área e de articulação com as forças empregadas nas operações em que esse controle é explorado (KEARSLEY, 1992, p.87§2 a p.89§2).

Desta forma, as estratégias de negação exercem grande atração sobre os países de orçamentos limitados e os de postura defensiva, com a possibilidade de emprego principalmente de minas, submarinos convencionais e lanchas torpedeiras ou lançamisseis, além, é claro, de aeronaves e baterias costeiras de artilharia ou de mísseis antinavio, se a Geografia permitir. Tal material é sabidamente eficiente e as estratégias poderão ter seu rendimento consideravelmente aumentado se houver, na região, áreas mináveis ou focais² em que os possíveis alvos tenham que se concentrar.

No caso da Projeção de Poder Sobre Terra, para a Marinha do Brasil ela consiste em realizar ações militares a partir do mar sobre objetivos em terra, como as operações anfíbias e o bombardeio naval ou aeronaval, aí incluindo ataques com mísseis, por meios navais ou aeronavais.

A Projeção de Poder sobre Terra poderá ter uma série de propósitos, como destruir ou neutralizar objetivos importantes, conquistar área estratégica para a condução de campanhas navais ou aéreas, possibilitar o início de uma campanha terrestre e outros (BRASIL, 2004, p. 3-4, item 3.5).

Cabe registrar que, ainda que seja uma tarefa taticamente ofensiva, a projeção de poder sobre o litoral de um adversário é uma forma de exploração da mobilidade proporcionada pelo mar, que mesmo Estados de postura fortemente defensiva não podem dispensar como possibilidade em eventuais confrontos e normalmente se estruturam para realizar. (KEARSLEY, 1992, p.103§4)

² Áreas mináveis – em que a profundidade permite o emprego de minas. Áreas focais – áreas de concentração do tráfego marítimo – proximidade de portos, Canal da Mancha, Estreito de Gibraltar, etc.

Assim, vários Estados mantêm frações de sua força naval preparadas para esta tarefa, e essas frações poderão conter meios não muito sofisticados, pois o que determina tal capacidade são os alvos e inimigos considerados.

A conceituação brasileira de Projeção de Poder sobre Terra é relativamente restrita. Kearsley, por exemplo, a denomina “Projeção de Poder Naval” (“*Seapower Projection*”) e a define de forma talvez abrangente demais como “qualquer tentativa de evocar uma reação específica por um Estado em outro, por meio do uso do ambiente marítimo” (KEARSLEY, 1992, p.102§1); já a marinha britânica também a denomina “Projeção de Poder Naval”³ (“*Maritime Power Projection*”), definindo-a como “a ameaça ou o uso de capacidades navais de combate com alcance global para conseguir efeitos em apoio a objetivos da Política Nacional, usualmente influenciando eventos em terra diretamente” (UNITED KINGDOM, 2004, p.45§1).

Este autor adotaria o mesmo título – “Projeção de Poder Naval”, mas incluiria possibilidades além da projeção exclusivamente sobre terra, adotando algo como “realização de ações militares a partir do mar ou no mar, buscando influenciar o comportamento de atores de modo favorável à política nacional, usualmente influenciando diretamente eventos em terra”. Assim, além das operações anfíbias ou de bombardeio de objetivos terrestres, poderíamos caracterizar as de bloqueio ou minagem de um porto ou do litoral inimigo, um bloqueio distante, as realizadas para coibir a pirataria em regiões distantes, e eventualmente outras, considerando que alguma interpenetração conceitual é vantajosa, dado que as simples definições de Negação do Uso do Mar e de Controle de Áreas Marítimas não caracterizam a notória conotação de projeção de poder, usual e importante nos assuntos de Relações Internacionais, e que pode ou não ocorrer.

Cabe registrar que, modernamente, meios e tropas destinados à projeção de poder sobre terra (navios anfíbios, helicópteros, viaturas anfíbias e terrestres) têm sido crescentemente empregados em apoio a regiões vitimadas por catástrofes, crises humanitárias e outras ações não-militares que poderiam ser classificadas de constabulares, permitindo aos Estados tirar partido político de tais acontecimentos e revelando mais uma capacidade de “soft power” do Poder Naval (FARLEY, 2011, §7).

Examinando as três tarefas já apresentadas, verifica-se que as estratégias empregáveis na Guerra Naval podem combiná-las em termos de meios e fins.

³ O termo britânico “maritime” foi traduzido por “naval” e não por “marítimo” para atender à terminologia brasileira, em que “naval” se refere à parte militar das atividades marítimas, distinção que não é feita no Reino Unido, onde a própria doutrina da Marinha Real (de guerra) se chama “*British Maritime Doctrine*”.

Controle e Negação podem ser complementares, e a marinha britânica prevê a possibilidade de negação numa área para melhorar as condições de exercer o controle em outra (UNITED KINGDOM, 2004, p.43§2), o que é o fundamento das estratégias de “barragem”, em que se procura negar o uso do mar a meios inimigos tirando partido de acidentes naturais, como a “Barragem GIUK” (COTE, 2003, p.41§2), estabelecida pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) durante a Guerra Fria, para negar a passagem dos submarinos soviéticos nos estreitos existentes entre a Groenlândia, Islândia e Ilhas Britânicas (daí a sigla), para dar melhores condições de controlar o Atlântico norte.

A marinha norte-americana estabelece que uma das finalidades do “controle do mar” é a negação – “negar ao inimigo o uso comercial ou militar dos mares” (UNITED STATES OF AMERICA, 1994, p.26§3), aspecto que remete ao bloqueio – a finalidade principal do controle do mar, segundo Mahan – fechar “as estradas por onde o comércio se move de e para as costas do inimigo” (MAHAN, 1987, p.139).

Os assaltos anfíbios, formas por excelência de projeção de poder sobre terra são tradicionalmente precedidos pelo controle da área marítima adjacente às zonas de desembarque, e, inversamente, o controle de uma área marítima pode ser obtido ou facilitado pela conquista de alguma área terrestre que domine seus acessos (BRASIL, 2004, p. 3-3§11; UNITED STATES OF AMERICA, 1994, p.26), o que pressupõe a possibilidade de prévia projeção de poder para essa conquista.

Existe uma atividade do Poder Naval que não é tarefa básica, pois pertence à área constabular, mas tem afinidades e pode se confundir com o controle de áreas marítimas fixas, motivo porque é aqui incluída. Trata-se do que Kearsley denomina “Manutenção do Domínio” (“*Domain Maintenance*”) e é realizada pela Marinha do Brasil com o nome de “Patrulha Naval” (KEARSLEY, 1992, p.76§2 a 81§1; BRASIL, 2004, p.6-5, inciso 6.3), incluída nas atribuições subsidiárias definidas pela Lei Complementar nº 97/1999 (Artigo 17, itens IV e V). Ela consiste em exercer a soberania do Estado sobre seu “domínio marítimo” – as águas jurisdicionais – por meio do patrulhamento, aí impondo suas leis e políticas, como aplicável à prática internacional, atualmente regulada pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) (GONÇALVES, 2002)⁴.

A afinidade com o CAM decorre da natureza das violações consideradas possíveis ou esperadas, principalmente as ameaças hoje em evidência, como o terrorismo e a pirataria; do

⁴ A CNUDM, também conhecida como “Convenção da Jamaica”, foi assinada em Montego Bay, Jamaica, em 10/12/1982, entrou em vigor em 16/11/1994 e até hoje recebeu a adesão da maioria dos Estados existentes (137, em 2002), inclusive o Brasil, que a ratificou em 1990 (Dec. 99.165 de 12/03/1990). Entre os poucos Estados que não aderiram estão os EUA.

nível com que o Governo considera necessário coibi-las e do valor estratégico dos bens e recursos a proteger – o Brasil, por exemplo, proíbe a navegação próximo às plataformas da Baía de Campos.

Existem também certas particularidades, que podem produzir atritos entre Estados, além do que se poderia esperar tratar com a simples Patrulha Naval. O Brasil, por exemplo, expressou por lei (Lei nº 8.617/93, art.9º) (GONÇALVES, 2002) que exercícios militares, em especial os que implicam uso de armas e explosivos, só podem ser realizados em sua ZEE por forças navais de outros Estados com consentimento brasileiro, apesar de a maior parte dela se situar em águas internacionais, o que pode exigir maiores cuidados de fiscalização e suscitar provocações, principalmente por não signatários da Convenção da Jamaica.

No que toca à Contribuição do Poder Naval para a dissuasão, cabe notar que, para a Marinha do Brasil, a dissuasão é concretizada principalmente pela existência de um Poder Naval adequado, aprestado e balanceado que inspire credibilidade quanto ao seu emprego e a evidencie, por atos de presença ou demonstrações de força, quando e onde for oportuno (BRASIL, 2004, p. 3-4, inciso 3.6). Portanto, esta tarefa básica representa o corolário da efetiva capacidade de realizar as demais e engloba a contribuição para a dissuasão geral do Estado brasileiro e eventuais ações de dissuasão imediata.

1.1.1 Dissuasão e Coerção

A Dissuasão Geral (BYMAN;WAXMAN, 2002, p. 6§3 a 7§2; FREEDMAN, 2005, p.40 e 4) é a capacidade de um Estado impedir ações a ele indesejáveis apenas por seu poder conhecido, ou histórico de reações a situações semelhantes, que induzem consequências não compensadoras aos agentes que consideram a possibilidade de empreendê-las, conceito que corresponde ao “*status* dissuasório” de Bobbio e Mateucci (1983, p.365 a 367).

Foi a insuficiência da dissuasão geral do Reino Unido, devida a sucessivas reduções de sua capacidade militar, que fez parecer aceitável à Junta de Governo argentina a invasão das Ilhas Malvinas em abril de 1982, um antigo objetivo nacional, cuja realização contribuiria para diminuir a oposição popular ao regime (BRASIL, 1999. inciso 0103).

A dissuasão imediata é a empregada para impedir uma ação específica por meio de uma ameaça dissuasória materializada pela presença e atitudes ameaçadoras de meios militares no local da crise ou pontos convenientes, com ela relacionados. Corresponde, com maior rigor que meios políticos e diplomáticos, à “mensagem dissuasória” de Bobbio e Mateucci (1983, p.365 a 367).

Na crise dos mísseis de Cuba, em 1962, foi a dissuasão imediata produzida pelos EUA com suas forças navais bloqueando a ilha, implicando a possibilidade da eclosão de uma guerra nuclear, que levou os líderes soviéticos a determinar o retorno dos transportes que a ela se dirigiam, distendendo a crise.

Outros conceitos úteis a este estudo são os de punição e negação (PAPE, 1996, p.18-19; FREEDMAN, 2005, p.36 a 40). A dissuasão por punição consiste em sinalizar ao Estado-alvo que, caso ele realize determinado ato, o ameaçador retaliará destruindo algo a que ele atribua grande valor, sem relação necessária com o ato indesejado. Caso a sinalização não seja atendida, diz-se que a dissuasão falhou, e a retaliação poderá ser levada a cabo.

A dissuasão por negação tem o mesmo propósito, mas consiste em procurar convencer o Estado-alvo de que, caso ele realize determinada operação militar – uma invasão, p. ex., será impedido de alcançar seus objetivos político-estratégicos.

Pela punição, o ameaçador procura tornar, para o ameaçado, os custos do empreendimento maiores que seus benefícios; pela negação, procura mostrar que seus esforços serão fúteis ou inúteis. Cabe, porém, considerar que uma mesma ação dissuasória poderá conter ameaças de negação e de punição.

Segundo Mearsheimer (1985, p.15§2), a dissuasão por punição está associada usualmente à dissuasão nuclear, mas pode ser implementada com armas convencionais (como o era antes do advento das armas nucleares), enquanto a dissuasão por negação é usualmente associada à dissuasão convencional, ainda que possa incluir armas nucleares.

No emprego de armas nucleares, a chave da iniciativa (realização do primeiro ataque) é a perspectiva de anular a resposta nuclear do oponente, mas a chave da dissuasão é capacidade de resposta, visto que, tanto a interceptação dos vetores, como a proteção dos objetivos contra explosões são consideradas ineficazes⁵.

Assim, segundo Beaufre (1966, p. 37§2), a comparação de capacidades nucleares admite quatro situações: a estabilidade absoluta, em que os oponentes creem que não podem evitar uma resposta inaceitável do oponente, e não tomam a iniciativa; a instabilidade absoluta – em que um dos lados se crê capaz de impedir a resposta do oponente, desde que realize um vigoroso ataque; e a superioridade absoluta (duas situações: a superioridade de um ou a do outro) - um ou outro se acredita tão superior que poderá, em alguns casos, ter a iniciativa e vencer, apesar da pequena resposta do oponente.

⁵ Atualmente, a interceptação de alguns vetores tem sido realizada com êxito pelo sistema “*Balistic Missile Defense*” (BMD) dos EUA, embora não haja garantia de que, no caso de um ataque, todos os mísseis lançados sejam interceptados.

Países de arsenal nuclear modesto como a Índia e a China declaram praticar a “política de dissuasão mínima”, ou seja, procuram ter a capacidade de dar uma resposta nuclear que, ainda que não muito grande, seja inaceitável ao provável oponente, mais poderoso, fazendo com que ele não tenha superioridade absoluta, e ambos atinjam a estabilidade absoluta.

A forma considerada mais eficaz de evitar uma situação de instabilidade absoluta, garantindo a capacidade de resposta é o emprego de submarinos lançadores de mísseis balísticos (SLMB) portadores de artefatos nucleares, navegando submersos, em face da virtual impossibilidade de sua localização para destruição em um primeiro ataque.

O lançamento das bombas atômicas contra o Japão em 1945 causou tamanha comoção que as armas nucleares passaram a sofrer restrições tais que foram classificados de tabu, ainda por John Foster Dulles, Secretário de Estado (1953-1959) do Presidente Eisenhower. Tal conotação era tão indesejada que o governo norte-americano da época achava conveniente encontrar uma ocasião para empregar tais armas a fim de quebrar o tabu; o que nunca aconteceu, ainda que elas tenham sido cogitadas durante a Guerra do Vietnam, pois apenas em condições extremamente graves, o custo político de seu emprego as tornaria aceitáveis. (FREEDMAN, 2005, p. 70§2 a p.71§1)

Assim, o mundo vive até hoje um “tabu nuclear” (FREEDMAN, 2005, p.121§1), situação em que aquelas armas têm seu emprego restrito à dissuasão, deixando às armas convencionais a implementação da “guerra praticável” (BEAUFRE, 1966, p.29§4)⁶ e suas correspondentes estratégias. Isso não impede, porém, que potências nucleares estejam desenvolvendo permanentemente novos artefatos, uma delas – a França – buscando dissuadir países em desenvolvimento, alegando que eles possuirão em breve armas de destruição em massa e ameaçarão a Europa. Além disso, pelo menos um país em desenvolvimento possui e pode estar aperfeiçoando tal forma de dissuasão – a Coreia do Norte; e outro, o Irã, pode estar envidando esforços para obtê-la.

Assim, este autor tem a impressão de que a busca da segurança por meio da estabilidade nuclear é muito mais crível e eficaz que a aposta idealista no “Tabu Nuclear”.

Esses aspectos levam à política de defesa aparentemente paradoxal da Rússia que, sentindo-se inferiorizada ante as potências ocidentais em recursos econômicos, tecnologia de armas não-nucleares e sistemas de C², procura atualizar sua capacidade nuclear para dissuadir, inclusive, ataques convencionais, mas ao mesmo tempo, preocupa-se em monitorar a possibi-

⁶ Alusão ao conceito exposto por Beaufre: “A enorme escala de destruição da qual agora nos tornamos capazes, não somente pelo uso das armas nucleares, mas também através das guerras Química e Biológica, todas as três frutos do esforço científico, significam que este tipo de guerra era simplesmente não mais praticável, como meio normal ou excepcional de Política”

lidade de os EUA e seus aliados reduzirem o limiar de emprego dessas armas fazendo com que deixem de atender apenas à dissuasão estratégica (KRUPNOV, 2006, p.55§3 a p. 56§1; p.49§2 e 3).

A contradição é apenas aparente, porque o país prega que tais armas tenham o limiar de emprego suficientemente alto para não serem usadas na “guerra praticável”, mas declara que, mesmo esse limiar alto poderá ser atingido, caso seja atacada em grande escala com armas convencionais, que poderão levar a situações críticas para sua segurança, dada a sua inferioridade nesse campo ante o Ocidente.

Assim como a nuclear, a dissuasão convencional também poderá ser exercida “de baixo para cima”, por Estados menos poderosos, por meio da capacidade de causar prejuízos sensíveis que possam tornar inaceitável o custo da agressão por alguma potência. Em termos de Poder Naval, Kearsley denomina tais medidas de “Cordão de Tropeço no Mar” (“*Sea tripwire*”). Elas abrangem estratégias que estabeleçam uma “barreira de risco” previamente planejada, com ações especialmente danosas a serem desencadeadas caso o agressor ultrapasse determinado limiar político previamente anunciado, o que exige uma hábil condução do conflito para explorar as vantagens políticas da inferioridade militar (KEARSLEY, 1992, p.96§3 e 4)⁷.

Enquanto a dissuasão pode ser definida como a produção da percepção de um custo não-compensador nas agressões à nação, pela existência ou presença *ad-hoc* de forças armadas bem constituídas e com credibilidade de emprego; a coerção consiste na ameaça de uso da força, ou seu uso efetivo, contra objetivos militares ou não-militares importantes para o inimigo, a fim de compeli-lo a abandonar um propósito político não-desejado (BRASIL, 2004, p.2-3§1), o que também é uma das capacidades do Poder Naval – “aplicar o poder de destruição ou de ameaça, graduando-o adequadamente ao momento e ao local” (BRASIL, 2004, p.1-3§4).

Essa conceituação corresponde à de Robert Pape, para quem Coerção e Dissuasão são atividades complementares e operam sob os mesmos princípios – procurando influenciar o cálculo de tomada de decisão do adversário manipulando custos e benefícios, só que a Coerção, que pretende forçar a mudança de um comportamento em curso, é mais difícil que a dissuasão, que visa a impedir que ele se inicie, pois “a ameaça que dissuade pode não provocar coerção” (PAPE, 1996, p. 12§1; p.4§2 e p.6§2).

⁷ “Cordão de tropeço” é uma expressão do Corpo de Fuzileiros Navais que corresponde a “*tripwire*” – uma linha estendida no caminho de alguém, que dispara uma armadilha letal se for atingida.

A coerção pressupõe um crescimento da pressão sobre o oponente segundo um espectro de violência, normalmente seguindo-se à dissuasão imediata caso ela não tenha êxito, e admite os dois tipos fundamentais da dissuasão – por punição e por negação (PAPE, 1996, p. 13§2). Assim, num caso hipotético, uma força se dirige a um local de crise em um contexto de dissuasão imediata e, se ela não funcionar, a coerção é iniciada com a aplicação gradual da força, visando a forçar a mudança de comportamento do inimigo.

Cabe notar que da mesma forma que se pode considerar a “dissuasão de baixo para cima”, deve-se pensar a coerção como um jogo em que o oponente, ainda que menos poderoso, também poderá marcar pontos, causando prejuízos importantes ao inimigo em setores sobre os quais ele tenha pouco ou nenhum controle, tentando forçá-lo a reduzir ou cessar a pressão – a “contra-coerção”. Um exemplo é a prática de contendores dos EUA, tipicamente durante a Guerra do Vietnã, de empreender ações que causassem o máximo de baixas, supondo a alta sensibilidade da sociedade norte-americana a perdas de seus nacionais. (BYMAN;WAXMAN, 2002, p. 42-43, 142-148)

Robert Pape, em 1996, considerava o Poder Naval o instrumento de coerção militar mais fraco do Estado. Em sua análise, expunha que, atualmente, o Poder Terrestre tem considerável poder coercitivo, mas se restringe basicamente à coerção por negação, pois os exércitos são suficientemente grandes para formarem um escudo protetor do território (as frentes de combate) e, só quando há uma derrota decisiva, ocorre alguma ação punitiva no território do Estado derrotado, o que esvazia a conotação coercitiva (PAPE, 1996, p. 39-41).

O Poder Aéreo é o instrumento de maior poder coercitivo em face de algumas características, tais como (PAPE, 1996, p. 44§4 a p.47):

- permite adentrar o território inimigo ou áreas por ele protegidas, desde o início do conflito, aí atacando alvos;
- tem boa seletividade, permitindo implementar estratégias de punição ou negação, por vezes simultaneamente, por meio da adequada escolha de alvos – políticos, econômicos, militares, populacionais, etc, inclusive explorando informações pontuais – atingindo alvos industriais que representem gargalos de processos; objetivos cuja destruição possa, por qualquer motivo, atuar sobre vontades ou motivações de autoridades com capacidade decisória, grupos políticos, camada social influente, etc.

As alternativas de coerção do Poder Naval, para Pape consistem em: (PAPE, 1996, p.41§2 a p.44§3)

- Operações anfíbias, que permitem a aplicação de força terrestre em áreas do inimigo. Tais ações, porém, só são exequíveis em áreas onde a estrutura nacional é fraca, pois nos paí-

ses desenvolvidos, a estrutura de transportes e comunicações permite ao oponente terrestre concentrar, na área do objetivo, maior poder que o atacante que vem do mar;

- Fazer pressões políticas por meio de demonstrações do Poder naval em tempo de paz (a “Diplomacia das canhoneiras” – “*Gunboat Diplomacy*”), o que também só é eficaz contra países fracos;

- Operações contra o Tráfego Marítimo por meio de campanhas submarinas ou de minagem – o que pode ser eficazmente combatido pelas contramedidas de minagem conhecidas e por meios navais em operações antissubmarino, aí incluindo a navegação em comboios; e

- O Bloqueio naval – a principal alternativa de coerção naval para Pape – só é eficaz se o Estado alvo for muito dependente do comércio marítimo, o que é função das características geográficas e de sua estrutura econômica, não tem efeito sobre economias industriais, pode ser contornado em muitos casos pelo transporte terrestre, principalmente o ferroviário, e equivale ao embargo comercial, típico de tempo de paz, ou seja, pode prescindir de ações armadas, desde que o Estado tenha poder político no Sistema Internacional que permita implementá-lo, sem violação expressiva por Estados que apoiem o Estado-alvo.

Como deficiência comum, as alternativas navais atingem o Estado alvo como um todo, permitindo a máxima resistência à pressão, não possuindo a seletividade do Poder Aéreo para explorar suscetibilidades internas do Estado-alvo.

Na opinião deste autor, as observações de Robert Pape estão marcadas pela visão dos EUA, que, com um sem número de bases aéreas pelo mundo, podem pensar na ação de seu poder aéreo praticamente em todo o planeta, levando em conta apenas a seletividade e a capacidade de realizar ataques profundos no território inimigo, sem considerar a necessidade de ter que aproximar um destacamento aéreo da área do objetivo.

Nesse particular, sobressai a vantagem de uma das características das forças navais, a capacidades de permanecer independente e indefinidamente em qualquer ponto da maior parte do Globo, tirando partido da liberdade de navegação dos navios quando em águas internacionais, que cobrem praticamente 2/3 do planeta.

Como diz Kearsley, enquanto a permanência de uma força terrestre é limitada a suas fronteiras, podendo ter sua presença notada apenas em Estados vizinhos; e a de uma aeronave se manter numa área é medida em horas, e limitada a seu raio de ação; a permanência de uma força naval pode se estender até onde chegam as águas internacionais, é medida em dias, e pode ter duração indefinida dependendo da proximidade de portos amigos ou da capacidade de reabastecê-la no mar de combustível e materiais.

Além dessa característica, Kearsley e as doutrinas navais britânica e brasileira destacam outras que são importantes para ações de dissuasão imediata e coerção: a mobilidade – capacidade de deslocar-se a grandes distâncias mantendo a capacidade de emprego imediato; a versatilidade – capacidade de regular o poder de destruição e a postura militar como necessário a realizar uma ampla gama de tarefas; e a flexibilidade – a de organizar grupamentos operativos de diferentes valores em função da missão (KEARSLEY, 1992, p. 42 a 44; BRASIL, 2004, p.1-2§8 e 9; UNITED KINGDOM, 2004, p. 29 e 30).

Os exemplos de Pape cobrem principalmente as guerras dos séculos XVIII, e XIX e as guerras mundiais do século XX, o que explica sua observação sobre as operações anfíbias – que apenas seriam eficazes em regiões de infraestrutura deficiente, faltando acrescentar que esse aspecto não a anula como ferramenta, pois cenários como esse têm ocorrido em problemas militares recentes, onde tais operações foram decisivas, como a Guerra da Coreia e a Guerra das Malvinas, mas, mesmo na Segunda Guerra Mundial e em uma região desenvolvida, houve oportunidade para sua aplicação, como o demonstrou a Operação *Overlord* que, com o desembarque nas praias da Normandia em 1944, também foi decisiva naquele conflito.

Pape apenas mencionou a projeção de poder sobre terra por operações anfíbias, sem sequer cogitar das ações aeronavais, em que aeronaves e, atualmente, mísseis de cruzeiro de longo alcance, como o *Tomahawk*, de 1400 milhas (2600 km) (SAUNDERS, 2007, p.881§3), são lançados por meios navais, inclusive submarinos mergulhados, sobre objetivos em terra e, dotados dos modernos sistemas de orientação, como o Sistema de Posicionamento Global (“*Global Positioning System*” – GPS), proporcionam a mesma seletividade e a capacidade de ataque em profundidade dos vetores aéreos baseados em terra.

Seu livro é anterior ao programa norte-americano de conversão de submarinos lançadores de mísseis balísticos (SLMB) em submarinos lançadores de mísseis de cruzeiro (SLMC), pelo qual, quatro dessas unidades podem agora, lançar 154 mísseis de cruzeiro *Tomahawk*, cada uma (O’ROURKE, 2008, p. CRS-1§2).

É necessário esclarecer que a dissuasão e a coerção englobam as ações que, de alguma forma procuram influir na decisão do inimigo a nosso favor, sem necessariamente inabilitar todos os seus meios de ação estratégica. Esta condição, porém, pode ser considerada necessidade militar ou política, dando margem às ações que visam a destruir ou neutralizar capacidades do adversário, sem tentar forçar sua decisão de não empregá-las. Tais ações são englobadas no que a literatura tem chamado de “força bruta” (BYMAN;WAXMAN, 2002, p. 3§3 e p.4§2 a p.5§3).

1.1.2 – Estados Continentais e Marítimos

Algumas teorias procuram caracterizar os países como “marítimos” ou “continentais”, diferença estabelecida pelas condições do ambiente geográfico, que condicionam a História e o caráter nacional dos povos, com considerável impacto sobre a forma de pensar e empregar o Poder Naval.

Para Mackinder, os países marítimos – os insulares ou com grande predominância da extensão da orla marítima sobre a dos limites terrestres – tendem a desenvolver no povo a vocação oceânica, passando à História pelo papel que os interesses marítimos têm na política interna, formando líderes e favorecendo sua ascensão, e na política externa, conseguindo projeção internacional. Foi o caso dos fenícios, gregos, portugueses e holandeses; e é, atualmente, o dos britânicos e japoneses.

Os países mediterrâneos, ou de razoável predominância dos limites terrestres sobre a extensão da linha de costa, tendem a desenvolver a vocação continental, passando à História por suas tendências expansionistas⁸ e, ainda que tenham, ou tenham tido no passado, projeção internacional, esse processo não incluiu os interesses marítimos como fator relevante, embora estes, em alguns momentos, possam ter recebido atenção. Foi o caso dos citas, persas, germanos e mongóis; e é, atualmente, o dos alemães e russos.

Uma categoria intermediária – os países híbridos ou anfíbios – são os que apresentam certo equilíbrio entre limites terrestres e marítimas e desenvolvem simultânea ou alternadamente ambas as vocações. Foi o caso dos cartagineses, bizantinos e sarracenos; e é, atualmente, o dos franceses e norte-americanos (MELLO, 1999, 35 a 37).

O Almirante Caminha (1980, p. 401 e p.403§4 a p. 405), que emprega uma classificação semelhante a de Mackinder, mas não considera a categoria intermediária, enquadra os cartagineses como marítimos e, como Estados continentais, a França, os EUA e o Brasil, pela baixa prioridade dada às políticas públicas ligadas aos interesses marítimos. Já o General Meira Mattos (1990, p.59) considera o Brasil um Estado misto continental-marítimo, com predominância da vocação marítima porque, apesar de a linha de fronteira terrestre ser o dobro da marítima, é nesta que se encontra “a maior vitalidade política e econômica da nação”.

O General (MATTOS, 1990, p. 58) se refere a uma forma de avaliar a relativa “maritimidade” ou “continentalidade” dos Estados, por meio do “quociente de maritimidade” (QM) – a razão entre a extensão linear da costa (limite marítimo) e a de seu limite terrestre. Pastore

⁸ O expansionismo aqui deve ser entendido como a expansão das fronteiras terrestres, submetendo ou anexando povos vizinhos, nos processos assinalados por MATTOS (1990, p.41 item 7 e p. 50§4).

(p.241 a 244), tabula tais quocientes para os países da América Latina e, com base em fatores históricos e culturais por ele analisados, propõe a classificação de Mackinder considerando marítimos os de $QM \geq 1$, continentais, os de $QM \leq 0,4$, e híbridos, os de $0,4 \geq QM \geq 1$, como mostrado na tabela 1.1. Nessa classificação, o Brasil, com $QM=0,47$, é híbrido e mais próximo da continentalidade, característica que pouco se modifica se, em vez do comprimento da linha de costa (7408 km) usarmos a “fronteira marítima”, conceito proposto no capítulo 4 (9.557 km), passando o QM para 0,61.

	Países	LT	LM	TOT	QM
Con- ti- nen- tais	Paraguai	3920	0	3920	0,00
	Bolívia	6473	0	6473	0,00
	Guatemala	1628	330	1958	0,20
	Colômbia	6004	2076	8080	0,35
Hí- bri dos	Peru	5536	2330	7866	0,42
	Brasil	15735	7408	23143	0,47
	Argentina	9665	4731	14396	0,49
	Honduras	1382	692	2074	0,50
	Venezuela	4993	2816	7809	0,56
	Uruguai	1564	966	2530	0,62
	El Salvador	460	304	764	0,66
	Nicarágua	1109	824	1933	0,74
	Chile	6171	5338	11509	0,87
Ma ríti mos	Equador	2010	2057	4067	1,02
	Costa Rica	615	826	1441	1,34
	México	4305	10170	14475	2,36
	Re.Dominicana	310	972	1282	3,14
	Haiti	310	1081	1391	3,49
	Panamá	546	1920	2466	3,52
	Cuba	0	3380	3380	#DIV/0!

Tabela 1.1 - Quocientes de Maritimidade dos países da América Latina

Foram numerosos os conflitos entre potências continentais e marítimas, e a experiência histórica incute no povo e nas lideranças uma maneira própria de ver o mundo e os problemas; além disso, muitos dos fatores que condicionaram a evolução dos Estados permanecem em ação, principalmente os de ordem geográfica e econômica, e são considerados nos planejamentos de alto nível. Desta forma, existe marcada diferença na seleção de objetivos, na maneira de empregar o poder, enfim, nas estratégias – entre essas categorias de Estado.

O pensamento continental tende a considerar o mar como espaço para defesa em profundidade do território. Normalmente, a principal consideração das estratégias navais de tais países consiste na negação ao inimigo da capacidade de projetar poder sobre seus territórios

(HUGHES, 2000, p.165§4), implicando a negação do uso do mar nas áreas adjacentes ou em seus acessos.

As potências marítimas tradicionalmente consideram que, seja o objetivo político ofensivo ou defensivo, é impossível realizar qualquer ação sem estabelecer algum grau de controle de área marítima, com ação agressiva sobre o inimigo; e mesmo que o propósito seja defensivo, a melhor linha de ação envolve um contra-ataque com projeção de poder além-mar (CORBETT, 1911, p.29§2). Esta ideia é tão arraigada que são comuns críticas ao pensamento continental: “Marinhas são organizações intrinsecamente orientadas ofensivamente e devem ser mantidas e engajadas em posição avançada. O primeiro sinal de suas iminentes inutilidades é o fato de serem puxadas para trás, para um papel defensivo.” (PATTON, 2007, p.277§5)

1.2 O Poder Naval na atualidade

Na atualidade, a conotação defensiva do emprego do Poder Naval está tendendo a aumentar de importância em virtude do valor intrínseco adquirido por certas áreas marítimas, preponderantemente as litorâneas. Para os antigos teóricos da guerra naval, o mar só tinha valor como via de trânsito, valendo a seguinte afirmação de Corbett (1911, p.89§3 e 90§3):

O único método correto é perguntar o que podemos assegurar para nós próprios e o que podemos negar ao inimigo pelo Comando do Mar. Agora, se excluirmos os direitos de pesca, que são irrelevantes para este assunto, o único direito que nós ou nosso inimigo podemos ter no mar é o direito de passagem. Em outras palavras, o único valor positivo que o alto mar tem para a vida nacional é o de meio de comunicação.

Atualmente, contudo, com as descobertas e as possibilidades de exploração comercial de recursos naturais no solo ou no subsolo marinhos, várias áreas marítimas passaram a constituir objetivo de defesa por seu próprio valor. Cabe notar ainda que, entre as potências atuais, as principais jazidas marítimas de recursos naturais importantes – petróleo e gás – têm ocorrido nas áreas litorâneas da principal potência continental – a Rússia – aumentando a importância das estratégias navais defensivas que já praticava.

Além dos recursos em si, as instalações de exploração existentes em várias partes do mundo contêm estruturas de tal porte e relevância econômica, que sua proteção constitui tarefa da maior importância para o Poder Naval. A Bacia de Campos, por exemplo, se estende aproximadamente da altura de Vitória (ES) a Arraial do Cabo (RJ), compreende um respeitável complexo com cerca de 40 plataformas, apoiado por 120 navios, onde circulam 44.000 pesso-

as por mês, com cerca de 4.200 km de dutos de óleo e gás no fundo do mar (números de 2007) e é responsável por 80% da produção brasileira de petróleo e por 42% da de gás (DADOS, 2012).

Cabe observar também que, devido ao progresso tecnológico, algumas regiões oceânicas muito afastadas dos litorais já são importantes pela extração mineral, e essa prática deve aumentar nos próximos anos, trazendo relevância geopolítica à “Área” – a parte dos fundos marinhos fora das jurisdições nacionais segundo a CNUDM – pelo valor estratégico dos recursos extraídos para alguns países, como a Coreia do Sul, que considerou a vulnerabilidade de sua economia aos choques de oferta de certos recursos como manganês, cobalto, níquel e cobre, motivo suficiente para realizar vultosos investimentos para sua extração do fundo do mar em várias áreas do Pacífico (KORDI, 2008, slides 4 a 7)⁹.

A Índia, o único investidor a pleitear e conseguir uma concessão no centro do Oceano Índico, quando todos os outros pleitearam no Pacífico, demonstra que, além da importância econômica, pode haver importância geopolítica em tais empreendimentos (ÍNDIA, 2007, p. 57).

A *International Seabed Authority* (ISBA – órgão da ONU que regulamenta a exploração dos fundos marinhos) está, no momento, elaborando a regulamentação de outro recurso, as “crostas cobaltíferas”, que ocorrem também no Atlântico e estão sendo objeto do interesse de vários Estados, inclusive o Brasil.

As jazidas de petróleo e gás submarinas já são objeto de incidentes, como os verificados entre a China, o Japão e outros Estados da região (COLE, 2007, p. 30§ 2), e, segundo o analista russo Yuri Krupnov (2006, p.44§3), poderão criar competições interestatais conflituosas. No tocante à “Área”, as jurisdições nacionais distantes do território, eventualmente criadas no futuro por outros Estados à semelhança da Índia, criarão, como já acontece com esse país, novos encargos para o Poder Naval.

A exploração mineral, tanto nas áreas jurisdicionais litorâneas como as situadas na Área, contribui para o aumento da prioridade das atividades de exercício da soberania e sua aproximação com as de proteção, vale dizer, a aproximação entre atividades militares e constabulares (o “Controle de Áreas marítimas” e a “Patrulha Naval”), indicando que podemos estar assistindo ao nascimento de uma nova ordem oceânica (KEARSLEY, 1992, p.17§3 a 5).

⁹ O país prospectou 1,3 milhões de Km, construiu um navio e projeta construir outro maior, contratou uma área de 150.000 km junto à ISBA (órgão especializado da ONU), selecionou mais duas de 75.000 Km e adquiriu do governo de Tonga (um Estado arquipelágico) a licença para prospectar em sua ZEE.

Outro aspecto concernente aos poderes navais é a “Dominância Naval” (“*Naval dominance*”), termo a que alguns estudiosos, normalmente norte-americanos, tem se referido para designar a atual condição dos EUA, em que seu Poder Naval é potente o suficiente para não ter opositor (U.S. NAVAL, 2008; FRIEDMAN, 2007. “The Value of the Naval Power”) - a hegemonia marítima global - e, ainda que não exerça o controle do mar permanentemente em todos os oceanos do mundo, pode exercê-lo, mesmo em grau irresistível (“*overwhelming*”), quando e até quando lhe aprouver, em qualquer de seus pontos, o que lhe dá proeminência nos assuntos mundiais, já que os oceanos cobrem continuamente 2/3 da superfície do Globo e proporcionam acesso à maioria dos Estados, tornando-os vulneráveis a suas ações de projeção de poder. Cabe notar que o conceito é diferente do “Domínio do Mar”, presente na literatura naval brasileira antiga (Caminha, 1980, 378-384), que corresponde ao controle de grandes áreas marítimas.

A Segurança Marítima é outro tema recorrente na literatura. Geoffrey Till considera que atualmente, em face da globalização, o comércio marítimo constitui um sistema, pois o que o afetar em qualquer lugar do mundo pode produzir consequências graves e imediatas na segurança e na economia de outros países. Ele constitui a única possibilidade de trocar mercadorias economicamente para a manutenção dos atuais padrões de vida, movimentando noventa por cento (em peso e volume) das trocas mundiais (TILL, 2006, p.9§4 a p.10§2; p.8§3).

Tal sistema, que é global, tem as vulnerabilidades decorrentes da miríade de interesses a ele inerentes, aí incluindo as óticas nacionais e regionais, implicando o problema político de avaliar se são ou não favoráveis aos interesses da comunidade comercial e, se não forem, reduzir suas influências, estabilizando-os ou reorganizando-os, o que poderá exigir força militar (TILL, 2006, p. 11§1).

As possibilidades de reação preconizadas implicam as seguintes capacidades:

- as marinhas, apoiadas pelas guardas costeiras, deverão possuir a capacidade de controlar suas áreas marítimas de interesse;
- os poderes navais deverão ter a capacidade de projeção de poder sobre terra, a fim de promover a estabilidade internacional, fundamental para o comércio internacional; e
- as marinhas e guardas costeiras deverão contribuir para a manutenção da ordem nos oceanos.

Os conceitos de Till, a par de precedentes, servem perfeitamente à manipulação política da Ética – em termos de ações em proveito do bem comum, para benefício de Estados mais poderosos – como previsto na Doutrina da Harmonização de Interesses, identificada por Carr (1981, p.52§2).

Cabe notar que, com sua orientação, Till também preconiza a junção do Controle de Área Marítima - afeto à Esquadra, com a Patrulha Naval - afeta às guardas costeiras; além disso, preconiza o CAM defensivo, ou seja, o exercido nas proximidades de seu próprio litoral e que, no espectro “controle absoluto – negação absoluta” antes citado, está mais próximo da negação, pois tem o propósito de negar o mar às ameaças. Tanto é assim, que o exemplo citado é o conceito norte-americano “*Sea Shield*”, que tem essa conotação (TILL, 2006, p. 15§2).

O “Conhecimento do Espaço Marítimo” (“*Maritime Domain Awareness*” – MDA) (UNITED STATES OF AMERICA, 2005, p.i e ii) é outro tema atual e pode ser entendido como a efetiva compreensão de tudo o que puder ser associado ao espaço marítimo, e possa ter impacto sobre a segurança em todas as acepções (“*security*” e “*safety*”), economia ou ambiente do Estado.

O MDA é um conceito norte-americano desenvolvido primariamente com finalidade defensiva (“MDA é a componente chave para uma ativa defesa em profundidade em camadas”) e de Segurança Marítima, com foco na ameaça terrorista e das armas de destruição em massa (ADM), mas tem sido empregado de forma mais abrangente, consistindo em sistemas capazes de prover continuamente informações de todas as naturezas que possam ser necessárias às atividades constabulares e militares. Assim, inclui o conhecimento da presença, movimentos e outras características de objetos e condições cuja existência é importante a diversas atividades, tanto de Patrulha Naval, como de Controle de Áreas marítimas, Negação do Uso do Mar, Projeção de Poder, etc.

O MDA é obtido por sistemas capazes de coletar, fundir, analisar, apresentar e disseminar dados e inteligência útil para comandantes e encarregados de atividades pertinentes ao espaço marítimo. Trata-se da integração de sistemas de vigilância, segurança marítima, processamento e disseminação de grande volume de dados, constituindo atualmente a base para as atividades acima e o destino de boa parte dos investimentos de marinhas modernas com satélites, aeronaves de esclarecimento, redes, etc; por vezes com integração a sistemas nacionais de Inteligência.

O MDA tem sido objeto de grande interesse por algumas marinhas, como a da Índia, que o considera um determinante-chave de sua estratégia naval e um fator capaz de aumentar a distância entre as capacidades da marinha indiana e de outras marinhas do Índico (ÍNDIA, 2007, p. 10§2; p.12§3; p.117§1). A Marinha do Brasil também pretende investir num grande sistema de MDA, o “Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul” (SisGAAz).

1.2.1 A Guerra de Litoral

A atualmente chamada “Guerra de Litoral” engloba as estratégias navais aplicáveis à situação atual, em que um Poder Naval dominante – o dos EUA – não tem oposição naval à altura, seja em termos de disputa do controle das áreas marítimas, como na guerra do Pacífico, seja em termos de negação do uso do mar, como na Batalha do Atlântico, ambas na 2ª GM, seja nas duas formas, como durante a Guerra fria, após os anos 1970, quando a marinha soviética passou a desenvolver e desdobrar pelos oceanos poderosas forças de superfície, além da sua também poderosa força de submarinos.

Quando existe oposição à altura, a guerra tende a se tornar oceânica, com a busca do controle das águas azuis para permitir seu uso – tradicionalmente o transporte marítimo, para fins civis e militares, e a projeção de poder, para fins militares.

No Pós-Guerra Fria, a oposição naval soviética desapareceu, os conflitos oceânicos foram esquecidos e vieram as intervenções dos EUA e seus aliados com a atuação de seus poderes navais sobre litorais alheios.

O conceito foi inicialmente estabelecido pelo documento “...*From the Sea: Preparing the naval service for the 21st century*” de setembro de 1992, que constituía o primeiro passo para a implementação da nova Estratégia de Segurança Nacional emitida pelo Presidente: (UNITED STATES OF AMERICA, 1992, “*INTRODUCTION*” §2 e 3)

Esta Estratégia de Segurança Nacional tem profundas implicações para a Marinha e o Corpo de Fuzileiros Navais. Nossa estratégia mudou de um foco em uma ameaça global para um foco em desafios e oportunidades regionais. Enquanto a perspectiva de uma guerra global desapareceu, estamos entrando num período de enormes incertezas em regiões críticas para nossos interesses nacionais. Nossas forças podem ajudar a conformar (“*shape*”) o futuro de formas favoráveis aos nossos interesses sustentando (“*underpinning*”) nossas alianças, evitando a formação (“*precluding*”) de ameaças e ajudando a preservar a posição estratégica que ganhamos com o fim da Guerra Fria.

E assim foram mudados o foco e, conseqüentemente, as prioridades de aplicação de recursos, das operações no mar (“*on the Sea*”), para o emprego das forças a partir do mar (“*from the Sea*”) – ações de projeção de poder para influenciar eventos nas regiões litorâneas do mundo (UNITED STATES OF AMERICA, 1994a, p. “*Forward...From the Sea*” §1).

A consideração básica afirmava que, como uma nação marítima, a Estratégia de Segurança dos EUA era necessariamente transoceânica, e seus interesses vitais estavam na extremidade final das “estradas do mar” (“*highways of the seas*”), as linhas de aproximação estratégica que se estendem dos EUA aos pontos mais distantes do planeta.

A nova concepção mantinha a “Diplomacia Preventiva” como apoio à Política Externa, e era implementada por meio de forças navais avançadas em todas as regiões de maior importância estratégica do Globo (o Atlântico, o Mediterrâneo, o Pacífico, o Índico, o Mar Vermelho, o Golfo Pérsico e o Caribe) que demonstrariam a intenção e a capacidade de juntar os aliados da OTAN e outros, mas também potências amigas, na defesa dos interesses compartilhados, bem como provendo os meios para a reação a crises, se tal dissuasão falhasse (UNITED STATES OF AMERICA, 1994a, “*The Strategic Impreative*”§2 e 3).

Havia uma ideia antiga de que o conflito em regiões litorâneas seria algo muito fácil para uma marinha oceânica, porque consistiria no enfrentamento de marinhas costeiras, em geral pequenas e fracas, mas a tecnologia mudou esse quadro, aumentando o poder dos meios costeiros (JOERGENSEN, 1998, p. 20§3); além disso, existem hipóteses de confronto dos EUA que correspondem à Guerra de Litoral, como aqui conceituada, em que seu oponente é a China, cujas forças armadas estão longe de serem pequenas e fracas (MURDOCK, 2002, p.474§5).

O armamento naval empregável nas ações de projeção inclui mísseis de cruzeiro para ataque a alvos terrestres como o míssil de cruzeiro *Tomahawk*, de muito longo alcance – 1400 milhas (2600 km) (SAUNDERS, 2007, p.881§3), alta precisão e cabeça convencional, mas de alto poder, que, após o lançamento, voa em baixa altitude até o alvo, orientado por sistemas de navegação por satélite (GPS); ou seja, ao contrário dos engajamentos táticos, as plataformas são dispensadas de coletar os dados do alvo, apenas recebendo a ordem de seu comando, introduzindo as coordenadas nos mísseis e lançando-os.

Dessa forma, as plataformas não precisam se arriscar, aproximando-se dos objetivos. Basta se postarem na área que lhes for mais conveniente, fora do alcance do inimigo, mas mantendo os alvos dentro do alcance dessas armas, que é bem longo, fazendo com que a guerra, mesmo sendo “de litoral” se estenda por centenas de milhas mar afora.

As forças atacantes podem sofrer oposição conjunta de forças navais, aeronavais, submarinas, de minas, de mísseis lançados de terra e de aviação baseada em terra – ou seja, a velha negação do uso do mar nas áreas de aproximação ao território, por meios não mais apenas navais, mas também, aéreos e terrestres, tudo com armamento atual e por vezes sofisticado, o que recebeu o nome de medidas “antiacesso” ou “de negação de área” (MURDOCK, 2002, p. 473§1 a 3).

Tais medidas visam a dificultar ao inimigo, não necessariamente o controle da área marítima intermediária, ou nas proximidades do objetivo, mas simplesmente o acesso a elas, como necessário à projeção.

Em consequência, não deixa de ser curioso que a resposta da marinha norte-americana para manter a capacidade de projeção, também não consiste exatamente em melhorar as condições de obter o controle do mar, requisito praticamente indispensável no passado, mas a de possibilitar a projeção dispensando o controle, sendo que uma das formas é atacar de fora do alcance do inimigo (MURDOCK, 2002, p.483§1).

É bem verdade que tal situação é transitória e normalmente resumida à abertura das ações; pois exceto em raros casos, a operação consiste numa intervenção, e haverá necessidade do controle da área marítima adjacente, para a projeção de poder em maior escala. A projeção inicial apenas precede o controle, o que também não deixa de constituir novidade.

As medidas antiacesso, supostamente simples e de baixo custo – daí a atração pelos países de orçamentos limitados – foram objeto, nos últimos anos, de considerável atualização tecnológica. Já não são tão simples e de tão baixo custo, e vão muito além dos tradicionais campos minados e zonas de patrulha de dois ou três submarinos convencionais nos acessos ao porto principal do país, ou a algum outro objetivo importante.

A China, p. ex, dispõe de material capaz de tornar ineficaz boa parte da capacidade norte-americana de projetar poder, inclusive com projetos únicos, como o míssil balístico antinavio, arma de longo alcance (cerca de 900 milhas – 1.700 km) e de muito difícil oposição, mesmo pela marinha dos EUA (MURDOCK, 2002, p.479; BONAFEDE, 2008, “*The Threat*”; PHILLIPS, 2010); e os sistemas antissatélite, que atacam a espinha dorsal da superioridade norte-americana. Além desses sistemas, contudo, vários outros, “simples e de baixo custo”, mas atuais, como submarinos convencionais modernos e minas avançadas, são acessíveis mesmo a Estados mais limitados e podem ameaçar a capacidade de forças navais e anfíbias de países mais poderosos operarem em suas águas litorâneas.

1.3 Apreciações

As tarefas básicas constituem as capacidades fundamentais do Estado para atuar no mar e, dependendo da situação estratégica, as Políticas de Defesa privilegiarão uma ou outra.

Durante a Guerra Fria, os Estados do Bloco Ocidental orientavam suas Políticas de Defesa principalmente para a disputa do Controle de Áreas Marítimas contra o Bloco Oriental, cujas políticas de defesa eram duplamente orientadas – para a negação, com a força de submarinos, e para a disputa, com as forças de superfície e aeronaval – todas essas ações visualizadas nas grandes extensões oceânicas.

A projeção de poder foi e continua sendo a principal forma de pressão do mundo desenvolvido sobre outros Estados ou sociedades, tendo sido extensivamente empregada no processo neo-colonialista dos séculos XIX e XX. Diferentemente daquela época, contudo, o lado mais fraco não é mais completamente inoperante no mar; vários dos atuais Estados em desenvolvimento possuem forças navais que podem oferecer considerável oposição e orientam suas Políticas e estratégias de Defesa levando em conta a citada pressão.

Assim, com o fim da Guerra Fria, a Guerra de Litoral estabeleceu dois grupos de Estados no sistema internacional, segundo as Políticas de Defesa relativas a forças navais:

- os de postura predominantemente ofensiva, que participam das ações e intervenções com suas forças navais, longe de seus territórios. São os beligerantes do “lado do mar” – os “atacantes”; e

- os de postura predominantemente defensiva, em que as Políticas e estratégias de defesa são prioritariamente voltadas para a reação a ações de projeção de poder em seus litorais, empregando suas forças navais, aéreas e terrestres a partir do mar ou de seus territórios. São os beligerantes do “lado da terra” – os “atacados”.

Em outras épocas da História, ocorreram conflitos armados entre Estados continentais e marítimos, mas a possibilidade de guerras oceânicas não terminava como consequência da vitória da potência naval, porque existiam outras potências navais, candidatas à condição de futuros adversários. Mesmo no século XX, as duas guerras mundiais não resultaram em semelhante divisão entre os padrões de Políticas de Defesa. A diferença para a situação atual é que o fim da Guerra Fria resultou na unipolaridade, com a hegemonia da potência naval vitoriosa.

A dominância naval exercida pelo Poder Naval norte-americano e de seus aliados, calcada no monitoramento global e aliada à quantidade e distribuição planetária de suas forças, proporciona a concentração de poder tempestiva e incontrastável em praticamente qualquer ponto dos oceanos, inviabilizando a oposição por disputa do controle de áreas marítimas e ensejando a oposição apenas por negação do uso do mar próximo aos litorais dos atacados, ou por ações assimétricas.

O cenário aí aludido – enfrentamento bélico atacante x atacado, é uma situação de gravidade extrema e, como tal, implica forte motivação para o preparo das forças navais dos dois lados. Essa preparação, contudo, caso exclusiva, faria com que as forças navais deixassem de atender a certas necessidades estratégicas da alçada do Poder Naval, que também podem ocorrer, como a de controlar áreas marítimas para proteger as LCM. Desta forma, a maioria dos Estados divide seus esforços entre a preparação do Poder Naval para a Guerra Naval tradicional e para as estratégias da Guerra de Litoral.

1.4 Conclusões do Capítulo 1

Como aponta Kearsley (1992, p.42), os poderes navais têm utilidades únicas. Uma delas é a capacidade de permanecer independente indefinidamente em qualquer ponto das águas internacionais, o que permite realizar ações de dissuasão imediata e de coerção sobre praticamente todos os Estados do planeta, dependendo da capacidade de projetar poder e da comparação de poderes combatentes com o Estado-alvo.

A dependência mundial do transporte aquaviário tornou a segurança do tráfego marítimo uma necessidade global, e, em consequência, passível de se tornar objetivo estratégico de atores estatais e não-estatais, com grande potencial para manipulação política, principalmente por parte dos Estados desenvolvidos.

A atual importância da Patrulha Naval, em face das necessidades de segurança marítima decorrentes principalmente do vulto assumido pelo tráfego marítimo e pela extração de petróleo e gás em áreas marítimas litorâneas, a está aproximando conceitualmente do controle de áreas marítimas (fixas e móveis), provocando a sugestão dada por Till para o trabalho conjunto das marinhas e guardas costeiras, o que já é a prática do Brasil, que não possui guarda costeira, sendo todas as atividades realizadas pela Marinha.

A Guerra de Litoral se tornou um paradigma da guerra naval que influencia as Políticas de Defesa dos Estados e se resume ao duelo “Projeção de Poder” x “Negação do Uso do Mar” em áreas litorâneas. Como ela é consequência da unipolaridade militar dos EUA, poderá sofrer alterações ou mesmo terminar, se essa condição mudar sensivelmente.

A guerra de litoral valorizou especialmente a mobilidade e a capacidade de operar em litorais alheios, aspectos que constituem vantagens ponderáveis dos submarinos, o assunto do próximo capítulo.

2 O SUBMARINO

Este capítulo tem por propósito apresentar os principais conceitos concernentes à obtenção, manutenção, operação e utilidade dos submarinos, a fim de permitir a compreensão do papel dessas unidades na guerra naval, avaliar as modificações desse papel com as alterações introduzidas no Pós-Guerra Fria e comparar os papéis representados pelos submarinos convencionais e nucleares.

O capítulo anterior tratou do Poder Naval como o instrumento do Estado para atuar nos espaços marítimos e apresentou algumas das características – permanência, mobilidade, versatilidade e flexibilidade – que, em conjunto com o cumprimento das tarefas básicas, permitem-lhe obter efeitos políticos no espectro da violência que vai da ação humanitária à guerra generalizada. Como será aqui apresentado, o submarino prima pelas duas primeiras características e suas ações típicas ocupam as faixas superiores do espectro – a dissuasão, a coerção e a “força bruta”, destacando-se a primeira por sua maior aplicação política.

O submarino surgiu durante a “Revolução Naval” (KREPINEVITCH, 1994, p.4) do século XIX revolucionando a tática e a Estratégia de modo a proporcionar a poderes navais em inferioridade, a capacidade de reagir a potências. Atualmente, apesar de essa conotação se manter em muitos casos, esses meios também integram o inventário das potências, porém com tipos e empregos algo diferentes.

2.1 Características Básicas dos Submarinos

Os submarinos são meios navais cuja principal característica operacional é a ocultação (grifo deste autor), que constitui sua razão de existir e lhes dá a capacidade única de operar em águas sob controle de qualquer ator, inclusive do inimigo.

No meio atmosférico, a radiação eletromagnética se propaga praticamente em linha reta, e a superfície do mar se comporta como uma planície, fazendo com que navios, aeronaves

e outros objetos não tenham como escapar à detecção visual e radar, esta, a distâncias que podem chegar a centenas de milhas. Essa energia, contudo, não penetra no meio subaquático (nas faixas de frequência usuais) e, portanto, os submarinos, quando completamente imersos, são imunes a tais sensores.

O mesmo não ocorre com a energia sonora, que se propaga nesse meio, ainda que com alcances muito menores. Assim, ela é empregada em sistemas de detecção e comunicações subaquáticos, mas sua propagação não é retilínea e é fortemente condicionada pelas características ambientais, fazendo com que as possibilidades de detecção e contradetecção de submarinos possam variar drasticamente com a profundidade, as horas do dia, as estações do ano e certas particularidades geográficas da área, como a baixa salinidade, próximo à desembocadura de grandes rios, o alto ruído ambiente, nas vizinhanças de portos movimentados, e outras.

Desta forma, o mar abaixo da superfície não se comporta como uma planície, o meio subaquático provoca efeitos análogos aos do “terreno” na guerra terrestre, criando “camadas” e outras distorções da propagação em que os submarinos podem se esconder dos feixes sonoros, retardando ou evitando sua detecção por navios de superfície ou por outros submarinos, bem como aumentando o alcance com que podem detectar essas plataformas, tudo dependendo do conhecimento do ambiente local e dos recursos tecnológicos disponíveis.

Outras características dos submarinos são as seguintes:

- Independência das condições atmosféricas quando em imersão, pois o mau tempo só afeta a superfície;

- mobilidade tridimensional, o que lhe permite explorar taticamente as condições de propagação sonora da área como necessário para realizar buscas, aproximar-se de um alvo sem ser detectado, romper o contacto se for detectado, atacar, evadir-se, despistar sonares de busca ou de torpedos, etc.

- grande autonomia – os submarinos são projetados para possuírem grande autonomia, com guarnição reduzida e menores necessidades logísticas que navios de superfície, a fim de poderem operar por longos períodos longe das bases. Um submarino convencional da classe Tupi, por exemplo, tem tripulação de trinta homens e autonomia de 60 dias (SAUNDERS, 2007, p.63);

- alta capacidade de detecção passiva – além da mobilidade tridimensional que permite a máxima exploração dos efeitos ambientais, os submarinos são inerentemente menos ruidosos que os navios de superfície e por isso possuem, em geral, grande superioridade sobre eles em detecção passiva;

- incapacidade de graduar o uso da força – o submarino constitui exceção aos navios de guerra, que se caracterizam pela capacidade de graduar o uso da força dependendo do propósito político – a versatilidade (BRASIL, 2004, p.1-2§8). O armamento se resume ao torpedo, que é arma de destruição e não de neutralização, e mísseis de alto poder de destruição. Além disso, como o tiro revela sua presença anulando a principal característica, a ocultação, as doutrinas para seu emprego normalmente só prevêm o ataque com o propósito de cumprir a missão, se esta incluir a destruição de alvos, ou em autodefesa, principalmente se for convencional, caso em que as limitações de velocidade e autonomia submersa podem inviabilizar a evasão após sua detecção segura, por navios antissubmarino (AS) bem equipados e adestrados; e

- dificuldade de Comando e Controle – porque o estabelecimento de comunicações é complexo, acarretando normalmente alguma indiscrição, podendo comprometer a segurança.

Os submarinos de propulsão nuclear possuem, adicionalmente, as seguintes características:

- alta velocidade máxima mantida (VMM) – os nucleares possuem velocidade máxima normalmente acima de 25 nós, tipicamente em torno de 30 nós (55,56 km/h)¹⁰, e nela podem navegar indefinidamente, ao contrário dos navios de superfície, que tem grande redução de raio de ação nesses casos¹¹. Um submarino nuclear poderá navegar durante toda a sua autonomia na velocidade máxima, dando voltas ao mundo. Poderá haver restrições ocasionais como em qualquer navio – por avaria de algum equipamento, para poupar o reator a fim de retardar a recarga por medida de economia, ou algo parecido, mas sem dependência do raio de ação em relação à velocidade;

- indetectabilidade por plataformas de superfície – Como qualquer submarino, os nucleares tem superioridade em alcance de detecção passiva e capacidade de manobra tridimensional, mas como têm capacidade de desenvolver velocidades muito altas, sempre podem manobrar para evitar a contra-deteção, seja qual for a direção com que se aproximem da unidade de superfície (HOLLAND Jr, 2002, p.338§3);

- os nucleares são divididos em dois tipos básicos: os “Submarinos Lançadores de Mísseis Balísticos” (SLBM ou SSBN, na terminologia norte-americana) e “Submarinos Nucleares de Ataque” (SNA ou SSN), que possuem um subtipo, o “Submarino Lançador de Mísseis de Cruzeiro” (SLMC – SSGN).

¹⁰ O recorde pertence a um submarino soviético da classe Papa (Projeto 661), construído em 1969, que chegava a 44,7 nós (82,8 km/h) (Ver MARININ, 1998, “*Golden Age of Submarine Building*”§4).

¹¹ Uma fragata classe Niterói, da Marinha do Brasil, tem raio de ação de 6300 milhas a 17 nós e de 1300 milhas, a 28 nós. (Ver SAUNDERS, 2007, p. 67)

Os submarinos convencionais (SC) são aqueles em que geradores acionados por motores diesel carregam baterias que alimentam os motores elétricos de propulsão. É o conceito consagrado desde a Primeira Guerra Mundial, na qual a unidade se desloca alternando períodos em que os motores diesel carregam as baterias e movem os motores elétricos de propulsão, com outros em que estes últimos são movidos pela carga das baterias.

Nos primeiros, o submarino fica mais vulnerável à detecção por navegar no “duto de superfície”, a camada junto à superfície em que o som se propaga na água a grandes distâncias, operando motores diesel, que são sistemas ruidosos, e com partes expostas acima dela, sujeitas à detecção radar ou visual, para acesso ao ar atmosférico¹², necessário ao funcionamento dos motores; nos outros, navega completamente submerso, a maiores profundidades. Esses períodos definem a “taxa de indiscrição” – razão, medida em percentagem, entre o tempo passado com partes expostas acima d’água (em carga de baterias) e o tempo total do deslocamento.

A operação típica de um submarino convencional compreende duas partes: a “patrulha”, realizada na “zona de patrulha” (ZP) e o “trânsito” da base para a ZP e de retorno à base.

As ZP são áreas cujas posições são determinadas pelo comando superior dos submarinos a fim de cumprir uma missão. Cada ZP é guarnecida por um submarino e nela ele permanece, operando os sensores da melhor forma possível a fim de maximizar a probabilidade de detecção de alvos e, se for essa a missão, engajá-los. O comandante tem liberdade para administrar, dentro das doutrinas de operação, os deslocamentos, velocidades, taxas de descarga de baterias, a carga das mesmas, etc; a fim de minimizar a probabilidade de ser detectado e maximizar os resultados.

É desejável que o submarino passe a maior parte de sua autonomia na ZP, onde tem sua missão a cumprir, e que minimize, portanto, o tempo de trânsito; mas também é desejável uma baixa taxa de indiscrição para reduzir a probabilidade de ser detectado durante o trânsito, só que isso acarreta uma baixa “velocidade de avanço” (SOA)¹³. Assim, o planejamento das operações leva em conta a relação de compromisso entre a vulnerabilidade do submarino à detecção, sua autonomia, o número de submarinos disponíveis, o número de submarinos necessários nas várias ZP e as alternativas de percurso e SOA.

¹² Normalmente o submarino continua mergulhado próximo à superfície, mas mantendo acima dela um tubo por onde o ar é aspirado.

¹³ “*speed of advance*” – velocidade usada para planejar o trânsito e que embute todas as variações consideradas para a operação.

Nas últimas décadas foram aperfeiçoadas algumas tecnologias conhecidas genericamente como AIP (“*Air Independent Propulsion*” – Propulsão independente do ar) que permitem aos SC carregar as baterias em imersão completa, ainda que com importantes restrições.

Todas elas exigem que o SC leve a bordo um suprimento de oxigênio, e proporcionam um acréscimo de autonomia submersa de, no máximo, cerca de 20 dias, a baixa velocidade (4 nós – 7,4 km/h), portanto, sua principal utilização operativa consiste, em princípio, em minimizar a exposição durante a patrulha e, nessa situação em que cumpre sua missão e se expõe mais às ações do inimigo, manter as baterias carregadas para ter melhores chances de realizar ataques e evasões.

É usual empregar os SC em zonas de patrulha relativamente próximas à costa, e um dos fatores que motivam tal prática é a maior dificuldade de detecção, pelos adversários, do ruído dos motores, nos períodos de carga de baterias, em virtude do maior ruído ambiente encontrado nessas áreas, oriundo principalmente da navegação e, especialmente, de pesqueiros. A AIP tem, assim, o efeito de estender a área de operação desses meios, permitindo que operem com mais segurança em regiões mais silenciosas, o que pode significar mais afastadas da costa, mas existem outras formas de emprego de submarinos que tornam conveniente dispor desse recurso.

As AIP não dispensam a propulsão convencional, sendo apenas complementares. Terminado o suprimento de oxigênio, o submarino só contará com as baterias e os motores diesel até repô-lo, o que só pode ser feito em porto ou base. As AIP também não provocam aumento da autonomia, cuja limitação é a capacidade de estocar gêneros alimentícios. Desta forma, dependendo de aspectos logísticos e operacionais, a AIP nem sempre é considerada compensadora, embora contribua para aumentar a discrição dos SC.

Um submarino nuclear é o dotado de uma planta de propulsão nuclear, ou seja, a que emprega um reator para gerar calor e produzir vapor d’água sob pressão, que é expandido em turbinas provendo energia mecânica ou elétrica para sua movimentação.

Nos submarinos convencionais modernos, são usuais SOA menores que 8 nós (14,8 km/h) e velocidades máximas pouco maiores que 20 nós (37 km/h), mas por muito pouco tempo. Um S-209 (classe Tupi) chega a 22 nós, mas apenas por cerca de uma hora, se as baterias estiverem totalmente carregadas (ZIMMERMAN, 2000, p.52§1). Trata-se de um recurso normalmente reservado para a evasão.

A potência disponível varia aproximadamente uma ordem de grandeza entre as formas de propulsão. Nos SNA norte-americanos da classe *Virginia*, é de 40.000 HP, nos convencio-

nais brasileiros da classe Tupi, é de 4.600 HP; nas melhores instalações AIP, a potência fica em cerca de 400 HP (SAUNDERS, 882; 63; WHITMAN, 2001, “*An AIP Perspective*”).

Além da velocidade alta e indefinidamente disponível, a grande disponibilidade de energia permite aos nucleares possuir facilidades e sistemas de alto consumo, proibitivos aos convencionais. Entre eles estão os de desmagnetização (conhecidos como “*degaussing*” e normalmente usados por navios de superfície) para proteção contra sensores e minas magnéticas (CLANCY, 2002, p.166§2); e os sonares ativos de alta potência.

Os submarinos, como os outros meios navais, tem sua vida útil dividido em “ciclos de atividade”, compostos por um “período operativo”, quando estará apto a cumprir as tarefas previstas, e “períodos de manutenção de longa duração” (PMLD), em que ele será retirado de serviço para a realização de revisões muito detalhadas.

Nos SC, o ciclo normalmente é determinado pela vida útil das baterias, que faz com que o período operativo dure cerca de 5 anos, e os PMLD, cerca de 1,5 a 2 anos. Nos submarinos nucleares, o ciclo de atividade é determinado pela necessidade de realizar rotinas de manutenção rigorosas, que, em alguns casos, incluem a recarga do reator.

Nas marinhas que usam urânio altamente enriquecido (EUA e Reino Unido), os reatores dos submarinos mais recentes (classe *Virginia* e *Astute*, respectivamente) recebem, na fase final da construção, carga para toda a vida útil (ZIMMERMAN, p.18§2; UNITED KINGDOM, 2010, p.21 item 2.A.4), e os submarinos, assim, têm seus PMLD condicionados por outros fatores. A França, que usa baixo nível de enriquecimento, projeta os submarinos nucleares para realizarem os PMLD em função das recargas – a cada 80 meses, para os SNA classe *Rubis*¹⁴, e cerca de dez anos, para os da classe *Suffren* (ainda em construção, pelo projeto “*Barracuda*”), que os substituirão (BARRACUDA, 2006).

Os períodos operativos são divididos em “ciclos operativos”, a fim de organizar a operação e a manutenção dos meios. Esses ciclos são compostos por um “período de operação”, determinado principalmente pela autonomia do meio, e um “período de inatividade”, tempo necessário às atividades de base ou porto entre duas missões, como reabastecimentos, pequenos reparos, adestramento e descanso das tripulações, etc.

No caso dos submarinos convencionais, que tem como tarefa principal o guarnecimento de uma zona de patrulha, a autonomia é um aspecto especialmente importante, principalmente se o número de submarinos não for muito grande, dado que ela deve conter os tempos de trânsito de ida e volta e o de patrulha. Assim, não são raros os artifícios para aumentar a

¹⁴ Informação prestada pelo Capitão-de-Fragata Philippe Bauzon, adido naval junto à Embaixada da França, em 26/04/2008.

autonomia ou o “período de operação” desses meios, como alterações de cardápio, estocagem de gêneros em locais não destinados a isso, reabastecimento no mar, etc.

No caso dos submarinos nucleares, os “ciclos operativos” também têm a autonomia como item importante, mas sem a rigidez dos convencionais, pois as tarefas em que são empregados e suas altas velocidades não acarretam tal dependência dela.

Os submarinos possuem sistemas sensores, de comunicações, de navegação, de armamento e podem ser apoiados por sistemas instalados em outras plataformas.

Os sensores consistem normalmente em periscópios, um radar, um detector de radares, sonares ativos e passivos e um sistema acústico que determina a velocidade do som na água, permitindo determinar diretamente as condições de propagação sonora na área e manobrar para explorar taticamente o ambiente.

O radar e os sonares ativos são pouco usados por aumentarem o risco de detecção, embora haja situações em que eles sejam necessários; o detector de radares permite monitorar a atividade radar na área, quando partes do submarino tiverem que ser expostas acima d’água como nos períodos de carregamento das baterias, e determinar as características radar das unidades presentes, nas tarefas de coleta de dados para Inteligência; os sonares passivos são os sensores mais usados e permitem detectar e acompanhar alvos, em princípio, apenas em direção, mas podem proporcionar outros dados com algum processamento.

Os sensores acústicos impõem uma diferença qualitativa revelada no porte e na disponibilidade de energia das unidades. Normalmente os SC pequenos possuem apenas um sonar ativo/passivo direcional; os SC de maior porte normalmente possuem, além desse, sistemas passivos constituídos de vários receptores instalados ao longo do casco, nos dois bordos (“*flank arrays*”), que permitem detecção a distâncias bem maiores, e os SNA possuem, além desses, sistemas passivos constituídos por numerosos receptores instalados numa longa mangueira flexível rebocada a certa distância (“*towed arrays*”), que proporcionam alcances ainda maiores¹⁵.

Assim, os SC de maior porte conseguem patrulhar áreas maiores e têm melhores condições de serem integrados a sistemas de informações e de atacar alvos, pois podem manobrar para a interceptação a distâncias maiores. Os SNA possuem essas vantagens maximizadas pelas altas velocidades disponíveis.

As comunicações constituem um problema sério porque tendem a comprometer a discrição. Alguns países dispõem de sistemas que permitem a recepção de mensagens rádio por

¹⁵ Alguns países, como o Japão, empregam “*towed arrays*” em seus SC.

submarinos sem exposição de partes acima d'água, ainda que com certas restrições, o que proporciona grande vantagem em termos de discricção e C^2 , ainda que a transmissão exija a emersão de uma antena¹⁶.

Nesse particular, um importante avanço tecnológico foi trazido pelos satélites de comunicações, que permitem a transmissão (ou a recepção) por feixes muito diretivos e com alta capacidade de tráfego de dados, o que minimiza o tempo de exposição e o perigo de detecção. Existem também transceptores acústicos para comunicações táticas com navios ou outros submarinos, e boias descartáveis para comunicações com aeronaves por meio de um transceptor acústico pendurado e um transceptor rádio na superfície.

O principal sistema de navegação dos submarinos normalmente é o inercial¹⁷, por prescindir de exposição de partes acima d'água, mas eles também dispõem de sistemas comuns aos outros meios navais, inclusive os de satélite, como o GPS, que exigem curtos períodos de exposição, mais usados para aferir periodicamente o inercial.

O armamento dos submarinos inclui mísseis, torpedos e minas, ressalvando-se que os SLMB das potências nucleares (EUA, Reino Unido, Rússia, França e China) são preparados para lançar mísseis balísticos com cabeças nucleares de alto poder de destruição.

Este autor dividiu os mísseis atualmente lançados por SNA/SLMC em quatro tipos básicos:

- mísseis de cruzeiro – muito usados no ataque a objetivos terrestres, mas que possuem versões para emprego contra objetivos navais. Aqui se enquadram o *Tomahawk* norte-americano, de 1400 milhas (2.600 km) de alcance, o SS-N-21 russo, de 1620 milhas (3000 km), de alcance e o MDCN (“missile de croisière navale”) francês, em final de desenvolvimento, de 1000 km (PICARD, 2006, p.33§6). Cabe registrar que a literatura tem designado como “míssil de cruzeiro antinavio” (“*Anti Ship Cruise Missile*” – ASCM) alguns mísseis basicamente antinavio de alcance mais longo, como o SS-N-27, russo, de 100 milhas (185 km) de alcance (SAUNDERS, 2007, p.881§ “*Missiles*”; p.632§ “*Missiles*”);

- mísseis de longo alcance – os da faixa do *Sub-Harpoon*, norte-americano (70 milhas – 130 km) (SAUNDERS, 2007, p.399§ “*Missiles*”; p.120§ “*Missiles*”), primariamente para ataque a plataformas navais;

¹⁶ Trata-se de transmissões rádio a frequências muito baixas, que penetram na água a profundidades variáveis, possuem baixa capacidade de tráfego de dados e são “*one-way*”, ou seja, o submarino apenas recebe.

¹⁷ Sistema que registra, com grande precisão, todos os movimentos do submarino a partir de um ponto fixo, cujas coordenadas são introduzidas.

- mísseis de médio alcance – os da faixa do Exocet SM39, francês, de 50 km (27 milhas) (SAUNDERS, 2007, p.230, “6 RUBIS AMÉTHISTE CLASS”§ “Missiles”), primariamente para ataque a plataformas navais; e

- mísseis antissubmarino, que transportam até próximo ao alvo, um torpedo AS ou uma bomba de profundidade que pode ser nuclear, como os SS-N-15 e SS-N-16 russos (ambos de 50 km de alcance) (SAUNDERS, 2007, p.632 § “Missiles”; RUSSIAN, 2011).

Nos submarinos onde é previsto unicamente o emprego de sensores internos, os mísseis empregados são normalmente de médio alcance. Os que empregam mísseis de maior alcance prevêm também o emprego de sensores externos, normalmente satélites ou aeronaves de esclarecimento.

O torpedo, de que existem diversos fabricantes, continua sendo a arma básica, tendo normalmente duplo emprego (contra navios de superfície e submarinos).

As minas lançadas por submarinos são normalmente de influência e de fundo¹⁸.

Os submarinos podem ser apoiados por sistemas externos, como radares, detectores de radar e outros, instalados em aeronaves amigas, satélites e por redes digitais.

Os sensores baseados em aeronaves e satélites permitem a detecção e o acompanhamento de navios e forças navais na superfície.

As redes atualmente permitem, não apenas integrar dados de várias posições geográficas e vários níveis (estratégico, operacional e tático), como também integrar as ações nesses níveis, por plataformas muito dispersas, otimizando suas capacidades.

Quanto a sistemas antissubmarino, cabe notar que os sistemas externos acima apresentados, também beneficiam as forças navais e submarinos em ações AS, devendo-se acrescentar a eles os sistemas que empregam sensores instalados no fundo do mar em pontos escolhidos.

Nos navios e helicópteros antissubmarino, o principal sensor é o sonar ativo, mas radares e detectores de radar também são empregados. Os aviões empregam radares, detectores de radar e o mais importante – sonoboias – boias descartáveis lançadas espaçadamente no mar, que irradiam para a aeronave, por um transmissor situado na parte flutuante, os ruídos detectados por um ou mais receptores acústicos pendurados na água, que são objeto de análise em tempo real na própria aeronave, ou em outra plataforma para onde forem retransmitidos.

¹⁸ Minas de influência – são as atuadas por alguma influência do navio alvo; as mais comuns são as acústicas, as magnéticas, as de pressão e as combinadas (as atuadas por mais de uma influência). Minas de fundo são as que permanecem no fundo do mar, e não a meia água, presas ao fundo por uma poita (minas de fundeio), ou soltas na correnteza (minas derivantes).

Os VANT estão entrando na Guerra naval, e com sistemas de radar especiais para a detecção de periscópios de submarinos (UNITED STATES OF AMERICA, 2003, p.21§1 e p.22§5).

Como já exposto, enquanto um submarino nuclear é indetectável por sensores em plataformas na superfície e no espaço (HOLLAND Jr., 2002, p.338§3), a ocultação de um SC é comprometida periodicamente pela carga de baterias (HOLLAND Jr., 2002, p.340§2), uma vulnerabilidade inescapável que é reduzida, mas não anulada, com a propulsão AIP.

O ruído dos motores durante um período de carga de baterias pode ser detectado a cerca de 1000 milhas (1.850 km) (ZIMMERMAN, 2000, p.36§2). Desta forma, aviões, com suas sonoboias, e outros submarinos, com seus sonares passivos, representam importantes instrumentos para a negação da superfície aos SC. Cabe notar que é usual para os SC em trânsito carregarem baterias cerca de duas vezes por dia, a intervalos variáveis (BRASIL, 2009, p.1116§6).

2.2 Os Submarinos na Guerra Naval

Os SLMB são empregados exclusivamente na dissuasão estratégica nuclear, embora atualmente haja iniciativas no sentido de fazê-los participar da “guerra praticável”, como o PGS (“*Prompt Global Strike*” – Ataque Global imediato) (WOOLF, 2008. CRS-6§3), conceito norte-americano que prevê o emprego de mísseis balísticos com cabeças não-nucleares. Na dissuasão, eles permanecem mergulhados em local desconhecido, prontos a lançarem seus mísseis sob ordem do mais alto nível do Governo. Todos os Estados que possuem submarinos nucleares, possuem SLMB.

No ataque a forças navais, o cenário típico prevê um submarino procurando atacar determinadas unidades de superfície – navios aeródromos, transportes anfíbios, navios mercantes, etc – que, por sua importância estratégica, navegam escoltadas por uma cobertura formada por unidades com capacidade antissubmarino (AS) – fragatas, corvetas, contratorpedeiros, helicópteros com sonar retrátil, etc – além de SNA e aviões AS em apoio.

Tais unidades são dispostas de maneira a obrigar o submarino a passar por suas áreas de atuação para atingir posições de tiro sobre as unidades protegidas, ou a atirar de mais longe, revelando sua presença com menores probabilidades de acerto, a menos que disponha de armamento de maior alcance e grande precisão, como mísseis, os quais, por sua vez, poderão ser também detectados e engajados pela escolta durante o voo.

No caso dos SC, a velocidade menor que a da força inimiga faz com que a aproximação para colocar a unidade coberta dentro do alcance de seu armamento se restrinja a um setor angular centrado na proa da unidade-alvo – onde a cobertura AS é concentrada.

Assim, a condição básica para tais ações consiste em dispor de inteligência e tempo necessários, para que o comando superior estabeleça zonas de patrulha no percurso da força inimiga, transmita-as aos submarinos e eles se posicionem nelas, a fim de esperar sua passagem, o que é muito difícil em áreas oceânicas, principalmente se os submarinos forem pouco numerosos.

Um SNA não precisa necessariamente ser posicionado com antecedência, porque, exceto em casos muito especiais¹⁹, tem velocidade maior que a das unidades de superfície, podendo, portanto, alcançá-las ou interceptá-las mesmo em áreas oceânicas, desde que haja alguns dados a respeito, pois sua velocidade e grande capacidade de detecção de forças navais proporcionam condições de busca que poderão compensar certas deficiências de Inteligência.

Pelos mesmos motivos, ele poderá escolher o melhor setor da força para a aproximação e ataque, não ficando restrito ao setor dianteiro, como os SC.

Um SC não tem como se afastar apreciavelmente da área após o ataque, o que reduz suas possibilidades de sobrevivência e poderá exigir que despenda escassas e caras munições em escoltas; já um SNA tem condições muito melhores para evadir-se sem combater, o que permite a otimização do emprego das munições nos alvos mais importantes.

Se o enfrentamento ocorrer no trânsito da força naval para seu objetivo, um SC dificilmente poderá realizar um segundo ataque, por não ter velocidade para alcançá-la; já um SNA poderá aproximar-se da força para avaliar a disposição das unidades, escolher a melhor tática, afastar-se, atacar, afastar-se novamente e reatar outras vezes.

Este último aspecto restringe os SC, no ataque a forças navais, às ações de “força bruta”, enquanto os SNA têm melhores condições de realizar coerção por negação, atacando primeiro navios menos valiosos, a fim de tentar abortar a missão do inimigo, o que pode ser politicamente desejável. Clancy (2002, p.179§3)²⁰ apresenta um caso hipotético no qual considera que, em uma força tarefa anfíbia em trânsito para a área do objetivo, seu comandante possivelmente abortaria a missão ao presenciar, impotente, a destruição de alguns escoltas por um

¹⁹ Como os Navios-Aeródromos de Ataque (NAeAt) de propulsão nuclear dos EUA, que podem navegar indefinidamente a 30 nós ou mais.

²⁰ Ao contrário de outros livros do autor, como “Caçada ao Outubro Vermelho” e “Jogos Patrióticos”, o livro aqui referido, “Submarino” é um texto descritivo sobre submarinos e a atividade submarina na atualidade, sendo, inclusive, empregado como referência em instrução no Comando da Força de Submarinos da Marinha do Brasil.

SNA inimigo, antes de ser responsável pelo alto número de baixas que seria produzido pela destruição de um ou mais dos transportes de tropa.

Vê-se assim que, no enfrentamento de forças navais, a superioridade dos SNA sobre os SC é acentuada por dependerem muito menos do local das ações (se em áreas oceânicas ou estreitos e outras áreas focais, p. ex.) e permitirem melhor aproveitamento político das mesmas. Além disso, segundo Holland Jr., a Guerra das Malvinas demonstrou que uma força naval formada apenas por navios de superfície só opera numa área onde um submarino nuclear esteja presente, com a aquiescência dele (HOLLAND Jr, 2002, p.338§2).

No que toca às operações AS, os submarinos constituem boas plataformas por operarem no mesmo meio dos objetivos, e suas formas tradicionais de emprego nessa tarefa são a barragem, ofensiva – posicionando-se sua ZP (ou as ZP de vários submarinos) em alguma área de provável trânsito dos submarinos inimigos; e a cobertura, defensiva – posicionando-a nos acessos a algum objetivo que se deseja proteger contra os submarinos inimigos, ação que pode incluir outras unidades AS, como navios e aeronaves, na proteção a objetivos fixos (acessos a um porto ou base) ou móveis (um navio aeródromo, comboios de navios mercantes, etc).

O apoio a forças navais é tarefa para os SNA, já que os SC não possuem velocidade mantida que permita acompanhá-las. As barragens podem, teoricamente, nivelar SC e SNA por exigirem baixas velocidades, a fim de criar uma situação de superioridade acústica sobre o oponente, que está em trânsito, mas os SNA são superiores na perseguição para ataque após a detecção.

O ataque a objetivos terrestres pode ser realizado tanto por SC como por SNA, com o emprego de mísseis de cruzeiro ou mesmo de mísseis antinavio, desde que o objetivo possa ser colocado dentro de seu alcance, e os mísseis adequadamente orientados até ele.

O ataque ao tráfego marítimo constitui a forma de emprego que proporcionou maior rendimento aos submarinos nas duas guerras mundiais do século XX, mas só produz efeitos sensíveis no esforço de guerra do oponente a médio ou a longo prazo, condicionados ao seu grau de dependência em relação ao transporte marítimo. A oposição a tais ações como tradicionalmente prevista, por meio de escolta de grupos de navios (comboios), exige um esforço desproporcional de mobilização, tanto na defesa do tráfego marítimo como nas estruturas civis do Estado relacionadas com o transporte marítimo, principalmente as de movimentação das cargas de e para os portos.

Mesmo antes de atingir esses efeitos, os prejuízos causados seriam tão grandes que tais ações poderiam ser usadas como dissuasão ou contra-coerção punitiva, com o propósito de e-

uitar ou interromper ações de um beligerante mais forte, aspecto que é vislumbrado pelos norte-americanos como uma temível forma de oposição de países mais fracos (HOLLAND Jr, 2002, p.341§2).

Os prejuízos políticos ao Estado autor de tais ações contra o tráfego marítimo reduziriam consideravelmente sua aceitabilidade como instrumento estratégico, em face da ênfase hoje dada à segurança da navegação, à poluição ambiental e à globalização econômica, aspectos que tornam muito difícil não prejudicar terceiros Estados e aumentam sobremaneira a repercussão negativa.

O uso de SNA nessas ações seria, em princípio, um subemprego, tratando-se de uma campanha sistemática como a dos alemães na 2ª GM, mas poderia não sê-lo, se realizado de maneira não-sistemática, em termos de coerção por punição e eventualmente por negação, ou mesmo de força bruta, no caso de uma campanha focada em alguns navios que transportassem determinado recurso, cuja falta inabilitasse ou dificultasse ao oponente conseguir algum objetivo ou prosseguir nas ações – petróleo, armamento, tropas de reforço, etc;

As operações especiais de submarinos são as realizadas por grupos de mergulhadores de combate (MEC) neles transportados até as proximidades dos objetivos a fim de cumprirem tarefas como infiltração e retirada de agentes, localização e desativação de minas, destruição de instalações ou navios, levantamento de informações, preparação da área para operações anfíbias, etc.

Os submarinos são boas plataformas para operações de minagem ofensiva, isto é, as realizadas em águas sob controle do inimigo. Tanto SC como SNA podem realizá-las, mas os SNA, com suas altas velocidades e maior capacidade de transportar minas, podem realizá-la com maior eficiência e menor comprometimento de sua participação no restante do conflito, já os SC, tendo menores restrições de profundidade de operação, podem minar águas mais rasas, o que pode ser necessário em alguns casos.

As tarefas de esclarecimento – busca, patrulha ou reconhecimento (BRASIL, 2007) – para levantamento de informações de várias naturezas são clássicas para os submarinos, que, devido à ocultação, têm boas condições de cumpri-las.

A ocultação e o armamento fortemente letal sempre fizeram do SC um importante fator dissuasório, por levar a um possível oponente a ameaça das graves consequências de sua possível presença nas proximidades de um objetivo importante – uma base inimiga, por exemplo. Um SNA acrescenta a isso a alta velocidade que, na lógica do oponente, significa que ele poderá estar presente em qualquer ponto de uma área muito maior (MOURA NETO, 2009, p.20), aumentando significativamente a dissuasão geral do Estado.

No tocante a ações de coerção por negação, como exposto anteriormente, os SNA têm melhores condições de realizá-las que os SC. Já para a coerção por punição, que seria implementada por ações ofensivas, em represália, existem diversas alternativas, como minagem de portos, afundamento de navios importantes, etc, que poderiam ser realizadas tanto por SC como por SNA, ressalvando-se que a maior mobilidade dos SNA lhes proporciona uma maior faixa de opções.

Verifica-se pelo que foi exposto acima que, na guerra naval clássica, os submarinos tem emprego principal na negação do uso do mar porque, excetuando o ataque a objetivos terrestres, as operações especiais e as de esclarecimento, todas as demais consistem nessa tarefa básica, ainda que no contexto de algum esquema de controle de área marítima, como numa cobertura de entrada de porto ou no apoio AS a forças navais. A doutrina da marinha britânica, inclusive, considera que o SNA é um sistema primordial para a negação do uso do mar a submarinos e navios de superfície (UNITED KINGDOM, 2004, p.183§2).

2.3 Os Submarinos na Guerra de Litoral

A Guerra de Litoral coincidiu com a Revolução nos Assuntos Militares que marcou o final do século XX, cujo efeito mais importante explorado pelos “atacantes”, principalmente os EUA, foi sua superioridade nas tecnologias ligadas ao espaço extra-atmosférico e ao ambiente submarino, campos em que os sistemas já disponíveis e a capacidade de desenvolvimento constituíam ponderável vantagem competitiva.

O resultado foi o “acoplamento” das possibilidades dos submarinos de propulsão nuclear com as dos satélites artificiais (HOLLAND Jr, 2002, p.337§1), que aumentou a já acentuada dissimetria (BALLESTEROS, 2008; BISHARA, 2008, “A Internet no Arsenal”)²¹ em relação aos demais Estados. O principal resultado foi o SNA/SLMC com capacidade de lançar mísseis *Tomahawk* específicos para ataque a alvos em terra (“*Tomahawk Land Attack Missile*” – TLAM), que se tornou a estrela das intervenções realizadas desde a Guerra do Golfo (1990-1991).

Assim, submarinos e navios de superfície médios norte-americanos passaram a ter capacidade de lançar os TLAM, desempenhando papéis estratégicos individualmente e deixando, os navios, de serem apenas escoltas de navios-aeródromos e de outras unidades de alto va-

²¹ O conceito francês de “dissimetria” identifica a grande diferença entre poderes militares de contendores que empregam métodos estratégicos semelhantes (p. ex. dois Estados), diferenciando-se da assimetria, que significa a diferença de poderes militares entre contendores que praticam métodos estratégicos diferentes (ex. um Estado e uma organização terrorista).

lor – uma otimização dos meios especialmente necessária no atual quadro de restrições orçamentárias.

Quanto ao ataque a forças de superfície, Holland Jr (2002, p.347§4) afirma que a superioridade dos SNA norte-americanos e de seus aliados sobre quaisquer meios de superfície é patente, o que justifica seu emprego pioneiro nas ações litorâneas para a eliminação dos navios inimigos e de outras ameaças, limpando o caminho para dar segurança às forças amigas que virão a seguir e, além disso, coletando, transmitindo e recebendo dados via satélite, tornando-se o “o nó avançado da rede expedicionária de sensores”, o que consiste em formar parte de um esquema de controle da área marítima onde ocorrerá a operação.

No lado dos “atacados”, os SC tiveram sua demanda aquecida com a Guerra de Litoral. Eles continuam progredindo e constituem uma forma de marinhas com poucos recursos desafiarem, ainda que localmente e por tempo limitado, mesmo a marinha dos EUA. Apesar das restrições já expostas, esses meios são difíceis de detectar e letais contra navios de superfície. Seu emprego depende da capacidade de posicionamento prévio na área correta para a oposição ao atacante, e de essa área ser restrita, sendo que, uma vez posicionados, eles não podem ser facilmente deslocados, comportando-se essencialmente como campos minados móveis (HOLLAND Jr, 2002, p.340§2 e 3). Esse problema é reduzido se o Estado dispuser de grande número de unidades, como a China.

Cabe acrescentar que os SC, mesmo de pequeno porte, podem portar mísseis de longo alcance (integrados a sistemas de sensores externos), minimizando o problema da aproximação e ataque a forças navais, como os S209 (semelhantes ao Tupi) e S214 da Coreia do Sul, que empregam o *Harpoon*, de 70 milhas de alcance. Os submarinos de médio porte russos, da classe *Kilo*, operados pelas marinhas de vários Estados, podem ser armados com o já citado míssil antinavio SS-N-27 (“*Klub*”), de 100 milhas de alcance, constituindo uma alternativa para iniciar a reação a consideráveis distâncias da costa. Na marinha russa, esse míssil é empregado por esses SC e por SNA (SAUNDERS, 2007, p. 629, 632, 635).

Um aspecto relevante da guerra de litoral no lado “atacado” é o emprego das possibilidades existentes no território para contribuir para a negação do uso do mar ao inimigo, como o apoio aos submarinos por aeronaves de ataque baseadas em terra, ameaçando as aeronaves AS do atacante, e o lançamento de mísseis balísticos antinavio, de alcance intermediário, duas novidades chinesas (GODWIN, 2007, p. 53§2).

Assim, vê-se que a Guerra de Litoral só é exatamente costeira, quando é travada contra Estados pouco poderosos. Quanto mais poderoso for o “atacado”, mais oceânica é a guerra, porque maiores forças o atacante terá que empenhar, e melhores condições terá o atacado, se

dispuser de meios adequados, de engajá-las à distância, bem como sua retaguarda sensível – as LCM. Neste particular, o SNA tem especial destaque.

A guerra AS continua sendo um problema para atacantes e atacados. O risco imposto aos nucleares por SC operando nos litorais foi considerada tão importante que a Marinha dos EUA criou, a partir de 2001, um programa denominado “*Diesel-Electric Submarines Initiative*” (DESI), do qual constou o arrendamento de um SC da marinha sueca, o “*Gotland*”, a fim de preparar suas forças para enfrentarem essa ameaça (CARVALHO, 2007, p.33§6).

Os SNA modernos como os norte-americanos da classe *Virginia*, por sua vez, projetados para a Guerra de Litoral, também podem operar em águas rasas e confinadas e têm como requisito a capacidade de enfrentar os SC modernos, mas a literatura tem realçado a superioridade destes últimos para operar em tais cenários (VEGO, 2010).

Graças a sua grande mobilidade, os SNA/SLMC podem ser desdobrados rápida e ocultamente em locais de crise, durante os estágios iniciais, para acompanhar sua evolução, inclusive verificando as intenções do oponente por meio da observação de portos, bases e linhas de comunicações. Além disso, podem reforçar rapidamente grupamentos navais nesses locais ou, se enviados a alguma área onde não haja forças amigas, “preparar o espaço de combate” para suas próprias ações posteriores de projeção de poder, ou facilitar a aproximação de forças navais para projeção de poder em maior escala.

Nessa preparação, os SNA/SLMC, de porte bem maior que um SC, são preparados para permanecer a uma distância da costa em que a profundidade permita operar adequadamente e realizar diversas tarefas diretamente, por meio do grupo de operações especiais (O’ROURKE, 2008, p. CRS-3§2)²², de veículos de controle remoto ou de minissubmarinos tripulados (HOLLAND Jr., 2002, p. 344§2 a p.345§4). Essas tarefas incluem fixar sensores no mar e em terra, monitorar as medidas tomadas pelo inimigo, inclusive campos minados defensivos, lançar minas e alterar a posição das minas inimigas para confundi-lo, e lançar mísseis de cruzeiro sobre o território de posições insuspeitas, como junto à costa, por exemplo.

Cabe aqui notar a disponibilidade pela marinha norte-americana de quatro SLMC, capazes, cada um, de lançar até 154 mísseis *Tomahawk*, sendo que, pelo menos dois deles são mantidos permanentemente no mar (UNITED STATES NAVY, 2008, slide 12; SSBN/SSGN, 2009).

²²Esses grupos, atualmente, têm efetivo considerável: os SLMC classe *Ohio* transportam 66 homens, os SNA classe *Virginia*, 40.

2.4 O custo dos submarinos

As informações aqui expostas, bem como outros aspectos da pesquisa para sua produção estão detalhados no apêndice 7.1.

Este tópico procura apresentar os custos dos submarinos convencionais e nucleares a fim de dar uma ideia do ônus correspondente ao aumento de poder militar representado por essas unidades. Os meios navais são caros e os submarinos não constituem exceção, além disso, seus custos vêm aumentando com o cada vez maior aporte tecnológico.

Os submarinos convencionais, ainda que caros, são considerados acessíveis mesmo a países de orçamento modesto, exigem pequena tripulação e reduzida estrutura logística, o que se traduz em uma relação custo-benefício bastante favorável, em face de seu considerável poder dissuasório, mesmo contra Estados bem mais poderosos, tornando essas unidades objeto de um mercado atualmente aquecido, especialmente em regiões onde as crises internacionais são mais comuns, como a Ásia (JEAN, 2008, p.43).

Os submarinos nucleares não têm sido vendidos, embora haja arrendamentos (da Rússia à Índia)²³, mas já houve casos de apoio tecnológico para desenvolvimento e construção, sendo os mais emblemáticos os dos EUA ao Reino Unido para seu primeiro SNA e, posteriormente, para seu primeiro SLMB, ambos sob o pano de fundo da Guerra Fria (ROCKWELL, 1992, p. 274§1 a 3; MILLER; JORDAN, 1987, p.144 e 172).

Os países possuidores desses meios consideram sigilosos os detalhes de custo de manutenção – os de aquisição ou construção, nem tanto – assim, poucos dados puderam ser obtidos sobre este assunto. As fontes conseguidas consistiram num relatório da RAND de um estudo feito para a Marinha dos EUA, e num artigo da imprensa especializada francesa que trata de um contrato firmado com a DCNS (“*Direction de Constructions navales Services*”) para manutenção de seus SNA.

São os seguintes os custos dos SNA, em dólares de 2008.

Obtenção:

- Classe *Virginia* (EUA) – US\$ 2,2 bilhões por unidade, após as providências de redução de custo a serem adotadas pela marinha norte-americana, pois o custo inicial passava de US\$2,8 bilhões;

- Classe *Astute* (RU) – US\$ 1,83 bilhões por unidade;

²³ A Índia arrendou um SNA da classe Charlie II à URSS entre 1988 e 1991, e atualmente (fins de 2011) está arrendando um da classe Akula por 10 anos. (Ver INDIA, 2010§6)

- Classe *Barracuda* (ou *Suffren*, o nome do primeiro da classe - França) – US\$ 1,94 bilhões por unidade (previsão de contrato).

Operação e Manutenção:

- Classe *Virginia* (EUA) – US\$ 46,07 milhões de dólares por ano;

- Classe *Rubis* (França) – US\$ 28,80 milhões de dólares por ano.

No tocante aos submarinos convencionais, os gastos com manutenção também não são encontrados com facilidade, provavelmente por que as marinhas, como a MB, distribuem essas despesas pela organização, em conjunto com diversas outras, da forma mais conveniente à gerência dos orçamentos anuais, e não à individualização dos gastos provocados por cada meio em seu ciclo de vida.

Por esse motivo, os dados sobre SC foram produzidos a partir de levantamentos realizados com o auxílio do Comando da Força de Submarinos e de órgãos de apoio da MB, sobre as despesas provocadas por nossas unidades nos últimos anos.

São os seguintes os custos dos SC, em dólares de 2008

Obtenção:

S Ticuna (melhoramento brasileiro do S209 alemão, prontificado em 2004): US\$ 380 milhões; (ARTHOU, 2011)

S214 (Alemanha) – vendido à Turquia por €430 milhões (US\$ 632,788,000.00);

S-BR (*Scorpène* modificado, a ser construído no Brasil) €415 milhões (US\$ 610,714,000.00);

Classe *Kilo* (Rússia) – US\$ 200 milhões

Operação e Manutenção:

O custo anual de operação e manutenção de um submarino classe Tupi/Ticuna foi calculado em cerca de US\$ 9 milhões, processando os dados obtidos nos levantamentos acima mencionados.

2.4.1 Variações de custo

A grande diferença em custo de manutenção entre os SNA das duas classes *Virginia* e *Rubis* parece coerente a este autor, considerando que os submarinos norte-americanos, estão sendo operados e construídos atualmente, são três vezes maiores e têm mais possibilidades (lançamento de *Tomahawk*, por exemplo) que os franceses, os quais foram lançados entre 1983 e 1990 e estão em vias de sair de serviço. Na verdade, só não estão saindo porque o programa *Barracuda* atrasou. Um outro motivo para crer que os submarinos nucleares franceses

tenham manutenção mais barata é a tecnologia da parte nuclear – de baixo enriquecimento de urânio e seguindo os padrões civis, que regulam a operação de usinas nucleares.

As relações entre os custos de obtenção do *Suffren* (US\$ 1,94 bilhões – a melhor aproximação atual do custo do submarino nuclear brasileiro - SN-BR) e do S-BR (US\$ 610,714 milhões) e entre os custos de manutenção e operação dos classe *Rubis* (US\$ 28,8 milhões/ano) e dos classe Tupi (US\$ 9 milhões/ano) são, respectivamente 3,18 e 3,2, o que provê uma boa base para as relações de custos entre submarinos nucleares e convencionais.

Os números, contudo, não dizem tudo – não só os S-BR poderiam custar menos se a transação não envolvesse transferência de tecnologia, como a manutenção de um SNA da classe *Rubis* poderia sair mais barata que a exposta, pois o artigo de referência afirma ter sido o custo elevado pelo maior número de verificações necessárias, em face de os submarinos franceses estarem excedendo o período de vida útil de projeto.

Além desses fatores, há que considerar o custo da capacidade de construir submarinos convencionais e nucleares, que não difere da de produzir navios ou outro bem sofisticado. A capacidade exige o investimento inicial – a base, o estaleiro, a formação inicial de quadros de pessoal; e a obrigação de mantê-los ativos – com construções e manutenções seguidas – sem o que, ela será perdida.

2.5 Apreciações

Dotar o Poder Naval de SC é uma decisão fácil. Afinal, praticamente todas as marinhas que não sejam predominantemente constabulares dispõem desses meios. Já os nucleares, apenas seis Estados – os cinco membros do Conselho de Segurança da ONU e a Índia – os possuem. Sua inclusão no inventário é uma decisão política bem mais difícil do governo e implica um grande esforço para seu desenvolvimento, devendo, portanto ser objeto de avaliação bem mais criteriosa de sua real necessidade para o presente e para o futuro da nação.

As possibilidades dos SC constituem, grosso modo, um subconjunto pequeno das possibilidades dos SNA, só que estes têm custos muito maiores. Assim, em termos de guerra naval clássica, se os problemas estratégicos puderem ser resolvidos ameaçando um potencial inimigo com ações de negação do uso do mar, o país não necessita investir em nucleares.

Em termos de Guerra de Litoral, os SNA estão bem representados entre países atacantes e atacados, se bem que nestes, apenas com a Rússia e a China. Os SC estão principalmente do lado atacado, mas seu emprego no lado atacante também é exequível, como previsto pela

marinha espanhola, inclusive com lançamento de TLAM pelas novas unidades, ora em construção.

Os SNA do lado atacante, como já visto, realizam tarefas atinentes à projeção de poder e, no lado atacado, principalmente de negação do uso do mar defensiva. Tanto SC como SNA poderão realizar outras tarefas, inclusive ofensivas, em ações de contra-coerção, como minagem de portos inimigos, ataques a suas instalações litorâneas ou a seu tráfego marítimo, etc, mas em face das baixas velocidades, a designação de SC para tal emprego poderá trazer um dilema, por impedi-los de participar, por longo tempo, das ações no teatro mais importante do conflito, principalmente no caso dos atacados.

A disponibilidade dos dois tipos de unidade traz a flexibilidade que sempre deve constituir uma das características do Poder Naval. O SC é uma plataforma vocacionada e otimizada para a patrulha, e o SNA, embora haja casos em que deva realizar patrulhas defensivas, deve ser empregado nas tarefas que tirem partido de sua alta mobilidade e permanência – as características do Poder Naval que o distinguem. Na guerra naval tradicional ou na guerra de litoral, é o SNA quem realmente ameaça a força naval oponente a grande distância do litoral.

As formas de implementação da Guerra de Litoral pelos atacantes envolvem, como visto, o pré-posicionamento de um ou mais SNA/SLMC nas proximidades do litoral do atacado ainda nos estágios iniciais de uma crise para a preparação do espaço de combate, se a situação escalar.

Isso enseja a integração de SC defensores, normalmente superiores em tais cenários, a esquemas de controle de área marítima/patrulha naval ainda com maior antecedência, provavelmente de modo permanente nos programas de patrulha em tempo de paz, a fim de coletar e armazenar detalhes geográficos e hidrográficos da costa e do fundo do mar nas diversas regiões de um país, permitindo estimar os pontos mais prováveis da ação adversária e pré-planejar as formas de reação politicamente mais adequadas durante o desenrolar de uma crise.

Os formuladores das políticas de Defesa devem considerar, contudo, que os submarinos, como os demais meios navais, podem durar mais do que as conjunturas políticas e estratégicas. Desta forma, os atuais meios poderão transcender a Guerra de Litoral, que poderá ser substituída por outro paradigma ou, se mantido, o Estado poderá mudar de lado. Assim, as decisões deverão reservar a mais ampla faixa de opções possível.

Esse raciocínio parece atingir mais os nucleares. Os SC, embora tenham recebido diversos melhoramentos desde que surgiram na guerra naval, são mais facilmente substituíveis, porque muito mais baratos, e continuam limitados pela dependência da superfície e pela baixa disponibilidade de energia.

Os nucleares, tendo quebrado essa limitação, e tendo maior tempo previsto em serviço, porque mais caros, passaram a constituir plataformas mais propícias a receber inovações, e isso tem acontecido, principalmente pela abundância de energia de que podem dispor, o que recomenda projetos com grande reserva de espaço e sem grande especificidade na solução de problemas estratégicos atuais, garantindo a possibilidade de futuras alterações, sem prejuízo das características operativas, como velocidade e manobrabilidade (PATTON, 2005, p.138§3).

2.7 Conclusões do Capítulo 2

No Pós-Guerra Fria, em virtude das alterações tecnológicas e estratégicas ocorridas, o papel do SNA foi consideravelmente ampliado. Em uma marinha atacante desenvolvida, esse meio, apoiado por satélites de esclarecimento, navegação e comunicações, e dotado de mísseis de precisão de longo alcance, combina sinergicamente a mobilidade e a capacidade de permanência característica das forças navais; a ocultação característica dos submarinos; boa parte da capacidade de controlar áreas marítimas, característica das forças navais de superfície; e o poder de destruição e seletividade de alvos característicos do Poder Aéreo, para ataques profundos no território inimigo. Esses aspectos significam um considerável aumento das capacidades dissuasória e coercitiva do Poder Naval, devido aos progressos em um só tipo de meio.

Na opinião deste autor, porém, a conclusão mais importante sobre o papel dos submarinos na Guerra Naval é que a situação do conflito das Malvinas se mantém atualmente – um SNA moderno, mesmo medianamente armado e sem apoio relevante de Inteligência, é militarmente superior a qualquer força naval de superfície que não conte com o adequado apoio AS de aeronaves de patrulha ou de SNA, sendo capaz de negar-lhe o uso do mar em face de sua superioridade tática (HOLLAND Jr., 2002, p.338§2).

Na Guerra de Litoral, o SC perdeu boa parte de seu papel ofensivo com que era empregado pelos mais fracos, que deixou marcas nas duas guerras mundiais do século XX, para representar, fortemente beneficiado pelo progresso tecnológico, um dos mais importantes instrumentos dos atacados para a negação defensiva do uso do mar.

A disponibilidade de SNA por um país que seja agredido por outro mais poderoso representa a possibilidade de aquele levar a guerra para o oceano, amarrando as ações, se o agressor mobilizar alguma força naval de superfície. Só por isso, esse meio já terá contribuído para uma finalidade importante – afastar a guerra do território nacional – e representará um

forte incremento na dissuasão geral do Estado. Este aspecto tem sido valorizado pelo Brasil, desde o nascimento da ideia de dispor de SNA, nos anos 1970.

3 A DEFESA DO BRASIL

Este capítulo trata da evolução, no Brasil, dos assuntos ligados à Defesa Nacional no Pós-Guerra Fria. Seu propósito consiste em conhecer os aspectos da atual situação político-estratégica do País, com foco no Poder Naval, bem com os fatores que a produziram e as perspectivas futuras, dados esses que constituirão subsídios para posteriores comparações com outros Estados.

3.1 Antecedentes

Fazem quinze anos que o Brasil começou a enfrentar os problemas da Defesa Nacional procurando formar a estrutura normativa empregada na maior parte dos Estados desenvolvidos, emitindo a primeira Política de Defesa Nacional em 1996 (PDN-1996). Anteriormente, contudo, os assuntos de Defesa e Segurança não estavam afastados das considerações políticas.

Na época da Guerra Fria, até o início dos anos 1960, a segurança nacional tinha os seguintes fatores condicionantes:

- seu alinhamento (em alguns casos chegando à subordinação) à hegemonia dos EUA, desde antes da gestão do Barão do Rio Branco na Chancelaria. (CERVO, 2008, p.126§1) Osvaldo Aranha, Ministro das relações Exteriores de 1938 a 1944, se referia a esse aspecto como uma tradição legada pelo Barão, pela qual a Política Externa brasileira se resumia a apoiar os EUA em suas ações de potência mundial, em troca de seu apoio à supremacia brasileira na América do Sul. Com o apoio material norte-americano ao Brasil na Segunda Guerra Mundial e a aproximação entre as forças armadas dos dois países, criou-se a ideia, que durou durante boa parte do pós-guerra entre os militares brasileiros, de que essa “aliança especial” continuaria por meio do fornecimento de meios militares ao Brasil, para que este mantivesse a citada supremacia. (ALVES, 2005, p.151-152§1)

- a busca do desenvolvimento desde o primeiro governo Vargas, quando a segurança passou a ser tratada como variável dependente dele, no caso, com uma diplomacia pendular para conseguir a siderúrgica de Volta Redonda no início da Segunda Guerra Mundial, e outras vantagens após a entrada do País no conflito, pois para Vargas e seus assessores militares, a segurança dependia da industrialização, que dependia de uma grande siderúrgica, e só o desenvolvimento poderia prover ao País os meios de força necessários à guerra moderna; (CERVO, 2008, p.127§5 a p.128§1)

- o paradigma da Segurança Coletiva implantado pelos EUA para a liderança do Hemisfério contra o Bloco Oriental, implementado por um sistema Político, a Organização dos Estados Americanos (OEA), e por uma aliança militar, o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) (CERVO, 2008, p.129§3e 4).

A partir dos anos 1960, com a conjuntura mundial bipolar de empate nuclear entre as superpotências, a Segurança Coletiva era a forma de tornar mais palatável a renúncia a uma estratégia de defesa baseada na independência irrestrita, e constituía condição insuperável para ir conseguindo o desenvolvimento, que dependia de apoio financeiro condicionado pela potência-chefe, invertendo-se as variáveis – o desenvolvimento dependendo da segurança – e formando um círculo vicioso que limitava tanto a segurança – mantida no âmbito da Superpotência – como o desenvolvimento, no âmbito de suas considerações estratégicas. O aumento do Poder Nacional obtido aumentaria a margem de liberdade de ação, mas sempre para atuar no contexto da estratégia de defesa ocidental, sob a égide dos EUA. Este paradigma teve seu ápice no governo Castelo Branco. (GONÇALVES;MIYAMOTO, 1993, p. 217§1)

Após ele, em 1967, o Governo considerou que as superpotências praticavam uma política de congelamento do Poder, inviabilizando aos demais países, em nome da segurança, o acesso a tecnologias sensíveis, cujo domínio era julgado vital pelas lideranças brasileiras para a correção de vulnerabilidades estruturais (a segurança era contrária ao desenvolvimento), como a energia nuclear. Assim, o Presidente Costa e Silva rechaçou explicitamente a Segurança Coletiva, por não servir à superação de desigualdades entre os Estados, e mesmo a bipolaridade, como “parâmetro obsoleto de política exterior” (CERVO, 2008, p.133§2 e p.131§3), e deu prioridade ao desenvolvimento – o mais endógeno possível, pelo descrédito no auxílio externo – e a segurança voltava a ser considerada como um de seus produtos, (GONÇALVES; MIYAMOTO, 1993, p. 221§3 e 4) situação que durou até o governo F. H. Cardoso.

Apesar disso, não houve grande alteração nas práticas militares e de Política Externa porque não se conseguiu estabelecer modelos que substituíssem os criticados. (CERVO, 2008, p.132§2; GONÇALVES; MIYAMOTO, 1993, p. 230§6)

Nesse momento, ainda com Costa e Silva, iniciou-se a Política de Nacionalização da Segurança, que foi posteriormente incluída no Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento do Presidente Geisel e durou até o Governo Collor. Ela pressupunha o reconhecimento da necessidade de maior poder para atingir as metas da Política Externa, já que o Brasil iria se desenvolver e passaria a incomodar outros atores, com seus movimentos em busca do crescimento econômico (CERVO, 2008, p.132§3 a p.133§4; p. 135§3 a p. 136§2).

O Almirante Vidigal (2002, p.9§3) assinala três evidências desses incômodos: o aumento das divergências com a Argentina sobre a construção da hidrelétrica de Itaipu, que provocou considerável acirramento das relações entre os dois países; a oposição mundial à política de fretes marítimos praticada pelo Brasil, que reivindicava o transporte em navios de bandeira brasileira de até 50% do comércio exterior; e a insatisfação dos EUA e da URSS com o Acordo Nuclear firmado com a Alemanha em 1975, que poderia dar ao Brasil o domínio do ciclo do combustível nuclear, os dois últimos também comentados por Gonçalves; Miyamoto (1993, p.223§5 e p.233§4).

A política de nacionalização da segurança consistia em prover os meios de supressão da dependência estrutural (energia, infra-estrutura, indústrias de base, etc), agregando o domínio das tecnologias de ponta que eram negados pelas potências avançadas em nome da segurança (energia nuclear, armamentos, etc). (CERVO, 2008, p.133§2)

Ela teve como eventos principais o estabelecimento da política de exportação de material bélico (1974), para viabilizar a produção em escala de armamentos, a fim de eliminar a dependência, aumentando a segurança; o acordo nuclear com a Alemanha (1975), que permitiria a absorção da tecnologia nuclear; a denúncia do acordo Militar de 1952 com os EUA, conhecido como MAP – *Military Assistance Program* (1977), que extinguiu uma dependência de material fornecido por aquele país que limitava o desenvolvimento tecnológico; e o programa nuclear paralelo, a partir de 1979, com projetos nessa área desenvolvidos pelas três Forças Armadas (CERVO, 2008, p.136§1), sendo que o projeto da Marinha previa o desenvolvimento de um submarino de propulsão nuclear, tendo como passos intermediários os desenvolvimentos do processo de enriquecimento de urânio por centrifugação e o de um reator nuclear (VIDIGAL, 2002, p. 19 e 20).

O termo “Programa Nuclear Paralelo” passou a designar as atividades de pesquisa e desenvolvimento na área nuclear que, em virtude de dificuldades no cumprimento do Acordo Nuclear Brasil-Alemanha (que constituíam o “Programa Nuclear Brasileiro”, a cargo da Nuclebrás) e pressões dos EUA, passaram a ser conduzidas sigilosamente pelas Forças Armadas,

tendo a ver, principalmente com as tentativas de capacitação do País no ciclo do combustível nuclear. (CORRÊA, 2010, p. 65 a 69)

A política de nacionalização da segurança produziu benéficos frutos, produzindo grande número de itens necessários à defesa do País, e contribuindo para a obtenção de tecnologias avançadas nas áreas nuclear, eletrônica, aeronáutica e industrial. (CERVO, 2008, p. 136§1 e 2)

Em 1975, durante o governo do General Ernesto Geisel, o Brasil reconheceu Angola como Estado independente, sob o governo esquerdista do Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA) e numa guerra ainda inconclusa. O fato constituiu uma medida de defesa da “fronteira leste”, por meio de um risco calculado (e bem calculado, pois o MPLA venceu a guerra) para aproveitar a oportunidade surgida com o fim do império português, a fim de aumentar ponderavelmente a presença do País no outro lado do oceano.

Sendo o país de cultura portuguesa mais próximo do desenvolvimento, o Brasil era o mais propenso a se converter num representante dos povos africanos em busca do crescimento. Considerando a presença soviético-cubana no Atlântico Sul, que ameaçava a África do Sul, apoiada pelo Ocidente, havia o perigo de o conflito Leste-Oeste, que grassava no Atlântico Norte, se alastrar para o Sul, tornando estrategicamente conveniente que o Brasil tivesse presença marcante na África atlântica para tomar parte em eventuais negociações para alteração da ordem estabelecida (GONÇALVES;MIYAMOTO, 1993, p. 231§8 a p.232).

Em outra frente, a Petrobrás descobriu petróleo no litoral de Sergipe em 1968 (campo de Guaricema) e havia indícios de jazidas em outras regiões além do mar territorial de 12 milhas. O fato levou o Governo, em 1970, a seguir o exemplo de outros países sulamericanos e aumentar unilateralmente sua largura para 200 milhas (CORREA, 2010, p.43§2), também causando contrariedades internacionais, inclusive dos EUA, que tradicionalmente consideravam tais extensões como redução à liberdade dos mares (CARVALHO, 1999, item 1).

O Professor João Roberto Martins Filho assinala que, na Marinha, foi sentida a necessidade de autonomia tecnológica e que, devido a ela, sobreveio a mudança do pensamento estratégico – da Defesa Coletiva para a o enfrentamento prioritário de ameaças ao País, não necessariamente vinculadas ao conflito Leste-Oeste – ao passo que, no Exército, a necessidade de autonomia tecnológica foi sentida sem mudança do referencial estratégico (MARTINS FILHO, 2006, p.81 e p.86§2).

No que toca à Marinha, este leitor concorda, observando que pouco tempo separou os dois fenômenos (a necessidade de autonomia e a motivação para a mudança da linha estratégica):

Em fins dos anos 1960 foram feitas as negociações para a construção de navios na Europa (pelo “Programa Decenal de renovação de meios flutuantes”, aprovado em 1967) (VIDIGAL, 1982, p.120§3), o que, segundo observações de dois oficiais que escreveram a respeito (A. A. F. Vidigal e M. C. Flores), foi motivado pela decisão brasileira de obter meios modernos, fugindo aos padrões da assistência militar norte-americana (o MAP) que restringia a Marinha a navios antiquados e às “enormes dificuldades” criadas por eles para o fornecimento de navios atualizados e equipamentos sofisticados. Vidigal (1982, p. 123§3 a 5) observa, porém, que isso não significava “nenhum afastamento do conceito estratégico vigente, rigorosamente enquadrado na linha de pensamento estratégico norte-americana”.

Os mesmos oficiais, no entanto, em 1976, publicaram um livro – “O Poder Naval Brasileiro: Tópicos para Debate” – em que consideravam improvável a guerra generalizada, ainda que não impossível, que o entendimento entre as superpotências motivado pelo impasse nuclear criava uma ordem internacional que beneficiava seus interesses em detrimento dos demais países e que a solução seria o fortalecimento de outras potências e de centros regionais de poder, atenuando a preponderância dos EUA e da URSS; opinavam que o processo de formulação da estratégia militar brasileira não podia ignorar a participação que cabia ao Brasil na ordem internacional e devia levar em conta os conflitos de menor nível, resultantes da dinâmica geopolítica em que o País estava inserido.

Acrescentava ainda que o Poder Militar deveria ser construído para prover respaldo à ação política nos antagonismos continentais e, mesmo assim preparado, seria o que o Brasil empregaria se ocorresse a improvável guerra nuclear ou qualquer outro conflito, o que indicava clara prioridade regional, propugnando uma ruptura com a linha estratégica vigente. (VIDIGAL; FLORES, 1976, p. 23§2; p.29§3 e 4; p. 49§3)

As limitações do MAP tinham origem nos interesses dos EUA para as forças armadas hemisféricas (VIDIGAL, 1982, p.112§4 a p.113§1).

Um desses interesses se prendia à Guerra Fria e motivava esforços para a coesão política do Hemisfério dentro do paradigma da Segurança coletiva – fornecendo material para manter as forças terrestres aptas para ações de segurança interna e as forças navais e aéreas proficientes em Guerra Antissubmarino. Assim, estas poderiam ser empregadas, em caso de eclosão da Terceira Guerra Mundial, na proteção do tráfego marítimo contra a imensa força de submarinos soviética. Por isso os navios fornecidos eram principalmente contratorpedeiros – cuja função básica é antissubmarino (AS) – excedentes da Segunda Guerra Mundial, e a Guerra AS era o aspecto mais enfatizado nos exercícios realizados pelas forças navais.

Outro interesse consistia na preocupação hegemônica de manter o equilíbrio de poder ABC (entre a Argentina, Brasil e Chile), mantendo iguais os fornecimentos de meios navais para os três países; limitação sentida pela Marinha como nivelamento injusto face à participação do Brasil como aliado na Segunda Guerra Mundial, ao contrário dos outros dois. (VIDIGAL, 1982, p.107§1; ALVES, 2005, p. 172§2)

No que toca à observação do Prof. Martins Filho sobre o Exército, cabe dizer que o papel defensivo acima exposto, imposto às forças armadas sulamericanas pelo paradigma da Segurança Coletiva, se confundia, no caso do Exército, com um aspecto importante da Política Interna – o combate ao movimento subversivo, que também atingia as outras forças armadas, mas que no Exército tinha papel fundamental (VIDIGAL, 1982, p. 113§1).

Assim, nos anos 1970, enquanto também buscava e obtinha material bélico novo – principalmente nacional – a força terrestre continuava firmemente dedicada àquela tarefa, onde não sobressaíam as deficiências do MAP como nas outras forças.

Em 1977, no contexto de um acirramento das relações com os EUA, o Presidente Geisel denunciou o MAP e, pouco tempo depois, reformulou, por um decreto secreto, as hipóteses de guerra (instruções para planejamento das Forças Armadas) privilegiando o contexto regional sobre o bipolar. (VIDIGAL, 2002, p.14§4)

Segundo Vidigal (2002, p.15§1), é possível que tal providência não se devesse a considerações semelhantes às de seu livro (ou apenas a elas, para este autor), mas fosse uma exigência da abertura política que o Presidente estava conduzindo e que resultaria no fim do inimigo interno – o movimento subversivo. Ela visava, assim, a dar às forças armadas, principalmente ao Exército, um inimigo palpável e concreto que servisse para orientar o preparo e o desenvolvimento da força, que no caso da guerra global teria um papel pouco significativo, ao contrário da Força Aérea e da Marinha.

Por ocasião da denúncia do MAP, a Marinha já havia recebido parte dos meios do “Programa Decenal”, complementando-o com o material já recebido pelo acordo extinto, com o importado de outras fontes e com o nacional, conseguindo compor uma força que, mesmo dispondo de modernos sistemas antiaéreos e antissuperfície (como os mísseis franceses MM38 – “*Exocet*”), privilegiava os sistemas antissubmarino, o que ainda indicava fidelidade aos conceitos da Segurança Coletiva (VIDIGAL, 1982, p.121§2), mas também o respeito devido desde a Segunda Guerra Mundial a essa ameaça, também ostentada por diversas marinhas regionais e de países não-comunistas.

No plano regional, em 1979, o Acordo Tripartite Corpus-Itaipu resolveu as divergências com a Argentina que, com o Brasil, passou a perseguir a criação de uma Zona de Paz na

América do Sul, sendo que o Brasil, aproveitando a comoção internacional provocada pela Guerra das Malvinas em 1982, conseguiu aprovar na ONU, em 1986, a criação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZPCAS) (CERVO, 2008, p.137§3).

Com isso, para Vidigal, a visão estratégica voltada para as ameaças de um conflito regional durou pouco; a redução das tensões com a Argentina devido ao acordo de Itaipu, a Guerra das Malvinas e o início da globalização deslocaram-na para o conflito Norte-Sul, entre Estados ricos e poderosos e os pobres e fracos²⁴ (VIDIGAL, 2002, p.27§4 a p. 29§1), o que se mantém até hoje; apesar de ainda grassar, inclusive entre militares, a ideia, para este autor falsa, de que a superioridade militar continental esgota as necessidades de segurança do Brasil.

No clima de entendimento estabelecido, os dois países, que haviam atingido o domínio do ciclo nuclear, iniciaram uma série de contatos destinados a retirar a corrida nuclear de suas políticas de segurança e a estabelecer medidas de confiança mútua, culminando em 1991, com a assinatura do Acordo Quadripartite entre Brasil, Argentina, Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares e a Agência Internacional de Energia Atômica (CERVO, 2008, p.139§2; BERNAL-MEZA, 2002, p.38§4; p. 44§5).

Em 1989, a Argentina de Carlos Menem em seu primeiro mandato (1989-1994), como impulso à tendência para formação da Zona de Paz regional, desmontou sua defesa nacional, reduzindo drasticamente o orçamento, o efetivo e os papéis operacional e político das forças armadas; desativou os grandes projetos estratégicos e os conflitos com o Chile e o Reino Unido; transferindo a responsabilidade sobre a segurança nacional para a Diplomacia; e procurou influenciar o Brasil para que adotasse política semelhante. (CERVO, 2008, p.140§3)

O Brasil quase aceitou. Imerso em gravíssima crise econômica, o Presidente Collor jogou a pá de cal no poço da Serra do Cachimbo destinado a testes nucleares e suspendeu a política de nacionalização da segurança, levando a indústria bélica à crise, mas não chegou ao radicalismo argentino (CERVO, 2008, p.140§3; CERVO, 2002, p.8§3; p.14§3 e 4).

A crença de alguns, como o ex-Presidente José Sarney (NETO, 2005, p. 24 a 26) de que o “Programa Nuclear Paralelo” das Forças Armadas incluía o desenvolvimento de uma arma nuclear, dá margem a supor que um dos propósitos da Marinha com o desenvolvimento de um submarino de propulsão nuclear seria, mais tarde, dispor de um SLMB, de onde mísseis nucleares pudessem ser disparados.

²⁴ O conflito Norte-Sul é o que ocorre entre países pobres e ricos, aparece sob algumas formas, inclusive a de colônia versus metrópole e varia de intensidade segundo alguns fatores, como ciclos de crescimento econômico mundial, conflitos entre grandes potências e conflitos entre países ricos (conflitos Norte-Norte). Ver REUVENY;THOMPSON, 2002.

Entrevistado a respeito, o Almirante Mauro César Rodrigues Pereira (2011), que serviu na Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional (CSN) no governo Figueiredo, afirmou que a divisão de tarefas entre as Forças Armadas não se referia a isso, mas às formas de enriquecimento do urânio pesquisadas, no que é corroborado por Corrêa (2010, p.74§5 a p. 76§3), das quais apenas a da MB (ultracentrifugação) obteve êxito. (PEREIRA, 2011c)

Segundo ele, discutia-se muito se o Brasil deveria ou não capacitar-se na área de explosivos nucleares, inclusive para usos civis, com muitas conversas sobre o assunto, chegando-se mesmo a aprofundar o poço existente para outros fins na base da Serra do Cachimbo, para testar as bombas, caso se decidisse por essa linha de ação. Isso, contudo, nunca aconteceu, pelo menos até 1984 quando deixou a função. Ele também não acredita que, em outras épocas, tal iniciativa houvesse sido implementada.

O Almirante foi o principal assessor do Ministro Chefe do CSN nos assuntos da área nuclear, inclusive supervisionando as vultosas verbas secretas aplicadas a esses e a outros projetos, conhecendo-os todos. Quanto ao submarino de propulsão nuclear, ele afirma que a MB, desde o início do processo, pretendeu dispor de SNA, e que, pelas justificativas estratégicas em que se baseava, nunca cogitou de um SLMB.

Cabe lembrar que o Brasil (e muitos países em desenvolvimento) sofria na época a “crise da dívida” – terrível crise econômica que começara no início dos anos 1980 e obrigava a uma política econômica fortemente exportadora como forma de obter moedas fortes. Essa tarefa recebeu uma contribuição relevante da política de nacionalização da segurança por meio da exportação de armamentos, tendo o Brasil se tornado um dos grandes exportadores mundiais desses itens. (VIZENTINI, 1998, p. 276§2; p. 333§1; p.351§3; p. 354§2 e 4; p.357§2)

O governo de Collor, com suas medidas econômicas radicais adotadas no próprio dia da posse, em março de 1990, reduziu drasticamente a hiperinflação que alcançava os 83% ao mês no IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), mas os preços voltaram a subir e já estavam perto de 42% ao mês quando do lançamento do Plano Real, que conteve a inflação, em julho de 1994. (LEITÃO, 2011, “Marcas da Mudança”)

Em 1994, o acordo Quadripartite foi promulgado pelo Presidente do Brasil e entrou em vigor o Tratado de Tlatelolco, que proscovia as armas nucleares na América Latina, incluindo Brasil, Argentina Chile e Cuba (CERVO, 2008, p.140§2), o que, com a ZPCAS, talvez tenha sido o ponto máximo atingido pela tendência à Zona de Paz.

Uma discordância básica interrompeu essa tendência na segunda metade da década de 1990: Menem entendia o projeto da Zona de Paz transferindo a responsabilidade da segurança

da América do Sul para os EUA, e o Presidente F. H. Cardoso desejava exatamente o contrário – excluí-los da região, concebendo o Continente Sulamericano como unidade política, econômica e estratégica, capaz de controlar seu destino (CERVO, 2008, p. 141§1).

Com a política de nacionalização, o foco da segurança do Brasil era interno; com a busca da Zona de Paz, passou a ser também regional; e com o fim da Guerra Fria, passou a ser também global (CERVO, 2008, p.136§3 a p.137§2). Assim, foi assumida a condição de “potência média mundial” e lançada a candidatura ao assento permanente do Conselho de Segurança da ONU em 1994, durante o governo Itamar Franco. (BERNAL-MEZA, 2002, p. 39§3; p.44§1; CERVO, 2008, 141§3; CERVO, 2002, p.16§1).

Em 1995, porém, o Brasil começou a propugnar uma reforma do Conselho de Segurança da ONU, que visava a torná-lo ampliado e mais representativo, onde seria praticada a “segurança multilateralizada”, conceito que vicejou entre 1990 e 2001, coincidindo com o pacifismo mundial generalizado que se seguiu ao fim da Guerra Fria, e com a grande ingerência do Itamarati nos assuntos de segurança. Para A. Cervo (2008, p.141§3; p.142§2; p.145§2; CERVO, 2002, p.16§1), a candidatura ao assento permanente deixou temporariamente de ser pleiteada em prol dessa reforma.

Por esse conceito, que o historiador citado classifica de “ilusão kantiana”, o Conselho de Segurança da ONU seria reformado de maneira a cumprir um ordenamento que tivesse a legitimidade dada por uma representação multilateral, que determinaria regras para a condução da política de segurança global. Fora desse ordenamento multilateral, valeriam os princípios da autodeterminação e não-intervenção; e sem a ONU, as ações de força, mesmo dos Estados e organizações mais poderosos, não teriam legitimidade.

Assim, a segurança global tornar-se-ia uma responsabilidade coletiva (ou multilateral) e, na América do Sul, esse “ordenamento mundial de segurança mediante medidas de confiança de alcance universal” tornaria dispensável qualquer sistema de defesa, tanto a proteção norte-americana visualizada pela Argentina, como uma aliança que viesse a nascer da “Zona de Paz”, ou a potência militar brasileira que dera origem à política de nacionalização da segurança (CERVO, 2008, p.142§2 e 3).

A “ilusão kantiana” da segurança multilateralizada (ou cooperativa) era coerente com o “Estado Normal”, o paradigma das Relações Internacionais na época.

“Estado normal” foi o nome dado pelo ministro argentino Domingo Cavallo, do Governo Menem, ao paradigma de condução econômica do Estado, baseado nas reformas do “consenso de Washington” e empregado por vários países latino-americanos, que preconizava

a retirada do Estado dos investimentos produtivos, a redução da estrutura de bem-estar social e a rigidez fiscal. (CERVO, 2002, p.6§5; p.8§2 e 3)

Apesar de fundamentalmente econômico, o “Estado Normal” tinha óbvia influência nas Relações Internacionais, por atender à Globalização Econômica, criando facilidades para empreendimentos estrangeiros no País com as “regras de boa governabilidade” que favoreciam a expansão de empresas privadas transnacionais na região.

Na classificação de A. Cerro (2002, p.6§5 e p.8§3), o “Estado Normal” se opunha ao “estado desenvolvimentista” anterior, chamado pejorativamente de “Estado empresário”, que previa forte ação estatal na economia para permitir o desenvolvimento; e foi sucedido pelo atual modelo de “Estado Logístico”, instituído durante o Governo Lula, em que o Estado, sem necessariamente interferir na Economia, procura criar condições para a realização dos investimentos no interesse do crescimento econômico.

Seguindo a “ilusão kantiana”, o Brasil aderiu a todos “os atos de desarmamento exigidos pelas potências”, como o Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (MTCR - 1995)²⁵, o que culminou com o Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP)²⁶, em 1998.

Além disso, iniciou o desmonte da segurança nacional, como a Argentina havia feito e Collor não chegara a fazer, rompendo a doutrina que ligava a segurança ao desenvolvimento, em vigor desde os anos 1970 e criando um vazio político para sua construção (CERVO, 2008, p.142§2 a p. 143§3; p. 144§1).

Na visão do analista argentino Bernal-Meza (2002, p.54§1), em face dos altos custos de manter posições obstrucionistas aos EUA, o Brasil, a partir de 1996, começou a remar a favor da maré e, pretendendo também entrar no bloco do “Primeiro Mundo”, arquivou a ideia de desenvolvimento autônomo e do conflito Norte-Sul, buscando inserir-se passivamente na economia globalizada e aceitando a posição subordinada como um fato da vida.

Alguns fatos, porém, como as discordâncias com a Argentina sobre a Zona de Paz da América do Sul, as frustrações com a vigência do ordenamento multilateralizado da segurança global (a “ilusão kantiana”) e indícios de intenção de os EUA intervirem na América do Sul em face do narcotráfico, da guerrilha colombiana e de conflitos como o ocorrido entre Equador e Peru em 1995, acabaram provocando um “choque de realismo” e o reestudo da Defesa Nacional, mas com a indefinição estratégica de alto nível devida ao esquecimento do conflito

²⁵ MTCR – Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis – uma associação informal e voluntária de países que assumem certas restrições de produção de armas, como mísseis de mais de 300 km de alcance e 500 kg de carga útil. (Ver THE MISSILE, 2011)

²⁶ O TNP assinado em 1968 e em vigor desde março de 1970 – tem como objetivos impedir a proliferação da tecnologia usada na produção de armas nucleares, promover o desarmamento nuclear e garantir o uso pacífico da energia nuclear produzida. (Ver TRATADO SOBRE, 2010)

Norte-Sul. Assim, foi afastada a intenção de desmontar a segurança “a la Menem”, nasceu a indefinida PDN-1996, e, em 1999, foi criado o Ministério da Defesa. (CERVO, 2008, p.144§2 a p. 146§1e 2)

É interessante verificar que, na visão argentina, a política exterior do Brasil, longe de kantiana, sempre foi realista – na Economia, usou o Mercosul como alternativa intermediária entre a continuidade da política nacionalista e a economia liberal que dominava o mercado mundial, fazendo nele pressões protecionistas que não conseguiria fazer no contexto de um acordo como a ALCA; na Política Externa, sua liderança no bloco e por meio dele, no Cone Sul, foi usada para alcançar reconhecimento como potência média mundial e tentar disputar com os EUA a hegemonia sub-regional. (BERNAL-MEZA, 2002, p.44§1 a 4)

A visão do Brasil continuou predominantemente realista apesar da adesão aos valores hegemônicos, como o MTCR e o TNP, mas essas opções representaram uma contradição com sua aspiração de constituir-se numa “potência média mundial”, removendo um instrumento tradicional de poder, e criaram uma grande dificuldade à citada aspiração, pelo maior custo e complexidade de construir os fundamentos para ser uma potência crível, em termos de armas convencionais, sem dispor da necessária capacidade tecnológica própria. (BERNAL-MEZA, 2002, p.50§5 a p.51§2)

Sylvia F. Marques (2005, p.46§3; p.51§3) estuda a complexa conceituação de “potência média” – Estado que ocupa lugar intermediário na estrutura de poder do sistema internacional – que abrange quatro dimensões analíticas: a capacidade material, a influência regional / global, a autopercepção como tal e o reconhecimento dos outros Estados.

A capacidade material é um critério de avaliação relativa do poder do Estado no sistema internacional constituído por sua dimensão territorial, capacidade militar, matriz de produção interna, integração no comércio internacional, etc; sendo que William Schneider (SCHNEIDER, *apud* MARQUES, 2005, p.48§3), em vez desses fatores, relaciona poder no sistema internacional com a posse de armas nucleares, e define a condição de potência média pela capacidade de o Estado produzi-las e desenvolver uma força nuclear significativa.

A influência regional/global é outro critério enfatizado por alguns autores, que classificam como “potência média” o Estado que possui poder suficiente para dominar um sistema subordinado de Estados por meio de capacidades material, militar e motivacional. Assim, implica a “dupla inserção internacional” - força militar superior a qualquer coalizão de Estados próximos, peso econômico nos negócios regionais, e presença significativa no sistema internacional. (MARQUES, 2005, p.48§4 a p.49§2)

Este critério foi focado com maior precisão por Keohane (1969, p.295§6 a p.296§2), que classificou os países pela capacidade de influenciar o ordenamento do sistema internacional, estabelecendo os seguintes níveis:

- Grandes Potências (*system-determining states*) – desempenham um papel crítico no ordenamento do sistema – EUA e União Soviética;

- Potências Intermediárias (*system-influencing states*) – não podem esperar dominar o sistema individualmente, mas podem influenciá-lo significativamente por suas ações unilaterais ou multilaterais – Reino Unido, França, Alemanha Ocidental, Japão, China Comunista e, talvez, a Índia;

- Potências Médias (*system-affecting states*) – não podem esperar afetar o sistema individualmente, mas podem nele produzir impacto significativo por meio de pequenos grupos ou alianças ou organizações internacionais regionais ou globais – Canadá, Suécia, Paquistão, Brasil e Argentina;

- Pequenas potências (*system-ineffectual states*) – podem fazer muito pouco para afetar o sistema, e apenas em grupos que são tão grandes que a influência de cada Estado é mínima e que podem ser dominados por potências maiores – os demais países.

Este autor considera que, neste critério, o Brasil não mudou de nível, apesar do progresso econômico e de sua atual projeção internacional.

Marques (2005, p.51§3) afirma também que a maioria esmagadora dos autores só reconhece apenas as duas dimensões acima expostas, não considerando as relacionais – auto-percepção e conhecimento.

Bernal-Meza faz parte dessa maioria e, diferente de Schneider, admite a condição de potência média com poder militar apenas convencional, ainda que com muito maior dificuldade para obter credibilidade que com a posse de poder nuclear.

Para Marques (2005, p.80§2 a 4, p.60§2), a contradição apontada por Bernal-Meza não existiu para os governantes e diplomatas brasileiros, principalmente os da era Cardoso que, mesmo pleiteando o assento permanente no CS-ONU, entendiam e procuravam passar ao sistema internacional um conceito de “potência média” próprio, em que o País havia muito se enquadrava, traduzido como a detenção de capacidades que nada tinham a ver com Poder Militar, mas se centravam na credibilidade e na relevância obtidas por outros meios.

Antes do governo Cardoso, tais características seriam creditadas ao Brasil por sua dimensão territorial, pela reserva de recursos naturais, pelo potencial econômico, pela confiança na diplomacia como meio de resolução de disputas, pela saciedade territorial, pelo convívio

pacífico com dez vizinhos havia mais de um século e pelas capacidades de articular consensos (poder de persuasão) e de atuar como mediador.

No governo Cardoso, a credibilidade era devida, além disso, aos fatos de ter alcançado a estabilidade econômica pelas reformas neoliberais e consolidado a democracia com a economia liberal de mercado; e a relevância, além dos atributos físicos e econômicos e da vocação para articulador de consensos, ao fato de ser portador e defensor dos valores “universais”.

Nessa concepção de potência média, o poder deixava de ser avaliado por capacidades materiais (*hard power*), e passa a sê-lo em termos menos tangíveis (*soft power*); entendendo-se “*hard power*” como o emprego do poder militar ou do econômico e “*soft power*” como a capacidade de convencer, baseada na legitimidade de suas propostas e valores. (KEOHANE; NYE Jr, 1998, p.86)

Além da emissão da PDN-1996, houve outros sintomas do “choque de realismo”. Segundo Bernal-Meza (2002, p.51§6 a p.52§3), o fortalecimento da parceria estratégica com a Rússia, por volta de 1999, que chegou a oferecer a fabricação conjunta, no Brasil, do Su-35, um dos aviões mais modernos do mundo que resolveria parte do problema de obtenção de tecnologia militar necessária para se tornar uma potência média crível. Além disso, a incorporação do NAe São Paulo, a continuação do desenvolvimento da força de submarinos convencionais e do programa de vetores (o “Veículo Lançador de Satélites” – VLS, da FAB), alteraria radicalmente o equilíbrio de forças com a Argentina.

Como se sabe, a parceria com a Rússia não prosperou e o programa do VLS sofreu séria interrupção com o acidente ocorrido em Alcântara, em agosto de 2003.

3.2 As Políticas de Defesa

O Itamarati influenciou bastante a elaboração da PDN-1996 porque, desde o início da década, definia a política de segurança em lugar das Forças Armadas, subordinando-a a sua estratégia de Relações Exteriores, na qual a segurança nacional era subordinada à integração regional (CERVO, 2008, p.145§2). Desta forma, a PDN-1996 recebeu diversas críticas. Para A. Cervo, ela representa “a evidência mais concreta do realismo brasileiro, funde a tendência kantiana do Itamarati com o realismo dos militares, é ambígua e vaga” (CERVO, 2008, p.146§1 e 2).

Ela teve, porém, os méritos de demonstrar o reconhecimento político da conveniência de tal tipo de documento e de afirmar, com precisão, que era voltada contra ameaças externas, extirpando o fantasma do “inimigo interno” da Guerra Fria (BRASIL, 1996, item 1.3).

Este autor a vê muito mais dirigida aos diplomatas que aos militares e, no pouco que tem realmente de defesa, concorda com a observação do Almirante Mauro C. R. Pereira, que a considera excessivamente genérica, em face do propósito de não restringir as autonomias tradicionais das Forças Armadas, não produzindo, assim, qualquer mudança em suas atividades (FLORES, 2006 *apud* ALSINA, 2006, p. 9§3); tanto que, no ano seguinte, a Marinha emitiu a publicação interna “Política de Defesa Nacional – A Marinha do Brasil”, em que enquadrava nas diretrizes da PDN, as atividades e normas que já praticava anteriormente, bem como a forma desejável de seu desenvolvimento futuro (PEREIRA, 1997, p.3§7).

Na PDN-1996, o desenvolvimento voltava a ser o interesse primordial que, propiciando vários fatores benéficos, permitia, somente ao fim de todos eles, que se pensasse em Defesa, mesmo assim, apenas em termos de uma “modernização paulatina da capacidade de auto-proteção” (BRASIL, 1996, item 1.6):

A implementação de uma política de defesa sustentável, voltada para a paulatina modernização da capacidade de auto-proteção, depende da construção de um modelo de desenvolvimento que fortaleça a democracia, reduza as desigualdades sociais e os desequilíbrios regionais e compatibilize as prioridades nos campos político, social, econômico e militar, com as necessidades de defesa e de ação diplomática.

Assim, a PDN-1996 seguia a Política Externa de então, que reconhecia as restrições brasileiras no contexto de segurança e defesa, renunciando à condição de potência emergente dos anos 1970 (explicitamente, ao “rótulo de Brasil-Potência”). (FLORES, 2006 *apud* ALSINA, 2006, p. 8§5; ALSINA, 2006, p.82§3)

A América do Sul era a região mais desmilitarizada do mundo, o Brasil não se envolvia em conflitos com vizinhos havia mais de um século e a integração proporcionada pelo Mercado Comum do Sul (Mercosul), pelo Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) e pela Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZPCAS) reduzia mais ainda a probabilidade de choques, permitindo a concentração de esforços no desenvolvimento e no combate às desigualdades sociais (BRASIL, 1996, itens 2.6, 2.9 e 2.10).

As “preocupações” (nem ameaças eram) do Brasil se resumiam à ação de bandos armados que atuavam em países vizinhos, nos confins da Amazônia, e ao crime organizado internacional, quase tornando não-convincentes os poucos argumentos sobre a necessidade de um sistema de Defesa: a existência de incertezas no contexto e o fato de não ser “realista conceber um Estado de razoável porte e influência internacional” sem uma força de defesa (BRASIL, 1996, item 2.12, 2.5).

Os objetivos listados consistiam basicamente na preservação dos elementos do Estado nacional que constam do Título I da Constituição Federal (a soberania, a integridade territorial, o patrimônio e os interesses nacionais, o estado de Direito, as instituições democráticas, a coesão e a unidade da nação, etc) – item obrigatório em tais documentos.

As “orientações estratégicas” do documento:

- expunham a centralidade da diplomacia e de uma postura dissuasória defensiva;
- definiam a “vertente preventiva da defesa”, como a soma da ação diplomática com poder militar dissuasório;
- não definiam explicitamente, entretanto, qualquer vertente reativa, sendo o uso da força restrito à autodefesa, ainda que esse caráter defensivo não significasse o emprego exclusivo de operações defensivas para repelir uma “eventual agressão armada”, oportunidade em que seria empregado “todo o poderio militar necessário”, e o único caso previsto de emprego das Forças Armadas em sua atividade-fim (BRASIL, 1996, itens 3.3, 4.2 a 4.4).

O documento, assim, só cogitava da dissuasão geral do Brasil, e não de dissuasão imediata ou coerção. Mesmo a dissuasão geral era vaga, não havendo qualquer indicação de algum tipo de ação especificamente não admitida de outros atores. As forças armadas só seriam empregadas reativamente – a única forma vislumbrada da conversão de potência em poder *de facto*.

As diretrizes eram voltadas em maioria para o serviço diplomático, sendo as voltadas às forças armadas, as que previam seu emprego em operações de manutenção de paz ou em ações subsidiárias (visando à integração nacional, à defesa civil e ao desenvolvimento sócio-econômico); ou de conteúdo realmente genérico demais para orientar qualquer planejamento, como: “proteger a Amazônia brasileira, com o apoio de toda a sociedade e com a valorização da presença militar”; e “aprimorar o sistema de vigilância, controle e defesa das fronteiras, das águas jurisdicionais, da plataforma continental e do espaço aéreo brasileiros, bem como dos tráfegos marítimo e aéreo;” (BRASIL, 1996, diretriz “o”)

A PDN 1996 expunha, assim, a vontade de um Estado satisfeito, pacífico, localizado numa região pacífica, que não desejava incomodar ninguém e, longe de antigas pretensões a potência, afirmava que exerceria influência externa apenas pelo esforço diplomático com foco no multilateralismo e na integração regional; refletindo um período da História em que, apesar das guerras localizadas do Golfo (1990 – 1991) e da ex-Iugoslávia (1991 – 1997), o mundo vivia um clima de entendimento com o fim da Guerra Fria, marcado pela vigência dos “Dividendos da Paz” – conceito que previa a redução dos gastos militares, com o redirecionamento dos recursos para fins sociais (HEYE, 2005, p. 10-12), e por uma inédita queda das despesas

militares mundiais, verificada entre 1991 e 1998. (SHAH, 2010, “World Military Expenditure 1988-2009”)

De 1998 em diante, os gastos militares mundiais voltaram a crescer, e o sistema internacional se tornou novamente violento – ocorreram nesse ano os atentados terroristas da *Al Qaeda* contra as embaixadas dos EUA no Quênia e na Tanzânia e as respectivas represálias norte-americanas contra supostas instalações dessa organização no Sudão. Após isso, sobrevieram a intervenção da OTAN no Kosovo em 1999; os atentados de 11/09/2001 em Nova Iorque e Washington; a invasão do Afeganistão em outubro desse ano; a invasão anglo-americana do Iraque em 2003, à revelia do Conselho de Segurança da ONU; os atentados de Madri e Beslan em 2004 e o de Londres, em 2005.

Em 10 de junho 1999, pela Lei Complementar 97, criou-se o Ministério da Defesa, também um marco, agora normativo e institucional, de compatibilidade com as estruturas da maioria dos países desenvolvidos.

Em 2004, o Brasil, sendo na ocasião um dos membros não-permanentes do Conselho de Segurança da ONU e país proeminente na América Latina, não pôde se furtar a assumir o encargo da missão estabilizadora no Haiti, travando contato prático com um moderno, ainda que pequeno, problema de segurança internacional.

Nesse novo contexto foi emitida a PDN-2005. De início, ela se declara voltada preponderantemente contra ameaças externas, como a de 1996 (BRASIL, 2005, “Introdução”§1), mas não denota o mesmo quadro pacífico. Além disso, as componentes diplomática e militar são mais bem balanceadas.

Ela é composta de 7 itens: Introdução; O Estado, a Segurança e a Defesa; O Ambiente Internacional; O Ambiente Regional e o Entorno Estratégico; O Brasil, Objetivos da Defesa Nacional; Orientações Estratégicas; e Diretrizes.

Os quatro primeiros contêm conceituações e aspectos condicionantes:

A Segurança e a Defesa Nacional são definidas com base nos conceitos da Escola Superior de Guerra (ESG), mas com maior precisão (BRASIL, 2000. p. 160 a 163). Cabe notar que a segurança tem objetivo amplo – soberania, integridade territorial e realização dos interesses nacionais – não aparecendo mais o desenvolvimento como objetivo único ou prioritário, como nos documentos anteriores a 1990 e na PDN 1996; sendo que, na definição da ONU exposta no documento, ele aparece como consequência da segurança (BRASIL, 2005, p.2§3, 7 e 8 a p.3§2):

Especialistas convocados pela Organização das Nações Unidas (ONU) em Tashkent, no ano de 1990, definiram a segurança como "uma condição pela qual os Estados consideram que não existe perigo de uma agressão militar, pressões políticas ou coerção econômica, de maneira que podem dedicar-se livremente a seu próprio desenvolvimento e progresso".

Para efeito da Política de Defesa Nacional, são adotados os seguintes conceitos:

I - Segurança é a condição que permite ao País a preservação da soberania e da integridade territorial, a realização dos seus interesses nacionais, livre de pressões e ameaças de qualquer natureza, e a garantia aos cidadãos do exercício dos direitos e deveres constitucionais;

II - Defesa Nacional é o conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas.

O desenvolvimento aparece outras vezes no texto, mas com ênfase muito menor que na PDN-1996, e em casos particulares: no da Amazônia, ele é uma forma de obtenção da segurança, representado pela vivificação das fronteiras, a exploração sustentada dos recursos naturais e outros aspectos que denotem a presença do Estado (BRASIL, 2005, itens 4.3 a 4.5 p.11§6 a p.12§1); no contexto sulamericano, a segurança, representada pelo aumento da estabilidade é conseguida com o consenso e a harmonia política entre os vizinhos e se reflete na redução da criminalidade transnacional, melhorando as condições para buscar o desenvolvimento (BRASIL, 2005, "O ambiente regional e o entorno estratégico" item 3.4).

Assim, a PDN-2005 não trata a segurança como variável dependente do desenvolvimento como a PDN-1996 e documentos anteriores, não parecendo, por esse aspecto, que é uma política de defesa de um país em desenvolvimento.

O ambiente internacional e o regional são ameaçadores:

- os desafios de hoje são mais complexos que os da Guerra Fria, as Relações Internacionais são menos previsíveis e são esperados quadros de conflito causados pela escassez de água doce, de energia e de outros recursos naturais incluindo biodiversidade, bem como por disputas por áreas marítimas, pelo domínio aeroespacial e por áreas fronteiriças, dado que, atualmente, todas as terras emersas pertencem a Estados;

- a unipolaridade militar e as dissimetrias trazem tensões à ordem mundial, mas o multilateralismo e o respeito ao Direito Internacional favorecem a estabilidade e a paz (BRASIL, 2005, item 2.3);

- a capacidade tecnológica potencializou a dissimetria em favor dos países desenvolvidos, permitindo-lhes, entre outras ações, interferir em sistemas dos demais países à distância ou inviabilizar seu uso;

- os atores não-estatais, incluindo o terrorismo, constituem hoje importantes ameaças à paz, à segurança e à ordem democrática dos Estados (BRASIL, 2005, itens 2.1, 2.3, 2.4, 2.5 e 2.6);

No ambiente regional, a instabilidade afeta a segurança dos Estados, assim são desejáveis o consenso, a harmonia política e a convergência de ações entre países vizinhos (BRASIL, 2005, item 3.4). Especificamente, a preservação dos interesses, da soberania e da independência volta a ser sintomaticamente citada, numa alusão velada à ação norte-americana na Colômbia (opinião deste autor²⁷) (BRASIL, 2005, itens 3.5 e 3.6):

“3.5 A existência de zonas de instabilidade e de ilícitos transnacionais pode provocar o transbordamento de conflitos para outros países da América do Sul. A persistência desses focos de incertezas impõe que a defesa do Estado seja vista com prioridade, para preservar os interesses nacionais, a soberania e a independência.

3.6 Como consequência de sua situação geopolítica, é importante para o Brasil que se aprofunde o processo de desenvolvimento integrado e harmônico da América do Sul, o que se estende, naturalmente, à área de defesa e segurança regionais.”

As áreas de maior concentração de poder político e econômico do País são consideradas vitais para planejamento da defesa e, complementarmente, a Amazônia e o Atlântico Sul. A Amazônia, com seu grande potencial de riquezas minerais e diversidade é foco da atenção internacional, e a área marítima brasileira contém as maiores reservas nacionais de petróleo e gás. Além disso, são também objetos de defesa o espaço aéreo sobrejacente ao terrestre e ao marítimo, bem como as linhas de comunicações marítimas (LCM), responsáveis pela quase totalidade de nosso comércio exterior (BRASIL, 2005, incisos 4.3 a 4.6).

Nos objetivos da defesa nacional, observa-se que deixaram de constar “a garantia do Estado de Direito e das instituições democráticas” e “a consecução e a manutenção dos interesses brasileiros no exterior”, da PDN-1996 (BRASIL, 2005, item 5). A primeira supressão parece buscar a coerência com o fato de o documento ser voltado para ameaças externas, o que é reforçado pela orientação estratégica 6.22, pela qual o emprego das Forças Armadas na garantia da Lei e da Ordem estão fora de sua abrangência. A segunda parece uma precaução diplomática para evitar que se possa atribuir-lhe alguma conotação ofensiva, ainda que tênue, já que, na de 1996, os “interesses” eram objeto de “garantia” em um item, e de “consecução e manutenção”, em outro. Na PDN-2005, eles são objeto apenas de “defesa”.

²⁷ Em 2000 teve início o Plano Colômbia, pelo qual os EUA forneciam ajuda econômica, material bélico e pessoal para ajudar a Colômbia a combater o tráfico de drogas e, em 2001, o Pres. G.W.Bush propôs uma extensão do plano (a Iniciativa Antinarcóticos Andina) que abrangeria também a Bolívia, o Peru, o Equador, a Venezuela e parte do Panamá e do Brasil (Ver. RIPPEL, 2004, p.4§3 e p.6§1)

As orientações estratégicas concentram os aspectos mais interessantes para a área militar, observando-se, com referência à PDN anterior, que:

- foi definida a “versão reativa da defesa” – a reação a uma agressão militar, com o emprego de “todo o Poder Nacional, com ênfase na expressão militar”, no exercício do direito de Legítima Defesa previsto na Carta da ONU (BRASIL, 2005, item 6.3);

- foi introduzida a possibilidade de um segundo emprego precípua das forças armadas – no gerenciamento de crises político-estratégicas – o que pressupõe o amplo leque das ações de dissuasão imediata e de coerção, também indicado pela afirmação de que esse emprego “poderá ocorrer de diferentes formas, de acordo com os interesses nacionais” (BRASIL, 2005, item 6.5);

- A Amazônia e o Atlântico Sul foram consideradas áreas prioritárias para a defesa Nacional, mas exigem medidas estratégicas diferentes; sendo que, para o Atlântico Sul, é fixado que o País tenha meios com capacidade de exercer a vigilância e a defesa da área jurisdicional brasileira (AJB) bem como para manter a segurança das LCM (BRASIL, 2005, incisos 6.12 a 6.14).

A AJB totaliza 4,5 milhões de quilômetros quadrados e é baseada na Convenção das Nações Unidas para o Direito do Mar (CNUDM), como citado no item 4.5 da PDN. Esse total compreende a Zona Econômica Exclusiva (ZEE), de 200 milhas a partir da costa do território continental e das ilhas oceânicas; as partes da extensão da Plataforma Continental (PC) além da ZEE, pleiteadas e já aceitas pela ONU; e também as que são objeto de estudos para satisfazer exigências por ela colocadas (figura 3.1).

- foi introduzida a possibilidade de as forças armadas participarem de arranjos de defesa coletiva autorizados pelo Conselho de Segurança da ONU; (BRASIL, 2005, item 6.4)

- foi reconhecida a possibilidade de ataque cibernético, com orientação para busca de meios para a redução de vulnerabilidades;

- O emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem (GLO) foi considerado externo à Defesa Nacional. (BRASIL, 2005, item 6.22)

As diretrizes também contêm acréscimos interessantes em relação à PDN-1996: (BRASIL, 2005, diretrizes I, II, VI, VIII, X, XI, XXIII e XXV)

- manter forças estratégicas de pronto emprego e meios militares capazes de salvar pessoas, bens e recursos brasileiros no exterior;

- aumentar a presença militar nas áreas estratégicas do Atlântico Sul e na Amazônia;

- aperfeiçoar processos para o gerenciamento de crises político-estratégicas;

- proteger as linhas de comunicações marítimas (LCM) vitais;

- dispor de estruturas que auxiliem a prevenção ou a reação a atos terroristas;
- dispor de capacidade de projeção de poder, visando à eventual participação em operações determinadas ou autorizadas pelo Conselho de Segurança da ONU;
- participar de ações humanitárias e missões de paz.

Além da garantia da soberania, patrimônio nacional e integridade territorial, a PDN-2005 também tem como objetivo a defesa dos interesses nacionais (BRASIL, 2005, item 5, objetivo II), e atualmente um deles merece menção especial: a expansão da presença brasileira no Atlântico Sul e na África, por meio do envolvimento do Brasil com os países africanos em políticas que visam ao aproveitamento dos recursos desse oceano e de várias formas de cooperação civil e militar.

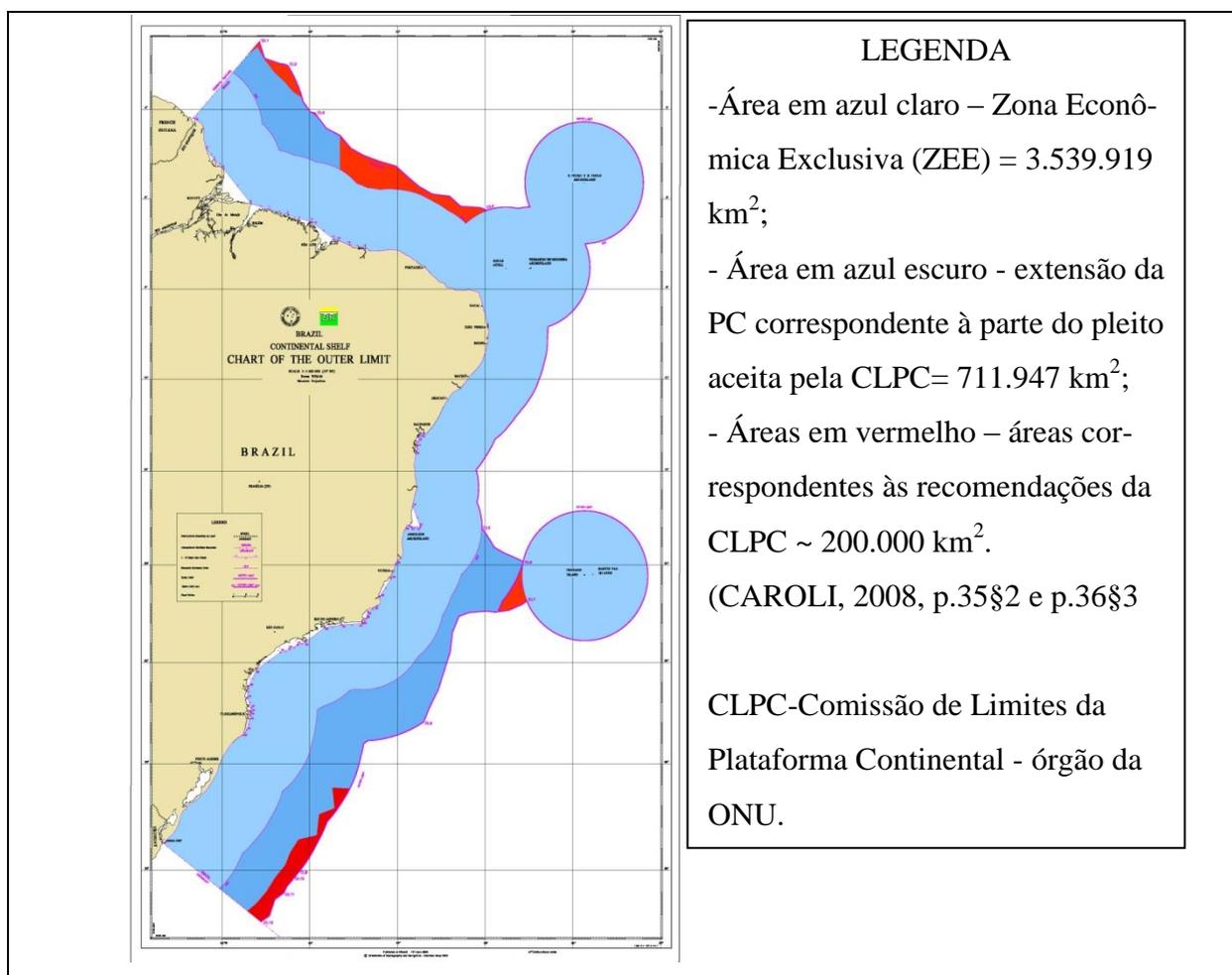


Figura 3.1 – Área de Jurisdição Brasileira (AJB)

No que toca à atualização da Política de Defesa Nacional, o Brasil instituiu uma sistemática periódica pela Lei Complementar nº 136 de 25 de agosto de 2010 que, nos parágrafos 1º a 3º de seu artigo 9º, determina a criação do Livro Branco de Defesa Nacional, o qual conterá dados estratégicos, orçamentários, institucionais e materiais detalhados sobre as forças

armadas, sendo encaminhado pelo Poder Executivo à apreciação do Poder Legislativo a cada quatro anos, a partir de 2012. O Livro Branco abordará os seguintes tópicos: (BRASIL, 2010)

- I - cenário estratégico para o século XXI;
- II - política nacional de defesa;
- III - estratégia nacional de defesa;
- IV - modernização das Forças Armadas;
- V - racionalização e adaptação das estruturas de defesa;
- VI - suporte econômico da defesa nacional;
- VII - as Forças Armadas: Marinha, Exército e Aeronáutica;
- VIII - operações de paz e ajuda humanitária.

Esses tópicos haviam sido introduzidos ainda no projeto da Lei, em 2009, com o propósito de dar “transparência à Política e à Estratégia de Defesa do País” e, segundo declaração do então Presidente da Frente Parlamentar da Defesa Nacional, Deputado Raul Jungmann (PPS-PE), a matéria coroava todos os avanços que a casa conseguira sobre o papel das forças armadas desde a Constituinte e evitava que o Congresso fosse alijado do debate do assunto (MORAES, 2010), cabendo acrescentar que, como corolário, o Congresso será corresponsável pela Defesa, em todas as expressões acima expostas.

Este autor observa que, ainda que seja louvável a busca da transparência e da corresponsabilidade, não são essas as finalidades usuais nem as mais importantes das revisões da política e da estratégia de defesa, e sim, a verificação de sua eficácia no período passado e da compatibilidade entre seu conteúdo, e também da Política Externa, com a “Grande Estratégia”, aqui entendida como o Projeto nacional de longo prazo dedicado aos aspectos de segurança nacional (ALSINA, 2009, p. 188, nota 34)²⁸, tendo como pano de fundo uma ou várias avaliações de cenário.

Essas revisões resultam em alterações nas políticas, estratégias e, por vezes, até na Grande Estratégia. Como exemplo, os EUA, que realizam revisão quadrienal, entre outras mudanças consequentes da revisão de 2010, voltaram a fazer o planejamento de força por ameaças, deixando de fazê-lo por capacidades, como até então (DUDNEY, 2009; UNITED STATES OF AMERICA, 2010, p. iii§4 e 5; p.17§1). A França, que não faz revisões periódicas, mas episódicas, emitiu um Livro Branco em 1994 para adequar-se ao contexto pós-Guerra Fria; e outro em 2008, devido à já sentida inadequação de sua estrutura ante a situação

²⁸ Também chamada Estratégia de Segurança Nacional e elaborado pelo nível mais alto do Estado.

atual, que exigia a ênfase a operações expedicionárias, e não à oposição a uma invasão territorial, uma das premissas do Livro Branco então vigente. (MORAN, 2008)

Esse é o nível do enfoque desejável a uma revisão estratégica, mas para atingi-lo, será necessário chegar a uma Grande Estratégia Nacional com amplo consenso político – um dos aspectos da articulação ideal entre Política Externa e Política de Defesa, segundo Alsina (2006, p. 187§3).

Cabe acrescentar que o decreto nº 7.438, de 11/02/2011 instituiu o grupo de trabalho para a elaboração do Livro Branco de Defesa estabelecendo princípios e diretrizes para isso e que, posteriormente, o Ministério da Defesa inaugurou um sítio na Internet para ampla coleta de colaborações²⁹.

3.2.1 Apreciações sobre as Políticas de Defesa

Podemos ver a primeira PDN (1996), como a de um Estado ainda principiante na elaboração de tais documentos, achando que só deveria visar à reação contra agressões externas, hipótese, por sua vez, considerada tão remota que o texto pouco contribuía para a preparação dos meios de força. Apesar dos conflitos da época (a Guerra do Golfo e as da antiga Iugoslávia), o ambiente internacional era pouco ameaçador, dando margem à baixa prioridade que sempre fora atribuída ao fortalecimento militar brasileiro e justificando a continuação da tradicional *rationale* não-confrontacionista do conteúdo, revelando a preponderância da Diplomacia na elaboração.

A PDN-2005 dá um salto. É a de um Estado que não parece se preocupar com as diversas interações segurança-desenvolvimento econômico do passado e quer usar a Defesa realmente como Defesa, e exclusivamente como Defesa, alijando as atividades de GLO e contendo apenas um mínimo de menções a outras tarefas, como a determinação da participação de forças em missões humanitárias (diretriz XXV).

A dissuasão geral já é especificada, assinalando aspectos especialmente importantes para o Brasil, com as áreas prioritárias para a defesa (inciso 6.12), a menção a formas de reação que inspirem “*food for thought*” (algo para pensar) (THESAURUS, 2012) em outros atores, como a manutenção de forças de pronto emprego para salvaguarda de pessoas, recursos e bens no exterior; a capacidade de projeção de poder para operações autorizadas pela ONU e a possibilidade de participação em arranjos de segurança coletiva.

²⁹ <http://livrobranco.defesa.gov.br/index.php>

Cabe notar que a diretriz XXIII, que determina a capacidade de projeção de poder, contraria explicitamente entendimentos anteriores relativamente recentes, como o do então Ministro do Exército, General de Exército Zenildo Lucena, exposto em 1998 e que alegava respaldo na PDN-1996: (LUCENA 1998 *apud* ALSINA, 2006, p. 126)

...fica evidente que somente com a integração da Marinha, do Exército e da Aeronáutica poderemos cumprir os objetivos fixados. A Política (de Defesa Nacional) veio na prática fortalecer a ideia defendida pelo Ministério do Exército há exatos seis anos. Como se pode depreender, as forças armadas devem estar primordialmente voltadas para o nosso próprio território. A Política de Defesa não contempla projeção de poder.

Além disso, a conversão de potência em poder *de facto* já é prevista também nas faixas da dissuasão imediata e da coerção, como é normal na maioria dos países, não se prendendo à consagrada reação em autodefesa, como justificção não-confrontacionista.

No entender deste autor, a PDN-2005 parece bem ajustada à atual expressão do Brasil, mas as capacidades existentes estão muito defasadas em relação às ações e reações determinadas tanto em termos doutrinários como tecnológicos – Como impedir que um Estado desenvolvido “inviabilize o uso de nossos sistemas ou neles interfira à distância” com ações de Guerra cibernética? Como reagir a isso – com ações armadas ostensivas, apenas com protestos na ONU, ou destruindo algum objetivo do adversário por meio de ações ocultas de operações especiais? Como manter a vigilância, defesa e segurança das áreas marítimas e LCM em 4,5 milhões de km² de áreas marítimas jurisdicionais (BRASIL, 2005, itens 2.5, 4.5 e 6.14) e no resto do mar onde navios brasileiros podem estar?

A Estratégia Nacional de Defesa (END) procura dar resposta a essas questões, como apresentado mais adiante.

A revisão periódica estabelecida pela Lei Complementar nº136/2010 foi de iniciativa da Frente Parlamentar da Defesa Nacional, que tinha se revelado bastante atuante. O fato levou este autor a esperar que ela provocasse, além dos debates consequentes dessa Lei, à elaboração da Grande Estratégia Nacional de que o País necessita, mas com a não-eleição do Deputado Raul Jungmann (PPS – PE) para o Senado em 2010, a atividade da Frente parece ter-se arrefecido, pois não se teve conhecimento de novas atuações.

Quanto ao interesse marítimo antes mencionado, ele representa o alinhamento da Defesa, em particular, da Marinha, com uma política de Estado – a ênfase às ligações Sul-Sul, portanto, o retorno ao paradigma Norte-Sul de rivalidade global arquivado pelo Presidente F.

H. Cardoso – e com a tônica das relações de cooperação do Brasil com a África – ajuda na construção de estruturas, e não na solução de problemas pontuais.

A cooperação da Marinha representa o auxílio à estruturação dos Estados para a preservação da segurança marítima e da soberania, reduzindo as possibilidades de intervenção do mundo civilizado, que evocam o colonialismo (BERNARDINO, 2011, “Introdução”), e também a exportação, não só da tecnologia de levantamentos da plataforma continental, mas da forma de pensar a exploração dos recursos do mar, num quadro de apropriação das áreas marítimas, representando o aumento da presença brasileira na bacia do Atlântico, e a busca de apoio político e estratégico na África.

3.3 As Estratégias de Defesa

Durante a Guerra Fria, as Forças Armadas brasileiras seguiam estratégias de defesa praticamente independentes, embora se apoiassem. O início da política de nacionalização da segurança coincidiu com o “Milagre Brasileiro”, onde havia motivação e recursos para o aumento de poder. Assim, elas procuraram se reequipar cada vez mais com material nacional à medida que a indústria progredia, importando os itens não-produzidos, normalmente de tecnologia mais avançada, principalmente de fontes não-norte-americanas, continuando, no entanto, a receber algum material pelo MAP até sua denúncia. Foi a época do recebimento das aeronaves francesas Mirage III, pela FAB, as mesmas que haviam se tornado famosas com a força aérea israelense na Guerra dos Seis Dias (junho de 1967), e de alguns navios norte-americanos recebidos no início dos anos 1970.

A Marinha havia mais de 100 anos que empregava estaleiros e outras instalações da indústria nacional e continuou a fazê-lo. Assim, de suas quatro vertentes combativas – a Patrulha (cuja importância fora muito aumentada com as descobertas petrolíferas e o alargamento do mar territorial em 1970), os navios anfíbios, os navios de combate (que inclui os submarinos) e a Varredura (de minas) – o “Programa Decenal” contemplou a primeira com navios construídos no País, a segunda basicamente com navios norte-americanos usados (MAP ou aquisições de oportunidade, após o fim do acordo) (VIDIGAL, 1982, p. 120§3 a p.122§3)³⁰, e

³⁰ Seis navios-patrulha costeiros e cinco navios-patrulha fluviais; dois navios de desembarque de carros de combate.

a terceira e a quarta, principalmente com material de procedência europeia. (VIDIGAL, 2002, p.15§2, 24)³¹.

O miniprograma que se seguiu, implementado com os poucos recursos disponíveis, foi integrado basicamente por construções no Brasil e constaram principalmente de cinco corvetas (a última, Cv Barroso, comissionada em 2008 – 14 anos após a penúltima) e cinco submarinos da classe Tupi. (VIDIGAL, 2002, p.41 e 52-53; SAUNDERS, 2007, p. 69-69)

As Estratégias de Defesa consistiram em manter a Esquadra adestrada para enfrentamentos externos em vários tipos de ação, mas com maior ênfase em guerra antissubmarino; a força de varredura adestrada em varrer o maior número possível de portos nacionais; e, no caso da Patrulha, desenvolveu-se um procedimento permanente para a faixa de 200 milhas (370,4 Km) que conjugava a ação de aeronaves de patrulha da FAB construídos no Brasil (os EMB-111, “Bandeirulha”) com navios da MB.

A PDN-1996 não apresentou qualquer nova prescrição, podendo-se entendê-la como a expressão da política de defesa até então praticada. Também não foi tornada pública qualquer estratégia a ela subordinada, mas se isso houvesse acontecido, o resultado provavelmente não seria muito diferente do contido no cap. 5 do livro “Reflexões Estratégicas – Repensando a Defesa Nacional” do Almirante Flores, publicado em 2002, que também refletia a que se pretendia então praticar, aspecto que pode ser inferido do texto: “O esboço estrutural agora apresentado, que se enquadra razoavelmente nas orientações citadas acima, já está em implantação, ainda que aos poucos, por força das restrições orçamentárias”. (FLORES, 2002, p.84§5)

O almirante preconizava um Poder Militar “comedido”, mas suficientemente crível para assegurar a tranquilidade regional, capaz de impedir atividades irregulares de nível acima da capacidade policial, de cooperar com a ordem global e, de forma expressiva, com a regional, e de contribuir com a ordem Interna. Levava em conta as fortes restrições de recursos (o “sufoco fiscal”), e que o País enfrentava graves demandas socioeconômicas, não havendo demandas críticas de defesa que as superassem. (FLORES, 2002, p.79§1 e 2)

No tocante ao Poder Naval, o Almirante Flores (2002, p.80§5; 51§1; 80§5; 81§1e 3 82§2 a 4 e 83§1) baseava suas ideias em duas premissas:

- as hipóteses de guerras externas clássicas eram improváveis, mas graves, e para elas, o Poder Naval deveria ser dimensionado para se contrapor a ameaças em apenas parte da fron-

³¹ Os navios de procedência europeia foram: Seis fragatas (quatro construídas no Reino Unido e duas no Brasil, com projeto britânico), três submarinos no Reino Unido e seis navios varredores de minas na Alemanha, além de helicópteros britânicos *Linx*, AS/antissuperfície, que equipam as fragatas.

teira marítima, onde se localizavam as hipóteses de conflito. Os exemplos dados eram a crise do Canal de Beagle (1978), que envolveu pequena parte dos litorais argentino e chileno, e a Guerra das Malvinas (1982), que envolveu apenas parte do litoral argentino.

O termo “fronteira marítima” era definido, ainda que com pouca precisão, como a faixa de mar contígua à costa e de largura flexível, onde existam tráfego e interesses marítimos e até onde é viável a ação defensiva das aeronaves de terra contra ameaças que venham do mar;

- “o Brasil não poderia e por ora não precisava ser ator naval importante longe do País, onde a segurança dos interesses brasileiros depende dos EUA, de outras grandes potências ou mesmo de países regionais expressivos”, devendo dar atenção a suas “águas próximas” e olhar com alguma “preocupação e responsabilidade” as águas situadas mais adiante, mas tudo incluído no Atlântico Sul-Occidental.

Considera ainda que o Brasil:

- participaria de intervenções distantes, mas como coadjuvante secundário;
- teria capacidade de esclarecimento e ataque aéreos a partir de terra, para a defesa da fronteira marítima;
- teria capacidade de operar submarinos convencionais (SC) e navios de superfície para controle de áreas marítimas no contexto de defesa da fronteira marítima, complementada por minagem defensiva³² pontual, dispondo também de submarinos nucleares de ataque (SNA) apoiados por esclarecimento aéreo para defesa à maior distância;
- teria capacidade de realizar Patrulha Naval nas áreas de jurisdição brasileira (AJB) e de busca e salvamento na área de responsabilidade SAR³³ (Fig. 3.2);
- teria capacidade de, na Amazônia e na Bacia do Paraguai, realizar operações ribeirinhas, ações de GLO e atividades de patrulha fluvial.

As elaborações que justificam uma marinha oceânica para prover defesa de litoral ou do comércio marítimo eram consideradas conservadorismo, desatenção às limitações da realidade brasileira e impróprias para o Brasil.

Neste ponto, estava sendo contrariada a própria PDN-1996 que determinava a defesa do tráfego marítimo. (BRASIL, 1996, item 5, “o”)

O Almirante também tratava das estratégias do Exército e da Força Aérea, que não serão aqui comentadas.

³² Minagem defensiva é a realizada nas águas próprias, contra navios ou submarinos inimigos incursores.

³³ Prevista pela Convenção Internacional de Busca e Salvamento Marítimo de 1979 (Convenção de Hamburgo). É conhecida como área de responsabilidade SAR (“*Search And Rescue*”), ou simplesmente, “área SAR”. (Ver PEREIRA, 2010, slide 18 ; OBERG, 2010, slide 13)

A PDN-2005 também não motivou a emissão de qualquer estratégia para sua implementação, embora estabelecesse orientações e diretrizes que excediam as capacidades disponíveis para seu honesto cumprimento, e reconhecesse a necessidade de estruturar a Defesa de forma compatível à estatura do País. (BRASIL, 2005, item 5)



Figura 3.2 - Área de Responsabilidade SAR (PEREIRA, 2010, slide 18)

A partir de 2004, alguns acontecimentos trouxeram o setor militar à evidência, principalmente o naval. Nesse ano, ocorreu a apresentação à ONU do estudo realizado pela Marinha para subsidiar o pleito nacional para a extensão da PC, que resultaria no acréscimo de novecentos mil km² à AJB; em 2006 chegou-se à autossuficiência em petróleo, alcançada com a produção no mar; e descobriu-se a grande jazida de Tupi, a primeira do pré-sal, evocando-se tanto a necessidade de a Marinha melhor resguardar essas áreas, como a grande disponibilidade de recursos esperada com a exploração das jazidas.

No primeiro semestre de 2007, a Venezuela anunciou a compra de armamento moderno e, em julho, o Presidente da República, após uma visita ao Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP), determinou a alocação dos recursos necessários à continuação dos projetos de enriquecimento de urânio e de construção do submarino de propulsão nuclear. (CARVALHO, 2006; O DESAFIO, 2012; DIAS, 2008, slide 9; OLIVEIRA, 2009, p.77§2; GODOY, 2008)

O processo de elaboração da Estratégia Nacional de Defesa (END) começou logo depois, com o decreto presidencial de 6 de setembro de 2007, que instituiu o Comitê Ministerial de Formulação da Estratégia Nacional de Defesa, para elaborar e apresentar ao Presidente da República, em um ano, uma “proposta de estratégia nacional de defesa e de atualização da PDN-2005”. A proposta estaria “vinculada à estratégia nacional de desenvolvimento de longo

prazo, abrangendo todos os aspectos de organização, operação e aparelhamento das Forças Armadas”. (BRASIL, 2007)

A proposta elaborada foi levada ao Presidente em 06/09/2008 e por ele aprovada no dia 9, quando ele também decidiu levá-la à apreciação do Conselho de Defesa Nacional (CDN) a fim de dar-lhe maior legitimidade. Antes dessa apreciação, contudo, ela foi apresentada pelo Ministro da Defesa, em 03/12/2008, aos Presidentes da Câmara e do Senado e ao Colégio de Líderes do Congresso Nacional, em reunião a que compareceram também os Comandantes das três Forças Armadas. Na ocasião, o expositor tornou público que a END seria submetida ao CDN no dia 11/12, o que de fato aconteceu, com aprovação.

Finalmente, ela foi reencaminhada ao Presidente, pela Exposição de Motivos EM Interministerial nº 00437/md/sae-pr de 17/12/2008, tendo sido promulgada e entrado em vigor pelo Decreto nº 6703 de 18/12/2008.

Assim, a END foi elaborada pelo Executivo com certa rapidez e pouco envolvimento do Legislativo, mas com cuidados para a obtenção da devida legitimidade; e pode ter constituído uma virada política para compensar a deficiente atuação do Governo na área militar, nos episódios dos grandes acidentes de aviação ocorridos em 2006 e 2007 e da insubordinação dos controladores aéreos. (OLIVEIRA, 2009, p.71§5 a p.74§1)

O documento é composto de duas grandes partes, a “Formulação Sistemática”, onde são especificadas as medidas estratégicas, e “Medidas de Implementação”, onde são tecidas diversas considerações pertinentes à obtenção das estruturas necessárias.

A Formulação Sistemática contém 11 tópicos: Introdução; Estratégia Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Desenvolvimento; Natureza e âmbito da Estratégia Nacional de Defesa; Diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa; A Marinha do Brasil: a hierarquia dos objetivos estratégicos e táticos; O Exército Brasileiro: os imperativos de flexibilidade e de Elasticidade; A Força Aérea Brasileira: vigilância orientadora, superioridade aérea, combate focado, combate aeroestratégico; Os setores estratégicos: o espacial, o cibernético e o nuclear; A reorganização da indústria nacional de defesa: desenvolvimento tecnológico independente; O Serviço Militar Obrigatório: nivelamento republicano e mobilização nacional; e Conclusão.

A Introdução expõe o propósito político do Brasil de, saindo da condição de país em desenvolvimento, inserir-se no nível mais alto do sistema internacional (grifo deste autor), para o que deverá estar pronto para defender-se não só das agressões, mas também das ameaças, pois “vive-se num mundo em que a intimidação tripudia sobre a boa fé” (BRASIL, 2008, p.2§3 e 4 ; p.3§1). Isto significa possuir a capacidade de também ameaçar fortemente, segundo a lógica de Raymond Aron (2002, 153§1), cabendo notar que esse tipo de argumento é

empregado tipicamente para justificar a posse do armamento nuclear por alguns países, como a França³⁴ e a Rússia³⁵.

O tópico seguinte ressalta a ligação simbiótica entre Defesa e Desenvolvimento – defendido, o Brasil pode escolher um modelo de desenvolvimento independente, inclusive buscando tecnologias importantes para a defesa, como a espacial, a cibernética e a nuclear, a despeito de incomodar Estados para os quais isso seja indesejável. Este aspecto revive a lógica da política de nacionalização da segurança, mas sem a componente predatória de que se investindo em defesa deixava-se de investir em desenvolvimento, e com o tempero necessário à independência no primeiro nível do sistema internacional – “defendido, o Brasil terá como dizer não, quando tiver que dizer não”. (BRASIL, 2008, p. 2).

Algumas das diretrizes da END merecem comentário:

A diretriz nº1 (BRASIL, 2008, p.4§1), que prevê a dissuasão de concentrações inimigas nos limites jurisdicionais, exige uma leitura flexível e não ao pé da letra. No caso de forças navais, entendendo-se o propósito da dissuasão como a contenção dos inimigos no limite marítimo (200 a 350 milhas – 370,4 a 650 km), o Brasil não estaria adequadamente defendido, pois existem hoje armamentos, mesmo na “guerra praticável”, como os mísseis de cruzeiro que, lançados de navios ou submarinos em posições além de tal distância, poderiam atingir objetivos bem adentrados no território nacional. Cabe notar que tal armamento está se popularizando. Para citar alguns exemplos, o *Tomahawk*, antes empregado apenas pelos EUA e pelo Reino Unido, está sendo objeto de pedido de autorização para compra pela Espanha e possivelmente constará em breve do arsenal australiano; enquanto a França está desenvolvendo seu congênere, o MDCN.

O trinômio monitoramento/controle, mobilidade e presença, previsto nas diretrizes 2, 3 e 4, que deve permitir a uma unidade chegar rapidamente à área de operações (BRASIL, 2008, p.4 itens 2, 3 e 4), constitui requisito primordial para a dissuasão por negação e é cumprida pelo Poder Naval, normalmente por ações de negação do uso do mar ou de controle de áreas marítimas, e constitui o cerne do cumprimento da diretriz nº1, só que, como nela, o âmbito geográfico do monitoramento/controle, mobilidade e presença também deve exceder os limites jurisdicionais.

³⁴ “Mesmo que não haja ameaça de agressão direta contra a França, é imperativo reter a capacidade de preservar a liberdade de ação de nossa nação se nossos interesses vitais forem ameaçados por chantagem.” (Ver PRÉSIDENCE, 2008, p.7§1)

³⁵ “O principal objetivo da política da Federação da Rússia na área da detenção estratégica é inadmissão de nenhum tipo de pressão por força ou agressão contra a Rússia ou seus aliados”. (Ver FEDERAÇÃO da RÚSSIA, 2003, p.42)

Essas diretrizes são complementadas pelas de números 9 e 13 que expõem a ideia e requisitos básicos para sua implementação, e têm, no caso do Poder Naval, clara conexão com a determinação de realizar a defesa pró-ativa das plataformas, ilhas e instalações litorâneas, o que pode acarretar profundas alterações doutrinárias, como exposto mais adiante.

A diretriz 16 determina o planejamento de forças por capacidades ao invés de por ameaças (em termos de inimigos específicos). Essa forma de planejamento se baseia no conhecimento de nossas próprias vulnerabilidades estratégicas – “É como lidar com ladrões” – não se sabe quem vai invadir a casa nem quando, mas se sabe que vão tentar arrombar a fechadura, então, é bom colocar uma tranca. (RUMSFELD, 2002 *apud* VIDIGAL, 2004, p.107§9) Assim, as capacidades devem ser suficientemente amplas para permitirem contra-arrestar ou dissuadir ações contra várias vulnerabilidades, sem preocupação com a identidade de eventuais inimigos.

Isso parece válido porque atualmente o Brasil não tem inimigos identificados, como a diretriz também assinala. Contudo, o uso de uma ou outra linha de planejamento não pode ser considerado um dogma, devendo ser objeto de constantes reavaliações das conjunturas.

Os EUA, por exemplo, que usaram o planejamento por ameaças durante toda a Guerra Fria (planejava-se contra a URSS) e enfatizavam o planejamento por capacidades na gestão de Donald Rumsfeld, estão voltando agora a planejar por ameaças, em face dos conflitos específicos que estão travando no Iraque e no Afeganistão, já que a outra linha os levou a planos irrealistas e a dispersão de recursos e esforços. (DUDNEY, 2009; UNITED STATES OF AMERICA, 2010, p. iii§4 e 5; p.17§1)

Nas instruções voltadas para as forças armadas, nota-se a atenção à integração entre as forças e à dinamicidade, a fim de buscar possibilidades inovadoras: (BRASIL, 2008, p.13§3; 21§1; 13§7 e 8; 16§4; 14§1 a 3)

- operação conjunta FAB – aviação naval, para obtenção de superioridade aérea local;
- atuação em rede a partir de comunicações por satélite de qualquer grupamento ou unidade das forças armadas, bem como o monitoramento do mar a partir do espaço, incluído nas práticas da Marinha e permitindo a integração com o EB e a FAB;
- ações coordenadas de meios aéreos e submarinos com monitoramento por satélites e ação subsequente e oportunista de forças de superfície e aeronavais;
- alternância entre dispositivos de concentração estratégica e tática (“concentração e desconcentração”);

As instruções para a Marinha definem uma opção estratégica fundamental na preparação para o cumprimento das tarefas básicas – priorizar a capacidade de negar o uso do mar ao

inimigo que se aproxima do território por mar – o que traduz uma concepção bastante defensiva, em que os submarinos tornam-se o esteio das operações, principalmente em situações de grande inferioridade.

Entre as tarefas específicas, a END cita, em primeiro lugar, a defesa proativa das plataformas petrolíferas e, em segundo, a defesa proativa das instalações navais e portuárias e das ilhas oceânicas na AJB.

- há, atualmente, 111 plataformas de vários tipos operando na costa do Brasil, (A GRANDE, 2012) nas cinco principais regiões produtoras de petróleo e gás (São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Sergipe-Alagoas e Rio Grande do Norte-Ceará, – Fig.3.3).

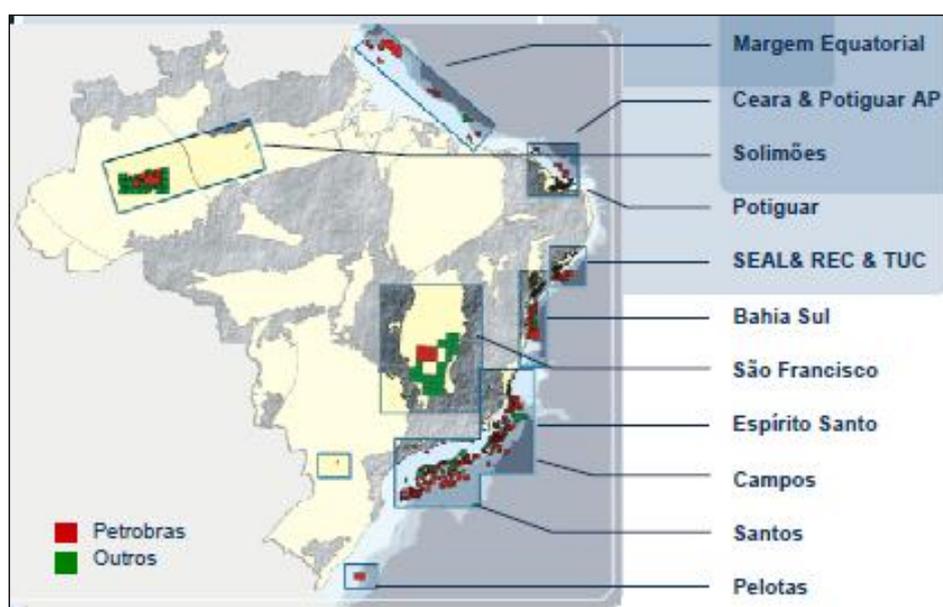


Figura 3.3 - Bacias Petrolíferas (DIAS, 2008, slide 15)

- existem também 36 portos organizados e 83 terminais. As regiões Sul e Sudeste concentram os portos mais importantes, apesar de haver, fora dessa área, instalações de grande importância estratégica local, como os terminais petrolíferos (BRASIL, 2009, Tabela 2.37).

A pró-atividade aqui determinada está conectada às diretrizes que determinam o triângulo monitoramento/controle, mobilidade e presença e constitui uma forma de maximizar o efeito de dissuasão negativa da Força, além do que seria conseguido com o simples aumento do número de meios, e se assemelha à nova estratégia japonesa, a “Força de Defesa Dinâmica”, adotada em 2010 para compensar a perda de poder dissuasório causada pela retirada de meios navais norte-americanos estacionados no Japão.

Trata-se da mudança de uma atitude reativa – que promove ações para limitar ou corrigir os efeitos de um incidente ou ataque já em curso; para uma atitude pró-ativa – que procura, com a presença antecipada na área de um possível incidente e ações de demonstração ou exercício de poder *ad-hoc*, evitar ou impedir que o incidente ou a ação adversa ocorra.

Tal estratégia encerra, portanto, a construção da dissuasão geral não pela simples existência de forças eficientes, mas por meio de ações de dissuasão imediata.

A Doutrina Básica da Marinha (DBM), (BRASIL, 2004, p.3-4, item 3.6) ao conceituar a contribuição das forças navais para a dissuasão, prende-se mais ao primeiro conceito afirmando que “a dissuasão realizada com o emprego de meios convencionais é concretizada, principalmente, pela existência de um Poder Naval adequado, aprestado e balanceado que inspire credibilidade quanto ao seu emprego”, embora avance um pouco na direção do segundo, acrescentando a seguir: “e a evidencie por atos de presença ou demonstrações de força, quando e onde for oportuno”.

O texto da END enfatiza o que a DBM considera não-principal e acrescenta a proatividade, o que a torna equivalente à atual estratégia dos japoneses, só que sem inimigos potenciais já definidos, como é o caso deles, e dirigida, em princípio, a quem se aproximar.

Esta postura, enfatizada pelo Ministro da Defesa em sua apresentação ao Senado em 2009 (BRASIL, 2009 b, p.1112§10 e 11), exigirá grande e permanente esforço de inteligência (aí incluindo vigilância, ou “monitoramento/controle”), mobilidade e presença antecipada das unidades adequadas (não necessariamente navios-patrolha) e com procedimentos doutrinários também adequados aos desdobramentos possíveis.

A terceira tarefa prevista pela END consiste em manter-se em prontidão para responder às ameaças, estatais ou não, às LCM sendo que essa tarefa terá o propósito de controlar o acesso marítimo ao Brasil. As LCM são mostradas na figura 3.4.

A tarefa citada em último lugar consiste em participar de operações internacionais de paz sob a égide da ONU ou outro organismo multilateral.

A END também determina capacidades específicas: (BRASIL, 2008, p.12§9; p.13 itens 4, 3, 5, 6)

- controlar áreas marítimas, com foco no Sudeste e na foz do Amazonas;
- projetar poder, dispondo de meios de fuzileiros navais em condição de pronto emprego;
- negar o uso do mar de forma potente por meio de uma força de submarinos dotada de unidades convencionais e nucleares, armadas com torpedos e mísseis, com apoio de satélites e de aeronaves de ataque e esclarecimento;
- patrulhar o mar e os rios navegáveis;
- monitorar o mar a partir do espaço;
- integrar suas unidades em redes e integrá-las com unidades das outras forças.

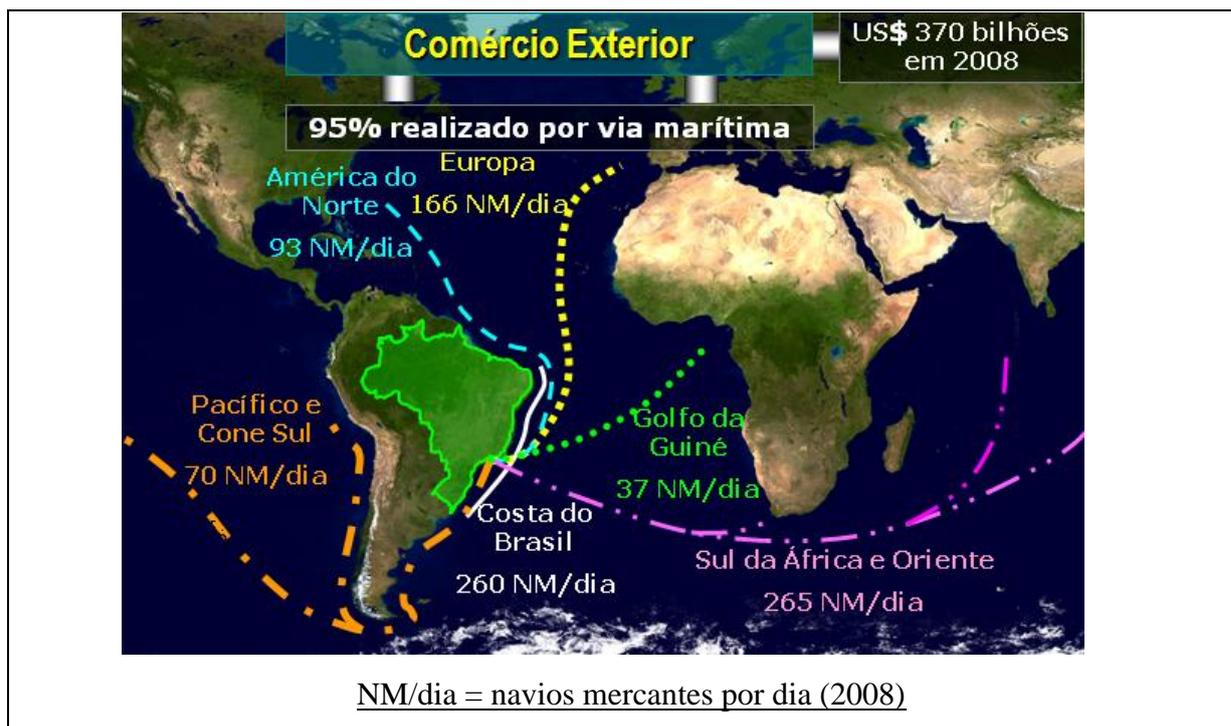


Fig.3.4 - Linhas de Comunicações Marítimas (OBERG, 2010, slide 12)

Cabe notar que a região do pré-sal coincide com a de instalações navais e portuárias mais importantes e, no território, com a de maior concentração populacional e econômica. Nella, a faixa geográfica de maior esforço defensivo deverá ser bem mais larga, pois as plataformas são as mais afastadas da costa, sendo sugestivo verificar pela figura 3.5, que o Campo de Tupi (agora rebatizado “Lula” pela Petrobrás) (PRÉ-SAL, 2010) dista dela cerca de 160 milhas (300 km), e que a região dos reservatórios ultrapassa a ZEE (linha de 200 milhas) em pelo menos um ponto, ainda que a extensão da PC aceita pela ONU vá bem além, o que dá ideia das distâncias a serem consideradas nos sistemas de defesa.

No tocante aos três setores estratégicos, os seguintes pontos se destacam: (BRASIL, 2008, p.24 itens 3, 4 e 5):

- no espacial, buscar-se-ão as capacidades de projetar, fabricar, lançar e manobrar satélites de baixa e alta altitude; e também o desenvolvimento de tecnologias para seu emprego em comunicações, esclarecimento e navegação;

- no cibernético, a prioridade será para a capacidade de assegurar comunicações em rede por quaisquer frações das forças armadas;

- no nuclear, a prioridade é completar o ciclo do combustível e o programa do submarino nuclear.

- O Brasil não aderirá a acréscimos ao TNP que ampliem suas restrições sem que as potências nucleares tenham avançado no seu próprio desarmamento. (BRASIL, 2008, p.25 a-línea d).

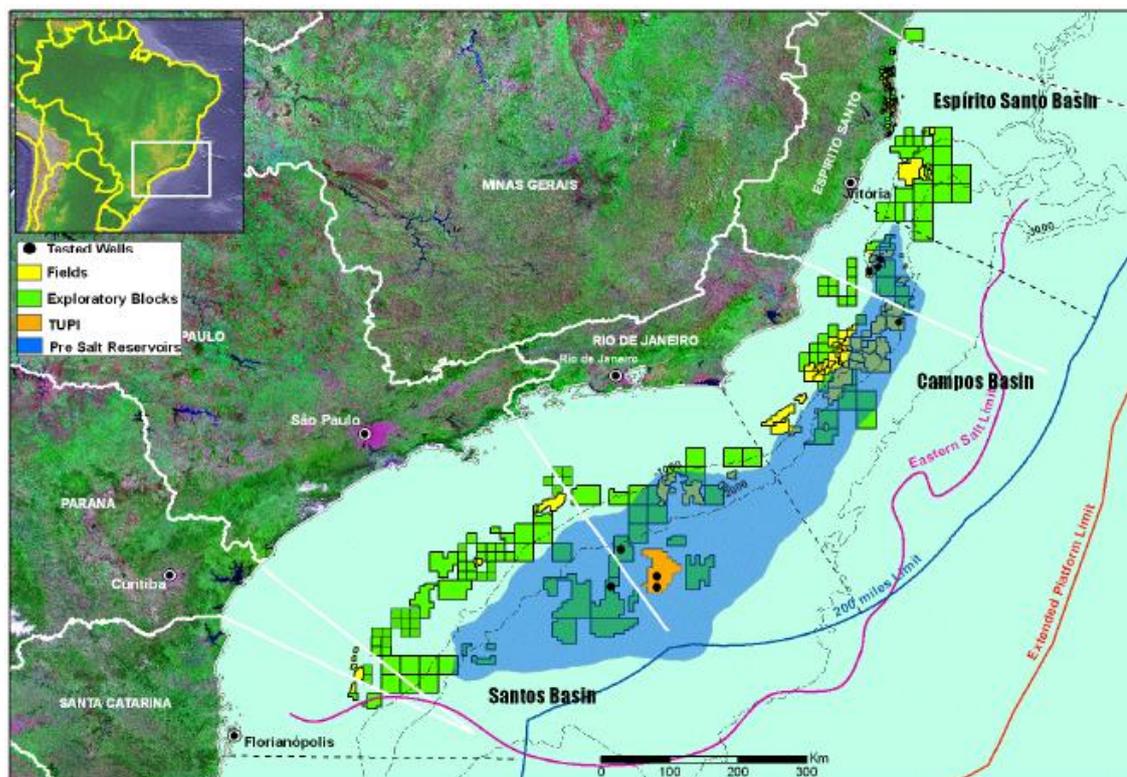


Figura 3.5 - A província do Pré-Sal e imediações (DIAS, 2008, slide 23)

3.3.1 Apreciações sobre as Estratégias de Defesa

A Estratégia preconizada pelo Almirante Flores para ser cumprida pelo Poder Naval demanda poucos recursos financeiros, mas é até mais forte do que seria necessário para o prescrito pela PDN-1996, onde os SNA, por exemplo, poderiam ser considerados dispensáveis.

Ela, no entanto, cumpre a ideia geral daquela política porque, exceto pela previsão da participação em intervenções distantes “como coadjuvante secundário”, é exclusivamente defensiva, prevendo uma força capaz de atuar apenas na fronteira marítima, e apenas nas seções onde fossem identificados objetivos de defesa, com exceção dos SNA, que atuariam por fora, mas no mesmo contexto.

Ela subentende os dois primeiros itens do paradigma das políticas de defesa da Guerra Fria – a subordinação da segurança nacional à hegemonia dos EUA e a prioridade do desenvolvimento sobre a Defesa, como um jogo de soma zero.

Uma recente e longa análise geopolítica norte-americana sobre a situação do Brasil no contexto sulamericano desde a época da independência dos Estados do continente, no início do século XIX, até os dias atuais revela uma leitura da Política e da estratégia de defesa brasileiras nesse período que este autor julgou pertinente a este estudo: (THE GEOPOLITICS, 2011, “*Brazil’s Geopolitical Imperatives*”)

São definidos os “Imperativos Geopolíticos” – metas amplas que um Estado deve perseguir para conseguir segurança e êxito internacional. Trata-se de estratégias não-ideológicas, determinadas pela Geografia.

O primeiro Imperativo Geopolítico do Brasil consiste em proteger a costa – a única maneira pela qual o Brasil pode proteger seu núcleo (“*core*”) por si próprio. Ela consiste em manter (“*cultivate*”) uma força naval com poder suficiente para dissuadir “potências predadoras”. Sem tal força, o País poderia ser dividido em várias cidades-Estados e as exportações estariam incondicionalmente à mercê de qualquer eventual adversário que usasse o mar³⁶.

O estudo acrescenta que, não tendo recursos para possuir tal marinha, o Brasil tem historicamente buscado alianças de dependência com a potência naval dominante do Atlântico “a fim de manter a mais poderosa Argentina em cheque”. Na primeira metade do século XIX, foi o Reino Unido, mas a expressão mais cabal desse imperativo foi a entusiástica acolhida da Doutrina Monroe, norte-americana, porque, estando sozinho no Hemisfério Ocidental, recebeu com entusiasmo a política neocolonialista dos EUA que barrava os Estados europeus porque não podia se opor àquelas potências sem assistência.

A razão da dependência da força naval: o Brasil se desenvolveu lutando contra uma Geografia adversa. A costa é percorrida a curta distância por montanhas que marcam a borda (“*grand scarpment*”) de um planalto (o “escudo brasileiro”) e dificultam a penetração do interior, fazendo com que as cidades, principalmente no Sul e no Sudeste se formassem em enclaves desconectados da costa, isoladas umas das outras e com poucas possibilidades de apoio ou defesa mútua. Até hoje, o País tem poucas ferrovias e rodovias de alto nível (“*highways*”) e não possui um grande sistema costeiro de estradas, porque as montanhas formam desníveis muito abruptos e próximos à costa, sendo que as estradas que existem junto a ela são basicamente de duas pistas.

Historicamente, o Brasil não tem podido custear uma força naval com a capacidade de dissuasão necessária e, mesmo atualmente, ela não é capaz de proteger confiavelmente a costa além dos territórios-núcleo (sudeste). O País mantém, por isso, relações estreitas, não exata-

³⁶ A expressão original é vaga – “*at the mercy of more maritime-oriented entities*” – podendo indicar um Estado adversário em conflito, uma coalizão a serviço de uma organização internacional, piratas, etc.

mente amigáveis, com os EUA, para evitar que estes nunca o vejam como problema e para que o País sempre possa recorrer a eles contra eventuais ameaças.

O segundo imperativo consiste em expandir sua economia para o interior, o que já está sendo realizado, e é válido até como medida defensiva em face da vulnerabilidade da região costeira; o terceiro consiste em obter o controle econômico e político dos países situados na da Bacia do Prata, cuja região, altamente fértil e de fácil escoamento da produção por via fluvial, tem, por isso, grande capacidade de geração de capital e, acoplada à estrutura econômica brasileira, propiciaria condições de se tornar uma potência, dando ensejo ao quarto e último imperativo, que seria o de tornar-se uma potência naval regional dominante e desafiar a potência dominante do Atlântico Sul.

Sobre a análise, cabe notar que o primeiro imperativo (a dependência exclusiva da força naval para a defesa do território) se deve à falta de capacidade de concentração de poder militar em terra para resistir a tentativas de projeção de poder vindas do mar em todos os pontos da costa, o que, segundo Pape e outros autores, foi conseguido pelos Estados da Europa continental no século XIX graças às possibilidades de articulação proporcionadas pelos desenvolvimentos em comunicações e transporte terrestre – na época, o telégrafo e a ferrovia – as tecnologias mais importantes para a “Revolução da Guerra Terrestre”, de Krepinevitch. (1994; PAPE, 1996, p.41§2)

Pode-se verificar que o Brasil cumpriu os imperativos segundo e terceiro, mas não os outros dois, que dependem do Poder Naval.

A análise em questão corresponde a uma leitura norte-americana da situação descrita nos tópicos 3.1 e 3.2, acima, bem como do contexto estratégico previsto pelo Almirante Flores. Nota-se também, pelo que se entende da END, que o pensamento de seus autores não é diferente, e o atual esforço iniciado sob sua égide, de renovação de meios navais, constitui a tentativa de recuperar o atraso quanto ao primeiro imperativo – cerne da primeira diretriz estratégica e do primeiro objetivo da Marinha naquele documento (BRASIL, 2008, p.4§1 e p.12§2) – incluindo o grande problema da proteção das plataformas que a análise não abordou e que, mais que as cidades litorâneas, estão expostas a adversários que usem o mar.

A análise ressalta a vulnerabilidade do Brasil (território, litoral e ativos no mar) à projeção de poder pelo mar, não só por meio de ações aeronavais (aeronaves e mísseis), mas também por operações anfíbias de potências navais, em face de seu extenso litoral, da dificuldade geográfica de defendê-lo por terra e da insuficiência de Poder Militar (terrestre, aéreo e naval). Tais deficiências podem ensejar ações adversas ao País em contextos graves de coer-

ção, ou indesejáveis situações de dependência em conjunturas mundiais belicosas, como ocorreu por ocasião da Segunda Guerra Mundial.

Voltando à END, note-se que ela não faz qualquer referência à PDN-2005. A atualização dessa política, também prevista no Decreto de 06/09/2007, que determinou a elaboração da END, acabou não sendo realizada, esperando-se que conste da primeira edição do Livro Branco, prevista para 2012, já que é um de seus itens, parecendo um processo inverso ao natural – elaborar uma política compatível a uma estratégia já em implementação, ainda que a elaboração de uma nova END – ou a revisão da atual – esteja também prevista.

Verificando a PDN-2005 e a END, constata-se que os conceitos de segurança compartilhada, defesa coletiva ou similares estão praticamente ausentes. A única menção é sobre defesa coletiva e consta da orientação estratégica 6.4 do primeiro documento, dispondo sobre uma situação excepcional: “Em conflito de maior extensão, de forma coerente com sua história e o cenário vislumbrado, o Brasil poderá participar de arranjo de defesa coletiva autorizado pelo Conselho de Segurança da ONU”. (BRASIL, 2005, p. 10, item 6.4)

É bem verdade que o Brasil é signatário do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), assinado em 1947, que mesmo antigo, continua em vigor; mas além de ser específico para auxílio mútuo no caso de agressão extracontinental, que não acarreta comprometimento permanente de forças; foi construído com forte enfoque no auxílio dos países do continente aos EUA contra a URSS no contexto da Guerra Fria e, como afirma Gerson Moura (1991, p.72 a 76; p.76§9), “desde seu nascimento, era muito mais um canal de articulação político militar da hegemonia norte-americana no continente” que um tratado de defesa hemisférica, ou seja, mais uma forma de controle dos Estados continentais e obtenção de seu apoio.

A END enfatiza principalmente a independência, e sob várias formas – nacional, tecnológica, de produção de materiais de defesa, de sinais de navegação estrangeiros (GPS e outros) (BRASIL, 2008, p.3§7; p.5§1; p.8§8; p. 15§7; p. 27§5; p. 28§3; p. 28§9; p. 30§4) e, embora não explicita a independência em termos de Defesa, permite concluir, em conjunto com a PDN-2005, que arranjos em que a segurança nacional seja permanentemente dependente de Estados ou alianças mais poderosos, como defesa coletiva ou dissuasão estendida, não são pretendidos pelo Brasil.

A END não se destina apenas a implementar a PDN-2005. Embora de nível abaixo, é mais geral, propondo-se a criar condições para que as Forças Armadas possam atuar adequadamente na Defesa, na obtenção de interesses, na Segurança Pública, na reação a catástrofes e onde mais se faça necessário.

3.4 Estratégias Navais

O Plano Decenal proporcionou um bom início de reequipamento da Marinha com meios recebidos a partir de meados dos anos 1970, e que constavam de seis fragatas de projeto britânico (quatro construídas no Reino Unido e duas no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro – AMRJ), três SC também britânicos e seis navios varredores construídos na Alemanha³⁷. Esses meios representaram uma verdadeira revolução tecnológica, com sensíveis reflexos nos procedimentos táticos, no emprego e na logística.

Nos anos 1980, com dificuldades de obtenção de recursos internos, continuou-se a renovação de meios com recursos externos (financiamentos) por meio de um “miniprograma”, de que constava a construção de quatro corvetas no Brasil (projeto autóctone, duas no AMRJ e duas em estaleiro privado) e a construção de um submarino na Alemanha, com transferência de tecnologia para a construção (mas não de projeto) de outros no Brasil. Fora do “miniprograma”, e com recursos internos, foram também construídos, no Brasil, em estaleiros privados, meios de menor complexidade, como dois navios-patrolha, um navio-tanque e outros. (VIDIGAL, 2002, p.30§5, p.31§1, p.42 e 43)

A ideia era substituir os contratorpedeiros do MAP pelas corvetas, mas as dificuldades financeiras retardaram longo tempo a construção da quinta unidade³⁸ e implicaram o recurso a “compras de oportunidade” – a aquisição de navios de combate usados, como quatro contratorpedeiros norte-americanos e quatro fragatas britânicas, estas, mais novas. Foram também comprados navios de desembarque usados, nos EUA, e o NAe São Paulo, adquirido à França em 2000 por preço simbólico. (VIDIGAL, 2002, p.55, 56, p.104 a 107)³⁹

Assim, a carência de recursos a partir de fins dos anos 1980 dificultou consideravelmente a manutenção e atrasou a construção dos novos meios (VIDIGAL, 2002, p.81§2), mas esse problema foi reduzido a partir de 2007 (BRASIL, 2009 a, slide 30), coincidindo com a evidência dada às descobertas de jazidas petrolíferas no mar.

Atualmente (maio de 2011), a força naval brasileira conta com os seguintes meios principais:

- Submarinos (todos convencionais) - 1 classe S209 modificado (Ticuna) e 4 classe S209 (Tupi), passando presentemente por uma modernização;
- NAe – 1 - São Paulo, de 30.000 toneladas;

³⁷ Exceto os submarinos, todos os meios foram modernizados e estão em atividade.

³⁸ A CV Barroso, construção iniciada em 1994, lançada ao mar em 2002 e comissionada em 2008. (Ver SAUNDERS, 2007, p. 68)

³⁹ Os quatro contratorpedeiros e uma das fragatas foram desativados.

- Escoltas – 14 (todos dotados de 1 helicóptero AS/ASup)⁴⁰
 - Fragatas – 3 classe Greenhalg e 6 classe Niterói (3700 toneladas);
 - Corvetas – 4 classe Inhaúma e 1 classe Barroso (1800/2100 toneladas);
- Navios de desembarque – 2 de carros de combate (que abicam diretamente à praia) e 2 navios de desembarque-doca (que lançam embarcações que abicam à praia);
- Navios tanque – 2
- Navios Varredores – 6 classe Aratu (250 toneladas)
- Navios-Patrolha – 12 da classe Grajaú (263 toneladas), 6 da classe Piratini (105 toneladas) e 4 classe Bracuí (800 toneladas);
- Navios-Patrolha Fluviais – 2 classe Pedro Teixeira (690 toneladas, com helicóptero) e 3 classe Roraima (350 toneladas, sem helicóptero).

O Almirante Flores, no capítulo 5 de seu livro, preconiza, com os ajustes necessários às “circunstâncias político-estratégicas e naturais deste início de século e para a inserção internacional do Brasil”, um projeto de força naval que ele considera semelhante à *Jeune École* do século XIX (excluída sua componente corsária) ou à estratégia antiacesso, que este autor prefere denominar estratégia do “atacado”, no paradigma da Guerra de Litoral, o que se traduz numa força de defesa litorânea, composta por navios e embarcações ligeiras que lancem mísseis antinavio, estações em terra que também lancem mísseis antinavio, SC que operem próximo de terra, aviões baseados em terra e minagem. (FLORES, 2002, p.81§2)

Em sua concepção original, a *Jeune École* tinha o propósito de causar baixas sensíveis num poder naval muito mais poderoso. Tratava-se da tentativa de dar a uma marinha inferior, a francesa, uma maior capacidade estratégica diante da Marinha britânica no final dos anos 1870, com base em dois fatores importantes. Um deles era a então recente aparição do torpedo na guerra naval – arma de alta capacidade de destruição, mas que pode ser transportada por vetores de pequeno porte – que parecia, assim, ter a virtude de quebrar a proporcionalidade entre porte e poder destruidor, que ligava a capacidade de possuir marinhas poderosas a Estados economicamente fortes.

O outro fator era a Geografia, que colocava as bases principais da marinha britânica a curta distância das bases e portos franceses. Dessa forma, navios típicos de operação costeira, os torpedeiros da época – pequenos, rápidos e baratos, mas também de curto raio de ação –

⁴⁰ Escoltas ou navios-escolta são navios capacitados às ações antiaéreas, antissubmarino e de superfície. Normalmente são dotados de helicópteros (um ou dois) com capacidade de ações antissubmarina (lançam torpedos) e antissuperfície (lançam mísseis antinavio).

poderiam destruir com torpedos, encouraçados e outros vasos importantes do Reino Unido nas proximidades de suas bases. (PROENÇA Jr., 1999, p. 122-123)

Assim, a *Jeune École*, como concepção estratégica, tinha duas características marcantes: era realizada pela “poeira naval” – termo da MB que designa o conjunto de navios de pequeno porte, do que decorre ser realizável apenas em teatros restritos, e era fundamentalmente ofensiva, porque tinha o mesmo propósito básico da linha de batalha, destruir navios de combate da esquadra inimiga. Na realidade, tinha mais uma, o ataque ao tráfego marítimo inimigo – a componente corsária que o Almirante Flores excluiu.

Posteriormente, os torpedos e minas marítimas foram aperfeiçoados, e entraram em cena o submarino, o avião e o míssil antinavio (com os navios e lanchas lançamísseis rápidos e de pequeno porte). Tais armas e meios têm periodicamente provocado a aparição de concepções parecidas com a *Jeune École*, mas normalmente defensivas, para defesa do litoral contra ataques vindos do mar por inimigos mais poderosos. Assim ocorreu na URSS dos anos 1920 (FRIEDMAN, 2000, p.129 e 130), na China logo após a vitória da revolução de Mao-Tsé-Tung (1950) (COLE, 2007,p. 23§3) e, nos dias de hoje, ocorre tipicamente com países que se sentem ameaçados de intervenção pelo mar por potências, onde tais armas, especialmente o SC, são empregadas como “barreiras de risco” em suas estratégias de “cordão de tropeço no mar” (“*sea tripwire*”). (KEARSLEY, 1992, p.96§3 a p. 100§3)

Para o Almirante Flores (2002, p. 82 e 83), as seguintes forças seriam necessárias ao cumprimento da estratégia por ele preconizada:

- Um núcleo com SC e navios de combate para realizar controle de áreas marítimas como necessário à defesa da parte da fronteira marítima que viesse a ser objeto de ameaça, complementado por minagem defensiva pontual em locais importantes. Este conceito, referido pelo autor como “defesa próxima”, provavelmente corresponde ao conceito de mesmo nome assinalado por Vidigal (2002, p.84§6);

- SNA para a defesa distante (talvez além da fronteira marítima, mas no mesmo contexto), apoiados por reconhecimento aéreo para posicionamento tempestivo em relação ao inimigo, provavelmente o outro conceito assinalado por Vidigal, denominado “Interdição Avançada”;

- aeronaves de ataque (caças) e de patrulha operando de terra, para, respectivamente, engajamento de navios em cenários de defesa da fronteira marítima e para monitoramento de áreas marítimas em tais cenários, além de, rotineiramente, monitorar a AJB;

- forças especializadas em operações na bacia amazônica e do Paraguai, compostas de navios, embarcações menores, helicópteros e fuzileiros navais;

- forças anfíbias ligeiras para integrar forças de intervenção; e
- navios e embarcações de patrulha e navios de salvamento.

O Almirante Flores (2002, p.53§2; 83§2; 52§3; 49§2) emite as seguintes opiniões:

- Os submarinos armados com mísseis e torpedos constituem a melhor arma para atuação contra forças navais superiores, e continuarão a sê-lo, enquanto durar sua capacidade de ocultação, que a tecnologia já está reduzindo;

- A necessidade de NAe é questionável porque também o é, dos pontos de vista político e estratégico, a necessidade, para a Defesa Nacional, de atuação militar distante; ou seja, a necessidade de tais meios deve ser reconhecida apenas se for antevisto um “cenário que demande aviação de combate, fora de um quadro de força internacional em que os EUA ou outra grande potência exercesse o papel principal, nele incluído o esforço aeronaval”.

A ideia de empregar NAe nucleando grupamentos tarefa de controle de áreas marítimas para segurança das LCM, que justificou os pequenos NAe em algumas marinhas, também não mais procede, porque é improvável a ocorrência de conflitos em que o tráfego marítimo seja ameaçado por submarinos ou força naval/aeronaval, exceção feita à marinha norte-americana, que sendo a fiadora da segurança oceânica, pode precisar de tais meios para restabelecê-la em algum ponto do mundo;

- O controle de áreas marítimas (a expressão do autor é “domínio marítimo”) não tem propósito em conflitos regionais, onde apenas a “defesa costeira” e o eventual “apoio ao teatro quente” têm importância. As campanhas oceânicas e contra o tráfego marítimo não são importantes para a decisão dos conflitos e, se atingirem nível que perturbe o comércio mundial, serão inibidos pela marinha dos EUA;

Assim, o Almirante Flores preconiza, apenas, a força de defesa da fronteira marítima (o “núcleo” de SC e navios, os SNA e as aeronaves de esclarecimento e ataque), que também proveria meios para participar das forças navais de intervenção e para “cooperar no controle da ordem no Atlântico Sul, em particular, no Ocidental”.

A END não é diferente conceitualmente no que toca a essa defesa em última instância, mas esmiúça um pouco mais o que seria a “força de defesa da fronteira marítima”, distinguindo uma parte (os submarinos – SC e SNA) para realizar a negação do uso do mar, em conjunto com meios aéreos, em condições de grande inferioridade ou no início das ações; e outra (as forças de superfície) que serão também empregadas posteriormente aos submarinos ou em situações de menor inferioridade, sendo que as aeronaves operarão ou não nas duas situações, dependendo do nível de superioridade aérea do inimigo: (BRASIL, 2008, p.14, item 7)

A constituição de uma força e de uma estratégia navais que integrem os componentes submarino, de superfície e aéreo, permitirá realçar a flexibilidade com que se resguarda o objetivo prioritário da estratégia de segurança marítima: a dissuasão com a negação do uso do mar ao inimigo que se aproxime, por meio do mar, do Brasil. Em amplo espectro de circunstâncias de combate, sobretudo quando a força inimiga for muito mais poderosa, a força de superfície será concebida e operada como reserva tática ou estratégica. Preferencialmente e sempre que a situação tática permitir, a força de superfície será engajada no conflito depois do emprego inicial da força submarina, que atuará de maneira coordenada com os veículos espaciais (para efeito de monitoramento) e com meios aéreos (para efeito de fogo focado).

A END, a seguir, complementa a orientação para a realização dos engajamentos por etapas, incluindo a aviação embarcada como etapa intermediária entre submarinos (a primeira) e os navios de superfície (a última): (BRASIL, 2008, p.14, item 8)

Um dos elos entre a etapa preliminar do embate, sob a responsabilidade da força submarina e de suas contrapartes espacial e aérea, e a etapa subsequente, conduzida com o pleno engajamento da força naval de superfície, será a Aviação Naval, embarcada em navios.

Depreende-se destes parágrafos que a END prevê operações coordenadas da aviação baseada em terra, submarinos e forças de superfície ou aeronavais, sendo que, no caso da coordenação entre forças navais e submarinos, depreende-se a alusão ao emprego destes meios em apoio direto, só possível a SNA, e em ações independentes, possíveis aos SNA e SC.

A END também estabelece as áreas previstas para atuação do Poder Naval, levando em conta que o Atlântico Sul é o entorno estratégico marítimo do Brasil para a PDN-2005 e que existe determinação para nele aumentar a presença militar (BRASIL, 2005, itens 3.1, 4.3, 6.12, 6.14, 7-VI; BRASIL, 2008, p.40§8). Em termos estratégicos, ele vai do paralelo de 16°N até a Antártica, e contém as margens oeste da África e Leste da América do Sul (MOURA NETO, 2010, p. 452§2).

As áreas foram definidas segundo sua importância estratégica em outro documento, como apresentado na figura 3.6: (MOURA NETO, 2010, p. 461)

- Área Vital – a Área de Jurisdição Brasileira (AJB), ou “Amazônia Azul”, considerada a mais importante para a preservação do Estado, onde a Marinha exercerá suas tarefas com prioridade absoluta, em qualquer época – em azul escuro;

- Área Primária – o Atlântico Sul, considerado fundamental para a o esforço da Marinha em face dos interesses nacionais aí contidos – em azul claro;

- Área Secundária – o Mar do Caribe e o Pacífico Sul-Oriental – por conter os litorais dos demais países da América do Sul, prioritários para a política externa brasileira; e

- Demais áreas do Globo – por serem cenários de eventuais operações de paz, exercícios com outras marinhas, apoio à política externa, ou outras formas de emprego político (não-bélico) do Poder Naval.

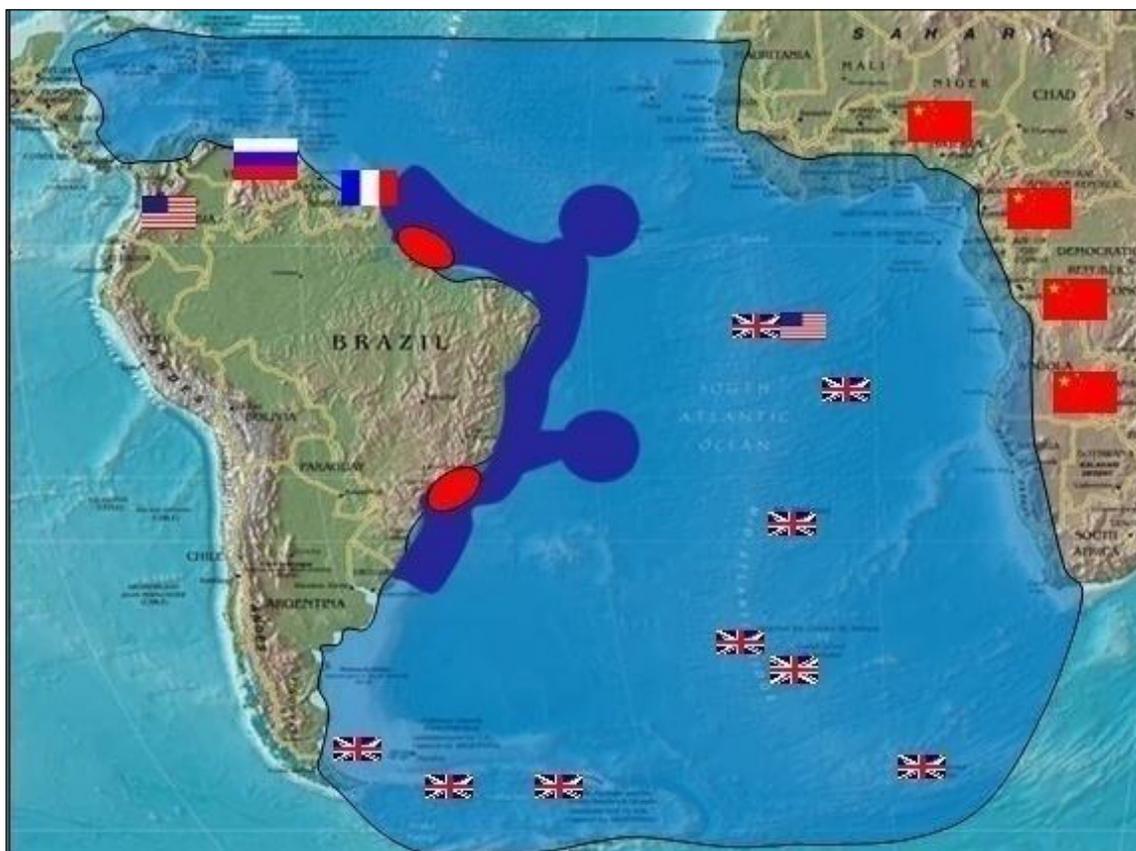


Figura 3.6- Áreas de atuação da Força Naval (MONTEIRO, 2010, slide 13)

Verifica-se, assim, que as áreas que contém as perspectivas de emprego militar são a Vital e a Primária. Cabe notar também que na Área Primária existem diversas ilhas de soberania britânica, a Guiana Francesa e vários Estados sob a influência de outras potências, o que realça a necessidade de considerável poder para enfrentar futuras crises na região.

Os meios e estruturas serão dimensionados para cumprir as tarefas estratégicas abaixo descritas com base nas áreas de atuação: (PEREIRA, 2010, slides 36, 37, 38, 44, 49 e 53; BRASIL, 2009 b)

A - Impedir ataques ao Continente desde a fronteira Leste. A fronteira Leste é, em princípio, indefinida, consistindo na maior distância da qual os ativos localizados na área de jurisdição brasileira (AJB) puderem ser ameaçadas na ocasião. (PEREIRA, 2011 a) Esta tarefa procura alcançar, em termos amplos, o objetivo prioritário da END, de negar o uso do mar a um inimigo que se aproxime.

Ela pode, em situação de grande inferioridade, reduzir-se apenas a ações de negação do uso do mar propriamente ditas, somente por meios submarinos e aéreos, com maior inten-

sidade na defesa dos principais ativos, as plataformas petrolíferas, as instalações navais e portuárias e as ilhas oceânicas (BRASIL, 2008, p.14 item 2; p.12 item 1a) e b)). Em situações diferentes, ela pode ser realizada por meio de ações de controle de áreas marítimas com o emprego de meios aéreos, aeronavais, de superfície e submarinos, podendo haver, ainda, a necessidade de projeção de poder para assumir o controle de algum ponto de terra ou ilha na região;

B - Assegurar a Liberdade de Exploração pelo Brasil dos Recursos de sua Zona Econômica Exclusiva, de sua Plataforma Continental e da Área, nesta última, como acordado com a ONU, bem como assegurar a preservação ambiental na AJB e no alto mar. Estas tarefas envolvem basicamente ações de controle de áreas marítimas e de patrulha naval na AJB, bem como patrulha naval em áreas de eventual interesse no alto mar;

C - Manter Abertas e Seguras as Rotas Marítimas de Interesse do Brasil e Manter Abertas as Rotas de Acesso à Antártica. Estas tarefas envolvem basicamente ações de controle de áreas marítimas, complementadas por ações de patrulha naval na AJB e, caso necessário, ações de projeção de poder para assumir o controle de algum ponto de terra ou ilha na região;

D - Procurar Unidade de Ação Naval com os Países do Entorno do Atlântico Sul. Esta tarefa envolve principalmente o emprego político (não-bélico) do Poder Naval, e a construção de capacidades adequadas de dissuasão imediata.

No que toca especificamente à defesa das plataformas petrolíferas – o que equivale praticamente à defesa litorânea, pois elas se distribuem ao longo de boa parte do litoral (ver figura 3.3), foram estabelecidas três áreas de defesa, todas sob a cobertura do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz), para atuação da força naval, da seguinte maneira: (MOURA NETO, 2010, p. 458§5)

- defesa aproximada – a ser cumprida pelos navios-patrulha de vários tipos, durante suas atividades de Patrulha Naval, entre 5 e 15 milhas de distância das plataformas;

- defesa afastada – a ser cumprida pelos demais meios navais e aeronavais (navios-escolta, NAe, helicópteros, aeronaves de asa fixa, etc) na faixa de 15 a 60 milhas das áreas de plataformas, e que estarão incluídas na tarefa “A”, acima;

- defesa aleatória – a ser cumprida em todas as áreas pelos SC e SNA, empregados segundo suas características típicas, sendo que os SC poderão lançar e recolher forças especiais e contribuir para a fiscalização das águas jurisdicionais, enquanto os SNA cumprirão tarefas que impliquem o reposicionamento para perseguir e atacar alvos inimigos.

Pela END, foi determinado às três Forças a elaboração dos “planos de articulação e equipamento” – propostas de distribuição espacial das instalações militares e de quantificação dos meios necessários ao atendimento das hipóteses de emprego, de acordo com certas orien-

tações especificadas. Tais planos deverão ser integrados e consolidados pelo Ministério da Defesa (MD) e transformados em Lei, para implementação. (BRASIL, 2008, p. 40 a 42)

O “Plano de Articulação e Equipamento da Marinha do Brasil” (PAEMB) prevê, como determinado pela END, uma força naval ligada em rede – assim também conectada às outras forças armadas e a estruturas de C² – apoiada por satélites de vigilância, navegação e comunicações, além de vigilância aérea, por VANT e outros sistemas; dispendo de duas esquadras e duas divisões anfíbias, sendo a segunda esquadra sediada em base a ser implantada próximo à foz do Rio Amazonas e a segunda divisão anfíbia sediada na Região Amazônica.

O PAEMB, caso aprovado como está, representará um grande aumento do Poder Naval atual, adequando-o ao cumprimento das tarefas e à obtenção das capacidades determinadas pela END. Em termos de meios navais (MONTEIRO, 2010, slides 17,18 e 19), ele prevê a modernização de alguns dos meios atuais (1 NAe, 7 fragatas, 1 Navio Tanque e 5 SC), e mais a obtenção, entre outros, dos seguintes:

- 2 navios-aeródromos (NAe) e aeronaves embarcadas: de interceptação e ataque (48), de alarme aéreo antecipado (8) e vários helicópteros – para controlar áreas marítimas, projetar poder e dispor permanentemente de pelo menos um NAe;
- 30 escoltas (contratorpedeiros, fragatas e corvetas) – para escoltas em geral;
- 62 navios-patrolha (de três tipos) – para o patrulhamento do litoral;
- 4 navios de múltiplos usos⁴¹, 78 carros-lagarta anfíbios, 22 carros de combate e 6 baterias de artilharia – para projetar poder em ações bélicas ou operações de paz;
- 5 navios de apoio logístico – para permitir a permanência das forças nas áreas de ação;
- 15 SC e 6 SNA – para negação do uso do mar, a tarefa estratégica prioritária, além de outras tarefas típicas de tais meios, como operações especiais, para os SC e apoio a forças navais, para os SNA;

Em termos de estruturas, além da base no norte, o PAEMB (MARINHA DO BRASIL, 2010) prevê também a base de submarinos em Itaguaí-RJ, já em construção (out/2011) e o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz), que integrará sistemas já em uso, de segurança da navegação, com outros a serem obtidos, contando, no final, com satélites, VANT, radares (inclusive “além do horizonte”), em pontos de terra, ilhas e plataformas de petróleo, bem como sensores submarinos (OBERG, 2010), com a finalidade de prover o “Co-

⁴¹ Navios capazes de realizar operações aéreas com helicópteros de qualquer tamanho, de operar como navios de C2, transporte e desembarque de tropa ou material, e de recolhimento e tratamento de baixas. (Ver MOURA NETO, 2010, p.459 item c)).

nhecimento do Espaço Marítimo”⁴² – o conhecimento mais completo possível sobre tudo o que se passa na superfície, abaixo e acima dela, na AJB e em boa parte do Atlântico Sul.

O PAEMB praticamente duplica a marinha de hoje em termos quantitativos, construindo outra marinha no norte. Trata-se do cumprimento da instrução da END que determina a construção de meios para exercer o controle de áreas marítimas tendo como foco duas áreas, que são amplas, e que, para essa tarefa, deverão ter grande prioridade face à necessidade de controlar o acesso marítimo ao Brasil – a faixa Santos – Vitória, onde tem sede a esquadra e a divisão anfíbia atuais, e a região da Foz do Amazonas (BRASIL, 2008, p. 12§9), onde serão implantadas as novas. Ambas as áreas são mostradas em vermelho na figura 3.6.

Os meios de hoje não devem ser computados por volta de 2030, quando se espera que estejam fora de atividade ou perto disso, e parte dos meios do PAEMB, já disponíveis. Assim, comparando-se os quantitativos, pode-se verificar também uma situação próxima à duplicidade, em relação à de hoje, nos meios de combate, exceto no que toca a submarinos: dois NAE em vez de um; trinta escoltas em vez de 14 (só que superiores aos escoltas atuais) e cinco navios de apoio logístico em vez de dois navios-tanque.

No que toca aos submarinos, o acréscimo será também qualitativamente maior, com quinze SC (S-BR), e os seis SNA (SN-BR), cumprindo-se a determinada prioridade à capacidade de negação do uso do mar.

Noticiou-se em 2009 a ideia de empregar os SN-BR e S-BR em áreas de patrulha, como mostrado no dispositivo da figura 3.7, onde as dos primeiros são oceânicas, cobrindo os limites da “Área Vital”, e as dos S-BR bem mais internas, com posições predominantemente referidas às principais áreas de produção petrolífera. Tal dispositivo é hipotético, dado que os submarinos estão destinados à “defesa aleatória”.

No caso dos SN-BR, áreas oceânicas como as apresentadas, de cerca de 500 x 200 milhas, excedem em muito o que se poderia esperar pela literatura não-sigilosa. Por ela, vê-se que submarinos, exclusivamente com seus sensores, podem detectar forças navais deslocando-se a mais de 25 nós a cerca de 100 milhas (COTE, 2011, p.8§3 e 4) e que a zona de patrulha antissubmarino prevista para SNA pela doutrina soviética, com a tecnologia dos anos 1980, era de 60x60 milhas (VEGO, 1992, p.107§3). Assim, ainda que a eficiência esperada seja muito maior graças a novas tecnologias e à integração com o SisGAAz, supõe-se que o dispositivo tenha o propósito de apenas dar uma ideia da possível distribuição dos meios que, cabe lembrar, dificilmente estarão disponíveis em sua totalidade.

⁴² “Conhecimento do Espaço Marítimo” é o MDA (“*Maritime Domain Awareness*”), conceito apresentado no capítulo I.

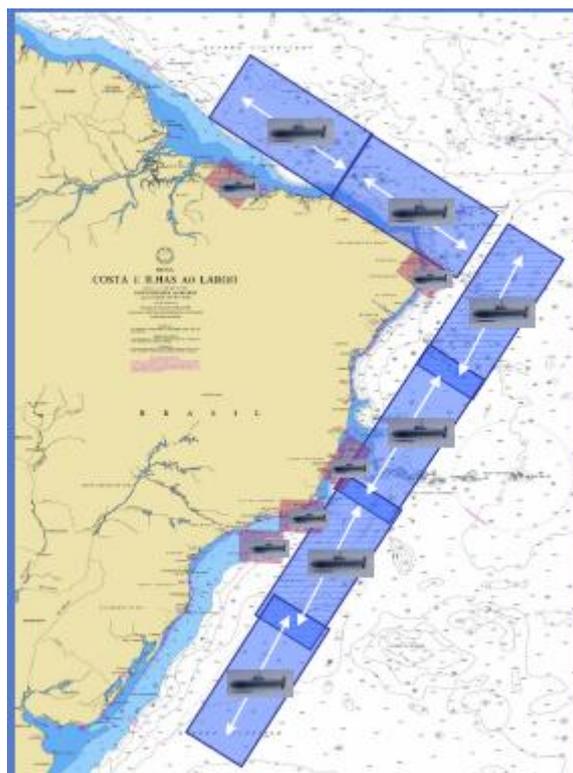


Figura 3.7 – Dispositivo dos SC e SNA (BRASIL, 2009b, slide 21)

Pelo que foi acima exposto, verifica-se que o “estado final” caracteriza o que se pode chamar de “nova Estratégia Naval brasileira”, que consiste no cumprimento dos preceitos da END, com uma distribuição de meios pelas duas esquadras, cumprindo dispositivos permanentes aproximadamente descritos acima, nas “áreas de atuação prevista para atuação do Poder Naval”, nas “tarefas estratégicas” na “defesa afastada”, na “defesa aproximada”, na “defesa aleatória” e no PAEMB.

Nessa nova estratégia, em decorrência das diretrizes 1 e 21 da END, os propósitos estratégicos que dariam margem a enfrentamentos navais se resumem a:

- 1 - defender o litoral e o território contra ações de projeção de poder a partir do mar (corresponde às tarefas A e B); e
- 2 - manter abertas as linhas de comunicações marítimas (corresponde à tarefa estratégica C).

O propósito 1 implica ações estratégicas de negação do uso do mar, para o qual a END visualiza dois cenários:

No primeiro, prevê etapas sequenciais de engajamento de uma força naval em uma operação de controle de área marítima: a primeira pelos submarinos, com apoio de satélites e da aviação baseada em terra (de vigilância ou ataque); a segunda pela aviação naval baseada em navios, e a última pelos navios de superfície (BRASIL, 2008, p.14 item 8); e

No segundo, de grande inferioridade, prevê que operações de negação do uso do mar propriamente dita sejam conduzidos por meios submarinos e aéreos, ficando os de superfície em “reserva tática ou estratégica” (BRASIL, 2008, p.14 item 7). Esses dois cenários alternativos poderão ser sequenciais e ter outros cenários intermediários, dependendo da evolução das ações.

3.4.1 Apreciações sobre as Estratégias Navais

O fato de possuir fontes bastantes de hidrocarbonetos na mesma região geográfica em que se situam as principais instalações portuárias e alta percentagem da atividade econômica e da população do País representa uma grande vantagem estratégica, que reside no fato de, nas mesmas operações defensivas de cumprimento da tarefa estratégica A, estar normalmente incluída tanto a defesa dos ativos como do abastecimento energético, quando este, na maioria dos outros Estados, teria que ser objeto de outras operações, com outros meios, para a proteção de longas linhas de comunicações marítimas.

Essa característica e a ausência de objetivos políticos que provoquem a obtenção de ativos pela força implicaram uma concepção naval bastante defensiva, baseada na centralidade do território e no uso do mar como espaço para defesa em profundidade, como é típico de países continentais. Ela pretende implementar uma estratégia geral de negação do uso do mar em termos amplos, com esforço defensivo crescente do mar para terra, com a maior área oceânica possível sob a cobertura do SisGAAz.

O estabelecimento de zonas a partir de um objetivo para a organização de sua defesa é usual nos procedimentos de defesa em profundidade e, na nova estratégia naval brasileira, foram expostos dois deles: um referido ao território nacional, para a gradação do esforço da Marinha na defesa dos interesses nacionais no mar, formado pelas áreas Vital e Primária; e outro centrado nas plataformas petrolíferas para a delimitação das áreas de atuação de meios navais, formado pelas de áreas de defesa afastada, aproximada e aleatória.

Ambos os procedimentos guardam considerável semelhança com o conceito soviético (provavelmente ainda empregado pela Rússia) de “Defesa Universal”, que visava à defesa contra qualquer tipo de ameaça ao território nacional até cerca de 750 milhas da costa.

Ainda que em escala diferente, a abordagem das tarefas anteriormente expostas incorpora ideia análoga à do Almirante Flores: um “núcleo duro” para resistência em situações de grande inferioridade (propósito 1, segundo cenário), protegendo os ativos principais; e outras forças para, em situações não tão drásticas, atuarem, em conjunto com os meios do “núcleo

duro” ou não, nessa mesma ou em outras tarefas (propósito 1, primeiro cenário, propósito 2 e tarefas sem enfrentamento).

Os ativos principais aqui referidos são constituídos pelas bacias petrolíferas, a Região Sul-Sudeste e as proximidades da foz do Amazonas; e o “núcleo duro” é diferente do “núcleo” do Almirante Flores, pois é composto pelos SC para defesa aproximada (normalmente um dispositivo de negação do uso do mar), SNA para a defesa afastada (realizando negação do uso do mar à distância ou interdição), aeronaves de ataque e de vigilância baseadas em terra e, se disponíveis, meios espaciais de vigilância, comunicações e navegação, não incluindo os navios – como prevê a END para a situação mais grave. (BRASIL, 2008, p.14§1)

Trata-se de uma estratégia lógica, que se assemelha à que os chineses, que seguem a linha estratégica soviética, (COLE, 2007, p.26) empregariam contra os norte-americanos num conflito por Taiwan. (GODWIN, 2007, p.53§2)

Em termos de confrontação, a vantagem brasileira de ter a fonte e o consumidor de petróleo muito próximos se traduz na maior resistência a pressões, como embargos e bloqueios, mas também – em níveis de pressão mais graves – no fato de oferecer alvos numerosos e estáticos – as plataformas petrolíferas.

Se o Brasil tiver que sofrer pressões, as plataformas constituem alvos convidativos para ações de coerção e se distribuem praticamente por toda a costa, com maior concentração no Sudeste, e mesmo um navio ou submarino, dotado de um míssil como o *Tomahawk*, poderá, de uma mesma posição afastada da costa, engajar qualquer uma delas entre o Rio Grande do Norte e o Rio de Janeiro. Assim, na opinião deste autor, torna-se impraticável encarar o planejamento da defesa atualmente em termos de uma pequena parte da fronteira marítima, como nas crises do Canal de Beagle, para o Chile (1978) e das Ilhas Malvinas, para a Argentina (1982), citadas como exemplos pelo Almirante Flores. (2002, p.80§5)

Como o Brasil não conta com uma capacidade de dissuasão punitiva forte como a nuclear, e considerando que o tipo de pressão acima citado não seria exercida por países de pequeno poder, a alternativa é a dissuasão negativa, mais cara, como previsto por Bernal-Meza, (2002, p.51§2) que a END e o PAEMB estão procurando disponibilizar, dando ênfase ao Sis-GAAz, e que talvez ainda seja modesta.

3.5 A MB e os Submarinos

Durante a Segunda Guerra Mundial, a Marinha se preparou com grande esforço para a guerra antissubmarino (GAS) e escoltou comboios com êxito, mas o trauma dos afundamen-

tos de mercantes no início do conflito e os prejuízos à navegação de cabotagem, crucial na época, não foram esquecidos (OTHON, 1994 *apud* CORRÊA, 2010, p.140§3). Assim, entre o fim do conflito e meados dos anos 1970, a principal preocupação da Marinha continuava sendo a GAS, para manter abertas as LCM contra a imensa força de submarinos soviética, caso a Guerra Fria descambasse para a Terceira Guerra Mundial.

Desta forma, a GAS, que constituía a principal atividade delegada pelos EUA às marinhas periféricas, coincidia com a mentalidade da Marinha do Brasil; e os submarinos recebidos pelo MAP (alienados pela marinha norte-americana) eram empregados basicamente como auxílios ao adestramento dos navios de superfície nesse mister. (VIDIGAL, 1982, p.120§1)

Nos anos 1970, foram recebidos três submarinos da classe *Oberon* pelo “Programa Decenal”, construídos no Reino Unido, novos e bem equipados, que, sem prejuízo dos exercícios AS dos navios, alteraram a mentalidade, passando a realizar exercícios em proveito próprio, com suas ações típicas, que já incluíam as GAS. Nessa época, com o primeiro choque do petróleo e a produção marítima brasileira tornando-se promissora, o Atlântico aumentou de importância, e, por sugestão dos alemães nas conversações relativas ao Programa Nuclear Brasileiro, nasceu a ideia da construção de submarinos nucleares para reforçar o Poder Naval. (CORRÊA, 2010, p.60)

As providências para desenvolvimento da ideia e planejamento tiveram rápido curso e, já em 1979, o Programa “Chalana” (desenvolvimento do submarino com propulsão nuclear) teve início, com dois projetos preliminares: o “Ciclone”, de desenvolvimento do enriquecimento de urânio por centrifugação, e o “Remo”, de desenvolvimento de um reator. Para a construção do submarino em si, foi julgada necessária outra etapa preliminar, a ser desenvolvida concomitantemente à parte nuclear – a capacitação na construção de submarinos convencionais.

Para tanto, foi contratada na Alemanha, em 1982, a construção de um submarino da classe S209, um êxito comercial adotado por várias marinhas inclusive sulamericanas, e a necessária transferência de tecnologia para a construção – não para projeto (BRASIL, 2009b), p.1117§4) – de mais três unidades no Brasil, (CORRÊA, 2010, p.118§7 a p.119§4; VIDIGAL, 2002, p. 30§5) a fim de desenvolver, domesticamente, a capacidade de projetar um submarino que fosse compatível com a instalação de uma planta nuclear.

Na Guerra das Malvinas, ocorrida em 1982, o emprego de SNA pelos britânicos foi determinante para a vitória, o que fez com que o Presidente Figueiredo endossasse a crença de que, num conflito, a falta desses meios colocaria uma força em flagrante inferioridade frente a

um oponente que os possuísse; o que foi decisivo para que todos os projetos nucleares da Marinha fossem apoiados política e financeiramente. (CORRÊA, 2010, p.88§6 e 7)

Em 1988 foi recebido o S209 construído na Alemanha (S Tupi) e, nos anos seguintes, mais três unidades foram construídas no AMRJ com o mesmo projeto, e um quarto, o S Ticuna, também construído no AMRJ, foi lançado ao mar em 2004, com algumas modificações aqui projetadas.

Apesar desse êxito, a capacitação alcançada ainda não habilitava ao projeto e construção de um submarino que comportasse um reator nuclear, revestindo-se, portanto, de especial importância, um dos acordos assinados com a França em dezembro de 2008, que prevê a construção de quatro SC classe *Scorpène* modificados, sendo o primeiro na França e os outros três no Brasil, a construção do casco de um submarino nuclear no Brasil, que abrigará o reator e demais partes nucleares aqui desenvolvidas, e mais a transferência de tecnologia que capacite engenheiros e técnicos da Marinha a projetar e construir submarinos convencionais e nucleares em geral, mas não seus reatores, que deverão continuar a ser desenvolvidos no Brasil, sem auxílio externo.

Cabe notar que o trato dos submarinos pelo PAEMB, cujo horizonte temporal é 2047 (PROGRAMA, 2009, slide 105), prevê a construção de 6 SN-BR e 15 S-BR, e incorpora a modernização dos atuais SC classe Tupi, que já estava em curso anteriormente à END. Os novos SC serão maiores que os *Scorpène* originais, proporcionando autonomia pouco maior que a dos Classe Tupi (50 dias) e igual à do Ticuna (60 dias), mas maior capacidade de transporte de pessoal, maior habitabilidade e mais equipamentos, mas não disporão de propulsão AIP.

A adoção do combinado SC – SNA pelo Brasil é explicitamente determinada na END – ambos armados com torpedos e mísseis – e está diretamente relacionada com a prioridade dada à tarefa de negação do uso do mar. Os dois tipos de unidades têm recebido grandes progressos nos últimos anos; o SC é temível em sua postura estática e silenciosa – a “estratégia da posição”, na exposição do Ministro da Defesa ao Congresso em 2009 (BRASIL, 2009b), p.1117§2) – e o SNA é consagrado como a forma primordial para negar o uso do mar a forças navais e submarinos, (UNITED KINGDOM, 2004, p.183§2; FLORES, 2002, p.53§2) podendo detectá-los a longas distâncias e persegui-los (a “estratégia de movimento”, na mesma exposição do Ministro da Defesa).

3.5.1 Apreciações sobre submarinos

Até há pouco tempo, os esforços navais da Marinha do Brasil se concentravam no Controle de Áreas Marítimas, com foco na Guerra AS. Essa prática cumpria a tradição iniciada na Segunda Guerra Mundial que atravessou a Guerra Fria, quando o principal problema estratégico consistia em garantir o transporte marítimo, que trazia energia e outros bens comerciais. Nessa época, os submarinos brasileiros eram acessórios de adestramento para os navios de superfície – os atores principais – que detinham, com as aeronaves, a primazia naquele tipo de enfrentamento.

Nas duas décadas após o início da unipolaridade militar, os submarinos ganharam maior importância em âmbito global devido à Guerra de Litoral, mas no Brasil, os navios de superfície mantiveram a proeminência, embora com exercícios mais diversificados.

No presente, porém, o submarino ganhou proeminência com a determinação da END para que a estratégia naval brasileira tenha foco na negação do uso do mar, assumindo o papel preponderante por integrarem, com a aviação baseada em terra, o “núcleo duro” da defesa naval, tendo como importante novidade, o emprego de SNA.

Mesmo em situações de dissimetria neutra ou favorável, os SNA são vitais, integrados às forças navais ou aeronavais; e os SC também podem ser úteis em eventuais operações de apoio a tais forças.

A preparação para tais operações exigirá considerável esforço de adestramento da Marinha, que deverá envolver muito mais que antes os meios da FAB, o SisGAAz, quando prontificado, e a estrutura de C², para a coordenação a partir de terra, como sói a operações defensivas em grandes áreas marítimas. Essas características constituem considerável diferença em relação às operações que têm sido exercitadas e imporão grande trabalho de organização e elaboração de doutrinas.

3.6 Conclusão

A premissa básica da END – “o Brasil ascenderá ao primeiro plano no mundo” – e a intenção de se tornar membro permanente do Conselho de Segurança da ONU indicam que o poder militar a ser construído deve ter nível global. Assim, tornam-se inócuas as considerações feitas até agora balizando a capacidade militar pelo equilíbrio regional.

Apesar da dependência apontada por analistas norte-americanos, o histórico das relações Brasil-EUA nas últimas décadas e os documentos em vigor (PDN-2005 e END) indicam

que, pelo menos no momento, continua não fazendo parte das intenções brasileiras engajar-se num compromisso de defesa com esse país, que o envolva diretamente na Defesa Nacional, o que implicaria a inclusão, nos planejamentos de força, de meios para atender às necessidades adicionais impostas pela aliança, como ocorre em qualquer acordo de defesa, especialmente com a Superpotência que, por responder a inúmeras e constantes contingências em todo o mundo, é bastante exigente de apoio dos aliados, como se pode ver nos apêndices 7.3 a 7.16.

A indisponibilidade da arma nuclear, além de dificultar politicamente a ascensão à condição plena de potência média mundial, como aponta Bernal-Meza (2002, p.44§1 a 4), não impede que o País sofra pressões de potências nucleares em situações de maior tensão internacional, não garante que eventuais conflitos com tais potências se limitem ao âmbito convencional, e acarreta que o Brasil se limite à defesa e dissuasão negativas, com limitada capacidade de represália, pela possibilidade de originar uma escalada em que o adversário teria a dominância.⁴³

A previsão da defesa contra-arrestando ameaças em apenas uma pequena parte da fronteira marítima brasileira é insuficiente.

O Brasil está atualmente vulnerável a quaisquer ações de projeção de poder por grandes potências navais, inclusive por operações anfíbias, em face de características geográficas. As dificuldades impostas pela Geografia à oposição terrestre a estas operações aumentam a responsabilidade da MB e da FAB na defesa do litoral.

A END confere importância primordial à defesa contra tais ações contra o território e o litoral do País, determinando medidas para contra-arrestá-las na diretriz estratégica nº1 (BRASIL, 2008, p. 4 item 1) e, coerentemente, sua implementação foi a primeira a ser iniciada, por meio da construção de SC e SNA, que integrarão o “núcleo duro” naval da defesa contra tal ameaça nas piores condições, ou seja, em cenário de grande inferioridade.

O fato de as fontes de quase 90% das necessidades de petróleo e gás se situarem no litoral desloca a segurança da energia do problema de prover proteção à LCM, como ocorre com a maioria dos países, para o da defesa do litoral, acima citado, aumentando este último consideravelmente, pela importância das instalações marítimas a defender e pelo fato de serem estáticas, distribuídas por grandes extensões e situadas por vezes a grande distância da costa.

⁴³ Dominância de escalada (“*escalation dominance*”) significa a capacidade de, em caso de enfrentamento, poder aumentar as possíveis perdas do inimigo (e seu custo) sem que ele tenha possibilidade impedi-las ou de contra-escalar no contexto do conflito. (Ver BYMAN; WAXMAN, 2002, p.38-44)

As Forças Armadas não se destinam apenas a defender a nação contra agressões, mas também seus interesses. No caso dos interesses marítimos, o Brasil passou a dar atenção à cooperação com países africanos em assuntos ligados ao Poder Marítimo, como forma de aumentar sua presença no Atlântico Sul e na África Ocidental.

Aqui se encerra este capítulo, destinado ao estudo dos aspectos políticos e estratégicos do Brasil, e também se encerra a parte básica da presente tese. O próximo capítulo já faz parte da efetiva verificação da hipótese, realizada por meio do Método Comparativo.

4 ANÁLISE COMPARATIVA

Este capítulo tem o propósito de, a partir das análises estratégicas dos Estados da amostra, classificá-los de acordo com a teoria da Guerra de Litoral em atacantes e atacados (variáveis dependentes), indicando as variáveis independentes a serem consideradas, de modo a realizar as comparações necessárias à verificação da hipótese.

Como exposto na Introdução, o fator determinante para a seleção foi o Produto Interno Bruto (PIB), utilizado como variável de controle. Afinal, sendo os meios navais dispendiosos em obtenção e manutenção, e sendo o Brasil, no momento considerado, a sétima economia do planeta, julgou-se que a amostra deveria conter países de capacidade econômica próxima, por serem, em princípio, os que teriam capacidade semelhante de investir em forças, sendo as diferenças entre elas decorrentes das particularidades político-estratégicas nacionais. Assim, foram selecionados os quinze Estados de maior PIB em 2010, em dólares norte-americanos e em números absolutos, e não em Paridade de Poder de Compra (PPP).

4.1 Dados Básicos

A tabela 4.1 foi introduzida como subsídio para o estudo daqui em diante. Ela procura dar uma ideia sobre a capacidade econômica e os gastos com defesa dos Estados da amostra, e sobre suas relações com o mar, traduzidas pela dependência de petróleo, basicamente transportado por via marítima, e pelas dimensões litorâneas.

Os primeiros dados, referentes aos PIB, mostram a já notória superioridade da economia norte-americana que, apesar de se debater na crise iniciada em setembro de 2008, ainda ostentava, em 2010, um PIB superior à soma das três seguintes.

Os dados que se seguem consistem nos gastos com a defesa nacional, em que também sobressai o montante desproporcional dos EUA, que ultrapassa fartamente os dos demais

componentes da tabela, pois foram superiores à soma dos 20 maiores gastos militares seguintes, equivalendo, em 2010, a 44,31% (SIPRI, 2011)⁴⁴ do total mundial no setor.

PAÍS	PIB 2010 ⁴⁵ (10 ⁶ US\$)		Gastos com Defesa (10 ⁶ US\$) ⁴⁶		Petróleo ⁴⁷ (10 ⁶ b/dia)		Extensões litorâneas	
	Nº	VALOR	Valor (2010) ⁴⁸	% PIB (2010)	Impor- tação	% impo.	ZEE ⁴⁹	Fronteira Marítima ⁵⁰
EUA	1º	14.657.800	(1º) 687.105	4,69%	9,606	51,4	11.351.000Km ² ⁵¹	30.645,3 km
China	2º	5.878.257	(2º) 114.300	1,94%	4,005	48,84	877.019 Km ²	2.367,8 km
Japão	3º	5.458.872	(6º) 51.420	0,94%	4,363	100	4.479.358 Km ²	12.093,3 km
Alemanha	4º	3.315.643	(7º) 46.148	1,39%	2,3254	95,42	57.485 Km ²	155,2 km
França	5º	2.582.527	(3º) 61.285	2,37%	1,7882	95,37	11.035.000 Km ² ⁵²	29.792,1 km
R. Unido	6º	2.247.455	(4º) 57.424	2,56%	0,098	5,871	3.973.760 Km ²	10.728,3 km
Brasil	7º	2.090.314	(11º) 28.096	1,34%	0,0628	2,55	3.539.919 Km ² ⁵³	9.557,0 km
Itália	8º	2.055.114	(9º) 38.198	1,86%	1,3241	86,15	541.915 Km ²	1.463 km
Canadá	9º	1.574.051	(13º) 20.164	1,28%	0	0	2.755.564 Km ²	7.439,4 km
Índia	10º	1.537.966	(10º) 34.816	2,26%	2,1614	72,53	2.013.410 Km ² ⁵⁴	5.435,8 km
Rússia	11º	1.465.079	(5º) 52.586	3,59%	0	0	7.566.673 Km ²	20.428,4 km
Espanha	12º	1.409.946	(15º) 15.803	1,12%	1,4974	100	1.039.233 Km ²	2.805,7 km
Austrália	13º	1.235.539	(14º) 19.799	1,6%	0,4048	42,78	8.148.250 Km ²	21.998,5 km
México	14º	1.039,121	(33º) 4.859	0,47%	0	0	3.177.593 Km ²	8.578,8 km
Coreia do Sul	15º	1.007.084	(12º) 24.270	2,41%	2,1669	99,17	300.851 Km ²	812,2 km

Tabela 4.1 – Dados geográficos e econômicos dos países da amostra

Tais dados provêm do “*Stockholm International Peace Research Institute*” (SIPRI) e abrangem as forças armadas, inclusive missões de paz; ministérios da defesa e outras agências governamentais envolvidas em projetos de Defesa; forças paramilitares, quando treinadas e equipadas para operações militares; e atividades militares espaciais. Essas despesas compreendem pessoal militar e civil, incluindo serviços sociais para todos e pensões para militares da reserva e reformados; operações e manutenção; aquisições; pesquisa e desenvolvimento militares; ajuda militar (para o país que provê a ajuda). As despesas não incluem a defesa civil nem a decorrente de atividades militares anteriores, como benefícios a veteranos de guerra, despesas de desmobilização, conversão ou destruição de armamento.

⁴⁴ Total calculado pela base de dados do SIPRI= US\$1,550,520.1 bilhões (US\$ de 2009)

⁴⁵ INTERNATIONAL Monetary Fund, Data and Statistics. World Economic Outlook Database, April, 2011

⁴⁶ SIPRI. The SIPRI Military Expenditure Database, 2011

⁴⁷ CENTRAL Intelligence Agency, The World Factbook, 2011a. Trata-se de importação líquida.

⁴⁸ Ordem na hierarquia mundial, determinada pelo autor a partir da base de dados do SIPRI.

⁴⁹ EXCLUSIVE Economic Zone. Fishery Management, 2011; Zona Econômica Exclusiva. Gollog Serviço de Cargas da Gol, 2011(EUA, China, Japão, França, Reino Unido, Brasil, Canadá, Rússia, Austrália, Coreia do Sul. As ZEE não incluem extensões devidas à Plataforma Continental.

⁵⁰ A fronteira marítima é o valor da ZEE dividido por sua largura de 200 milhas (370,4 km)

⁵¹ THE UNITED States Is an Ocean Nation, 2011

⁵² AREA OF FRANCE, Maps of the World 2011

⁵³ CAROLI, Luiz H. A Importância Estratégica da Amazônia Azul para o Século XXI. Rio de Janeiro, 2008.

⁵⁴ ÍNDIA. Freedom to Use the Seas: India's Maritime Strategy. New Delhi: Integrated Headquarters; Ministry of Defence (Navy),2007, p.57 tabela 5.1

Essa abrangência torna o SIPRI diferente de outros órgãos que apresentam gastos militares, como a OTAN, que os define de forma diferente, ou o FMI, que se atém às rubricas específicas dos gastos, e obrigou ao desenvolvimento de métodos particulares para cada país, que privilegia os documentos oficiais sobre tais gastos, mas também emprega outras fontes e técnicas estatísticas para determinar ou estimar os dados faltantes. (SIPRI, 2011, “*Measuring Military Expenditure*”, “*Defining Military Expenditure*”)

A China tem sido criticada pela falta de transparência de seus gastos com Defesa. O sítio GlobalSecurity informa que o orçamento militar chinês para 2009 (que produziu os gastos informados pelo SIPRI como de 2010, constantes da tabela 4.1) foi de US\$ 70,27 bilhões, mas, como sempre, não incluía diversas despesas importantes, como forças estratégicas, importações, pesquisa e desenvolvimento e forças paramilitares. (CHINA’S, 2012, §17 e 18)

Tais atividades e várias outras são computadas pelo SIPRI, que desenvolveu uma metodologia específica para esse país, cuja série histórica indica que as despesas reais são, aproximadamente, de uma vez e meia o valor do orçamento. Considerando o orçamento acima citado, o valor assim estimado seria de cerca de US\$ 105 bilhões, algo menor, mas próximo, dos US\$ 114.300 bilhões divulgados pelo instituto sueco, o que depõe a favor de sua credibilidade, apesar da falta de transparência desse e de outros governos. (SIPRI, 2011, “*Sources and Methods for SIPRI military expenditure data*”, item V)

Um aspecto observado na tabela 4.1 é a forte relação entre os Estados que constituem as quinze maiores economias com os quinze maiores gastos militares. As diferenças são apenas duas: o oitavo país em gastos militares é a Arábia Saudita, que não consta da tabela porque seu PIB em 2010 foi o 23º (US\$ 443,691 bilhões), mas dele gastou 9,67% em defesa (US\$ 42,917 bilhões) (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2011; SIPRI, 2011); e o décimo quarto PIB é o do México, que, portanto, consta da tabela, mas é o 33º em gastos militares.

Tal correlação é indício de uma regra da Economia de Defesa, pela qual o próprio PIB é determinante crucial dos gastos militares, guardando com eles uma proporcionalidade direta, pois seu crescimento indica que o Estado tanto tem mais recursos para gastar em defesa como tem mais ativos a defender. Assim, ele figura como a primeira variável na função de estimativa de gastos militares de Sandler; Hartley (2000, p.60§2 e 3), em que $GM = f(\text{PIB}, GA, GI, PM)$, sendo:

GM – gastos militares;

PIB – Produto Interno Bruto

GA – gastos militares dos aliados, se se tratar de uma aliança;

GI – a ameaça – os gastos militares do potencial inimigo;

PM – preços relativos do material de defesa com referência a bens e serviços não relacionados com defesa.

A coluna “Extensões Litorâneas” apresenta as áreas das Zonas Econômicas Exclusivas (ZEE) e as extensões lineares das “fronteiras marítimas” dos países.

O comprimento das linhas de costa constitui uma medida intuitiva para a avaliação relativa da influência das atividades marítimas na vida das nações, mas introduz uma distorção incômoda em estudos ligados à defesa, dando valores muito elevados em países de costa muito recortadas. As áreas das ZEE constituem uma medida mais conveniente por conterem a região onde se situa a maior parte dos ativos nacionais no mar, o principal fator de valorização intrínseca das áreas litorâneas, mas têm a desvantagem de não serem lineares, dificultando sua associação com a visualização dos litorais dos países em mapas geográficos.

Assim, a fim de proporcionar uma melhor apreciação relativa entre os países de suas extensões de contato com o mar para fins de defesa, é aqui proposta uma forma precisa de quantificar a “fronteira marítima”, conceito usado pelo Almirante Flores (2002, p.51§1) como a extensão das “águas costeiras com seu tráfego, outros interesses nelas existentes e o litoral em si”; que consiste em dividir a área da ZEE por sua largura teórica de 200 milhas náuticas (370,4 km), obtendo-se o que pode ser imaginado como a linha que contorna os territórios terrestres do país a essa distância, ou seja, a envoltória da ZEE.

A fronteira marítima assim definida é normalmente menor que a linha de costa se esta tiver uma forma geral côncava, e normalmente maior, se a costa for convexa, mas é menos díspar que ela e fornece uma ideia mais real da extensão que interessa para fins de defesa litorânea. Assim, pode-se ver, por exemplo, que a defesa naval da China deve ser planejada considerando uma extensão linear de cerca de 2400 km, e não de 14.500 km, que é a extensão de sua linha de costa. Da mesma forma, o Brasil deve considerar perto de 9.550 km, em vez de 7.491 km, e o Canadá, algo em torno de 7.400 km, e não 202.080 km, a maior linha de costa do mundo. (CENTRAL, 2011)

4.2 Resumos das Análises dos Estados

Neste tópico serão feitos resumos das análises estratégicas dos Estados, constantes dos apêndices 7.3 a 7.16, a fim de detectar os aspectos que gerarão as variáveis para comparação.

4.2.1 EUA

Logo após o fim da Guerra Fria, as forças armadas norte-americanas e outros órgãos ligados à Defesa Nacional realizaram diversos estudos, buscando a melhor forma de reestruturar o sistema de defesa em face da nova conjuntura mundial, bem menos estável que a do período bipolar. Em consequência, novas normas foram estabelecidas em 1996 e 1997, (NATIONAL, 1996) mas as mudanças se sucederam com os diversos problemas de segurança mundial que envolveram a Superpotência até os dias de hoje.

Atualmente, os problemas ou interesses políticos norte-americanos consistem em manter a incolumidade do território nacional, aspecto particularmente destacado após os atentados de 11 de setembro de 2001; dissuadir os países emergentes de, ao se tornarem desenvolvidos, entrarem numa competição militar com os EUA; manter relações de defesa com outros países para propósitos estratégicos, como manutenção de bases e cooperação com iniciativas militares; e manter a capacidade de ação militar global.

Seus problemas estratégicos consistem na ascensão de emergentes com motivação competitiva; potenciais oponentes com capacidade de lançar armas de destruição em massa e de apoiar grupos terroristas; a redução da capacidade de os EUA custearem as forças armadas; e sua grande dependência do petróleo importado.

Suas políticas de defesa consistem em “moldar” o sistema internacional, “responder” às crises e “preparar” as Forças Armadas (“*Shape, Respond, Prepare*”) (UNITED STATES OF AMERICA, 1997a, “Section III”); em implementar o “construto 1-4-2-1” (Defender os EUA, Realizar dissuasão avançada em 4 áreas estratégicas; derrotar rapidamente o inimigo em grandes conflitos simultâneos em duas dessas áreas, e ser capaz de, num deles, obter vitória decisiva, com eventual mudança de regime e ocupação do território) (MULLEN, 2003, §3 FLOURNOY, 2006, p. 73§2); e investir em concepções inovadoras – sistemas e procedimentos que permitem um melhor aproveitamento dos meios e forças sem necessariamente aumentá-los.

Seus inimigos potenciais consistem no terrorismo, na Rússia, na China, na Coreia do Norte e no Irã, e sua área de atuação cobre todo o planeta.

As estratégias de defesa norte-americanas consistem em transformar continuamente as forças armadas por meio da tecnologia, a fim de torná-las sempre capazes de enfrentar novas situações em constante mutação (a “transformação”); dispor de forças conjuntas capazes de constituir a “força decisiva” (com capacidade de derrotar rapidamente qualquer adversário potencial), de manter forças em presença sustentada além-mar – permanente ou rotativa, nas á-

reas de interesse; de projetar poder em locais múltiplos e dispersos e a partir deles, em todo o mundo; com “agilidade estratégica” – a capacidade de concentrar, empregar e sustentar forças militares tempestivamente em qualquer lugar, com velocidade e ritmo (“*pace*”) que os adversários não possam acompanhar; e estruturar a “Nova Tríade” (capacidade de ataque, capacidade de defesa e a infraestrutura de Inteligência, Resiliência e Dissuasão) (UNITED STATES OF AMERICA, 2000; UNITED STATES OF AMERICA, 1997).

Um dos importantes aspectos da “transformação” é o conceito denominado “*Prompt Global Strike*” (PGS), (UNITED STATES OF AMERICA, 2006, p. 5§2; p.49-50) pelo qual mísseis balísticos (lançados por submarinos lançadores de mísseis balísticos (SLMB) e de bases terrestres), até agora empregados apenas para lançar bombas nucleares, portariam bombas convencionais com capacidade de atingir alvos em com grande rapidez e alta precisão. Esse conceito seria também uma medida de economia de recursos, permitindo realizar ações militares à distância em qualquer ponto do planeta sem dispor, nas proximidades, de forças permanentes em “presença avançada”, muito mais dispendiosas.

As estratégias navais são todas da postura do atacante no paradigma da Guerra de Litoral, e constam basicamente de desenvolver as capacidades de estabelecer, nas proximidades dos conflitos, grandes bases flutuantes capazes de apoiar e embasar a força conjunta em ações de projeção de poder (“*sea basing*”); de projetar poder a partir do mar de forma dominante a fim de contribuir para a obtenção dos objetivos da força conjunta (“*sea strike*”); de estender as capacidades defensivas dos meios navais em camadas, não somente através das grandes extensões marítimas, mas também profundamente sobre terra, a fim de proteger forças conjuntas ou aliadas aí operando (“*sea shield*”); a de interligar em rede todos os sistemas combatentes e de apoio da força conjunta – de sensores, de apoio à decisão, de armas, outras redes, etc (“*ForceNet*”) (UNITED STATES OF AMERICA, 2003, p.4); a dominância naval (FRIEDMAN, 2007, “The Risk not Taken”§2) – monitoramento global com capacidade de controlar rigorosamente qualquer área marítima do planeta; e a presença avançada com capacidade oculta de projeção de poder sobre terra de seus submarinos, lançadores de mísseis de cruzeiro “*Tomahawk*”. (UNITED STATES OF AMERICA, 2006, p.27§9 a p.28§1; U.S. NAVAL DOMINANCE, 2008)

No tocante a submarinos, a Marinha dos EUA não possui mais convencionais desde 1968 e dispõe atualmente de 14 SLMB (classe *Ohio*), 4 submarinos lançadores de mísseis de cruzeiro (SLMC – classe *Ohio* convertidos) e 53 SNA, sendo 3 da classe *Seawolf*, 47 da classe *Los Angeles* e 3 da classe *Virginia*, que estão progressivamente substituindo os *Los Angeles*.

Os 4 SLMC e todos os SNA lançam mísseis *Tomahawk*, sendo que os 23 SNA mais novos da classe *Los Angeles* receberam um lançador vertical que acrescenta doze mísseis à capacidade existente de 26 armas (mísseis ou torpedos) lançáveis pelos tubos. (SAUNDERS, 2007, p. 877 a 884)⁵⁵.

Os *Los Angeles* constituem, até o momento, o esteio da força de SNA norte-americana, tendo realizado missões de ataque a terra no Iraque, Kosovo e Afeganistão; a classe *Seawolf*, projetada no fim da Guerra Fria, otimizada para ações antissubmarino, foi descontinuada com apenas três unidades, em face da alteração do contexto estratégico, de seu alto custo e das restrições orçamentárias; e a classe *Virgínia* é a mais moderna, projetada para o atual contexto estratégico – alegadamente sem perder as características acústicas da classe *Seawolf* – e é otimizada para operações litorâneas.

Todos os SNA e SLMC têm capacidade de transportar, inserir e recolher destacamentos de Operações Especiais, sendo que os da classe *Virgínia* e *Ohio* possuem recursos especiais para isso (mini-submarino e outros). Além disso, os primeiros podem transportar cerca de 40 homens e os últimos, 66.

A conversão de 4 SLMB em SLMC constituiu um exemplo de “transformação” – permitiu reduzir o número de meios com a desativação de dois SNA em fim de vida útil, que eram empregados no lançamento e recolhimento de destacamentos de Operações Especiais; permitiu cumprir um compromisso de desarmamento, reduzindo o número de SLMB⁵⁶; exigiu menor dispêndio de recursos que a construção de meios novos, já que sua obtenção consistiu no aproveitamento de meios com boas possibilidades de adaptação e grande vida residual (20 anos); e permitiu dotar a Força de meios que atendem à concepção estratégica atual, e tão poderosos que, isoladamente, constituem elementos de emprego estratégico, pois cada SLMC porta 154 mísseis de cruzeiro, número mais de três vezes superior à capacidade de um SNA.

Os SNA são os “submarinos de uso geral” e operam normalmente integrados aos grupos de batalha de navio-aeródromo. Além de lançar mísseis *Tomahawk*, inserir e recolher destacamentos de operações especiais, realizam diversas outras tarefas, como coleta de dados de inteligência e ações de Guerra de minas, antissubmarino e antissuperfície. (U.S.NAVAL DOMINANCE, 2008)

O papel dos SLMB não foi alterado desde a Guerra Fria, dado que a necessidade de dissuasão nuclear se mantém, mas seu número foi reduzido devido à menor tensão internacio-

⁵⁵ A classe *Seawolf* pode transportar 50 armas, e a classe *Virginia*, 38.

⁵⁶ Tratava-se de uma recomendação para atendimento ao START-II (Strategic Arms Reduction Treaty – II), entre EUA e Rússia, assinado em 1993. (Ver O’ROURKE, 2008, p. CRS-4; p.CRS-1§2)

nal da atualidade. Sua tarefa continua sendo permanecerem ocultos no mar, prontos a lançar seus mísseis para retaliar um eventual ataque nuclear aos EUA.

4.2.2 China

Em 1995-1996, a possibilidade de Taiwan se tornar um Estado independente se aproximou da realidade provocando uma grave crise com os EUA, mostrando que, se a China tentasse tomar a ilha, os norte-americanos interviriam militarmente. Como essa reintegração é um objetivo nacional e a secessão é inadmissível, Beijing passou a encarar seriamente a possibilidade de uma guerra com os EUA. (GODWIN, 2007, p.49§1)

Atualmente, os interesses políticos da China consistem em manter elevado seu crescimento econômico, assegurar a integração de Taiwan, pretendida desde o fim da Revolução Chinesa em 1949, e reduzir as tensões com os outros Estados da região.

Seus problemas estratégicos consistem na vulnerabilidade da faixa terrestre do litoral a ataques vindos do mar – é onde se concentram as principais cidades e o grosso da atividade econômica, com “Zonas Econômicas Especiais”, motores do invejável crescimento dos últimos anos; a vulnerabilidade de seu tráfego marítimo, tanto de energia como de comércio, obrigado a transitar por numerosas áreas focais de difícil controle, como o Estreito de Malaca; na forte dependência de petróleo importado; e nas motivações existentes para a secessão de Taiwan, que podem acarretar uma guerra com os EUA, implicando um grande esforço nacional para capacitar-se a conquistar a ilha sob oposição norte-americana, se essa opção se tornar inevitável – o problema estratégico principal.

As políticas de defesa se resumem a harmonizar-se com os vizinhos, tanto bilateralmente como nas organizações regionais; a atuar em conjunto com a Rússia para reduzir as tensões provocadas pelo islamismo radical e a influência dos EUA na Ásia Central, principalmente por meio da Organização para Cooperação de Xangai, onde a Rússia e a China são os principais membros; desenvolver a imagem de cultura do pacifismo e da não-ingerência nos assuntos de outros países; modernizar as forças armadas e a dispor de um arsenal nuclear limitado que permita exercer a dissuasão nuclear mínima, com o propósito de manter qualquer eventual conflito militar no nível convencional.

Seus inimigos potenciais são os EUA, a Índia, o Japão e o radicalismo religioso, sendo que, no tocante a este último, as divisões internas provocadas pelo Budismo, no Tibet e pelo Islamismo, no Xin-Jiang, não aparecem como problemas relevantes nos livros brancos, ainda que o combate ao islamismo radical seja um dos objetivos da Organização para a Cooperação

de Xangai, onde a Rússia, outrora um dos principais inimigos potenciais, é considerada amiga.

As áreas de atuação da China consistem em teatros restritos – os mares da China Oriental e Meridional e o Mar do Japão; e teatros amplos – os oceanos Pacífico Sul-ocidental e Índico.

As estratégias de Defesa atualmente em curso consistem na “Defesa ao Largo”, no “Colar de Pérolas” e na “Defesa no Oceano Aberto”.

A “Defesa ao Largo” (“*Offshore Defense*”) é defensiva, estabelecida nos anos 1980 para impedir ataques ao território e à faixa litorânea marítima, e consta basicamente do controle da área marítima mais próxima ao litoral (basicamente até a primeira cadeia de ilhas, que passa entre 100 e 400 milhas – 185 e 740 km – da costa chinesa) e da negação ao uso do mar em áreas mais afastadas. Ela foi adaptada posteriormente com o acréscimo do material e tecnologia necessários à negação do uso do mar às forças dos EUA, buscando o controle das áreas marítimas na área de Taiwan, a fim de permitir a conquista da ilha, caso tal decisão seja tomada.

O “Colar de Pérolas” é a estratégia que visa a dar mais segurança à linha de comunicação marítima que liga a China ao Golfo Pérsico e provê a maior parte do petróleo importado. Ela consiste na realização de obras civis como portos e aeroportos, construídos por acordos bilaterais com os países do Índico e do Sul da Ásia, que possam servir de pontos de apoio aos navios petroleiros, pois dois desses pontos seriam ligados à China por oleodutos, e a forças navais chinesas que, assim, teriam melhores condições de controlar áreas marítimas nessas regiões, protegendo aquele tráfego marítimo.

Esta estratégia inquieta a Índia pelo aumento das atividades da marinha chinesa no Índico e pelo fato de um desses pontos de apoio ser constituído pelo grande porto de Gwadar, no Paquistão, próximo ao Golfo Pérsico, de onde forças chinesas poderiam cortar o tráfego marítimo indiano de importação de petróleo.

A “Defesa no Oceano Aberto” consiste na expansão das atividades das forças navais chinesas pelo mundo, acompanhando a expansão de seu comércio marítimo e a luta por seus interesses marítimos nos oceanos. Essa expansão havia sido delineada nos anos 1980, mas considerada então inexecutável, em face da forte presença naval norte-americana e japonesa. (GODWIN, 2007, p.49§1)

O termo “Defesa no Oceano Aberto” (“*Open Ocean-Area Defense*”), associado por este autor à expansão acima citada, foi empregado na descrição das estratégias feita por Xu Qi, em 2006, onde também é assinalado que os chineses usam as duas cadeias de ilhas, a primei-

ra, já citada e a segunda, que passa a cerca de 1800 e 2000 milhas (3300 e 3700 km) da costa, como marcos de referência (“*benchmarks*”) da ação ou do progresso das forças navais (QI, 2006, p.61§2 e p. 66§2 (nota 8)); assim, esta estratégia teria como marco a ação além da segunda cadeia de ilhas e constitui o fundamento para a obtenção da capacidade de operar navios-aeródromos (ERICKSON; WILSON, 2007, p.232§3 a p.233§1). A implementação dessa estratégia tem sido retardada pela possibilidade de conflito com os EUA, que obriga à dedicação de maiores esforços à estratégia de “Defesa ao Largo”.

As estratégias navais chinesas seguem em parte a Guerra Naval tradicional, no que toca ao “Colar de Pérolas” e à ainda incipiente “Defesa no Oceano Aberto”, onde é previsto o Controle de áreas marítimas para dar segurança a linhas de comunicações, atividades e interesses marítimos; mas seguem principalmente a postura do atacado na Guerra de Litoral, com a Defesa ao Largo, para dar segurança ao litoral e contra-arrestar as forças navais norte-americanas no caso do conflito por Taiwan.

No tocante a submarinos, a China possui atualmente e continuará possuindo a médio prazo, cerca de 53 convencionais (SC), 5 nucleares de ataque (SNA), sendo dois novos, da classe “*Shang*” (dos quais mais três têm construção prevista, mas poderão ser substituídos por uma nova série ainda em desenvolvimento) e três antigos, da classe “*Han*”, considerados de má qualidade e que serão desativados a medida que os novos forem entrando em serviço, e 2 lançadores de mísseis balísticos (SLMB), prevendo-se o aumento destes para 5 até 2014.

As condições geográficas dos mares da China são propícias ao emprego de SC, não só em virtude da pequena profundidade das águas costeiras, como também dos pouco numerosos acessos às áreas externas proporcionados pela primeira cadeia de ilhas fronteira à costa chinesa e das pequenas distâncias das bases até as prováveis áreas de operações – Taiwan, por exemplo, a cerca de 110 milhas da costa, permite o acesso a áreas de patrulha em torno dela em pouco tempo (MURRAY, 2007, p. 68§1)⁵⁷.

Assim, no dispositivo estratégico chinês para a eventual tomada de Taiwan, os SC, em grande número, serão atores dos mais importantes na negação do uso do mar aos navios e submarinos inimigos nas proximidades da ilha, e os SNA constituirão o braço ofensivo, que, tirando partido de sua velocidade e apoio de esclarecimento aéreo e por satélites, buscará engajar as forças inimigas no oceano aberto, nas proximidades de suas bases e nas áreas focais de acesso ao teatro de operações.

⁵⁷ Quatro ou cinco dias, se navegando mergulhado a quatro nós, ou um dia e meio, na superfície, a quinze nós, a partir dos portos mais próximos no continente.

Aponta-se, porém, que esse esquema seria mais eficiente se a China dispusesse de maior número de SNA, “não sendo excessivo se Beijing estivesse pensando numa força de 20 unidades do tipo 93”. (GODWIN, 2007, p.52-53)

Entre os SC, 27 são novos e os demais foram modernizados. Dos novos, 12 são de procedência russa, da classe *Kilo* e lançam, além de torpedos, o poderoso míssil antinavio russo SS-N-27 (“*Klub*”), de 100 milhas de alcance, tido como eficaz mesmo os sistemas de defesa dos grupos de batalha norte-americanos. Todos os demais lançam torpedos e mísseis de médio alcance semelhantes aos “*Exocet*”, usados pela Marinha do Brasil. Quanto ao armamento dos SNA, consta que lançam torpedos e mísseis antinavio, possivelmente também os de maior porte, semelhantes ao “*Klub*”. (ERICKSON, 2007, p.9§1 e 50§1 e SAUNDERS 2007, p. 116 a p.121)

Dos dois balísticos, um deles é novo e ambos têm emprego exclusivo na dissuasão nuclear, como os de outras potências nucleares.

4.2.3 Japão

O Japão possui, desde os anos 1950, tratados de defesa com os EUA que obrigam a Superpotência a contribuir para sua defesa nacional em troca do uso do território para basear forças militares. Assim, poderosas forças norte-americanas são baseadas no Japão em “presença avançada” na Ásia, aumentando enormemente sua dissuasão geral convencional. A dissuasão nuclear também é estendida sobre ele, e o país procura ser um bom aliado, cumprindo da melhor maneira suas obrigações, encarregando-se da defesa aproximada do arquipélago e nele facilitando o estacionamento e as movimentações das forças dos EUA.

A Constituição japonesa é extremamente restritiva para o emprego da força, permitido apenas para autodefesa, o que faz com que forças militares se intitulem “Forças de Autodefesa”, e não Forças Armadas.

Nos últimos anos, particularmente em 2010, as restrições orçamentárias norte-americanas forçaram a retirada de alguns meios navais do Japão, o que foi interpretado por Tóquio como redução da dissuasão, obrigando a adoção de medidas estratégicas para compensá-la.

Assim, os problemas e interesses políticos do Japão consistem em manter a aliança com a Superpotência; complementar a perda de dissuasão devida à redução das forças dos EUA no país e lutar pela reforma da ONU, onde pretende um assento permanente no Conselho de Segurança.

Seu problema estratégico principal atualmente consiste na ameaça de mísseis, inclusive nucleares, da Coreia do Norte; outros problemas consistem na ameaça de incursões de sabotadores desse país; na expansão chinesa na Ásia-Pacífico; nos litígios pela posse de ilhas com a China, a Rússia e a Coreia do Sul; na possível reintegração à China de Taiwan, ilha considerada importante para a defesa do país; e na dependência total do transporte marítimo para comércio e obtenção de energia.

Suas políticas de defesa consistem em reduzir os empecilhos internos às forças dos EUA; aprovar leis *ad hoc* para permitir operações das forças de defesa do Japão que, pela Constituição, só assim podem ser empregadas; fortalecer a aliança com os EUA; buscar novas alianças (com a Austrália e a Índia, por exemplo); e participar dos esforços internacionais de estabilização de regiões em crise.

Seus inimigos potenciais são a Coreia do Norte, a China, a Rússia e, até certo ponto, a Coreia do Sul, com cujas forças navais já esteve perto de um enfrentamento pelas ilhas Takeshima. Suas áreas de atuação compreendem teatros restritos – o Mar do Japão, o Mar Amarelo e o Mar da China Oriental; e amplo – o Oceano pacífico.

Suas estratégias de defesa consistem atualmente em cooperar com os EUA para a implantação do sistema de defesa contra mísseis balísticos (conhecido como BMD – “*Ballistic missile Defense*”) face à ameaça da Coreia do Norte; em manter as Forças de Autodefesa com um nível mínimo de preparo para resistir a invasões, julgadas pouco prováveis; em buscar a integração e a interoperabilidade das Forças de Autodefesa com as forças dos EUA no Japão; e em participar de iniciativas de organismos internacionais, inclusive de operações de Paz da ONU.

O Japão pratica uma estratégia de defesa específica denominada “Força de defesa dinâmica”. Foi elaborada para compensar a redução da capacidade dissuasória provocada pela retirada de meios navais dos EUA (especialmente SNA) e dá ênfase à dissuasão imediata, prevendo um aumento do esforço de inteligência para permitir o desdobramento proativo e tempestivo de forças ante a possibilidade de incursões e outras ações, mesmo de pequena monta, em qualquer ponto do território, das águas jurisdicionais e do espaço aéreo. Esta estratégia difere radicalmente do conceito anterior – “Força de Defesa Básica”, primordialmente reativa.

As estratégias navais abrangem as do domínio da Guerra Naval tradicional, com grande aumento da capacidade de controle de águas marítimas, traduzido no incremento de sistemas antissubmarino, antissuperfície, de Comando e Controle e de Projeção de Poder sobre terra, prevendo a crescente atuação em operações multilaterais; mas parcela importante do esfor-

ço se dedica à Guerra de Litoral na postura do atacado, resultante da nova estratégia de “Força de Defesa Dinâmica”, buscando-se um rigoroso controle de áreas marítimas para possibilitar a negação do uso do mar a vetores inimigos nas cercanias do Japão e ênfase na reação tempestiva e proativa no caso de ataques a ilhas afastadas.

No tocante a submarinos, o Japão só dispõe de convencionais e, desde 1976 a Força de Defesa Naval possuía apenas 18 unidades, sendo dois para adestramento e 16 operativos, cujo emprego previa o posicionamento em pontos importantes do tráfego marítimo da região, a fim de levantar dados para a Inteligência e permitir a detecção de ameaças com a maior antecipação possível, permitindo respostas adequadas. Até pouco tempo atrás, previa-se também seu emprego na reação a agressões em grande escala, incluindo invasões, na defesa das águas japonesas contra ataques de navios e submarinos, além de operações de minagem defensiva⁵⁸.

Com a recente redução dos meios navais norte-americanos, principalmente SNA, e a implementação da “Força de defesa Dinâmica”, o Governo determinou o aumento do número de submarinos para 22. Embora não sejam divulgados o raio de ação nem a autonomia, os submarinos japoneses são de projeto e construção nacional, são oceânicos – de grande porte para convencionais (2.900 toneladas na superfície e 4200, mergulhados); muito bem equipados – sua qualidade tem sido elogiada em textos especializados; e são sempre novos, pois desde 1990, um por ano é comissionado (exceto 1996) embora apenas 18 fossem mantidos em serviço, o que indica que o aumento da dotação não exigirá esforço extra de construção, bastando apenas conservar em serviço quatro dos existentes.

A compra de mísseis *Tomahawk* nos EUA com cabeças convencionais, para dissuadir a Coreia do Norte, já foi aventada por uma alta autoridade japonesa em uma conferência de segurança estratégica Japão-EUA em 2004. No caso, eles serviriam para prover dissuasão por punição, complementando a dissuasão por negação provida pelo BMD, além de reforçar a postura dissuasória conjunta Japão-EUA. (HUGHES, 2009, p.107§1)

Caso o Japão resolva investir na dissuasão nuclear própria, o que não é proibido pela Constituição, dificuldades existem, mas não devem ser superestimadas. Na opinião de especialistas japoneses, o meio ideal para retaliação seria um SLMB nuclear⁵⁹, mas em face do elevadíssimo custo, uma solução aceitável – de muito menor custo e de obtenção mais rápida – consistiria numa força de doze submarinos convencionais, em acréscimo à existente, lançando mísseis de cruzeiro nucleares. Mesmo que os EUA negassem os *Tomahawk* para isso, o de-

⁵⁸ Trata-se da minagem realizada nas águas próprias contra a passagem ou aproximação de unidades inimigas.

⁵⁹ A possibilidade de submarinos convencionais lançadores de mísseis balísticos também foi cogitada. (Ver YOSHIHARA, 2009, p.10§1.)

envolvimento de um substituto seria exequível. (YOSHIHARA, 2009, p.8§1; p.10§1 e 2; p.11§1 a 3; p.12§2 a 6).

4.2.4 Alemanha

Após a Guerra Fria, o Governo alemão alterou por duas vezes o sistema de defesa, a primeira em 1994, ajustando as visões e estruturas à nova conjuntura estratégica, determinada pelo fim da bipolaridade e pelas providências para efetivar a reunificação alemã nas estruturas do Estado; e outro em 2006, para ajustar o sistema à nova realidade, de integração da Europa nos campos da Segurança e Defesa.

Atualmente, os problemas e interesses políticos da Alemanha consistem na salvaguarda de sua capacidade de ação em Política Externa; na não-proliferação das armas de destruição em massa (ADM); no fortalecimento da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), sendo que os EUA são considerados indispensáveis para a segurança da Europa; na prevenção de crises e conflitos; numa parceria entre a OTAN e a União Europeia (U.E.), com independência da última, que poderá atuar por si só quando a Aliança não quiser ou não precisar se envolver; no respeito ao multilateralismo, aos Direitos Humanos e ao Direito Internacional.

Os problemas estratégicos consistem nas crises que ocorrem na periferia Sul e Sudeste da Europa, devidas a conflitos não resolvidos de naturezas política, étnica, econômica e social, no extremismo e fanatismo religiosos aliados ao terrorismo, no crime organizado internacional, nos movimentos migratórios, e no fato de o país ser muito dependente de importações de petróleo e gás.

As Políticas de Defesa consistem em reforçar a parceria OTAN-U.E. e a integração europeia; em só participar de ações armadas em contexto multinacional, com a ONU, OTAN ou U.E., com exceção apenas de ações de evacuação ou resgate, que poderá realizar isoladamente; em favorecer a utilização comum de meios militares entre os aliados (“*pooling*”) para economizar recursos; e em contribuir com a coesão da U.E. e com sua crescente capacidade de ação em política externa e de segurança.

O inimigo potencial consiste apenas no terrorismo, e a área de atuação do Poder naval alemão compreende teatros restritos – o Báltico, o Mar do Norte, os estreitos que ligam esses mares e o Mediterrâneo. Seus meios podem atuar em teatros amplos, mas são dimensionados para teatros restritos.

As estratégias de defesa consistem em manter Forças Armadas de caráter expedicionário, já que não há ameaça de ataque ao território nacional no horizonte previsível, mas sendo capaz de regenerar a capacidade de defesa anti-invasão, mantendo o recrutamento por conscrição; e na divisão das forças armadas em categorias de especialização militar que permitem sua rápida incorporação nas estruturas da OTAN e da U.E., em “Forças de Resposta”, “Forças de Estabilização” e “Forças de Apoio”.

As tarefas das forças navais alemãs constam basicamente da prevenção de conflitos e gerência de crises internacionais, que implicam o envolvimento permanente em operações multinacionais; e da segurança da Alemanha e de seus cidadãos.

Embora haja alguma interpenetração, essas tarefas delimitam razoavelmente a divisão das estratégias navais entre os domínios da postura do atacante, na Guerra de Litoral, e da Guerra Naval tradicional. Pelas primeiras, os meios navais são incorporados aos quatro grupos navais da OTAN, que são permanentes (dois de projeção de poder e dois de contramedidas de minagem), e ao da U.E. (de projeção de poder) que é considerado de prontidão e rapidamente ativado quando necessário, sendo que todos atuam no Mediterrâneo, mas podem ser enviados onde necessário.

As ações de Guerra Naval tradicional consistem na previsão do controle de área marítima no Báltico, no Mar do Norte e nos estreitos que os ligam, incluindo submarinos e sob a cobertura da aviação de esclarecimento e ataque baseada no país, para a proteção da Alemanha e de seu tráfego marítimo. São aí incluídas as operações de Guerra de Minas e ações em águas muito restritas, das quais a marinha alemã constitui um centro de excelência.

No tocante a submarinos, a Marinha alemã só opera convencionais, que são dezesseis, doze da classe S206A, e quatro S212A (GERMANY, 2011, “*Active Duty Submarines*”), sendo esperada a desativação de seis S206A. (GERMANY, 2010).

Os S206A, que entraram em serviço entre 1974 e 1975 foram construídos com os conceitos da Guerra Fria, com foco no Báltico e para operação em áreas costeiras, daí seu porte muito reduzido, mas que lhes permite operar nas águas muito rasas e confinadas, próximo à costa, o que também é denotado pelo fato de terem sido fabricados com aço não-magnético, o que proporciona maior segurança contra minas magnéticas – um grande risco para submarinos em águas rasas, principalmente naquela região, onde as marinhas tradicionais oponentes – russa e alemã – sempre deram grande ênfase à Guerra de Minas. Eles podem transportar 24 minas por fora do casco, além das que forem transportadas nos oito tubos de torpedos (máximo de 16), o que lhes dá boas condições de minar áreas nas proximidades de portos e bases navais na região.

Os S212A são dos mais modernos do mundo atualmente, têm aproximadamente o porte dos S da classe Tupi/Ticuna, da MB, sendo cerca de três vezes maiores que os S206, mas bem menores que os da classe *Scorpène*, que serão construídos no Brasil, de operação predominantemente oceânica.

Os S212A, foram construídos com requisitos pós-Guerra Fria, em que a operação prevista cobria as águas litorâneas do norte da Europa, o Atlântico Norte e o Mediterrâneo. São muito mais bem equipados que os S206A, podendo melhor realizar ações antissuperfície e antissubmarino, reconhecimentos e inserção / recolhimento de forças especiais, além de possuírem propulsão AIP, que aumenta a autonomia submersa. Eles só lançam torpedos, mas podem receber o “cinturão” que permite carregar minas adicionais fora do casco e, numa modernização planejada, está prevista a dotação de mísseis para engajamento de alvos terrestres e helicópteros (MANNHARDT, 2006, p. 22, fig. 7; SAUNDERS, 2007, p.268; GERMANY, 2011). Essas unidades substituirão os S206A que estão saindo de serviço e um de seus empregos previstos é o de compor o dispositivo de controle de área marítima acima citado, atuando especialmente contra submarinos inimigos. (NOLTING, 2006, p. 60§5)

4.2.5 França

Da mesma forma que a Alemanha, a França alterou seu sistema de Defesa duas vezes, a primeira também em 1994, ajustando as estratégias e estruturas à nova conjuntura determinada pelo fim da bipolaridade; e outra em 2008, para ajustar o sistema à nova realidade, de integração da Europa nos campos da Segurança e Defesa.

Seu principal interesse político consiste em manter elevada sua liberdade de ação, mesmo na eventualidade de uma chantagem nuclear; outros interesses consistem em tornar a U.E. um ator importante no gerenciamento de crises e na segurança internacional; desempenhar papel de líder na U.E.; e no futuro, se a ONU tiver sua constituição reformulada, ter ascendência, no Conselho de Segurança, sobre os novos membros não-nucleares.

Seus problemas estratégicos consistem na ameaça à Europa do lançamento de armas de destruição em massa por países em desenvolvimento que possuirão, em breve, capacidade de construí-las e a seus vetores; a ameaça do terrorismo islâmico com armas de destruição em massa; as ameaças de ataque aos sistemas de comunicações; e a grande dependência do petróleo importado.

Suas políticas de defesa consistem em assumir a defesa da U.E. como problema da França; em pleitear papel relevante nas coalizões em que participar, principalmente se dela fi-

zerem parte os EUA – para isso, dispor de capacidade de coerção semelhante ao Reino Unido nas intervenções, o que é traduzido pelo desenvolvimento de um míssil de cruzeiro comparável ao *Tomahawk*; em compartilhar e utilizar em comum (“*sharing and pooling*”) com o Reino Unido meios militares e estruturas estratégicas, aí englobando navios-aeródromos, aeronaves de reabastecimento em voo e facilidades de desenvolvimento de bombas e materiais nucleares, além do desenvolvimento futuro de um Grupo-Tarefa de Ataque compartilhado.

A França não vê inimigos potenciais ao país, mas reconhece a existência de inimigos futuros da Europa – os países em desenvolvimento capazes de, no futuro, atacá-la com mísseis e armas de destruição em massa, nominalmente, Líbia, Egito, Síria, Israel, Arábia Saudita, Iraque, Irã, Paquistão, Índia e Coreia do Norte.

A área de atuação da França compreende um teatro restrito – o Mediterrâneo e, na maior parte, teatros amplos – os oceanos Atlântico e Índico e os Golfos da Arábia e Pérsico.

Em termos de Estratégias de Defesa, a França definiu cinco funções estratégicas do Estado que as balizam, como abaixo exposto, dando origem a estratégias subordinadas em todos os níveis.

O “Conhecimento e Antecipação” é a função constituída por todas as atividades que permitam conhecer as possibilidades dos atores relevantes e antecipar cenários futuros. Uma de suas formas de implementação é a busca da superioridade tecnológica sobre os adversários plausíveis.

A “Prevenção” (de conflitos) tem foco no Oriente Médio e se traduz por manter dissuasão imediata continuamente e, para aumentar sua capacidade nessa função, a França implantou mais uma base no Golfo Pérsico – em Abu-Dhabi.

A “Intervenção” consiste em projetar poder, intervindo nos pontos de interesse, caso a “prevenção” não tenha êxito.

A “Proteção” tem por objetos a população e o território franceses e visa a aumentar a resiliência da nação, ou seja, a capacidade de voltar rapidamente ao normal após uma crise grave.

A “dissuasão” considerada é exclusivamente a dissuasão nuclear, visando a evitar uma agressão estatal a interesses vitais, e essa capacidade tem sido aumentada produzindo-se armas nucleares de menor poder e maior flexibilidade de emprego, para aumentar sua credibilidade junto aos países em desenvolvimento considerados inimigos potenciais.

As estratégias navais se dividem entre as da Guerra Naval tradicional e as da Guerra de Litoral, na postura do atacante. Entre as primeiras, consta a intenção de dispor de um Grupo-tarefa nucleado permanentemente em navio-aeródromo, para controle de áreas marí-

timas a fim de proteger as linhas de comunicação marítima de interesse. As estratégias de atacante são implementadas por esse mesmo grupamento, mas otimizado para projeção de poder com o acréscimo de navios de desembarque e, no futuro, navios e SNA portando o “míssil de cruzeiro naval” (MDCN), comparável ao *Tomahawk*, ora em desenvolvimento.

No tocante a submarinos, a Marinha da França possui 4 Submarinos lançadores de mísseis balísticos (SLMB) da classe *Le Triomphant* (número considerado mínimo para garantir a operação de, pelo menos, dois deles) e 1 remanescente da classe *Le Redoutable*, a ser desativado em breve. Possui também 6 SNA, número também considerado o mínimo necessário (PICARD, 2006, p.43 item 4.1; p.44 item 4.2), todos da classe *Rubis*, a serem substituídos pelos do projeto Barracuda, do qual o primeiro – *Suffren*, deverá ser lançado em 2016. (SAUNDERS 2007, p.230) A França não mais opera submarinos convencionais desde 1998.

Os submarinos da classe *Rubis* são os nucleares de menor porte existentes, com cerca de 2600 toneladas, e são armados com torpedos e mísseis *Exocet SM-39*.

Os SLMB tiveram sua flexibilidade aumentada com a capacidade de reduzir o número de cabeças de certos mísseis e de alterar seus alvos no mar, o que ampliou as possibilidades de emprego, fazendo com que, assim como as aeronaves, que portam artefatos nucleares menores, exerçam ameaça crível junto a potências regionais, e não sejam úteis apenas como dissuasão contra a ameaça de uma superpotência, situação bem distante atualmente. (PICARD, 2006, p. 13§4)

Os SLMB em patrulha e o Grupamento aeronaval são protegidos por SNA em apoio direto, sendo que os novos SNA terão também como requisito o lançamento dos MDCN sobre objetivos terrestres e a inserção/recolhimento de contingentes de operações especiais, como os congêneres norte-americanos, britânicos e russos.

4.2.6 Reino Unido

Após o fim da Guerra Fria, o sistema de defesa britânico sofreu fortes reduções de orçamento e efetivo, apesar do aumento de compromissos verificado. Em consequência, realizou-se uma profunda revisão em 1998 buscando adequá-lo a essa realidade, mas essa revisão se tornou apenas a primeira de uma série, com documentos de vários nomes, em 2002, 2003, 2004, 2008 e 2010, todos tendo como propósito principal a redução de gastos militares, o que se tornou ainda mais premente com a crise econômica mundial iniciada em setembro de 2008.

Atualmente, os interesses políticos do Reino Unido consistem em reduzir os gastos militares; manter a aliança com os EUA (“primordial para a defesa nacional”); ter influência

nas decisões de comando nas coalizões em que participar, e manter a capacidade de dissuasão nuclear própria e independente. Este último interesse, frisado no documento de 2010, excluiu a possibilidade que chegou a ser noticiada, de que estaria sendo negociado com a França o compartilhamento de submarinos lançadores de mísseis balísticos (SLMB) – as únicas plataformas de dissuasão nuclear do Reino Unido.

Os problemas estratégicos consistem nas ameaças de ataque terrorista, de ataques cibernéticos por agentes estatais ou não, e, ainda que considerada remota, a de ataque militar estatal em grande escala. São também reconhecidas as ameaças de ataques aos territórios ultramarinos, sendo que a retomada de alguns deles constitui objetivo nacional do país próximo, como as Ilhas Falklands, para a Argentina e o enclave de Gibraltar, para a Espanha.

As políticas de Defesa consistem em manter a capacidade de dissuasão nuclear mínima como último recurso contra ameaças extremas, ainda que a decisão sobre a construção dos novos SLMB tenha sido retardada para 2016, com possível risco de comprometer a dissuasão na década de 2020; em só participar de ações militares que tenham objetivos claros, custos aceitáveis, saída estratégica viável e justificativa pela Lei Internacional – provável ensinamento decorrente da invasão do Iraque, realizada à revelia da ONU em 2003; em só participar de operações mais exigentes ou de intervenções em outros Estados em conjunto com forças dos EUA, seja na OTAN ou em coalizões por eles liderada, quando poderá escolher a forma de contribuição; em pleitear participação militar significativa nas operações multilaterais, a fim de participar das decisões de alto nível; e no compartilhamento e uso comum (“*sharing and pooling*”) com a França de meios, forças, tecnologias e estruturas militares sensíveis (desde novembro de 2010).

O inimigo potencial é o terrorismo, e a área de atuação britânica é a Europa e regiões adjacentes – o Oriente Próximo, o Norte da África e o Golfo Pérsico, pois são as mais significativas para a segurança do Reino Unido, além de encerrarem responsabilidades e laços históricos.

As estratégias de defesa consistem em manter regeneráveis as capacidades de resistir a invasões em larga escala, caso tal ameaça se intensifique; e em reforçar as parcerias de defesa, o que envolve planejar forças não só para as necessidades próprias, mas para as dos parceiros, mantendo largo espectro de capacidades mesmo em pequena escala, a fim de ser útil em um grande número de casos;

As estratégias navais se dividem entre as da Guerra Naval tradicional e as da Guerra de Litoral, na postura do atacante. Nas primeiras se destaca a capacidade de controlar áreas

marítimas para defender o Reino Unido e os territórios do Atlântico Sul, especificamente mencionados, o que inclui as ilhas Falklands.

Na preparação para as estratégias correspondentes à postura do atacante, os recentes cortes de recursos (2010) produziram sensíveis reduções, provavelmente só suportáveis com a possibilidade de compartilhamento de meios com a França e a realização de maiores operações apenas em conjunto com forças dos EUA.

As principais reduções consistem na desativação de pelo menos um dos navios-aeródromo (NAe) atuais, no corte de um dos dois grandes NAe em construção e no retardo da prontificação do outro de 2016 para 2020, a fim de instalar catapultas que possibilitem a utilização de aeronaves de decolagem normal⁶⁰, permitindo a interoperabilidade com aeronaves francesas e norte-americanas. Essa medida, em conjunto com a imediata desativação de todos os aviões (os *Harrier*, de decolagem vertical), deixará a marinha britânica sem aeronaves de asa fixa até 2020, operando apenas helicópteros.

Mesmo com essas reduções, as estratégias da postura do atacante poderão incluir a presença em áreas de interesse e a participação em intervenções com navios, SNA lançando mísseis *Tomahawk* e navios de desembarque.

No tocante a submarinos, a Marinha do Reino Unido possui 4 SLMB da classe *Vanguard* e 7 SNA da classe *Trafalgar*. Dos SNA da classe *Astute*, que deverão substituir os da classe *Trafalgar*, o primeiro está nos testes iniciais pós-lançamento, há 2 em construção e está prevista a construção de mais 4 unidades. (SAUNDERS, 2007, p. 838 a 842) Cumpre notar que os SLMB constituem as únicas plataformas capazes de lançar armas nucleares do Reino Unido desde 1998, e que a marinha não opera mais submarinos convencionais desde 1993.

Além de torpedos, todos os SNA lançam mísseis *Tomahawk*, o que lhes proporciona alta capacidade de coerção e dissuasão convencional, bastante conveniente para o Reino Unido, como potência média que se considera. Foi empregado pela primeira vez contra a Sérvia, em 1999 (PICCARD, 2006, p.32§5) e sua adoção tem sido apoiada por uma sucessão de governos britânicos como um dos aspectos da utilidade política do Poder Naval.

Os novos SNA da classe *Astute*, além disso, têm grande capacidade antissubmarino, podem prover inteligência estratégica, contribuir para a proteção dos SLMB e de forças de superfície, lançar mísseis antinavio *Harpoon* e operar com equipes de operações especiais.

⁶⁰ O projeto original, sem catapultas, previa apenas o emprego de aeronaves de decolagem vertical, não utilizadas por franceses nem norte-americanos.

4.2.7 Itália

Em 2005, o Chefe do Estado-Maior da Defesa publicou seu “Conceito Estratégico” com o propósito de alinhar o processo de transformação das Forças Armadas com a evolução atual da OTAN e o processo de construção da Política Comum de Segurança e Defesa da UE. O processo pretende dar maior eficácia e flexibilidade de resposta aos desafios atuais e futuros, a fim de garantir a segurança nacional e contribuir para a paz mundial, numa época de mudanças rápidas e de difícil previsão.

Os interesses políticos da Itália na área de Defesa consistem em manter um papel relevante no plano multinacional, dispondo para tanto de capacidades operacionais qualitativamente semelhantes às dos principais países aliados, embora quantitativamente inferiores.

Os problemas estratégicos consistem nas ameaças do terrorismo internacional, que poderão provir de Estados que não tenham capacidade para coibi-lo; do uso de armas de destruição em massa (ADM) por atores estatais ou não-estatais, sendo que há Estados potencialmente capazes de atacar a Europa com mísseis convencionais, e em vias de ter a capacidade de armá-los com cabeças nucleares, biológicas ou químicas; na forte dependência em relação ao petróleo importado; nas instabilidades das regiões próximas, que produzem emigrações em massa para a Itália; e na possibilidade da ressurgência de ameaças tradicionais ao território italiano ou de algum aliado.

As políticas de Defesa consistem em pleitear participação relevante nas operações multinacionais; e em adotar o esquema da OTAN/U.E. de prevenir ações terroristas por meio de intervenções rápidas e precisas em Estados falidos.

Os inimigos potenciais são o terrorismo e os Estados falidos. As áreas de atuação consistem predominantemente de teatros restritos: as “áreas de interesse estratégico” e as “outras áreas”. Nas primeiras se espera realizar as ações mais importantes para a salvaguarda de interesses italianos e abrangem a Itália, os Balcãs, a Europa Oriental, o Cáucaso, o Norte da África, o Chifre da África, os Orientes Próximo e Médio e o Golfo Pérsico. As “outras áreas”, objeto de ações menos importantes, não têm uma definição precisa, sendo mais provável que se situem na África.

As estratégias de defesa consistem em buscar a interoperabilidade das forças armadas com sistemas multinacionais, e a capacidade expedicionária, ou seja, a de projetar poder e operar continuamente em teatros externos; buscar a sinergia conjunta das forças armadas, a fim de melhorar seu desempenho em operações de sustentação e na fase pós-combate das intervenções; e em buscar o aumento da disponibilidade das forças para a estrutura de “forças de

Resposta” da OTAN (as que devem entrar em ação no início das campanhas e com avisos de curta antecedência).

As estratégias navais para que a marinha italiana se prepara pertencem à postura do atacante da Guerra de Litoral, e consistem em buscar a capacidade de intervenção com forças ligeiras (o “tridente – vetores aéreos, forças anfíbias e forças especiais); para isso, suas forças navais participam de diversos grupamentos padrões e iniciativas normalmente navais e anfíbias da OTAN, como o Segundo Grupo Naval Permanente da OTAN (“*NATO Standing Maritime Group 2*” – NSMG-2) e o Segundo Grupo Naval Permanente de Contramedidas de Minagem da OTAN (*NATO Standing Mine Countermeasure Group 2* – NSMCG-2, ambos operando no Mediterrâneo; e da U.E., como a Iniciativa Anfíbia Europeia (“*European Amphibious Initiative*” – EMI).

No tocante a submarinos, marinha italiana só opera convencionais e possui sete unidades. Os quatro mais antigos são de projeto e construção própria, S90 – classe Sauro, modernizados, havendo mais um, não-modernizado, usado em adestramento; e os dois mais modernos são U-212A, de projeto alemão mas construídos na Itália, havendo mais dois ainda em construção. Todos são de mesmo porte, semelhantes aos S Tupi, mas os U-212A possuem propulsão AIP, como os da marinha alemã (SUBMARINE, 2010). A opção pelo projeto alemão deveu-se ao menor custo dos mesmos contra o do desenvolvimento autóctone do projeto de um submarino igualmente avançado. (SLADE, 2007, p.28§2)

Os submarinos italianos tem seu emprego previsto em ações de superfície e antissubmarino, vigilância, coleta de dados e apoio a grupamentos navais. Há também uma menção a seu emprego em conjunto com meios de superfície e aéreos no patrulhamento de áreas marítimas para repressão ao terrorismo.

4.2.8 Canadá

O Canadá enfrenta difíceis condições geopolíticas e estratégicas para afirmar sua soberania. É o segundo país em extensão territorial, mas sua população é rarefeita, e o único vizinho terrestre, pouco menos extenso e muito mais populoso⁶¹, é a Superpotência. O país também fica entre os dois maiores arsenais nucleares e as duas maiores forças de submarinos nucleares do planeta – seu vizinho e a Rússia – o que tornam seu espaço aéreo e suas águas jurisdicionais importantes para a defesa dos EUA.

⁶¹ Canadá: 9.984.670 km² e 33.739.900 habitantes; EUA: 9,161,923km² e 310.870.105 habitantes. (Ver WORLD, 2008).

Pelo Tratado de Ogdesburg, de 1940, ambos os países reconheceram a natureza indivisível da defesa do continente norte-americano e, durante a Guerra Fria, construiu-se uma grande estrutura de defesa comum, cujo sistema mais conhecido é o de alarme antecipado de Defesa aérea (NORAD)⁶², havendo, além disso, estreitas ligações entre as estruturas de adestramento, planejamento de exercícios e apoio logístico das forças armadas dos dois países.

Assim, os interesses e problemas políticos do Canadá consistem em manter a soberania e a Independência em relação aos EUA; em manter-se uma nação influente nos meios militares globais por meio da ONU e da OTAN, apesar de se considerar abaixo do nível de potência média; e pretender voltar a essa condição.

O Canadá não possui problemas estratégicos – não vê qualquer ameaça ao país, embora um de seus documentos de defesa estabeleça como requisito a capacidade de “resistir a um grande ataque terrorista”.

Suas políticas de Defesa consistem em estreitar já intensa parceria com os EUA; e em esforçar-se para participar da defesa coletiva do continente com eles, embora não tenha aderido ao sistema de defesa contra mísseis balísticos (o BMD). Além disso, embora não veja ameaça a si próprio, o Canadá enfatiza a participação em ações de segurança coletiva no mundo, por acreditar-se um potencial dependente delas, já que não possui e nunca possuirá população nem recursos suficientes para defender-se isoladamente; apoia a OTAN por acreditá-la, assim como os EUA, responsáveis pela estabilidade da Europa, que considera importante para sua segurança; e dá grande importância à patrulha naval e à fiscalização das águas de jurisdição canadense, inclusive, com possibilidade de atritos com o vizinho.

O Canadá não vê qualquer inimigo potencial e prevê a atuação de seu Poder naval principalmente na Ásia-Pacífico, no Oriente Médio e no Caribe, em operações multilaterais.

Suas estratégias de defesa consistem em manter forças capacitadas e com prontidão adequada à participação em coalizões, e com grande interoperabilidade com as norte-americanas.

As estratégias navais que norteiam a preparação do Poder Naval canadense são as da postura do atacante no paradigma da Guerra de Litoral, consistindo em participar de intervenções, em coalizão com marinhas mais poderosas.

No tocante aos submarinos, a marinha canadense opera, desde 1998, quatro convencionais britânicos da classe *Upholder*, renomeada classe *Victoria*, alienados ainda novos e a preço de ocasião, quando o Reino Unido resolveu operar apenas submarinos nucleares.

⁶² NORAD-organização binacional (EUA e Canadá) encarregada do controle e monitoramento dos espaços aeroespacial e marítimo do continente. (Ver NORTH AMERICAN AEROSPACE DEFENCE COMMAND, 2010)

(CANADA, 2001, p.60§1 e p. 64§2; McKINLEY, 2000, “The Cost” §1). São unidades do mesmo porte do *Scorpène*, que será construído no Brasil, portanto bem maiores que os da classe Tupi.

Diferente da maioria das marinhas, a marinha canadense valoriza o emprego sistemático dos submarinos em ações constabulares – fiscalizando águas jurisdicionais inclusive contra a pesca ilegal de outros países. Prevê também seu emprego em operações expedicionárias, por permitirem a realização de operações especiais e complementarem a proteção do grupo-tarefa que realiza a projeção, contra ações de negação do uso do mar por submarinos do Estado atacado. Esta forma de emprego é prevista por outras marinhas, como a espanhola, que explora a vantagem dos submarinos convencionais na operação em áreas costeiras e permite liberar para outras tarefas os nucleares de outros participantes da operação.

4.2.9 Índia

A Índia tem posição dominante sobre o menor dos grandes oceanos, que abriga os acessos à maior fonte de energia do planeta e, conseqüentemente, algumas de suas mais importantes linhas de comunicações marítimas. O controle do Índico por potências ocidentais era considerado um grave problema para a segurança do país segundo um de seus dirigentes, o que fez com que os indianos desenvolvessem uma grande marinha durante a Guerra fria, buscando controlá-lo em certa medida, ainda que à sombra das superpotências, e com alguma proteção soviética. Com o fim da bipolaridade (1990) e a Guerra do Golfo (1991), a Índia perdeu a proteção soviética, o Índico Ocidental passou a ser muito frequentado pelos poderes navais ocidentais e, após a crise de Taiwan, em 1996, a China, velha inimiga terrestre, passou a desenvolver seu poder naval, o que também criava temores no lado Oriental.

A Índia, que detonara um artefato nuclear experimental em 1974, tornou-se efetivamente uma potência nuclear em 1998 e realizava movimentos de aproximação aos EUA não correspondidos, até que, a partir de 2005, conseguiu firmar pactos com o Governo Bush, que permitiram reduzir a ameaça estratégica ocidental.

Assim, seus interesses políticos consistem em evitar a ameaça das marinhas ocidentais no Índico; em manter a condição de potência regional nesse oceano; e em equilibrar a dissuasão nuclear com a China, a qual tem grande vantagem na perna marítima da tríade, por dispor de dois submarinos lançadores de mísseis balísticos, e prever dispor de cinco até 2014, enquanto a Índia ainda não dispõe de nenhum. Além disso, a base chinesa para tais meios no sul do país (ilha de Hainam) constitui, a juízo indiano, um fator de desequilíbrio regional.

Seus problemas estratégicos consistem no aumento da presença da China no Índico, que, como também é grande importadora de petróleo do Oriente Médio, aí desenvolve a estratégia do “Colar de Pérolas”, construindo uma série de pontos de apoio para seus petroleiros e forças navais; no apoio paquistanês ao terrorismo que incursiona periodicamente na Índia; na ameaça nuclear e convencional do Paquistão; e no fato de ser muito dependente do petróleo importado, condição que vai se agravar no futuro.

Suas políticas de defesa consistem em manter a postura pró-Occidente no Índico; em pressionar o Paquistão para reprimir o terrorismo; e em manter diálogo com a China. No que toca ao Poder Nuclear, são também declarados o emprego exclusivo em retaliação (“*no first use*”) e a dissuasão mínima.

Seus inimigos potenciais são a China e o Paquistão. Suas áreas de atuação implicam a preparação do poder naval para teatros predominantemente amplos, compreendendo todo o Índico até proximidades da base indiana na Antártica e seus pontos focais de acesso, o Mar Vermelho, o Golfo Pérsico, o Mar do Sul da China e o pacífico Occidental; mas considerável esforço deve ser despendido na preparação para operar nos Estreitos da Indonésia, o que constitui um teatro restrito importante, a fim de negar o acesso ao Índico de unidades chinesas em caso de conflito.

Suas estratégias de defesa consistem em dar a máxima prioridade à segurança da energia, muito mais traduzida pela proteção ao tráfego marítimo de petróleo que pela proteção às plataformas, dado que a produção nacional hoje é de apenas 23% do consumo, devendo baixar a 5% em quinze anos; e em buscar o equilíbrio estratégico com a China no Índico, seja contra-arrestando sua estratégia do “Colar de Pérolas” por meio da disputa de influências junto aos Estados da região, seja desenvolvendo a perna marítima da tríade nuclear.

As estratégias navais que norteiam a preparação do poder naval indiano têm duas vertentes. Uma é a busca do equilíbrio estratégico nuclear no Índico, e consiste no desenvolvimento de um submarino lançador de mísseis balísticos. A outra se situa no campo da Guerra Naval tradicional e consiste em maximizar a capacidade de controlar áreas marítimas nesse oceano, para dar segurança às linhas de comunicações marítimas, principalmente as que trazem energia, mas também as do comércio de outras mercadorias; preparando-se, para obter e manter tal controle, para projetar poder na região e para negar o acesso ao Índico de unidades hostis.

No tocante a submarinos, a atual força indiana é convencional, com exceção do *Arihant*, primeiro submarino nuclear indiano ainda em testes, e do *Chakra*, primeiro SNA da

classe *Akula-II*⁶³, arrendado à Rússia por dez anos. Seus 16 SC consistem de duas unidades antigas, da classe Foxtrot (em vias de desativação), dez da classe *Kilo*, ambas de procedência russa, e quatro S-209, semelhantes aos da classe Tupi, de projeto alemão, mas construídos na Índia. Os da classe *Kilo* estão sendo modernizados na Rússia, com a instalação de mísseis *Klub-S*, para emprego contra alvos em terra, com cerca de 270 km de alcance.

Ao contrário do *Chakra*, o *Arihant* é um submarino lançador de mísseis balísticos, que lançará o míssil indiano *Sagarika* de 700 km de alcance, e mesmo o *Chakra*, apesar de ser um SNA com capacidade de lançar mísseis de cruzeiro, terá emprego estratégico, pelos dados da marinha indiana.

A doutrina indiana atual não menciona os submarinos nucleares de ataque (SNA) nem cogita de qualquer emprego para tal tipo de submarino, mas a ideia de desenvolver uma dessas unidades foi a que norteou o início do projeto de desenvolvimento do submarino nuclear nos anos 1970, e assim continuava nos anos 1980, quando um SNA russo foi arrendado. A motivação para desenvolver um SLMB apareceu por ocasião dos testes nucleares realizados em 1998, quando a Índia se declarou potência nuclear. Tais testes foram seguidos de testes semelhantes do Paquistão, que também se declarou potência nuclear, e ganhou mais força com a notícia, em 2008, da existência da base chinesa de submarinos nucleares na ilha de Hainam.

Apesar disso, pelo sítio da GlobalSecurity.Org a Índia disporá, em 2020, de três SLMB e cinco SNA, todos de construção doméstica, e mais 26 SC. (INDIAN, 2011)

Quanto aos submarinos convencionais (SC), a doutrina de 2004 e a estratégia de 2007 prevêem que uma campanha submarina deve integrar ações desses meios com esforços de vigilância e interdição naval por aeronaves. (INDIAN, 2004, p.76§2; ÍNDIA, 2007, p.19§2) Assim, é lícito supor que, em face da localização das bases aéreas e de veículos aéreos não-tripulados (VANT), um dos principais empregos dos SC indianos será compor, com os vetores aéreos, esquemas estratégicos de negação do uso do mar na região dos estreitos da Indonésia, contra unidades navais da China, e na costa do Paquistão, bem como patrulhas na sensível área das plataformas petrolíferas da costa oeste, próximo a Mumbai.

⁶³ Pelo Jane's, o SNA a ser arrendado à Índia é o Nerpa (K152). Ele terá, na Índia, o mesmo nome do SNA Charlie-I arrendado entre 1988 e 1991, "*Chakra*". (Ver INDIA, 2010a); SAUNDERS, 2007, p. 632)

4.2.10 Rússia

Além de uma terrível crise econômica, o fim da União Soviética acarretou a fragmentação do país, da qual resultaram situações estratégicas bastante diferentes e piores que as anteriores, como a perda do controle de boa parte do Báltico em consequência do desmembramento dos Estados Bálticos e da perda do controle político sobre a Polônia e a antiga Alemanha Oriental. Tais fatos acarretaram considerável enfraquecimento do Poder Militar, mas a partir de 2000, os líderes russos viram sinais de recuperação econômica e começaram, na medida do possível, a reconstruir o sistema de Defesa.

Assim, os interesses políticos da Rússia consistem no impedimento de agressões ou pressões militares ao país e seus aliados; em assegurar a unidade e a coesão nacionais; na manutenção do sistema de Relações Internacionais baseado no Direito Internacional; na manutenção do atual regime do sistema internacional que considera as armas nucleares empregáveis apenas para dissuasão, com um limiar tão alto para a motivação de seu uso pelos Estados que as torna não-utilizáveis nos conflitos atuais; e em resgatar a reputação da Rússia como potência naval.

Os problemas estratégicos consistem na ameaça do terrorismo internacional; na proliferação das armas nucleares, de outras armas de destruição em massa e de seus sistemas de lançamento, por atores estatais e não estatais; nas organizações nacionalistas e separatistas; na inferioridade ante o Ocidente em capacidade militar convencional; no monitoramento da possível motivação do Ocidente para reduzir o limiar nuclear; na cobiça internacional por recursos naturais existentes na Zona Econômica Exclusiva (ZEE) e na plataforma continental, basicamente petróleo e gás; e na insuficiência do Poder naval.

As políticas de Defesa incluem a manutenção de uma robusta capacidade de dissuasão nuclear, sendo imperativa a capacidade de suplantar o sistema de defesa contra mísseis balísticos dos EUA (o BMD), a fim de compensar a inferioridade convencional; o emprego da dissuasão nuclear mesmo contra ameaças não-nucleares; em reequipar e modernizar as forças armadas; e em manter diálogo com a OTAN.

Os inimigos potenciais consistem nos EUA e na OTAN. As áreas de interesse da Rússia consistem na Europa Centro-oriental, Estados Bálticos, Grécia e toda a Ásia, prevendo-se portanto, para atuação do Poder naval russo, o Báltico, o Mediterrâneo, o Mar Negro, o Índico, o Pacífico, e o Ártico, compreendendo, assim, teatros restritos e amplos.

As estratégias de defesa buscam sustar ameaças por meio da Inteligência para revelar ameaças iniciais, da dissuasão nuclear geral e na Dissuasão convencional geral e imediata, nesta incluindo um sistema de mobilização nacional e um dispositivo de defesa do território.

As estratégias navais que servem de base à preparação do poder naval russo contém duas vertentes. Uma é a manutenção de uma dissuasão nuclear eficaz, e inclui a construção dos novos SLMB pelo projeto “*Borey*”, cuja primeira unidade (“*Yuri Dogolruki*”) já foi lançada, e do novo míssil estratégico “*Bulava*”, que está entrando em serviço e será por ele lançado, capaz de suplantar o sistema de defesa anti mísseis dos EUA.

A outra vertente é típica da postura do atacado na Guerra de Litoral e consiste em reconstruir o Poder Naval de modo a defender o território e águas jurisdicionais a partir do mar, com prioridade às faixas mais próximas à costa. Assim, o “núcleo duro” está sendo recomposto, com a construção de uma nova classe de submarinos convencionais (classe “*Lada*”), e de uma nova classe de SNA (projeto “*Yassen*”); os meios de superfície estão sendo renovados com prioridade a corvetas de emprego costeiro, mas bem armadas e equipadas; e planeja-se, a seguir, a construção de novos meios para operação mais distante e, posteriormente, dos oceânicos, prolongando-se a vida a dos meios existentes por meio de reparos, enquanto não houver recursos para a construção dos novos.

Também pode ser creditado à estratégia naval o reinício, em 2007, dos voos de esclarecimento sobre as áreas marítimas, relacionados com a maior atenção que passou a ser dada às reservas de petróleo e gás da plataforma continental e à delimitação das áreas marítimas jurisdicionais.

No que toca aos submarinos, a marinha russa conta com 15 SLMB, 25 SNA e 21 SC e as previsões para o futuro (2020-2025) são desencontradas, mas depreende-se que os SLMB passarão a ser 12 (da nova classe “*Borei*” e da classe Delta IV) (GOREMBURG, 2010, §5), que os SNA serão 21 (PROJECT 885, 2011), e os SC, 23 (GOREMBURG, 2010, § “*Diesel Submarines*”). Os SLMB são empregados na dissuasão nuclear permanecendo, segundo analistas norte-americanos, nos “bastiões” – santuários em águas litorâneas fortemente protegidos com medidas antissubmarino, contra SNA incursores que os pretendam destruir. Os SNA e SC podem ser empregados na proteção desses bastiões, mas podem ter emprego nos dispositivos de defesa do território, como acima exposto, ou em ações ocasionais, inclusive ofensivas.

Segundo uma autoridade da marinha russa, seus submarinos podem operar independentemente ou integrados a forças navais, realizar ataques concentrados, inclusive com armas nucleares sobre alvos navais, como forças-tarefa nucleadas em navios-aeródromos, outros grupamentos navais ou comboios, combater com êxito qualquer outro submarino, lançar e re-

colher destacamentos de operações especiais e muitas outras tarefas. Destaque é dado à sua maciça capacidade de minagem, que tem valiosas aplicações táticas, operacionais e estratégicas.

A distribuição dos submarinos prioriza a esquadra do norte e, em segundo lugar, a do Pacífico, o que é coerente com a localização dos “bastiões” da Guerra Fria, os mares de Barents e Okhotsk. Apenas os submarinos convencionais são também alocados às esquadras do Báltico (3 unidades) e do Mar Negro (2 unidades), mares fechados, o que é coerente com seu emprego na negação do uso do único acesso, para facilitar seu controle.

4.2.11 Espanha

Desde 1953, a Espanha possui acordos bilaterais com os EUA, de ajuda militar em troca de bases no território, reduzidas atualmente à base naval de Rota e à base aérea de Morón, ambas próximas a Cádiz, na entrada atlântica do estreito de Gibraltar. O país sofreu considerável isolamento no tempo do Ditador Francisco Franco por ter apoiado o Nazismo durante a Segunda Guerra Mundial, mas após a morte desse governante, em 1975, passou por um período de transição para a Democracia, implantando a Monarquia parlamentarista e buscando integração à comunidade ocidental com a filiação à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) em 1982 e à União Européia (UE) em 1986. A partir daí, tem envidado esforços de participação para aumentar seu nível político nessas duas entidades.

Seus interesses e problemas políticos consistem em lutar para que a U.E. seja um ator capaz de decisão e ação militar autônoma; em reconhecer que, embora a OTAN ainda seja a espinha dorsal da defesa europeia, o objetivo de ter a Europa defendida por europeus não ameaça as relações atlânticas, apoiando uma reforma dessa organização que lhe dê maior capacidade militar e abertura frente aos novos desafios globais, como o terrorismo; a recuperação da soberania sobre Gibraltar; e a dificuldade de obter ajuda da OTAN, de que é membro, ou dos EUA, com quem tem acordos bilaterais, num possível conflito com o Marrocos pelos enclaves espanhóis de Ceuta e Melila, porque estes ficam fora da área coberta pelo Tratado do Atlântico Norte, e porque o Marrocos também é aliado dos EUA.

Seus problemas estratégicos consistem na ameaça terrorista global; na proliferação das armas de destruição em massa; na possibilidade de ações contra a integridade territorial nas ilhas (Canárias e Baleares) e nos territórios de Ceuta e Melila; na ameaça, em caso de conflito, às linhas de comunicações de energia e de outros recursos básicos que passam por Gibralt-

tar; na limitação da soberania por ações navais britânicas a partir de Gibraltar, a pequena colônia do Reino Unido que controla o estreito; e na dependência total de petróleo importado.

As políticas de defesa consistem no estrito respeito à Lei Internacional durante as ações externas e no reconhecimento da ONU como responsável para assegurar a Paz e a segurança internacionais; na realização de ações externas exclusivamente para atender aos compromissos da OTAN, UE e OSCE⁶⁴, por decisão da ONU e com o consentimento do Parlamento; numa postura defensiva baseada em dissuasão, prevenção e, em último caso, resposta militar; e no reconhecimento de que existe uma consciência coletiva favorecendo intervenções pela comunidade internacional sob os auspícios da ONU, OTAN, ou coalizões de seus membros, principalmente contra o terrorismo.

O inimigo potencial é o Marrocos, onde se situam os enclaves de Ceuta e Melila. As áreas de atuação espanhola abrangem o “espaço euroatlântico”, o Mediterrâneo, em especial o Magreb, a Ibero-América, o Oriente Médio, a África subsaariana (em especial a Guiné Equatorial, ex-colônia), mas a Europa é a área prioritária; implicando teatros amplos e restritos para a atuação do Poder Naval.

As estratégias de defesa consistem na preparação para as “tarefas defensivas” – o impedimento de agressões ao Estado ou respostas a elas, por meio de dissuasão imediata proativa e coerção, com eventual projeção de poder em locais distantes, implicando ênfase à Inteligência; para as “tarefas de cooperação internacional” – atendimento de obrigações da Aliança – disponibilidade para auxiliar um dos membros da Aliança que seja agredido e, após os atentados de 2001, a capacidade de atuar onde e quando mais apropriado em termos multinacionais, incluindo intervenções por imperativos morais e para imposição da paz.

As estratégias navais que norteiam o preparo do Poder Naval se dividem entre as tradicionais e as da Guerra de Litoral, na postura de atacante. As primeiras consistem em manter a capacidade de controlar as áreas marítimas sob jurisdição espanhola e as de interesse do país (tarefas defensivas), principalmente no “núcleo da defesa naval”, o eixo Canárias – Gibraltar – Baleares – Ceuta e Melila, para a proteção das linhas de comunicações marítimas e o exercício da soberania.

A postura do atacante se traduz em preparar-se para operações em cenários litorâneos distantes, enfatizando a projeção de poder sobre terra (tarefas de Cooperação Internacional) e implica dispor de um grupamento aeronaval com escoltas e capacidade anfíbia de uma briga-

⁶⁴ A OSCE – Organização para Segurança e Cooperação na Europa, nasceu da CSCE, conferência realizada em 1975 em Helsinque, atualmente possui 56 Estados membros, entre os quais EUA, Canadá e Rússia, e promove um conceito abrangente de segurança, desempenhando o papel de fórum internacional para consultas, cooperação e negociação. (Ver ORGANIZATION, 2012)

da. A Espanha está procurando reforçar estas capacidades com a tentativa de obtenção, junto aos EUA, de mísseis *Tomahawk*, a serem lançados dos novos submarinos ora em construção e das novas fragatas F-100.

No tocante a submarinos, a marinha espanhola só opera convencionais e possuía normalmente oito unidades, mas dispõe atualmente apenas de quatro, da classe *Galerna*, e está em curso um programa de construção de 4 novas unidades da classe S-80, classificação espanhola do *Scorpène* francês, previstos para entrar em serviço entre 2013-2016, com a previsão de um segundo lote de mais quatro.⁶⁵ (ESPANHA, 2000, p.198§2; SAUNDERS, 2007, p.711 e 712)

Os novos submarinos tem tarefas previstas no campo da postura do atacante, mais afetadas à “tarefas de cooperação internacional”, em que integrará forças multinacionais de intervenção:

- Projeção de poder naval sobre terra;
- Guerra Naval especial – com um contingente de tropa de operações especiais;
- Proteção de uma força desembarcada
- Proteção de uma força naval; e
- Dissuasão.

As tarefas de proteção a uma força desembarcada ou de uma força naval consistem na negação do uso do mar a vetores inimigos na área marítima contígua à da operação anfíbia ou em passagens que lhe dão acesso.

É também prevista a propulsão AIP, que aumenta a autonomia submersa, visando ao emprego dos SC muito próximos à terra, na observação e informação de atividades litorâneas e na inserção/recolhimento de forças especiais. Para a tarefa de projeção de poder sobre terra, está prevista a capacidade de lançamento de mísseis *Tomahawk* (ESPANHA,2003, p. 207§5 e 6; CANTALPIEDRA, 2009, “Spain, Burden-Sharing and Nuclear Deterrence: a Difficult Balance between Capacity and Vital Interests” §3), para o que está sendo solicitada aos EUA, a autorização para aquisição dessas munições. O atendimento dessa solicitação colocará a Espanha no mesmo nível do Reino Unido, único Estado estrangeiro até agora autorizado a dispor de tais mísseis.

É claro que os novos submarinos também poderão contribuir para as “tarefas defensivas”, integrados a dispositivos de controle de área marítima no “núcleo da defesa”.

⁶⁵ A classe *Galerna* é a *Agosta*, francesa, de cerca de 1700 toneladas, semelhante à classe Tupi.

4.2.12 Austrália

A Austrália é membro do Tratado de Segurança Austrália – Nova Zelândia – EUA (ANZUS), de 1951, que pressupõe a dissuasão nuclear estendida e prevê acesso a material, Inteligência e várias formas de cooperação dos EUA, mas estes só auxiliarão com forças, se a Austrália sofrer agressão por inimigo cujo enfrentamento estiver acima de suas possibilidades.

O país se situa no nexo entre os oceanos Pacífico e Índico e, assim, é atingido pelas oportunidades e desafios de ambas as regiões, que compõem a “Região Ásia-Pacífico”, onde o contexto estratégico é dominado pelos interesses cruzados das grandes potências: Rússia, Japão e China ao Norte, Índia a Oeste e os EUA, onipresentes. Esse cruzamento de interesses faz com que a superioridade dos EUA seja sempre testada, à medida que as outras potências crescem, num processo em que, em algum momento, as relações de poder vão mudar. Quando isso acontecer, haverá possibilidade de erros de cálculo no gerenciamento de crises, com risco de conflito armado, inclusive de alta intensidade.

As autoridades australianas consideram que a ascensão da China ao nível de potência mundial nos planos econômico, político e militar foi o acontecimento mais importante da década de 2000, e que ela é dependente da Austrália para minérios, principalmente de ferro.

O Sudeste Asiático deve ser seguro e estável, não devendo servir de ameaça nem de condutor (“*conduit*”) para a projeção de poder de outros Estados sobre a Austrália. Os Estados dessa região se beneficiam da proximidade da Índia e da China, mas têm que suportar sua pressão competitiva. A Indonésia é o maior país do Sudeste Asiático e atualmente vive um processo de consolidação democrática, o que é benéfico para a segurança australiana, (AUSTRALIAN, 2009, p.34 itens 4.28 a 4.31) mas Timor Leste e os países do Pacífico Sul – Ilhas Salomão, Fiji e Papua Nova Guiné – são vulneráveis principalmente à influência chinesa, em face de sua estagnação econômica, em que o principal aspecto é o desemprego.

Assim, os interesses estratégicos australianos consistem na preservação da ordem internacional; na continuação da hegemonia norte-americana; na preservação da segurança e estabilidade da região Ásia-Pacífico; na preservação da segurança, coesão e estabilidade dos vizinhos para impedir que se tornem “condutores” de ameaça; na consolidação democrática da Indonésia; e na preservação da aliança com os EUA.

Os problemas estratégicos consistem no risco de guerras com potências ascendentes por recursos naturais e diferenças políticas; no crescimento da China; e na vulnerabilidade dos países insulares do Pacífico Sul à influência chinesa devido à estagnação econômica.

As políticas de defesa australianas consistem em manter forças capazes de dissuadir ou vencer ataques diretos sem depender de forças estrangeiras de combate ou apoio, apesar da aliança com os EUA, com alguma capacidade adicional para participar de contingências externas que atendam aos interesses nacionais; em só integrar coalizões, mesmo com os EUA, se ela for do interesse estratégico australiano e sem desfalcar a segurança do país; na parceria de defesa com a Indonésia; na cooperação com outros países do Sudeste da Ásia e nas relações bilaterais com o Japão e a Índia.

O inimigo potencial para o qual a Austrália se prepara é a China. A área de atuação australiana compreende os países insulares vizinhos, o Sudeste da Ásia e a Ásia-Pacífico. O Governo decidiu que não é sua tarefa ter forças preparadas para desdobramento no Oriente Médio, Sul da Ásia ou Ásia Central, embora possa fazê-lo se considerar do interesse nacional, como atualmente no Afeganistão. As forças navais são preparadas para atuação apenas no teatro restrito que compreende a região insular do Sudeste Asiático.

Para a Austrália, o principal papel das forças armadas é o enfrentamento de outras forças armadas em conflitos convencionais (que podem ser de alta intensidade), ainda que devam estar preparadas para conflitos intraestatais e contra atores globais não-estatais. Assim, as estratégias de defesa consistem em estabelecer o controle de áreas marítimas e a superioridade aérea como necessário, para manobrar e empregar elementos de forças conjuntas nas proximidades do país, particularmente nos acessos marítimos e litorâneos ao continente. Tais forças visariam realizar missões defensivas, mas de maneira pró-ativa, contra bases militares, áreas de concentração e forças em trânsito, o mais distante possível da Austrália.

As estratégias navais resumem praticamente toda a estratégia de defesa pelo fato de a Austrália ser uma ilha e se incluem na posição do atacado na Guerra de Litoral, com aspectos inseparáveis da Guerra Naval tradicional. Assim, elas consistem em realizar o controle de áreas marítimas nas cercanias do país, especialmente na parte Norte-Noroeste, a fim de negar ao inimigo a passagem do continente em direção à Austrália.

Cabe notar que, apesar de circundada pelo Pacífico, a Austrália só se preocupa com o teatro restrito da região insular ao norte-noroeste, e é voltada predominantemente para a defesa do território e das áreas litorâneas a noroeste onde se localizam suas reservas de hidrocarbonetos. A proteção das linhas e comunicações marítimas não constitui objeto relevante de defesa.

No tocante aos submarinos, a Austrália possui seis modernos convencionais da classe *Collins*, de projeto sueco e construção australiana, que entraram em serviço entre 1996 e 2003, de grande porte (3200 toneladas – bem maior que os da classe *Scorpène* e mais que o

dobro dos da classe Tupi), muito bem equipados e armados, capazes de lançar torpedos, minas e mísseis antinavio, e de grande raio de ação (SSK, 2011). Apesar disso, tem a intenção de dobrar esse número, com unidades maiores e mais capazes, por avaliar que nas circunstâncias estratégicas futuras será necessário, em crises ou conflitos, manter no mar um número maior dessas unidades a fim de ter capacidade de defender os acessos à Austrália à maior distância, além de proteger e apoiar meios e forças, (AUSTRALIAN, 2009, p.64 item 8.40) em estratégias de controle de áreas marítimas.

Os novos submarinos deverão ter máxima mobilidade, grande raio de ação e grande autonomia em patrulha, a fim de cumprirem movimentações ordenadas com pouca antecedência, realizarem longos trânsitos, e patrulhas também muito prolongadas, nos extremos dos acessos ao país ou em contingências nas cercanias, o que exigirá também baixo nível de ruído, mesmo em altas velocidades.

Além das capacidades normais dos submarinos (ataque a navios, guerra antissubmarino, lançamento de minas, coleta de dados, etc), deverão ter capacidade de detecção de minas, de apoio a operações especiais (com infiltração e recolhimento de pessoal), de ataque estratégico, com a dotação de um míssil de cruzeiro de longo alcance, e de operação de veículos submarinos, o que contempla uma boa faixa de ações de projeção de poder sobre terra, além de capacidades especiais de transmissão de dados, para o que serão dotados de sistemas de comunicações muito seguros, em tempo real.

Apesar desses exigentes requisitos, as autoridades australianas aceitam seu cumprimento dentro das possibilidades dos submarinos convencionais, pois descartaram a propulsão nuclear. (AUSTRALIAN, 2009, p. 69, incisos 9.3, 9.4 e 9.5)

4.2.13 México

No México, a Marinha é objeto de uma secretaria de governo própria, não pertencendo à Secretaria de Defesa Nacional, responsável apenas pelo Exército e pela Força Aérea, e o país possui forças armadas desproporcionalmente pequenas para sua importância política e econômica.

Seus interesses políticos consistem em reduzir o narcotráfico no país e manter-se fora de qualquer envolvimento militar.

No tocante a problemas estratégicos, o México não vê, atualmente, riscos à segurança resultantes de “ameaças externas do tipo tradicional”. Reconhece, no entanto, riscos produzi-

dos por fatores internos e externos derivados de atividades ilícitas, tais como tráfico de drogas, crime organizado, terrorismo internacional e desgaste ambiental.

Quanto às políticas de defesa, o país se diz tradicionalmente pacifista e considera que “todo conflito internacional pode e deve ser solucionado por meios pacíficos, e que não existe controvérsia que mereça uma guerra como única forma de solução”. Assim, ela só ocorrerá para a defesa do próprio território, em caso de defesa contra uma agressão. (ESTADOS UNIDOS MEXICANOS, 2011, p. 40§3 e 5)

O México não possui inimigos potenciais, e seus documentos não indicam uma área em que pretende exercer influência, mas suas duas forças navais – a do Pacífico e a do Golfo do México e Caribe – declaram ter por finalidade realizar operações navais nessas regiões.

A Estratégia de Defesa prioriza o combate ao narcotráfico, procurando envolver não apenas as forças armadas, mas todas as organizações governamentais, (ESTADOS UNIDOS MEXICANOS, 2011, p. 67§3 a 5) mas também há atenção ao terrorismo internacional – por parte da Marinha, que para isso desenvolveu estratégias específicas.

As Forças Armadas estão muito envolvidas com o combate ao tráfico de drogas, principalmente após a “Iniciativa de Merida” (ou “Plano México”, à semelhança do “Plano Colômbia”), anunciado em outubro de 2007 como uma parceria com os EUA para combater o tráfico, a lavagem de dinheiro e o crime organizado. Essa iniciativa tem sido criticada por colocar as forças armadas no esquema policial-militar promovido pelos EUA e por ser ineficiente, produzindo um aumento da violência, do tráfico de armas e do lucro dos traficantes. (TORRES, 2010, “*The Merida Initiative Debate*”)

As estratégias navais estão contidas no domínio da Guerra Naval tradicional e têm como aspecto principal o controle de áreas marítimas para a proteção de instalações petrolíferas e da parte das linhas de comunicação marítima próxima ao litoral mexicano; mas em virtude dos atentados de 11/09/2001 e da possibilidade de eventos semelhantes no México, foram desenvolvidas estratégias de proteção pelas forças navais às instalações marítimas e costeiras de produção e processamento de petróleo

O México não dispõe de submarinos.

4.2.14 Coreia do Sul

A nação coreana vive dividida desde 1948, quando foram proclamados dois Estados, a Coreia do Norte, comunista, e a Coreia do Sul, não-comunista. Em 1950, a Coreia do Norte tentou a reunificação pela força, invadindo a Coreia do Sul e dando origem à Guerra da Co-

reia. Nessa guerra, forças da ONU intervieram sob o comando dos EUA, ao lado da Coreia do Sul e forças da China intervieram ao lado da Coreia do Norte. O conflito terminou com um armistício em 1953, mantendo-se o *status quo ante bellum*, situação que vigora até os dias atuais.

Também até hoje, as forças norte-americanas lá se mantêm e, até 1994, além do mandato da ONU para fiscalizar o cumprimento do armistício, seu comandante detinha o controle operacional das forças coreanas, como Comandante das Forças Combinadas Coreia do Sul-EUA, por força de uma aliança firmada em 1978. Em 1994, após um longo pleito dos coreanos, os EUA alteraram pouco a situação, continuando com o controle total em tempo de guerra, mas passando para militares da Coreia do Sul o controle operacional em tempo de paz, mantendo, porém, o exercício da “Autoridade Combinada Delegada” (“*Combined Delegated Authority*” – CODA) sobre as unidades que ficariam sob seu comando em tempo de guerra, que incluíam as que realizavam as principais atividades militares.

O pleito continuou, inclusive no nível dos Chefes de Estado, e chegou-se a marcar para 17/04/2012 a transição, para os chefes militares sul-coreanas, do controle total de suas forças, que, assim, passariam a cooperar com as norte-americanas – que lá permanecerão – sob nova estrutura. Numa reunião do G-20 em junho de 2010, porém, os presidentes dos dois países acertaram seu adiamento para 2015.

As forças norte-americanas somam cerca de 28.500 pessoas, em acantonamentos próximos à capital do país, aspecto considerado inconveniente para o Governo coreano, que negocia sua relocação, o que também contribuiria para reduzir os incidentes com a população.

As duas Coreias desenvolvem projetos comuns e já fizeram movimentos para unificação pacífica, tendo sido acertado, inclusive, o regime de governo – uma federação ou confederação, mantendo-se os regimes comunista ao norte e capitalista ao sul. Apesar disso, ocorrem periodicamente fatos que interrompem sua aproximação política e evocam, na Coreia do Sul, a possibilidade de invasão do país, cabendo notar que a unificação prejudicaria interesses de vários atores importantes, como os EUA, o Japão e a China.

Assim, os interesses políticos da Coreia do Sul consistem em ter o país defendido contra invasões; na obtenção do direito de empregar suas forças armadas independentemente; na retirada das forças norte-americanas da área da capital do país; e na unificação pacífica com a Coreia do Norte.

Seus problemas estratégicos consistem na possibilidade de invasão pelos nortistas e na quase total dependência do petróleo importado.

As políticas de defesa consistem em trabalhar pela unificação pacífica e, para isso, dissuadir guerras e reduzir tensões, mantendo a paz na península; participar de esforços internacionais pela estabilidade regional e pela paz mundial; e construir, com os EUA, uma nova estrutura da aliança EUA-Coreia do Sul para após a transição do controle das forças armadas.

O inimigo potencial da Coreia do Sul é a Coreia do Norte, face à possibilidade, ainda considerada ativa, de tentar a unificação pela força, o que leva a Coreia do Sul a incluir a construção da capacidade dissuasória nos esforços para unificação.

Na opinião deste autor, apesar de a reunificação com a Coreia do Norte constar da Política de Defesa de 2003, a Coreia do Sul pretende, antes, conseguir o direito pleiteado junto aos EUA de manobrar suas próprias forças, o que também faz parte da política de defesa, mas acabou de ser adiado de 2012 para 2015 pelos EUA, embora as condições norte-americanas para isso incluam a permanência de suas forças em território sul-coreano, provavelmente inviabilizando a reunificação⁶⁶.

A obtenção de tal direito constituiria um salto político possível para o momento, equivaleria a uma evolução suave da situação atual e é condizente com a construção de uma forte marinha, o que ocorre atualmente, tanto para proteger o comércio, como para auxiliar os EUA, como o evidenciou sua adesão ao “*Proliferation Security Initiative*” (PSI) – uma iniciativa norte-americana.

A área de atuação da Coreia do Sul compreende a Ásia oriental, e suas forças navais tinham que atuar no Mar amarelo e no Mar do Japão para contra-arrestar as ações norte-coreanas, mas face ao desenvolvimento do país, que expandiu o comércio e valorizou suas linhas de comunicações marítimas, elas agora precisam se fazer sentidas nos mares da China, Oriental e Sul, no Pacífico e no Sudeste da Ásia (região do estreito de Malaca), abrangendo teatros amplos e restritos.

As estratégias de defesa consistem em manter a postura de prontidão em todas as forças do sistema Coreia do Sul-EUA; em implementar a reforma das forças armadas, com ênfase na tecnologia, capacitando seus comandos a assumirem seu controle operacional com maior responsabilidade, numa nova estrutura de coordenação com as forças dos EUA estacionadas no país; e em construir forças armadas compatíveis, tanto com a atual situação de hostilidade com a Coreia do Norte como com a situação pós-unificação.

As estratégias navais são as da Guerra naval tradicional, destacando-se o controle de áreas marítimas, tanto nas proximidades dos litorais, para prevenir possíveis ações norte-

⁶⁶ O portal do governo norte-coreano dá a entender que considera a saída das tropas norte-americanas condição para a reunificação. (Ver DEMOCRATIC, 2011)

coreanas, como para dar segurança às linhas de comunicações e a outras atividades marítimas, principalmente a prospecção e extração de minerais do fundo do mar, ora em curso em várias partes do Pacífico.

Quanto a submarinos, o país só possui convencionais: nove S209/1200, semelhantes aos da classe Tupi, mas um pouco menores, de projeto alemão, e construídos na Coreia do segundo em diante; e quatro S214, de um programa de 10, projetados pelo mesmo fabricante alemão, mas construídos ou em construção na Coreia do Sul. Todos são capazes de lançar minas, torpedos e mísseis antinavio, e é intenção coreana formar uma força de 18 submarinos, construindo, a seguir submarinos convencionais de grande porte (3.500 toneladas).

Para tão potente força, aventa-se a intenção de formar, com a força de superfície (também poderosa) e aérea, um sistema de controle de áreas marítimas de alto nível em torno da península, mas tal poder naval teria muitas outras possibilidades, num momento em que o país se desenvolve e seu comércio marítimo se expande. A propósito, em 2004 noticiou-se a intenção de a Coreia do Sul desenvolver um submarino de propulsão nuclear, o que foi negado oficialmente. (KSS-III SSX, 2009; SAUNDERS, 2007, p.440, “*Submarines*” (2))

4.2.15 Conclusão Preliminar das Análises dos Estados

A tabela 4.1 ressalta a discrepância de gastos militares dos EUA e do México em relação aos dos outros países. Eles são, todavia, coerentes com suas pretensões e aspectos estratégicos apresentados nas análises e nos resumos dos itens 4.2.1 e 4.2.13. Os EUA constituem a única superpotência e a razão da atual unipolaridade militar que rege o sistema internacional, enquanto o México tem suas forças armadas voltadas para a segurança interna e sua marinha quase inteiramente constabular, por se situar na área de segurança da Superpotência.

Assim, os EUA e o México possuem poderes navais respectivamente muito acima e muito abaixo do nível dos demais Estados aqui considerados, e este autor opta por excluí-los das comparações a seguir.

4.3 A Hipótese

Segundo Alsina, o processo de Globalização, em sua dimensão de Segurança e Defesa, impôs aos países em desenvolvimento um cenário bem mais exigente que o da Guerra Fria, traduzindo-se em clara posição de inferioridade militar ante os desenvolvidos, devido à incapacidade de acompanhar o estado da arte da tecnologia e à impossibilidade prática de não ade-

rir aos regimes internacionais de segurança (MTCR, TNP) em face das sanções por parte das potências dominantes ou pressões realizadas por ocasião dos sempre necessários auxílios econômicos.

Assim, cria-se um amplo e progressivo abismo entre os Estados do “primeiro mundo” e os do “terceiro”, determinado pelos altos custos de pesquisa e desenvolvimento dos sistemas de armas atuais, bem como os de sua manutenção e operação, inalcançáveis pelos últimos. Estes, mesmo recorrendo a compras de material, por vezes de alta tecnologia, obtêm fortalecimento efêmero, pois ele logo é perdido em face das deficiências do país, não só para acompanhar a evolução do material comprado, mas até mesmo para manter sua operacionalidade, em face do custo e da complexidade das estruturas de manutenção requeridas. (ALSINA, 2006, p.41)

Apesar de também enfrentar tais condições, o Brasil experimentou nos últimos anos um salto da capacidade econômica e política e da responsabilidade de adequadamente defender a estrutura nacional, agora acrescida dos valiosos ativos litorâneos recém-descobertos e suas instalações de produção.

Em consequência, a Estratégia Nacional de Defesa e documentos decorrentes – no caso das forças navais, o Plano de Articulação e Equipamento da Marinha do Brasil (PAEMB) – estabeleceram uma fórmula que, idealmente, permitiria ao País incrementar sua capacidade militar, transpondo o abismo que o separa do primeiro mundo nesse setor, com várias medidas, inclusive a obtenção da capacidade de construir e operar submarinos nucleares de ataque e convencionais modernos – que, por ser considerada a mais importante, teve sua implementação decidida ainda no governo passado e continua em curso, apesar dos cortes orçamentários do novo governo.

Motivado pelo propósito de avaliar o salto pretendido no Poder Naval, este autor procurou fazer um estudo comparativo tendo como foco a adoção de submarinos, com a situação de países de características semelhantes a fim de verificar a seguinte hipótese:

A Estratégia Naval Brasileira atual está acorde com o novo perfil econômico-estratégico do País.

A hipótese será comprovada se:

- encontrarmos países que, em condições semelhantes às novas condições do Brasil, optaram por linhas estratégicas navais semelhantes.

4.4 Estabelecimento de variáveis

As análises resumidas no item 4.2 tiveram o propósito de formar a base sobre a qual seria estudado o caso do Brasil, buscando detectar as condições a que os Estados estão submetidos e as opções de Estratégia Naval que adotam em função delas. Como resultado, foram identificadas as condições políticas e estratégicas expostas a seguir, que constituem as variáveis independentes do processo, enquanto as opções dos Estados concernentes ao Poder Naval, classificadas com fundamento na Guerra de Litoral e discutidas mais adiante, constituem as variáveis dependentes.

É claro que tal seleção de condições sofreu as limitações práticas deste estudo, que buscou as variáveis mais objetivas possíveis, e que outras poderiam ter sido incluídas.

4.4.1 Variáveis Independentes

- A – O Estado é uma potência nuclear;
- B – O Estado é intervencionista além-mar;
- C – O Estado é aliado dos EUA;
- D – O Estado possui inimigo potencial muito poderoso;
- E – O Estado é muito dependente de petróleo importado;
- F – O Estado possui áreas jurisdicionais marítimas de grande importância;
- G – O Estado possui uma grande fronteira marítima
- H – O provável teatro de operações das forças navais do Estado é restrito; e
- I – O provável teatro de operações das forças navais do Estado é amplo.

A variável (A) inclui os Estados que possuem armas nucleares em seu inventário, dispondo, portanto, da capacidade de dissuasão nuclear própria, além da convencional, o que, em termos navais, implica a dotação de um tipo de plataforma naval típica, o submarino lançador de mísseis balísticos (SLMB) que, ainda que não seja a única capaz de portar e lançar essas armas, é a predominante nas considerações sobre dissuasão, por constituir a máxima garantia da retaliação.

A variável (B) engloba os Estados que têm por política ou estratégia específica a realização de intervenções por mar em Estados mais fracos e participam de alianças militares que realizam tais práticas, especificamente os pertencentes à OTAN/UE.

Na variável (C), o país tem aliança formal e ativa com os EUA, pela qual a Superpotência está envolvida em sua segurança nacional, por dissuasão convencional ou nuclear es-

tendida; sendo que o país tem que levar em conta, em seu planejamento estratégico, a necessidade de dispor de meios para cumprimento das obrigações decorrentes da aliança.

Na variável (D) o Estado tem um inimigo potencial muito poderoso, o que condiciona pesadamente seu planejamento estratégico.

Na variável (E), o Estado é muito dependente de petróleo importado. Como existe um grande intervalo na escala de percentagem de importação desse insumo (tabela 4.1) entre o 9º colocado (Austrália, com 42,78%) e o 10º (Reino Unido, com 5,871%), optou-se por classificar como muito dependentes os que importam 35% ou mais desse produto, o que inclui os nove primeiros.

Está-se considerando aqui o petróleo importado não apenas por mar como um indicador da importância dada pelo Estado ao tráfego marítimo, por considerar que essa é a principal via de transporte do produto. Considera-se também que essa dependência é mais premente que a necessidade de praticar o comércio marítimo para a obtenção de divisas e implica mais forte motivação para dar segurança às linhas de comunicações marítimas, vale dizer, à implementação de estratégias da Guerra Naval tradicional.

Na variável (F), optou-se por considerar a terceira coluna da tabela 4.2, desenvolvida no apêndice 7.2, como a definidora da importância dessas áreas. Ela apresenta as reservas de petróleo e gás natural situadas nas águas adjacentes (“*offshore*”) aos Estados, medidas em termos do tempo que seriam capazes de suprir suas atuais demandas.

PAÍS	CONSUMO (10 ⁶ boe/d)	RESERVAS (10 ⁶ boe)	TEMPO (anos)
CHINA	9,689	10.044	2,838
JAPÃO	5,982	0	0
ALEMANHA	4,083	3.233,3	2,17
FRANÇA	2,642	0	0
REINO UNIDO	3,164	4.440	3,84
ITÁLIA	2,873	2.000	1,9
BRASIL	2,78	26.987,5	26,58
CANADÁ	3,769	11.388,3	8,27
RÚSSIA	10,257	659.700	176,09
ÍNDIA	3,857	4.398	3,12
ESPANHA	2,061	0	0
AUSTRÁLIA	1,401	20.560,5	40,18
COREIA do SUL	2,768	0	0

Tabela 4.2 – Avaliação das áreas jurisdicionais⁶⁷

Aqui, aproveitou-se o grande intervalo entre o terceiro e o quarto colocados, respectivamente o Brasil, com 26,58 anos e o Canadá, com 8,27 anos, para estabelecer 9 anos como nível de separação, o que classifica as áreas jurisdicionais dos três primeiros – Rússia, Austrá-

⁶⁷ Valores das reservas de petróleo e gás natural existentes nas áreas jurisdicionais, expressas em barris de óleo equivalente (“boe”), e dos consumos diários desses insumos na mesma unidade.

lia e Brasil – como de “grande importância”. Tal condição, em princípio, produz forte motivação para a proteção de tais áreas nos planejamentos estratégicos.

Na variável (G), optou-se por considerar o grande intervalo existente entre os valores das fronteiras marítimas da Índia (5.435,8 km) e da Espanha (2.805,70 km), para estabelecer 3.000 km como nível de separação entre os Estados que terão essa característica classificada como grande ou pequena. Uma grande fronteira marítima, dependendo de outros fatores, como a ameaça e o contexto geográfico, motiva a disponibilidade de meios de grande autonomia, de maior descentralização dos comandos navais, de grande número de unidades navais para controle simultâneo de áreas marítimas e para as atividades de Patrulha Naval. Este critério classifica como países de grande fronteira marítima o Japão, a França, o Reino Unido, o Brasil, o Canadá, a Rússia, a Índia e a Austrália.

As variáveis (H) e (I) dizem respeito aos teatros geográficos para os quais as forças se preparam. A operação em teatros amplos implica o afastamento do apoio de terra e traz a necessidade de meios com alta mobilidade, grande raio de ação e de grande capacidade de suportar avarias, e de forças com apoio logístico móvel diversificado e eficaz, grande capacidade de combate com extensa cobertura defensiva ou ofensiva própria, como a provida por aviação embarcada de asa fixa de vigilância e ataque e SNA em apoio direto.

O emprego defensivo de submarinos exige SC de maior porte ou SNA. Os SC de maior porte são mais convenientes que os de pequeno porte, por sua superioridade em autonomia, habitabilidade, raio de ação, sensores e capacidade de integração a sistemas de vigilância e C². Os SNA adicionam a todas essas características a sua muito maior mobilidade que os SC e a grande vantagem tática sobre meios de superfície.

Os teatros restritos implicam uma maior proximidade de terra, com possibilidades de apoio e integração, nas operações, com forças nela baseadas. Implicam também, por vezes, restrições de movimentos e algumas ações típicas, como as de Guerra de Minas (minagem e contramedidas de minagem), combate entre pequenas unidades navais de superfície ou entre tais unidades e meios terrestres.

O emprego defensivo de submarinos, em que a principal tarefa é a patrulha em áreas focais de dimensões limitadas, é normalmente melhor atendido com SC, não porque os SNA não possam ser empregados, mas porque as possibilidades destes, que são muito mais caros – principalmente em mobilidade e sensores – excedem as necessidades de operação nesses teatros, (KORMILITSIN;KHALIZEV, 2001, p.328§2) se bem que os convencionais tenham, em geral, uma vantagem sobre a maioria dos nucleares por vezes conveniente, se a área, além de

restrita, for de pequena profundidade - a melhor manobrabilidade em águas muito rasas, por serem, normalmente, de menor porte.

Assim, a China se prepara para operar nos mares da China, que são restritos, e nos oceanos Pacífico e Índico, que são amplos; o Japão tem a leste e ao sul um teatro amplo e a Oeste, o Mar do Japão, que é restrito; a Alemanha mantém sua antiga experiência em operações no Báltico, no Mar do Norte, nos estreitos que unem esses mares e prepara forças para operar no Mediterrâneo, que são teatros restritos, embora esporadicamente opere em teatros amplos; a França e o Reino Unido se preparam para atuar no Atlântico e no Índico, que constituem teatros amplos, mas a França também tem parte de sua carga operativa dedicada ao Mediterrâneo, que é um teatro restrito.

A Itália se prepara preponderantemente para operar no Mediterrâneo e no Mar Negro, que são restritos, embora opere esporadicamente em outras regiões; o Canadá só se prepara para teatros amplos, já que sua principal atividade naval consiste em acompanhar a marinha norte-americana em ações além-mar; a Rússia se prepara para operar no Pacífico, no Ártico e em mares fechados, como o Báltico e o Negro, portanto teatros amplos e restritos; a Índia se prepara para operar no Índico, que constitui um teatro amplo, mas também nos estreitos da Indonésia, que constituem um teatro restrito; a Espanha opera tanto na amplidão do Atlântico, como no Mediterrâneo Ocidental, que é um teatro restrito; a Austrália, apesar de ser circundada pelo Pacífico, se prepara apenas para operar a noroeste de seu território e no Sudeste da Ásia insular, que constituem um teatro restrito; e a Coreia do Sul opera nos mares Amarelo e do Japão, que constituem teatros restritos, mas sua expansão comercial está levando sua Marinha a operar no Pacífico, que é um teatro amplo.

4.4.2 Variáveis Dependentes

Como apontado no capítulo 1, a conjuntura internacional do fim da Guerra Fria trouxe para a Guerra no mar o paradigma da Guerra de Litoral, em que os Estados podiam ser classificados, segundo suas Políticas de Defesa relativas a forças navais, em dois grupos:

- o dos atacantes – de postura predominantemente ofensiva, cujas políticas e estratégias de defesa são prioritariamente voltadas para a projeção estratégica de poder sobre Estados adversários, tendo como tônica principal a preparação de suas forças navais para realizar operações de projeção de poder sobre terra e Controle de Áreas Marítimas, este usualmente sob as formas de presença avançada ou de “base no mar” (“*sea basing*”) nas proximidades do litoral inimigo, dentro da preparação geral das forças armadas como forças expedicionárias; e

- o dos atacados – de postura predominantemente defensiva, cujas políticas e estratégias de defesa são prioritariamente voltadas para a reação a ações de projeção de poder sobre seus próprios litorais e territórios a partir do mar, consistindo na negação estratégica do uso do mar ao inimigo nas áreas em que ele deverá transitar ou permanecer para realizá-las. É dada alta prioridade à preparação de suas forças navais para realizar a negação do uso do mar propriamente dita, na faixa adjacente ao território ou a ativos importantes no mar, ou à grande distância, nos seus acessos oceânicos ou em áreas focais dessas regiões (interdição avançada). (VIDIGAL, 2002, p.84§6)⁶⁸

Cabe considerar que a faixa de negação e a distância de interdição poderão ser muito extensas face ao alcance das atuais armas empregadas na projeção de poder, como o míssil *Tomahawk*, de 1400 milhas (2.600 km)⁶⁹, e que é típica a formação de um “núcleo duro” de submarinos para tal reação, a qual também poderá incluir o lançamento sobre o inimigo que se aproxima de munições ou ações aéreas a partir do território ou de posições fixas no mar.

O atacado também poderá, dependendo da situação operacional, principalmente se a dissimetria não for muito desfavorável, impedir a aproximação de eventuais agressores a áreas, inclusive oceânicas, que lhes permitam a projeção de poder ou sua permanência nelas – ou seja, negar-lhes estrategicamente o uso do mar – por meio de operações de controle dessas áreas marítimas.

Verificou-se também nas análises dos Estados, como exposto no capítulo 1, que a maioria deles reconhece a necessidade da preparação do Poder Naval segundo a Guerra de Litoral, como atacante ou atacado, as quais prevêem situações de enfrentamento bélico extremo; mas são reconhecidas, também, outras necessidades a satisfazer, como o enfrentamento de rivalidades locais e, principalmente, o provimento de segurança às atividades e ao tráfego marítimos, que são cobertas pelas estratégias da Guerra Naval tradicional, implicando assim uma divisão de esforços na preparação.

O que se entende aqui como preparação para a guerra naval tradicional consistiria na estruturação do Poder Naval para a realização das tarefas básicas – o controle de áreas marítimas, a negação do uso do mar e a projeção de poder sobre terra – genericamente, ou seja, sem prioridade acentuada a qualquer uma delas, e em áreas não necessariamente situadas no litoral próprio, nem no de qualquer adversário – como era a prática antes do advento da Guerra de Litoral.

⁶⁸ Termo empregado pelo Alte Vidigal com essa acepção.

⁶⁹ Para ter uma idéia, a menor distância entre o Brasil e a África – entre o Cabo do Calcanhar (RN) e Freetown (Serra Leoa) – é de cerca de 1500 milhas (2.780 km)

Atualmente, porém, essa preparação não é tão genérica e o Controle de Áreas Marítimas, fixas ou móveis acaba sendo a tarefa principal e as outras duas acabam sendo auxiliares, ou seja, para controlar uma área marítima pode ser necessário projetar poder para ocupar algum ponto de terra dominante (uma ilha nas proximidades de rotas marítimas importantes, por exemplo), ou negar a passagem de meios navais inimigos numa área (as proximidades de um estreito, por exemplo) para permitir um melhor controle em outra.

A preponderância do controle de áreas marítimas na Guerra Naval Tradicional decorre do aumento de importância das linhas de comunicações marítimas ocorrido nas últimas décadas, provocado pelo aumento do consumo de petróleo e pela Globalização.

O aumento do consumo de petróleo trouxe ao já importante tráfego marítimo, a conexão de Segurança da Energia, vital para as nações; e a Globalização econômica multiplicou o comércio que provê outras mercadorias e divisas ao Estado, o que, ainda que seja menos importante que a segurança da energia, também é indispensável.

Pode-se verificar que para os Estados que se preparam exclusivamente para a Guerra naval tradicional (apenas a Índia e a Coreia do Sul), o controle de áreas marítimas – que provê segurança às linhas de comunicações marítimas – é a principal tarefa pelos motivos acima expostos – ambos são muito dependentes de petróleo e do comércio marítimo não-energético – que estão na base de seu crescimento econômico.

Verifica-se também que esses países possuem outras necessidades estratégicas, também alheias à Guerra de Litoral, para as quais o controle de áreas marítimas constitui a tarefa primordial – a Coreia do Sul tem que controlar áreas marítimas em torno da Península Coreana para contra-arrestar a Coreia do Norte, e a Índia tem que controlar áreas marítimas no Oceano Índico para contra-arrestar o Paquistão e a China.

Conclui-se, assim, que na atual situação de unipolaridade, a Guerra de Litoral, que trata das formas agudas de conflito, provocou a ênfase à projeção de poder no litoral alheio, pelos atacantes; e à negação do uso do mar no litoral próprio, pelos atacados; enquanto a Guerra Naval tradicional, que trata das formas em princípio não tão agudas, enfatiza o controle de áreas marítimas.

As estratégias do atacante ou do atacado do paradigma da Guerra de Litoral, as da Guerra Naval tradicional, e suas combinações constituem opções dos Estados, adotadas em função de suas condições políticas e estratégicas, constituindo, portanto, as variáveis dependentes. Essas variáveis foram aqui estabelecidas como ATDO, TRAD, AOTR, ATTE e AETR e suas definições são abaixo apresentadas, assim como as operações típicas para sua implementação, como descrito acima:

- ATDO - preparação do Poder Naval predominantemente para estratégias navais do “atacado” no paradigma da Guerra de Litoral:

Tarefa estratégica: Negação do uso do mar ao inimigo	
Operações: Controle de áreas marítimas	Operações: Negação do uso do mar

- AOTR - preparação do Poder Naval para estratégias navais do “atacado” no paradigma da Guerra de Litoral, em conjunto com a preparação para estratégias navais tradicionais:

Tarefa estratégica 1: Negação do uso do mar ao inimigo		
Operações: Controle de áreas marítimas	Operações: Negação do uso do mar	
Tarefa estratégica 2: Controle de áreas marítimas		
Operações: Controle de áreas marítimas	Operações: Negação do uso do mar	Operações: Projeção de poder sobre terra

- TRAD – preparação do Poder Naval para as estratégias da Guerra Naval tradicional:

Tarefa estratégica: Controle de áreas marítimas		
Operações: Controle de áreas marítimas	Operações: Negação do uso do mar	Operações: Projeção de poder sobre terra

- ATTE – preparação do Poder Naval predominantemente para estratégias navais do “atacante” no paradigma da Guerra de Litoral:

Tarefa estratégica: Projeção de Poder Sobre Terra	
Operações: Controle de áreas marítimas	Operações: Projeção de Poder Sobre Terra

- AETR – preparação do Poder Naval para estratégias navais do “atacante” no paradigma da Guerra de Litoral, em conjunto com a preparação para estratégias navais tradicionais;

Tarefa estratégica 1: Projeção de Poder Sobre Terra		
Operações: Controle de áreas marítimas	Operações: Projeção de Poder Sobre Terra	
Tarefa estratégica 2: Controle de áreas marítimas		
Operações: Controle de áreas marítimas	Operações: Negação do uso do mar	Operações: Projeção de poder sobre terra

4.5 As Relações

A tabela 4.3 apresenta as condições políticas e estratégicas (variáveis independentes) dos Estados, os quais são agrupados segundo suas opções em termos de combinações estratégicas navais (variáveis dependentes). Além disso, como os submarinos – o foco deste estudo – tanto nucleares como convencionais, têm empregos típicos se o Estado for atacante ou atacado no paradigma da Guerra de Litoral, ou se ele se prepara para estratégias da Guerra Naval tradicional, eles são vinculados a essas opções em termos de tipos e quantitativos, também expostos.

Os Estados foram agrupados por opções estratégicas navais a fim de orientar a análise que se segue, cujo propósito consiste em fornecer dados para a seleção dos casos comparáveis com o do Brasil, como preconizado por Lijphart (1971, p. 687 item (3); p.684§2).

Os quantitativos de submarinos apresentados na tabela 4.3 são os existentes atualmente (2011), como exposto nos subtópicos do tópico 4.2.

A principal informação da tabela 4.3 é a proporcionada pelo Método Direto de Concordância de Stuart Mill em relação às variáveis “B” – a prática sistemática do intervencionismo, e “D” – a existência de inimigo potencial muito poderoso, evidenciando uma dicotomia perfeita entre os conjuntos AOTR, ATDO e TRAD e os conjuntos AETR e ATTE. (STUART MILL, 2011)

Os primeiros são os “não-atacantes” – que não são intervencionistas e têm inimigo potencial poderoso (B=0 e D=1); e os outros são os que possuem a opção “atacante” como estratégia componente ou exclusiva – que são intervencionistas e não possuem inimigo potencial poderoso (B=1 e D=0). Os últimos, cabe destacar, são todos membros da OTAN e da U.E, com a única exceção do Canadá, que só é membro da primeira organização.

Estados	Condições Políticas e Estratégicas									Opções Estratégicas	Submarinos			
	A	B	C	D	E	F	G	H	I		TOTAL	SLMB	SNA	SC
China	1	0	0	1	1	0	0	1	1	AOTR	60	2	5	53
Japão	0	0	1	1	1	0	1	1	1	AOTR	18	0	0	18
Austrália	0	0	1	1	1	1	1	1	0	AOTR	6	0	0	6
Rússia	1	0	0	1	0	1	1	1	1	ATDO	61	15	25	21
Índia	1	0	0	1	1	0	1	1	1	TRAD	18	1	1	16
Coreia	0	0	1	1	1	0	0	1	1	TRAD	13	0	0	13
Alemanha	0	1	1	0	1	0	0	1	0	AETR	16	0	0	16
França	1	1	1	0	1	0	1	1	1	AETR	10	4	6	0
R.Unido	1	1	1	0	0	0	1	0	1	AETR	11	4	7	0
Espanha	0	1	1	0	1	0	0	1	1	AETR	4	0	0	4
Itália	0	1	1	0	1	0	0	1	0	ATTE	7	0	0	7
Canadá	0	1	1	0	0	0	1	0	1	ATTE	4	0	0	4

Tabela 4.3 – Condições políticas e estratégicas e opções estratégicas

Essa dicotomia também destaca a flagrante superioridade do primeiro grupo no número de submarinos, principalmente convencionais, assinalando a prioridade do emprego desses meios em estratégias defensivas sobre as ofensivas. O fato é natural, pois ainda que a moderna tecnologia os tenha brindado com poderosas armas de projeção de poder, principalmente os nucleares, eles continuam sendo os meios preferenciais nas ações de negação do uso do mar

defensivas, cujas táticas exigem considerável número de unidades, principalmente os SC, e constam principalmente de patrulhas estáticas nas proximidades das áreas de passagem de forças inimigas. A Austrália, com seus seis grandes SC, é a exceção que confirma a regra, pois planeja dobrar esse número.

Observa-se, também, entre os que incluem a postura do atacante na opção, que os que dispõem de SNA não dispõem de SC, o que não acontece no conjunto restante (os AOTR, ATDO e TRAD), em que todos, mesmo os que possuem SNA, dispõem também daqueles meios. Nestes últimos, o fato indica a consagração de dispositivos defensivos que empregam os dois tipos de submarinos.

Nos primeiros, o pequeno número de SNA/SC indica a ênfase nas operações multilaterais – como se deveria esperar de países da OTAN/U.E. – onde cada um pode contribuir com poucas unidades para a formação das forças, e essas contribuições podem ser escolhidas, normalmente segundo o *status* político do país na organização – aspecto em que a disponibilidade de SNA traduz clara estratificação em favor do Reino Unido e da França⁷⁰. Reflete também o baixo ou nulo número de perdas esperadas, em face de as operações típicas – intervenções – serem sempre projetadas com forte dissimetria favorável, onde se destacam os SNA e SC modernos dos vários membros da coalizão, capazes de projetar poder ocultamente e com grande profundidade no território inimigo; e sua fraca ou nula oposição, normalmente forças de um único país em desenvolvimento.

A dicotomia ilustra também a estrutura de defesa da União Europeia, recém-desenvolvida em conjunto com a OTAN, que implementa um conceito de segurança e defesa intervencionista – preparando as forças dos países membros para intervenções (FRANÇA, 2008, p. 32 item 5. “*Intervention*”) – baseado em elevados princípios, como o cumprimento a resoluções da ONU, o combate ao terrorismo, a estabilização de regiões desestabilizadas por Estados falidos e a “responsabilidade de proteger”, como se depreende da leitura dos documentos estratégicos de seus principais membros (França e Reino Unido). (FRANÇA, 2008, p. 6§3, p.18§2 a 5, p.20 item1; UNITED KINGDOM, 2008, itens 4.10, 4.30, 4.37 a 4.40; UNITED KINGDOM, 2010, p.12 item 6, p.17 itens 2.10, 2.12 e 2.15)

O conceito é voltado principalmente para os países em desenvolvimento da África (ex-colônias) e Oriente Médio, considerados ameaçadores por poderem perturbar a estabilidade e dispor de mísseis e armas de destruição em massa no futuro próximo, parecendo mais um em-

⁷⁰ A disponibilidade de SNA capazes de lançar mísseis de cruzeiro de longo alcance (“*Tomahawk*”) impõe certa superioridade política do Reino Unido sobre a França, o que durará até o “*missile de croisière naval*” (MDCN - míssil de cruzeiro naval), francês e em final de desenvolvimento, se tornar operacional.

prego da Ética a serviço da Política como aplicação da Doutrina da Harmonia de Interesses de Carr (1981, p.52§2), ou uma simples reedição do Colonialismo, como servem de exemplo a intervenção do Reino Unido em Serra Leoa em 1999, a da França na Costa do Marfim em 2011, e da OTAN na Líbia em 2011. (ROBERSON, 2007, p.17-20; WILLIS, 2011; BHADRAKUMAR, 2011; WESTERVELT, 2011)

Aplicando-se o método da concordância direta de Stuart Mill (2011) no primeiro grupo (AOTR), verifica-se que essa opção estratégica tem relação com a ausência do intervencionismo ($B=0$); com a existência de um inimigo potencial muito poderoso ($D=1$), com a grande dependência de petróleo importado ($E=1$); e com a preparação do Poder Naval para a operação em teatros restritos ($H=1$).

Observa-se também nesse grupo a relação lógica entre o fato de a Austrália não se preparar para operar em teatros amplos ($I=0$), com o menor número de submarinos (6) que possui, sensivelmente menor que os da China e do Japão, que se preparam para tais teatros ($I=1$).

Passando ao segundo grupo, integrado unicamente pela Rússia, verifica-se que a única diferença para o primeiro, quanto às quatro variáveis acima citadas, é a sua não-dependência em relação ao petróleo importado ($E=0$). Assim, aplicando-se ao caso o Método da Diferença de Stuart Mill, verifica-se a relação dessa circunstância com a ausência da componente tradicional na opção estratégica russa, que é voltada exclusivamente para as estratégias de atacado (ATDO). A relação é lógica porque a dependência de energia importada produz motivação para a proteção das linhas de comunicações marítimas (LCM).

Cabe observar, entretanto, que essa é uma situação transitória, motivada pela disponibilidade doméstica de energia e pela baixa capacidade em meios de superfície oceânicos, pois os poucos existentes são antigos, e as prioridades consideradas no atual programa de reconstrução do Poder Naval não contemplam sua renovação por hora, esperando-se que, quando os meios necessários ao adequado cumprimento das estratégias do atacado atingirem níveis satisfatórios, a Rússia volte suas atenções para a renovação daqueles meios, com vistas à recuperação de seu status como potência naval mundial, defendendo seus interesses não só nas águas litorâneas como nas oceânicas, passando então a integrar o conjunto AOTR. (KRUPNOV, 2006, p. 50§2 a 51§3; p. 63§3)

Na atual fase de reconstrução de seu sistema de defesa, a Rússia concentra esforços na recomposição do “núcleo duro” de SNA e SC, com prioridade apenas inferior à da dissuasão nuclear. A importância desses aspectos é evidenciada pelo elevado número de SLMB, SNA e SC, cabendo acrescentar que mesmo para esses meios o país está enfrentando dificuldades na

renovação, o que é demonstrado pelo pequeno número de unidades novas atualmente (dezembro de 2011) construídas – dois SC, um SLMB e um SNA, dos quais apenas os SC foram comissionados. Todos os demais foram projetados, e na maioria comissionados, ainda durante a Guerra Fria, deduzindo-se que a presente fase ainda vai se prolongar consideravelmente.

No caso da Rússia, o elevado número de SNA é relacionado não só com a extensa fronteira marítima ($G=1$), que provoca certa pulverização dos meios, e com as importantes áreas jurisdicionais ($F=1$), mas também com a atenção à dissuasão nuclear ($A=1$), porque a segurança dos SLMB exige alguns SC e SNA para proteção, face à existência de inimigos potenciais poderosos ($D=1$), que incluem a Superpotência.

Passando ao terceiro grupo, cabe notar que as únicas diferenças entre a Rússia e a Índia são os valores dicotômicos das variáveis E e F, onde o método conjunto de concordância e diferença de Stuart Mill evidencia as relações com as opções estratégicas desses países.

A Rússia, como já comentado, não é dependente de petróleo ($E=0$), fator que reduz a motivação para dedicar-se às estratégias tradicionais, e possui áreas jurisdicionais marítimas de grande importância ($F=1$), fator que aumenta a motivação para adotar estratégias do atacado. A Índia, ao contrário, é muito dependente de petróleo importado ($E=1$), o que aumenta a motivação para a adoção de estratégias tradicionais, e suas águas jurisdicionais não são de grande importância ($F=0$), o que reduz a motivação para a adoção de estratégias do atacado.

Assim, coerentemente, a Rússia implementa a reconstrução de seu poder naval dando grande prioridade às estratégias do atacado (ATDO) e a Índia pratica exclusivamente estratégias tradicionais (TRAD). Neste aspecto, estas observações também atingem a Coreia do Sul, o outro componente do terceiro grupo, ainda que esse país tenha mais duas diferenças para com a Rússia, irrelevantes para o caso – a pequena fronteira marítima ($G=0$) e o fato de ser aliada dos EUA ($C=1$).

Cabe notar que a orientação das análises proporcionada pelas variáveis do presente modelo permite, por vezes, levantar aspectos subjetivos relevantes. Assim, vê-se que a diferença de opções entre a Índia e a Rússia, devida aos fatores acima expostos, também é, certamente, influenciada pelas dissimetrias desfavoráveis a que estão submetidas – um aspecto subjetivo relacionado à variável D – porque, apesar de ambos os Estados terem inimigos poderosos ($D=1$), a dissimetria enfrentada pela Rússia, cujo inimigo poderoso são os EUA e a OTAN, é bem mais grave que a da Índia, cujo inimigo mais poderoso é a China.

Cabe observar que apenas a Rússia, a China e a Índia não possuem vínculos de aliança com os EUA ($C=0$), sendo que os dois primeiros são seus inimigos potenciais. A Índia, ao contrário, recebe algumas vantagens dos EUA pois, ainda que não tenha tais acordos, que os

envolveriam diretamente em sua defesa, tem a China como inimigo potencial, exercendo oposição a ela no Índico, o que é positivo para os norte-americanos.

Os países do quarto e do quinto grupos, cujas opções estratégicas incluem a de atacante, têm em comum, além da política intervencionista (B=1) e da ausência de inimigos potenciais poderosos (D=0), já citadas, as condições de aliados dos EUA (C=1) e a pequena importância de suas águas jurisdicionais (F=0).

A Itália e o Canadá, componentes do quinto e último grupo, não assinalam dedicação de forças a estratégias tradicionais, dedicando-se exclusivamente à postura do atacante (ATTE). A Itália assim procede porque a proteção de suas linhas de comunicações marítimas no Mediterrâneo, como as de outros países, entram no contexto de sistemas de proteção da U.E., sendo um problema praticamente resolvido; além disso, considera o terrorismo como principal ameaça, o que não é incumbência só da Marinha, mas de outras agências do governo, e as forças navais europeias, incluindo a italiana, têm como foco o controle das “bordas”, ou seja, do Norte da África, empenhando, além disso, forças em operações de Paz no Oriente Médio. O Canadá, por sua vez, tem forças navais preparadas apenas para projeção de poder em coalizão com marinhas mais poderosas (basicamente a norte-americana), e a proteção de suas linhas de comunicações marítimas está incluída no NORAD, em que os EUA têm papel primordial e a ação de forças canadenses não é relevante, mas principalmente constabular.

4.6 Análise diacrônica do Brasil (entre a PDN-1996 e a PDN-2005)

Como exposto na Introdução e no capítulo 3, o Brasil está passando por uma importante alteração político-estratégica nos últimos anos, e este tópico procura destacá-la nos aspectos aqui tratados. A situação inicial é a que vigia desde a década de 1990 até os primeiros anos da década de 2000, e que pode ser deduzida do texto da PDN-1996 e dos tópicos já citados do livro do Almirante Flores.

A situação final é a dos dias atuais, com os aspectos condicionantes da PDN-2005 e da END, mas supondo implementadas com êxito todas as suas prescrições, assim como as do PAEMB, o que configuraria plenamente a “nova estratégia naval brasileira”.

4.6.1 – Situação Inicial

A situação inicial pode ser sintetizada da forma abaixo:

Os interesses políticos (BRASIL, 1996, itens 1.3, 2.8, 2.10, 1.6, 4.4, 4.2, 5b, 5a, 5g) consistiam em manter a Defesa voltada exclusivamente contra ameaças externas; na integração do entorno estratégico regional (continental e atlântico); em considerar a segurança nacional subordinada à integração regional; em dar grande prioridade ao desenvolvimento sobre a Defesa; na intenção de empregar as Forças Armadas estritamente em reações de autodefesa “a fim de repelir uma agressão armada”; em buscar a participação do País nos processos internacionais de tomada de decisão; na ordem internacional baseada no estado de direito; e na manutenção de um clima de paz na região sulamericano-atlântica.

Os problemas estratégicos (BRASIL, 1996, Itens 2.5, 2.12) consistiam em incertezas no cenário mundial; em zonas de instabilidade que podiam contrariar interesses brasileiros e nas preocupações causadas por bandos armados no interior da Amazônia e pelo crime organizado. Além disso, o País ainda era muito dependente do petróleo importado, apesar de a produção doméstica estar crescendo de ano para ano, tendo, em 1998, consumido 1,722 milhões de boe/d e produzido 1,004 milhões de boe/d (58,30%). (DIAS, 2008, slide 9).

As políticas de Defesa (BRASIL, 1996, Itens 2.8, 2.10, 5o) visavam à inserção regional por meio da harmonização dos interesses de Estados e sub-regiões da América do Sul; ao fortalecimento dos mecanismos políticos de integração regional, como o Mercosul, o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) e a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZPCAS); e à busca do aprimoramento dos sistemas de controle das fronteiras, espaço aéreo, águas jurisdicionais e dos tráfegos marítimo e aéreo. O Brasil não era potência nuclear por impedimento constitucional (A=0), não praticava políticas intervencionistas (B=0) nem participava de aliança com os EUA que os envolvessem em sua defesa nacional (C=0).

O Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), do qual o Brasil e praticamente todos os países das Américas são signatários, prevê o auxílio dos outros Estados a um deles apenas em caso de agressão, no exercício do direito de legítima defesa individual ou coletiva, previsto no art. 51 da Carta da ONU, sendo as medidas de auxílio adotadas segundo as circunstâncias a critério de cada Estado (TRATADO, 1947, art.3º itens 1 a 3), não acarretando, portanto, qualquer disponibilidade permanente de meios específica para seu atendimento, como acontece com os membros da OTAN, por exemplo.

O Brasil não possuía inimigos potenciais muito poderosos (D=0) e sua área de atuação naval era a América do Sul e o Atlântico Sul, em particular o Ocidental (BRASIL, 1996, itens 2.9, 5g; FLORES, 2002, p.82§1), o que constitui um teatro totalmente amplo ((H=0) e (I=1)). Sua fronteira marítima era grande (G=1) e suas águas jurisdicionais guardavam reservas de óleo e gás, na época estimadas em 8 bilhões de óleo equivalente (boe), o que, para um consu-

mo diário de 1,722 milhões de boe, em 1998 (DIAS, 2008, slides 8 e 9), equivalia a $8000/1,722/365,25 = 12,72$ anos, o que já acarretava sua classificação como de grande importância ($F=1$).

Sobre essas reservas cabe observar que elas já se situavam entre as maiores do mundo, mas não produziram maior motivação para investimentos em defesa, o que só veio a acontecer com a descoberta do Pré-Sal, alguns anos depois.

Enquanto isso, em analogia a 1970, quando o Brasil aumentou o mar territorial para 200 milhas para assegurar riquezas a descobrir, alguns setores do Estado (no caso, a Marinha e a Petrobrás) trabalhavam aceleradamente, com o mesmo motivo, no levantamento da plataforma continental, a fim de pleitear junto à ONU a extensão da ZEE, o que foi realizado em 2004. (PLANO, 2011)

As estratégias de Defesa (BRASIL, 1996, itens 4.2, 5e, 5i; FLORES, 2002, p.80§5, p.82§1,2 e p.83§1) consistiam em manter uma ativa diplomacia e postura estratégica dissuasória defensiva; em participar de operações de paz; em manter as Forças Armadas em ações subsidiárias que visassem à integração nacional, à defesa civil e ao desenvolvimento socioeconômico do país; em ter capacidade de esclarecimento e ataque aéreos a partir de terra, para a defesa da “fronteira marítima”; em ter capacidade de contrapor-se a ameaças navais em apenas parte dessa “fronteira marítima”, atuando em apenas um dos objetivos de defesa; e em integrar forças de intervenção além-mar, caso necessário, mas apenas como coadjuvante secundário. (FLORES, 2002, p.82§2)

As estratégias navais contemplavam a guerra naval tradicional. O Almirante Flores preconizava a postura do atacado, a que ele se referia como “*Jeune École* ou *Antiaccess Strategy*”, e declarava que tal força já estava em implementação pela Marinha, ainda que lentamente devido a restrições orçamentárias (FLORES, 2002, p. 81§3; p.84§5); mas em que pese a pretensão limitada de sua concepção – ser capaz de atuar em apenas um objetivo de defesa, na fração afetada da fronteira marítima – este autor é levado a considerar que, além de lenta, a implementação era tão inicial que os meios então disponíveis não a caracterizavam.

Na época em que o almirante estava preparando seu livro (ele foi publicado em 2002), a Marinha possuía dezoito escoltas, três navios anfíbios médios e um NAe, todos operando apenas helicópteros, (SHARPE, 1999, p.55 a 65) pois a FAB havia desativado a aviação embarcada em 1996. Esse material era condizente com ações limitadas (por não dispor de aviação embarcada de asa fixa) de controle de áreas marítimas, para a proteção de linhas de comunicações marítimas, e de projeção de poder. Além disso havia quatro submarinos novos e um antigo, significando muito pequena capacidade de negação do uso do mar, não denotando

a prioridade a esta última tarefa, que caracterizaria a postura do atacado, mas sim, uma preparação genérica da Força onde se notava alguma prevalência do Controle de Áreas Marítimas por inércia da Guerra Fria, caracterizando uma indefinição estratégica. Assim, a melhor classificação de tal postura é TRAD.

Os submarinos disponíveis, quatro da classe Tupi (de pequeno porte) e um remanescente da classe Oberon (o S Ticuna, da classe Tupi modificada, só seria lançado em 2004), lançavam apenas torpedos ou minas e eram empregáveis na defesa da fronteira marítima, principalmente próximos à costa ou dos objetivos de defesa (a “defesa próxima” de Vidigal), mas em contextos de pequena extensão geográfica, em face do pequeno número de unidades que, cabe sempre lembrar, dificilmente estaria disponível em sua totalidade, em virtude dos períodos de manutenção de longa duração a que os meios são submetidos em rodízio.

O Almirante também preconizava a disponibilidade de SNA para a “defesa distante”, o que marca o traço comum com a maioria das concepções de emprego defensivo dos dois tipos de submarino, em que aquele meio daria condições de ameaçar gravemente, desde grandes distâncias, forças inimigas que se aproximassem, aspecto que estava na origem da busca brasileira por submarinos de propulsão nuclear desde antes da Guerra das Malvinas, e que corresponde à “Interdição Avançada” de Vidigal (2002, p.84§6).

A propósito, esse episódio realçou o valor dos SNA que, operados pelos britânicos, foram os responsáveis pela inação da força de superfície argentina, o que permitiu o alto grau de controle da área marítima necessário à operação anfíbia com que cumpriram sua missão.

4.6.2 Situação Final

A situação final pode ser sintetizada na forma abaixo:

Os interesses políticos consistem na segurança do País; na integração do entorno estratégico (países da América do Sul e África), com ênfase às entidades da região – MERCOSUL, Comunidade Andina de Nações, Comunidade Sulamericana de Nações, Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, Zona de paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZPCAS) e Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) (BRASIL, 2005 itens 1.4, 3.1, 3.3 e 3.4); numa ordem internacional baseada na democracia, no multilateralismo, na cooperação, na proscricção das armas de Destruição em massa (ADM) e no Direito Internacional (DI) (BRASIL, 2005 item 4.7); e no aumento da presença brasileira no Atlântico Sul, inclusive nos países liminhos da África. (BRASIL, 2005 itens 3.1, 3.3, 4.9, 7(VI e XX); BRASIL, 2011a)

Os problemas estratégicos consistem na grande inferioridade tecnológica face aos países desenvolvidos (BRASIL, 2005, item 2.5); nas ameaças difusas impostas pela progressiva rarefação mundial de água doce, energia, biodiversidade e outros recursos naturais, bem como por disputas sobre questões ambientais, áreas marítimas e domínio espacial; na ameaça de atores não-estatais, como terrorismo, crimes transnacionais, etc; e ameaças decorrentes de instabilidades regionais. (BRASIL, 2005, itens 2.1, 2.4, 2.6, 3.4 e 3.5). Cabe notar que o País deixou de ser dependente de petróleo importado em 2006 (E=0) (DIAS, 2008, slide 9).

As políticas de Defesa consistem em tratar como prioritárias para a defesa as áreas vitais de maior concentração de poder político e econômico e, complementarmente, a Amazônia e o Atlântico Sul; em aumentar a presença militar e civil na Amazônia; em exercer vigilância e defesa da área de jurisdição brasileira (AJB) e manter a segurança das linhas de comunicações marítimas (LCM) no Atlântico Sul; em exercer controle sobre o espaço aéreo; em reduzir a vulnerabilidade no espaço cibernético (BRASIL, 2005, itens 4.3, 6.12, 6.13, 6.14, 6.15 e 6.19); em manter forças estratégicas de pronto emprego para a solução de conflitos e salvaguarda de bens, pessoas e recursos nacionais no exterior; em dispor de capacidade de projeção de poder, visando à eventual participação em operações determinadas ou autorizadas pelo Conselho de Segurança da ONU; em aperfeiçoar processos de gerenciamento de crises político-estratégicas; em participar de missões de paz e ações humanitárias (BRASIL, 2005, item 7.1, diretrizes I, II, XXIII, VIII e XXV); e em considerar o emprego das forças armadas na Garantia da Lei e da Ordem como externo à Defesa Nacional. (BRASIL, 2005, item 6.22)

O Brasil continua não sendo potência nuclear (A=0), não praticando política intervencionista (B=0) nem participando de aliança com os EUA que os envolvam em sua defesa nacional (C=0).

O Brasil continua não possuindo inimigos potenciais muito poderosos (D=0), embora admita a “natureza difusa das atuais ameaças”, sua indeterminação e imprevisibilidade; e sua área de atuação naval é a América do Sul e o Atlântico Sul, incluindo os países liminhos da África, continuando a ser um teatro totalmente amplo (H=0 e I=1), e, secundariamente, o Caribe e o Pacífico Sul-Oriental, ou seja, os países sulamericanos liminhos do Pacífico. (BRASIL, 2005, itens 3.1, 6.8; BRASIL, 2008, p.36; MOURA NETO, 2010, p. 461§2; BRASIL, 2009a) Sua fronteira marítima continua grande (G=1) e suas águas jurisdicionais guardam reservas de óleo e gás agora estimadas em 26.365,9 bilhões barris de óleo equivalente (boe), o que, para um consumo diário de 2,78 milhões de boe, equivale a $26.365,9/2,78/365,25 = 25,96$ anos, o que mantém sua classificação como de grande importância (F=1).

As estratégias de Defesa consistem em buscar a capacidade de dissuasão imediata capaz de conter forças hostis fora dos limites jurisdicionais e a de monitorar e controlar os espaços aéreo e marítimo, de modo a prover a presença de forças como adequado para exercer tal dissuasão quando e onde necessário. (BRASIL, 2008, p.4 itens 1, 2 e 3) Consistem também em estruturar o potencial estratégico em torno de capacidades (BRASIL, 2008, p.8 inciso 16), em estruturar a defesa naval dando a primeira prioridade à negação do uso do mar, a segunda ao controle de áreas marítimas, e a terceira, à projeção de poder (BRASIL, 2008, p.12§ 1; BRASIL, 2009b, p.1112§4); em considerar como objetivos a defesa pró-ativa das plataformas petrolíferas; a defesa pró-ativa das instalações navais e portuárias e ilhas oceânicas; a prontidão para responder a qualquer ameaça às linhas de comunicações marítimas; e a participação em operações internacionais de paz. (BRASIL, 2008, p.9 item 19; p.12 § 4 a 8)

As estratégias navais consistem, em primeiro lugar, em impedir ataques ao Continente desde a “fronteira leste”, por meio da negação do uso do mar em termos estratégicos, realizada por ações de controle de áreas marítimas com meios navais (inclusive SC e SNA), aeronavais e aéreos; mas em situação de grande inferioridade, reduzir-se a ações de negação do uso do mar propriamente dita, por SC, SNA e meios aéreos, com maior intensidade próximo ao litoral brasileiro (BRASIL, 2008, item 1§2, 7e 8; PEREIRA, 2010, slides 36, 37 e 38) e a ativos importantes no mar.

Consistirão também em manter abertas e seguras as rotas marítimas de interesse do Brasil, incluindo as de acesso à Antártica (BRASIL, 2008, p.12 item 1§3; PEREIRA, 2010, slide 36); em controlar as áreas marítimas de acesso ao País, principalmente na faixa Santos-Vitória e na região da foz do Amazonas (BRASIL, 2008, p.12§9); e em dispor de capacidade de projeção de poder focada em ações no interesse do controle de áreas marítimas. (PEREIRA, 2010, slides 37 e 49)

Desta forma, as estratégias marítimas classificam o País como AOTR.

A força de submarinos terá foco na negação do uso do mar a meios e forças navais e contará com 6 SNA e 15 SC, com possibilidade de lançar torpedos, minas e mísseis, apoiados (como os meios das demais forças) por um sistema de monitoramento, o SisGAAz. Os SC cumprirão tarefas que obriguem maior aproximação à costa (op. especiais, p.ex.) e os SNA, as mais exigentes em reposicionamento e perseguição para atacar objetivos navais (BRASIL, 2008, p.13 item 3; MONTEIRO,2010, slides 17, 18 e 19; MOURA NETO, 2010, p. 460, alíneas a) e b))⁷¹.

⁷¹ A idéia é dispor de 15 SC; os atuais SC, que estão sendo modernizados, provavelmente não estarão ativos quando o 15º SC novo for prontificado.

As situações inicial e final são resumidas na tabela 4.4, observando-se que a “final” será considerada como sendo a do Brasil nas comparações a seguir.

Situações	Condições Políticas e Estratégicas									Opções estratégicas	Submarinos	
	A	B	C	D	E	F	G	H	I		SNA	SC
Inicial	0	0	0	0	1	1	1	0	1	TRAD		5
Final	0	0	0	0	0	1	1	0	1	AOTR	6	15

Tabela 4.4 – Dados diacrônicos do Brasil

4.6.3 Apreciações sobre a Análise Diacrônica

A única mudança objetiva entre as situações inicial e final – e importante – consistiu no fim da dependência do petróleo importado ($E=0$), resultante do aumento da produção nacional, porque quanto às reservas marítimas, elas já eram suficientes para classificar as águas jurisdicionais como de grande importância na situação inicial, mesmo antes da descoberta das jazidas do Pré-Sal ($F=1$).

Apesar disso, cabe ressaltar que um dos principais motivos das alterações de estratégia, que identificam a mudança em relação à situação inicial de TRAD para AOTR, decorreu de um aspecto subjetivo associado à variável F. Em ambas as situações a variável se manteve $F=1$, mas as reservas duplicaram a partir de 1998, constituindo o principal fator para o surgimento da vontade política que resultou na nova opção estratégica.

No tocante a submarinos, a situação atual pouco difere da inicial e mostra uma debilidade flagrante quanto a esses meios – apenas 5 SC, e de pequeno porte. Esse número é mais baixo que o da Austrália, que possui seis de grande porte, apesar de, opostamente ao Brasil, só se preparar para teatros restritos; e é muito menor que os dos demais países AOTR, ATDO e TRAD.

A mudança estratégica trazida pela situação final consistiu na opção AOTR decorrente da Estratégia Nacional de Defesa, o que traduz, em primeiro lugar, uma definição, em substituição à indefinição da situação inicial, em que se alegava praticar uma postura defensiva, mas não se fugia ao “*default*” genérico das estratégias tradicionais.

Em segundo lugar, essa definição estabelece uma postura fortemente defensiva, traduzida pelo sensível fortalecimento qualitativo e quantitativo de meios e efetivos, que busca a proporcionalidade do investimento com o valor dos ativos a defender, pretendendo uma dissuasão geral do País por meio de uma efetiva capacidade de realizar dissuasão imediata em boa parte do Atlântico, e não apenas por uma modesta capacidade de reação a crises em pontos da fronteira marítima, como anteriormente previsto.

Este segundo aspecto decorre principalmente da orientação pela pró-atividade da defesa dos ativos litorâneos contida na END, e seu rigoroso cumprimento poderá implicar até mesmo uma mudança cultural da Marinha, que deixará de ser a Força que se mantém pronta para atuar quando uma crise aparecer no horizonte; para ser uma força previamente presente onde as crises puderem aparecer, com grande número de meios com alto nível de disponibilidade, e no mar, com diretivas precisas e ligação imediata por rede com os comandos e o Poder Político, de forma análoga à atual postura japonesa.

A autossuficiência em petróleo e gás faz com que o tráfego marítimo de importação desses produtos seja irrelevante, ao contrário da maioria dos países, em que ele constitui um dos principais objetivos de defesa. Assim, o problema brasileiro de proteção às linhas de comunicações marítimas se reduz a prover segurança ao transporte marítimo de outras mercadorias e se torna bem inferior ao de proteger a faixa marítima do litoral, que tem sua importância muito aumentada, pois ela é responsável por 91,2% do petróleo e 73,73% do gás produzidos no País. (AGÊNCIA, 2011, tabelas 2.9 e 2.11)

Como já exposto, algumas plataformas petrolíferas brasileiras, basicamente as do Pré-Sal encontram-se a grande distância da costa – cerca de 160 milhas (300 km) no caso do Campo Lula (antigo Tupi) – e é possível que no futuro haja instalações ainda mais afastadas, pois a área provável de ocorrência de petróleo se estende mar adentro (fig. 3.5).

Tais afastamentos não são usuais, apesar da existência de jazidas litorâneas em muitos pontos do mundo, e impõem esforço extra na proteção de grandes áreas de dutos submersos e do tráfego de embarcações que transportam os produtos extraídos. Tal circunstância impõe também a capacidade de monitorar uma extensa área marítima fixa que vai muito além das águas jurisdicionais e eventualmente controlar seções em seu interior, com o propósito de negar a vetores inimigos o uso de áreas de onde possam engajar as plataformas.

Desta forma, na nova estratégia naval brasileira, a opção AOTR contém uma componente “atacado” muito mais importante que a componente “tradicional”, implicando um afastamento ainda maior da situação inicial.

O principal salto da situação inicial para a final, porém, não consta da tabela nem dos subitens acima, porque foi econômico. Entre 2003 e 2010 o Brasil mais que quadruplicou o PIB, passando de US\$ 493 para US\$ 2,090.314 bilhões (A ECONOMIA, 2011, tabela “Novos Números para o PIB Nominal Brasileiro”), sendo que, em 2008, passou a credor externo (CENTRAL, 2011a). Assim, as novas necessidades estratégicas foram acompanhadas pelo aumento da capacidade econômica, como prevêem os cânones da Economia de Defesa. (SANDLER;HARTLEY, 2000, p.60§2 e 3)

Na opinião deste autor, a rápida recuperação do Brasil após a crise de 1999 teve importante participação de uma estratégia governamental que visava a demonstrar não só que o Brasil era bom cumpridor de contratos, mas principalmente, que estava bem de finanças e, assim, os lucros obtidos por estrangeiros com os investimentos feitos no Brasil não corriam o risco de serem predados.

O Brasil crescera 6% ao ano em média, entre 1930 e 1980, mas nas décadas de 1980 e 1990 sofreu diversos problemas econômicos, inclusive a “década perdida”⁷², mantendo-se, mesmo assim, entre a 8ª e a 10ª economias mundiais. Em 1998 era a 8ª, mas sofreu uma queda significativa com a maxidesvalorização do Real em 1999 e, em 2003, chegava à 15ª posição - o fundo do poço, nunca antes atingido (A ECONOMIA, 2011, “Crescimento”§1; “As Quedas do PIB Brasileiro”§2).

A partir de 2004, porém, tendo feito correções na Economia, a situação começou a melhorar rapidamente. Nesse ano experimentou um forte crescimento (5,7%) (PRODUTO, 2012), recuperou posições e passou a ser o 12º PIB; em 2005, foram realizados alguns passos da estratégia acima citada: o País cumpriu com folga a meta acertada com o FMI de 4,25% de superávit primário acumulando 6,3% e liquidou o que ainda restava de dívida naquele órgão (US\$ 15,5 bilhões) (A ECONOMIA, 2011, “Dívida Pública”§2 e 3)

Assim, em 2007 as reservas monetárias atingiam a sétima colocação mundial; em 2008, o país passou a credor externo porque seus ativos no exterior ultrapassavam a dívida (pública e privada) e, mesmo vendendo dólares a vista para controlar as instabilidades causadas pela crise financeira mundial que começou nesse ano, conseguiu aumentar as reservas. (A ECONOMIA, 2011, “Reservas Monetárias Internacionais”§2 a 4). Além disso, o ano terminou com um crescimento considerável (5,2%). (PRODUTO, 2012)

Outro objetivo intermediário da estratégia foi conseguido em fins de abril de 2008 com a obtenção do “grau de investimento” (“*Investment grade*”) da agência de risco “*Standard and Poor’s*”, o que retirava uma barreira a várias entidades investidoras, aumentando em muito os investimentos externos diretos (IED) no País. Apesar disso, o crescimento foi levemente negativo em 2009, devido à já citada crise mundial. Mesmo assim, cumprindo a estratégia, o Brasil emprestou US\$10 bilhões ao FMI.

⁷² Assim ficou conhecida a década de 1980 porque, em 1981, o *Federal Reserve Bank* (FED), banco central dos EUA praticamente dobrou a taxa de juros interna para controlar a inflação. A inflação foi controlada, mas os juros flutuantes dos contratos de empréstimos da dívida externa dos países latino-americanos sofreram forte impacto levando alguns deles, inclusive o Brasil, à moratória, com graves problemas na Economia interna. Ver DANTAS, 2008 e RODRIGUES, 2012.

A estratégia parece estar dando frutos: a partir de 2009, o aporte de recursos externos foi expressivo; até março de 2011, ineditamente, o País havia recebido mais dólares que em todo o ano de 2010 como IED e, em junho, seis vezes mais que em todo o ano anterior (A ECONOMIA, 2011, “Câmbio”§8; “Dívida Externa e PIB Nominal/PPP”§21 e 29 a 32.), cabendo ressaltar que, em 2010, o País teve o expressivo crescimento de 7,5% (PRODUTO, 2012) e tornou-se a 7ª economia mundial. (A ECONOMIA, 2011, tabela “As Dez Maiores Economias Mundiais”)

Finalmente, este autor julga importante observar sobre os Estados da amostra (não incluindo os EUA nem o México) que, como se observa na tabela 4.1, as maiores diferenças entre a posição na hierarquia dos PIB e a posição, abaixo dela, na hierarquia dos gastos militares (quatro posições) são as do Brasil e do Canadá, país que, como já visto, tem necessidades estratégicas bem menores que as brasileiras. Essa diferença dá ideia da amplitude do salto necessário à compatibilização da Defesa do País com seu *status* econômico.

4.7 O Brasil comparado aos demais Estados

A opção estratégica do Brasil consiste em adotar estratégias do atacado em conjunto com estratégias tradicionais (AOTR). Desta forma, poder-se-ia considerar “comparáveis” (LIJPHART, 1971, p.687 item (3)) os Estados de mesma opção (primeiro grupo da tabela 4.3), mas a análise realizada no tópico 4.5 revelou um aspecto que permite ampliar o campo da comparação, mantendo um dos traços mais marcantes da Política Externa brasileira, o não-intervencionismo. Assim, este autor optou por incluir como comparáveis todos os Estados da ala não-intervencionista da dicotomia lá detectada.

Estados	Condições Políticas e Estratégicas									Nº Dif.	Opções Estratégicas	Submarinos			
	a	b	c	d	e	F	G	h	I			TOT	SLMB	SNA	SC
Brasil											AOTR	21	0	6	15
China	A			D	E	f	g	H		6	AOTR	63	5	5	53
Japão			C	D	E	f		H		5	AOTR	22	0	0	22
Austrália			C	D	E			H	i	5	AOTR	12	0	0	12
Rússia	A			D				H		3	ATDO	56	12	21	23
Índia	A			D	E	f		H		5	TRAD	34	3	5	26
Coreia do Sul			C	D	E	f	g	H		6	TRAD	18	0	0	18

Tabela 4.5 – Diferenças para o Brasil

As diferenças e semelhanças desses Estados em relação ao Brasil, com respeito às variáveis independentes, são apresentados na tabela 4.5, devendo-se observar que, pela notação usada nessa tabela e nas que se seguem, a letra maiúscula indica a condição positiva da variá-

vel, e a minúscula, a negativa. (RAGIN, 1987, p. 89§5) Além disso, apenas serão grafadas as variáveis que tiverem valor diferente das do Brasil; como consequência, os espaços em branco equivalem ao mesmo valor da variável lida na linha “Brasil” (as semelhanças).

Ao contrário da tabela 4.3, os quantitativos de submarinos mostrados na tabela 4.5 não são os atuais, mas os previstos para o Brasil e para os demais países.

A observação da tabela 4.5 revela que a opção estratégica brasileira (AOTR) é a majoritária; que o País não é potência nuclear, como o Japão, a Austrália e a Coreia do Sul (a), os quais, diferentemente do Brasil, têm aliança com os EUA (c); que, como dado de origem da tabela, o Brasil compartilha uma semelhança com todos os outros Estados – o não-intervencionismo (b), mas também duas diferenças, o fato de não ter inimigos potenciais poderosos (d) e o de não se preparar para operar em teatros marítimos restritos (h).

Revela ainda que a Austrália é o único Estado que não prepara forças navais para teatros amplos, que a China e a Coreia do Sul são os países de maior número de diferenças (6) para com o Brasil em variáveis independentes.

A constatação mais importante é que, neste grupo dos não-atacantes, a Rússia, com apenas três diferenças nas variáveis independentes é o Estado de situação geral mais aproximada à do Brasil e, mesmo se considerarmos as opções estratégicas originais, ATDO e AOTR, respectivamente, verificamos que elas se aproximam, porque assim como a Rússia é ATDO transitoriamente, buscando tornar-se AOTR, o Brasil é AOTR, mas sua componente “atacado” é preponderante, como a Rússia é e sempre será; porque, como o Brasil, tem sua segurança da energia apoiada na defesa do litoral e do território, e não na proteção ao tráfego marítimo.

O reflexo da opção do Brasil na adoção de submarinos também o aproxima da Rússia, por conter SNA e SC, ainda que em número menor que esse país, sendo que a diferença pode ser diretamente relacionada às três variáveis que diferem os dois países – o fato de a Rússia ser uma potência nuclear (A), o que implica possuir SLMB, o fato de possuir um inimigo poderoso (D), que implica possuir SNA e SC necessários à proteção dos SLMB e maiores necessidades de dissuasão convencional, e o fato de possuir teatros restritos (H), o que também implica maior número de SC.

Verificamos então que o salto em capacidade militar preconizado pela nova estratégia naval brasileira é previsto na mesma direção da capacidade de um país em condições semelhantes à do Brasil, o que comprova a hipótese.

A comparação aqui realizada pode ser aprofundada, sem o formalismo metodológico, revelando diversos outros aspectos e conceitos úteis a um melhor conhecimento da atual situação estratégica brasileira. Esse é o propósito do próximo capítulo.

5 APROFUNDANDO A ANÁLISE

Este capítulo tem por finalidade aprofundar o estudo realizado no capítulo anterior e faz referência à tabela 4.5. Aqui, as comparações feitas são detalhadas segundo as variáveis independentes, a fim de buscar novas relações úteis para iluminar a análise da nova estratégia naval brasileira quanto a seus propósitos, objetivos e material empregado, em especial, sobre a adoção de submarinos.

5.1 A coluna “a” - O Estado é potência nuclear

No tocante ao fato de os Estados serem ou não potências nucleares, verifica-se que a China alega possuir um arsenal nuclear limitado, suficiente apenas para praticar sua política de dissuasão mínima e uso apenas em retaliação (“*no first use*”), focado atualmente na dissuasão da Índia e dos EUA, principalmente deste último. O país pode lançar essas armas por meio de aeronaves, foguetes baseados em terra e de submarinos lançadores de mísseis balísticos (SLMB), os quais constituem o principal trunfo contra a Superpotência, fazendo com que um possível conflito entre ambos dificilmente ultrapassasse o nível das armas convencionais, em que a China está se fortalecendo consideravelmente.

A Rússia é potência nuclear no nível dos EUA, dispondo de um grande arsenal, e não proclama, portanto, a dissuasão mínima, tampouco o uso apenas em retaliação. Em sua política nuclear alega dispor dessas armas para impedir pressões contra ela e seus aliados, bem como para compensar deficiências da dissuasão convencional, podendo empregá-las se for levada a situações críticas, mesmo por ataques de armas não-nucleares, o que julga possível, por ser assumidamente inferior ao Ocidente nesse campo. A Rússia possui a capacidade de lançar armas nucleares por meio de aeronaves e mísseis, lançados de terra e de SLMB, tendo conse-

guido produzir mísseis capazes de penetrar o sistema de defesa dos EUA, o foco da dissuasão, atualmente.

A Índia já dispõe de armas nucleares desde 1998, com foco na dissuasão do Paquistão e da China, mas possui apenas vetores de lançamento terrestre e aéreo, o que considera séria desvantagem estratégica frente a Beijing, principalmente após a implantação da base chinesa de SLMB na ilha de Hainan, que, segundo os indianos, altera o equilíbrio estratégico no sul da Ásia. Assim, está envidando esforços para a obtenção de SLMB, o que fez com que o primeiro submarino de propulsão nuclear indiano, lançado ao mar em 2009 e ainda em testes, seja uma unidade desse tipo, e não um SNA.

O Japão não é potência nuclear por ser membro não-nuclear do TNP e por restrições (não-constitucionais) de seu Parlamento; mas já há discussões internas sobre a possibilidade de obtenção de tais armas para aumentar a capacidade dissuasória frente à Coreia do Norte, desde os testes nucleares desse país em 2006, considerando que a dissuasão dos EUA na área está diminuindo com a redução de seus meios navais, devido a restrições orçamentárias.

A Austrália e a Coreia do Sul não possuem armas nucleares, mas assim como o Japão, são protegidas pela dissuasão nuclear estendida pelos EUA contida nos acordos de aliança.

Constata-se, assim, que todos os países são protegidos por dissuasão nuclear, própria ou estendida.

Vê-se na tabela 4.5 que essa afirmação tem relação com o fato de todos os países terem inimigos poderosos (variável d), o que não inclui o Brasil, aspecto que certamente contribuiu para sua situação única – não é potência nuclear e não possui qualquer proteção dissuasória nuclear de outro Estado, como o Japão, a Coreia do Sul e a Austrália.

A indisponibilidade de armas nucleares é devida ao imperativo constitucional e à adesão ao Tratado de Não-proliferação, em 1998, que os documentos da Defesa (PDN 2005, END e PAEMB) não podem reverter, ainda que a END afirme, tardiamente, que o País não aderirá a acréscimos ao tratado sem que as potências mundiais avancem no seu próprio desarmamento. (BRASIL, 2008, p. 25 item 5- d).

O caso pode ser enquadrado na leitura de Alsina, (2006, p.41§2 a 42§1) pela qual a abrangência da atual arquitetura do sistema de segurança internacional combina multilateralismo e regionalismo, por meio das pressões dos EUA sobre os países relutantes em aderir aos regimes de não-proliferação de armas de destruição em massa e pela reformulação dos sistemas regionais de segurança, impondo limitações à autonomia decisória dos Estados nesse campo e estreitando as margens de manobra para definições nacionais de políticas de defesa

por parte dos países em desenvolvimento, privando-os, principalmente, dos únicos instrumentos de equalização estratégica – as armas de destruição em massa.

Tal circunstância tende a consolidar o abismo por ele apontado, entre tais Estados e os desenvolvidos, cuja transposição, no caso do Brasil, é uma das metas da Estratégia Nacional de Defesa. (BRASIL, 2008, p.1§2)

Pelo processo acima exposto, o Brasil aderiu ao Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (MTCR-1994), ao Tratado de Tlatelolco, que proscreeve armas nucleares na América Latina (1994) e, como último passo na autolimitação da defesa, ao Tratado de não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP - 1998). (CERVO, 2008, p.143§2 e 3)

A adesão do Brasil ao TNP foi classificada por Bernal-Meza como contradição política, por dificultar a pretendida ascensão ao nível de potência média. (BERNAL-MEZA, 2002, p.44§1 a 4). Acrescente-se também que essa situação pode acarretar posicionamento subalterno na possível admissão, como membro permanente, a um Conselho de Segurança da ONU reformado, mas politicamente estratificado entre membros nucleares e não-nucleares. (PICARD, 2006, p.12§6 e 8; p.91§8)

Ao contrário do Brasil, a detonação de artefatos nucleares e a declaração de sua nova condição de potência nuclear feita na mesma ocasião, em 1998, foi a forma empregada pela Índia para dar o salto para o primeiro mundo no campo militar.

Militarmente, a situação brasileira implica uma desvantagem de partida, na comparação com os outros Estados. A não-disponibilidade de armamento nuclear significa a falta de uma capacidade de dissuasão punitiva forte, que possa manter eventuais conflitos no nível convencional e impedir pressões ou chantagens que envolvam ameaças nucleares. Sabe-se que, apesar das fortes restrições políticas ao emprego de tais armas que caracterizam para alguns o “tabu nuclear” já comentado, elas constituem o mais temível instrumento disciplinador (FREEDMAN, 2005, p.121§1) e continuam sendo aperfeiçoadas, inclusive, no caso da França, para emprego contra países em desenvolvimento (PICARD, 2006, p. 13§4).

5.2 A coluna “b” - O Estado é intervencionista além-mar

Essa coluna marca a prática de políticas de não-intervenção além-mar, que o Brasil compartilha com todos os países da tabela 4.5. Esses países têm suas particularidades, mas estão bem distantes das políticas realmente intervencionistas praticadas sistematicamente pela OTAN (“atacantes”), como recentemente demonstrado pela ação contra a Líbia do Coronel Kadhafi.

No caso da China, a intervenção é completamente contrária à imagem de bom vizinho que procura transmitir atualmente, não considerando como tal, é claro, uma possível invasão de Taiwan, a “província rebelde”. Além disso, a marinha possui apenas um navio anfíbio grande (SAUNDERS, 2007, p.139), recém-comissionado, o que não permite operações de envergadura a grande distância.

O Japão também tem as intervenções proibidas dentro das diversas restrições constitucionais ao emprego de seu sistema militar.

A Austrália, assim como a Índia, não pratica política intervencionista, embora ambas admitam a projeção de poder ou operações expedicionárias (AUSTRALIAN, 2009, p.53 §7.2 a 7.6; p.60§8.19; ÍNDIA, 2007, p.100) no interesse do controle de áreas marítimas, a base de seus sistemas de defesa naval.

Como já exposto, a Austrália só prepara forças para a defesa de seu país contra ações de projeção de poder, e declara explicitamente que não considera como tarefa ter forças preparadas para desdobramentos no Oriente Médio, Sul da Ásia ou Ásia Central, embora possa fazê-lo, se julgar do interesse nacional, o que é o contrário da política praticada pelos países da OTAN/U.E., o que foi bastante para que este autor a classificasse de não-intervencionista, apesar de as forças do país terem participado de todas as coalizões da Superpotência, como as Guerras do Afeganistão e do Iraque.

Da mesma forma, a Rússia, ainda que tenha um passado de intervenções por terra, declarou a disposição de realizar ações apenas para neutralização de ameaças emergentes (KRUPNOV, 2006, p.49§5 a p.50§1), antes que medidas extremas sejam exigidas, condição que parece enquadrar o conflito contra a Geórgia em 2008. Em termos de uma possível projeção de poder por mar, porém, suas condições atuais não são boas por falta de navios adequados, embora haja negociações para a aquisição de grandes navios anfíbios de projeto francês. (BAKER, 2011)

A Coreia do Sul também não pratica política intervencionista, embora sua marinha tenha grande capacidade de projeção de poder sobre terra como parte do sistema de reação a uma invasão norte-coreana e de outros Estados, inclusive contra suas ilhas, o que sugere a ameaça do Japão, com quem o país tem uma grave questão quanto à soberania sobre as ilhas Dokdo (Takeshima, para os japoneses), que quase provocou um enfrentamento entre as duas marinhas em 2006. (CHANLETT-AVERY; KONISHI, 2009, p.15§5; REPUBLIC OF KOREA, 2008, p. 121§3).

Constata-se assim que, mesmo para Estados não-intervencionistas, a projeção de poder eventual é considerada uma necessidade militar para a qual as forças devem ser preparadas.

O Brasil se enquadra nesse caso. Para o País, a não-intervenção é um princípio constitucional (BRASIL, 2005, item 4.12; BRASIL, 2008, p.1§1), mas de forma semelhante à Austrália, a Rússia, a Índia e a Coreia do Sul, também admite eventuais ações de projeção de poder no Atlântico Sul, e mesmo fora dele, no interesse do controle de áreas marítimas, para impedir ataques ao território ou ao litoral, ou ainda para manter abertas as rotas marítimas de interesse, o que permite visualizar, como possíveis objetivos, pontos nos litorais dos Estados limítrofes e as ilhas oceânicas, que podem ser usados como bases das ameaças. (BRASIL, 2008, p.12 item 1§3; PEREIRA, 2010, slide 37, 38 e 49; PEREIRA, 2011b)

O fato evidencia que o Brasil e os países acima citados seguem o preceito de Kearsley (1992, p.103§4), segundo o qual, mesmo as marinhas com postura defensiva devem manter-se preparadas para projetar poder como medida de defesa preventiva, aspecto altamente dissuasório.

5.3 A coluna “c” - O Estado é aliado dos EUA

Quanto às alianças com os EUA, cabe inicialmente assinalar que acordos como os que ligam a Superpotência ao Japão e à Coreia do Sul envolvem forte comprometimento da soberania e só existem devido a circunstâncias muito particulares originadas nos grandes conflitos de que esses países foram palco – a Segunda Guerra Mundial e a Guerra da Coreia.

O vínculo com a Austrália consiste num antigo compromisso, estabelecido sob a atmosfera da Guerra Fria, o pacto Austrália – Nova Zelândia – EUA (ANZUS) de 1951, que envolve dissuasão nuclear estendida ao país, sem perda de soberania e, pelo menos segundo os documentos oficiais, com autonomia política para entrar em coalizões com os EUA apenas quando julgadas do interesse do Estado, ainda que cumprindo algumas obrigações da aliança, como manter a interoperabilidade de suas forças com as forças norte-americanas. (AUSTRALIAN, 2009, p.50 item 6.36)

Deduz-se, porém, dessa informação e dos fatos da História que os interesses do Estado australiano são tais que tornam conveniente sua participação em todos os envolvimento militares norte-americanos na Ásia, o que inclui as guerras da Coreia, do Vietnã, do Iraque e do Afeganistão, sem falar das duas guerras mundiais do século XX. Os vínculos EUA-Austrália estão se estreitando ainda mais com as negociações para que consideráveis forças norte-americanas sejam estacionadas permanentemente no país e utilizem instalações em solo australiano para oposição conjunta à China. Nesse processo, a aliança com a Austrália já se equiparou politicamente à que os EUA têm com o Reino Unido. (FIFIELD et al, 2011)

Cabe destacar que seus termos já proviam à Austrália apoios tecnológico, logístico e, principalmente, de Inteligência – extremamente importantes para o acompanhamento da evolução das ameaças – mas não a eximem da “autodefesa”, o que atende a sua vontade política de ter capacidade de se defender isoladamente, mesmo contra adversários muito poderosos, como a China, implicando a manutenção de considerável poder militar convencional.

A Rússia, a China e a Índia não possuem tais vínculos com os EUA, mas os dois primeiros têm a Superpotência como poderoso inimigo potencial. Já a Índia possui outros acordos, firmados a partir de 2005, pelos quais não é protegida por dissuasão nuclear estendida, pois ela própria é potência nuclear, nem tem qualquer perda de soberania nem afastamento dos interesses nacionais para seu cumprimento.

Com esses acordos, a Índia obtém várias vantagens estratégicas, como o acesso a tecnologias sensíveis, o *status* comparável a membro nuclear do TNP (apesar de não tê-lo assinado) e o direito de adquirir sistemas militares controlados dos EUA. Em contrapartida, entra com sua natural e antiga oposição à China e ao terrorismo radical muçulmano numa região de alta importância estratégica, e com sua efetiva capacidade de implementá-la, pois é potência militar e nuclear.

Este último aspecto representa especial vantagem estratégica para os EUA, numa época de redução dos meios militares e, por conseguinte, de sua capacidade de desdobramento de forças pelo mundo. Cabe notar ainda que, no final, o fato de a Índia ter-se tornado potência nuclear contribuiu para o estabelecimento dos acordos.

Além dos aspectos acima, o principal ganho estratégico obtido pelos indianos consistiu na libertação da ameaça representada pelas marinhas ocidentais na parte Oeste do Índico – um secular temor pela segurança do país, como declarado por Nehru (BERLIN, 2006, p.62§6). Essa libertação consistiu na satisfação de um anseio presente desde o fim da Guerra Fria, quando a Índia perdeu o benefício do equilíbrio entre forças soviéticas e ocidentais que vigia na região. Esse anseio foi motivo de manobras de aproximação aos EUA realizadas desde o Governo Clinton; e sua satisfação implicou uma garantia do vital abastecimento de petróleo em casos de crise de maior gravidade, pois as marinhas ocidentais dominam o Golfo Pérsico, principal fonte do produto.

Vê-se, assim, que todos os países possuem aliança defensiva ou acordo de parceria com os EUA, exceto a China e a Rússia, pelos motivos já expostos, e que nos países em que tal vínculo é mais independente – a Austrália e a Índia – o fortalecimento militar foi um fator que o propiciou e que o sustenta.

Nota-se também que o Brasil está novamente numa posição única, e de equilíbrio instável – não tem a Superpotência como inimiga potencial, nem tem com ela tais vínculos, tampouco tem poder militar para ser autossuficiente no nível político-estratégico recém-alcançado na comunidade internacional.

Constata-se também que é possível firmar acordos de aliança ou de parceria com os EUA sem violação da soberania ou afastamento dos interesses nacionais, mas eles exigem dos Estados considerável fortalecimento militar.

O acordo de Defesa que o Brasil possui com os EUA é o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), que prevê o auxílio de um membro do sistema interamericano a outro que esteja sob agressão, mas o auxiliador determina a ajuda a seu próprio critério, de acordo com as circunstâncias da ocasião (TRATADO, 1947, art.3º, itens 1 a 3), o que é bem diferente dos acordos firmados pelo Japão, Coreia, Austrália e Índia com a Superpotência. Além disso, sua utilidade para países que não os EUA tem sido criticada por estudiosos como Gerson Moura, para quem “A defesa nacional de cada país sulamericano ocupava lugar secundário na lista de seus objetivos”. (MOURA, 1991, p.75§5, p. 76§8.)

Um acordo como os firmados pelo Japão e pela Coreia do Sul seria impensável para o Brasil, em face do forte comprometimento da soberania. Já um vínculo como o da Austrália poderia ser palatável; mas da forma como vigia antes do acordo divulgado em setembro de 2011, que prevê o estacionamento permanente de poderosas forças norte-americanas no território (FIFIELD et al, 2011.), aspecto que fere a Constituição brasileira, pela qual apenas a permanência temporária de forças estrangeiras é admitida, se aprovada pelo Congresso Nacional (BRASIL, 2011, art. 49º, item II.). Tal vínculo dependeria também da exequibilidade ou aceitabilidade das obrigações militares acarretadas (como a interoperabilidade de forças nacionais com as norte-americanas, por exemplo).

Além disso, este autor julga difícil obter condições semelhantes, pois o peso do Brasil como aliado militar para os EUA – apenas na Segunda Guerra Mundial e na intervenção na República Dominicana em 1965 – é menor que o da Austrália, velha companheira de muitas campanhas⁷³.

Pela PDN 2005, um acordo bilateral de aliança defensiva com uma potência não se encaixaria bem à tônica multilateralista repisada no item 4.7, mas acordos como os celebrados

⁷³ Some-se a isso, o fato de a FEB não ter sido criada para atender uma necessidade dos aliados e, sim, a conveniências brasileiras: reaparelhar e modernizar o Exército com organização e material norte-americanos; fortalecer a “aliança especial” com os EUA e, assim, ter maior peso nas decisões internacionais no pós-guerra; e, internamente, aumentar a popularidade do Presidente, buscando sua sobrevivência política com o fim da ditadura do Estado Novo. (Ver ALVES, 2007, p.104§3; p. 105§2 e p.107§2 a p.110§2.)

entre a Índia e os EUA, poderiam ser enquadrados como intercâmbios ou “parcerias estratégicas com nações desenvolvidas ou emergentes”, preconizados no item 4.11. Assim, um acordo como os que a Índia firmou não acarretaria, em princípio, restrições pelo Brasil e poderia ser até muito vantajoso.

É duvidoso, porém, que os EUA tenham interesse em firmá-lo, pelo fato de o cenário estratégico brasileiro – Atlântico ser bem menos importante para seus interesses que o indiano – Índico, em que ressaltam aspectos de alta relevância, como o acesso às maiores fontes de petróleo do planeta, os principais conflitos da atualidade e a oposição indiana ao maior adversário dos EUA, a China.

Não se pode esperar também que tal acordo proporcionasse dissuasão nuclear estendida nem dispensasse o Brasil de perseguir considerável fortalecimento militar, o que até contribuiria para torná-lo um parceiro ou aliado (em um eventual conflito futuro) útil – haja vista a própria Índia que, criticada até os anos 1990 por não aderir ao TNP, detonou artefatos e se declarou potência nuclear, o que terminou fazendo-a ser considerada parceira útil, também por não ter qualquer necessidade de os EUA prover-lhe dissuasão adicional.

Desta forma, dos Estados da tabela 4.5, a Índia é o que, no que toca a possibilidades de acordos com os EUA, mais se aproxima do Brasil, mesmo assim, a grande distância, pois estamos muito longe do que esse país tem a oferecer como aliado, e possivelmente muito aquém do que ele pode pleitear dentro de tais acordos – mais pelas próprias limitações brasileiras em escala, doutrina militar e capacidade de absorção da tecnologia, que por cerceamento da outra parte.

Conclui-se do presente quesito, que a assinatura de acordos de aliança não constitui alternativa que substitua o adequado fortalecimento militar como necessidade para a defesa nacional, e que, mesmo que o Brasil empreenda tal fortalecimento e firme acordo como o firmado pela Índia com os EUA ou outra potência, continuará sem proteção dissuasória nuclear.

5.4 A coluna d - O inimigo potencial é muito poderoso

A análise abaixo foi realizada segundo dois enfoques, o do efeito dos inimigos sobre o planejamento de força de um Estado e o da própria existência e identificação desses inimigos. Quanto ao primeiro, verifica-se que a existência de inimigos poderosos leva à preponderância do planejamento de força por ameaça sobre o planejamento por capacidades.

Essa circunstância, todavia, é subordinada à evolução prevista das atuais condições – o segundo enfoque. Afinal, as amizades e inimizades de hoje foram construídas no passado, e o

planejamento de força é feito para que ela esteja disponível vários anos à frente. O fato de considerarmos “inimigos potenciais” no planejamento de força embute a crença de que as relações não se modificarão no horizonte considerado, o que pode não acontecer.

Há dezessete anos, o principal inimigo potencial da China era a Rússia, contra quem havia um vasto dispositivo terrestre, situação que se alterou, inclusive por iniciativa chinesa, a fim de voltar as baterias contra os EUA. Assim, os norte-americanos passaram a constituir a principal ameaça, dando origem ao fortalecimento do poder naval – um planejamento por ameaça a partir de uma mudança na situação estratégica.

Nada impede também, que se planeje para uma mudança apenas antevista das condições, como faz a Austrália, pelo Livro Branco de 2009, em que seu Poder Militar está sendo substancialmente aumentado, considerando a China como inimigo potencial, algo bem diferente da situação atual em que esse país é cliente preferencial para a venda de minérios, mas baseado em possibilidades descortinadas em estimativas de evolução do cenário regional e global.

As mudanças acima citadas, assim como as guerras, podem ter causas em três níveis, segundo a Polemologia: (BOUTHOU; CARRÈRE, 1979, p.59-60)

- o nível estrutural – de lenta modificação natural: causas demográficas (ex.: a população dos países árabes aumentou nos últimos anos, enquanto a dos países europeus estacionou ou diminuiu), econômicas (ex.: a Líbia é grande produtora de petróleo), geopolíticas (ex.: a unificação das duas Coreias provocará o nascimento de um gigante militar na Ásia), históricas (ex.: a evocação das Cruzadas aumenta o sentimento antiocidental entre árabes) e culturais (ex.: a tolerância ao suicídio entre os muçulmanos).

- o nível conjuntural, de modificação natural mais rápida, tipicamente a duração de um governo ou de um conceito – consistem principalmente na forma como os governos tratam as causas estruturais. Ex.: o governo Clinton e o “Consenso de Washington”; o aproveitamento, pelo governo Reagan da cultura muçulmana por meio das escolas religiosas (madrassas) para estimular a reação afegã aos soviéticos.

- o nível acidental – eventos fortuitos, às vezes provocados, que desencadeiam um fato novo de grande expressão. Ex.: os atentados de 11/09/2001, que provocaram a Guerra do Afeganistão e vários outros desdobramentos; a Crise de Taiwan, em 1995, que provocou a atual tensão entre EUA e China; o suicídio pelo fogo de um homem na Tunísia em dezembro de 2010, que provocou a “Primavera Árabe”, derrubando vários governos; o assassinato do herdeiro do trono da Áustria-Hungria, em 1914, na Bósnia, que acendeu o estopim da Grande Guerra.

A aplicação desses níveis deve orientar a leitura das situações dos Estados da tabela 4.5, expostas a seguir.

A China reduziu suas antigas questões estruturais com a Rússia, com quem agora compartilha a liderança na Organização para a Cooperação de Xangai, mas não conseguiu resolver a também antiga rivalidade com a Índia, com quem mantém relações cordiais, mas disputa influência no Índico, oceano vital para as linhas de comunicações marítimas de energia dos dois países. O principal inimigo potencial, contudo, é a Superpotência.

Assim, o país despende a maior parte de seus esforços no planejamento por ameaça contra a bem definida e muito poderosa ameaça dos EUA (com a estratégia da “Defesa ao Largo” – “*Offshore Defense*”), despende algum esforço, também planejando por ameaça, para criar condições de proteger seu tráfego marítimo de energia no Oceano Índico contra a ameaça da Índia e dos EUA (com a estratégia do “Colar de Pérolas”) e destina uma pequena parte do esforço planejando por capacidade, buscando a de controlar áreas marítimas indefinidas pelo mundo, contra inimigos não-definidos (com a estratégia da “Defesa no Oceano Aberto”).

O Japão tem como inimigos potenciais a China e a Coreia do Norte, ambas por rivalidades originadas na Guerra Fria, agravadas por evocações da ocupação nipônica durante a Segunda Guerra Mundial e mantidas agudas, no caso da China, por questões referentes à posse de ilhas na região e pela intenção chinesa de se apossar de Taiwan, ato considerado contrário aos interesses japoneses. A Coreia do Norte, por sua vez, constitui ameaça importante por seu poder nuclear, após os testes de tais explosivos e de mísseis, realizados em 2006.

Assim, o Japão emprega o planejamento de força por ameaça, tendo como ponto central, contra os norte-coreanos, a adesão ao sistema antimísseis balísticos (BMD) dos EUA; contra a China, o guarnecimento das ilhas em disputa, próximas a Taiwan, dentro de sua “estratégia de defesa dinâmica”, e contra ambas, o maior esforço de inteligência possível para o controle de áreas marítimas em torno do Japão, pela mesma estratégia.

A Austrália tem como inimigo potencial a China. Tal circunstância não é declarada em documentos oficiais, mas é deduzida por analistas pelas observações neles constantes sobre a rápida ascensão chinesa ao primeiro nível do mundo, sua crescente influência na Ásia, em especial junto aos países próximos à Austrália, sua grande dependência em relação aos minérios australianos, seu governo autoritário, estrategicamente ambicioso e geopoliticamente insatisfeito. (McCAFFRIE; RAHMAN, 2009, p. 65§3) Tais aspectos determinaram o atual programa de reaparelhamento, que consiste, assim, num exemplo de planejamento por ameaça.

Por ele, busca-se reforçar a capacidade de controlar as áreas marítimas na região polvilhada de ilhas entre o continente e a Austrália o que, com os meios modernos, pode se conver-

ter num forte sistema defensivo contra um inimigo que venha do continente – a única forma que os australianos consideraram possível a algum ator projetar poder sobre seu país.

A Rússia tem por inimigos potenciais os EUA e a OTAN, por inércia da Guerra Fria, pois as relações foram normalizadas, mas o nível de confiança ainda não é bastante para que os dois lados abandonem estratégias de precaução (“*hedging strategies*”). (KRUPNOV, 2006, p.14§5 e p. 55§3)

A situação é agravada pela assumida inferioridade russa em armas convencionais, sistemas de comando e controle, população e economia em relação ao Ocidente; pela alegada cobiça dos países ocidentais por seus recursos naturais (KRUPNOV, 2006, p. 44§3 a p.45§1); por suas diversas vulnerabilidades geopolíticas deixadas a descoberto com a fragmentação da URSS, e exploráveis por adversários, como os separatismos, nacionalismos e as tensões de origem religiosa (KRUPNOV, 2006, p.42§4 a 43§2); pela expansão da OTAN – em propósitos, número de membros e área de atuação; e pela atual redução do perfil da ONU, evidenciada com a invasão do Iraque em 2003, à revelia do Conselho de Segurança.

Assim, os esforços atuais da Rússia parecem igualmente divididos entre o planejamento por capacidades, buscando reconstruir capacidades defensivas básicas, como o desenvolvimento e a construção de novos SC, SNA e navios de emprego litorâneo; e o planejamento por ameaça, com o desenvolvimento, considerado imperativo, de um sistema de mísseis nucleares capaz de penetrar o sistema de defesa norte-americano, e de uma classe de SLMB para lançá-los – o míssil já foi desenvolvido e o submarino já foi lançado ao mar e está em testes.

A Índia tem como inimigos potenciais a China e o Paquistão. O último, bem menos poderoso, mas também potência nuclear, tem se mantido ativo não só em ações hostis nacionais, como a “Guerra de Cargil”, de 1999, mas por seu território servir de origem de incursões terroristas, como os atentados realizados em Mumbai, em 2008. A China tem realizado uma política de aproximação, mas constitui ameaça por sua expansão naval no Índico, seu apoio ao Paquistão e por disputar áreas de influência de interesse da Índia nas regiões do Sudeste Asiático e do Índico.

Por isso, a Índia se prepara para contra-arrestar essas duas ameaças dividindo esforços entre o planejamento por capacidades – no caso, buscando a capacidade de controlar áreas marítimas no Índico, nela incluída a de negar o uso do mar em seus acessos – os estreitos do Sudeste asiático; e o planejamento por ameaças, este especificamente contra a China, buscando dotar-se de SLMB, sua grande deficiência no equilíbrio estratégico com a rival.

A Coreia do Sul tem como inimigo potencial a Coreia do Norte como sequela da Guerra da Coreia (1950-1953) e, assim, orienta a preparação das forças armadas para dissua-

dir a vizinha de não repetir a tentativa de unificação da península pela força que deu origem àquele conflito, fazendo com que, se essa possível e desejada unificação ocorrer, o seja pacificamente.

A preparação naval, contudo, ainda que contenha aspectos específicos contra a Coreia do Norte, como a busca da capacidade de controlar as áreas marítimas em torno da península, não é atualmente orientada por eles, mas pela intenção de expandir as forças acompanhando a necessidade de proteção do comércio e dos interesses marítimos, formando uma marinha oceânica. Assim, tendo um inimigo definido, mas não muito poderoso no mar, a Coreia do Sul realiza o planejamento de força por capacidade, no caso, a de controlar áreas marítimas indefinidas, com a qual ultrapassa a necessidade de contra-arrestar a ameaça norte-coreana.

Verifica-se, assim, que a China, o Japão e a Austrália realizam preponderantemente o planejamento por ameaça; na Coreia do Sul, prepondera o planejamento por capacidades, porque o Poder Naval sulista é mais poderoso; e a Rússia e a Índia dividem seus esforços entre as duas formas de planejamento, com o importante detalhe de, em ambas, o planejamento por ameaça estar ligado à dissuasão nuclear, não à preparação para a guerra naval. Assim, no que toca à guerra naval, a Rússia, a Índia e a Coreia do Sul empregam o planejamento por capacidades.

O planejamento por ameaças constitui, assim, uma particularização do planejamento por capacidades, acionado quando há necessidade de concentração de esforços contra algum inimigo, como no caso de dissimetrias muito desfavoráveis – o da China, em relação aos EUA; ou vulnerabilidades importantes recém-descobertas – o caso do Japão, com a demonstração da capacidade norte-coreana em mísseis estratégicos e armas nucleares. No caso da Austrália, além do fato de a China ser um inimigo potencial poderoso, a necessidade de concentração de esforços na preparação contra ela também é determinada pela falta de outros inimigos.

O planejamento por capacidades é o “*défault*”, consistindo na busca de capacidades úteis, sem ligação necessária com algum ator.

No caso do segundo enfoque citado no início deste tópico, cabe registrar que vivemos uma época de rápidas mudanças nas situações, mesmo estruturais, como a ascensão dos emergentes e a depressão econômica de alguns países desenvolvidos. Assim, a crença na permanência futura dos atuais “inimigos potenciais poderosos” ou em sua ausência como inspiração para o planejamento de força, torna-se cada vez mais duvidosa, valorizando o planejamento por capacidades, determinadas pelo estado da arte e frequentes avaliações prospectivas.

Constata-se, portanto, que os países que possuem inimigos potenciais poderosos tendem a realizar, pelo menos em parte, seu planejamento de força por ameaça, dedicando a isso a maior parte dos esforços. Os demais países planejam por capacidades, usando o conhecimento das possíveis causas de conflitos, dos cenários prospectivos e do estado da arte militar pertinente para determinar as capacidades necessárias.

No que toca ao primeiro enfoque – o efeito dos inimigos sobre o planejamento de força – o Brasil, não tendo inimigos potenciais poderosos, deve realizar seu planejamento de força por capacidades, como constatado acima e previsto pela Estratégia Nacional de Defesa (BRASIL, 2008, diretriz 16). Assim procedem também a Rússia, a Índia e a Coreia do Sul para a construção de seus poderes navais, sendo que a Rússia está voltada prioritariamente para a defesa litorânea, enquanto a Índia e a Coreia do Sul, para a capacidade de controlar áreas oceânicas. Considerando que estes dois propósitos constam das intenções brasileiras, este autor conclui que, quanto a este quesito, os três países são os que mais se aproximam do Brasil.

No tocante ao segundo enfoque – a própria existência e identificação dos inimigos – novamente, a condição do Brasil é particular, sendo o único país a não possuir inimigos poderosos (nem não-poderosos). Esse fato evidencia o fato de a América do Sul ter sido tradicionalmente uma das zonas de mais baixa prioridade estratégica para qualquer dos principais atores estatais do sistema internacional, o que se deve a vários fatores, como a presença da Superpotência no hemisfério; o afastamento dos centros de poder do Atlântico Norte e do Pacífico Norte; a impotência dos Estados, ou seja, a inexistência de forças armadas capazes de projetar poder significativamente; a identidade de valores entre os povos sulamericanos e o Ocidente desenvolvido; e a irrelevância, ou seja a baixa capacidade econômica e também política dos Estados.

Ao Brasil, especificamente, credita-se o fato de, sendo o país de maior Poder Nacional da região, ter mantido um perfil militar tão baixo que não se distinguiu apreciavelmente dos demais, e o de ter-se mantido bem comportado, tendo aderido aos regimes de não-proliferação e aceitando a estratificação do poder global sem protestos. (ALSINA, 2006, p. 41 a 44; p. 92 a 94) Assim, procurava não incomodar os países desenvolvidos, neutralizando eventuais pretensões intervencionistas, e fazia com que os vizinhos não se sentissem ameaçados por ele, garantindo uma ordem regional produtiva no longo prazo. (ALSINA, 2006, p.46§5)

Atualmente, contudo, o Brasil, e não a América do Sul, está em evidência mundial. A ascensão econômica e política o projetaram no cenário internacional, e as descobertas petrolíferas revelaram riquezas vitais e por demais expostas para não serem responsabilmente defendidas por meios militares, alterando o quadro anterior.

Assim, essa maior projeção, as maiores responsabilidades dela decorrentes, principalmente se obtiver o pleiteado assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, seu planejado fortalecimento militar e os possíveis incidentes no mar, que se tornarão mais prováveis com o atual incremento da patrulha naval das águas jurisdicionais, poderão mudar a situação acima descrita, obrigando-o a tomar posição em questões internacionais graves, levando-o a contrariar interesses e conquistar inimigos poderosos.

5.5 A coluna “e” - O Estado é muito dependente de petróleo importado

Apenas o Brasil e a Rússia não se enquadram nessa afirmação.

Embora a regra não valha para todos os Estados, este tópico assume que, em grandes números, a dependência de petróleo importado acarreta a dependência do transporte marítimo.

Este estudo considera duas grandes atividades em que os esforços navais são divididos, a defesa do território e do litoral contra ações navais de projeção de poder, que implica o propósito estratégico de negar o uso do mar ao inimigo; e a proteção das linhas de comunicações marítimas (LCM), o que implica o propósito estratégico de controlar áreas marítimas.

A proteção às LCM ainda pode ser dividida entre o provimento de segurança ao tráfego marítimo de importação de petróleo e gás, que toma a conotação de Segurança da Energia, é vital para os Estados importadores e é forte motivadora para os esforços de proteção; e ao tráfego marítimo de importação e exportação de outras mercadorias que, embora não tão importante, também provoca esforços de proteção ao tráfego marítimo.

Este tópico tratará da proteção às LCM, deixando a defesa contra ações de projeção de poder para o tópico seguinte.

Existe uma estrutura mundial para dar segurança ao tráfego marítimo, mas alguns países despendem esforço naval preparando-se para aumentar ou garantir essa segurança em tempos de conflito; uns mais, outros menos, dependendo das tensões a que estão submetidos, sendo que o abastecimento de energia tem prioridade sobre o tráfego marítimo de outras mercadorias.

Assim, vê-se que a China, o Japão, a Índia e a Coreia são fortemente dependentes de petróleo externo, mas apenas a China e a Índia empreendem medidas de vulto, específicas para proteger seu fluxo de petróleo por meio de estratégias navais tradicionais – o controle de áreas marítimas. A China, com o “Colar de Pérolas”, pretende ter pontos de apoio para estruturar a proteção dos navios mercantes; a Índia inclui esse problema como o principal, na estratégia de monitoramento e controle de áreas marítimas no Oceano Índico (ÍNDIA, 2007, p. 50

a 55), em que também estão contidos o seu intenso tráfego comercial e a proteção das fontes litorâneas de petróleo, que são pouco expressivas. Esse sistema, que permite melhor controlar várias áreas marítimas, conta com satélites, aeronaves, VANT, radares e outros sensores.

O Japão inclui a proteção de todo o tráfego marítimo (energia e mercadorias) no sistema de monitoramento e controle das áreas próximas ao país.

A Austrália, apesar de ser considerada muito dependente do petróleo, tem alguma produção em seu litoral norte-noroeste, e não se estrutura para prover proteção ao tráfego marítimo de importação de petróleo nem comercial. A defesa das linhas de comunicações marítimas (LCM) é apenas indiretamente aludida (AUSTRALIAN, 2009, p.60 item 8.19) e a ameaça ao tráfego marítimo não é mencionada, cabendo notar que a marinha possui e continuará possuindo apenas doze escoltas.

A Rússia tem a economia fortemente baseada na exportação de petróleo e gás, e obtém esses produtos de fontes no território e nas águas jurisdicionais, o que lhe confere considerável segurança.

Dessa forma, o tráfego marítimo da Rússia consiste principalmente no comercial, que é menos importante que a proteção ao litoral. Isso se reflete nas prioridades para renovação de seu poder naval, em que são dedicados mais esforços aos meios litorâneos, necessários à oposição a tentativas de projeção de poder (estratégias de atacado), não se investindo apreciavelmente nos meios oceânicos (RUSSIAN NAVY, 2009) que possibilitariam uma maior proteção ao tráfego comercial, aspecto que lhe valeu a classificação de ATDO.

A Coreia do Sul reúne o tráfego petrolífero ao de mercadorias no sistema de proteção que está criando com o desenvolvimento de sua marinha oceânica e com as relações com marinhas dos países da região do Estreito de Malaca, como a Malásia, para assegurar-lhe proteção extra nessa região-chave.

Constata-se, assim, que os Estados muito dependentes de petróleo importado, que se sentem muito ameaçados, preparam forças e dispositivos para prover proteção a esse fluxo por meio de estratégias tradicionais, mas o tráfego marítimo de outras mercadorias também é objeto da preparação de forças e dispositivos de proteção, ainda que com prioridade menor que àquele, igualmente por estratégias tradicionais.

Como já exposto, as estratégias tradicionais se traduzem principalmente no Controle de Áreas Marítimas, que constitui, portanto, o aspecto comum das ações de proteção aos dois tipos de tráfego marítimo.

O Brasil não tem o problema do tráfego de petróleo importado e, não cogita, portanto, de qualquer estratégia para esse fim, aspecto que o torna mais parecido com a Rússia.

Tem, contudo o problema de prover a segurança ao tráfego marítimo de outras mercadorias, considerado bastante importante para não ser protegido, como previsto pela END – uma das razões para a preparação das forças para o controle de áreas marítimas (OBERG, 2010, slides 43 a 64; BRASIL, 2008, p. 12 item 1-c). Assim, a Índia é o país mais semelhante ao Brasil quanto a este quesito, porque pretende controlar áreas marítimas no Oceano Índico, da mesma forma que o Brasil pretende no Atlântico Sul, já dispondo de um amplo sistema de monitoramento oceânico para melhorar as condições de fazê-lo, que é análogo ao que o Brasil pretende construir, o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz).

5.6 A coluna “F” - O Estado possui áreas jurisdicionais marítimas muito importantes

Este aspecto classifica como detentor de áreas jurisdicionais importantes a Rússia, a Austrália e o Brasil, cabendo notar a curiosidade de que a Austrália, apesar disso, é dependente de petróleo importado, porque suas reservas são majoritariamente de gás e apenas uma pequena parte é de petróleo e suas fontes são muito afastadas de suas refinarias, situadas próximas aos centros consumidores no Leste do país, acarretando conveniências comerciais que fazem exportar grande parte da produção enquanto também importa o produto. (AUSTRALIA, 2010, “*Imports and Exports*”)

As reservas litorâneas da China são pequenas, e fontes de alterações com vizinhos por se situarem em áreas disputadas. Uma dessas questões é a que inclui as ilhas Senkaku, questionadas pelo Japão, o qual não contabiliza reservas de petróleo e gás na ZEE, por estarem elas nessa área questionada.

No caso da Austrália, a área onde as reservas e a produção “*offshore*” se situam – o litoral Norte-Noroeste – coincide com a área a controlar no dispositivo geral de defesa, que prevê como eixo da ameaça a região insular do Sudeste Asiático – a que conecta o continente à Austrália. Por isso, apesar de as reservas serem consideradas objetivo de defesa, não implicam um dispositivo à parte.

As reservas litorâneas da Índia são pequenas, mas a Marinha dedica algum esforço a sua proteção, ainda que no âmbito do dispositivo de controle de áreas marítimas da costa ocidental, onde se localizam; já a Coreia do Sul não dispõe de reservas de petróleo ou gás.

A Rússia é dona de imensas reservas no mar, que se estendem por vastas áreas (PATIN, 2011, §1), somando 5,2 a 6,2 milhões de Km², sendo 90% no Oceano Glacial Ártico, das quais 66,5% em sua parte ocidental, nos mares de Barents e Kara. (ZISK, 2010, p.105§2)

O país tem demonstrado grande preocupação com seu resguardo, alegando cobiça de outras potências, com considerável mobilização do Estado e da opinião pública, destacando-se uma expedição, em 2007, que culminou com a fixação de uma bandeira nacional no fundo do mar, exatamente no Pólo Norte, numa atitude simbólica em face de suas disputas por áreas da plataforma continental com outros países. Além disso, também nesse ano, reiniciou os vôos de patrulha com aeronaves de longo raio de ação e incrementou as atividades da Esquadra do Norte, sediada nesse oceano. (BAEV, 2009, “*The Risks of Militarisation*” §1 e 2)

Com o esgotamento previsto das jazidas terrestres nos próximos vinte e cinco anos, a Rússia está determinada a incrementar a produção marítima e ser a potência líder do Ártico. Em 2009, emitiu uma Estratégia específica para esse oceano, que cobre vários campos, inclusive o econômico, onde contempla novas iniciativas de exploração, inclusive com investidores estrangeiros. Na parte militar, prevê a manutenção das atividades navais e aéreas intensificadas em 2008, a ênfase à estrutura de defesa e monitoramento, com satélites e radares, a formação de uma tropa de operações especiais para a região, a realização de exercícios militares e um grande aumento da força combatente oceânica contando com NAe, fragatas e corvetas de múltiplo emprego – meios cuja obtenção ainda depende da continuação da recuperação econômica do país, mas cuja previsão revela a intenção futura de controlar áreas oceânicas em proveito da segurança do litoral.

O “conflito por recursos energéticos no Ártico” é um dos desafios considerados nos escalões elevados. Para os russos, não existe perigo iminente de agressão direta ao território nem de confrontação em larga escala na região, mas não se descarta a possibilidade de a competição por hidrocarbonetos descambar para tensões envolvendo o emprego do poder militar, sendo que a plataforma continental no Mar de Barents e em outras áreas do Ártico são regiões de alto potencial de confronto por recursos naturais. (ZYSK, 2010, p.107 “*Military Issues*”)

Assim, as medidas adotadas pela Rússia permitem constatar que os Estados detentores de áreas jurisdicionais importantes tendem a defendê-las com grandes dispositivos de estratégias do atacado.

Neste quesito, esse país, ainda que com reservas muito maiores, é o único realmente comparável ao Brasil, o qual, pela Estratégia Nacional de Defesa, segue o mesmo caminho, reconhecendo nas plataformas petrolíferas – vale dizer, nas áreas marítimas que abrangem as reservas de petróleo e gás – o principal objetivo de defesa (BRASIL, 2008, p.9 item 21; p.12 item 1-a) e a principal razão para a atualização e a expansão do Poder Naval, aí destacando-se o SisGAAz, já citado, um abrangente sistema de monitoramento, provido de satélites, radares e outros sensores, que apoiará um sistema de proteção das plataformas petrolíferas formado

por meios de combate, que incluem, em vários dispositivos, todos os meios navais e aeronavais existentes e a serem obtidos, destacando-se os submarinos convencionais e de propulsão nuclear. (MOURA NETO, 2010, p.457 a 460)

Diferentemente das reservas marítimas do Brasil, as do Ártico abrangem, além das áreas jurisdicionais da Rússia, as de outros países, como a Noruega e os EUA. Assim, sua delimitação tem produzido contenciosos e constitui uma fonte potencial de conflitos.

Também como a Rússia, o Brasil inicia a reconstituição de seu Poder Naval pela construção de submarinos e meios costeiros (navios-patrolha), refletindo a prioridade do litoral como objetivo de defesa, e prevê meios para controlar as áreas oceânicas adjacentes em proveito da segurança das áreas litorâneas.

5.7 A coluna “G” - O Estado possui uma grande fronteira marítima

Nessa coluna, observa-se que todos os países possuem grande fronteira marítima, exceto a China e a Coreia do Sul, sendo que a desta última é a menor entre todos os países estudados.

A China, um dos dois países de pequena fronteira marítima, mas situado numa região especialmente conflituosa, possui três comandos de área, as esquadras do Norte, do Leste e do Sul, sendo que as duas últimas correspondem aos mares da China Oriental e Meridional, e a primeira, à parte Norte do Mar da China Oriental, incluindo o Mar Amarelo. (SAUNDERS, 2007, p.115).

O Japão tem quatro comandos de força, todos na Ilha principal, sendo três na costa voltada para o Pacífico onde se situa a maior parte da fronteira marítima, e uma na costa do Mar do Japão (SAUNDERS, 2007, p. 398). Além disso, as Forças de Defesa estão procurando otimizar a distribuição de meios em regiões longínquas, a fim de possibilitar a pronta reação a ameaças, que constitui o cerne da nova estratégia, “Força de Defesa Dinâmica”.

A Austrália tem suas forças divididas desigualmente em duas bases simétricas em relação a sua fronteira marítima, uma a Sudeste (Sidney), região de maior concentração populacional e econômica, e outra a noroeste (Darwin), sendo esta, frente às ilhas da Indonésia – o eixo da ameaça – a que sedia a maior concentração de forças. (SAUNDERS, 2007, p. 24).

A Rússia, como já exposto, tem suas forças navais distribuídas em quatro esquadras – no Ártico, Pacífico, Mar Báltico e Mar Negro, além de uma flotilha no Mar Cáspio (SAUNDERS, 2007, p. 623). A esquadra do Norte (Ártico) sempre foi a mais importante, concentrando o maior poder, vindo a do Pacífico em segundo lugar, dispondo ambas de meios

de dissuasão nuclear. Atualmente, porém, o Ártico tornou-se ainda mais relevante devido à recente atenção dada à proteção das grandes reservas energéticas lá situadas e ao incremento de sua exploração.

A Índia divide suas forças em duas esquadras, uma na costa ocidental e outra na oriental, e vários comandos e bases nas duas costas ou em ilhas das duas regiões (SAUNDERS, 2007, p. 311), coincidindo com os problemas estratégicos advindos respectivamente do Índico Ocidental - Mar da Arábia, e do Índico Oriental - Golfo de Bengala.

A Coreia do Sul, o país de menor fronteira marítima, tem, apesar disso, três esquadras, uma para a costa leste, outra para a costa oeste e outra para a parte Sul da península; as duas primeiras voltadas para a Coreia do Norte, e a do Sul, provavelmente para o estreito de Tsushima e para o Japão. (SAUNDERS, 2007, p. 440)

Pelo exposto, constata-se que, independentemente de a fronteira marítima ser grande ou pequena, os Estados distribuem suas forças navais por ela de forma lógica, obedecendo a características geográficas e aos aspectos estratégicos específicos de cada setor, principalmente os objetivos de defesa e as ameaças a fazer face, com o propósito de maximizar a capacidade de dissuasão imediata por meio da mobilidade e da presença.

O país cuja fronteira marítima é mais semelhante à brasileira é, certamente, a Índia, por igualmente se conformar em duas seções separadas por um ângulo pronunciado, só que a brasileira é bem maior (9.557 km contra 5.435,8 km). Coerentemente, a Índia possui uma esquadra em cada costa, fazendo face a dois problemas diferentes: a do Leste tem o trato com o Sudeste Asiático e a rivalidade com Bangladesh, e a do Oeste tem o trato com Oriente Médio e a rivalidade com o Paquistão.

Da mesma forma, o Brasil possui, a Leste e Sudeste a região de maior importância econômica e política, o Pré-Sal, as demais bacias petrolíferas e jazidas de minerais no litoral, a África, a vizinhança do Cone Sul e os interesses de mineração da bacia do Atlântico Sul que tendem a aumentar; e ao Norte, existe o acesso à Amazônia, a vizinhança da França (Guiana Francesa) e do Caribe, onde é notória a forte presença da Marinha dos EUA e jazidas petrolíferas próximas ao limite da ZEE (ver fig. 3.3).

O Brasil, contudo, sempre possuiu apenas uma esquadra com a totalidade de seus meios combatentes sediada numa posição excêntrica – o Rio de Janeiro – situação tida por adequada por ser a posição próxima da maior concentração econômica e populacional, e por um argumento bastante conveniente para justificar a carência de meios – o de que a mobilidade característica do Poder Naval permitia enfrentar todas as ameaças onde quer que ocorressem, porque, dado que as crises não se desenvolvem do dia para a noite, sempre seria possível des-

locar forças tempestivamente para o ponto devido da fronteira marítima, quando uma crise se apresentasse.

Esse argumento desperta a lembrança da Coreia do Sul que, com a menor fronteira marítima dos países estudados, possui três esquadras. Além disso, a linha de ação brasileira contraria a prática de todos os países, reflete a intenção de buscar a dissuasão geral apenas pela disponibilidade e credibilidade no emprego das forças e difere radicalmente das atuais diretrizes estratégicas (BRASIL, 2008, p.4, diretriz 4), que preconizam a resposta pronta a qualquer ameaça ou agressão, maximizando o esforço de presença e a mobilidade estratégica, analogamente à “Defesa Dinâmica” do Japão.

Oportunamente, a END determina a correção dessa distorção por meio da criação de uma segunda esquadra, a ser sediada na costa Norte (BRASIL, 2008, p.41§9), distribuindo o Poder Naval nas regiões mais importantes da fronteira marítima – o Sudeste e a Foz do Amazonas – e prescrevendo também o correspondente aumento do número de meios. Desta forma, na “situação final”, o Brasil pretende ficar ainda mais semelhante à Índia neste quesito.

5.8 As colunas “h” - O provável teatro de operações das forças navais é restrito, e “I” - O provável teatro de operações das forças navais é amplo.

A coluna (h) se refere a outra diferença do Brasil para com os demais países da tabela, que precisam preparar seus poderes navais para operar em teatros de operações restritos, ou seja, aqueles em que a proximidade de terras emersas tem que ser levada em conta nas operações, por restringirem a manobra dos meios navais; e a coluna (I) se refere aos países que precisam preparar seus poderes navais para operar em teatros amplos, ou seja, aqueles em que a proximidade de terra não é fator que interfira nas operações.

A China tem teatros restritos no litoral até a “primeira cadeia de ilhas”, que passa ao longo da costa a distâncias que variam de 100 a 400 milhas (185 a 740 km) e é, ela própria, também um fator restritivo porque possui altos fundos que restringem a passagem. Essa área é, em geral, muito rasa (PATTON, 2007, p.278§2), mas dá acesso às águas profundas do Pacífico, que constituem um teatro amplo.

Assim, a China prepara seu Poder Naval para operar em teatros restritos e amplos. Com isso, segundo uma estimativa norte-americana, empregará, em seu principal problema militar, o possível enfrentamento da marinha dos EUA por Taiwan, a mesma estratégia defensiva, a “Defesa ao Largo” (“*Offshore Defense*”), preparada desde os anos 1980 para defender o litoral.

O enfrentamento citado poderia ser ensejado pela percepção, por parte dos chineses, de fragilidade do governo de Taiwan num quadro político propício à secessão, que os motivasse a empreender uma campanha de coerção, com o propósito de impedir tal decisão. Tal ação poderia tomar várias formas, desde ataques com mísseis e aeronaves a operações especiais, ou mesmo a minagem de seus portos. Nessa situação, o impedimento ou o retardo do auxílio das forças dos EUA contribuiria para levar o governo da ilha à capitulação ou à negociação em posição desfavorável. (McVADON, 2007, p.11§2; COTE Jr,2011, p.10§3 e 4)

Pela estratégia chinesa, suas forças procurariam estabelecer o controle da área marítima entre a costa e a primeira cadeia de ilhas – um teatro restrito – em ações em que participariam SC de pequeno porte; e negar o uso do mar às forças norte-americanas nas proximidades de Taiwan e em seus acessos além da cadeia de ilhas – primordialmente no teatro amplo – empregando os SC de médio porte⁷⁴, enquanto os SNA seriam usados ofensivamente contra as forças dos EUA a grandes distâncias, também em teatros amplos.

A operação também comportaria ações da aviação chinesa baseada em terra ameaçando os aviões antissubmarino inimigos e lançando mísseis de cruzeiro contra suas forças de superfície. Além disso, a força chinesa de mísseis (o “Segundo Corpo de Artilharia”) lançaria mísseis balísticos antinavio de terra contra os NAe norte-americanos. (GODWIN,2007, p.53§2; McDEVITT,2007, p.367§3-368§2; COLE,2007, p.26§3 e 4)

Outras ações da marinha chinesa são esperadas, mas em cenário diverso do enfrentamento acima, por meio das estratégias do “Colar de Pérolas” e “Defesa no Oceano Aberto”. O “Colar de Pérolas” pressupõe o controle de áreas marítimas no Índico para prover segurança ao tráfego marítimo de petróleo e compreende, portanto, a ação em teatro amplo, ainda que compreenda também as passagens do Mar do Sul da China para o Índico, que constituem teatros restritos.

A “Defesa no Oceano Aberto” pressupõe a ação da marinha chinesa como força oceânica, em sua expansão acompanhando o comércio exterior e os interesses marítimos do país, que se estendem a todo o planeta. Esta terceira estratégia, que teria como marca a capacidade de operar navios-aeródromos (QI, 2006, p.61§2 e p. 66§2 (nota 8); ERICKSON; WILSON, 2007, p.232§3 a p.233§1), prevê, portanto, ações em teatros amplos, mas está sendo retardada pela concentração de esforços na “Defesa ao Largo”, que atende ao problema prioritário – a confrontação com os EUA.

⁷⁴ Este estudo está considerando submarinos de pequeno porte os de deslocamento médio até 2000t, de médio porte, os de 2000t a 3000t, e de grande porte os de mais de 3000t.

O Japão tem o Mar do Japão a Oeste e a Norte, que constitui um teatro restrito, com alguns estreitos passando entre as ilhas nipônicas, sendo os mais importantes os de Tsushima, Tsugaru e Soya. Esses estreitos constituíam objetos de defesa quando a invasão em grande escala era considerada uma ameaça plausível, e são considerados até hoje uma vulnerabilidade do país por serem estreitos internacionais que passam entre as ilhas que formam o país. (DUTTON, 2007, p.167§1)

A Leste e ao Sul se estende a imensidão do Pacífico, que constitui um teatro amplo para a operação da marinha japonesa desde 1976, quando o país assumiu a responsabilidade pela segurança das linhas de comunicações marítimas a partir de 1000 milhas do território, e tem aumentado nos últimos anos, com a ampliação das atividades navais em operações multinacionais. Desta forma, a marinha japonesa prepara suas forças para operação em teatros restritos e amplos. Atualmente, contudo, em face da estratégia da “Defesa Dinâmica” e das ameaças da China e da Coreia do Norte, a leitura dos documentos parece indicar que o teatro restrito – voltado para o continente – está recebendo maior atenção.

A Austrália tem sua defesa estruturada sob a premissa de que um futuro inimigo só poderá projetar poder sobre o país, vindo através das numerosas ilhas que formam a “ponte” entre o continente e seu território, o que constitui um teatro restrito, pois as operações estariam condicionadas pelas passagens entre as ilhas ou pelo emprego de algumas delas como pontos de apoio para a obtenção do controle dessa área marítima. Assim, apesar de ter a Leste e ao Sul a imensidão do Pacífico, que constitui um teatro amplo, a Austrália só prepara seu Poder naval para operar no citado teatro restrito.

A fronteira marítima da Rússia contém diversos mares abertos e fechados que implicam a preparação para operar em teatros amplos e restritos. Os de maior interesse militar são o Mar Báltico, o Mar Negro, o Mar de Barents e o Mar de Okhotsk. Os dois primeiros são mares realmente fechados, constituindo teatros restritos. Os mares de Barents e Okhotsk também podem ser considerados teatros restritos em regiões mais próximas à costa, porque a geografia local coloca algumas limitações às direções de aproximação por mar de vetores que venham do oceano aberto, mas à semelhança dos mares da China, dão acesso direto a teatros amplos (ao Ártico e ao Pacífico, respectivamente). Outras regiões do litoral ártico, a leste do Mar de Barents, como observado por este autor em cartas geográficas, podem ser consideradas teatros restritos, face à proximidade da calota polar.

Os mares de Barents e Okhotsk abrigavam “bastiões” da marinha soviética no tempo da Guerra Fria (GRISSOM, 2011, p. 81§6; BREEMER, 1985, p.18), ou seja, santuários onde os SLMB operavam protegidos, e de onde seus mísseis podiam atingir alvos nos EUA. A pro-

teção contra os SNA incursores dos EUA, em caso de guerra, constava de fortes barreiras antissubmarino, integradas por aeronaves, navios, SNA, SC e campos minados, o que consistia numa operação em teatro restrito. Analistas norte-americanos consideram que, atualmente, essa estratégia continua sendo empregada. (MURRAY, 2007, p.59§1.)⁷⁵

Como já exposto, em face do atual projeto de exploração de hidrocarbonetos no Ártico, a Rússia prevê a implantação de um grande dispositivo de segurança nesse oceano com meios navais como NAe, fragatas e corvetas multipropósito, que sugerem a operação em teatros amplos.

A Índia dedica a maior parte de seu esforço naval à preparação para a operação em teatros amplos, representados pelo Oceano Índico, mas dedica também uma parcela à preparação para operar nos estreitos da Indonésia, que dão passagem para o Mar do Sul da China, que configuram teatros restritos não contíguos ao território indiano.

O controle de áreas marítimas daquele oceano constitui requisito para a solução de todos os seus problemas estratégicos, e para isso o país é beneficiado por uma posição privilegiada, de onde a faixa de 1.000 milhas (1.850 km) da costa cobre praticamente metade dele, proporcionando boas condições de vigilância pelos meios aéreos tradicionais disponíveis, onde se destacam os aviões de fabricação russa de 7.000 milhas (quase 13.000 km) de raio de ação de que dispõe. Outro fator favorável à vigilância é a existência de várias áreas focais dentro do oceano, algumas até próximas à Índia – que condicionam a passagem de navios mercantes. Além disso, o esforço de vigilância inclui o concurso de um satélite israelense alugado, VANT, AWACS⁷⁶ e a implantação de um “sistema regional indiano de navegação por satélite”. (INDIAN, 2006)

A Índia se vê como a potência líder desse oceano (BERLIN, 2006, p.60§3 e 4)⁷⁷. A capacidade de nele controlar áreas marítimas tem por propósito dar segurança à navegação, ao litoral e ao território, mas permite também projetar poder sobre terra para manter essa capacidade de controle, para restaurar a estabilidade na região, como já fez no tempo da Guerra Fria, intervindo em Sri Lanka (1987) e nas Maldivas (1988) (RAHN, 2006, p.17§2 e 3; SCOTT, p.104§2); e para contra-arrestar eventuais adversários que os utilizem como bases no contexto de alguma crise ou conflito. Assim, os esforços do poder naval indiano, que conta com dois navios-aeródromos, contemplam principalmente ações em teatro amplo.

⁷⁵ “A força submarina da Rússia é pouco mais que uma réplica (“*artifaci*”) da Guerra Fria, construída para ajudar a defender os bastiões dos SLMB soviéticos”.

⁷⁶ *Airborne Warning And Control System* – sistemas de vigilância aerotransportados.

⁷⁷ “Não surpreendentemente, a Índia olha o Oceano Índico como seu quintal e considera natural e desejável que o país funcione como o líder e a influência proeminente na região - a única região e oceano no mundo que receberam nome após ele ser dado a um Estado.”

A Coreia do Sul também dedica parte do seu esforço naval a teatros restritos, visando a contra-arrestar a Coreia do Norte, possuindo alguns meios específicos para isso. Esses meios, contudo, construídos até início dos anos 1990, não estão sendo renovados. A atual concepção do Poder Naval privilegia a operação em teatros amplos, com uma marinha oceânica que, mesmo assim, tem capacidade de controlar áreas marítimas costeiras com sistemas modernos, como helicópteros navais bem equipados. Assim, pode-se dizer que a Coreia do Sul prepara seu Poder Naval para operar em teatros amplos, aproveitando os mesmos meios para operar nos teatros restritos, se necessário.

Constata-se, assim, que os países procuram aproveitar ao máximo os teatros restritos disponíveis que atendam a seus propósitos estratégicos, porque eles permitem realizar operações com meios mais baratos por meio da integração com instalações em terra, tipicamente prescindindo de NAe e de submarinos nucleares de ataque; ou seja, os teatros restritos permitem soluções de mais baixo custo para os problemas estratégicos.

Constata-se também, no caso de um teatro amplo, que as operações defensivas de um Estado atacado seguem o princípio das Linhas Interiores, exigindo grande esforço de conhecimento (Inteligência, vigilância) de todo o teatro, ou de boa parte dele, e mobilidade dos meios de reação para a localização e engajamento tempestivo das forças oponentes, cujas operações, sendo ofensivas, seguem o princípio das Linhas Exteriores, que lhes proporciona grande liberdade para escolha dos objetivos e do momento do ataque.⁷⁸ Em outras palavras, para países atacados, os teatros amplos implicam soluções mais dispendiosas para os problemas estratégicos.

Em termos de meios flutuantes, com exceção da estrutura de varredura de minas, cujo emprego é portuário ou, no máximo, costeiro, pode-se dizer que o Brasil prepara seu poder naval para operações exclusivamente em teatros amplos, o que condiz com a Geografia.

Essa preparação tem por propósito a defesa do território e das águas jurisdicionais, que contém a área onde se situam as reservas marítimas de óleo e gás e as plataformas petrolíferas, contra unidades que possam atingir ativos situados em qualquer de seus pontos, o que, em termos de armas modernas, significa grande parte do Atlântico Sul. Um segundo propósito, que poderá acarretar ações além desse teatro, será a defesa do tráfego marítimo comercial, pois a defesa do tráfego marítimo de energia – entre as plataformas e os portos e terminais – estará contida na defesa dos ativos litorâneos.

⁷⁸ Linhas Interiores e Exteriores constituem um conceito jominiano (JOMINI, 1838, p.120§2 e 3) para Estratégia Terrestre, mas também empregado na Geopolítica por Mackinder, (MELLO, 1999, p.37§2) na explanação do conflito “Oceanismo” *versus* “Continentalismo”.

Existe semelhança entre o Brasil e a Rússia quanto a seus teatros amplos, começando pelo fato de o país também possuir grandes reservas marítimas de petróleo e gás (muito maiores que as brasileiras). O dispositivo de vigilância que os russos prevêem instalar no Ártico, por ter as regiões litorâneas como foco, tem semelhança com o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz). Além disso, as formas de operação do sistema defensivo alinhados na Estratégia Nacional de Defesa, que prevêem uma situação “normal” e outra de “grande inferioridade” (BRASIL, 2008, p. 14 item 7), lembram duas concepções da estratégia das “Zonas de Defesa” soviéticas dos anos 1980, que parecem estar sendo seguidas pela Rússia e pela China.

Uma dessas concepções previa uma “zona de controle” contígua à costa, em que se pretendia exercer um controle em alto grau (“comando do mar”), mantido por meios de combate costeiros e aéreos baseados em terra; além dela, haveria uma zona de disputa, onde os defensores disputariam o controle do mar com o oponente, empregando forças navais, inclusive navios-aeródromos; e além dela haveria a “zona do oceano aberto”, onde seriam empreendidas ações de negação do uso do mar por submarinos. (HERRICK, Robert H. *apud* TILL, 2004, p.158§8)

A outra concepção também previa a “zona de controle” junto à costa, onde também tentar-se-ia manter o melhor nível de controle possível, empregando meios costeiros e baseados em terra; mas a segunda seria a “zona de negação do uso do mar”; e a mais externa seria a zona onde seria realizado o reconhecimento de longo alcance e a interdição de meios inimigos por submarinos (COLE, 2007, p. 26§6). Esta segunda concepção pressupõe grande inferioridade porque não cogita de disputar o controle na zona intermediária, foi a adaptada pelos chineses nos anos 1980 para criar sua estratégia de “Defesa ao Largo”, e é a que analistas norte-americanos estimam que seria usada contra eles atualmente num conflito por Taiwan. (GODWIN, 2007, p.53§2)

Quanto às outras estratégias chinesas, apenas a “Defesa no Oceano Aberto” tem alguma afinidade com a intenção brasileira de apoiar o comércio e os interesses marítimos, que não é classificada como uma estratégia específica e tem amplitude bem menor que a chinesa, que pretende ser mundial, enquanto a brasileira vai pouco além do Atlântico Sul.

O Brasil também tem importantes semelhanças com a Índia – sua posição também é proeminente no oceano adjacente, o qual também possui algumas áreas focais, e a maior parte da navegação passa próxima à costa brasileira, permitindo igualmente boas condições de vigilância, se se dispuser de sistemas adequados. A Índia já dispõe de um sistema desenvolvido,

que conta com aeronaves, VANT e satélites de vigilância, que também parece semelhante ao pretendido SisGAAz, já citado.

Além disso, no Atlântico como no Índico, existem ilhas que, como os países limítrofes, podem converter-se em bases de adversários para projeção de poder sobre o País – mas neste ponto existe uma diferença importante – as ilhas oceânicas do Índico passíveis de se converterem em bases de adversários são países em desenvolvimento como Sri Lanka e Maldivas, submetidos às disputas de influência entre a China e a Índia, e que até já sofreram intervenções indianas nos anos 1980, pois as outras ilhas são possessões de potências ocidentais (algumas com bases militares importantes, como a norte-americana existente na Ilha de Diego Garcia, no arquipélago de Chagos), que não seriam inimigas em face dos acordos firmados pela Índia com os EUA a partir de 2005.

No Atlântico, as ilhas oceânicas não-brasileiras não constituem Estados e são todas possessões do Reino Unido, indicando que, se se tornarem bases de adversários para projeção de poder sobre o País, estará havendo uma confrontação com os poderosos países do primeiro mundo (os atacantes), uma reedição da Guerra das Malvinas que não pode deixar de ser considerada. Cabe, inclusive, assinalar que a Ilha de Ascensão abriga instalações militares, entre elas um campo de pouso da Força Aérea dos EUA. (GEE, 2004, p. 16§10)

Outras diferenças decorrem de um dos propósitos do controle de áreas marítimas. Um deles é comum – dar segurança à navegação comercial – mas o outro é bem diferente e decorre da componente “atacado” da opção estratégica brasileira, que a Índia não tem: negar o uso do mar a forças que ameacem os ativos litorâneos, notadamente as plataformas e outras instalações petrolíferas, o que, como acima comentado acarreta semelhanças com a Rússia.

Comparando com o Japão, uma diferença importante consiste no fato de seus principais problemas se situarem no teatro restrito, mas também há diferenças quanto ao teatro amplo, porque o Japão não cogita de interações com o outro lado do Pacífico, ao contrário do Brasil, cuja estratégia naval prevê a integração com os Estados limítrofes na África e a manutenção da presença brasileira no Atlântico.

A Austrália tem diferenças básicas ao se estruturar apenas para a atuação naval em seu importante teatro restrito, e exclusivamente para a defesa, sem dedicação expressiva à proteção do tráfego ou dos interesses marítimos.

A Coreia do Sul tem pequena semelhança com o Brasil por sua atual estruturação visando aos teatros amplos, com atenção à proteção ao comércio e aos interesses marítimos, só que, nesse segundo campo, tem seus maiores interesses nas áreas oceânicas – a mineração no Pacífico Central e a prospecção de minérios no fundo em muitas áreas desse oceano, enquanto

os principais interesses brasileiros, até o momento, são litorâneos – a extração de petróleo e gás natural, pois só agora o País está se estruturando para a mineração submarina oceânica.

5.9 – As conclusões do aprofundamento

Além dos diversos aspectos já citados nos tópicos anteriores deste capítulo, o aprofundamento até aqui realizado chegou a um resultado que expande a análise anterior que resultou na comprovação da hipótese.

Verifica-se pela discussão dos tópicos e das constatações neles obtidos que, como era de se esperar, a Rússia é o país que tem maior número de traços comuns com o Brasil, que são mormente voltados para a defesa do território e do litoral contra projeções de poder, mas é seguida de perto pela Índia, cujas semelhanças também são relevantes e apontam para a vertente voltada para a defesa do tráfego marítimo.

O fato parece refletir a magnitude dos aspectos estratégicos do Brasil que, sendo um AOTR, tem maiores afinidades, não com outro país AOTR, mas com os dois Estados de opções “puras”, ou seja, a Rússia, que é “atacado” puro (ATDO) e a Índia, que é “tradicional” puro (TRAD).

Isto indica que as necessidades estratégicas do País incluem as capacidades de negação do uso do mar para defesa do litoral e do território, como na Rússia, e de controle de áreas marítimas para proteção ao tráfego marítimo, como na Índia, tendo a primeira, forte prioridade.

Como na Rússia, a negação do uso do mar estratégica para a defesa do litoral e do território inclui, no plano operacional, tanto ações de controle de áreas marítimas como ações de negação do uso do mar propriamente ditas, estas com muito mais ênfase em situações de grande inferioridade.

Como na Índia, a postura estratégica de controle de áreas marítimas para a proteção ao tráfego marítimo conterà, no plano operacional, ações de controle de áreas marítimas propriamente ditas e poderá incluir ações de negação do uso do mar e de projeção de poder.

Verifica-se assim que as linhas de ação preconizadas pela “nova Estratégia Naval brasileira” e documentos posteriores não encerram qualquer aspecto extraordinário, sendo semelhantes às de Estados expostos a problemas também semelhantes aos brasileiros, o que corrobora a comprovação da hipótese.

5.10 A Influência das Variáveis na Adoção de Submarinos

As variáveis e aspectos relevantes levantados em sua discussão aprofundada podem ser empregados como enfoques para analisar diretamente as opções dos Estados relativas à adoção de submarinos, também buscando detectar relações úteis à avaliação da opção brasileira. A tabela 5.1 tem o propósito de ilustrar essas análises, e nela são apresentados os quantitativos de submarinos atuais e previstos pelos países.

Estados	Condições Políticas e Estratégicas									Opções Estratégicas	Submarinos (atuais/previstos)			
	a	b	c	d	e	f	g	h	i		TOTAIS	SLMB	SNA	SC
Brasil										AOTR	5/21	0/0	0/6	5/15
China	A			D	E	f	g	H		AOTR	60/63	2/5	5/5	53/53
Japão			C	D	E	f		H		AOTR	18/22	0/0	0/0	18/22
Austrália			C	D	E			H	i	AOTR	6/12	0/0	0/0	6/12
Rússia	A			D				H		ATDO	61/56	15/12	25/21	21/23
Índia	A			D	E	f		H		TRAD	18/34	1/3	1/5	16/26
Coreia S.			C	D	E	f	g	H		TRAD	13/18	0/0	0/0	13/18

Tabela 5.1 – Influência das variáveis nos submarinos

No que toca à variável “a”, os fatos de alguns países serem potências nucleares e o de todos serem protegidos por dissuasão nuclear, própria ou estendida, não têm relação com o fato de os países disporem de SC, porque tanto as potências nucleares, como os países da tabela que não o são, possuem e pretendem continuar possuindo esses meios, assim como a maioria dos Estados existentes.

Há, contudo, relação desses dois aspectos com a posse de submarinos nucleares, pois as potências nucleares dispõem de SNA e SLMB, unidades de desenvolvimento tecnologicamente mais difícil que as armas nucleares, sendo que os últimos constituem a plataforma por excelência para seu lançamento. Há, porém, exceções, como Paquistão e Israel, potências nucleares que não possuem tais submarinos pela dificuldade tecnológica de desenvolvê-los ou porque suas condições estratégicas permitem prescindir deles, utilizando eventualmente SC para o lançamento daquelas armas (no caso, por meio de mísseis de cruzeiro de longo alcance, tipo *Tomahawk*) – possibilidade também aventada pelo Japão, se resolver construir dissuasão nuclear própria. (YOSHIHARA, 2009, p.8§1; p.10§1 e 2; p.11§1 a 3; p.12§2 a 6.)⁷⁹

O Brasil, que já exibía uma posição única na tabela por não ser potência nuclear nem estar coberto por dissuasão estendida de alguma potência, constituirá, assim, exceção também à regra dos países não-nucleares, passando a ser o único deles a dispor de submarinos nucleares, que serão, portanto, de ataque (SNA), além dos convencionais.

⁷⁹ A Imprensa especializada noticia periodicamente que Israel desenvolveu a capacidade de lançar tais mísseis a partir de SC da classe Dolphin, de construção alemã, com vistas a um ataque ao Irã.

Na variável “b” – Intervencionismo – como essa prática não é adotada por qualquer país da tabela, nada há o que observar quanto a submarinos. Quanto ao fato, porém, de alguns deles – Brasil, Austrália, Rússia, Índia e Coreia do Sul – prepararem forças navais para realizar projeção de poder sobre terra, cabe observar que os SC e SNA também são empregados nessas ações, seja por infiltração de tropa especial, seja pelo lançamento de mísseis, sendo que os SC da Rússia e da Índia lançam mísseis de cruzeiro de longo alcance, e a Austrália também pretende dotar seus novos SC com essa capacidade.

No Brasil, a infiltração de grupo de operações especiais é uma das capacidades atualmente disponíveis – a partir dos SC da classe Tupi – e provavelmente continuará a sê-lo a partir dos S-BR e SN-BR. O lançamento de mísseis sobre alvos, porém, talvez seja uma das possibilidades dos SN-BR, ainda não determinadas, mas não consta do atual programa de modernização dos SC da classe Tupi nem do de construção dos S-BR, pois suas especificações não contemplam sistemas de mísseis, condição que se espera não-definitiva, pois implica o descumprimento de uma disposição explícita da END. (BRASIL, 2008, p.13§3; anexo 8.5)

No tocante à variável “C”, a condição de o Estado ser aliado dos EUA e a possibilidade de os Estados assinarem acordos independentes com a Superpotência, não há correlação observada de tais situações com a posse de SC.

Quanto aos submarinos nucleares, contudo, verifica-se que os aliados, (Japão, Austrália e Coreia do Sul), continuarão não possuindo esses meios, cabendo notar sobre a Coreia do Sul que já circularam rumores há alguns anos, oficialmente negados (SAUNDERS, 2007, p.440, “*Submarines*” (2); KSS-III SSX, 2009, “SSX-N Korean Atomic Submarine ??”), de que teria um projeto de construção de tais unidades. Todos os Estados não-aliados, porém, possuem e continuarão possuindo tais meios, sendo que a Rússia e a China têm a Superpotência como potencial inimigo, mas a Índia, não.

Quanto à assinatura de acordos, verifica-se que a Índia firmou acordos de parceria com os EUA, que não a convertem em aliado como os acima citados nem lhe provêm dissuasão nuclear estendida, e continuou o programa de construção de seu primeiro submarino nuclear, terminado em 2009 e que é um SLMB, a fim de resolver, por ela própria, sua deficiência nesse campo, além de pretender obter outros submarinos nucleares, o que sugere a existência de uma relação de tal atitude com o nível de independência política com relação à Superpotência.

O Brasil, como Estado não-aliado, confirmará a variável ao construir seus submarinos nucleares; e poderá reservar-se a possibilidade de assinar com os EUA um acordo de parceria no futuro, como a Índia, só que continuará sem contar com dissuasão nuclear, face ao impera-

tivo constitucional e aos compromissos internacionais – e os submarinos serão SNA, como já exposto.

Quanto à variável “d” – o fato de ter inimigos poderosos – verifica-se pela tabela 5.1 que os quantitativos de SC e SNA são proporcionais ao poder desse inimigo, pois a Rússia e a China, cujos inimigos potenciais são os EUA e a OTAN, os possuem e continuarão possuindo em número maior que a Índia e os demais países que têm a China como o inimigo potencial mais poderoso, pois esta é bem menos poderosa que os EUA. Trata-se de uma reedição da correlação já apontada e evidenciada na tabela 4.3, pelo número muito maior de submarinos possuídos pelos países AOTR, ATDO e TRAD, que praticam estratégias defensivas, que os atacantes (ATTE e AETR).

Quanto à opção entre o planejamento de força por capacidade e por ameaça, observa-se que os Estados que planejam por ameaça (China, Japão e Austrália) têm alta sensibilidade a aumentos da ameaça, e a traduzem por rápidos aumentos das dotações de SC – uma forma relativamente barata de aumentar consideravelmente o poder dissuasório.

A China, logo após a crise de Taiwan em 1995-96, que evidenciou a possibilidade de guerra com a Superpotência, acresceu o inventário de 27 unidades em 14 anos; o Japão decidiu passar de 18 para 22 unidades com o simples anúncio da redução do respaldo norte-americano; e a Austrália decidiu dobrar sua força, no Livro Branco de 2009, apenas com o aumento de ameaça contida na conjuntura regional, em que se destaca o notável crescimento econômico chinês.

No tocante à dotação de SNA, essa repercussão dos aumentos de ameaça não é tão notável porque os aumentos de quantitativos desses meios são fortemente atenuados por sua complexidade e pela necessidade de desenvolvê-los e construí-los domesticamente, ao passo que para os SC há sempre um “projeto do momento”, bem sucedido e que pode ser construído em série por estaleiros estrangeiros experientes, como ocorreu com os da classe S209, alemães, nos anos 1980, e ocorre desde essa época até hoje com os da classe *Kilo*, russos.

Os países que planejam por capacidade (Rússia, Índia e Coreia do Sul) são sensíveis a aumentos de ameaça, detectadas em prospecções das conjunturas internacionais futuras, e também a traduzem por meio dos submarinos, com atualizações, aumento do número de SC ou adoção de submarinos nucleares, mas de forma mais lenta.

O caso do Brasil é um exemplo dessa regra, em que, devido ao surgimento de um novo e importantíssimo objetivo de defesa – as grandes reservas litorâneas recém-descobertas de petróleo e gás – recursos que estão escasseando no resto do mundo, as avaliações da conjuntura internacional futura prevêm ameaças graves (MOURA NETO, 2010, p.451-452; UNITED

KINGDOM, 2007, p.1-3, item 109), criando uma necessidade extra de poder dissuasório e despertando a vontade política de dar o salto de poder militar em que consta a adoção de SNA e o aumento substancial de SC, apesar de já haver justificativas anteriores para isso, que nunca mereceram maior atenção.

A variável “e” assinala a condição de o Estado ser muito dependente do petróleo importado, o que é geral, com exceção do Brasil e da Rússia, e não tem relação com qualquer aspecto de dotação de SC ou de SNA.

Quanto às necessidades de proteger o tráfego marítimo de importação de petróleo, e de proteger o tráfego comercial e interesses marítimos que provêm divisas para, entre outros fins, importar petróleo – ambas as necessidades implicam estratégias tradicionais centradas no controle de áreas marítimas. O efeito sobre as dotações e empregos de SC e SNA depende da importância atribuída pelo Estado àqueles tráfegos e ao papel desses meios nas estratégias de controle de áreas marítimas empregadas para sua proteção.

A Austrália não atribui grande importância a esses tráfegos e sua marinha só se prepara para a defesa do território contra projeções de poder; a Rússia também não está dedicando atenção a isso, mas transitoriamente, por indisponibilidade de meios oceânicos cuja renovação tem prioridade menor que os de emprego litorâneo, mas possui doutrina a respeito, desde a soviética, dos anos 1980, em que SNA são integrados a forças navais empenhadas na proteção ao tráfego marítimo. (VEGO, 1992, p.148 a 159; p. 157§2; ABRAMOV, 2006, p.27§1)

O Japão e a Coreia do Sul dão grande importância a essa proteção, mas ela é feita predominantemente por forças de superfície, sem um papel para os submarinos, pois não dispõem de SNA. Apenas a China, com o “Colar de Pérolas”, e a Índia, com seu dispositivo para controlar áreas marítimas no Índico, praticam estratégias em que a proteção ao tráfego marítimo tem destaque. Mesmo assim, apenas a estratégia indiana tem um papel específico para os submarinos.

A proteção do tráfego comercial e, principalmente, de energia constitui uma das tarefas que levou a marinha indiana a centrar suas estratégias no Controle de Áreas Marítimas no Oceano Índico, tarefa em que atribui aos pontos focais importância crítica por representarem os acessos a ele e concentrarem, nas proximidades do território indiano, grande parte do tráfego marítimo mais importante do planeta.

Como a patrulha de pontos focais é a tarefa por excelência dos submarinos convencionais, o país está aumentando sua força, que é quase totalmente de SC, construindo novas unidades e modernizando as existentes, inclusive com a instalação de mísseis de cruzeiro em alguns deles, a fim de aumentar sua área de ação. Cabe lembrar que as doutrinas indianas não

mencionam o SNA, não havendo também qualquer menção a suas possibilidades específicas, como a operação conjunta com forças navais, inclusive em operações de controle de áreas marítimas, como prevê a marinha da Rússia, e mesmo as dos países ocidentais que dispõem de tais meios.

No caso do Brasil, que em termos amplos só considera o tráfego comercial, e não o de energia, este aspecto é menos importante que a proteção das reservas (variável “F”), mas a disponibilidade de SNA para emprego em conjunto com forças navais ou aeronavais em operações de controle de área marítima, seja ou não para a proteção ao tráfego marítimo, é uma possibilidade valiosa, proporcionada pela posse desses meios, para o enfrentamento de outras forças semelhantes e, principalmente, para ações antissubmarino, o que torna a Rússia mais próxima do Brasil neste aspecto.

A variável “F” assinala a existência de áreas jurisdicionais muito importantes por conterem reservas de petróleo ou gás, o que atinge a Austrália, a Rússia e o Brasil, constatando-se que os Estados tendem a adotar estratégias do atacado para sua defesa.

A Rússia é o exemplo cabal, e suas reservas marítimas ocorrem principalmente no litoral Ártico ocidental. Essa região sempre foi a mais sensível para a defesa nacional, concentrando a parcela mais poderosa do Poder Naval e o principal “bastião” (Mar de Barents), durante a Guerra Fria, com fortes dispositivos de defesa envolvendo SNA e SC entre outros meios navais. Segundo entendidos, tal condição se mantém até hoje, o que faz sentido para este autor, porque os objetivos estratégicos não mudaram de lugar.

Com a recente decisão governamental de incrementar a exploração dessas reservas, a região teve a importância ainda aumentada com a emissão de uma nova estratégia específica para sua defesa, que prevê alguns acréscimos, como o de um sistema de vigilância e o aumento do número de meios navais de superfície para a formação de uma “força de águas azuis”, cuja atuação se estenderia muito além do litoral. (ZYSK, 2010, p.107 e108 (“*Military Issues*”))

A Austrália também possui suas grandes reservas na área mais guarnecida pelo Poder Militar, considera-as um importante objetivo de defesa, mas apenas em caso de conflito. Não tem a ideia de cobiça estrangeira dos russos, nem há menção a qualquer estratégia permanente, específica para sua defesa.

O Brasil encara o problema de forma semelhante à russa e também está planejando um vasto e complexo sistema de monitoramento e defesa com vários meios navais, inclusive SC e SNA.

No tocante à variável “G”, referente à extensão da fronteira marítima, observa-se certa relação com o porte dos submarinos. Assim, a China e a Coreia do Sul, países de pequena

fronteira marítima, têm suas forças de submarinos fortemente baseadas em unidades de pequeno porte, enquanto a Austrália e o Japão, de grandes fronteiras marítimas, empregam SC de grande porte.

Tal fato faz sentido porque a duração das patrulhas defensivas é proporcional às extensões das fronteiras marítimas, e essa duração é um fator que condiciona a autonomia e habitabilidade dos submarinos, o que implica seu porte. No caso do Brasil, esse foi um dos fatores que motivou o aumento de porte dos *Scorpène* na especificação dos S-BR (de médio porte), e que os tornará mais adequados ao País que os SC da classe Tupi (de pequeno porte).

Cabe esclarecer, porém, que outros fatores influem no porte dos submarinos, sendo um deles, o tipo de teatro para o qual as forças se preparam, discutidos mais adiante, observando-se que, normalmente (mas nem sempre), as grandes fronteiras marítimas coincidem com os teatros amplos e as pequenas, com os teatros restritos.

Quanto à distribuição de forças, observa-se que os países também distribuem as bases e divisões organizacionais de suas forças de submarinos pela fronteira marítima, com atenção aos problemas estratégicos. Um exemplo é o da China, cuja criação de uma base de SLMB numa ilha ao Sul do país, ameaçou a Índia, obrigando-a a redobrar os esforços para a construção de um SLMB.

No Brasil, até onde se sabe quanto a este aspecto, haverá apenas uma base de submarinos, em Itaguaí – RJ, apesar da grande fronteira marítima, mas é provável que, estando prevista a construção de uma base naval no norte do País, ela disponha de alguma estrutura de apoio a esses meios, que permita o estacionamento lá de fração da força.

No tocante à variável “h”, que se refere ao fato de o país possuir teatros restritos, observa-se, como já esperado, que há relação entre teatros restritos e SC e, em alguns casos, entre teatros restritos (e principalmente rasos) e SC de pequeno porte.

Na Rússia, apenas os SC, que são todos de médio porte, são alocados a regiões de teatros exclusivamente restritos, como os mares Negro e Báltico. Na China, os numerosos SC, que são de pequeno e médio porte, operam entre a costa e a primeira cadeia de ilhas, região que constitui um teatro restrito e de pequena profundidade em vários pontos, propício à operação desses meios. Os menores raramente ultrapassam a cadeia, mas os maiores também operam além dela, no teatro amplo. (FISHER, 2007, p.152§2 e 3; COTE Jr., 2011, p.3§4, p.12§2.) A Coreia, como já exposto, só possui submarinos de pequeno porte, o que parece ser adequado ao teatro restrito e raso que constitui boa parte das proximidades do país, aí incluindo os litorais do Japão, da Coreia do Norte e da China.

Os submarinos nucleares não são alocados a regiões de teatro exclusivamente restrito porque, como já exposto, suas possibilidades excedem as necessidades de operação em tais ambientes, ainda que alguns SNA modernos possam operar bem neles, como os SNA norte-americanos da classe *Virginia*, que, segundo Patton (2005, p.138§3), podem operar em qualquer lugar do mundo, inclusive em águas rasas (de vinte braças – 37 metros).

Quanto ao fato de os teatros restritos ensejarem formas mais baratas de resolver problemas estratégicos, os SC cumprem um grande papel, podendo ter suas capacidades otimizadas, com a inclusão de melhores sistemas de comunicações para integração a redes militares, sensores e mísseis de maior alcance, normalmente adotando unidades de médio ou grande porte – para evitar dotações muito numerosas ou a adoção de SNA. Esse é o caso da Austrália e da Índia.

A Austrália, montando seu dispositivo defensivo na região insular do Sudeste Asiático, pode explorar seus SC, prescindindo dos SNA (e também de navios-aeródromo); a Índia possui uma força submarina predominantemente de SC, porque assim pode atender ao seu foco principal – controle de áreas marítimas no Índico, empregando esses meios nos pontos focais da região, incluindo, ao que se supõe, os estreitos da Indonésia – um teatro restrito.

No caso do Brasil, infelizmente, não há teatros restritos a aproveitar.

No tocante à variável “I”, que se refere à circunstância de o país possuir teatros amplos, observa-se, no caso dos SC, uma preferência por unidades de grande e médio porte sobre os de pequeno porte, em face da maior autonomia e das condições de habitabilidade impostas por maiores distâncias das áreas de interesse às bases. O melhor exemplo é o Japão, cujos SC, de grande porte, são muito voltados para a coleta de informações em áreas distantes das bases, dispendo de sonares passivos de maior alcance (“*towed arrays*”), a fim de explorar as melhores condições acústicas frequentes em áreas profundas, e por vezes de sistemas de comunicações que os habilita a operarem como nós em redes militares.

Coerentemente, os novos SC terão propulsão AIP (SAUNDERS, 2007, p.399), o que é conveniente para a operação em águas oceânicas, mais silenciosas e profundas, onde o ruído da carga de baterias acarreta maior vulnerabilidade à detecção acústica, ou nos litorais de potenciais inimigos, onde a possível existência de radares costeiros torna perigosa a exposição à superfície de partes da unidade.

Observa-se também a tendência de adotar SNA, pois os sistemas de defesa podem não prescindir de suas vantagens operativas em face das extensões dos teatros amplos, a fim de disponibilizar ao Poder Político a gama de respostas que se torna necessária nas diversas situ-

ações em que um Estado do primeiro nível do sistema internacional pode se ver envolvido, como é o caso da Rússia, China e Índia e, atualmente, do Brasil.

Os teatros amplos proporcionam ao agressor larga faixa de direções de aproximação possíveis e, se associados a grandes fronteiras marítimas, grande número de objetivos de ataque, dificultando a defesa, que deve ser tempestiva e distante do litoral.

Desta forma, os teatros amplos destacam as vantagens dos SNA sobre os SC em operações defensivas. Assumindo que os vetores inimigos podem se aproximar dos objetivos de defesa, os SC devem ser empregados em suas proximidades, onde a convergência das linhas de aproximação do inimigo permite melhores condições de oposição com sua baixa mobilidade, ensejando a proporcionalidade entre o número de objetivos e o de SC, o que pode implicar quantitativos consideráveis. Já os SNA, mesmo em número menor, podem explorar a amplitude do teatro, fazendo buscas em áreas de maiores dimensões, mais afastadas da costa, ou engajando o inimigo em distantes áreas oceânicas. Podem também, se necessário, operar próximo aos objetivos de defesa.

O fato de as operações defensivas em teatros amplos tornarem conveniente a existência de grandes sistemas de monitoramento (vigilância) e C^2 implica que tais sistemas tenham a capacidade de integrar SC e SNA, mesmo em posições remotas, provendo-lhes indicação de alvos ou ameaças, de modo a permitir sua interceptação e, se for o caso, o engajamento vantajoso.

Esse é o caso da Rússia e principalmente da China, que compensa a carência de SNA e explora suas condições geográficas dispondo de um grande número de SC, os quais são bem mais dependentes do sistema de vigilância para o posicionamento na trajetória dos possíveis alvos, em face de suas restrições de velocidade e autonomia submersa. (McDEVITT, 2007, p.368§3)

Na China, o teatro amplo em que se prevê a aplicação da estratégia da “Defesa ao Largo” tem características que reduzem as desvantagens à defesa: a fronteira marítima é pequena e o objetivo – Taiwan – é praticamente pontual, o que restringe as linhas exteriores dos atacantes à convergência em uma região não muito grande; além disso, existem estreitos e bases navais norte-americanas no alcance prático dos SNA, onde as passagens do potencial inimigo são muito prováveis, ensejando ações de interdição avançada.

O teatro amplo com que o Brasil se defronta é bem mais desfavorável por ser associado a uma fronteira marítima grande e bipartida, com objetivos de defesa litorâneos (as plataformas petrolíferas e ativos costeiros) numerosos e muito distribuídos. Este fato beneficia a agressão, que opera em linhas exteriores, com grande número de opções de objetivos e apro-

ximações, e exige grande eficiência do sistema de monitoramento e C^2 , grande flexibilidade do sistema de defesa, que opera em linhas interiores altamente divergentes, e, assim, deverá dispor de meios navais, aéreos e aeronavais em grande número e de grande mobilidade.

Esta circunstância é claramente oposta à dos teatros restritos, impondo soluções dispendiosas, como SNA e SC em número considerável e patrulha constante, além de grande integração com meios aéreos ou espaciais.

Como os principais objetivos de defesa do País são, por vezes, muito afastados da costa (o campo de Lula dista cerca de 160 milhas - 300 km - da costa) os SC patrulhariam em condições de oceano aberto, sem a cobertura dos ruídos costeiros que reduzem a vulnerabilidade à detecção acústica nos períodos de carga de baterias, o que tornaria desejável a adoção de sistemas de propulsão AIP.

A Marinha do Brasil não dotará os S-BR de AIP por considerar que, além do aumento do custo limitar a aceitabilidade pelo Governo de um programa já bastante caro, o custo-benefício não seria compensador pela pequena duração da operação do sistema para submarinos que operariam em longas missões. (LIBERATTI, 2011, item 2)

5.11 Apreciações sobre a Influência das Variáveis na Adoção de Submarinos

Verificou-se, pela análise resumida no tópico 5.9, que as ações preconizadas pela Estratégia Nacional de Defesa e documentos posteriores possuem maiores semelhanças com as linhas estratégicas da Rússia, corroborando a hipótese, mas também possuem semelhanças relevantes com a Índia.

A análise realizada no tópico 5.10 verificou que, entre os aspectos estudados, os dominantes para o caso do Brasil são os concernentes às contribuições dos submarinos para as ações de defesa litorânea (variáveis “F” e “G”), ressaltadas na primeira análise (item 4.7), e para o controle de áreas marítimas (variável “e”), além dos relativos à poderosa influência dos teatros amplos na determinação dos tipos, quantitativos e emprego dos submarinos (variáveis “G” e “I”).

A verificação mostrou que, apesar de a Índia ser o país que mais se aproxima do Brasil no que toca à busca da capacidade de controlar áreas marítimas no oceano adjacente, sua implementação prevista, apesar de adotar um sistema de monitoramento oceânico como o Brasil pretende fazer, não considera a exploração das possibilidades características dos SNA, notadamente seu emprego em conjunto com grupamentos navais, como é previsto pela Rússia, possibilidade interessante para o Brasil. Assim, apesar de a Índia ser o país mais próximo

quanto à Estratégia, a Rússia é o mais semelhante quanto à adoção/emprego de submarinos, para fins de controle de áreas marítimas.

No tocante à defesa contra ações de projeção de Poder, campo em que a Índia não se distingue, verifica-se que a Rússia é o país que mais se aproxima do Brasil, tanto estrategicamente como no campo da adoção e emprego de submarinos, pela ideia do sistema de monitoramento e pelos conceitos de emprego desses meios, um deles, dispondo-os de modo a proteger os objetivos de defesa com zonas próximas à costa e outras mais afastadas, dispositivo semelhante à ideia brasileira (fig. 3.7).

Vê-se também que a inexistência de um teatro restrito e a existência de um grande teatro amplo, associado a uma fronteira marítima grande e convexa, tornam a atual disponibilidade brasileira de apenas cinco SC, e de pequeno porte, inconsistente com qualquer estratégia defensiva contra atores do primeiro nível, aspecto evidenciado pela desproporção desse quantitativo com o da maioria dos membros da tabela, o que só não existe na comparação com a Austrália, cujo quantitativo (6 SC) só é maior que o brasileiro em apenas uma unidade, devendo-se, porém, considerar que são unidades de grande porte e operam num sistema de controle de área marítima que aproveita o teatro restrito que a beneficia, ao contrário do Brasil.

Na opinião deste autor, o pequeno número de submarinos que sempre caracterizou o inventário da MB é consequência da previsão de emprego ofensivo – a característica original dos submarinos, que marcou as considerações estratégicas desde o início do século XX, determinadas pelas possibilidades de enfrentamentos de países semelhantes. Assim, em caso de conflito, os poucos SC seriam suficientes para cumprir tarefas na entrada de um ou dois portos ou bases do inimigo, que também seria um país em desenvolvimento sulamericano.

O acréscimo de submarinos planejado pelo Brasil representa o maior salto dessa capacidade entre os países constantes da tabela 5.1. Os novos números previstos, 6 SNA e 15 SC, são coerentes com as características estratégicas do País, consistentes com estratégias defensivas a elas aplicáveis e colocam o Brasil no mesmo nível dos demais países, cujos quantitativos futuros de submarinos podem ser maiores, mas não desproporcionalmente.

6 CONCLUSÃO

Esta tese se propôs a estudar as formas pelas quais o Brasil encarou os assuntos relativos à sua defesa desde os anos 1960, buscando identificar as ações e motivações estratégicas que transcorreram até a época atual, e como elas influenciaram as posturas e o aparelhamento das forças navais, em especial, no tocante a submarinos.

O estudo revelou que até 1996 não havia Política de Defesa formalizada, e os conceitos e atitudes a ela pertinentes eram subsumidos à Política Externa. Assim, identifica-se um período de grande aproximação com os EUA durante o Governo Castelo Branco, seguido de um afastamento que teve seu ápice no governo Geisel com a denúncia do MAP.

O Brasil permaneceu inevitavelmente como aliado ocidental, mas dando atenção a outras hipóteses de guerra até o fim da Guerra Fria, quando teses pacifistas deixaram a Defesa sem sustentáculo político, e um “choque de realismo” provocado por intervenções norte-americanas no mundo e sinais de sua possível intervenção na América do Sul despertaram a necessidade de tal suporte, fazendo nascer a PDN-1996.

Diferentemente das políticas de defesa, as estratégias de defesa existiam formalmente, mas eram particulares para cada força. No caso da Marinha, ela se voltava para o conflito bipolar nos anos 1960, para um conflito regional no fim dos anos 1970 e para um conflito “norte-sul” – entre países pobres e ricos – a partir dos anos 1980.

Esse último referencial estratégico era traduzido pela intenção de preparar as forças com base na Guerra das Malvinas, o que justificava o grande esforço para o desenvolvimento do submarino nuclear, mas com a ideia, segundo o Almirante Flores, de incluí-lo num Poder Naval que deveria ser “comedido”, capaz de oferecer oposição apenas na parte da fronteira marítima que contivesse o objetivo de defesa em questão e com atuação resumida ao Atlântico Sul Ocidental. (FLORES, 2002, p.79§1 a p.81§1; p.81§4 a p.82§1)

Este autor considera tal visão paradoxal, porque a capacidade de construir e operar SNA não condiz com tais limitações. Ela era, no entanto, aceita como normal pela Marinha e

apenas admitida sem ênfase pelo Poder Político, principalmente nos anos 1990, quando a ideia do “conflito norte-sul” pareceu estar arquivada.

Tais aspectos eram evidenciados pelo baixo número e longo tempo de serviço da maioria dos meios, que persistia ano após ano, denotando também uma atenção talvez excessiva às atividades subsidiárias de assistência social e às componentes diplomática e constabular do Poder Naval, em detrimento da componente militar; uma visão exclusivamente regional da segurança e da defesa; e a permanente perspectiva do apoio norte-americano em caso de problemas mais graves (FLORES, 2002, p.81§1; THE GEOPOLITICS, 2011, “*Imperative one: protect the coast*”; FARLEY, 2011, §10)

A PDN-1996, apesar de ser vaga e prever exclusivamente a autodefesa, teve as vantagens de mostrar a necessidade desse tipo de documento – o de nível mais alto possível, que unificou as visões políticas sobre a Defesa Nacional, e dirigiu as mentes contra o inimigo externo, sacramentando o encerramento da primazia ao seu emprego interno, mas não produzindo qualquer alteração nas atividades ou concepções estratégicas das Forças.

As alterações da conjuntura global a partir de fins dos anos 1990 – a motivação dos países desenvolvidos para controlar as fontes tradicionais de petróleo, evidenciada pela forte presença no Oriente Médio; a reação terrorista; e as novas intervenções dos países desenvolvidos – fizeram recrudescer as perspectivas do conflito Norte-Sul.

No campo naval, esses aspectos provocaram o aparecimento de um novo paradigma da guerra no mar – a “Guerra de Litoral” – que provocou uma sensível divisão entre os países no tocante aos propósitos da preparação dos poderes navais, que é fortemente associada ao conflito político Norte-Sul.

A conjuntura global e mais a conjuntura nacional, marcada pelo crescimento econômico, estabilidade política e descoberta de notáveis jazidas de petróleo no litoral, motivaram uma alteração da Política de Defesa consubstanciada na PDN 2005.

A nova política reconhece a existência de um ambiente internacional ameaçador e inova em várias concepções, como a de encarar a defesa como uma necessidade nacional por si própria, sem relação necessária com o desenvolvimento; a de não prever exclusivamente a autodefesa, dando margem ao emprego de forças em dissuasão imediata e coerção; a de prever áreas prioritárias para defesa; a de reconhecer a Guerra Cibernética como campo em que a preparação da defesa é necessária; e outras mais, mas como se tratava de uma política, ficaram faltando as orientações executivas.

Tais orientações vieram com a END, de 18/12/2008, a qual, embora não cite a PDN 2005 e até mesmo extrapole o âmbito por ela fixado, expressou as diretrizes correspondentes a sua implementação.

Ela tem um propósito político próprio, que é ambicioso – alçar o Brasil ao plano mais alto do Sistema Internacional a partir da atual condição de país em desenvolvimento – mas é lícito, num mundo que está invertendo as posições entre os emergentes e o “Primeiro Mundo”. Além disso, é, em princípio, exequível, em face da disponibilidade financeira esperada com o crescimento econômico; é, pode-se dizer, imprescindível do ponto de vista militar, em face do que agora se tem a perder; e é conveniente, em face da necessidade de compatibilizar o nível de poder com as responsabilidades inerentes à nova posição alcançada pelo País na comunidade internacional.

A END, além disso, teve o mérito de levar em conta opiniões de estrategistas das três armas, tê-las aceito em projetos avançados, como a construção de submarinos nucleares de ataque, e tê-las ultrapassado em alguns pontos, com concepções inovadoras e bem mais ousadas, como, no caso da Marinha, as determinações para a criação de uma segunda esquadra e de uma grande base no Norte do País; além de ter provocado a elaboração de planos como o PAEMB, também mais ousados que os anteriores, tudo isso com respaldo do mais alto nível do Poder Político.

Assim, as instruções da END para a Marinha e o plano decorrente, o PAEMB – conjunto que este autor se permitiu chamar de “nova estratégia naval brasileira” – determinaram uma forte guinada em relação às metas tradicionalmente perseguidas, despertando a motivação de verificar até que ponto seus ditames eram acordes com o perfil estratégico do País, com base na comparação com outros Estados, o que foi estabelecido como hipótese da tese.

Para sua verificação foram então realizados estudos das situações estratégicas dos 14 países de maior PIB, que revelaram, nas estratégias navais, a influência marcante do paradigma da Guerra de Litoral. A amostra foi dividida segundo conceitos desse paradigma e, dos estudos, foram determinados parâmetros de comparação e extraídos dados de suas situações estratégicas e estratégias navais que, segundo os parâmetros, foram comparados entre si e com os do Brasil. Essa comparação foi em seguida aprofundada e, após, realizou-se a comparação, segundo os mesmos parâmetros, entre os padrões de emprego de submarinos dos países e entre eles e os pretendidos pelo Brasil, determinados por interpretações da END.

A verificação resultou positiva. A comparação inicial comprovou a veracidade da hipótese, mostrando que a nova Estratégia Naval Brasileira, elaborada com os conceitos da Guerra de Litoral está acorde com o novo perfil econômico-estratégico do Brasil, porque exis-

te um país, no caso, a Rússia, que, em condições semelhantes às novas condições do Brasil, opta por linhas estratégicas navais também semelhantes.

A análise comparativa aprofundada corroborou a comprovação da hipótese e, além disso, mostrou que a Índia, cuja situação estratégica tem menor número de aspectos semelhantes à situação brasileira que a da Rússia, adota, nesses aspectos, linhas de ação semelhantes às preconizadas na nova estratégia naval brasileira. Já a comparação dos padrões de emprego de submarinos indicou uma maior semelhança dos pretendidos pelo Brasil com os russos.

Em suma, chegou-se ao seguinte resultado:

– o modelo estratégico deduzido dos preceitos da END para defesa do território e do litoral (BRASIL, 2008, p.12§1) – defesa contra projeção de poder por controle de áreas marítimas, em situações de dissimetria favorável ou neutra; e por negação do uso do mar, em situações de dissimetria desfavorável – tem semelhança com o modelo russo;

– o modelo estratégico deduzido dos preceitos da END para a defesa do comércio marítimo – buscando a capacidade de controlar áreas marítimas do oceano adjacente – tem semelhança com o da Índia.

– o padrão de emprego de submarinos, pelo fato de incluir SNA acompanhando forças navais em operações de controle de área marítima, é mais próximo do russo.

Verificou-se, também, que o quantitativo de SNA e SC previsto pelo PAEMB está no nível compatível com a implementação de tais padrões e pode até vir a ser considerado modesto, face ao desfavorável binômio “teatro amplo-grande fronteira marítima”, mas o número atual de submarinos (5 SC de pequeno porte) é claramente inconsistente com as estratégias defensivas aplicáveis ao Brasil.

Essas constatações permitem concluir que as medidas preconizadas pela nova estratégia naval brasileira – em última análise determinadas ou provocadas pela END – apesar de serem bem mais amplas que aquelas a que o País e a Marinha se acostumaram ao longo dos anos, são coerentes com a atual situação estratégica do Brasil *vis-a-vis* os procedimentos de outros Estados comparáveis.

A END é a única diretiva feita pelo Governo nos últimos tempos, especificamente para preparar o Estado para a defesa, buscando adequá-la às condições atuais do País. A concretização de suas prescrições, na Marinha, é o objeto do PAEMB, como já exposto.

O custo da implementação desse Plano (dezembro de 2011) é de R\$ 29,785 bilhões entre 2011 e 2015, R\$ 84,223 bilhões entre 2016 e 2022 e R\$ 111,371 entre 2023 e 2030, totalizando R\$ 223,554 bilhões; e mais US\$ 15.62571 bilhões (R\$ 29,078 bilhões, à taxa de 15/12/2011: US\$1.00=R\$ 1,8609), para os eventos posteriores, porque, dado o porte e com-

plexidade das ações previstas, a obtenção das quantidades necessárias de alguns itens só será conseguida após 2030. (FARIA, 2011) Alguns deles são bastante importantes, e seus prazos bastante alongados, como o da prontificação do 15º S-BR – 2037, e do 6º SN-BR – 2047. (PROGRAMA, 2009, slide 105)

A previsão de curto prazo é desdobrada em R\$ 6,398 bilhões em 2012, R\$ 6,878 em 2013, R\$ 8,131 bilhões em 2014 e R\$ 8,378 em 2015, valores que abrangem os programas prioritários, entendendo-se como tal os que receberão prioridade se o PAEMB não for aprovado na íntegra e os de desenvolvimento relacionados, como o Programa Nuclear da Marinha, que produzirá os reatores para os submarinos nucleares. (FARIA, 2011)

Em 2010, previa-se que a implementação de toda a END aumentaria os gastos em defesa em 0,7% do PIB anual por duas décadas e, como a média desses gastos foi 1,59% entre 1995 e 2008, estimava-se essa média em torno de 2,29% do PIB por esse período, uma elevação que Brustolin (2009, p. 83-84) considerava improvável, dada a pequena variação desses gastos observada ao longo do tempo – a “dependência da trajetória” (“*path dependency*”).

Deve-se notar, porém, que tal percentagem é próxima à da Índia (2,26% em 2010), país que também está aumentando seu poder militar, o que dá plausibilidade às opções brasileiras, sabendo-se também que esse nível será transitório (por vinte anos) referindo-se ao esforço para elevar a defesa brasileira ao nível necessário, supondo-se que será posteriormente reduzido para o patamar de manutenção.

Os valores para implementação do PAEMB a curto prazo, acima expostos, correspondem, respectivamente, a 0,17%, 0,19%, 0,22% e 0,23% do PIB de 2010 (R\$ 3.764,964 bilhões) (PRODUTO, 2012); mas como se prevê que o Brasil vai crescer nos próximos anos, ainda que em alguns deles menos que em 2010, essas percentagens devem se materializar com valores menores, o que parece indicar que a participação da Marinha nos 0,7% de aumento anual do PIB, acima previstos, não será exagerada.

Deve-se considerar, contudo, que a implementação do PAEMB está apenas começando para se fazer estimativas mais confiáveis dessa média e do teste porque passará o Estado brasileiro para atualizar sua defesa. Cabe, a propósito, levar em conta que o plano da Marinha, assim como os das outras Forças Armadas, não terá adequado respaldo político enquanto sua integração consolidada, o Plano de Articulação e Equipamentos da Defesa (PAED) não for examinado, votado e aprovado pelo Congresso Nacional, como previsto pela END, o que o tornará política de Estado (BRASIL, 2008, p.42§4; PESCE, 2010, p.51§2).

Finalmente, este autor julga cabíveis as seguintes considerações:

Se para o Almirante Caminha o Brasil era um país continental em face da baixa prioridade dada às políticas públicas ligadas aos interesses marítimos, a época atual nos está forçando a assumir maior grau de maritimidade, devido à importância vital agora detida pelas áreas marítimas litorâneas em virtude dos valiosos ativos nelas situados.

Todavia, como esses ativos estão fixos, sua defesa se baseia na oposição a tentativas de projeção de poder de atores que venham do alto mar, e a situação se assemelha à defesa naval do território realizada por países continentais, só que com os objetivos de defesa além do território.

A maritimidade também aumentou por causa da globalização que multiplicou o comércio mundial, o qual é feito por mar em mais de noventa por cento. (UNITED KINGDOM, 2007, p.1-5 item 113) Este aspecto atinge fortemente o Brasil como “*global trader*”, fazendo com que também necessite despender esforços na proteção às LCM.

Desta forma, não é de estranhar que as comparações realizadas evidenciem a semelhança da estratégia naval brasileira com a do Estado continental por excelência – a Rússia, e à do emergente que baseia sua estratégia naval no controle de áreas marítimas dando grande importância à segurança do tráfego – a Índia.

Os SNA constituirão, provavelmente, os principais meios para que a Marinha cumpra a “pró-atividade” preconizada pela END para a defesa dos objetivos litorâneos, podendo tanto exercer vigilância oculta mesmo além do raio de ação da aviação de esclarecimento, como acompanhar, também ocultamente, possíveis alvos e forças navais de outros países nas águas jurisdicionais e mesmo fora delas. Essas e outras atividades são realizadas por outros Estados em termos permanentes, implicando a adoção de duas guarnições para cada unidade, com o fito de maximizar a permanência no mar – a melhor forma de justificar o investimento da nação em sua obtenção.

A forte prioridade à negação do uso do mar determinada pela END pode constituir uma tendência natural dos Estados continentais, mas no caso do Brasil representa uma guinada histórica, pois apenas a projeção de poder e o controle de áreas marítimas constavam até agora da História da Marinha.

A Força nasceu projetando poder nas províncias do nascente Império a fim de assegurar sua união e controlando a área fronteira à baía de Todos os Santos para bloquear Salvador, durante a Guerra de Independência (1823-1824); controlou áreas marítimas e projetou poder durante a Guerra da Cisplatina para bloquear o Rio da Prata e combater os corsários portenhos (1825 a 1828); voltou a projetar poder nas províncias durante as diversas revoluções (1824-1848) e no estuário do Prata durante as guerras contra Oribe e Rosas (1851-1852) e contra

Aguirre (1864-1865); controlou a área fluvial e projetou poder durante a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870).

No século XX, a MB controlou a área marítima São Vicente (arquipélago de Cabo Verde) – Freetown – Dacar na Grande Guerra (1918), controlou áreas marítimas móveis escoltando comboios durante a Segunda Guerra Mundial (1943-1945) (VIANNA, 1980, p.432-434; 438-440; 526-533;461-463; 474; 534-544; 583; HERMES, 1999, p.51§6; DUARTE, 1968, p. 13§3, 174 e 338) e preparou-se para tarefa semelhante durante a Guerra Fria, para o caso de eclosão da Terceira Guerra Mundial.

Desta forma, ainda que a negação do uso do mar fosse sentida como necessidade por alguns chefes navais mesmo antes da emissão da END, prevê-se que a implementação dessa estratégia exigirá grandes alterações nas doutrinas, e mesmo de mentalidade, forjadas em tantos anos no “lado mais forte” da guerra no mar.

Há outro aspecto a destacar: na Grande Guerra, o destacamento naval enviado (“Divisão Naval em Operações de Guerra”) operou sob as ordens do Almirantado britânico numa área por ele designada, em proveito do esforço de guerra na Europa (ARMISTÍCIO, 2005); na Segunda Guerra Mundial, embora a ação principal da Marinha – escolta de comboios ao longo da costa brasileira – tivesse também conotação nacional, porque o transporte interno era bastante apoiado no ameaçado tráfego marítimo costeiro, seu papel era subsidiário, cabendo à marinha norte-americana a participação primordial na proteção à navegação na costa brasileira (ALVES, 2005, p.11§3); e também na Guerra Fria, os papéis reservados ao Brasil e à Marinha numa Terceira Guerra Mundial, seriam cumpridos em prol da Superpotência Ocidental.

Assim, as ações da Marinha no século XX, costeiras ou oceânicas, foram as da força naval de um aliado subordinado.

A situação atual, porém, coloca a Força Naval em um esforço puramente nacional, principal (não-secundário) e oceânico, tríade que só tem paralelo na época do Primeiro Império e Regência, quando as ligações comerciais com a África e as pressões britânicas para a extinção do tráfico negreiro obrigaram a Marinha a desdobramentos atlânticos, inclusive sediando uma força em Cabinda, ao norte de Angola, que tiveram seu ápice em 1827 e 1828, durante a Guerra da Cisplatina quando, além de bloquear o Prata e combater os corsários argentinos na costa brasileira, fiscalizava os mercantes brasileiros que cruzavam o oceano e os defendia contra os piratas e corsários que operavam na costa africana e no alto mar. (OLIVEIRA, 2006; MALVASIO, 2007)

OBRAS CITADAS

A ECONOMIA Brasileira Hoje. ECONOMIA BR. 2011. Disponível em < http://www.economiabr.com.br/economia_hoje.htm > Acesso em 29/11/1011

A GRANDE Produção de Petróleo Off-Shore do Brasil. Como Tudo Funciona. Como Funciona a Prospecção de Petróleo no Mar. 2012. Disponível em < <http://ciencia.hsw.uol.com.br/exploracao-petroleo-mar9.htm> > Acesso em 02/02/12

ABRAMOV, Mikhail L. Submarine forces of the Russian Federation: current status and prospects. **Military Thought**. Indiana, v. 15, n. 2, p. 27(4), April, 2006.

AGÊNCIA Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. **Anuário Estatístico 2011**. Disponível em < <http://www.anp.gov.br/?pg=56346> > Acesso em 15/09/2011

ALSINA Jr., João P. S. O poder militar como instrumento da política externa brasileira contemporânea. **Revista Brasileira de Política Internacional**. n. 52, p. 173-191, 2009

ALSINA Jr., João P. S. **Política Externa e Política de Defesa no Brasil**: síntese imperfeita. Câmara dos Deputados. Brasília. 2006.

ALVES, Vágner C. **Da Itália à Coreia: Decisões sobre ir ou não ir à Guerra**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. 268p.

ALVES, Vágner C. Ilusão desfeita: a “aliança especial” Brasil-Estados Unidos e o poder naval brasileiro durante e após a Segunda Guerra Mundial. **Revista Brasileira de Política Internacional** 48(1). 2005. pp 151-177.

ANTI-PIRACY Law. **The Japan times on line**. June 23, 2009. Disponível em: < <http://search.japantimes.co.jp/cgi-bin/ed20090623a1.html> > Acesso em: 06 ago. 2010.

AREA OF FRANCE. **Maps of the World**. Disponível em < <http://www.mapsofworld.com/france/facts/france-area.html> > Acesso em 22/07/2011.

ARIHANT: advanced technology vessel (ATV). **Global Security**. (2009). Disponível em: < <http://www.globalsecurity.org/military/world/india/atv.htm> > Acesso em: 14 jun. 2010.

ARMISTÍCIO da Primeira Guerra Mundial. Anexo à Ordem do Dia nº 6/2005, de 11/11/2005

do Comando de Operações Navais. Disponível em <
https://www.mar.mil.br/menu_h/noticias/dphcm/dphcm.htm > Acesso em 09/04/2012.

ARMS CONTROL ASSOCIATION. **The Proliferation Security Initiative (PSI) At a Glance. Fact Sheet, October, 2007.** Disponível em:
 <<http://www.armscontrol.org/factsheets/PSI> > Acesso em: 02 ago. 2009.

ARON, Raymond. **Paz e guerra entre as nações.** Brasília: Editora UnB, 2002.

ARTHOU, Alan P.L. **Consulta sobre o custo de construção do S Ticuna.** E-mail recebido por jaamoura@globocom.com em 29/06/2011. Constante do anexo 8.2.

AUER, James E. Japan's maritime self-defense force an appropriate maritime strategy. **Naval War College Review.** Newport. pp. 3-20, dec. 1971.

AUSTRALIA Energy: Oil, Natural Gas and Coal. **Geology.com.** Disponível em <
<http://geology.com/energy/australia/> > Acesso em 26/07/2011.

AUSTRALIA NATURAL. **Rigs World. 2010.** Disponível em <
<http://www.rigsworld.com/australia-gas.htm> > Acesso em 26/07/2011

AUSTRALIA Oil. Australia Offshore Oil / Gas drilling. **Rigs World, 2010.** Disponível em <
<http://www.rigsworld.com/australia-oil.htm> > Acesso em 25/07/2011

AUSTRALIAN. Government. Department of Defence. Defending Australia in the Asia Pacific Century: Force 2030. **Defence White Paper 2009.** Austrália. 2009. Disponível em:
 <http://www.defence.gov.au/whitepaper/docs/defence_white_paper_2009.pdf.> Acesso em: 13 set. 2010.

BAEV, Pavel K. Staying the Arctic Course. An offer for cooperation that Russia cannot refuse. **PONARS Eurasia Policy Memo No. 58.** International Peace Research Institute, Oslo (PRIO). September, 2009 Disponível em <
http://www.gwu.edu/~ieresgwu/assets/docs/pepm_058.pdf > Acesso em 01/08/2011

BAKER, Patrick. Russian Acquisition of the French Mistral Amphibious Assault Warships. Brookings. Events. Past Event. 30/09/2011. Disponível em <
http://www.brookings.edu/events/2011/0627_mistral.aspx > Acesso em 04/10/2011

BALLESTEROS M., Miguel A. **Terrorismo como conflito assimétrico.** Conferência proferida na Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, em 27 mar. 2008.

BARANY, Zoltan. Resurgent Russia? a still-faltering military. Hoover Institution. **Policy Review.** Feb./Mar. 2008. Disponível em:
 <<http://www.hoover.org/publications/policyreview/14830596.html> > Acesso em: 11 jun. 2008.

BARRACUDA Nuclear Powered Attack Submarines. **International On line Defense Magazine.** Defense Update. Em 22/12/2006. Disponível em < http://www.defense-update.com/newscast/1206/news/221206_barracuda.htm > Acesso em 01/05/2008.

BARROWCLOUGH, Anne. China sends Navy to fight Somali pirates. **Times Online**, 26, December, 2008. Disponível em: < <http://www.timesonline.co.uk/tol/news/world/africa/article5398856.ece> > Acesso em 15/06/2011

BEAUFRE, André. **Deterrence and Strategy**. New York: Frederick A. Praeger, Inc, Publishers. 1966.

BEDI, Rahul. Force, of reckoning: India bulks up its maritime muscle. **Jane's Navy International**, v.113. n. 5, pp.26-35, jun. 2008.

BEDI, Rahul. Getting in Step. **Jane's Defence Weekly**, v.45, n.6, pp.26-30, 6 feb. 2008a.

BERLIN, Donald L. India and The Indian Ocean. **Naval War College Review**. Spring 2006. Disponível em: < http://findarticles.com/p/articles/mi_m0JIW/is_2_59/ai_n16689838//.> Acesso em: 28 maio, 2010.

BERNAL-MEZA, Raúl. A Política Exterior do Brasil: 1990-2002. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, DF, v.45, n.1. p.36-71, jan/jun, 2002. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v45n1/a02v45n1.pdf> > Acesso em: 15 maio 2011.

BERNARD, Jean-Alphonse. **L'Inde le pouvoir et la puissance**. [Paris] Fayard: Librairie Arthème Fayard. Mesnil-sur-l'Estrée. 1985.

BERNARDINO, Luis. A Segurança Marítima no seio da comunidade dos países de língua portuguesa contributos para uma estratégia dos mares da lusofonia. **WebArtigos.Com**. 4 jan. 2011. Disponível em: < <http://www.webartigos.com/articles/56192/1/A-Seguranca-Maritima-no-seio-da-Comunidade-dos-Paises-de-Lingua-Portuguesa-Contributos-para-uma-Estrategia-dos-Mares-da-Lusofonia/pagina1.html>. > Acesso em: 20 jan. 2011

BHADRAKUMAR, M.K. NATO's Libyan Intervention Evokes Collective Memory Of Colonial Era. **Global Research**. 6/9/2011. Disponível em < <http://www.globalresearch.ca/index.php?context=va&aid=26407> > Acesso em 14/11/2011

BIRAGHI, Sergio. The Future and International Role of the Italian Navy. **NAVAL FORCES**. Special Issue 2004, p. 6-10.

BIRKLER, John et al. **The US submarine production base an analysis of cost: schedule and risk for selected force structures**. Rand Corporation. Santa Monica. 1994.

BISHARA, M. Um inimigo difuso. **Le Monde Diplomatique em Português**, ed. Outubro de 2001. Disponível em: < <http://diplo.uol.com.br/2001-10,a88>.> Acesso em: 29 mar. 2008.

BOBBIO, Norbert; MATTEUCCI, Nicola. **Dicionário de Política**. 9 ed. Brasília. UnB, 1983.

BOESE, Wade. Chinese satellite destruction stirs debate. Arms Control Association. **Arms control Today**. Archived March 2007.

BONAFEDE, Patrick M. **U.S.: To Kill a Carrier**. Stratfor 02/07/2008.

BOUTHOU, Gaston; CARRÈRE, René. O Desafio da Guerra. Biblioteca do Exército. Rio

de Janeiro, 1979.

BRANCIFORTE, Bruno. Marina Militare Renews its Inventory of Deployable Assets. **NAVAL FORCES I/2011**. p.78-81.

BRASIL. Agência Nacional de Transportes Aquaviários. **Anuário Estatístico 2009**. Disponível em: <<http://www.antaq.gov.br/Portal/Anuarios/Portuario2009/Index.htm>.> Acesso em: 08 abr. 2010.

BRASIL. Banco Central do Brasil. Conversão de Moedas. Disponível em <<http://www4.bcb.gov.br/pec/conversao/conversao.asp>> Acesso em 04/07/2011.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei Complementar nº136 de 25 de agosto de 2010. Altera a [Lei Complementar no 97, de 9 de junho de 1999](#), que “dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas”, para criar o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e disciplinar as atribuições do Ministro de Estado da Defesa. Brasília, 2010. Disponível em: < <http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/43/2010/136.htm>. > Acesso em: 19 abr. 2010.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Presidência da República . 2011. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm > Acesso em 10/02/2012.

BRASIL. Escola de Guerra naval. **LS-V-9902: A Guerra das Malvinas**. Rio de Janeiro, 1999.

BRASIL. Escola Superior de Guerra. **Fundamentos Doutrinários da Escola Superior de Guerra**. Rio de Janeiro, 2000.

BRASIL. Estado-Maior da Armada. **A Marinha do Presente e do Futuro: Desafios para os Oficiais Superiores após a Conclusão dos Cursos de Altos Estudos Militares**. Aula Inaugural Cursos de Altos Estudos Militares. Apresentação em Powerpoint. Escola de Guerra Naval. 2009. (2009 a))

BRASIL. Estado-Maior da Armada. **EMA 305: doutrina básica da Marinha**. Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério da Defesa. **MD35-G-01: glossário das Forças Armadas**. 4ª ed. Brasília, 2007.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Balanco de Política Externa 2003-2010**. 2.2.14 África-Defesa. Brasília. 2011(2011a) Disponível em: < <http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/2.2.14-africa-defesa/view>.> Acesso em 25 jan. 2011.

BRASIL. Presidência da República. Decreto 5484 de 30 de julho de 2005. **Aprova a Política de Defesa Nacional e dá outras providências**. Brasília, Imprensa Nacional, 2005. Disponível em : < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5484.htm. > Acesso em: 18 abr. 2010.

BRASIL. Presidência da República. Decreto de 6 de setembro de 2007. Institui o Comitê Mi-

nisterial para a Formulação da Estratégia Nacional de Defesa. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF**, 10 set. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.viaseg.com.br/noticia/5893-segnacional_estrategia_nacional_de_defesa.html>. Acesso em: 02 jan. 2011.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 6703 de 18 de dezembro de 2008: **Estratégia Nacional de Defesa**. Imprensa Nacional. Brasília, 2008. Disponível em : <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: 18 abr. 2010.

BRASIL. Presidência da República. **Política de Defesa Nacional**. Imprensa Nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. Senado Federal. Apresentação do Ministro Nelson Jobim na 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, em 27 de ago. 2009. **Diário do Senado Federal**, Brasília, DF, out. de 2009 (2009 b)), p.1109-1133. Suplemento. Apresentação em Powerpoint disponível em <http://www.senado.gov.br/sf/comissoes/cre/ap/AP20090827_Apresentacao_do_Ministro_Nelson_Jobim.pdf> Acesso em 17/10/2011.

BREEMER, Jan S. The Soviet Navy's SSBN bastions: Evidence, Inference and Alternative Scenarios. Separata de: **The RUSI Journal**. Military Science. 1985. Vol.130,issue 1. pp. 18-26. Disponível em < <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/03071848508522717> > Acesso em 22/02/2012.

BROWN, Peter J. Leaks in India's submarine strategy. **Asia Times Online**, Hong Kong, 29 Set. 2010. Seção South Ásia. Disponível em: <http://www.atimes.com/atimes/South_Asia/LI29Df01.html>. Acesso em:12 dez. 2010.

BRUSTOLIN, Vitelio M. **Abrindo a Caixa-Preta: O Desafio da Transparência dos Gastos Militares no Brasil**. Rio e Janeiro, 2009, 205 páginas. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento. Disponível em < http://www.ideiad.com.br/pped/teses/01_Vitelio_Marcos_Brustolin.pdf > Acesso em 22/02/2012.

BUSINESS Report. Spain Oil and Gas Report Q2 2011. **BizReport Shop**. Disponível em < http://www.bizreportshop.com/product/bmi/spain-oil-gas-report-2011_201330.html > Acesso em 27/07/2011.

BYMAN, Daniel; WAXMAN, Matthew. **The Dynamics of Coercion American Foreign Policy and the Limits of Military Might**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

CALVO, José M. El Pentágono autoriza la venta a España de misiles de crucero Tomahawk. **El Paiz**, 21 set. 2005. Disponível em: <http://www.elpais.com/articulo/espana/Pentagono/autoriza/venta/Espana/misiles/crucero/Tomahawk/elpporesp/20050721elpepinac_7/Tes >. Acesso em: 30 ago. 2010.

CAMINHA, João C. G. **Delineamentos da Estratégia**. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 1980.

CANADA, National Defence. **Canada First Defence Strategy**. 2008. Disponível em: < <http://www.forces.gc.ca/site/pri/first-premier/index-eng.asp?WT.svl=CFDLEFT> > Acesso em: 11 set. 2010.

CANADA, National Defence. **Leadmark, the Navy's Strategy for 2020**. National Defence. 2001. Disponível em: < http://www.navy.dnd.ca/leadmark/doc/index_e.asp > Acesso em: 08 set. 2010.

CANADA, National Defence. **Securing Canada's Ocean Frontiers – Charting The course from Leadmark** National Defence. 2005. Disponível em: < http://www.navy.forces.gc.ca/cms_images/strat/story_images/Securing%20Canada%20Ocean%20Frontiers%202.pdf > Acesso em: 19 set. 2010.

CANADA. Defense Nationale. **Le Livre Blanc Sur La Défense 1994**. Disponível em: < <http://www.forces.gc.ca> >. Acesso em 11 set. 2010.

CANADA. Defense Nationale. **Politique de Défense du Canada 1992**. Disponível em: < <http://www.forces.gc.ca> >. Acesso em 11 set. 2010.

CANADA'S International Policy Statement: a role of pride and influence in the world – overview. **Canada's International Development Agency**, Ottawa (CN). 2005. Disponível em: < www.international.gc.ca >. Acesso em: 15 set. 2010.

CANTALPIEDRA, David G. **Spain, Burden-Sharing, and NATO Deterrence Policy. Strategic Insights**, Monterey, v. 8, n. 4, (Sept. 2009). Disponível em: < <http://www.nps.edu/Academics/centers/ccc/publications/OnlineJournal/2009/Sep/garciaSep09.pdf> >. Acesso em: 15 set. 2010.

CAROLI, Luiz H. **A Importância Estratégica da Amazônia Azul para o Século XXI**. Cadernos de Estudos Estratégicos, Rio de Janeiro: Centro de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra, nº 09/2010, p. 118-157. Disponível em < http://www.esg.br/uploads/2010/09/revistacee_9.pdf > Acesso em 25/05/2012

CARR, Edward. H. **Vinte Anos de Crise: 1919-1939**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981.

CARVALHO, Gustavo L. C. O mar territorial brasileiro de 200 milhas: estratégia e soberania, 1970-1982. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 42, n.1, p.110-126 jan. 1999.

CARVALHO, Roberto de G. Autossuficiência em petróleo e a Marinha. **Folha de São Paulo**, 28 maio 2006. Disponível em: < https://www.mar.mil.br/menu_h/noticias/petroleo/autosuficiencia.htm >. Acesso em: 15 set. 2010.

CARVALHO. Submarinos: a visão da Marinha. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 127, n. 1/3, p.31-34, jan./mar. 2007.

CATANHEDE, Eliane. Marinha rebate críticas a submarinos. **Folha de São Paulo**, 6 set.

2009. p. A8.

CAVAS, Cristopher P. A deluge of U.S. Navy data 30-year shipbuilding, aviation plans, other reviews to accompany. **Defense News**, Budget, 2010. Disponível em: <<http://www.defensenews.com/story.php?i=4417458>>. Acesso em: 21 dez. 2009.

CENTRAL Intelligence Agency. **The World Factbook**. Coastline. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/fields/2060.html>> . Acesso em: 15 fev. 2011.

CENTRAL Intelligence Agency. **The World Factbook**. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/index.html>> . Acesso em: 06 mar. 2011. (2011a)

CERVO, Amado L. **Inserção internacional: Formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva. 2008.

CERVO, Amado L.. Relações internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 2, p. 5-35 , 2002.

CHALLENGING Rússia. Offshore Technology.Com. Disponível em <<http://www.offshore-technology.com/features/feature1145/>>, acesso em 26/07/2011.

CHANLETT-AVERY, Emma; KONISHI, Weston S. **The Changing U.S.-Japan Alliance: implications for U.S. Interests**. Washington: Congressional Research Service, 2009. Disponível em: <<http://fpc.state.gov/documents/organization/128832.pdf>>. Acesso em: 15 jul.2010.

CHINA: “String of Pearls” Strategy. **INTELLIBRIEFS**. 01, April 2007. Disponível em: <<http://intellibriefs.blogspot.com/2007/04/china-string-of-pearls-strategy.html>> Acesso em: 21 fev. 2011.

CHINA’S Defense Budget. Global Security. 2012. Disponível em <<http://www.globalsecurity.org/military/world/china/budget.htm>> Acesso em 03/02/2012.

CHINA’S Iron Ore Imports hits 69%. January 28, 2010. **People’s Daily**. Disponível em: <<http://english.people.com.cn/90001/90778/90860/6881750.html>> Acesso em: 7 mar. 2011.

CHINA’S New Great Leap Forward. **Hudson Institute**. 2005. Disponível em <http://www.hudson.org/files/pdf_upload/ChinaPDF.pdf> Acesso em 04/01/2012.

CIMBALO, Jeffrey L. Saving NATO from Europe. **Foreign Affairs**, New York, v. 83, n. 3, Nov./Dec. 2004. p. 111-120.

CLANCY, Tom. **Submarine a guided tour inside a nuclear warship**. New York: Berkley Publishing Group, 2002.

COHEN, Ariel. The Russia-China cooperation treaty: a strategic shift in Eurasia?. **The Heritage Foundation**, 18 July 2001. Disponível em: <<http://www.heritage.org/Research/Reports/2001/07/The-Russia-China-Friendship-and-Cooperation-Treaty>>. Acesso em: 27 fev. 2011.

COLE, Bernard D., "China Maritime Strategy". In: ERICKSON, Andrew S. et al. **China's Future Nuclear Submarine Force**. Annapolis: Naval Institute Press, 2007. pp.22-42

COLLINS, Gabe; ERICKSON, Andrew. China Aims more than Triple its Oil & Gas Production in the South China Sea over the next 10 Years. **China Sign Post**. 03 Apr, 2011. Disponível < <http://www.chinasignpost.com/2011/04/china-aims-to-more-than-triple-its-oil-gas-production-in-the-south-china-sea-over-the-next-10-years/> > em Acesso em 22/07/2011

COMMENT la Marine va-t-elle Prolonger Ses Sous-Marins Nucleaires d'Attaque ?. **Mer et Marine**. 03 may 2006. Disponível em: < <http://www.meretmarine.com/article.cfm?id=1625> > Acesso em: 21 set. 2009.

COMPAÑIA Petrolifera de Sedano. Be Part of Our Future. Disponível em < http://www.lenigasandoil.com/files/file_5_2_1257252155.pdf > Apresentação em Powerpoint. Acesso em 27/07/2011

CONGRESS OF THE UNITED STATES. Congressional Budget Office. **Long-Term Implications of the Fiscal Year 2009 Future Years Defense Programs**. January 2009. Disponível em: < <http://www.cbo.gov/ftpdocs/99xx/doc9953/01-06-DefensePlans.pdf> > Acesso em 20 set. 2009.

CORBETT, Julian S. **Some Principles of Maritime Strategy**. London: Longmans; Green and CO, 1911.

CORRÊA, Fernanda das G. **O Projeto do Submarino Nuclear Brasileiro: uma história de ciência, tecnologia e soberania**. Rio de Janeiro: Capax Dei Editora Ltda, 2010.

COTE Jr., Owen R. **Assessing the Undersea Balance Between the U.S. and China**. SSP Working Paper. February, 2011. Disponível em < http://web.mit.edu/ssp/publications/working_papers/Undersea%20Balance%20WP11-1.pdf > Acesso em 20/09/2011.

COTE Jr., Owen R. **The Third Battle**. Newport: Naval War College. 2003.

COUNTRIES of the World. México. Disponível em: < <HTTP://www.photius.com> > Acesso em: 04 mar. 2011.

DADOS da Bacia de Campos. **Click Macaé**. Petróleo e Gás. Disponível em < <http://www.clickmacae.com.br/?sec=109&pag=pagina&cod=141> > Acesso em 02/02/2012.

DAE-JUNG, Kim; JONG-IL, Kim. South-North Joint Declaration June 15, 2000. **United States Institute for Peace**. Peace Agreements Digital Collection. Disponível em: < http://www.usip.org/files/file/resources/collections/peace_agreements/n_skorea06152000.pdf >. Acesso em: 04 maio 2011.

DANTAS, Fernando. Paul Volcker é símbolo do aperto financeiro. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 27 nov. 2008. Notícias > Internacional. Disponível em < <http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,paul-volcker-e-simbolo-do-aperto-financeiro,284528,0.htm> > Acesso em 04/08/2012

DELISO, Christopher. **Bin Laden, Iran and the KLA: how islamic terrorism take root in Albania**. 19/09/2001. Disponível em: < <http://www.antiwar.com/orig/deliso5.html> > Acesso em 17/12/2009

DEMOCRATIC People's Republic of Korea. **Reunification**. Disponível em: < <http://www.korea-dpr.com/reunification.htm> >. Acesso em: 04 maio 2011.

DIAS, Jefferson L. Oil and Gás Ressources in the Brazilian Continental Margin. **Seminar on Marine Ressources of the South and Equatorial Atlantic Ocean**. Petrobrás. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: < <http://www.cprm.gov.br/> >. Acesso em: 03 mar. 2010. Apresentação em Powerpoint.

DONALDSON, Kitty; MUSTOE, Howard. U.K. Delays Decision on Trident Deterrent as It Cuts Defense Spending 8%. **Bloomberg**, Oct. 19, 2010. Disponível em: < <http://www.bloomberg.com/news/2010-10-19/u-k-delays-decision-on-trident-deterrent-as-it-cuts-defense-spending-8-.html> >. Acesso em: 12 dez. 2010.

DUARTE, Paulo de Q. **Dias de Guerra no Atlântico Sul**. Rio de Janeiro. Bibliex, 1968. 369p

DUDNEY, Robert S. Threats or Capabilities? **Air Force Magazine**. Oct. v. 92, n. 10. p.2, 2009. Disponível em: < <http://www.airforce-magazine.com/MagazineArchive/Documents/2009/October%202009/1009edit.pdf> > Acesso em: 09 out. 2010.

DUTTON, Peter. Carving up the East China Sea. **Naval War College Review**. Spring 2007. Disponível em < <http://www.usnwc.edu/getattachment/346ee9d7-0c45-4e54-9a48-20f25d83c61d/Carving-Up-the-East-China-Sea---Dutton,-Peter>> Acesso em 18/11/2011.

ENCICLOPÉDIA do Mundo Contemporâneo. Terceiro Milênio. Rio de Janeiro, 1999.

ENCYCLOPAEDIA Britannica. East China Sea: depth contours and submarine features. Disponível em: < <http://www.britannica.com/bps/media-view/3073/0/0/0> > Acesso em: 16 fev. 2011.

ENTENDA o conflito envolvendo Rússia e Geórgia na Ossétia do Sul. **Ultimo Segundo**, 08 ago. 2008. Disponível em: < http://ultimosegundo.ig.com.br/bbc/2008/08/08/entenda_o_conflito_envolvendo_russia_e_georgia_na_ossetia_do_sul_1511407.html. > Acesso em: 13 dez. 2010.

ERICKSON, Andrew S.;GOLDSTEIN, Lyle J. "China's Future Nuclear Submarine Force". In: ERICKSON, Andrew S. et al. **China's Future Nuclear Submarine Force**. Annapolis: Naval Institute Press, 2007. p.182-211.

ERICKSON, Andrew S.;WILSON, Andrew R.. "China's Aircraft Carrier Dilemma". In: ERICKSON, Andrew S. et al. **China's Future Nuclear Submarine Force**. Annapolis: Naval Institute Press, 2007. p.229-269.

ESPANHA. Ministerio de Defensa. **Strategic Defense Review v.1**. Imprensa Ministerio de Defensa. Madri, 2003. Disponível em: <

http://merln.ndu.edu/whitepapers/Spain_English2003vol1.pdf > Acesso em: 10 ago. 2010.

ESPAÑA. Ministerio de Defensa. **Objetivos de la Defensa Nacional**. Ministerio de Defensa de España. Madri, 2009. Disponível em: < <http://www.mde.es/politica/seguridad-defensa/objetivos/> > Acesso em: 10 ago. 2010.

ESPAÑA. Ministerio de Defensa. **Política de Defensa**. Ministerio de Defensa de España. Madri, 2009b. Disponível em: < <http://www.mde.es/politica/seguridad-defensa/contexto/europea-atlantica/PESD/> > Acesso em: 10 ago. 2010.

ESPAÑA. Ministerio de Defensa. **Defense White Paper 2000**. Imprenta Ministerio de Defensa. Madri. 2000. Disponível em: < http://merln.ndu.edu/whitepapers/Spain_English2000.pdf >. Acesso em: 10 ago. 2010.

ESPAÑA. Ministerio de Defensa. **Strategic Defense Review v.2**. Imprenta Ministerio de Defensa. Madri, 2003 b). Disponível em: < http://merln.ndu.edu/whitepapers/Spain_English2003vol2.pdf > Acesso em: 10 ago. 2010.

ESTADOS Unidos Mexicanos. **Ejército y Fuerza Aerea Mexicanos**. Disponível em: < <http://merln.ndu.edu/whitepapers/Mexico.pdf> > Acesso em: 15 fev. 2011.

EUROPE'S Libya Intervention: Germany and Russia. **Stratfor Global Intelligence**, 29 March 2011. Disponível em: < <http://www.stratfor.com/node/189939/analysis/20110328-europes-libya-intervention-germany-and-russia> >. Acesso em: 17 abr. 2011.

EXCLUSIVE Economic Zone. Fishery Management. Disponível em < http://fisherymanagement.wikia.com/wiki/Exclusive_Economic_Zone > Acesso em 22/07/2011.

FARIA, Emilson P. **Consulta** sobre “Planejamento da Marinha”. E-mail recebido por jaa-moura@globo.com em 16/12/2011. Constante do anexo 8.5

FARLEY, Robert. Over the Horizon: Brazil's Global Ambitions Outstrip Its Naval Capabilities. **World Politics Review**, 7/12/2011. Disponível em < <http://www.worldpoliticsreview.com/articles/10868/over-the-horizon-brazils-global-ambitions-outstrip-its-naval-capabilities> > Acesso em 02/01/2012. Tradução de Agostinho Santos do Couto.

FEDERAÇÃO da RÚSSIA. **Relatório do Ministério da Defesa**. Moscou, 2003.

FEDERAL MINISTRY OF DEFENCE. **White Paper 2006 On German Security Policy and the Future of the Bundeswehr**. Disponível em: < http://merln.ndu.edu/whitepapers/Germany_White_Paper_2006.pdf >. Acesso em: 05 abr. 2011.

FIFIELD, Anna; SMITH, Peter; HILLE, Kathrin. US and Australia Tighten Military Ties. The Financial Times LTD. Ásia-Pacífico. 14/09/2011. Disponível em < <http://www.ft.com/cms/s/0/11a19e2a-dee6-11e0-9130-00144feabdc0.html#axzz1n3eziRz9> > Acesso em 01/10/2011.

FISHER Jr., Richard D., "The Impact of Foreign Technology on China's Submarine Force and Operations" in ERICKSON, Andrew S. et al. **China's Future Nuclear Submarine Force**. Naval Institute Press, Annapolis, 2007. pp.135-161.

FISHER Jr., Richard, Developing US-Chinese Competition in Asia. **International Assessment and Strategic Center**. January 16, 2005. Disponível em: < http://www.strategycenter.net/research/pubID.60/pub_detail.asp > Acesso em: 16 fev.2011.

FITZGERALD, C. P. **The Birth of Communist China**. Washington. Frederick A. Praeger, Publishers. 1964.

FITZGERALD, Erin K.; CORDESMAN, Anthony H. **The 2010 Quadrennial Defense Review A+, F, or Dead On Arrival?** Washington: Center for Strategic & International Studies, 2009.

FLORES, Mário C. **Reflexões Estratégicas: repensando a defesa nacional**. São Paulo: É Realizações. 2002.

FLOURNOY, Michèle A. Did the Pentagon Get the Quadrennial Defense Review Right?. The Center for Strategic and International Studies and the Massachusetts Institute of Technology. **The Washington Quarterly**, spring, 2006. p. 67-84.

FRANÇA. Présidence de la République. **The French White Paper on Defence and National Security**. Paris. 2008. Disponível em: < <http://www.cfr.org/france/french-white-paper-defence-national-security/p16615> > Acesso em: 10 fev. 2011.

FREEDMAN, Lawrence. **Deterrence**. Cambridge: Polity Press. 2005.

FRIEDMAN, George. The Limitations and Necessity of Naval Power. 10 abr. 2007. **Stratfor**. Disponível em: < http://www.stratfor.com/limitations_and_necessity_naval_power > Acesso em: 22 jul. 2010.

FRIEDMAN, Norman. **Sea power and Space**. Annapolis: Naval Institute Press, 2000.

GEE, David. **United States military and intelligence bases in Britain – a briefing**. Quaker Peace & Social Witness Peace Campaigning and Networking Group. June 2004. Disponível em < <http://www.quaker.org.uk/files/Us-bases-briefing2.pdf> > Acesso em 05/03/2012.

GERMAN CULTURE 2011, Disponível em: < http://www.germanculture.com.ua/library/facts/bl_navy.htm >. Acesso em: 05 abr. 2011.

GERMANY Current Possibilities. **NTI research Library** – Germany - 2011. Disponível em < <http://www.nti.org/db/submarines/germany/index.html> > Acesso em 11/11/2011.

GERMANY. Ministry of Defence. **Defence Policy Guidelines**. Federal Minister of Defence, Berlin, 2003. Disponível em: < http://merln.ndu.edu/whitepapers/Germany_English2003.pdf > Acesso em 05 abr. 2011.

GERMANY. Ministry of Defence.. **White Paper 1994**. Bonn, 1994. Disponível em: < <http://www.resdal.org.ar/Archivo/d0000066.htm> >. Acesso em: 05 abr. 2011.

GERMANY: 6 Submarines to Be Retired Due to Budget Cuts. E-mail recebido de Stratfor.Com por jaamoura@globo.com em 03/06/2010.

GLOBALSECURITY.ORG. Military. **EU Battlegroup**. 2010. Disponível em: < <http://www.globalsecurity.org/military/world/europe/eu-battlegroups.htm> >. Acesso em: 15 abri. 2011.

GODOY, Roberto. Brasil desenvolve supermáquina de enriquecer urânio. **O Estado de São Paulo**. 27/07/2008. Disponível em: < <http://www.defesanet.com.br/mb1/nuc.htm> > Acesso em 08/01/2011.

GODWIN Paul H. B., “China’s Emerging Military Doctrine A Role for Nuclear Submarines?” in ERICKSON, Andrew S. et al. **China’s Future Nuclear Submarine Force**. Naval Institute Press, Annapolis, 2007. pp. 43-58.

GOLDSTEIN, Lyle, MURRAY, Bill. From Humble origins – China’s submarine Force Comes of Age. **Undersea Warfare**. Winter 2004. Disponível em: < http://www.navy.mil/navydata/cno/n87/usw/issue_21/humble.htm >. Acesso em 15 dez. 2008.

GONÇALVES, Joanisval B. **Direitos Brasileiros de Zona Econômica Exclusiva e de Plataforma Continental em Torno do Arquipélago de São Pedro e São Paulo**. Brasília. Consultoria Legislativa do Senado. 2002.

GONÇALVES, Williams da S.; MIYAMOTO, Shiguenoli. Os Militares na Política Externa Brasileira: 1964-1984. **Estudos Históricos**: Rio de Janeiro, v.6, n.12, 1993. pp 211-246. Disponível em: < <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1964/1103> > Acesso em: 13 maio 2011.

GOREMBURG, Dmitry. **The Future of the Russian Navy Part 3: Submarines**. Russian Military Reform. 6/09/2010. Disponível em < <http://russiamil.wordpress.com/2010/09/06/the-future-of-the-russian-navy-part-3-submarines/> > Acesso em 07/02/2012.

GRISSOM, Adam. Watching Hainan, Remembering Murmansk. Cold War Analogies, Maritime Access, and the Future of Warfare. Separata de: **Strategic Insights. Special Issue**. Volume 10, Outubro de 2011, pp. 78-91. Disponível em < http://www.nps.edu/Academics/Centers/CCC/Research-Publications/StrategicInsights/2011/Oct/SI-v10-FoW_pg78-91_Grissom.pdf > Acesso em 22/02/2012.

HARAK, Roman. Monumento à reunificação. Fotografia, 2010. Disponível em: < <http://www.flickr.com/photos/roman-harak/5015275749/in/set-72157624888383265/page2/> >. Acesso em: 04 maio 2011.

HERMES, Mário J.F. Os Militares e a Política Durante a República-Parte XXX. **Revista Marítima Brasileira**. v119. nº10/12. Rio de Janeiro. Out-nov. 1999. pp. 39-62.

HEYE, Thomas. **Os Determinantes Políticos dos Gastos Militares no Pós-Guerra Fria**. Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, UCAM, Rio de Janeiro, 2005.

HOLLAND Jr. William J., “Globalization under the sea” in: TANGREDI, Sam J. **Globalization and Maritime Power**. Honolulu, Havaí, University Press of the Pacific, 2002. cap. 17, pp.337 – 355.

HUGHES, Christopher W. **Japan’s Remilitarisation**. London: The International Institute For Strategic Studies, 2009.

HUGHES, Wayne P. **Fleet Tactics and Coastal Combat**. Annapolis: Naval Institute Press, 2000.

INDIA Profile. Missile Overview. Monterrey Institute of International Studies. 2009. **NTI**. Disponível em: < http://www.nti.org/e_research/profiles/India/Missile/index.html > Acesso em: 08 jul. 2009.

INDIA, Ministry of Defence, **Annual Report 2003-2004**. Disponível em < <http://mod.nic.in/reports/MOD-English2004.pdf> > Acesso em 25/05/2012

ÍNDIA. **Freedom to Use the Seas: India’s Maritime Strategy**. New Delhi: Integrated Headquarters; Ministry of Defence (Navy), 2007.

INDIA. Submarine Proliferation: India current capabilities. James Martin Center for Nonproliferation Studies. **NTI**. Monterrey. 2010. Disponível em: < <http://www.nti.org/db/submarines/India/index.html> > Acesso em 14 jun. 2010.

INDIAN Maritime Doctrine (INBR 8). Chief of Naval Staff. Integrated Headquarters. New Delhi, Ministry of Defence (Navy), 2004.

INDIAN Maritime Doctrine (INBR 8). Chief of Naval Staff. New Delhi: Integrated Headquarters, Ministry of Defence (Navy). 2009.

INDIAN Navy. **Global Security**. (2011). Disponível em: < <http://www.globalsecurity.org/military/world/india/navy.htm> > Acesso em 14 fev 2012.

INDIAN Regional Navigational Satellite System Approved. 9 maio 2006. **India Defence**. Disponível em: < <http://www.india-defence.com/reports/1894> > Acesso em: 08 maio 2010.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. Data and Statistics. World Economic Outlook Database, April, 2011. Disponível em: <

<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2011/01/weodata/weorept.aspx?sy=2010&ey=2010&scsm=1&ssd=1&sort=country&ds=.&br=1&pr1.x=47&pr1.y=12&c=512%2C941%2C914%2C446%2C612%2C666%2C614%2C668%2C311%2C672%2C213%2C946%2C911%2C137%2C193%2C962%2C122%2C674%2C912%2C676%2C313%2C548%2C419%2C556%2C513%2C678%2C316%2C181%2C913%2C682%2C124%2C684%2C339%2C273%2C638%2C921%2C514%2C948%2C218%2C943%2C963%2C686%2C616%2C688%2C223%2C518%2C516%2C728%2C918%2C558%2C748%2C138%2C618%2C196%2C522%2C278%2C622%2C692%2C156%2C694%2C624%2C142%2C626%2C449%2C628%2C564%2C228%2C283%2C924%2C853%2C233%2C288%2C632%2C293%2C636%2C566%2C634%2C964%2C238%2C182%2C662%2C453%2C960%2C968%2C423%2C922%2C935%2C714%2C128%2C862%2C611%2C716%2C321%2C456%2C243%2C722%2C248%2C942%2C469>

%2C718%2C253%2C724%2C642%2C576%2C643%2C936%2C939%2C961%2C644%2C813%2C819%2C199%2C172%2C184%2C132%2C524%2C646%2C361%2C648%2C362%2C915%2C364%2C134%2C732%2C652%2C366%2C174%2C734%2C328%2C144%2C258%2C146%2C656%2C463%2C654%2C528%2C336%2C923%2C263%2C738%2C268%2C578%2C532%2C537%2C944%2C742%2C176%2C866%2C534%2C369%2C536%2C744%2C429%2C186%2C433%2C925%2C178%2C869%2C436%2C746%2C136%2C926%2C343%2C466%2C158%2C112%2C439%2C111%2C916%2C298%2C664%2C927%2C826%2C846%2C542%2C299%2C967%2C582%2C443%2C474%2C917%2C754%2C544%2C698&s=NGDPD&grp=0&a= >Acesso em: 26 maio 2011.

ITÁLIA. Ministero Della Difesa. Stato Maggiore della Difesa. Chod's Strategic Concept. Disponível em < <http://www.difesa.it/SMD/CaSMD/concetto-strategico-ca-smd-en/Pagine/default.aspx> > Acesso em 04/07/2011.

ITALY current capabilities. Monterrey Institute of International Studies. SUBMARINE Proliferation NTI. 2011. Disponível em: < <http://www.nti.org/db/submarines/italy/index.html> >. Acesso em: 24 abr. 2011.

ITALY: ENI confirms new gas discovery offshore Sicily. Energy-pedia News. 24/09/2008. Disponível em < <http://www.energy-pedia.com/article.aspx?articleid=131169> > Acesso em 30/07/2011.

JAPAN MINISTRY OF DEFENSE. **Defense Minister**. Press Conference. Disponível em: < http://www.mod.go.jp/e/d_policy/dp02.html >. Acesso em: 09 fev. 2011.

JAPAN MINISTRY OF DEFENSE.. **Defense of Japan 2009**. Disponível em: < http://www.mod.go.jp/e/d_policy/dp02.html >. Acesso em 21 jul. 2010.

JAPAN MINISTRY OF DEFENSE.. **Defense of Japan 2010**. Disponível em: < <http://www.mod.go.jp> > Acesso em: 10 fev. 2011.

JAPAN to Beef Up Submarines to Counter Chinese Power. **The Chosun Ilbo**. Disponível em: < http://english.chosun.com/site/data/html_dir/2010/07/26/2010072601021.html > Acesso em: 09 ago. 2010.

JEAN, Grace V. Quiet But Deadly Diesel-Electric Submarines, The U.S. Navy's Latest Annoyance. **National Defense**, apr. 2008, p.43-47.

JOERGENSEN, Tim S. U.S. Navy Operations in Littoral Waters 2000 and Beyond. Newport. **Naval War College Review**, v. LI, n. 2, Sequence 362, Spring 1998.

JOMINI, Antoine H., **Précis del' Art de la Guerre**. Paris: Amelin, 1838.

JOSHI, Yogesh. India and the NPT: what next? **International Politics India**. 21 July 2010. Disponível em: < <http://www.opendemocracy.net/yogesh-joshi/india-and-npt-what-next> > Acesso em: 29 nov. 2010.

KEARSLEY, Harold J. **Military Power and the Twenty-First Century**. Aldershot: Dartmouth Publishing Company Limited. 1992.

KEOHANE, Robert O.. Lilliputians' dilemmas: small states in the international politics. **International Organizations**, v. 23, n.2, p.291-310, 1969.

KEOHANE, Robert O; NYE Jr, Joseph S. Power and Interdependence in the Information Age. **Foreign Affairs**, New York, NY: James F. Hoge Jr. Editor, v.77. N°5, 81- 94, set-out 1998. Disponível em < http://academos.ro/sites/default/files/power_and_interdependence.pdf > Acesso em 14/05/2012.

KHAN, M. Shansur Rabb. Sagarika: A Feather in India's Defense Hat. **Institute for Peace & Conflicts Studies (IPCS)**. N. 2312, 08 march. 2008. Disponível em: < <http://www.ipcs.org/article/navy/sagarika-a-feather-in-indias-defense-hat-2512.html> > Acesso em: 15 nov. 2010.

KODA, Yoji. The Emerging Republic of Korea Navy: a japanese perspective. **Naval War College Review**, Spring 2010.

KORDI (Korea Ocean Research Development Institute). **Developing Seabed Mineral Ressources: Korea's Effort**. In: SEMINÁRIO SOBRE RECURSOS MINERAIS DA ÁREA INTERNACIONAL ATLÂNTICO SUL E EQUATORIAL. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em <<http://www.cprm.gov.br/>> Acesso em 06/03/2010.

KORMILITSIN, Yuri N.; KHALIZEV, Oleg A. **Theory of Submarine Design**. Riviera Maritime Media. Great Britain, 2001.

KREPINEVITCH, Andrew F. Cavalry to Computer: The pattern of Military revolutions. **The National Interest**, fall 1994, Disponível em: < http://people.reed.edu/~ahm/Courses/Reed-POL-359-2008-S1_WTW/Syllabus/EReadings/Krepinevich1994Cavalry.pdf > Acesso em 15 nov. 2010.

KRUPNOV, Yuri. **Defense Reform and The Russian Navy**. NDC Ocasional Paper 17. Roma: NATO Defense College, 2006. Disponível em < www.defenceviewpoints.co.uk/.../defence-refor... > Acesso em 03/09/2009.

KSS-III SSX Jangbogo-III Class. **Global Security**. 2009. Disponível em: < <http://www.globalsecurity.org/military/world/rok/kss-3.htm> > Acesso em: 14 jun. 2010.

KUMAR, Deepak. A Competição no Oceano Índico à Luz do Emergente Triângulo Estratégico. Rio de Janeiro. **Revista da Escola de Guerra Naval**. n. 14, pp. 123, dez. 2009.

KUNDU, Apurba, **India's National Security under the BJP/NDA**: “strong at home, engaged abroad”, Brussels: European Institute for Asian Studies (EIAS), 2004. Disponível em < <http://www.eias.org/publications/briefing/2004/kunduindia2.pdf> > Acesso em 06/03/2012.

LEITÃO, Miriam. **Saga Brasileira**: a longa luta de um povo por sua moeda. 6 ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2011. 476 p.

LEPINE, J.P.F. From Cold Warriors to Expeditionary Forces: the current challenges facing german armed forces. **Canadian Military Journal**, Autumn 2006. Disponível em < <http://www.journal.dnd.ca/vo7/no3/lepine-eng.asp> > Acesso em 06/03/2012.

LES CONSTRUCTEURS de sous-marins dans le monde. **Net-Marine**, 2002, Disponível em: < <http://www.netmarine.net/bat/smarins/monde/index.htm> >. Acesso em: 18 set. 2009.

LIBERATTI, Wellington. **Consulta** sobre submarinos. E-mail recebido por jaamou-ra@globocom.com em 14/06/2011. Constante do anexo 8.6.

LIJPHART, Arend. Comparative Politics and the Comparative Method. **The American Political Science Review**. v.65, n.3. Sep.1971. pp. 682-693.

MAGNOLI, Demétrio; ARAÚJO, Regina. **Projeto de Ensino de Geografia**. São Paulo: Moderna, 2001.

MAHAN, Alfred T. **The Influence of Sea Power upon History 1660-1783**. Toronto: General Publishing Company Ltd, 1987.

MALVASIO, Ney P. L. **A Marinha de Guerra e o Império**. A Marinha Brasileira como Braço da Política Externa Imperial. In: XXIV Simpósio Nacional de História. Associação Nacional de História – ANPUH. 2007.

MANNHARDT, Jurgen. German Navy: transition. **Naval Forces**, n.1, 2006. p.18-26.

MARINHA do Brasil. **COGESN** (Coordenadoria-Geral do Programa de Desenvolvimento de Submarino com Propulsão Nuclear). In: SEMINÁRIO AMAZÔNIA AZUL, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: < <http://www.seminarioamazoniazul.com.br/> > Acesso em: 15 set. 2010. Apresentação em powerpoint.

MARINHA do BRASIL. **Plano de Articulação e Equipamento da Marinha**. 2010. Disponível em < <http://www.mar.mil.br/paemb/paemb.html> > em 01/02/2012.

MARININ, Valery. Nuclear-Powered Submarine building in Russia. **Military Parade**, issue 30, novembro-dezembro 1998. Disponível em: < <http://milparade.udm.ru/30/050.htm> > Acesso em: 05 dez. 2008.

MARITIME doctrine makes subtle changes in principles of war. **The Hindu**, New Delhi, Disponível em: < <http://www.hindu.com/2009/08/30/stories/2009083057770900.htm> > Acesso em: 30 ago. 2009.

MARQUES, Sylvia F. **A imagem internacional do Brasil no governo Cardoso (1995-2002) Uma leitura construtivista do conceito de potência média**. Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio. Orientadora: Prof. Maria Regina Soares de Lima. Rio de Janeiro. 2005. Disponível em http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/Busca_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=6509@1 > Acesso em 15/06/2011.

MARTINS FILHO, João R. As forças armadas brasileiras no pós-guerra fria. Fortaleza. **Tensões Mundiais**. v.2, n.3. 2006. pp. 78-109.

MATTOS, Carlos de M. **Geopolítica e Teoria de Fronteiras – Fronteiras do Brasil**. Bibliex. Rio de Janeiro. 1990.

McCAFFRIE, Jack; RAHMAN, Chris. Australia's 2009 Defense White Paper: a maritime focus for uncertain times. **Naval War College Review**. Winter v.63, n.1 2010. Disponível em: < <http://www.usnwc.edu/getattachment/da4166b4-ca5c-4bff-9682-2fcf082c9aa6/Australia-s-2009-Defense-White-Paper--A-Maritime-F> > Acesso em: 28 fev. 2011.

McCONNAUGHY, Christopher. China's Undersea Nuclear Deterrent. Will the U.S. Be Ready? *in*: ERICKSON, Andrew S. et al. **China's Future Nuclear Submarine Force**. Naval Institute Press, Annapolis, 2007. pp.77-113.

McDEVITT, Michael, Sea Denial with Chinese Characteristics. In: ERICKSON, Andrew S. et al. **China's Future Nuclear Submarine Force**. Annapolis: Naval Institute Press, 2007. pp. 359-372.

McKINLEY, Mike. **The Upholder Aquisition**: Why it was a Deal of Lifetime. Third Annual Graduate Student Symposium, 3-4 novembro 2000. Disponível em: < <http://www.cdai.ca/symposia/2000/mckinley.htm> > Acesso em: 01 maio 2008.

McVADON, Eric A., "China's Maturing Navy" in ERICKSON, Andrew S. et al. **China's Future Nuclear Submarine Force**. Naval Institute Press, Annapolis, 2007. pp. 1-21.

MEARSHEIMER, John. **Conventional Deterrence**. Londres: Cornell University Press. 1985.

MEDITERRANEAN Oil & Gas Plc. **Overview**. 2010. Disponível em < <http://www.medoilgas.com/operations/italy/> > Acesso em 30/07/2011.

MELLO, Leonel I. A. **Quem Tem Medo de Geopolítica?** São Paulo: EDUSP. 1999.

MÉXICO. Armada. **Fuerza Naval del Golfo**. Secretaría de Marina. 2010. Disponível em: < http://www.semar.gob.mx/sitio_2/armada-de-mexico/fuerza-naval-del-golfo.html > Acesso em: 03 fev, 2011.

MÉXICO. Armada. **Fuerza Naval del Pacífico**. Secretaría de Marina. 2010a. Disponível em: < http://www.semar.gob.mx/sitio_2/armada-de-mexico/fuerza-naval-del-pacifico.html > Acesso em: 03 fev. 2011.

MILITARY BALANCE 2004. London: The International Institute for Strategic Studies. Oct, 2004.

MILITARY BALANCE 2005. London: The International Institute for Strategic Studies. Oct, 2005.

MILITARY BALANCE 2005-2006. London: The International Institute for Strategic Studies. Oct, 2005.

MILLER, David. JORDAN, John. **Modern Submarine Warfare**. Salamander Books Ltd. Londres. 1987.

MOHAN, C. Raja. A Índia e o Equilíbrio de Poder. **Política Externa**. São Paulo, v.15, n.2 pp 71-81, set./nov. 2006.

MONTEIRO, Álvaro A. D. O Emprego do Poder Naval na Defesa da Amazônia Azul. In: SEMINÁRIO AMAZÔNIA AZUL, 2010. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.seminarioamazoniazul.com.br/>> Acesso em: 09 jun. 2010. Apresentação em power point.

MORAES, Janine. Câmara aprova Mudanças e Cria o Livro Branco da Defesa Nacional. Brasília. **Jornal da Câmara**, 09 mar. 2010. Disponível em: <<http://www.defesabr.com/blog/index.php/11/03/2010/camara-aprova-mudancas-e-cria-o-livro-branco-da-defesa-nacional/>> Acesso em: 02 jan. 2011.

MORAN, Michael. **France's New Military Vision**. 24/06/2008 [6150] noticiari naval. Disponível em: <http://groups.google.com/groups/search?q=&start=40&sa=N&scoring=d&enc_author=9d9BHBcAAAD6ct_cd1WaIIYaszDXhh4Oybv5K7IEPXeNwEYqnSbYVA&filter=0&> Acesso em: 11 jul. 2008.

MOURA NETO, Júlio S. A Importância da Construção do Submarino de Propulsão Nuclear Brasileiro. **Techno News**. abr./maio 2009. Disponível em: <http://www.mar.mil.br/hotsites/sala_imprensa/marinha_na_midia/jornal_revista/coletaneamari_nhanamidia2009/07%20Julho/00%20Revista%20Techno%20News%20ABR%20MAI%20-%20Comandante%20da%20Marinha.pdf> Acesso em: 02 jan. 2011.

MOURA NETO, Júlio S. Comandante da Marinha: Defendendo o Pré-Sal. In: **Segurança Internacional Perspectivas Brasileiras**. Rio de Janeiro: FGV, 2010. pp. 449-462.

MOURA, Gerson. **Sucessos e Ilusões**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1991.

MULLEN, Mike. Global Concept of Operation. **The Naval Institute. Proceedings**. 2003. Disponível em: <http://www.military.com/NewContent/0,13190,NI_Global_0403,00.html>. Acesso em: 16 set. 2008.

MURDOCK, Clark A. The Navy in an antiaccess world In: TANGREDI, Sam J. **Globalization and Maritime Power**. Honolulu, Havaí: University Press of the Pacific, cap.25, pp.473-485, 2002.

MURRAY, William S., An Overview of the PLAN Submarine Force. In: ERICKSON, Andrew S. et al. **China's Future Nuclear Submarine Force**. Annapolis: Naval Institute Press, 2007. pp. 59-76.

NATIONAL Defense Program Guidelines for Fy 2011 and Beyond. **Tóquio: Security Council and the Cabinet**, 2010. Disponível em: <http://www.kantei.go.jp/foreign/kakugikettei/2010/ndpg_e.pdf> Acesso em: 08 maio 2010.

NATO Handbook. NATO Office of Information and Press. Brussels. **NATO**. 2001. Disponível em: <http://www.mfa.gov.pl/editor/files/docs/DPB/polityka_bezpieczenstwa/NATO_handbook.pdf/>. Acesso em: 03 set. 2010.

NAVAL SHIPBUILDING Northwest England. UK Warships. **Astute Submarines**. 2008.

Disponível em: <

http://www.navalshipbuilding.co.uk/navalship_warships.asp?ID=WAR1&#topofpg > Acesso em: 20 set. 2009.

NAVAL Station Rota. **Global Security**. Disponível em:

<<http://www.globalsecurity.org/military/facility/rota.htm>>. Acesso em: 15 ago. 2010.

NAVY, Admiral Dannish Fleet. NATO Standing Maritime Group 1 (SNMG1). 2010. Disponível em: < <http://forsvaret.dk/SOK/ENG/INTERNATIONAL/SNMG/Pages/default.aspx> >. Acesso em: 13 abr. 2011.

NAVY. The Fleet. **Navy**. Disponível em: < http://www.navy.gov.au/The_Fleet/ > Acesso em: 23 fev. 2011.

NELAN, Bruce W. Tomahawk Diplomacy. **Time in Partnership with CNN**, 19 set. 1998, Disponível em: < <http://www.time.com/time/magazine/article/0,9171,989343,00.html> > Acesso em: 24 jul. 2008.

NETO, Geneton M. **Os Segredos dos Presidentes**. São Paulo: Editora Globo, 2005. 269 p.

NIKSCH, Larry A. Japanese Attitudes Toward Defense and Security Issues. **Naval War College Review**. Naval War College. Newport, pp. 57-72, July/August, 1983.

NOLTING, Wolfgang. Concepts & Developments of the German Navy. **NATO Nations and Partners for Peace**. n.2, 2006. pp. 56-63.

NORTH American Aerospace Defence Command, **About NORAD**. Disponível em: < <http://www.norad.mil/about/index.html> > Acesso em: 18 set. 2010.

NORTH and South Korea: “We Want Reunification but They Don’t Let Us”. 07 set., 2009. **Dominican Today**. Disponível em: < <http://www.dominicantoday.com/dr/opinion/2009/10/7/33471/North-and-South-Korea-We-Want-Reunification-but-They-Dont-Let-Us> >. Acesso em: 04 maio 2011.

NORTH SEA Oil and Gas Fields. Disponível em < <http://www.theenergylibrary.com/node/595> >. Acesso em 27/07/2011.

NORTHERN Petroleum Plc. **Italy**. 2009. Disponível em < <http://www.northpet.com/operations/italy/> > Acesso em 30/07/2011.

O DESAFIO do Pré-Sal. **Tn Petróleo**. 2012. Disponível em < http://www.tnpetroleo.com.br/sala_de_aula/o-desafio-do-pre-sal > Acesso em 02/02/2012.

O TRATADO sobre Forças Convencionais regula a segurança na Europa. **UOL**, São Paulo, 14 jul. 2007 Seção Últimas Notícias, Internacional. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultnot/afp/2007/07/14/ult34u185867.jhtm>>. Acesso em: 22 mar. 2011.

O’ROURKE, Ronald. **CRS Report for Congress**. Navy trident Submarine Conversion (SSGN): Background and Issues for Congress. Washington. 2008. Disponível em

<http://www.fas.org/sgp/crs/weapons/RS21007.pdf> Acesso em 04/07/2011.

OBBERG, Elis T., **Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul**. In: SEMINÁRIO AMAZÔNIA AZUL, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <
<http://www.seminarioamazoniazul.com.br/>> Acesso em: 15 set. 2010. Apresentação em powerpoint.

OCEANOS. **Portal São Francisco**. Disponível em: <
<http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/meio-ambiente-agua/oceanos-2.php> > Acesso em: 30 nov. 2010.

OFFICER, Lawrence H.; WILLIAMSON, Samuel H. Annual Inflation Rates in the United States, 1775-2008, and United Kingdom, 1265-2008. **Measuring Worth**. Disponível em: <
<http://www.measuringworth.com/calculators/inflation/result.php> > Acesso em: 21 set. 2009.

OFFSHORE Oil & Gas Sector. **Mantrana Maritime Advisory**. Disponível em <
<http://www.mantrana.in/Offshore-E&P-Activity.html> > Acesso em 25/07/2011.

OFFSHORE OIL and Gas Industry. **LNG News Worldwide**, July 26, 2011. Disponível em <
<http://www.lngplants.com/ChinaOffshoreO&G.htm> > Acesso em 26/07/2011.

OLIVEIRA, Eliézer R. de. A Estratégia nacional de Defesa e a Reorganização e Transformação das Forças Armadas. **Interesse Nacional**, pp.71-83, abr./jun., 2009.

OLIVEIRA, Marcelo R. Divisão Naval do Leste: A Marinha Imperial na Costa da África. Separata de: **Navigator**, Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2006, número 11. pp. 102-117. Disponível em <
http://www.revistanavigator.com.br/navig11/art/N11_art2.pdf> Acesso em 12/12/2011.

OLVER, Jeremy. Upholder Class Overseas Patrol Submarines. Sítio “**Royal Navy Submarines**”. Atualizado em 2000. Disponível em: <
<http://www.btinternet.com/~warship/Postwar/Submarines/upholder.htm>> Acesso em: 27 dez. 2009.

ORGANIZATION for Security and Co-Operation in Europe. (OSCE). 2012. Disponível em <
<http://www.osce.org/who> > acesso em 01/02/1012.

PAPE, Robert A. **Bombing to Win Air Power and Coercion in War**. Londres: Cornell University Press, 1996.

PASTORE, Fortunato. **Soldados Nus: filhos do acaso ou filhos da glória. estratégia militar e economia na américa latina independente; 1810-2000**. Dissertação (Mestrado em História) Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007. Disponível em <
www.teses.usp.br/teses/.../8/.../TESE_FORTUNATO_PASTORE.pdf > Acesso em 15/06/2011.

PATIN, Stanislav. **Russian Offshore Oil and Gas Resources**. Offshore-environment.com. Copyright EcoMonitor Publishing. East Northport. Disponível em <
<http://www.offshore-environment.com/russianoil.html>> Acesso em 24/07/2011.

PATTON, James H. AIP-What It Is and What It Isn't. **NAVAL FORCES**, III/2009. pp. 32-37.

PATTON, James H. Cold War SSN Operations Lessons for Understanding Chinese Naval development. *in*: ERICKSON, Andrew S. et al. **China's Future Nuclear Submarine Force**. Naval Institute Press, Annapolis, 2007. pp. 270-285.

PATTON, James H. **The Submarine as a Case Study In Transformation** – Implications for Future Investments. Naval War College Review, Summer 2005, Vol58, No3, pp.132-139. Disponível em: < <http://www.nwc.navy.mil/getattachment/57d3fc30-7194-4817-b34e-b6abda6d292a/Submarine-as-a-Case-Study-in-Transformation,-The--> >. Acesso em: 15 dez. 2010.

PEHRSON, Christopher J. **String of Pearls**: meeting the challenge of China's Rising power across the Asian Littoral. US Army War College: Carlisle.2006.

PEREIRA, Cláudia V.; DE SOUZA, Kaiser G. Minerais do fundo do mar: avanços e retrocessos das negociações internacionais da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. *In*: **Parcerias Estratégicas**, n. 24, pp. 11-40, ago. 2007. Edição Especial – Estudos do Mar. Brasília, Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. Disponível em: < <http://www.cgee.org.br/> > Acesso em: 28 abr. 2010.

PEREIRA, Mauro C. R. **Amazônia Azul. Aspectos Políticos e Estratégicos**. *In*: SEMINÁRIO AMAZÔNIA AZUL, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: < <http://www.seminarioamazoniazul.com.br/> > Acesso em: 15 set. 2010. Apresentação em powerpoint.

PEREIRA, Mauro C. R. **Consulta** sobre “Fronteira Leste”. E-mail recebido por jaamoura@globocom em 18/08/2011. (2011 a). Constante do anexo 8.3.

PEREIRA, Mauro C. R. **Consulta** sobre projeção de poder no Atlântico. E-mail recebido por jaamoura@globocom em 06/09/2011. (2011b). Constante do anexo 8.4.

PEREIRA, Mauro C. R. **Entrevista** sobre atividades nucleares. E-mails recebidos por jaamoura@globocom entre 02/02/2011 e 20/03/2011 (2011c). Constantes do anexo 8.1.

PEREIRA, Mauro C. R. **Política de Defesa Nacional**: a Marinha do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Naval. 1997.

PESCE, Eduardo I. **Articulação do Poder Naval Brasileiro**: Dúvidas e Comentários. Separata de: Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro. Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, vol.130, nº10/12, out/dez. 2010. pp. 50-61.

PETROBRÁS. A Bacia de Campos: a maior reserva de Petróleo do Brasil. **Petrobrás**. Plataformas. Disponível em: < <http://www2.petrobras.com.br/portal/petrobras.htm> > Acesso em 21 fev.2010 (2010-b).

PHILLIPS, Jack. Dong Feng 21D Could Destroy US Aircraft Carriers, Says Report. Epoch Times Staff, August 6, 2010. Disponível em: <

<http://www.theepochtimes.com/n2/content/view/40485/> > Acesso em: 18 fev. 2011.

PICARD, Michel. **La propulsion nucléaire**: un savoir-faire indispensable à la souveraineté nationale. Paris: Recherches & Documents. Fondation pour la Recherche Stratégique, 2006. Disponível em < http://www.frstrategie.org/barreFRS/publications/rd/RD_20060630.pdf > Acesso em 20/01/2012.

PIKE, John. Attacks on US Embassies in Kenya and Tanzânia. **Global Security.Org**, 27 abr. 2005. Disponível em: < <http://www.globalsecurity.org/security/ops/98emb.htm> > Acesso em: 17 dez. 2009.

PLANO de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (LEPLAC). Disponível em < <http://www.mar.mil.br/secirm/leplac.htm> > Acesso em 16/11/2011.

POGGIO, Guilherme. Frota do Mar Negro receberá mais seis submarinos, segundo almirante russo. **Poder Naval**, 03/08/2011. Disponível em < <http://www.naval.com.br/blog/2011/08/03/frota-do-mar-negro-recebera-mais-seis-submarinos-segundo-almirante-russo/> > Acesso em 02/02/2012.

PRÉ-SAL. Petrobras declara comercialidade do Campo de Tupi. Área Será Rebatizada e Vai se Chamar “Lula”. **VEJA**. 29 dez. 2010. Disponível em: < [Http://Veja.Abril.Com.Br/Noticia/Economia/Petrobras-Batiza-Campo-De-Tupi-De-Lula-E-Declara-Comercialidade](http://Veja.Abril.Com.Br/Noticia/Economia/Petrobras-Batiza-Campo-De-Tupi-De-Lula-E-Declara-Comercialidade) >. Acesso em: 16 maio 2011.

PRODUTO Interno Bruto e Taxas Médias de Crescimento. **Banco Central do Brasil**. Indicadores Econômicos Consolidados. 2012. Disponível em < <http://www.bcb.gov.br/?INDECO> > Acesso em 10/02/2012.

PROENÇA Jr, Domício; DINIZ, Eugênio; RAZA, Salvador G. **Guia de Estudos de Estratégia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1999.

PROGRAMA de Reparelhamento da Marinha. Coordenadoria do Programa de Reparelhamento da Marinha. Apresentação em Powerpoint realizada em 05/08/2009 para a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ) e para a Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança (ABIMDE). Disponível em < <http://www.abinee.org.br/informac/arquivos/marin09.pdf> > Acesso em 22/02/2012.

PROJECT 885 Yassen / Graney / Granay Severodinsk Class. **GlobalSecurity.Org**. 11/07/2011. Disponível em < <http://www.globalsecurity.org/military/world/russia/885.htm> > Acesso em 25/09/2011.

PROLIFERATION Security Initiative. U.S. Department of State. Disponível em: < <http://www.state.gov/t/isn/c10390.htm> >. Acesso em: 15 maio 2011.

QI, Xu. Maritime Geostrategy and the Development of Chinese Navy in the Early Twenty-First Century. **Naval War College Review**, Newport, vl.59, n.4. pp. 46-67, Autumn, 2006.

RAGIN, Charles C. **The Comparative Method**. Moving Beyond Qualitative and Quantitative Strategies. Berkeley: University of California Press. 1987.

RAHN, Daniel. **Unlocking India Maritime Strategy**. Monterrey: Naval Post Graduate School, 2006. Disponível em <<http://www.dtic.mil/cgi-bin/GetTRDoc?AD=ADA462727&Location=U2&doc=GetTRDoc.pdf>> Acesso em 15/11/2010.

RAO, Radhakrishna. India's Coastal Security. **India Strategic**. December 2008. Disponível em: <<http://www.indiastrategic.in/topstories231.htm>> Acesso em: 21 dez. 2010.

REPUBLIC OF CHINA. Information Office of the State Council of the People's Republic of China. **China's National Defense in 1998**. Disponível em: <<http://www.china.org.cn/e-white/>>. Acesso em: 21 dez. 2008.

REPUBLIC OF CHINA. Information Office of the State Council of the People's Republic of China. **China's National Defense in 2000**. Disponível em: <<http://www.china.org.cn/e-white/>>. Acesso em: 21 dez. 2008.

REPUBLIC OF CHINA. Information Office of the State Council of the People's Republic of China. **China's National Defense in 2002**. Disponível em: <<http://www.china.org.cn/e-white/>>. Acesso em: 21 dez. 2008.

REPUBLIC OF CHINA. Information Office of the State Council of the People's Republic of China. **China's National Defense in 2004**. Acesso em: <<http://www.china.org.cn/e-white/>> Acesso em: 21 dez. 2008.

REPUBLIC OF CHINA. Information Office of the State Council of the People's Republic of China. **China's National Defense in 2006**. Disponível em: <<http://www.china.org.cn/e-white/>>. Acesso em: 21 dez. 2008.

REPUBLIC OF KOREA. Ministry of Defense. **Defense White Paper 2006**. Disponível em: <http://merln.ndu.edu/whitepapers/SouthKorea_English2006.pdf> Acesso em: 15 mar. 2011.

REPUBLIC OF KOREA. Ministry of Defense. **Defense White Paper 2008**. Disponível em: <http://merln.ndu.edu/whitepapers/SouthKorea_English2008.pdf> Acesso em: 15 mar. 2011.

REPUBLIC OF KOREA. Ministry of Defense. **Participatory Government Defense Policy 2003**. Disponível em: http://merln.ndu.edu/whitepapers/SouthKorea2003main_eng.pdf > Acesso em: 15 mar. 2011.

REUVENY, Rafael; THOMPSON, William R. World Economic Growth, Northern Antagonism, and North-South Conflict. **The Journal of Conflict Resolution**: Sage Publications, Inc, Vol.46, N°4, p.484-514, agosto de 2002.

REVILLA, Beatriz. **Repsol Reabre el Yacimiento de Gas Submarino Del Golfo de Cadiz**. Diariodecadiz.es. 03/05/2009. Disponível em <<http://www.diariodecadiz.es/article/andalucia/414435/repsol/reabre/yacimiento/gas/submarino/golfo/cadiz.html>> Acesso em 27/07/2011.

RIPPEL, Márcio P. **O Plano Colômbia como instrumento da política Norte-Americana**

para a América Latina e suas conseqüências. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: < <http://www.egn.mar.mil.br/arquivos/cepe/ensaioCcRippel.pdf> >. Acesso em: 18 maio 2011. Ensaio pelo Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores na Escola de Guerra Naval.

ROBERSON, Walter G. **British Military Intervention into Sierra Leone: A case of Study**. Fort Leavenworth, Kansas, 2007. Disponível em < <http://www.dtic.mil/cgi-bin/GetTRDoc?Location=U2&doc=GetTRDoc.pdf&AD=ADA475595> > Acesso em 13/11/2011.

ROCKWELL, Theodore. **The Rickover Effect**. Naval Institute Press. Annapolis. 1992.

RODRIGUES, Odair. Década Perdida 1980. **Cola da Web**. Disponível em < <http://www.coladaweb.com/historia-do-brasil/decada-perdida-1980> > Acesso em 26/07/2012.

ROYAL UNITED SERVICES INSTITUTE. **The UK Independent Strategic Nuclear Deterrent and The White Paper**. 2007. Disponível em: < <http://www.rusi.org/go.php?structureID=commentary&ref=C45745AE62339A> >. Acesso em: 15 dez. 2010.

ROZOFF, Rick. Control Of the World's Oceans. Prelude To War? Proliferation Security Initiative (PSI) and the US 1,000-Ship Navy. **Global Research**. 30 jan. 2009. Disponível em: < <http://www.globalresearch.ca/index.php?context=va&aid=12102> >. Acesso em: 02 ago. 2009.

RUSSIA Current Capabilities. Submarine Proliferation. NTI Research Library. 2011. Disponível em <<http://www.nti.org/db/submarines/russia/>> Acesso em 21/08/2011.

RUSSIAN FEDERATION. **Russian Federation Military Doctrine**. Foreign Broadcast Information Service. 2000. Disponível em: < http://www.armscontrol.org/act/2000_05/dc3ma00?print > Acesso em: 11 dez. 2008.

RUSSIAN FEDERATION. **The Basic Provisions of the Military Doctrine of the Russian Federation**. Conselho de Segurança da Federação Russa. 1993. Disponível em: < <http://www.fas.org/nuke/guide/russia/doctrine/russia-mil-doc.html> > Acesso em: 11 dez. 2008.

RUSSIAN NAVY could be in dire straits by 2015. **DEFENCE TALK**. Global Defense and Military Portal. 30/11/2009. Disponível em < <http://www.defencetalk.com/russian-navy-could-be-in-dire-straits-by-2015-23177/> > Acesso em 01/10/2011.

SANDLER, Todd; HARTLEY, Keith. **The Economics of Defense**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

SARKOZY, Nicholas; CAMERON, David. **UK–France Summit 2010: Declaration on Defence and Security Co-operation**. Disponível em: < <http://www.number10.gov.uk/news/statements-and-articles/2010/11/uk%E2%80%93france-summit-2010-declaration-on-defence-and-security-co-operation-56519> >. Acesso em: 18 dez. 2010.

SAUNDERS, Stephen. **Jane's Fighting Ships 2007-2008**. Cambridge: University Press. Cambridge. 2007.

SAUNDERS, Stephen. **Jane's Fighting Ships 2009-2010**. Cambridge: University Press. Cambridge. 2009.

SCHEINESON, Andrew. The Shangai Cooperation Organization. **Council on Foreign Relations**. Disponível em: < <http://www.cfr.org/publication/10883/> >. Acesso em: 07 jan. 2009.

SCOTT, David. India's "Grand Strategy" for the Indian Ocean. Mahanian Views. **Asia-Pacific Review**. v.13, n.2, pp 97-129, 2006. Disponível em <<http://www.thescotties.pwp.blueyonder.co.uk/india-mahanian-visions.pdf>> Acesso em 15/11/2010.

SENATE ratifies Strategic Arms Reduction Treaty, delivering win to President Barack Obama. **Associated Press**, 22/12/2010. Disponível em <http://www.oregonlive.com/politics/index.ssf/2010/12/senate_ratifies_strategic_arms.html> Acesso em 28/05/2011.

SHAH Anup. World Military Spending. **Global Issues.Org**. 2010. Disponível em: < <http://www.globalissues.org/article/75/world-military-spending> >. Acesso em: 01 set. 2010.

SHARPE, Richard. **Jane's Fighting Ships 1999-2000**. London: Butler&Tanner Ltd.1999.

SILVA, Marco A. A. **Brasil e Índia: viabilidade de uma parceria estratégico-militar no médio prazo**. Monografia (C-PEM) Curso de Política e Estratégia Marítimas, Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2006.

SIMIC, Ivan. North and South Korea: "We Want Reunification but They Don't Let Us". 07 set., 2009. **Dominican Today**. Disponível em: < <http://www.dominicantoday.com/dr/opinion/2009/10/7/33471/North-and-South-Korea-We-Want-Reunification-but-They-Dont-Let-Us> >. Acesso em: 04 maio 2011.

SIPRI (Stockholm International Peace Research Institute). **The SIPRI Military Expenditure Database**. Disponível em : < <http://milexdata.sipri.org/> > Acesso em: 15 maio 2011.

SLADE, Stuart. Mare Nostrum: the revival of the Italian Navy. **NAVAL FORCES** n.3, 2007. pp. 22-29.

SPAIN PM orders Iraq troops home. **BBC NEWS**. Disponível em: < <http://news.bbc.co.uk/2/hi/3637523.stm> > Acesso em: 18 abr. 2004.

SPAIN, Military Cooperation with the United States *in* Encyclopedia of the Nations. Atualizado em 1988. Disponível em < <http://www.country-data.com/cgi-bin/query/r-13104.html> > Acesso em 7/7/2011.

SRIVASTAVA, Siddharth. India's nuclear submarine plan surfaces. **ASIA TIMES, SOUTH ASIA**, 20 Feb. 2009. Disponível em: < http://www.atimes.com/atimes/South_Asia/KB20Df02.html > . Acesso em: 05 jun. 2010.

SSBN / SSGN Ohio Class Ballistic Missile Submarine, USA, **Naval Technology**. Disponível em: < <http://www.naval-technology.com/projects/ohio/> > Acesso em: 17 jan. 2009.

SSK Collins Class (Type 471) Attack Submarine, Australia. **Naval Technology.com**. 2011. Disponível em < - <http://www.naval-technology.com/projects/collins/> > Acesso em 11/08/2011.

STANDING NATO Mine Countermeasures Group 1 (SNMCMG1). 2011a). **NATO**. Disponível em: < http://www.manw.nato.int/page_snmcmg1_home%20page.aspx >. Acesso em: 13 abr. 2011.

STANDING NATO Mine Countermeasures Group 2 (SNMCMG2). 2011. **NATO**. Disponível em: < <http://www.manp.nato.int/Factsheets/SNMCMG2.htm> >. Acesso em: 13 abr. 2011.

STUART MILL, John. Britannica Concise Encyclopedia: **Mill's methods**. Oxford University Press. 2011. Disponível em: < <http://www.answers.com/topic/mill-s-methods> > Acesso em: 03 mar. 2011.

SUBMARINE Proliferation: Italy current capabilities. James Martin Center for Nonproliferation Studies. Monterrey. **NTI**. October 2010. Disponível em: < <http://www.nti.org/db/submarines/italy/index.html> >. Acesso em: 30 maio 2011.

SUBMARINE Proliferation: South Korea current capabilities. Monterrey Institute of International Studies. **NTI**. 2011. Disponível em: < <http://www.nti.org/db/submarines/skorea/index.html> >. Acesso em: 15 abr. 2011.

SUBMARINES. Chinese Military Aviation. 2012. Disponível em < http://cnair.top81.cn/han_xia_kilo_song.htm > Acesso em 10/03/2012.

SUBSEAIQ Offshore Field Development. **White Rose**. 2011. Disponível em < http://www.subseaiq.com/data/Project.aspx?project_id=314 > Acesso em 29/07/2011.

SUMMARY of National Defense Program Guidelines for Fy 2011 and Beyond. **Tóquio: Security Council and the Cabinet**, 2010. Disponível em: < http://www.mod.go.jp/e/d_act/d_policy/pdf/summaryFY2011.pdf > Acesso em: 08 maio 2011.

TANTER, Richard. Japan adrift in the Indian Ocean. **Asia Times on Line**. 02 set. 2008. Disponível em: < <http://www.atimes.com> > Acesso em: 24 set. 2010.

THE CHIEF of the Italian Defence Staff Strategic Concept. 2005. Disponível em <<http://www.difesa.it/default.htm> . Acesso em 19/04/2011 > Acesso em 22/04/2011.

THE ENCYCLOPEDIA of Earth. **Energy Profile of France**. 2010. Disponível em < http://www.eoearth.org/article/Energy_profile_of_France#gen2 > Acesso em 26/07/2011.

THE GEOPOLITICS of Brazil: An Emergent Power Struggle With Geography. July 14, 2011. **Stratfor**. Disponível em < <http://www.stratfor.com/node/198695/analysis/20110707-geopolitics-brazil-emergent-powers-struggle-geography> > Acesso em 16/07/2011.

THE ITALIAN Navy: general overview and short-to-mid-term perspectives. **NAVAL FORCES**. Special Issue, 2008. pp. 21-26.

THE MISSILE Technology Control Regime. 2011. Disponível em <<http://www.mtcr.info/english/index.html>> Acesso em 09/11/2011.

THE STANDING NATO Maritime Group 2 (SNMG2). **NATO.** 2008. Disponível em: <http://www.nato.int/shape/news/2008/10/docs/factsheet-The_Standing_NATO_Maritime_Group_2.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2011.

THE UNITED States is an Ocean Nation. Disponível em <http://aquaculture.noaa.gov/pdf/20_eezmap.pdf> Acesso em 22/07/2011.

THESAURUS The free dictionary, 2012. Disponível em <<http://www.thefreedictionary.com/food+for+thought>> Acesso em 25/07/2012

TILL, Geoffrey. Poder marítimo: questões relevantes e desafios. **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, n. 7, 2006.

TILL, Geoffrey. **Sea Power A Guide for the Twenty-First Century.** Londres: Frank Cass, 2004.

TORRES, Jonathan A. G. **U.S.-Mexico military cooperation: from WWII to the Merida initiative.** Americas Program. 12 set. 2010. Disponível em: <<http://www.cipamericas.org/archives/3365>>. Acesso em: 03 mar. 2011.

TRATADO Interamericano de Assistência Recíproca e Respeetivo Protocolo de Reforma (Pacto do Rio). 1947. **Portal de Direito Internacional.** Disponível em <<http://www.cnen.gov.br/Doc/pdf/Tratados/TRAT0005.pdf>> Acesso em 01/08/2011

TRATADO SOBRE a Não-Proliferação de Armas Nucleares. 1968. Disponível em <<http://www.cnen.gov.br/Doc/pdf/Tratados/TRAT0001.pdf>> Acesso em 01/08/2011

TULLY, John M. **Russia's Submarine Force: Determinants and Prospects.** Monterey, Naval Postgraduate School Monterey, 2001

TURNER, Stansfield. Missions Of The U.S. Navy. **Naval War College Review**, v.26, n. 5/sequence n. 248, March-April 1974.

U. S. FORCES JAPAN. 2010. Official Military Website. Disponível em: <<http://www.usfj.mil/>>. Acesso em: 15 jun. 2011.

U.S. ENERGY Information Administration. Canada. 2011. Disponível em <<http://www.eia.gov/countries/cab.cfm?fips=CA>> Acesso em 29/07/2011.

U.S. ENERGY Information Administration. Japão. 2011a). Disponível em <<http://www.eia.gov/countries/cab.cfm?fips=JA>> Acesso em 29/07/2011.

U.S. ENERGY Information Administration. Korea South. 2011. Disponível em <<http://www.eia.gov/countries/cab.cfm?fips=KS>> Acesso em 29/07/2011.

U.S. FORCES, Korea / Combined Forces Command Combined Ground Component Command (GCC). **GlobalSecurity.Org.** Military. 12/08/2011. Disponível em <

<http://www.globalsecurity.org/military/agency/dod/usfk.htm> > Acesso em 20/02/2012.

U.S. NAVAL Dominance and the Importance of Oceans. **Stratfor Global Intelligence**, 05 ago. 2008. Disponível em: <
http://www.stratfor.com/analysis/u_s_naval_dominance_and_importance_oceans>. Acesso em: 29 abr. 2009.

U.S. NAVAL DOMINANCE and the SSN. **Stratfor Global Intelligence**. 27/02/2008. Disponível em <
http://www.stratfor.com/memberships/111770/analysis/u_s_naval_dominance_and_ssn> Acesso em 29/04/2009.

U.S. RUSSIA; submarines off The U.S. East Coast. **Stratfor Global Intelligence**, 05 ago. 2009. Disponível em: <
http://www.stratfor.com/memberships/143513/analysis/20090805_russia_submarines_u_s_east_coast>. Acesso em: 29 ago. 2009.

UCHIDA, Kazutomi. The Rearmament of the Japanese Maritime Forces. **Naval War College Review**, Newport, p. 41-48, nov./dec. 1973.

UNIT CONVERSION Factors. **The Society of Petroleum Engineers**. Disponível em <
http://www.spe.org/industry/docs/UnitConversion.pdf#redirected_from=/industry/reference/unit_conversions.php> Acesso em 26/07/2011.

UNITED Kingdom Oil and Gas. **Rigs World**. 2010. Disponível em <
<http://www.rigsworld.com/uk-oil.htm>> Acesso em 30/07/2011.

UNITED KINGDOM, Ministry of Defence. **The National Security Strategy of the United Kingdom** – Security in an interdependent world. The Licensing Division, HMSO. Norwich. 2008.

UNITED KINGDOM. Directorate of Naval Staff Duties. **The Fundamentals of British Maritime Doctrine BR-1806**. Third Edition. HMSO's Copyright Unit. Norwich. 2004.

UNITED KINGDOM. Ministry of Defence, **The Future Maritime Operational Concept**. The Development, Concepts and Doctrine Centre. Swindon, 2007.

UNITED KINGDOM. Ministry of Defence. **Delivering Security in a Changing World. Defence White Paper**. The Licensing Division, HMSO. Norwich. 2003.

UNITED KINGDOM. Ministry of Defence. **Delivering Security in a Changing World. Future Capabilities**. The Licensing Division, HMSO. Norwich. 2004.

UNITED KINGDOM. Ministry of Defence. **Strategic Defence Review** : a New Chapter. The Licensing Division, HMSO. Norwich. 2002.

UNITED KINGDOM. Ministry of Defence. **Strategic Defence Review**. The Licensing Division, HMSO. Norwich. 1998.

UNITED KINGDOM. **Secure Britain in an age of uncertainty**: the strategic defence and security review. London. 2010. Disponível em: <

http://www.direct.gov.uk/prod_consum_dg/groups/dg_digitalassets/@dg/@en/documents/digitalasset/dg_191634.pdf?CID=PDF&PLA=furl&CRE=sdsr>. Acesso em 30 ago. 2010

UNITED STATES NAVY. **Brazil SUBFOR brief Apr 08 Show**. 2008. Palestra realizada no Centro de Adestramento Almirante Marques de Leão em abril de 2008 pelo Comandante da força de submarinos da marinha norte-americana.

UNITED STATES OF AMERICA. Department of Defense. **1997 National Military Strategy**. 2 December 1997. Washington, 1997.

UNITED STATES OF AMERICA. Department of Defense. **Quadrenial defense Review**, May 1997. Washington, 1997 (1997a).

UNITED STATES OF AMERICA. Department of Defense. **Quadrenial defense Review Report**. Washington, 2010.

UNITED STATES OF AMERICA. Department of Defense. **Quadrenial defense review report**. Washington, 6 Feb. 2006. Disponível em: <<http://www.defense.gov/qdr/report/Report20060203.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2008.

UNITED STATES OF AMERICA. Department of Defense. **Quadrenial defense Review Report**. Washington, 2001.

UNITED STATES OF AMERICA. Department of the Navy. **Naval Doctrine Publication 1 Naval Warfare**. Washington DC: Office of the Chief of Naval Operations, 1994. Disponível em: <http://www.dtic.mil/doctrine/jel/service_pubs/ndp1.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2008.

UNITED STATES OF AMERICA. Departmente of the Navy. **Forward ... From The Sea**. Washinton. 1994 (1994a). Disponível em <<http://www.globalsecurity.org/military/library/policy/navy/forward-from-the-sea.pdf>> Acesso em 18/06/2011.

UNITED STATES OF AMERICA. Departmente of the Navy. **From The Sea: Preparing the naval service for the 21st Century**. Washinton. 1992. Disponível em <<http://www.comw.org/qdr/fulltext/02navyvision.pdf>> Acesso em 18/06/2011.

UNITED STATES OF AMERICA. Joint Chiefs of Staff. **Joint Vision 2010**. Washington, 1996.

UNITED STATES OF AMERICA. Joint Chiefs of Staff. **Joint Vision 2020**. Washington, 2000.

UNITED STATES OF AMERICA. Maritime Security Policy Coordinating Committee. **National Plan to Achieve Maritime Domain Awareness**, 2005.

UNITED STATES OF AMERICA. National Defense Authorization Act of 1996, Public Law 104-201. **Subtitle B-Force Structure Review**, sections 921-926. Washington, 1996a. Disponível em: <http://www.fas.org/man/docs/qdr/quad_leg.html>. Acesso em: 12 dez. 2009.

UNITED STATES OF AMERICA. Secretary of the Navy. **Naval Transformation Roadmap 2003: assured access & power projection. From the sea.** Washington: 2003. Disponível em <<http://www.navy.mil/navydata/transformation/trans-cover.html>> Acesso em 27/07/2012

VEGO, Milan. **Soviet naval tactics.** Annapolis: Naval Institute Press, 1992.

VEGO. The right submarine for lurking in the littorals. **Proceedings Magazine**, v. 136/6/1,288, June 2010. Disponível em: <<http://www.usni.org/magazines/proceedings/2010-06/right-submarine-lurking-littorals>>. Acesso em: 13 nov. 2010.

VERMA, Bharat. Navy to build blue-water capability with a balanced force structure, says Naval Chief. **Indian Defence Review**, vol. 25.1, jan./mar. 2010. Disponível em: <<http://www.indiandefencereview.com/defence%20industry/Navy-to-build-blue-water-capability-with-a-balanced-force-structure-says-Naval-Chief.html>>. Acesso em: 08 maio 2010.

VIANNA, Helio. **História do Brasil.** 14 ed. Edições Melhoramentos. São Paulo. 1980. 676 p.

VIDIGAL, Armando A. F. **A evolução do pensamento estratégico naval brasileiro-meados da década de 70 até os dias atuais.** Rio de Janeiro: Clube Naval. 2002. 136p.

VIDIGAL, Armando A. F. **A evolução do pensamento estratégico naval brasileiro.** Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 1982.

VIDIGAL, Armando A. F. A missão das forças armadas para o século XXI. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro. v. 124, n. 10/12, p.101-115, out./dez. 2004.

VIDIGAL, Armando A. F.; FLORES, Mário C. **O Desenvolvimento do Poder Naval Brasileiro: tópicos para debate.** Brasília, DF: 1976.

VIDINO, Lorenzo. How Chechnya Became a Breeding Ground for Terror. **The Middle East Quarterly**, Philadelphia, v. 12, n. 3, p. 57-66, Summer 2005. Disponível em: <<http://www.meforum.org/744/how-chechnya-became-a-breeding-ground-for-terror>>. Acesso em: 17 dez. 2009.

VISHWAKARMA, Arun. Shourya/Sagarika Missile. **Indian Research Foundation**, 2009. Disponível em: <http://www.indiaresearch.org/Shourya_Missile.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2010.

VIZENTINI, Paulo F. **A Política Externa do Regime Militar Brasileiro.** In: O Binômio Segurança e Desenvolvimento: Política Externa e Defesa durante os Anos do Autoritarismo. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 1998. Parte 2. pp. 193-365

WEAPONS of Mass Destruction (WMD): advanced technology vessel (ATV). **Global Security.** 04 jul. 2009. Disponível em: <<http://www.globalsecurity.org/wmd/world/india/atv.htm>> Acesso em 14 jun. 2010.

WEAPONS of Mass Destruction (WMD): Plateau d'Albion. **Global Security.** 28 abr; 2005. Disponível em: <http://www.globalsecurity.org/wmd/world/france/plateau_d-albion.htm> Acesso em: 02 set. 2010.

WESTERN EUROPEAN UNION. Disponível em: <<http://www.weu.int/>>. Acesso em: 03 set. 2010.

WESTERVELT, Eric. **NATO's Intervention in Libya: A new Model?**. NPR. 12/09/2011. Disponível em < <http://www.npr.org/2011/09/12/140292920/natos-intervention-in-libya-a-new-model> > Acesso em 15/11/2011.

WHITMAN, Edward C. Air independent propulsion: AIP Technology creates a NEW Undersea Threat. **Undersea Warfare** Fall 2001 Disponível em: < http://www.navy.mil/navydata/cno/n87/usw/issue_13/propulsion.htm > Acesso: 15 jun. 2011.

WILLET, Lee. **The UK Defence Review and the Royal Navy:** implications for coalition operations. London: Royal United Services Institute for defence and security studies (RUSI), UK. 2004 . Apresentação em powerpoint usada na palestra realizada em julho de 2008 pelo Cel Willie Dobson, Adido Militar do Reino Unido na Escola de Guerra Naval, RJ.

WILLET, Lee. **TLAM and British Strategic Thought.** GlobalSecurity.Org. Military. 2008.

WILLIS, Andrew. MEP question French intervention in Ivory Coast. **EU Observer**, 12/04/2011. Disponível em < <http://euobserver.com/9/32163> > Acesso em 13/11/2011.

WINTERSHALL. **Oil and gas is our world.** Disponível em < <http://www.wintershall.com/345.html> > Acesso em 30/07/2011.

WOOLEY, Peter J.; WOOLEY, Mark S. The Kata of Japan's Naval Forces. **Naval War College Review**, p. 59-69, Spring 1996.

WOOLF, Amy F. **Conventional Warheads for Long-Range Ballistic Missiles:** background and issues for Congress. Washington, 2008. Disponível em: < <http://www.fas.org/sgp/crs/nuke/RL33067.pdf> > Acesso em: 15 dez. 2008.

WORLD Statistics [sorted by área]. **Mongabay.com**, 2008. Disponível em <http://www.mongabay.com/igapo/world_statistics_by_area.htm Acesso em 15/04/2011> Acesso em 11/12/2010.

WYTCH Farm. BP NSI. 2008. Disponível em < <http://www.bpnsi.com/index.asp?id=7369643D312669643D313531> > Acesso em 30/07/2011.

YOSHIHARA, Toshi; HOLMES, James R. Thinking about the unthinkable: Tokyo's nuclear option. **Naval War College Review**, Newport, p. 59-78, Summer 2009. Disponível em: <http://findarticles.com/p/articles/mi_m0JIW/is_3_62/ai_n32144580/> Acesso: 15 jul. 2010.

ZAJEC, Olivier. A China Quer os Mares. **Le Monde Diplomatique Brasil**, 01 set. 2008. Seção Biblioteca Virtual, Geopolítica. Disponível em: <<http://diplomatique.uol.com.br/acervo.php?id=2734>>. Acesso em: 10 ago. 2010.

ZAPATERO, José Luis Rodríguez. **National Defence Directive 1/2004.** Madri, 2004. Disponível em: <http://merln.ndu.edu/whitepapers/Spain_English2004.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2010.

ZERBIN, Hal. A Short History of the Canadian Submarine Service. **Canadian Navy**, 17 ago. 2009. Seção News and Events. Disponível em: <http://www.navy.forces.gc.ca/victoria/2/2-s_eng.asp?category=161&title=1041>. Acesso em: 10 dez. 2010.

ZIMMERMAN, Stan. **Submarine Technology for the 21st Century**. Victoria, British Columbia: Trafford Publishing, 2000.

ZYSK, Katarzyna. Russia's Arctic Strategy. Ambitions and Constraints. **JFQ**, issue 57, 2^o quarter 2010. Disponível em <<http://www.ndu.edu/press/lib/images/jfq-57/zysk.pdf>> Acesso em 28/08/2011.

OBRAS CONSULTADAS

ABREU, Estela dos S.; TEIXEIRA, José Carlos A. Apresentação de Trabalhos Monográficos de Conclusão de Curso. 9ª edição, Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2007. 90p.

JOSÉ AUGUSTO ABREU DE MOURA

A ESTRATÉGIA NAVAL BRASILEIRA
NO PÓS-GUERRA FRIA

Uma Análise Comparativa com Foco em Submarinos

Tese de Doutorado em Ciência Política, Área
de Estudos Estratégicos, da Universidade
Federal Fluminense (UFF).

ORIENTADOR: Prof. Dr. VAGNER CAMILO ALVES

Volume 2

NITERÓI
2012

SUMÁRIO

Volume 1

INTRODUÇÃO.....	20
1 O PODER NAVAL	28
1.1 As Tarefas Básicas do Poder Naval.....	28
1.1.1 Dissuasão e Coerção.....	34
1.1.2 – Estados Continentais e Marítimos	41
1.2 O Poder Naval na atualidade	43
1.2.1 A Guerra de Litoral.....	47
1.3 Apreciações	49
1.4 Conclusões do Capítulo 1	51
2 O SUBMARINO	52
2.1 Características Básicas dos Submarinos.....	52
2.2 Os Submarinos na Guerra Naval	61
2.3 Os Submarinos na Guerra de Litoral	65
2.4 O custo dos submarinos.....	68
2.4.1 Variações de custo	69
2.5 Apreciações	70
2.7 Conclusões do Capítulo 2.....	72
3 A DEFESA DO BRASIL	74
3.1 Antecedentes.....	74
3.2 As Políticas de Defesa	86
3.2.1 Apreciações sobre as Políticas de Defesa.....	95
3.3 As Estratégias de Defesa	97
3.3.1 Apreciações sobre as Estratégias de Defesa	107
3.4 Estratégias Navais.....	111
3.4.1 Apreciações sobre as Estratégias Navais	121
3.5 A MB e os Submarinos.....	122
3.5.1 Apreciações sobre submarinos	125
3.6 Conclusão	125
4 ANÁLISE COMPARATIVA.....	128
4.1 Dados Básicos	128
4.2 Resumos das Análises dos Estados	131
4.2.1 EUA.....	132
4.2.2 China.....	135
4.2.3 Japão	138
4.2.4 Alemanha.....	141
4.2.5 França	143
4.2.6 Reino Unido.....	145
4.2.7 Itália.....	148
4.2.8 Canadá	149

4.2.9 Índia.....	151
4.2.10 Rússia	154
4.2.11 Espanha.....	156
4.2.12 Austrália	159
4.2.13 México.....	161
4.2.14 Coreia do Sul	162
4.2.15 Conclusão Preliminar das Análises dos Estados	165
4.3 A Hipótese	165
4.4 Estabelecimento de variáveis.....	167
4.4.1 Variáveis Independentes.....	167
4.4.2 Variáveis Dependentes	170
4.5 As Relações	173
4.6 Análise diacrônica do Brasil (entre a PDN-1996 e a PDN-2005).....	178
4.6.1 Situação Inicial	178
4.6.2 Situação Final	181
4.6.3 Apreciações sobre a Análise Diacrônica	184
4.7 O Brasil comparado aos demais Estados	187
5 APROFUNDANDO A ANÁLISE	190
5.1 A coluna “a” - O Estado é potência nuclear	190
5.2 A coluna “b” - O Estado é intervencionista além-mar	192
5.3 A coluna “c” - O Estado é aliado dos EUA.....	194
5.4 A coluna d - O inimigo potencial é muito poderoso.....	197
5.5 A coluna “e” - O Estado é muito dependente de petróleo importado.....	203
5.6 A coluna “F” - O Estado possui áreas jurisdicionais marítimas muito importantes.....	205
5.7 A coluna “G” - O Estado possui uma grande fronteira marítima.....	207
5.8 As colunas “h” - O provável teatro de operações das forças navais é restrito, e “I” - O provável teatro de operações das forças navais é amplo.	209
5.9 As conclusões do aprofundamento	216
5.10 A Influência das Variáveis na Adoção de Submarinos	217
5.11 Apreciações sobre a Influência das Variáveis na Adoção de Submarinos	225
6 CONCLUSÃO.....	227
OBRAS CITADAS	234
OBRAS CONSULTADAS	266

Volume 2

7 APÊNDICES	273
7.1 O Custo dos Submarinos	274
7.1.1 – Os Custos dos Submarinos Nucleares	274
7.1.2 – Custo de Submarinos Convencionais	277
7.1.3 - Comparações	281
7.1.4 – Comparação Final.....	283
7.2 A Importância das Áreas de Jurisdição Marítima	284
7.2.1 Cálculo dos consumos diários em barris de óleo equivalente por dia (boe/d):	284
7.2.2 – Determinação das Reservas nas Águas jurisdicionais:.....	286
7.2.3 – Resumo dos cálculos realizados.	289
A tabela abaixo apresenta os resultados dos cálculos realizados:	286
7.2.4 - Adendo ao Apêndice 7.2	289
7.3 Análise das Políticas e Estratégias de Defesa dos EUA	292
7.3.1 As Políticas de Defesa	292
7.3.2 As Estratégias de Defesa	294
7.3.3 – As Estratégias Navais	296
7.3.4 O Atual Emprego de Submarinos pela Marinha Norte-Americana.....	299
7.3.5 Apreciações	301
7.3.6 - Conclusão	302
7.4 Análise das Políticas e estratégias de Defesa da República Popular da China (China).....	303
7.4.1 – As Políticas de Defesa	303
7.4.2 – As Estratégias de Defesa	306
7.4.3 – Estratégias Navais	310
7.4.4 – A China e os Submarinos	315
7.4.5 – Apreciações	317
7.4.6 - Conclusão	318
7.5 Análise das Políticas e Estratégias de Defesa do Japão.....	320
7.5.1 – Políticas de Defesa.....	321
7.5.2 – Estratégias de Defesa.....	327
7.5.3 – Estratégias Navais	329
7.5.4 – O Emprego de Submarinos pelo Japão.....	331
7.5.5 – Apreciações	334
7.5.6 – Conclusão	335
7.6 Análise das Políticas e Estratégias de Defesa da Alemanha	336
7.6.1 – As Políticas de Defesa	336
7.6.2 – As Estratégias de Defesa	341
7.6.3 – As Estratégias Navais	344
7.6.4 – A Marinha Alemã e os Submarinos.....	347
7.6.5 – Apreciações	348
7.6.6 - Conclusão	349

7.7	Análise das Políticas e Estratégias de Defesa da França	351
7.7.1	– As Políticas de Defesa	351
7.7.2	– As Estratégias de Defesa	355
7.7.3	– Estratégias Navais	357
7.7.4	– O Atual emprego de Submarinos pela Marinha Francesa	358
7.7.5	- Apreciações	359
7.7.6	- Conclusão	360
7.8	Análise das Políticas e Estratégias de defesa do Reino Unido	361
7.8.1	As Políticas de Defesa	361
7.8.2	As Estratégias de Defesa	364
7.8.3	As Estratégias Navais	365
7.8.4	O Emprego de Submarinos pela Marinha Britânica	369
7.8.5	Apreciações	370
7.8.6	Conclusão	371
7.9	Análise das Políticas e Estratégias de Defesa da Itália.....	372
7.9.1	Políticas de Defesa.....	372
7.9.2	Estratégias de Defesa.....	373
7.9.3	Estratégias Navais.....	375
7.9.4	A Itália e os Submarinos.....	377
7.9.5	Apreciações	378
7.9.6	Conclusão	379
7.10	Análise das Políticas e Estratégias de Defesa do Canadá.....	380
7.10.1	– As Políticas de Defesa	380
7.10.2	– A Estratégia de Defesa “Canadá Primeiro”, de 2008	382
7.10.3	– As Estratégias Navais	383
7.10.4	– O emprego de submarinos	384
7.10.5	– Apreciações	386
7.10.6	- Conclusão	387
7.11	Análise das Políticas e Estratégias de Defesa da Índia.....	389
7.11.1	As Políticas de Defesa	390
7.11.2	As Estratégias de Defesa	395
7.11.3	As Estratégias Navais	398
7.11.4	A Índia e os Submarinos.....	404
7.11.5	Apreciações	408
7.11.6	Conclusão	409
7.12	Análise das Políticas e Estratégias de Defesa da Federação Russa.....	410
7.12.1	As Políticas de Defesa	410
7.12.2	As Estratégias de Defesa	415
7.12.3	Estratégias Navais.....	418
7.12.4	O Emprego de Submarinos pela Marinha Russa	419
7.12.5	- Apreciações	422

7.12.6 - Conclusão	422
7.13 Análise das Políticas e Estratégias de Defesa da Espanha	423
7.13.1 As Políticas de Defesa	423
7.13.2 As Estratégias de Defesa	427
7.13.3 Estratégias Navais.....	430
7.13.4 O Emprego de Submarinos.....	431
7.13.5 – Apreciações	432
7.13.6 Conclusão	434
7.14 Análise das Políticas e Estratégias de Defesa da Austrália	435
7.14.1 Políticas de Defesa.....	437
7.14.2 Estratégias de Defesa.....	440
7.14.3 Estratégias Navais.....	443
7.14.4 A Austrália e os Submarinos	445
7.14.5 Apreciações	446
7.14.6 Conclusão	448
7.15 Análise das Políticas e Estratégias de Defesa do México	450
7.15.1 A Política de Defesa	450
7.15.2 As Estratégias de Defesa	450
7.15.3 – Estratégias Navais.....	451
7.15.4 – O México e os Submarinos.....	451
7.15.5 – Apreciações	451
7.15.6 - Conclusão	452
7.16 Análise das Políticas e Estratégias de Defesa da Coreia do Sul	453
7.16.1 As Políticas de Defesa	453
7.16.2 As Estratégias de Defesa	461
7.16.3 As Estratégias Navais	464
7.16.4 A Coreia do Sul e os Submarinos	465
7.16.5 Apreciações	466
7.16.6 Conclusão	470
8 ANEXOS	472
8.1 Entrevista com o AE (Ref) Mauro Cesar Rodrigues Pereira – atividades nucleares ...	473
8.2 Consulta ao CA (Rm1) Alan Paes Leme Arthou (S Ticuna).....	483
8.3 Consulta ao AE (Ref) Mauro Cesar Rodrigues Pereira sobre “Fronteira Leste”	484
8.4 Consulta ao AE (Ref) Mauro César Rodrigues Pereira sobre projeção de poder.....	485
8.5 – Consultas ao CMG (RM1) Paiva sobre o custo do PAEMB	486
8.6 – Consulta ao Contra-Almirante (RM1) Wellington Liberatti, coordenador do Programa de Modernização dos Submarinos classe Tupi e obtenção dos S-BR (MODSUB)	488

7 APÊNDICES

7.1 O Custo dos Submarinos

Os custos de construção de submarinos nucleares são periodicamente informados na imprensa especializada, e assim foram obtidos os custos aqui citados; já os de manutenção e operação desses meios são difíceis de obter e os aqui apresentados foram retirados de um estudo feito pela RAND para a marinha dos EUA. (BIRKLER, 1994)

No tocante aos submarinos convencionais, os custos de construção foram obtidos a partir de entrevistas com autoridades da MB e da imprensa especializada, já os de operação e manutenção foram objeto de levantamentos realizados na Força de Submarinos e em organizações de apoio da MB.

7.1.1 – Os Custos dos Submarinos Nucleares

O estudo acima citado foi elaborado em 1994, com o propósito de auxiliar a Marinha dos EUA a programar o inventário da força de SNA para os anos seguintes, em face da redução orçamentária conseqüente do fim da Guerra Fria. Nele, em determinado ponto, são expostos os custos de construção, operação e manutenção anual, dos grandes reparos e da desativação de submarinos das classes *Los Angeles*, *Seawolf* e NSSN.

A classe *Los Angeles*, em serviço desde 1976 (SAUNDERS, 2007, p.884), é, até hoje (2011), o esteio da força e, no estudo, suas numerosas unidades foram divididas em três grupos, atendendo a diferenças relevantes de manutenção; a classe *Seawolf*, com as duas primeiras unidades em construção na época, havia sido projetada para a Guerra Fria e foi descontinuada após a terceira unidade, em face do alto custo de construção e da inadequação à nova realidade; e os NSSN (“*New SSN*”), que viriam futuramente a constituir a atual classe *Virginia*, ainda estavam em projeto, com requisitos pós-Guerra Fria, sendo um deles, o de serem de mais baixo custo que os *Seawolf*. A tabela 7.1.1 resume as informações:

SUBMARINOS	Construção	Operação e Ap. Log (*2)	<i>Overhaul</i> /DMP (*3)	Desativação (*4)
<i>Los Angeles</i> nº 688 a 699	800	15/ano	175/265/175	50
<i>Los Angeles</i> nº 700 a 718	800	15/ano	90/265/175	50
<i>Los Angeles</i> nº 719 a 773	800	15/ano	90/175/265	50
<i>Sea Wolf</i>	1750	17/ano	200/200/200	50
NSSN	1000	15/ano	175/175/175	50

Tabela 7.1.1 - Custos dos SNA da Marinha dos EUA (*1) (BIRKLER, 1994, p.73)

Observações sobre a tabela 7.1.1:

*1 - Custos em milhões de dólares (dólar de 1992);

*2 – Os custos de operação e apoio logístico constituem as despesas de pessoal e material provocadas pela operação do navio, bem como as de manutenção realizadas durante os períodos operativos, inclusive docagens de pequena duração. Inclui também pagamento e alimentação, cursos e outras atividades de reciclagem das tripulações durante os PLMD, mas não inclui os serviços (material e mão de obra) de estaleiro nesses períodos;

*3 – Os PMLD aqui considerados são o DMP e o “*Overhaul*”. O DMP (“*Depot Modernization Period*” – Período de Modernização em Estabelecimento – corresponde aproximadamente ao PMM – “Período de Modernização do Meio” da MB) é uma grande rotina de manutenção, realizada em estaleiro, dura cerca de 12 a 16 meses e, nela os sistemas do navio são atualizados (“*upgraded*”), os componentes principais são renovados (“*refurbished*”), realizando-se inspeções e reparos em sistemas que exigem grandes operações de desmontagem, como a inspeção do tubo do eixo, o que implica a retirada do hélice e do eixo propulsor.

O “*Overhaul*” (corresponde ao Período de Manutenção Geral – PMG – da MB) é uma rotina de manutenção ainda mais radical que o DMP, dura 18 a 24 meses e é realizada uma ou duas vezes na vida do submarino. Nela são realizados todos os serviços previstos no DMP, mas de uma forma mais meticulosa e incluindo virtualmente todos os equipamentos da unidade. (BIRKLER, 1994, p. 13 e 14)

Na marinha norte-americana, os submarinos eram projetados para ter uma vida útil de 30 anos (BIRKLER, 1994, p. 9 nota 6.)¹, com três períodos de grandes reparos (*overhaul* ou DMP, como julgado necessário) aos 7, 16 e 24 anos de serviço, sendo que o *overhaul* podia incluir ou não a recarga do reator. Os submarinos da classe *Los Angeles* foram projetados para serem recarregados apenas uma vez em sua vida útil, durante o *overhaul* de 16 anos; os da classe *Seawolf*, para não necessitarem de reabastecimento, passando toda a vida útil com o combustível colocado no reator ao término da construção, o mesmo sendo então previsto para os NSSN, e que se efetivou quando eles se materializaram como classe *Virginia*.

No início dos anos 1990, a marinha norte-americana se preparava para diminuir o número de meios navais, e o estudo em lide tratava das alternativas para isso, que consistiam em desativar alguns submarinos e estender a vida útil de outros até 35 anos, em face da dificuldade de antevista de construir novas unidades que os substituíssem. (BIRKLER, 1994, p. 70§2 a p.72§2)

¹ Na época do estudo da RAND isso era cumprido rigorosamente, mas atualmente há submarinos da USN com vida estendida para mais de 40 anos. Os quatro SLBM (SSBN) classe OHIO mais antigos, modificados para SLMC (SSGN), a fim de torná-los aptos a lançarem mísseis *Tomahawk*, entraram em serviço entre 1981 e 1984 e deverão ficar em serviço até fins dos anos 2020. (Ver SAUNDERS, 2007, p. 881 e O’ROURKE, 2008, p. CRS-3).

Assim, a coluna *Overhaul/DMP* apresenta as despesas previstas, respectivamente, para os períodos de manutenção de 7, 16 e 24 anos, dos três lotes de submarinos da classe *Los Angeles*, dos *Seawolf* e dos NSSN, sendo que, para os primeiros, 90 milhões de dólares era o custo de um DMP, 175 milhões de dólares, o de um *overhaul* sem recarga nuclear e 265 milhões de dólares, o de um *overhaul* com essa recarga, deduzindo-se que a recarga custava 90 milhões de dólares.

Segundo uma avaliação da época, o último lote, constituído pelos *Los Angeles* mais novos, tinha carga suficiente para 24 anos de serviço, o que ensejava o retardamento de suas recargas para esse período, e apenas para os que houvessem sido selecionados para terem sua vida útil estendida, já que seu número deveria ser reduzido. Os da classe *Seawolf* fariam três *overhaul*, sem recarga nuclear, cada um com custo estimado em 200 milhões de dólares, e os NSSN tiveram o custo de seus *overhaul* (também sem reabastecimento nuclear) estimado como semelhante aos da classe *Los Angeles*, em 175 milhões de dólares.

*4 – O custo de desativação de 50 milhões de dólares se deve a um procedimento padrão: o submarino é removido para um estaleiro naval ou privado onde a carga nuclear restante é removida e são retirados os equipamentos utilizáveis. Em seguida, ele é rebocado a um estaleiro naval especializado (*Puget Sound Naval Shipyard*), onde o compartimento do reator é cortado fora, selado e removido para ser enterrado em uma área própria do governo, sendo o resto do casco desmantelado. (BIRKLER, 1994, p. 14)

Cabe notar, observando a coluna “Construção”, que o custo de construção dos submarinos nucleares sofreu considerável variação até os dias de hoje. A autorização para o ano fiscal de 2009 do Congresso norte-americano considera o custo de construção atual de um submarino classe *Virgínia* US\$ 2,2 bilhões. (CONGRESS OF THE UNITED STATES, 2009, p.18§3). Os britânicos construíram as três unidades iniciais da classe *Astute* por 3,492 bilhões de libras (US\$ 5,67988 bilhões a 1,62654, taxa de 18/09/2009), o que dá US\$ 1,832933 bilhão, abaixo do custo dos da classe *Virginia*, dos EUA. (NAVAL SHIPBUILDING, 2008) O programa do *Barracuda*, o novo SNA francês que substituirá os da classe *Rubis*, prevê um custo total de €7,9 bilhões (US\$ 11,63 bilhões, a 1,4716, taxa de 18/09/2009) (BRASIL, 2011) para as seis unidades a serem entregues entre 2016 e 2027, o que dá US\$ 1,93833 bilhão para cada unidade, também abaixo do custo do submarino norte-americano.

O custo do SNA brasileiro (SN-BR), pelo contrato assinado com a DCNS será de €1,25 bilhões (BRASIL, 2009b, slide 34) (US\$1.8395 bilhões, a 1,4716, taxa de 18/09/2009)

(BRASIL, 2011), mas sem incluir o reator. Desta forma, este autor considera o custo do *Barracuda* (US\$1,94 bilhões) como a melhor aproximação de seu custo total.

Quanto às despesas de manutenção e operação, não foi possível obter dados de fontes oficiais junto às Marinha da França e do RU, mas um oficial francês consultado² indicou como fonte confiável o artigo de uma revista especializada de maio de 2006, que dá a cifra de €486 milhões como o valor de um contrato firmado com a DCNS para “manutenção em condição operacional” por quatro anos, dos seis SNA classe *Rubis*. O contrato foi considerado caro, mas justificado pelo fato de essas unidades deverem ser mantidas em serviço além da vida útil prevista, em virtude do atraso no programa da classe *Barracuda*, o que obriga aquelas unidades, apesar de estarem em bom estado, a sofrerem um maior esforço de manutenção: (COMMENT, 2006)

O prolongamento dos *Rubis* acarretará, pois, uma ou duas recargas (dos reatores). O intervalo entre dois PMG será reduzido e as operações de manutenção corrente mais numerosas, o que resultará em um aumento não desprezível do custo de uso (“*coût d’exploitation*”) dos navios. O último contrato de Manutenção em Condição Operacional (MCO) dos SNA se eleva a €486 milhões por quatro anos. Esta cifra demonstra, uma vez mais, que retardar a chegada de materiais novos por razões orçamentárias nunca é, a longo prazo, uma fonte de economia

7.1.2 – Custo de Submarinos Convencionais

O sentimento de insegurança do pós-Guerra Fria parece ter aquecido a demanda por submarinos convencionais. Em 2008, seu número chegava perto de 380 no mundo, com forte incidência no Pacífico, para preocupação da marinha norte-americana. (JEAN, 2008, p.43§10; p.44§15) Além disso, um estudo de 2002 (LES CONSTRUCTEURS, 2002) listava 24 estaleiros capazes de construí-los em países que incluem tanto os EUA como a Índia, o Paquistão e a Turquia.

O custo de obtenção varia com o tipo de negócio – se um país deseja apenas adquirir algumas unidades, elas terão um preço básico dependendo da versão, equipamentos incluídos, etc; se desejar alguma capacitação extra, como preparação de equipes e de estruturas de manutenção ou adestramento, ou ainda alguma transferência de tecnologia, provavelmente sairão bem mais caras, se e até o ponto em que o fornecedor a isso se dispuser.

Em 2008, foi noticiado que a Rússia, necessitada de recursos financeiros, estava produzindo os submarinos da classe *Kilo* a cerca de 200 milhões de dólares (JEAN, 2008,

² Capitão-de-Fragata Yann Briand, aluno da EGN em 2008, servindo na época da consulta (2009) no Estado-Maior da Armada da marinha francesa, em Paris e atualmente, auxiliar do Adido Naval francês em Brasília.

p.43§8; p.44§1), o que os torna uma excelente opção para muitos países. Assim, não é por acaso que eles são os mais exportados no momento. A par do baixo preço de aquisição e ainda que seu projeto inicial seja dos anos 1970, ele sofreu várias modernizações, é um submarino oceânico tido como de alta qualidade, muito resistente e muito bem armado, com os modernos mísseis *Klub* com que pode ser dotado. Além dos 24 construídos para marinha da Rússia (que ainda os constrói para seu próprio uso, apesar de já possuir uma classe mais nova) (POGGIO, 2011), 30 foram produzidos para outros países (só a China comprou 12), havendo previsão de mais 13 até 2020. (JEAN, 2008, p.44§4)

O Ticuna, prontificado em 2004, melhoramento brasileiro do S 209 (classe Tupi) alemão, saiu por cerca de 380 milhões de dólares (ARTHOU, 2011) - incluída a modificação do projeto e a construção no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (AMRJ); mas o custo dos novos modelos (pelo menos os ocidentais) aumentaram substancialmente – o IKL 214, atual produto de exportação da HDW alemã, foi vendido à Turquia por €430 milhões (US\$ 632,788,000.00, a 1,4716, taxa de 18/09/2009) (BRASIL, 2011) e cada um dos *Scorpène* a serem construídos para o Brasil (os S-BR) tem custo estimado em cerca de €415 milhões (US\$ 610,714,000.00, pela mesma taxa). (CATANHEDE, 2009; BRASIL, 2009b), slide 34)

Os custos de operação e manutenção de submarinos convencionais foram determinados pelos seguintes levantamentos de gastos realizados de 2005 a 2008:

- gastos diretos – combustíveis, lubrificantes, sobressalentes, reparos, pessoal (pagamento, alimentação, hospedagem) – realizado pela Seção de Logística do Comando da ForS;
- gastos com o Navio de Socorro a Submarinos (NSS) Filinto Perry – também pela Seção de Logística do ComForS;
- gastos com a estrutura de apoio existente na atual base de submarinos (Base Almirante Castro Silva – BACS) – compreende a manutenção e a operação da estrutura do Comando da ForS, do Centro de Instrução Átila Monteiro Ache (CIAMA), que ministra os cursos para pessoal de submarinos, incluindo o custo dos cursos, da estrutura de reparos existente na BACS (sem incluir os reparos em si, que foram computados nos gastos diretos) e despesas extras com pessoal e material realizados durante viagens dos submarinos e inicialmente pagas por outras organizações da MB – pela Seção de execução Financeira do ComforS;
- gastos com a estrutura de apoio a submarinos do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (AMRJ) – feito pelo Grupo de Apoio a Submarinos do AMRJ (G4);

Os dados foram organizados nas tabelas 6.2 a 6.5 abaixo, sendo que os gastos diretos foram individualizados por submarino na parte superior:

SUB TS	COM/LUB	SOB/REP	PESSOAL	GERAL
STUPI	627.623,84	5.692.718,84	1.950.079,18	8.270.415,86
STAMOIO	512.064,18	3.223.247,30	1.982.175,66	5.717.487,14
STIMBIRA	48.569,00	28.575.603,33	1.789.719,68	30.413.892,01
STAPAJÓ	586.618,55	9.665.173,12	2.038.387,34	12.290.179,01
STIKUNA	-		-	
TOTAIS	1.774.875,57	47.156.742,59	7.760.361,86	56.691.974,02
Total diretos: R\$ 56.691.974,02				
NSS F.Perry	11.187.876,69			
AMRJ				
BACS	11.799.502,02	Dólar Médio em 2005: R\$2,434333		
TOTAL	79.679.352,73	US\$ 32,731,492.66		
Média/sub	19.919.838,18	US\$ 8,182,873.16		

Tabela 7.1.2 – Gasto dos S classe Tupi em 2005

SUB TS	COM/LUB	SOB/REP	PESSOAL	GERAL
STUPI	115.351,51	37.950.178,74	1.813.556,64	39.879.086,89
STAMOIO	394.257,42	6.662.101,08	2.004.464,98	9.060.823,48
STIMBIRA	70.456,23	1.918.487,72	1.869.800,72	3.858.744,67
STAPAJÓ	316.678,43	8.727.727,19	1.998.460,50	11.042.866,12
STIKUNA	10.619,05	1.343.579,38	1.895.209,03	3.249.407,46
TOTAIS	907.362,64	56.602.074,11	9.581.491,87	67.090.928,62
Total diretos: R\$ 67.090.928,62				
NSS F.Perry	5.178.490,25			
AMRJ	1.961.960,00			
BACS	5.709.418,38	Dólar Médio em 2006: R\$2,1756667		
TOTAL	79.940.797,25	US\$ 36,743,126.72		
Média/sub	15.988.159,45	US\$ 7,348,625.34		

Tabela 7.1.3 – Gasto dos S classe Tupi em 2006

SUB TS	COM/LUB	SOB/REP	PESSOAL	GERAL
STUPI	550.026,28	4.918.430,01	1.936.226,66	7.404.682,95
STAMOIO	450.082,04	2.651.305,47	1.939.856,66	5.041.244,17
STIMBIRA	302.931,43	8.692.456,08	1.906.499,77	10.901.887,28
STAPAJÓ	199.107,22	25.390.930,34	1.853.683,51	27.443.721,07
STIKUNA	234.166,42	370.500,87	2.053.084,16	2.657.751,45
TOTAIS	1.736.313,39	42.023.622,77	9.689.350,76	53.449.286,92
Total diretos: R\$ 53.449.286,92				
NSS F.Perry	8.962.205,44			
AMRJ	8.494.748,07			
BACS	16.987.279,70	Dólar Médio em 2007: R\$1,9475		
TOTAL	87.893.520,13	US\$ 45,131,460.91		
Média/sub	17.578.704,03	US\$ 9,026,292.18		

Tabela 7.1.4 – Gasto dos S classe Tupi em 2007

SUB TS	COM/LUB	SOB/REP	PESSOAL	GERAL
STUPI	390.760,00	4.864.430,00	1.922.272,60	7.177.462,60
STAMOIO	336.494,40	8.598.660,20	88.338,03	9.023.492,63
STIMBIRA	403.006,00	9.119.648,05	140.059,01	9.662.713,06
STAPAJÓ	16.930,00	25.731.103,20	1.612.379,23	27.360.412,43
STIKUNA	176.478,90	5.804.691,10	2.118.462,81	8.099.632,81
TOTAIS	1.323.669,30	54.118.532,55	5.881.511,68	61.323.713,53
Total diretos: R\$ 61.323.713,53				
NSS F.Perry	9.181.928,70			
AMRJ	14.056.171,50			
BACS	20.790.264,45	Dólar Médio em 2008: R\$1,8347117		
TOTAL	105.352.078,18	US\$ 57,421,598.27		
Média/sub	21.070.415,64	US\$ 11,484,319.65		

Tabela 7.1.5 – Gasto dos S classe Tupi em 2008

Conclusões das tabelas:

- O S Ticuna, lançado ao mar em 2005, só foi incorporado à Força de Submarinos em julho de 2006. Por isso, não apresenta despesas em 2005.
- Maiores gastos na coluna SOB/REP: Timbira, terminando o PMG em 2005, Tupi, fazendo revisão grande de motores em 2006 e Tapajó em PMG em 2007 e 2008.
- As despesas no AMRJ só passaram a ser individualizadas em 2006, por isso, a linha do AMRJ em 2005 está em branco.
- Despesa Média por submarino nos quatro anos: US\$ 9,010,527.58, ou seja, cerca de 9 milhões de dólares/ano.

Verifica-se, também que as menores despesas diretas são as relativas a combustíveis e lubrificantes e as maiores são sempre as relativas a reparos e sobressalentes, ou seja, a manutenção é sempre mais cara que a operação. Fica assim evidenciada que a forma habitual de conviver com a carência de recursos fazendo com que os meios operem pouco é pouco eficaz, apesar de ser a única alternativa que permite manter as unidades em boas condições por não descuidar da manutenção, ainda que prejudique o adestramento.

A propósito, cabe considerar que o número de dias de mar médio dos submarinos foi 83,25 em 2005, quando tínhamos apenas quatro unidades, porque o Ticuna ainda não estava operacional; 63,88 em 2006 e de 71,1 em 2007, o que é muito pouco e reflete, além da ânsia de contenção de despesas, a cultura que considera suficiente para a dissuasão geral, a disponibilidade de meios disponíveis e adestrados, mas não a dissuasão imediata, que trabalha com sua presença nas áreas sensíveis.

7.1.3 - Comparações

Pelos dados acima, a fim de termos algum termo de comparação com os gastos de operação e manutenção dos convencionais acima computados, foram determinados abaixo os custos de manutenção e operação dos nucleares norte-americanos e franceses, a partir dos dados disponíveis.

No caso dos norte-americanos, utilizou-se o mapa da RAND (tabela 1), computando-se os custos anuais de operação e manutenção (coluna “Operação e Ap.Log.”) e os dos PLMD (coluna “Overhaul/DMP”), estes últimos, com base na vida útil prevista – 30, 24 ou 35 anos, e, em todos os casos, não levando em conta as despesas de desativação, que também não foram computadas para os convencionais. O resultado é o custo médio anual de cada submarino em dólares de 1992, em que o estudo da RAND se baseou, a seguir convertido para valores de 2008 pelo deflator do PIB norte-americano usando o site “Measuring Worth” com a opção “GDP Deflator” (OFFICER; WILLIAMSON, 2009):

- Classe *Los Angeles*, primeiro lote: $15 + (175+265+175)/30 = 15 + 20,5 = 35,5$ (1992) = 49,61 milhões de dólares (de 2008)/ano, por unidade;

Para as unidades que fossem desativadas sem a recarga nuclear de 16 anos:

$15 + 175/16 = 15 + 10,9375 = 25,9375$ (1992) = 35,44 milhões de dólares (de 2008)/ano, por unidade.

- Classe *Los Angeles* segundo lote: $15 + (90+265+175)/30 = 15 + 17,667 = 32,667$ (1992) = 45,36 milhões de dólares (de 2008)/ano, por unidade;

- Classe *Los Angeles* terceiro lote:

Para os que fossem desativados antes do reabastecimento dos 24 anos:

$15 + (90+175)/24 = 15 + 11,042 = 26,042$ (1992) = 36,85 milhões de dólares (de 2008)/ano, por unidade;

Para os selecionados a ter sua vida estendida a 35 anos:

$15 + (90+175+265)/35 = 15 + 15,143 = 30,143$ (1992) = 42,52 milhões de dólares (de 2008)/ano, por unidade;

- Classe *Seawolf*: $17 + (200+200+200)/30 = 17 + 20 = 37$ (1992) = 52,45 milhões de dólares (de 2008)/ano, por unidade;

- Para os NSSN (*Virginia*): $15 + (175+175+175)/30 = 15 + 17,5 = 32,5 = 46,07$ milhões de dólares (de 2008)/ano, por unidade.

Para os nucleares franceses – seis unidades da classe *Rubis* – foi utilizado o valor do contrato de manutenção com a DCNS, que é para quatro anos e inclui as recargas necessárias nesse período, como se pode depreender da citação acima apresentada:

486 milhões de Euros / 4 / 6 = 20,25 milhões de Euros (2006)/ano por submarino, o que dá 24,53 milhões de dólares a 1,2116 (taxa de 31/03/2006), ou 25,21 milhões de dólares de 2008. (OFFICER; WILLIAMSON, 2009)

Cabe ressaltar que esse valor, ainda que considerado mais caro que o normal pelos franceses devido ao maior esforço necessário ao prolongamento de suas vidas úteis, ainda não é adequado para comparar com os dados dos norte-americanos e com os dos convencionais, que, além da manutenção, incluem a operação.

Num submarino convencional, as despesas de operação são basicamente as despesas com pessoal (tripulação) e o diesel consumido nas viagens. Num submarino nuclear não há consumo de diesel, o que reduz as despesas às de pessoal. Se considerarmos que a tripulação de um submarino da classe *Rubis* é praticamente o dobro da tripulação de um da classe Tupi e que os submarinos franceses, assim como os norte-americanos possuem duas tripulações, podemos ter um valor grosseiramente estimado dos gastos em operação multiplicando o gasto médio de pessoal dos classe Tupi por quatro, o que dá:

ANO	Gasto c/ pessoal (R\$)	Nº Sub	Média (R\$)	US\$ médio	Média (US\$)
2005	7.760.361,86	4	1.940.090,46	R\$2,434333	796,970.03
2006	9.581.491,87	5	1.916.298,37	R\$2,1756667	880,786.61
2007	9.689.350,76	5	1.937.870,15	R\$1,9475	995,055.27
				Média:	890,937.31
				4 x Média:	3,563,749.24

Tabela 7.1.6 – Estimativa dos gastos anuais de pessoal dos SNA classe *Rubis*

Dessa forma, o custo anual de operação e manutenção de um SNA classe *Rubis* em sua atual condição seria:

US\$ 25,210,000.00+ US\$ 3,563,749.24 = US\$ 28,773,749,24 ~ US\$ 28,8 milhões.

Verifica-se que o valor obtido, ainda que possa ser considerado alto, é bem mais baixo que os relativos aos submarinos norte-americanos. No entender deste autor, o fato é coerente porque os SNA classe *Rubis* são os menores nucleares do mundo – seu deslocamento submerso (2.670 tons) é cerca de 1/3 do dos submarinos da classe *Virgínia* (7.800 tons) e menos da metade do dos submarinos da classe *Los Angeles* (6.927 tons).

Cabe notar, além disso, que apesar de os submarinos franceses exigirem recargas mais frequentes, há indícios de que sua manutenção é mais amigável – utilizam urânio enriquecido em níveis bem baixos (4 a 8%) e autoridades francesas do ramo – pessoal da AREVA (o ór-

gão francês que trata de combustíveis nucleares) e de vendas de material naval – declararam que seus submarinos nucleares se pautam por padrões civis de segurança. Tais declarações, feitas em janeiro de 2008 durante uma conferência, foram entendidas por um analista norte-americano como uma sugestão para futura exportação de submarinos nucleares e de tecnologias afins, o que lhe provocou certo alarme pela possibilidade de proliferação desses meios navais. (PATTON, 2009, p.37§4 a 9)

7.1.4 – Comparação Final

As relações entre os custos de obtenção do Barracuda – US\$ 1,94 bilhões – e do *Scorpène* brasileiro (S-BR) – US\$ 610,714 milhões – e entre os de manutenção e operação dos classe Rubis (US\$ 28,8 milhões/ano) e dos classe Tupi (US\$ 9 milhões/ano) são, respectivamente 3,18 e 3,2.

É propósito dessa comparação obter dados nas condições mais próximos às brasileiras. Assim, considerou-se o custo de obtenção do Barracuda – o projeto dos novos SNA franceses, ora em construção, por considerar que os nossos serão projetados e construídos com tecnologia francesa e que a previsão de custo do SN-BR (€ 1,25 bilhão, ou US\$1,84 bilhão) não abrange o reator, que constitui a parte de tecnologia autóctone do projeto. (BRASIL, 2009b), slide 34)

Os números, contudo, não dizem tudo – não só os *Scorpène* poderiam custar menos se a transação não envolvesse transferência de tecnologia como a manutenção de um SNA poderia sair pouco mais barato ou mais caro que a de um classe Rubis. Além desses fatores, há que considerar o custo da capacidade de projetar e construir submarinos convencionais e nucleares, que não difere da de produzir navios ou outro bem sofisticado. A capacidade exige o investimento inicial – a base, o estaleiro, a formação inicial de quadros de pessoal; e a obrigação de mantê-los ativos, sem o que, eles serão perdidos.

7.2 A Importância das Áreas de Jurisdição Marítima

Este anexo trata do desenvolvimento da métrica para quantificar a importância das águas jurisdicionais dos Estados.

Ele consiste na determinação de um fator proporcional ao tempo em que, teoricamente, as reservas de hidrocarbonetos existentes na jurisdição marítima (reservas “*offshore*”, no jargão dos órgãos dedicados à exploração desses itens) do Estado seriam suficientes para prover seu consumo, e consiste no quociente entre o total das reservas marítimas de petróleo e gás hoje conhecidas e seu consumo atual.

A principal diferença de tal fator para uma previsão rigorosa de duração das reservas decorre dos fatos de, nesta última, a divisão ser realizada por sucessivas projeções do consumo, que varia ao longo dos anos, e de ser feita separadamente para óleo e gás, pois tanto o consumo desses dois insumos são diferentes e variam com o tempo, como suas reservas não seriam esgotadas ao mesmo tempo.

As informações sobre consumo foram todas obtidas no site “*Factbook*” da Agência Central de Inteligência dos EUA (“*Central Intelligence Agency*” – CIA), mas como não existe uma estatística publicada das reservas “*offshore*” de todos os Estados constantes deste estudo, elas foram obtidas de várias fontes diferentes. Os dados de petróleo e gás tiveram suas unidades originais convertidas para milhões de “barris de óleo equivalente” (“boe”) utilizando-se os fatores da tabela da “*Society of Petroleum Engineers*” (SPE) (UNIT CONVERSION, 2011) dos EUA.

7.2.1 Cálculo dos consumos diários em barris de óleo equivalente por dia (boe/d):

O site “*Factbook*” da CIA fornece, na área de economia, os valores dos consumos de petróleo em barris por dia (bpd), e o de gás, em metros cúbicos totais para o ano considerado (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 2011a), tornando necessária a conversão do valor do consumo anual de gás em barris de óleo equivalente por dia (boe/d).

Para tanto, foram empregados dois fatores:

- de pé cúbico (ft³) para metro cúbico (m³): 0,02831685; e
- de pé cúbico de gás natural(ft³) para barril de óleo equivalente (boe): 0,0001767

Assim, a passagem de um valor expresso em bilhões de metros cúbicos (10⁹ m³) em milhões de boe/d consiste em multiplicar seu valor por;

$$((0,0001767 \times 1000) / (0,02831685 \times 365,25)) = 0,017084465 \sim 0,0171$$

Desta forma, temos:

- China: petróleo: 8,2 milhão de bpd; Gás Natural: 87,08 bilhão de m³/ano x 0,0171= 1,489 milhões de boe/d >> consumo diário total: 9,7 milhões de boe/d;
- Japão: petróleo: 4,363 milhão de bpd; Gás Natural: 94,67 bilhão de m³/ano x 0,0171= 1,619 milhões de boe/d >> consumo diário total: 5,982 milhões de boe/d;
- Alemanha: petróleo: 2,437 milhão de bpd; Gás Natural: 96,26 bilhão de m³/ano x 0,0171= 1,646 milhões de boe/d >> consumo diário total: 4,083 milhões de boe/d;
- França: petróleo: 1,875 milhão de bpd; Gás Natural: 44,84 bilhão de m³/ano x 0,0171= 0,767 milhões de boe/d >> consumo diário total: 2,642 milhões de boe/d;
- Reino Unido: petróleo: 1,669 milhão de bpd; Gás Natural: 87,45 bilhão de m³/ano x 0,0171= 1,495 milhões de boe/d >> consumo diário total: 3,164 milhões de boe/d;
- Itália: petróleo: 1,537 milhão de bpd; Gás Natural: 78,12 bilhão de m³/ano x 0,0171= 1,336 milhões de boe/d >> consumo diário total: 2,873 milhões de boe/d;
- Brasil: petróleo: 2,46 milhão de bpd; Gás Natural: 18,72 bilhão de m³/ano x 0,0171= 0,32 milhões de boe/d >> consumo diário total: 2,78 milhões de boe/d;
- Canadá: petróleo: 2,151 milhão de bpd; Gás Natural: 94,62 bilhão de m³/ano x 0,0171= 1,618 milhões de boe/d >> consumo diário total: 3,769 milhões de boe/d;
- Rússia: petróleo: 2,74 milhão de bpd; Gás Natural: 439,6 bilhão de m³/ano x 0,0171= 7,517 milhões de boe/d >> consumo diário total: 10,257 milhões de boe/d;
- Índia: petróleo: 2,98 milhão de bpd; Gás Natural: 51,27 bilhão de m³/ano x 0,0171= 0,877 milhões de boe/d >> consumo diário total: 3,857 milhões de boe/d;
- Espanha: petróleo: 1,482 milhão de bpd; Gás Natural: 33,88 bilhão de m³/ano x 0,0171= 0,579 milhões de boe/d >> consumo diário total: 2,061 milhões de boe/d;
- Austrália: petróleo: 0,9463 milhão de bpd; Gás Natural: 26,59 bilhão de m³/ano x 0,0171= 0,455 milhões de boe/d >> consumo diário total: 1,401 milhões de boe/d; e
- Coréia do Sul: petróleo: 2,185 milhão de bpd; Gás Natural: 34,09 bilhão de m³/ano x 0,0171= 0,583 milhões de boe/d >> consumo diário total: 2,768 milhões de boe/d.

7.2.2 – Determinação das Reservas nas Águas jurisdicionais:

- China:

Pelo site da “LNG News Worldwide” (OFFSHORE OIL, 2011§12), a China possui, na ZEE, reservas provadas de 1.200 milhões de toneladas de petróleo e 200 bilhões de metros cúbicos de gás.

Pela tabela de conversão da SPE temos:

1 tonelada (T) = 7,33 barris de óleo equivalentes (boe)

1 pé cúbico (ft³) = 0,02831685 metros cúbicos (m³)

1 ft³ = 0,0001767 boe

$1,2 \times 10^9 \times 7,33 = 8.796 \times 10^6$ boe

$200 \times 10^9 / 0,02831685 = 7.062,93 \times 10^9$ ft³ x 0,0001767 = $1,248 \times 10^9$ boe = 1248×10^6 boe

A soma das reservas perfaz, portanto, $(8.796 + 1248) \times 10^6 = 10.044$ milhões de boe, o que, em tempo, corresponde a $(10.044/9,689)/365,25 = 2,838$ anos.

- Japão:

As únicas possíveis reservas marítimas de óleo e gás do Japão não são computadas porque se localizam em área de litígio com a China e dependem de acordos que ainda não foram celebrados entre os países. (U.S. ENERGY, 2011a), “Oil” e “Natural Gas”)

- Alemanha:

A Alemanha explora um único campo, no Mar do Norte, Mittelplate, com 100 milhões de toneladas de petróleo. (WINTERSHALL, 2011, “Germany”§2) As reservas de gás da região somam 169,8 trilhões de pés cúbicos, dos quais três quartos pertencem à Noruega e à Holanda, e o resto cabe à Alemanha, Reino Unido e Dinamarca. (NORTH SEA, 2011, “Oil”, “Germany” e “Natural gas”) Assumindo, por falta de outros dados, que estes países dividem igualmente a parte que lhes toca, caberia a cada um cerca de 14,15 trilhões de pés cúbicos.

Assim, as reservas da Alemanha são, aproximadamente:

- de óleo: 10^8 toneladas x 7,33 = 733×10^6 de barris;

- de gás: $14,15 \times 10^{12}$ x 0,0001767 = $2500,3 \times 10^6$ de barris

Esses valores totalizam 3233,3 milhões de barris que, em tempo, corresponde a $3.233,3/4,083/365,25 = 2,17$ anos

- França:

A França não possui reservas marítimas de petróleo nem de gás natural. (THE ENCYCLOPEDIA, 2010)

- Reino Unido:

As reservas de gás somam 10,3 trilhões de pés cúbicos, todas marítimas. As de petróleo somam 3.1 bilhões de barris, mas incluem o campo terrestre de Wytch Farm, cujas reservas são de 480 milhões de barris (UNITED, 2010; WYTCH, 2008), perfazendo as reservas marítimas portanto $3.100 - 480 = 2.620$ milhões de barris.

As reservas em gás correspondem a $10,3 \times 10^{12} \times 0,0001767 = 1820 \times 10^6$ boe; totalizando: $2.620 + 1820 = 4.440$ milhões de boe, o que corresponde, em tempo, a $(4.440 \times 10^6) / (3,164 \times 10^6) / 365,25 = 3,84$ anos.

- Itália:

O Sr. Ricardo Fontana, assessor da Embaixada da Itália no Brasil para fins de petróleo e gás natural, consultado a respeito, informou que as reservas desses produtos em águas jurisdicionais italianas somam menos de 2 bilhões de boe (item 7.2.4). Considerando esse valor e convertendo para tempo temos $2000 / 2,873 / 365,25 = 1,9$ anos.

- Brasil:

O sítio da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) (AGÊNCIA, 2011, tabelas 2.3 E 2.5) informa, como reservas totais em 2010, 26.975,4 milhões de barris de petróleo e 707.496 milhões de m^3 de gás natural. Convertendo o gás temos $707,496 \times 10^9 \times 0,0171 = 12,098 \times 10^6$ de boe. Somando, temos: $26.975,4 \times 10^6 + 12,098 \times 10^6 = 26.987,498 \times 10^6$, o que corresponde, em tempo, a $26.987,5 / 2,78 / 365,25 = 26,58$ anos.

- Canadá:

As reservas marítimas de gás do Canadá somam 50,33 trilhões de pés cúbicos, em quatro áreas (SOEP, Chebucto, Deep Panuke, Grand Banks e na costa da Colúmbia Britânica), e as de petróleo, 2.495 milhões de barris em três áreas (Hibernia, Terranova e White Rose). (U. S. ENERGY, 2011, “Oil”, “Offshore”, “Natural Gas” e “Offshore”; SUBSEAIQ, 2011) Tais reservas totalizam:

$(50,33 \times 10^{12} \times 0,0001767) + 2.495 \times 10^6 = (8893,3 + 2.495) \times 10^6 = 11.388,3$ milhões de boe, o que, em tempo, corresponde a $11.388,3 / 3,769 / 365,25 = 8,27$ anos.

- Rússia:

Uma estimativa feita nos anos 1990 das reservas recuperáveis nas áreas marítimas jurisdicionais da Rússia dava conta de 90 a 100 bilhões de toneladas (CHALLENGING, 2011, “Offshore Russia: Where the Reserves Are” §1; PATIN, 2011 §1) de óleo equivalente (Toe). A estimativa mais baixa equivale a 659,7 boe, o que corresponde a $(659,7 \times 10^9) / (10,257 \times 10^6) / 365,25 = 176,09$ anos.

- Índia:

As reservas marítimas de hidrocarbonetos da Índia alcançaram seiscentos milhões de toneladas (OFFSHORE, 2011, “*Oil and Gas Exploration in India*”§2), o que perfaz $600 \times 10^6 \times 7,33 = 4,398 \times 10^9$ boe. Esse total corresponde ao consumo de $(4,398 \times 10^9) / (3,857 \times 10^6) / 365,25 = 3,12$ anos.

- Espanha:

A Espanha tem produção insignificante de óleo e gás (BUSINESS, 2011; COMPAÑIA, 2011), e de jazidas em terra. Não tem atualmente reservas marítimas, embora em 2009 tenha sido noticiado que uma firma iria voltar a extrair o gás residual de uma jazida antes abandonada no Golfo de Cádiz, mas seu volume não foi divulgado. (REVILLA, 2009)

- Austrália:

As reservas provadas de gás totalizavam 30 trilhões de pés cúbicos até 2009, mas passaram a 110 trilhões em 2010 devido ao melhor aproveitamento permitido por avanços tecnológicos. (AUSTRALIA NATURAL, 2010, “*Natural Gas*”) Elas são compostas de jazidas que representam 69% desse valor ao largo da costa oeste, 20% ao largo da costa Sul, 8% em terra, e os restantes 3% em pequenos campos esparsos em terra e no mar (AUSTRALIA, 2011, “*Natural Gas*”), que este autor assumiu serem metade (1,5%) no mar. Assim, pode-se considerar a percentagem das reservas marítimas como $(69+20+1,5) = 90,5\%$ do total, o que representa 99,55 trilhões de pés cúbicos, equivalendo a $(27,15 \times 10^{12}) \times 0,0001767$ (UNIT CONVERSION, 2011) = $17.590,5 \times 10^6$ boe.

As reservas provadas de petróleo eram de 1,5 bilhão de barris em 2009, mas também aumentaram em 2010, passando a 3,3 bilhões, sendo que a maior parte fica no mar e a parte situada em terra é relativamente inexplorada, concentrando-se a exploração nas reservas marítimas. (AUSTRÁLIA, 2011, “*oil*” e “*oil Production*”; AUSTRALIA OIL, 2010) Esta concentração parece estar aumentando, pois as referências citam a entrada em operação de diversos campos marítimos em 2010. Assim, na falta de dados mais precisos, este autor resolve considerar as reservas no mar como 90% do total, o que significa 2,97 bilhões de barris.

As reservas energéticas marítimas totais da Austrália são, assim, estimadas em $17.590,5 + 2970 = 20.560,5$ milhões de boe, o que corresponde a $20.560,5 \times 10^6 / 1,401 \times 10^6 / 365,25 = 40,18$ anos.

- Coreia do Sul:

A Coreia do Sul não tem reservas de óleo. Sua única reserva é de gás e no mar, consistindo numa jazida com a qual, em 2009, conseguiu produzir cerca de 18 bilhões de pés cúbicos, suprimindo apenas 1,5% das necessidades nacionais, e pretende continuar a produção até

2018. (U.S. ENERGY, 2010, “Background”, “Oil”, “Natural Gas” e “Exploration and Production”) Como não há dados sobre o valor dessa reserva, este autor opta por considerá-la como o montante dessa produção referente ao período de 2011 a 2018, ou seja: $18 \times 8 = 144 \times 10^9$ pés cúbicos $\times 0,0001767 = 25,4448$ milhões de boe, o que, em tempo, corresponde a $25,4448/2,768 = 9,2$ dias, sendo, assim, aproximado para zero na tabela.

7.2.3 – Resumo dos cálculos realizados.

A tabela abaixo apresenta os resultados dos cálculos realizados:

PAÍS	CONSUMO (10^6 boe/d) ³	RESERVAS (10^6 boe)	TEMPO (anos)
CHINA	9,689	10.044	2,838
JAPÃO	5,982	0	0
ALEMANHA	4,083	3.233,3	2,17
FRANÇA	2,642	0	0
REINO UNIDO	3,164	4.440	3,84
ITÁLIA	2,873	2.000	1,9
BRASIL	2,78	26.987,5	26,58
CANADÁ	3,769	11.388,3	8,27
RÚSSIA	10,257	659.700	176,09
ÍNDIA	3,857	4.398	3,12
ESPANHA	2,061	0	0
AUSTRÁLIA	1,401	20.560,5	40,18
COREIA do SUL	2,768	0	0

Tabela 7.2.1 - Valor em tempo das reservas petrolíferas marítimas dos países

Levando em conta o grande intervalo entre o terceiro e o quarto valores de tempo (25,96 e 8,27 anos), este autor opta por considerar significativas as áreas jurisdicionais de fator acima de 12 anos, ou seja, apenas as pertencentes à Rússia, à Austrália e ao Brasil.

7.2.4 - Adendo ao Apêndice 7.2

Entrevista por e-mail c/ o Sr. Ricardo Fontana, assessor da Embaixada da Itália no Brasil para assuntos de petróleo e gás natural

E-mail em 15/08/2011 (Segunda-Feira)

Prezado Sr. Abreu de Moura, como é noto, existem sempre avaliações diferentes sobre dados técnicos-geológicos e técnicos-econômicos emitidos pelas companhias petrolíferas que não podemos controlar; além disso há dados conflitantes entre firmas e governos. A produção italiana de óleo e gás no mar é fragmentada e pequena em relação a produção on-shore; basta citar que atualmente operam 117 plataformas de perfuração, sendo só 25 no mar concentradas por 54% nas costas sicilianas e 46% no mar Adriático; em 2010 foram extraídos 5 mlh. de ton. de óleo, sendo 4,4 em terra e 700mil no mar; todavia operam 100 plataformas de exploração e produção no mar sendo 9 para óleo e 91 para gás o que indica ser o off-shore promissor a longo prazo para ampliação das reservas estratégicas; as empresas apresentam

³ Trata-se das somas dos valores dos consumo de óleo e gás. (Ver CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 2011)

suas próprias estimas de reservas em terra e no mar, somando-as; no offshore, concentram-se os maiores pedidos de licença (39) especialmente por firmas estrangeiras, motivando inclusive queda de braço entre o nosso Ministério do Desenvolvimento Economico e o do Meio Ambiente preocupado pelos prejuizos à pesca e ao turismo. Segundo o primeiro, as reservas estimadas de hidrocarbonetos offshore são de 187mihões de toneladas boe uteis para 30 meses. O seu calculo de 6,6 blh boe referente aos dados das empresas citadas pode ser valido a nivel empresarial e numa perspectiva futura; nos parece mais realistico o dado da Assomineraria que fala em quase 2 blh boe. Para demais duvidas, favor contatar a diretoria geral para recursos minerais e energeticos do nosso Ministério do Desenvolvimento Economico. (franco.terlizzese@sviluppoeconomico.gov.it).

Atenciosamente

Dr.R.Fontana

Da: José Augusto [mailto:jaamoura@globo.com]

Inviato: sabato 13 agosto 2011 20.12

A: Fontana Riccardo

Cc: Musillo Cristiano; Di Virgilio Donatella

Oggetto: Re: Produção oleo e gas na Itália. Reservas off-shore

Rio, 13/08/2011

Prezado Sr. Riccardo Fontana

Agradeço a atenção e a presteza de seu atendimento e da Sra. Donatella, da Embaixada.

V. S.a informou vários e importantes dados de reservas gerais, mas eu necessito conhecer, para minha pesquisa o valor total das reservas offshore de óleo e gás (exclusivamente offshore), na plataforma continental italiana.

Até o momento, consegui obter os dados abaixo, de três empresas que operam na Itália, a ENI, a Mediterranean e a Northern, que divulgaram suas reservas na plataforma italiana.

Assim, peço a V.Sa. o favor de verificar se os dados estão corretos e de informar-me se há alguma outra firma que eu deva consultar.

Atenciosamente

José Augusto Abreu de Moura

Dados que descobri pesquisando:

ENI:

No Energy-pedia News de 24/09/2008, artigo “Italy: ENI confirms new gas discovery offshore Sicily” disponível em <http://www.energy-pedia.com/article.aspx?articleid=131169>

Campo da Sicilia; reservas de gás: 18 bilhões de metros cúbicos de gás.

Mediterranean:

No site da Mediterranean Oil&Gas Plc - <http://www.medoilgas.com/operations/italy/>

Campo de Ombrina: reservas de petróleo: 40 milhões de barris;

Reservas de gás: 6,5 bilhões de pés cúbicos;

Campo de Guendalina; Reservas de gás: 22 bilhões de pés cúbicos;

Campos de Ainda, Attila, Dorotea e Isabella; reservas de gás: 19 bilhões de pés cúbicos;

Northern:

No site da Northern Petroleum Plc - <http://www.northpet.com/operations/italy/>

Campo de Durres basin (Sul do Mar Adriático); reservas de petróleo: 3,75 bilhões de barris;

Sicily Channel Basin ; reservas de petróleo: 1,1 bilhões de barris

Fazendo as necessárias conversões, todas essas reservas de óleo e gás somam **6.636,4 milhões de barris de óleo equivalente (boe)**

7.3 Análise das Políticas e Estratégias de Defesa dos EUA

Logo após o fim da Guerra Fria, as forças armadas norte-americanas e outros órgãos ligados à Defesa Nacional realizaram diversos estudos, buscando a melhor forma de reestruturar o sistema de defesa em face da nova conjuntura mundial, bem menos estável que a do período bipolar.

Em consequência, foi estabelecida, em 1996, a realização de revisões quadrienais da estratégia e da estrutura de Defesa (as “*Quadrennial Defense Review*” - QDR) (UNITED STATES OF AMERICA, 1996a), no início de cada mandato presidencial, com a emissão dos respectivos relatórios. Os quadriênios não foram sempre respeitados e, até o momento, foram emitidos relatórios das QDR 1997, 2001, 2006 e 2010 (UNITED STATES OF AMERICA, 1997A; UNITED STATES OF AMERICA, 2001; UNITED STATES OF AMERICA, 2006; UNITED STATES OF AMERICA, 2010). Embora eles contenham informações e instruções de caráter estratégico, são predominantemente políticos.

Foram também elaborados, em 1996 e 2000, as “Visões Conjuntas” 2010 (UNITED STATES OF AMERICA, 1996) e 2020 (UNITED STATES OF AMERICA, 2000), (“*Joint Vision 2010*” – JV 2010 e “*Joint Vision 2020*” – JV 2020) respectivamente, documentos que, como visões que são, estabelecem certos padrões de qualidade e ação das forças a serem atingidos nesses anos, bem como conceitos e estratégias para obtê-los, sendo, portanto, predominantemente estratégicos.

Assim, os primeiros serão considerados como Políticas de Defesa e os outros, como Estratégias de Defesa.

7.3.1 As Políticas de Defesa

O relatório da primeira revisão quadrienal, realizada em 1997 (QDR 1997), procurava equilibrar três necessidades: a de moldar (“*Shape*”) continuamente o ambiente internacional, promovendo a estabilidade, evitando ou reduzindo conflitos, e exercendo dissuasão e coerção como necessário nas regiões-chave do mundo; a de responder (“*Respond*”) rapidamente a todo o espectro de crises ou conflitos, incluindo lutar e vencer guerras grandes em dois teatros (“*Major Theater Wars*” – MTW); e a de preparar (“*Prepare*”) as forças no presente para os desafios de segurança de um futuro pouco previsível, a fim de desencorajar Estados que pode-

riam se tornar grandes potências no futuro (os emergentes), de embarcarem numa competição militar com os EUA. (UNITED STATES OF AMERICA, 1997a, “Section III”)

O QDR 1997 recomendou cortes em pessoal e em programas militares, a fim de, permitindo o “*Shape*” e o “*Respond*”, na ocasião, economizar os recursos necessários a fazer o “*Prepare*” para o futuro, por meio de uma modernização de longo-prazo. Assim, também ficava encerrado o período de poucas aquisições (“*procurement holiday*”) dos últimos anos, prevendo-se despesas militares relativamente constantes dali em diante.

Na época, o terrorismo em rede começava a despertar a atenção mundial com a *Al Qaeda*, de Osama Bin Laden, envolvida nas guerras da Chechênia (VIDINO, 2005) e Kosovo (DELISO, 2001) e que perpetrou os ataques às embaixadas dos EUA em Dar es-Salam (Tanzânia) e em Nairobi (Quênia) em 1998. (PIKE, 2005).

O segundo QDR, de 2001, estabelecia consideráveis alterações em termos organizacionais e de emprego de forças, em virtude da assunção do cargo de Secretário de Defesa por um fervoroso adepto do conceito de Revolução nos Assuntos Militares (RAM) – Donald Rumsfeld, de sua intenção de tornar o aparato de defesa consistente com o unilateralismo praticado pelo novo Governo e das orientações da JV 2020, exposta mais adiante. O QDR 2001 assumia que os EUA deveriam dar atenção aos gastos em Defesa, mas mantendo a capacidade de as forças cumprirem as tarefas abaixo, sintetizadas como “construto 1-4-2-1”. (MULLEN, 2003, §3 FLOURNOY, 2006, p. 73§2):

- Defender os EUA - missão primária do Departamento de Defesa;
- Realizar dissuasão avançada (“*deter forward*”) em 4 regiões críticas, contra agressões e coerções – Europa, Nordeste da Ásia, litoral oriental da Ásia e Oriente Médio/Sudoeste da Ásia (UNITED STATES OF AMERICA, 2001, p.20§3) – mantendo forças desdobradas nessas regiões;
- Derrotar rapidamente os oponentes em dois dos quatro teatros acima citados em grandes conflitos simultâneos (“*overlapping major conflicts*”);
- Proporcionar ao Presidente, em um desses conflitos, a opção de “vitória decisiva”, com a possibilidade de mudança do regime e ocupação militar do território (UNITED STATES OF AMERICA, 2001, p.21§2);
- Conduzir um número limitado de operações contingentes de menor escala (UNITED STATES OF AMERICA, 2001, p.17 a 21).

O QDR 2006 era mais inclusivo que o anterior, dirigindo-se não só às forças americanas, mas também, e muitas vezes, aos “amigos e parceiros”. Ele apontava a necessidade de,

mesmo com orçamentos limitados, monitorar a estabilidade em todo o globo e não apenas em áreas específicas; e expunha novamente a intenção de dissuadir os países emergentes de, ao se tornarem desenvolvidos, embarcarem em uma competição com os EUA.

O QDR 2010 não trouxe novidades de monta porque as ameaças aos EUA se mantiveram. (FITZGERALD; CORDESMAN, 2009, p.1§2.) Entre as mudanças, nota-se que a expressão “Guerra Global ao Terror” foi abolida, ainda que as diretrizes correspondentes continuem, por vezes com redação diferente ou escritas em outros tópicos. O QDR se autoconsidera importante e histórico por ser o primeiro a assumir o estado de guerra e a orientar a concentração de esforços e recursos para vencer os conflitos em andamento – Iraque e Afeganistão – reduzindo outras despesas, como o adiamento e cancelamento de projetos de alta tecnologia.

Também recebem grande atenção os esforços da Política Externa em prol da defesa, buscando evitar a irrupção de crises e reduzir o tempo de resposta a elas, traduzidos no melhoramento das relações com parceiros e aliados, inclusive com organizações internacionais, como as relações EUA-UE, OTAN-UE, EUA-Rússia, sendo que estas últimas resultaram na assinatura do novo START (“*Strategic Arms Reduction Treaty*”), em abril de 2010, ratificado pelos EUA em dezembro desse ano. (SENATE, 2010)

7.3.2 As Estratégias de Defesa

A JV 2010 inaugurou o conceito de “transformação”, o processo necessário para tornar as forças armadas capazes de enfrentar as novas realidades militares em contínua mutação e definido como a mudança, por meio da tecnologia, das funções tradicionais de manobra, ataque (“*strike*”), proteção e logística para “manobra dominante”, “engajamento de precisão”, “proteção em todas as dimensões” (“*full-dimensional*”) e “logística focada”.

Essa “transformação”, cujas condições e características eram estabelecidas, orientaria o progresso das Forças Armadas em direção à capacidade plena de atuarem em “ações conjuntas” (“*joint warfighting*”), habilitando-as a obterem êxito em toda a gama de operações militares – a “dominância em todo o espectro” (“*full spectrum dominance*”). Estabelecia também que o conceito fundamental da “força futura” seria a projeção de poder, proporcionada pela presença de forças além-mar. (UNITED STATES OF AMERICA, 1996, p. 19§2; p. 34; p.1§1; p.2§1; p. 25§2; p.4§4)

Em 2000 foi emitida a “Visão Conjunta 2020” (JV 2020), que conservava as orientações operacionais da JV 2010 e enfatizava as operações conjuntas, interagências, multinacionais e a interoperabilidade entre as forças.

A JV2010 se dedicava preponderantemente ao nível operacional, dando orientações sobre o preparo das forças, já a JV2020 estabelecia quatro diretrizes estratégico-militares, que as forças dos EUA deveriam estar aptas e empregar plenamente como forças conjuntas até 2020: (UNITED STATES OF AMERICA, 2000; UNITED STATES OF AMERICA, 1997):

– “força decisiva” (“*decisive force*”) – se entrarem em um conflito, as forças envolvidas devem ter poder claramente superior a qualquer adversário potencial;

– “presença além-mar” (“*overseas presence*”) – forças navais devem ser desdobradas de forma permanente ou rotativa e com visibilidade nas regiões de interesse a fim de promover segurança e estabilidade, evitar conflitos, dar substância aos compromissos de segurança dos EUA, encorajar o compartilhamento de responsabilidades por amigos e aliados e assegurar acesso permanente à área por forças norte-americanas;

– Projeção de Poder (“*power projection*”) – É a capacidade de, rápida e eficazmente, desdobrar e sustentar forças em locais múltiplos e dispersos e a partir deles. Complementando a presença além-mar, a projeção de poder implica alcance global irrestrito.

– Agilidade Estratégica (“*Strategic Agility*”) – capacidade de concentrar, empregar e sustentar força militar tempestivamente em qualquer lugar, com velocidade e ritmo (“*pace*”) que os adversários não possam acompanhar, conquistando e mantendo a iniciativa das ações, mesmo com múltiplas exigências e em ambiente estratégico complexo.

Com o construto 1-4-2-1 estabelecido no QDR 2001, as instruções para as Forças Armadas tinham um sentido geral de aumentar a capacidade dos destacamentos anteriormente já desdobrados em “presença avançada” por todo o mundo, a fim de tornar possível sua atuação tempestiva, mesmo em crises graves, apenas com modestos reforços.

O QDR 2006 criou o conceito de “Nova tríade”, alusão à Tríade da Guerra Fria, agora voltada contra as ameaças atuais e constituída pela capacidade de ataque não apenas nuclear, pela capacidade de defesa (basicamente antimísseis) e pela infraestrutura de resiliência, Inteligência e dissuasão.

Na componente de ataque da “Nova tríade”, é mencionada a possibilidade de atingir prontamente qualquer parte do globo por meio do emprego de mísseis balísticos com cabeças convencionais de alta precisão – o conceito denominado “*Prompt Global Strike*” (PGS) (UNITED STATES OF AMERICA, 2006, p. 5§2; p.49-50) – novidade importante que inclui novas possibilidades em meios e armas já existentes. Como aspectos importantes desse conceito além da rápida reação a ameaças, ele permite o aproveitamento dos mísseis imobilizados

na tarefa de dissuasão nuclear e a realização de poderosas ações pontuais de projeção de poder sem depender da presença de forças além-mar.

O QDR 2010 coloca o foco e investimentos em certas concepções de sistemas e de emprego de meios que aumentam o desempenho em combate das forças, sem exigirem correspondente aumento do número de meios ou efetivos, normalmente explorando a capacidade nacional de inovação tecnológica e dando novas aplicações a recursos já existentes, como um novo conceito de emprego conjunto da Marinha e da Força Aérea (“*joint air-sea battle concept*”); formas de garantir o acesso ao espaço e ao espaço cibernético e seu uso (UNITED STATES OF AMERICA, 2010, p. i§6; p.32§4 a p.34§4); o melhoramento de diversas alternativas de ataque a longa distância, como o PGS já citado, VANT e novos mísseis de cruzeiro; e novas possibilidades de explorar as vantagens das operações subaquáticas (“*underwater*”).

Continuam enfatizadas as capacidades de presença avançada e de projeção de poder das forças navais, bem como as formas de derrotar medidas anti-acesso, cada vez mais desafiadoras.

7.3.3 – As Estratégias Navais

Para a Marinha, o QDR 1997 não alterou os meios estratégicos nucleares (SLMB) nem o número de unidades básicas de emprego estratégico não-nuclear – os 12 grupos de ataque de NAe e os 12 grupos anfíbios (que operavam aos pares), mas reduziu consideravelmente o número de SNA (de 73 para 50). (UNITED STATES OF AMERICA, 1997b, Section V, “Navy”).

Com o QDR 2001, a alteração do quantitativo de meios navais foi desprezível, mas coerentemente com a determinação de aumentar o poder dos destacamentos em “presença avançada” pelo mundo, era prevista a conversão de 4 submarinos estratégicos (SLMB) em lançadores de mísseis de cruzeiro *Tomahawk* (SLMC), que, sem exigir grande efetivo, deveriam constituir poderoso reforço, rapidamente desdobrável em qualquer ponto dos oceanos.

A marinha norte-americana desenvolveu a concepção denominada “*Sea Basing*” (denominado “*Sea Power 21*” em outros documentos), em que explora sua vantagem única de poder controlar de forma absoluta qualquer área marítima dos oceanos (exercer o “comando do mar”) e o fato de os oceanos cobrirem mais de 2/3 da superfície da terra, para possibilitar operações conjuntas de projeção de poder a partir do mar, agregando, como necessário, forças dispersas pelo mundo, mas ligadas em rede, que assim pretendem garantir o acesso global, o

apoio e a sustentação de forças conjuntas, minimizando as limitações impostas pela dependência de bases terrestres além-mar.

A concepção prevê quatro grandes capacidades a serem conjugadas em uma mesma força naval que opera em proveito da força conjunta:

- a de pré-posicionar em alto mar plataformas navais, conectá-las e realizar movimentos entre elas e os objetivos, sem a necessidade de infra-estrutura em terra (inclusive logística), mais vulnerável e que envolveria a permissão de terceiros Estados. Tal conceito (denominado “*Sea Base*”) busca minimizar a dependência do apoio de terra, maximizando a capacidade dos elementos navais da força conjunta para conduzir e apoiar operações continuadas na área, a partir do domínio marítimo;

- a de projetar poder dominante e decisivamente a partir do mar, a fim de contribuir para a obtenção de objetivos da força conjunta. Este conceito (denominado “*Sea Strike*”) inclui ataques precisos e de longa distância por mísseis ou aeronaves, fogos de grande volume por lançadores ocultos (caso de submarinos submersos lançando grande número de TLAM), fogos de navios de superfície, operações anfíbias, operações especiais e várias outras;

- a de estender as capacidades defensivas dos meios navais em camadas, não somente através das grandes extensões marítimas, mas também profundamente sobre terra, a fim de proteger forças conjuntas ou aliadas aí operando. Este conceito (denominado “*Sea Shield*”) deve permitir que a força conjunta opere eficazmente, apesar dos esforços do adversário para negar-lhe acesso à área de operações. Este conceito também é aplicado à defesa em profundidade do território doméstico norte-americano compreendendo outras medidas, como a inspeção de navios contra a ameaça terrorista (“*homeland defense*”); e

- a de interligar em rede todos os sistemas combatentes e de apoio da força conjunta – de sensores, de apoio à decisão, de armas, outras redes, etc. Essa rede (conceito denominado “*FORCENet*”) é parte do componente naval da rede avançada do Departamento de Defesa dos EUA e abrange todos os sistemas do fundo do mar ao espaço, no mar e em terra, buscando proporcionar o conhecimento abrangente da área de operações (“*comprehensive battlespace awareness*”), a fim de contribuir para a obtenção da superioridade por forças geograficamente dispersas. (UNITED STATES OF AMERICA, 2003, p.4)

Com o QDR 2006, A Marinha teve consagrada a quase duplicação do número de unidades de ação estratégica (de projeção de poder sobre terra), então em andamento (e hoje já realizada) com a redistribuição de meios e a concretização da conversão dos 4 SLMB em SLMC; além da previsão do emprego de SLMB no PGS.

A quase duplicação havia sido prevista no “conceito global de Operações”, idealizado em 2003 para melhor cumprir o construto 1-4-2-1 e o “*Sea Power 21*”, tirando partido do longo alcance do míssil de cruzeiro *Tomahawk* para cobrir uma maior área do planeta com os mesmos meios.

Anteriormente, a Marinha se estruturava com 12 Grupos de Batalha de Navios-Aeródromo (“*Carrier Strike Group*” – CSG), 12 Grupamentos Anfíbios (“*Amphibious Ready Group*” – ARG) e 7 Grupamentos de navios sem navios-aeródromo (Grupamentos de Ação de Superfície – “*Surface Action Group*” – SAG). Como os ARG não possuíam capacidade de ataque a longa distância e tinham reduzida capacidade de controle de área, essa configuração resultava em apenas 19 unidades com capacidade de ação estratégica independente. A modificação constou em deslocar alguns navios melhor equipados para controle de área e submarinos armados com *Tomahawk* dos CSG (que possuem poderosa aviação de ataque) para os ARG, redistribuir os meios dos 7 SAG formando 9 novos SAG e incorporar os 4 SLMC classe *Ohio* modificados, o que resultou em 37 novas unidades de ação estratégica.

Cumprir também mencionar que, a partir de 2006, houve iniciativas da marinha, na área da Diplomacia Naval, com o propósito de aumentar sua capacidade de ação global com capacidades de outras marinhas. Uma delas é a “Marinha de Mil Navios” (“*Thousand-Ship Navy*” – TSN, agora também chamada “*Global Maritime Partnership Initiative*”), que consiste numa parceria marítima global que une forças navais, operadores portuários, armadores, agências governamentais e não-governamentais, com vistas a problemas comuns de segurança marítima e nacional dos Estados envolvidos, como pirataria, tráficos ilícitos e do terrorismo, mas também o de transporte de armas nucleares, biológicas e químicas, bem como dos materiais necessários à sua construção.

Existe também uma iniciativa governamental dos EUA usando a marinha, pela qual ela transforma sua dominância global em efetivo controle empregando marinhas de Estados aliados em áreas de interesse, para propósitos supostamente comuns. Trata-se do programa “*Proliferation Security Initiative*” (PSI), anunciado em 2003 pelos EUA, ao qual cerca de 90 países (PROLIFERATION, 2011) aderiram, com o propósito de coibir: (ARMS CONTROL ASSOCIATION, 2007)

carregamentos de armas biológicas, químicas e nucleares, assim como materiais que poderiam ser usados para fornecer ou produzir tais armas, para terroristas e países suspeitos de tentar adquirir armas de destruição em massa. Os participantes da iniciativa pretendem realizar interdições de cargas no mar, no ar e em terra...

A iniciativa tem recebido críticas por usar as fórmulas “armas de destruição em massa” e “combate ao terrorismo” para: (ROZOFF, 2009)

simplesmente estender a presença naval e a capacidade combatente dos EUA e de seus aliados às linhas de comunicações marítimas, hidrovias, regiões costeiras, rotas de trânsito militar e de energia vitais e cobiçadas e para dentro de quaisquer mares a qualquer tempo se considerar que é necessário para atingir exigências políticas e estratégicas

7.3.4 O Atual Emprego de Submarinos pela Marinha Norte-Americana.

A Marinha dos EUA não mais possui SC desde 1968 e dispõe atualmente de 14 SLMB (classe *Ohio*), 4 SLMC (classe *Ohio* convertidos) e 53 SNA, sendo 3 da classe *Seawolf*, 47 da classe *Los Angeles* e 3 da classe *Virginia*, que estão progressivamente substituindo os *Los Angeles*.

Os 4 SLMC e todos os SNA lançam mísseis *Tomahawk*, sendo que os 23 mais novos da classe *Los Angeles* receberam a instalação de um lançador vertical que acrescenta doze mísseis à capacidade existente de 26 armas (mísseis ou torpedos). (SAUNDERS, 2007, p. 877 a 884)⁴

Os submarinos deixaram de transportar os mísseis antinavio *Harpoon*, de uso menos provável, para otimizar sua carga de armas com mísseis *Tomahawk* e torpedos. (CLANCY, 2002, p.225§3)

Os *Los Angeles* constituem, até o momento, o esteio da força de SNA norte-americana, tendo realizado missões de ataque a terra no Iraque, Kosovo e Afeganistão; a classe *Seawolf*, projetada no fim da Guerra Fria, otimizada para ações antissubmarino, foi descontinuada com apenas três unidades, em face da alteração do contexto estratégico, de seu alto custo e das restrições orçamentárias; e a classe *Virginia* é a mais moderna, projetada para o atual contexto estratégico – alegadamente sem perder as características acústicas da classe *Seawolf* – e é otimizada para operações litorâneas.

Todos os SNA e SLMC têm capacidade de transportar, desembarcar e recolher destacamentos de Operações Especiais, sendo que os da classe *Virginia* e *Ohio* possuem recursos especiais para seu lançamento e recolhimento (mini-submarino e outros). Além disso, os primeiros podem transportar cerca de 40 homens e os últimos, 66.

⁴ A classe *Seawolf* pode transportar 50 armas, e a classe *Virginia*, 38.

A conversão de 4 SLMB em SLMC constituiu uma medida bastante coerente com o espírito das atuais alterações e um exemplo de “transformação” – permitiu reduzir o número de meios, pois os submarinos convertidos permitiram desativar dois SNA em fim de vida útil, que eram empregados no lançamento e recolhimento de destacamentos de Operações Especiais; permitiu cumprir um compromisso de desarmamento, reduzindo o número de SLMB (O’ROURKE, 2008, p. CRS-4; p.CRS-1§2)⁵; exigiu menor dispêndio de recursos que a construção de meios novos, já que sua obtenção consistiu no aproveitamento de meios com boas possibilidades de adaptação e grande vida residual (20 anos); e permitiu dotar a Força de meios que atendem à concepção estratégica atual, e tão poderosos que, isoladamente, constituem elementos de emprego estratégico, pois cada SLMC porta 154 mísseis de cruzeiro, número mais de três vezes superior à capacidade de um SNA.

Os SNA são os “submarinos de uso geral”, podendo realizar coleta de dados de inteligência, muitas vezes para órgãos de Defesa que não a Marinha; inserção e recolhimento de pessoal de Operações Especiais; ataques contra alvos em terra empregando mísseis *Tomahawk*; minagem ofensiva; contramedidas de minagem; ações AS e ações antissuperfície. Os SNA operam normalmente integrados aos grupos de batalha de navio aeródromo (CSG). (U.S. NAVAL, 2008)

O papel dos SLMB não foi alterado com o fim da Guerra Fria, dado que a necessidade de dissuasão nuclear se manteve, mas seu número foi reduzido, devido à menor tensão internacional da atualidade. Sua tarefa continua sendo permanecer oculto no mar, pronto a lançar seus mísseis para retaliar um ataque nuclear aos EUA.

No que toca ao PGS, existe a idéia de empregar os doze SLMB permanentemente operacionais em operação com dois de seus tubos carregados com mísseis portando cabeças convencionais, o que reduziria muito pouco a capacidade de resposta nuclear. (WOOLF, 2008, CRS -10 §2)

A marinha dos EUA continua lutando contra as restrições orçamentárias. Para os submarinos, um problema reside na taxa de substituição dos SNA da classe *Los Angeles* por novos, da classe *Virginia*, que é insuficiente para manter o quantitativo atual, prevendo-se que o total de SNA chegará a 32 em 2028, aumentando para 35 em 2040. (CAVAS, 2009).

⁵ Tratava-se de uma recomendação para atendimento ao START-II (Strategic Arms Reduction Treaty – II), entre EUA e Rússia, assinado em 1993.

7.3.5 Apreciações

Os EUA, assumindo claramente sua posição de superpotência, não só divulgam as idéias básicas de emprego global de suas forças armadas nas JV, QDR e outros documentos, mas também estabelecem e administram as condições pelas quais procuram reforçar as alianças e “moldar” as opções dos Estados, em especial, das “potências emergentes” (UNITED STATES OF AMERICA, 2006, p.27§9 a p.32§3), exercendo a dissuasão e a coerção planetárias.

No entendimento deste autor, para o estabelecimento e administração das condições acima citadas, considerando a vigência do “tabu nuclear”, a marinha norte-americana tem participação destacada, por meio de três capacidades principais que habilitam o Estado a exercer a dissuasão e a coerção globais: a “dominância do mar”, a presença avançada e a capacidade oculta de projeção de poder sobre terra representada pelo binômio SNA/SLMC - *Tomahawk*.

A “dominância do mar” consiste em manter o monitoramento sobre todas as áreas marítimas do Globo, com capacidade de exercer tempestivamente o controle absoluto em qualquer área que lhe aprouver, com poder incontestável. Esta característica permite ao País fruir a segurança estratégica proporcionada por sua posição geográfica, que consiste na virtual impossibilidade de uma represália mais séria ao território continental – como uma invasão – ameaça a que vários Estados estão sujeitos. Isolados entre o Atlântico e o Pacífico, a capacidade de controlar qualquer trecho das águas azuis do mundo torna proibitivamente altos os custos de tais ações.

Esse aspecto permite ao Poder Político assumir riscos com conseqüências minimizadas para o país e sua população – Os EUA podem admitir que o motivo que os levou a invadir o Iraque em 2003 era falso, ou podem não conseguir o efeito desejado nessa campanha, e nem por isso estarão expostos a punições mais graves que a perda de alguns de seus soldados (no Iraque, a meio mundo de distância do país) e a alguns bilhões de dólares, recuperáveis em pouco tempo. As ações assimétricas, mesmo constituindo ameaças legítimas ao solo pátrio, e que devem ser objeto de esforços defensivos do Estado, não se comparam às reações a que outros Estados estão sujeitos, como acima exposto. (U.S. NAVAL, 2008)

Exercendo a dominância, a marinha norte-americana proporciona ao Estado os meios de força; a cobertura mundial com capacidade de permanência no alto-mar e nos pontos de intervenção; e a possibilidade de operação de contingentes de forças combinadas, com independência em relação a outros Estados quanto a bases de operações, estacionamento de forças, trânsito pelo território ou por águas territoriais, permissões de sobrevôo, etc. Desta forma, pa-

ra George Friedman, a dominância dos oceanos do mundo constitui a pedra fundamental da estratégia nacional norte-americana.(FRIEDMAN, 2007, “The Risk not Taken”§2)⁶

A “presença avançada” é materializada pela estrutura militar de bases e forças espalhada pelo mundo e preparada para intervir tempestivamente em qualquer parte, ou respaldar ações políticas a fim de alterar eventuais *status quo* desfavoráveis.

Muito aquém de ameaças à nação ou a interesses vitais, esses *status quo* desfavoráveis significam opções feitas por Estados, que possam vir a afetar no futuro o posicionamento estratégico e a liberdade de ação dos EUA, e de seus aliados ou parceiros; o estabelecimento de termos da segurança global ou regional; o desenvolvimento de capacidades militares que possam proporcionar hegemonia regional ou ação hostil contra os EUA e seus aliados; e ações de agressão ou coerção alhures, a critério dos norte-americanos. (UNITED STATES OF AMERICA, 2006, p.27§9 a p.28§1)

A capacidade oculta de projeção de poder permite aos EUA exercer a coerção planetária com um mínimo de apoio logístico, beneficiando-se da velocidade, autonomia e capacidade de transportar mísseis *Tomahawk* dos SNA e, principalmente, dos SLMC (U.S. NAVAL DOMINANCE, 2008). Cabe notar que é essa capacidade de projeção oculta dos submarinos, atuando na fase inicial das operações expedicionárias, que permite melhores condições de realizar projeção de poder em maior escala, pelos métodos clássicos.

7.3.6 - Conclusão

Pelos fatos expostos, o Poder Naval dos EUA é o atacante por excelência, no paradigma da Guerra de Litoral. No atual quadro de restrições orçamentárias, contudo, a capacidade de presença avançada tende a se reduzir; a conversão da dominância em efetivo controle das áreas marítimas está se tornando mais difícil, sendo objeto de iniciativas da marinha norte-americana envolvendo marinhas de outros Estados; e a capacidade de projeção de poder parece ser insuficiente e ameaçada pela dificuldade de manutenção do quantitativo necessário de meios navais, dando origem a conceitos como o PGS. A aplicação desse conceito significa, em alguns casos, a conversão da dominância dos mares, não em controle ou presença, mas diretamente em projeção de poder, o que pode trazer perda de flexibilidade política.

⁶ O termo empregado no texto é “Grande Estratégia”

7.4 Análise das Políticas e estratégias de Defesa da República Popular da China (China)

Com a vitória da Revolução Chinesa em 1949, os comunistas tomaram o poder e os nacionalistas, derrotados, se retiraram para a Ilha de Taiwan, de onde Mao Tsé-Tung, agora Chefe de Estado, pretendia desalojá-los em uma campanha planejada para culminar com a invasão da ilha em agosto de 1950. Em junho desse ano, porém, a eclosão da Guerra da Coréia provocou o deslocamento da Sétima Esquadra norte-americana para a área, frustrando os planos chineses e reforçando o compromisso dos EUA com os nacionalistas. A partir daí, Taiwan passou a ser a “província rebelde” para a China, e o “baluarte do Mundo Livre” para os norte-americanos que a protegiam, passando a ameaçar o continente de invasão ou incursões por mar (FITZGERALD, 1964, p.216§4-p.217; COLE, 2007, p. 24§1, 32§ 2 e 33, 14§1). Em decorrência, a China desenvolveu uma estratégia defensiva de negação do uso do mar.

No fim dos anos 1970, após a morte de Mao Tsé-Tung, a China começou sua expansão econômica que a levou a quase três décadas de crescimento acelerado.

Em 1995-1996, um incidente levou a China a uma grave crise com os EUA, mostrando que, se tentasse tomar Taiwan, os EUA interviriam militarmente. Como a reintegração de ilha é um objetivo nacional e sua secessão é inadmissível, a CHINA passou a encarar seriamente a possibilidade de uma guerra com os EUA. (GODWIN, 2007, p.49§1)

7.4.1 – As Políticas de Defesa

A partir de 1998, a China passou a editar um “Livro Branco da Defesa” (LB) a cada dois anos, em que constam aspectos políticos e estratégicos relativos ao país. Deles foram selecionados os seguintes aspectos ameaçadores do contexto político da região Ásia-Pacífico:

- o Japão, em aliança com os EUA, está alterando sua postura militar, começando a se voltar para o exterior, com tentativas de alterar a Constituição nesse sentido;
- a Coréia do Norte contribui para complicar a situação da região, com testes de mísseis estratégicos e desenvolvimento de armas nucleares;
- As alianças militares dos EUA com países da região, em especial o Japão e Taiwan ameaçam a CHINA;
- Os EUA praticam uma política dúbia, reconhecendo a República Popular da China como a única China, mas nunca deixando de fornecer material bélico sofisticado a Taiwan;

- A questão da reintegração de Taiwan à China é claramente um “*casus belli*”. Ela aparece em todos os LB com ênfase e, apesar de todos esses documentos expressarem a intenção de realizar a reunificação pacífica, a oposição à separação da Ilha aparece em alguns deles com tons tão fortes que algumas afirmações têm propósito claramente dissuasório, indicando as condições em que a opção militar será adotada, como nesta citação do LB 2004: (REPUBLIC OF CHINA, 2004, “II. National Defense Policy” §9)

É sagrada responsabilidade de as forças armadas chinesas impedirem as forças de “Independência de Taiwan” de dividir o país [...]. O povo chinês se opõe resolutamente a todas as atividades separatistas sob qualquer manifestação destinada à “Independência de Taiwan”, à interferência estrangeira de qualquer forma, à venda de armas a Taiwan ou a inclusão de Taiwan em alianças militares de qualquer forma por qualquer país no mundo. Nós nunca permitiremos que alguém separe Taiwan da China por quaisquer meios. Se as autoridades de Taiwan forem longe demais, como a imprudente tentativa de fazer a Independência de Taiwan, que constitui um grande incidente, o povo e as forças armadas chinesas vão resoluta e cuidadosamente esmagá-las a qualquer custo.

A política de defesa da China constitui um dos itens dos livros brancos. Nele constam os preceitos comuns às de todos os países (defender a soberania, unidade e coesão) e vários outros, dos quais os apresentados abaixo foram considerados os mais importantes para o presente trabalho, nos seis LB já emitidos:

- A Política de Defesa é declaradamente defensiva (todos os LB);
- A defesa é subordinada ao desenvolvimento (LB 1998); os crescimentos militar e econômico devem ser coordenados (LB 2004);
- o país tem uma pequena, mas efetiva força de contra-ataque nuclear (“*no first use*”) com o propósito de dissuadir ataques nucleares de outros países. Essas armas não serão usadas contra país que não possua armas semelhantes, não serão transportadas para fora da China e serão mantidas no número mínimo necessário;
- O acerto da questão de Taiwan e a completa reunificação da China é o interesse fundamental da nação (todos os LB, com maior ênfase no de 2004);
- O desenvolvimento e o poder da China não constituirão ameaça para qualquer Estado, a China não busca a formação de blocos militares, expansão militar nem hegemonia;
- A China nunca estacionará tropas nem estabelecerá bases militares em outro país;
- A China construirá sua Defesa Nacional de forma independente e autossuficiente (“*self-reliance*”);
- A China acelerará o desenvolvimento da defesa nacional a fim de conseguir sua modernização (LB 2002);

- A China persegue uma estratégia em três estágios para a modernização da Defesa Nacional e das Forças Armadas de acordo com o plano de modernização geral do Estado. Assim, pretende ter os fundamentos básicos estabelecidos em 2010, fazer os maiores progressos por volta de 2020 e atingir a meta de ter todas as Forças Armadas “informatizadas” capazes de vencer guerras de Informação (“*informationized wars*”) em meados do século. (REPUBLIC OF CHINA, 2006, “*II. National Defense Policy*”§2; CHINA’S, 2005. “*Informationized wars*”).

Além do que consta nos LB, cabe acrescentar que a China empreendeu um esforço para reduzir as tensões com os países vizinhos, para concentrar recursos no fortalecimento do Poder Naval, tendo até 2008, firmado acordos para a solução de problemas fronteiriços com 13 países, faltando apenas Butão e Índia (ZAJEC, 2008, §10)⁷, sendo que, com a Índia, outros acordos foram firmados.

Em face do acelerado crescimento econômico, Taiwan, Hong-Kong e Macau foram sendo gradualmente integrados até formarem um grande bloco econômico chinês. Pelo mesmo motivo, o ambiente ao longo das fronteiras melhorou e, na virada do século XX, a China concluiu conversações para demarcação de limites com os vizinhos, realizando também os seguintes atos: (QI, 2006, p.55, alínea A)

- assinou, em 2001, o “Tratado de Cooperação e Amizade” com a Rússia, estabelecendo, além da demarcação da fronteira de 4.300 Km, a cooperação contra a hegemonia dos EUA, na venda de armas e transferência de tecnologias e na ação contra o islamismo radical. (COHEN, 2001). O tratado foi firmado quatro dias depois do que criou a Organização para a Cooperação de Xangai (“*Shanghai Cooperation Organization*” – SCO) (SCHEINESON, 2009)⁸, em que os dois países são os principais participantes;

- em 2002, no Encontro de Pnom Penh, entre as lideranças da Subregião do Grande Mekong (“*Greater Mekong Subregion*⁹ *Senior Officials’ Meeting*”) e da Associação de Nações do Sudeste da Ásia (“*Association of Southeast Asian Nations*” – ASEAN¹⁰), a China adotou, em relação à ASEAN uma política conciliatória procurando eliminar a teoria profundamente enrai-

⁷ Os acordos foram firmados com Afeganistão, Mianmar, Butão, Coréia do Norte, Rússia, Mongólia, Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Paquistão, Nepal, Laos e Vietnã

⁸ A SCO teve origem em um mecanismo criado em 1996 para construção de confiança a fim de solucionar problemas fronteiriços, basicamente desmilitarizando a fronteira entre a China e a antiga URSS. Adotou o atual nome em 2001 e expandiu suas atividades para cooperação militar, intercâmbio de Inteligência e Contra-Terrorismo. Congrega China, Rússia, Cazaquistão, Quirguizistão, Tadjiquistão e Uzbequistão; e tem como observadores a Mongólia, o Irã, o Paquistão e a Índia.

⁹ Composta por Cambódia, Laos, Mianmar, Tailândia, Vietnã, a província chinesa de Yunan e a Região Autônoma chinesa de Guangxi Zhuang

¹⁰ Composta por Brunei, Cambódia, Indonésia, Laos, Malásia, Mianmar, Filipinas, Singapura, Tailândia e Vietnã.

zada de ameaça chinesa: garantiu que seu desenvolvimento econômico não iria desestabilizar o ambiente periférico e publicou uma declaração pela qual evitaria conflitos sobre a soberania das Ilhas Spratly;

- em 2003, China e Índia assinaram a “Declaração de Princípios para Relações de Cooperação Abrangentes”. No mesmo ano suas marinhas realizaram exercícios conjuntos e a China, aderindo à diplomacia multilateral, firmou, com o Paquistão, a “Declaração Conjunta de Cooperação Bilateral”;

- em 2003, no Forum Ministerial da ASEAN e de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico, a China formalmente aderiu ao Tratado de Amizade e Cooperação no Sudeste da Ásia. Além disso, assinou, com a ASEAN, um acordo comercial e iniciou um diálogo relativo a segurança e cooperação.

O LB de 2004 registra, nesse aspecto, a atuação benéfica das várias organizações multilaterais, principalmente a SCO, que completara sua estruturação e expandia sua atuação nos campos político, de segurança, econômico e humanitário.

A participação, desde fins de 2008, de navios chineses na força internacional de repressão à pirataria na região do Chifre da África consiste no aproveitamento estratégico e político de uma oportunidade – a de realizar projeção de poder à maior distância de seus portos em seiscentos anos. Além disso, é quase obrigatório demonstrar o interesse do país pela segurança do tráfego marítimo, de que sua economia é dependente, principalmente após navios chineses terem sido atacados. (BARROWCLOUGH, 2008)

7.4.2 – As Estratégias de Defesa

No contexto estratégico terrestre, as atividades realizadas entre 2004 e 2009 disseram respeito basicamente a exercícios (antiterrorismo e outros) realizados no âmbito da SCO, em que a China e a Rússia procuram reduzir a influência norte-americana na Ásia Central. (MILITARY BALANCE, 2004, p.161§5; MILITARY BALANCE, 2005, p.260§3)

Xu Qi (2006, p.56 alínea B; McDEVITT, 2007, p.364§ 3) considera que os fatores de incerteza no ambiente de segurança chinês se concentram no contexto marítimo, onde há uma concentração de poder estratégico e de onde vêm os benefícios do crescimento econômico, mas também as ameaças.

- Mar da China Oriental – conflitos com o Japão e a Coréia do Sul, devidos a atividades pesqueiras, com negociações já estabelecidas e apenas com o Japão sobre jazidas de petróleo; (COLE, 2007, p. 30§ 2)

- Ilhas Diaoyu (Senkaku para os japoneses) – conflitos com o Japão por sua posse. São desabitadas, mas tem valor simbólico e econômico, por se situarem na plataforma continental chinesa e haver indícios de petróleo na área; (COLE, 2007, p. 30§ 3 a 5)

- Mar da China Meridional – Este mar contém diversas situações conflituosas e complexas envolvendo as ilhas Paracel, Spratly, Natuna e outras, que são objeto de disputa (elas próprias ou as áreas adjacentes) por parte da China, Malásia, Vietnam, Taiwan, Brunei, Indonésia e Filipinas, em virtude da existência de ricos recursos pesqueiros e, possivelmente, grandes depósitos de gás, petróleo e manganês, mas há acordos e procedimentos de negociação em andamento entre as partes.

A área é sensível em face da passagem das linhas de comunicações marítimas (LCM) que vêm do Estreito de Malaca, transportando mais da metade do tráfego marítimo mundial, dois terços do comércio mundial de gás natural e grande parte do petróleo oriundo do oriente Médio; (COLE, 2007, p. 31)

- Índia – Os petroleiros que trazem petróleo do Oriente Médio para a China passam perto da Índia, e Beijing procura aumentar sua presença naval e influência nos países da região, criando estruturas que permitam prover segurança a essas LCM. Essa estratégia inquieta a Índia, o que é agravado pelo apoio militar e econômico da China ao Paquistão, seu adversário potencial. (COLE, 2007. p.33)¹¹ A Índia melhorou as relações com a China, mas está intensificando sua preponderância militar no Índico e estendendo sua ação estratégica ao Mar do Sul da China; (QI, 2006, p. 57§2)

- a presença naval dominante dos EUA na região Ásia-pacífico – problema que, para os estrategistas chineses, se sobrepõe a todos os outros e é a principal motivação para a modernização da Marinha. (COLE, 2007. p.34§5) Para Xu Qi: (2006, p.57§1)

Os EUA posicionaram poderosas forças no Pacífico Ocidental, formando um sistema de bases militares nas duas cadeias de ilhas com uma postura estratégica envolvente, tendo o Japão e a Coreia do Sul como “âncoras” ao norte, a Austrália e as Filipinas como “âncoras” ao Sul e Guam como base avançada.

- o litoral chinês é um objetivo de defesa da mais alta importância. Sua faixa terrestre contém a maior parte da população e as “Zonas Econômicas Especiais”, onde se pratica a economia de mercado, motores do invejável crescimento econômico (COLE, 2007. p.25§7; MAGNOLI, 2001, p. 224); e, na faixa marítima, contém diversos recursos, como os hidratos

¹¹ Embora Cole não mencione, trata-se da estratégia chinesa do “Colar de Pérolas”, comentada mais adiante.

de metano ¹², cujas reservas são vastas e, nos últimos anos, o país se tornou um pólo mundial no desenvolvimento de seu aproveitamento energético; (QI, 2006, p.59§3)

- Taywan – apesar da pressão dos EUA, a China não renuncia à opção militar para assegurar a reintegração da “província rebelde”, chocando-se com a política norte-americana, que alega reconhecer o governo de Beijing como a única China, mas sob o entendimento de que a questão de Taiwan seria resolvida pacificamente. (COLE, 2007, p. 24§1, 32§ 2 e 33, 14§1). A China vem se preparando para esse conflito, sendo que o LB 2004 registra que, mesmo continuando a dar importância ao Exército, será dada prioridade ao desenvolvimento da Marinha, da Força Aérea e à Força de Mísseis Estratégicos, a fim de reforçar as capacidades de adquirir o comando do mar, o “comando do ar” e a capacidade de conduzir contra-ataques estratégicos; (REPUBLIC OF CHINA.2004, “III. Revolution in Military Affairs with Chinese characteristics”, “Strengthening the Navy, Air Force and Second Artillery Force”).¹³

- LCM além dos mares da China – 85% a 90% do comércio exterior chinês é feito por mar, aí incluindo mais de 40% das necessidades de petróleo, e esse tráfego passa por vários pontos focais sobre os quais a marinha da China não tem qualquer controle e que podem ser fechados pelos EUA em caso de conflito, como os estreitos de Bab-el-Mandeb, Ormuz, Luzon, Tsushima, Marianas (COLE, 2007. p.32§4 e 5) e Malaca. Trata-se de um problema que está sendo levado em conta na expansão marítima e naval da China.

A crise de 1995-1996 foi determinante para que a modernização das forças armadas, iniciada nos anos 1980, adquirisse grande ênfase, incluindo, além do simples aumento de capacidades militares, a adoção de conceitos da Revolução nos Assuntos Militares, como a integração por redes, a construção do apoio de satélites às forças armadas (de vigilância, navegação e comunicações) e o desenvolvimento de sistemas de alta tecnologia, (FISHER Jr., 2007. p.139§2), alguns especialmente importantes para um conflito com os EUA, cabendo destacar dois deles por serem considerados “*disruptive*”, ou seja, capazes de anular ou reduzir consideravelmente uma superioridade estratégica norte-americana: um sistema destruidor de satélites, cuja operacionalidade foi anunciada pela China em 2007 (BOESE, 2007), e os mísseis balísticos antinavio, desenvolvimento pioneiro e realizado apenas pela China, com alcance de pelo menos 900 milhas e capazes de avariar os porta-aviões no mar. Trata-se de um sistema ideali-

¹² Trata-se de um minério (gás metano cristalizado) que ocorre no subsolo marinho em alguns locais da Terra e proporciona bom rendimento energético.

¹³ A “Força da Segunda Artilharia” é a força armada encarregada de operar mísseis estratégicos, nucleares ou convencionais.

zado especificamente para neutralizar a maior capacidade de projeção de poder da marinha dos EUA, e potencialmente capaz de fazê-lo. (PHILLIPS, 2010)

Quanto ao problema da dificuldade de proteção às LCM, a China vem seguindo, nos últimos anos, uma estratégia sutil para atenuá-lo, pela qual os órgãos do governo chinês e seu Poder Naval vêm exercendo progressivamente maior influência nos Estados do Pacífico sul-Occidental (COLE, 2007, p.27§2 e 3; p.32§4 e 5; p.36§2 a p.37§2) e do Oceano Índico.

Isto se deve ao fato de a LCM mais importante para a China ser a que liga seus portos ao Golfo Pérsico e permite o suprimento de grande parte de suas necessidades de petróleo, aspecto crucial em todos os aspectos. (QI, 2006, p.59§3)¹⁴ A estratégia em lide tira partido da grande disponibilidade de recursos financeiros da China e consiste em estabelecer relações e realizar certos investimentos em Estados situados nas imediações da LCM, dando melhores condições de controlá-la e complementá-la com oleodutos.

Tais oleodutos partiriam de dois desses pontos (Gwadar, no Paquistão e Kyaukphyu, em Mianmar), (KUMAR, 2009, p. 14§6) e em todos eles a marinha chinesa teria pontos de apoio para proteger a LCM com maior eficiência. Tais medidas tem aumentado a presença de suas forças navais no Índico, alarmando os EUA e a Índia.

Essa estratégia, identificada e batizada pelos EUA de “Colar de Pérolas” (fig. 7.4.1), foi objeto de um relatório enviado em 2005 ao Congresso norte-americano, que a classificou como “capaz de produzir uma possibilidade de conflito entre as duas nações”. As pérolas do colar são os investimentos realizados e os pontos onde o foram, entre os quais, os seguintes:

- melhoramentos nas instalações militares na ilha de Hai-Nam (sul da China);
- melhoramentos no aeródromo da ilha Woody, no arquipélago das Parcel, próximo ao Vietnam;
- construção de facilidades para operação de contêineres em Chittagong, Bangladesh;
- construção do porto de Hambantota, no Sri Lanka;
- construção de um porto de águas profundas em Sittwe, Mianmar; e
- construção do grande porto de Gwadar, no Paquistão – provavelmente a pérola mais preciosa – é importante para esse país por ficar mais distante da Índia que o principal porto atual, Karachi, que já foi bloqueado por aquele país e é bem próximo ao Golfo Pérsico (o que atemoriza a Índia, pois uma força naval chinesa aí estacionada poderia cortar sua LCM de petróleo).

¹⁴ Em 2020, a China estará importando 75% de suas necessidades de petróleo.

Outra pérola importante seria o canal de Kra, na Tailândia, cortando o Istmo de mesmo nome, ligando o Oceano Índico ao Mar da China Meridional e eliminando a Passagem pelo Estreito de Malaca, o que reduziria sua importância (e ameaça em caso de conflito) como área focal. O projeto, contudo, encontrou resistência nos países limítrofes do estreito – Indonésia, Malásia e Cingapura. (PEHRSON, 2006, p.3)

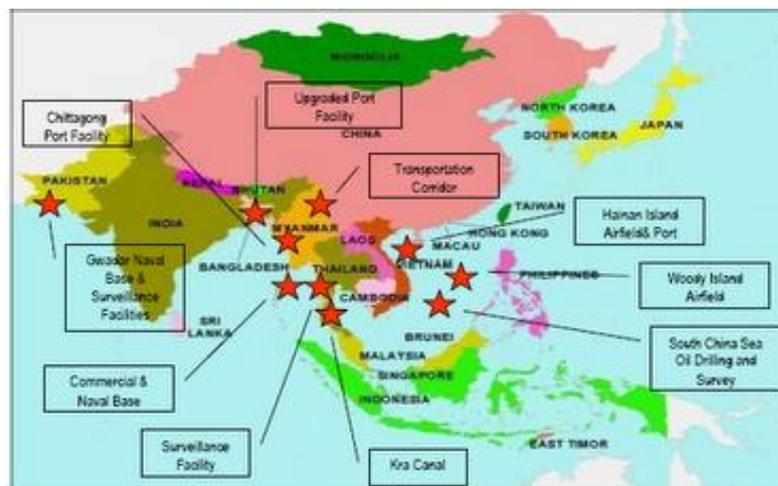


Fig. 7.4.1 – O “Colar de Pérolas” (CHINA, 2007)

Além dos objetivos estratégicos acima citados, todos defensivos, os interesses marítimos da China certamente motivarão a expansão de sua influência e de seu poder naval. Um dos interesses mais importantes talvez seja o de dedicar-se à exploração mineral de outras regiões da Área, o “espaço internacional marítimo”, além da concessão que já explora no Pacífico, cujos direitos obteve junto à ISBA (órgão especializado da ONU) em 1991, já que tem interesse em todo o espaço oceânico mundial. (Qi, 2006, p.62)

7.4.3 – Estratégias Navais

A Estratégia Naval na Ásia oriental é muito condicionada por fatores geográficos, e a China tem que considerar os seguintes (fig. 7.4.2):

- o Mar Amarelo, o mais setentrional dos mares da China, é muito raso – profundidade média de 50 metros, chegando a 100m próximo à península coreana; (FISHER, 2005, “China Possible SSBN Bastion Strategy”§2)
- As outras partes do litoral chinês, confrontantes com os mares da China Oriental e Meridional também são rasas, embora não tanto como no norte. A plataforma continental é de cerca de 200 milhas, tendo sua menor largura no estreito de Taiwan, com cerca de 110 milhas (cerca de 205 km) e profundidade oscilando em torno de 110 metros. A ilha se situa na borda

da plataforma continental, por isso as profundidades aumentam abruptamente em sua costa leste. (ENCYCLOPAEDIA, 2011)

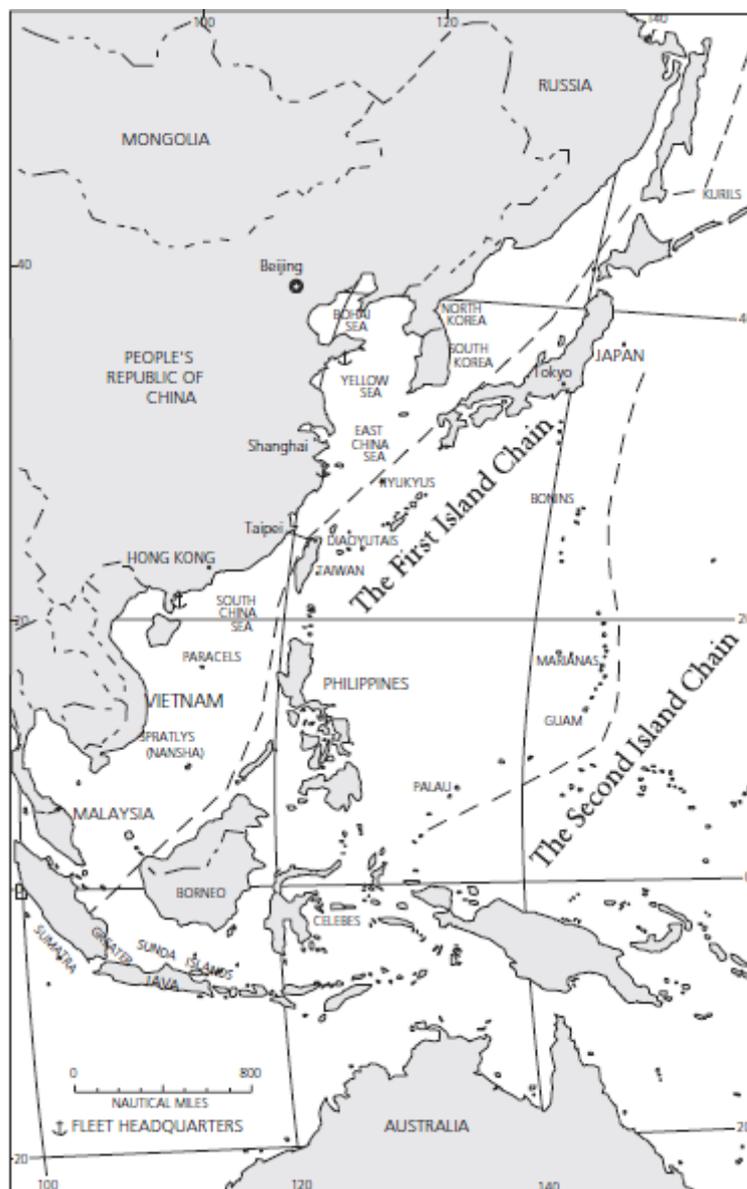


Fig. 7.4.2 – Primeira e segunda cadeias de ilhas (QI, 2006, p. 57)

- o litoral é confrontado pela “primeira cadeia de ilhas”, formada pelas Kurilas, Japão, Ryukyu, Taywan, Filipinas, Bornéu e Natuna Besar. (COLE, 2007. p.26§3). Esta cadeia, por onde há poucos pontos de profundidade maior que 37 metros (vinte braças), pode ser aproveitada pela marinha chinesa, desde que tenha os meios adequados, como uma barreira defensiva, restringindo a entrada nas águas internas de um poder naval adversário que venha do leste. Por outro lado, permite a um poder naval adversário, pelo lado de fora, restringir a passagem para leste do poder naval chinês.

Essa “primeira cadeia de ilhas” faz com que a China tenha diante de seu território, dois mares fechados, o Mar Amarelo/Mar da China Oriental e o Mar da China Meridional, bem como acesso, pelo Estreito da Coreia, a um terceiro mar, também fechado, o Mar do Japão (entre as Ilhas Nipônicas e o continente); (PATTON, 2007, p. 278§1 e 2) e

- Existe, mais afastada, uma segunda cadeia de ilhas (fig. 1) - a que vai do Japão para o Sul até as ilhas Bonin e Marianas (incluindo Guam) e termina nas Ilhas Palau. (ERICKSON; GOLDSTEIN, 2007, p.192§2)

O pensamento estratégico naval da China está em seu terceiro momento. Logo após a Revolução Chinesa, foi adotada a “Defesa Costeira” (“*Coastal Defense*”), estratégia defensiva baseada na “Nova Escola” soviética (COLE, 2007, p. 23§3; FRIEDMAN, 2000, p.129-130) dos anos 1920, que consistia unicamente em negar o uso do mar nas áreas adjacentes à costa, por meio de unidades rápidas de superfície, aviação e submarinos, (GOLDSTEIN; MURRAY, 2004, “Little Brother”§3) e era voltada contra a ameaça de invasão ou incursões pelos nacionalistas de Taiwan com apoio norte-americano. (ENCICLOPÉDIA, 1999, p.198§24)

O segundo momento ocorreu no início dos anos 1980, quando foi desenvolvida a estratégia da “Defesa ao Largo” (“*Offshore Defense*”). Sua premissa consistia no fato de a estratégia anterior, unicamente de negação do uso do mar próximo à costa, não mais atender às necessidades da nação, então em início de crescimento. Esse fato tornava necessário proteger a faixa costeira onde se desenvolvia a florescente economia, não exatamente contra invasões, mas contra quaisquer ataques vindos do mar, e o próprio mar adjacente, onde o comércio marítimo era cada vez mais importante, aspectos que recomendavam medidas de controle de área marítima.

Essa estratégia, idealizada pelo Almirante Liu Huaqing, implicaria um aumento de nível da marinha, pois seria realizada por forças não mais apenas costeiras, dotadas do necessário apoio logístico, e divididas em grupamentos navais que cumpririam três tarefas: 1ª - defesa “encarniçada” junto à costa (“*stubborn defense near the shore*”); 2ª - “condução móvel da guerra no mar” (“*mobile warfare at sea*”) e 3ª - ataques de surpresa “tipo guerrilha” no mar (“*surprise guerrilla-like attacks at sea*”).

Nesse esquema, a primeira zona era o núcleo da defesa estratégica e coincidia com a faixa limitada pela primeira cadeia de ilhas (a cerca de 200 milhas da costa). A partir dela, a defesa estratégica naval seria expandida de acordo com as exigências do interesse nacional e a capacidade de oposição ao inimigo – na segunda zona, até cerca de 1800 a 2000 milhas, coincidindo aproximadamente com a segunda cadeia. (Qi, 2006, p.61§1)

Trata-se de uma concepção típica de um país continental, pois tem o território como referência para defesa em profundidade, e consistia numa adaptação às cadeias de ilhas, da doutrina soviética das “Zonas de Defesa”, então empregada, que definia tarefas por faixas de distância a partir da costa da seguinte maneira: da costa até certa distância seria considerada a “área de controle” (“*area of sea control*”), onde procurar-se-ia realizar o controle de área marítima com o maior rigor possível; por fora dela, ficaria a “área de negação” (“*area of sea denial*”), onde se procuraria negar o uso do mar às unidades navais inimigas, e além dela, ficaria a ampla área onde seria realizado o esclarecimento de longo alcance e a interceptação (interdição) de unidades inimigas por submarinos. (COLE, 2007, p. 26§ 3 a 27§1)

O atual momento da evolução estratégica naval chinesa foi provocado pela intervenção naval dos EUA na crise de Taiwan, em 1995-96, que ressaltou a grande dissimetria entre seus poderes navais.

Após esse episódio, a visão estratégica da China se expandiu além do contexto dominado pela defesa de costa e da faixa marítima litorânea e passou a buscar a expansão do Poder Naval nas grandes extensões, o que guarda certa analogia com o que ocorreu com os soviéticos após a crise dos mísseis de Cuba em 1962. (COLE, 2007, p. 25§6, 27§2 e 3 e 28§2) A nova estratégia passou a orientar a campanha de modernização da força naval iniciada no “segundo momento”, mas agora intensificada, e também a da força aérea e a da força de mísseis.

Essa nova estratégia compreende as seguintes ações: (COLE, 2007, p. 35§2 e 3; GODWIN, 2007, p. 49§2; QI, 2006, p.61§2)

- a defesa das demandas nos mares da China;
- a preparação das operações contra Taiwan;
- Manter um a força de dissuasão estratégica;
- proteger as LCM vitais.

As demandas chinesas já constaram da apresentação do contexto estratégico e não exigem maior apreciação, e a força de dissuasão estratégica, será apenas mencionada, mais adiante.

Quanto à tomada de Taiwan, McDevitt acredita que a melhor opção da China – e que provavelmente está norteando a preparação das forças (McDEVITT, 2007, p.367) – seria uma variação atualizada da já comentada estratégia soviética dos anos 1980, implementada por meio de uma operação conjunta da marinha, força aérea e força de mísseis, procurando estabelecer o Controle da área marítima aquém da primeira cadeia de ilhas (incluindo o Mar do Sul da China e o Mar do Leste da China) e a negação do uso do mar além de Taiwan (que é

uma das ilhas da primeira cadeia), nas rotas de aproximação à China no oceano aberto, com meios navais (basicamente submarinos, nos dois lados dessa cadeia), aéreos e de mísseis lançados de terra e com superioridade ou supremacia aérea no espaço aéreo sobrejacente.

Os numerosos submarinos convencionais e as aeronaves portadoras de mísseis antinavio engajariam as aeronaves, navios e submarinos inimigos nessas áreas, enquanto as aeronaves da força aérea e mais os navios dotados de sistemas antiaéreos de longo alcance (SAUNDERS, 2007, p.122 e 124)¹⁵ impediriam a superioridade aérea do inimigo e a conquistariam, inviabilizando, inclusive o emprego da aviação AS dos EUA e de Taiwan, em proveito dos submarinos, tudo isso permitindo o envio da força de desembarque para a ilha, que fica apenas a 110 milhas da costa.

Os SNA, pouco numerosos (SAUNDERS, 2007, p.117), bem como os mísseis de longo alcance lançados de terra, especialmente os balísticos, seriam empregados contra alvos norte-americanos de alto valor no oceano aberto, os primeiros, próximo a suas bases no Pacífico e nos acessos ao teatro de operações, buscando os NAe enviados de outras regiões para reforço, como a marinha dos EUA fez na crise de 1996. (McDEVITT, 2007, p.368)

Esta estratégia emprega o mesmo dispositivo geográfico defensivo da “Defesa ao Largo” antiga, apesar de ter o propósito ofensivo de tomar Taiwan, o que mostra que, para esse fim, a tarefa decorrente da crise de Taiwan não alterou a disposição geral das forças, embora possa ter produzido alterações quantitativas e qualitativas.

Apointa-se como imprescindível para a implementação de tal linha de ação a disponibilidade de uma eficaz vigilância oceânica e aérea a fim de indicar os alvos para as armas do dispositivo citado, principalmente porque a força é baseada em SC que, com sua limitação de velocidade, devem ser bem posicionados no caminho do inimigo.

A proteção às LCM é um problema agravado pela ameaça de guerra com os EUA, que implica a prioridade à preparação das forças navais com foco nos mares da China, em detrimento de sua expansão acompanhando o comércio marítimo do país, que continua crescendo. A estratégia do Colar de Pérolas atenua o problema para a rota do petróleo, mas ainda é o início de um processo.

Para Xu Qi, a “Defesa ao Largo”, utilizável como visto, para fins da conquista de Taiwan, representa a opção pela Defesa imediata da China, mas a estratégia mais ampla que o país também está implementando, na medida do possível, é a “Defesa no Oceano Aberto” (“O-

¹⁵ McDevitt se refere especificamente às duas classes de contratorpedeiros, 051C e 052C, equipados com radares e mísseis antiaéreos de longo alcance.

pen Ocean-Area Defense”), que consiste na extensão, a longo prazo, da defesa atual em várias dimensões.

A dimensão tecnológica está constando do programa de modernização, com a adoção das atuais concepções tecnológicas da guerra no espaço e no espaço cibernético; a dimensão geográfica, constará da capacitação ao combate no oceano aberto, além das cadeias de ilhas, para o que se estuda, há algum tempo, a obtenção de aviação embarcada de asa fixa, para o que, um porta-aviões não completamente construído, foi comprado à Ucrânia em 2001 (SAUNDERS, 2007. p. 122) e até uma aeronave já foi planejada, o J-10 (ERICKSON: WILSON, 2007, p.238§2); as dimensões temporal e geográfica mais ampla constarão da expansão das atividades marítimas para atendimento de seus interesses tanto de manutenção de rotas abertas para o comércio marítimo, como de exploração dos fundos marinhos, o que já faz na concessão que possui no Pacífico, retirando nódulos metálicos, mas que pretende ampliar, competindo com os demais países para a exploração das áreas marítimas não cobertas por jurisdições nacionais. (QI, 2006, p.61§2 a p. 63)

7.4.4 – A China e os Submarinos

As condições geográficas dos mares da China são propícias ao emprego de SC, não só em virtude da pequena profundidade das águas costeiras, como também dos pouco numerosos acessos às áreas externas proporcionados pela primeira cadeia de ilhas e das pequenas distâncias das bases até as prováveis áreas de operações – Taiwan, por exemplo, a cerca de 110 milhas da costa, permite o acesso a áreas de patrulha em torno dela em pouco tempo, assim como ao Estreito de Taiwan e seu precioso tráfego marítimo, e mesmo a áreas externas à primeira cadeia de ilhas. (MURRAY, 2007, p. 68§1)¹⁶

Assim, no dispositivo estratégico chinês para a eventual tomada de Taiwan, segundo McDevitt, os SC, em grande número, serão atores dos mais importantes na negação do uso do mar aos navios e submarinos inimigos nas proximidades da ilha, e os SNA constituirão o braço ofensivo, que, tirando partido de sua velocidade e apoio de esclarecimento aéreo e por satélites, buscará e engajará as forças inimigas no oceano aberto, nas proximidades de suas bases e nas áreas focais de acesso ao teatro de operações. Aponta-se, porém, que esse esquema seria mais eficiente se a China dispusesse de maior número de SNA. (GODWIN, 2007, p.53-56)

¹⁶ Quatro ou cinco dias, se navegando mergulhado a quatro nós, ou um dia e meio, na superfície, a quinze nós, a partir dos portos mais próximos no continente.

A modernização das forças armadas foi intensificada após 1995 com forte ênfase à ampliação da capacidade submarina – entre 1994 e 2009 foram incorporados 30 desses meios, sendo dois SNA (da classe *Shang* – “tipo 93” – prevendo-se a construção de mais três unidades), um SLMB (da classe *Jin* – “tipo 94” – mais três serão construídos) (SAUNDERS, 2007, p.116 e 117) e 27 SC, 12 da classe *Kilo*, russos, 13 da classe *Song*, e 2 da classe *Yuan*, as duas últimas, de projeto e construção chinesa.

Os SNA da classe *Shang* constituem a segunda tentativa de desenvolver tais meios na China, agora com ajuda russa, e são comparáveis à classe *Victor III*, desse país – o primeiro a surpreender os ocidentais pelo baixo nível de ruído. ⁽¹⁷⁾ A primeira tentativa resultou nas quatro unidades da classe *Han*, construídos entre 1977 e 1990 sem auxílio externo, dos quais três ainda estão em serviço, mas são considerados ruidosos, e estima-se que sejam desativados à medida que novos SNA entrem em serviço, mantendo-se a dotação de 5 SNA. Há a possibilidade de a construção da Classe *Shang* (tipo 93) seja descontinuada, construindo-se unidades de uma classe mais moderna (tipo 95), sobre a qual não há maiores dados. (SUBMARINES, 2012, “*Shang 407 Long March 7*”)

O SLMB da classe *Jin* (tipo 94) também constitui uma segunda tentativa, e espera-se que seja de boa qualidade, pois consiste em uma extensão do SNA classe *Shang*, com uma seção que abriga 12 tubos (FISHER, 2005, Tópico “China’s Submarine Build-up”) para mísseis XL-2, de 8000 Km de alcance. (ERICKSON; GOLDSTEIN, 2007, p.197§1 e 2) A primeira tentativa resultou no único SLMB da classe *Xia*, considerado ruidoso (MURRAY, 2007, p. 64§2) e ainda em serviço, que possui 12 tubos, para mísseis XL-1, de 2700 km de alcance. Com a entrada em serviço das 4 unidades da classe *Jin* até 2014, os SLMB somarão 5 unidades. (SAUNDERS, 2007, p.116 e 117)

Quanto aos SC modernos, os da classe *Kilo* foram construídos entre 1995 e 2005, os da classe *Song*, construídos na China entre 1994 e 2004, e os da nova classe *Yuan*, lançados ao mar em 2004 e 2007. Dos mais antigos, ainda existem sete da classe *Romeo*, de projeto russo, construídos nos anos 1960 e 19 da classe *Ming*, construídos em vários lotes a partir dos anos 1970, totalizando 53 SC.

Os *Han*, *Ming* e *Romeo* foram modernizados. (SAUNDERS, 2007, p. 116 a 121)

Cabe destacar que os SC da classe *Kilo* lançam torpedos e os mísseis russos SS-N-27B (“*Klub*”), com cerca de cem milhas de alcance, tipo que tem aparecido na literatura como “míssil de cruzeiro antinavio” (“*Antiship Cruise Missile*” – ASCM). Tais mísseis podem ser

¹⁷ FISHER, 2007, p. 137 tabela 1, x§2, xi§3 e 91§ 3 a 92§2; SAUNDERS, 2007, p.117. Foram construídos entre 1978 e 1992.

empregados contra submarinos e alvos de superfície, dependendo da versão e são eficazes mesmo contra grupos de batalha nucleados em navios-aeródromos; os demais SC podem lançar torpedos e mísseis chineses menores, comparáveis aos *Exocet* SM39. Sobre os SNA há poucas informações, mas sabe-se que podem lançar torpedos e mísseis, como todos os submarinos modernos (ERICKSON; GOLDSTEIN, 2007, p.9§1 e 50§1 e SAUNDERS 2007, p. 116 a p.121)

7.4.5 – Apreciações

A evolução das estratégias navais da China dá idéia de que as ações necessárias a contra-arrestar suas ameaças levaram as forças navais a atuarem a cada vez maior distância da costa. Assim, tivemos a “Defesa Costeira” (“*Coastal Defense*”), quando a ameaça era de invasão ou incursões, e a idéia era combatê-las nessa faixa marítima. Após essa concepção, tivemos a “Defesa ao Largo” (“*Offshore Defense*”) dos anos 1980, quando os objetos de defesa considerados passaram a ser mais amplos, e agora temos a Defesa ao Largo coexistindo com a “Defesa no Oceano Aberto” (“*Open Ocean-Area Defense*”), esta correspondendo ao combate em oceano aberto e à expansão da marinha, acompanhando o crescimento econômico do país e, conseqüentemente, de seus interesses marítimos.

Não se deve esquecer que a defesa do litoral pode ser considerada o “núcleo duro” da Estratégia Naval chinesa por si só, dada a relevância econômica e social das faixas marítima e terrestre, a qual foi acentuada com a possibilidade de guerra com os EUA, mas a “Defesa no Oceano Aberto” continua sendo uma meta, e nela se insere a antiga idéia de dispor de aviação de asa fixa embarcada, ou seja, de possuir NAe no inventário.

Já nos anos 1980, o idealizador da Defesa ao Largo (Almirante Liu Huaqing), defendia essa idéia, prevendo que a Marinha deveria se expandir e controlar as vastas extensões oceânicas como um interesse vital do país, quando fosse possível fazê-lo apesar da presença naval norte-americana e japonesa. (ERICSSON; GOLDSTEIN, 2007, p.255§2; COLE, 2007, p.27§2)

Nesse contexto, a meta final da marinha, que sempre teve as cadeias de ilhas como medida de desempenho (“*benchmarks*”) seria a capacidade de “realizar um misto de negação do mar, negação de área e vários graus de projeção de poder dentro e fora das cadeias de ilhas.”. (ERICSSON; GOLDSTEIN, 2007, p.233§1) Ocorre que a falta de porta-aviões também implica a deficiência em cobertura aérea das forças navais, o que restringe suas opera-

ções longe do território, enquanto não dispuser de um sistema de defesa de área capaz de proteger um ou dois grupamentos de navios. (GODWIN, 2007, p. 49§3)

Assim, um ou mais porta-aviões seriam especialmente úteis, capitaneando grupamentos-tarefa, controlando áreas marítimas e projetando poder para defender LCM, especialmente as de petróleo, na região do Estreito de Malaca e no Oceano Índico, e empregando a capacidade combativa para operações de ataque em “linhas exteriores” (JOMINI, 1838, p.120§3)¹⁸ no oceano aberto, “a fim de manter o necessário escudo para o desenvolvimento a longo prazo dos interesses nacionais.” (ERICSSON; GOLDSTEIN, 2007, p.246§4 e 1)

Pode-se mesmo dizer que a estratégia do “Colar de Pérolas” é mais necessária em virtude da falta dessa capacidade, mas nos termos atuais, em que o “núcleo duro” está no topo da agenda, a negação do uso do mar é mais importante que o controle e a projeção de poder. Assim, a Defesa ao Largo suplanta a Defesa no Oceano aberto e os submarinos têm prioridade em esforços e recursos sobre os porta-aviões que, estudados desde os anos 1980, ainda estão longe de se materializarem, uma situação oposta à da Índia. (ERICSSON; GOLDSTEIN, 2007, p.231§3)

7.4.6 - Conclusão

Até a crise de Taiwan, a postura chinesa já era tipicamente de atacado, no paradigma da guerra de litoral, mas era genérica, com algum destaque para a oposição à marinha dos EUA, pelos antecedentes históricos e por ser ela a mais poderosa presente à região. Após a crise, ela se tornou específica contra esse poder naval, com a adoção de medidas rigorosas de preparação para o conflito, caracterizando uma postura de atacado única, pelos sistemas militares desenvolvidos especificamente para tal condição.

Beijing, contudo, continua envidando esforços para que tal reintegração seja realizada por meios pacíficos, porque tem mais a ganhar com as condições atuais, que já proporcionaram três décadas de crescimento econômico acelerado.

A par disso, a Política de Defesa chinesa não descarta do crescimento gradual de seu poder naval em outras capacidades, acompanhando o crescimento do País, estendendo sua influência na Ásia Sul-Oriental com vistas à proteção de suas LCM e, mais recentemente, no Norte do Índico, com a Estratégia do “Colar de Pérolas”, tudo sendo feito com muita atenção,

¹⁸ Conceito jominiano que significa a capacidade de atacar ou abrir frentes em qualquer ponto que escolher, detida por quem tem a possibilidade de se movimentar pela periferia do teatro de operações - aplicável aos poderes navais de grande raio de ação e com capacidade de projeção de poder.

para não prejudicar sua imagem pacifista na região, o que não impede que os EUA considerem a situação potencialmente ameaçadora por suporem que a China pode, no futuro, abandonar sua postura e pleitear a primazia regional contestando a liderança norte-americana na área. (PEHRSON, 2006, p.8§1)¹⁹

Todas as facetas das estratégias chinesas podem envolver o emprego de submarinos, sendo que o litoral, com as excelentes condições para emprego de SC que tem, sempre contribuirá para que eles existam em grande número no inventário da Marinha, enquanto forem necessárias estratégias defensivas como atualmente. Os SNA, por sua vez, provavelmente terão seu número bastante expandido, tanto enquanto existir a atual hipótese de conflito com os EUA por Taiwan, como na medida que crescerem os interesses marítimos, principalmente se a China mantiver a intenção declarada de não estabelecer bases no estrangeiro, dado o raio de ação ilimitado desses meios.

No que toca ao desenvolvimento da marinha chinesa, pode-se dizer que A Defesa ao Largo pode estar melhorando-a tecnologicamente, mas está atrasando seu progresso em termos de “marinha de água azul”, e isso pode tornar seu crescente poder marítimo vulnerável a pressões em locais distantes, com possíveis prejuízos políticos para o país.

¹⁹ “The question implicit in the “String of Pearls” is whether a rising China will continue to cede security guarantees to the United States or if China one day will make a bid for regional primacy.”

7.5 Análise das Políticas e Estratégias de Defesa do Japão

Em 1947 entrou em vigor a atual Constituição, elaborada sob a ocupação dos EUA, extremamente restritiva quanto ao emprego da força pelo Estado, o que atendeu ao forte pacifismo da população decorrente da derrota na Segunda Guerra Mundial. Com a Guerra Fria (1947-1991) e a Guerra da Coreia (1950-1953), contudo, a visão norte-americana mudou e o Japão tornou-se baluarte do anticomunismo no Extremo Oriente. Os EUA, inclusive, empregaram na Coreia a força japonesa de varredura de minas, parcela da Marinha Imperial que havia sido conservada e tinha experiência recente. (WOOLEY; WOOLEY, 1996, p.65§4; HUGHES, 2009, p.23§2)

Em 1951, firmou-se o primeiro Tratado de Segurança Japão-EUA, que previa a manutenção de forças estadunidenses no País, mas esperando que o Japão assumisse, com o tempo, a responsabilidade por sua própria defesa. (NIKSCH, 1983, p.60§4)

Em 1954 foram criadas as “Forças Japonesas de Auto-Defesa” (“*Japanese Self-Defense Force*” – JSDF), (NIKSCH, 1983, p.59§5 a p.60§2) sucedâneas das forças armadas e, em 1957, o Governo adotou a “Política Básica de Defesa Nacional” que estabelecia: o apoio às atividades da ONU na promoção da cooperação internacional e da paz; o estabelecimento de capacidades eficazes de defesa; a defesa da nação com base nos acordos com os EUA; a orientação unicamente defensiva das políticas de defesa, a intenção de não se tornar uma potência militar, nem ameaça a outros países; os “Três Princípios Não-nucleares” – não possuir tais armas, não produzi-las nem permitir que sejam trazidas para o País; e a garantia do controle civil sobre as JSDF. (JAPAN MINISTRY OF DEFENSE, 2010, II. Basis of Defense Policy c))

Em 1960, firmou-se o segundo Tratado de Segurança Japão-EUA, que retirou a obrigação japonesa de se rearmar e estabeleceu que ambos desenvolveriam capacidades defensivas, respeitando as respectivas Constituições, frisando o compromisso de os EUA defenderem o Japão e mantendo o uso por suas forças das bases no País. (NIKSCH, 1983, p.60§4)

Daí em diante, a literatura relata uma série de pressões norte-americanas para o aumento de poder militar do Japão, e críticas por sua baixa participação nos encargos da Aliança, principalmente após o enunciado da “Doutrina Guam” pelo Presidente Nixon, em 1969, pela qual seus aliados deveriam estar aptos a defender a si próprios e a participar da defesa do Ocidente na medida de suas capacidades econômicas. (NIKSCH, 1983, p.57§1; CHANLETT-AVERY; KONISHI, 2009, p.2§3)

Para os japoneses, o tratado estabelecia uma divisão de trabalho condizente com seu propósito de manter apenas forças de autodefesa: as forças norte-americanas no Japão seriam as de projeção, ofensivas, e as japonesas seriam as de segurança da retaguarda, defensivas, ou, segundo a alegoria do Almirante Uchida: a lança e o escudo. (UCHIDA, 1973, p.43§6; HUGHES, 2009, p.24§2)²⁰

Na época (anos 1970), as JSDF só atuavam em áreas de soberania japonesa, havendo fora delas apenas a possibilidade de protegerem as linhas de comunicação marítima (LCM), pois o desenvolvimento das “Forças Marítimas Japonesas de Autodefesa” (“*Japanese Maritime Self-Defense Forces*” – JMSDF) era norteado pelas ameaças de invasão do País e de ataque às LCM por forças soviéticas, já que o Japão é extremamente dependente do transporte marítimo. (WOOLEY; WOOLEY, 1996, p.63§3) Daí em diante, o propósito estratégico se manteve, mas a abrangência geográfica se alterou com o tempo.

7.5.1 – Políticas de Defesa

Atualmente, em virtude de alterações já ocorridas, o entendimento do Governo japonês sobre as limitações às JSDF e à aliança com os EUA é o abaixo exposto.

A Constituição em seu artigo IX prega: (NIKSCH, 1983, p.59)

Aspirando sinceramente uma paz internacional baseada na justiça e na ordem, o povo japonês renuncia para sempre à guerra como um direito soberano da nação e à ameaça do uso da força como um meio de resolver disputas.
A fim de cumprir o propósito (“*aim*”) do parágrafo precedente, as forças de terra, mar e ar assim como outras capacidades de guerra (“*other war potential*”) nunca serão mantidas. O direito de beligerância do Estado não será reconhecido.

Pela Constituição, o Japão só pode possuir o nível mínimo necessário de capacidade de autodefesa, e esse limite deve ser discutido e decidido no Parlamento, dependendo de vários fatores, como a tecnologia e a conjuntura internacional. A partir dessa decisão é determinada a disponibilidade orçamentária a configuração das forças.

Não há impedimento constitucional para a posse de armas nucleares, ainda que uma leitura ao pé da letra do artigo IX da Constituição possa indicar o contrário, e continua válida a afirmação abaixo transcrita, da palestra de uma autoridade japonesa nos EUA, em 1973: (UCHIDA, 1973, p.44§3)

²⁰ Hughes chama isso de “divisão de trabalho em segurança”, com uma pequena alteração: o escudo e a espada.

Armas nucleares, dado que seu uso seja defensivo, não são proibidas por nossa Constituição, mas, apesar disso, o Governo japonês mantém uma atitude negativa em relação ao armamento nuclear. Isto pode ser melhor descrito por seus ‘Três princípios Não-Nucleares’: O Japão não possuirá armas nucleares, não as fará, nem as trará para dentro do País.

Hoje, além dos “Três princípios”, existe o TNP, ratificado em 1976, (HUGHES, 2009, p. 108§2) mas ambas as restrições estão abaixo do nível constitucional.

O armamento ofensivo, assim considerado o que se presta apenas à destruição em massa de outro país, ultrapassa, por definição, o nível mínimo e é proibido sob qualquer circunstância. Assim, as JSDF não poderão dispor de mísseis balísticos intercontinentais (“*Intercontinental Ballistic Missile*” – ICBM), bombardeiros estratégicos de longo alcance e navios-aeródromos de ataque, o que, na prática, significa que o Japão não pode ter a capacidade de projetar poder. (HUGHES, 2009, p. 25§1)

O direito de auto-defesa será exercido sob as três seguintes condições:

- quando houver um ato de agressão iminente e ilegítimo contra o Japão;
- quando não houver outro meio apropriado de tratar a agressão que não o recurso à auto-defesa; e
- o uso da força armada será limitado ao nível mínimo necessário.

O Governo japonês não considera o direito de autodefesa como direito de beligerância, que não é reconhecido pelo artigo IX da Constituição. Não é permissível, contudo, a ocupação de território inimigo, o que constituiria excesso ao nível mínimo.

Nenhuma disposição cerceia o espaço geográfico para usar a força em defesa do Japão aos limites jurisdicionais, mas, na interpretação do Governo, a Constituição impede o envio de força armada ao território, espaço aéreo ou mar territorial de outro Estado, por considerar que isso excederia o nível mínimo para auto-defesa. (JAPAN MINISTRY OF DEFENSE, 2009, p.119-120, itens 2-1 a 2-5)

A Lei Internacional consagra o direito de autodefesa coletiva, ou seja, a ação armada de um Estado, ainda que não seja sendo atacado, para fazer cessar um ataque contra outro Estado com o qual tenha estreitas relações, por um terceiro Estado.

O Japão considera, contudo, que o artigo IX da Constituição veda o exercício desse direito, e esse entendimento impede a atuação das JSDF e o auxílio aos EUA além das cercanias do país (HUGHES, 2009, p. 26§1), em que ele estaria defendendo a si próprio. O tratado entre eles, inclusive, não é de defesa mútua, mas uma troca do direito de os norte-americanos usa-

rem bases no país, pela obrigação de proteger o Japão, sem que os japoneses tenham a obrigação de defendê-los, se atacados. (¹ CHANLETT-AVERY; KONISHI, 2009, p.2§1)

O Japão considera a aliança indispensável para a segurança do País e para a paz e a segurança de toda a região Ásia-Pacífico (JAPAN MINISTRY OF DEFENSE, 2009; Defense of Japan, p. 224 caput e p. 225§1; p. 141 item 1 a p.142 item (2); NATIONAL, 2010, p. 7 item 2), em face da dissuasão nuclear estendida. Além disso, apesar de assumir que possui capacidades militares importantes, considera impossível garantir a Segurança Nacional sozinho, o que também não seria uma estratégia politicamente apropriada nem contribuiria para a estabilidade, dado que os EUA são “largamente aceitos pelos países da região” (JAPAN MINISTRY OF DEFENSE, 2009; Defense of Japan, Part III, Chapter 2, Section 1, caput e item 1-1)

Os EUA dispõem atualmente no Japão de 85 facilidades que variam desde grandes bases até simples postos de antena. Elas abrigam 36.000 militares com 43.000 dependentes, além de 5000 civis do Departamento de Defesa e 11.000 militares embarcados, trabalhando nelas cerca de 25.000 japoneses.

Essas instalações e efetivos apóiam e integram a Marinha, o Corpo de Fuzileiros Navais, o Exército e a Força Aérea dos EUA, constituindo uma parcela importante de seu Poder Militar. Para ter idéia, a base de Yokosuka sedia a Sétima Esquadra norte-americana com 18 navios e cerca de 100 aviões – o “Grupo de Batalha” (“*Carrier Battle Group*” – CBG) capitaneado pelo Navio aeródromo de Ataque (NAeAt) George Washington; e a base de Camp Courtney, na ilha de Okinawa, sedia a III Força Expedicionária de Fuzileiros Navais (“*Marine Expeditionary Force*” - MEF III), uma das três MEF existentes, integrada por 9.000 militares e civis, que inclui duas bases aéreas (“*air stations*”). Essas duas grandes unidades operam a partir do Japão como parte das forças de desdobramento avançado. (U.S. FORCES JAPAN, 2010)

Este último aspecto foi acentuado em 2008 com a relocação, dos EUA para o território japonês, do I Corpo de Exército, tropa de deslocamento rápido e que tem jurisdição sobre a Ásia-pacífico e o Oriente Médio.

Apesar de os acordos da Aliança disporem que as forças norte-americanas baseadas no Japão só podem ser empregadas em operações no Extremo Oriente/Ásia Pacífico, na prática, elas contornam essa proibição com conhecimento das autoridades japonesas, (HUGHES, 2009, p. 26§2; p. 92§2) deslocando-se para qualquer lugar, mas antes, dirigindo-se a um ponto dentro dos limites do acordo. Também os “Três Princípios” têm sido violados com conhecimento do Governo, por navios norte-americanos que portam armas nucleares em sua per-

manência nas bases no País ou em trânsito por suas águas territoriais. (HUGHES, 2009, p. 27§1)

O Governo tem envidado esforços para permitir a operação sem empecilhos das forças norte-americanas no País e para reduzir os transtornos causados aos japoneses por sua presença. Este último problema é significativo porque o Japão é um país pequeno para sua população, e a área urbanizada aumentou nas proximidades das bases; assim, elas estão incomodando por conflitos de convivência com os locais, como os provocados pelo ruído das aeronaves e por crimes comuns, que repercutem internacionalmente.

Os custos da aliança e o das medidas para minorar o problema acima citado também não são desprezíveis. Eles estavam previstos no orçamento japonês de 2010 em cerca de US\$ 6,817 bilhões. (JAPAN MINISTRY OF DEFENSE; Defense of Japan, 2009, Part III, Chapter 2, Section 2, item 3(1) – p.236; Defense Programs and Budget of Japan Overview of Fy2010 Budget, 2010, p.21 e 22)

Até os anos 1970, as capacidades das JSDF eram determinadas pelas ameaças de invasão territorial e de ataques às LCM nas proximidades do país, mas a partir de então, o quadro estratégico começou a variar mais, e, quando identificada alguma necessidade de alteração na capacidade das JSDF, passaram a ser emitidas as “Orientações Programáticas de Defesa Nacional” (“*National Defense Program Guidelines*” – NDPG) ou leis específicas, alterando a Política ou a Estratégia de Defesa com base em interpretações convenientes da Constituição e das Políticas Básicas, com o correspondente remanejamento de fundos; além de ajustes nos acordos da Aliança com os EUA, se necessário;

Atualmente, além das NDPG e leis específicas, é emitido um Livro Branco da Defesa a cada ano, contendo a Política de Defesa e um resumo da situação estratégica. A primeira NDPG foi a de 1976, para estender a defesa das LCM a 1000 milhas em torno do País, reduzindo a carga da marinha dos EUA para que ela pudesse melhor se dedicar a outras tarefas. (WOOLEY, 1996, p.63§4 a p.64§2)

Em 1992, foi passada a “Lei de Cooperação para a Paz Internacional”, pela qual a JSDF participaria de operações de manutenção da paz da ONU, em ações que não envolvessem combate. Essa lei permitiu a atuação das JSDF nos anos seguintes no Cambódia, em Moçambique, Ruanda, Timor Leste e nas Colinas de Golan. (HUGHES, 2009, p. 30§2 e p. 32§2).

Em 1995 produziu-se outra NDPG para permitir cooperação mais estreita com os EUA, por ter-se verificado que essa cooperação não era possível em alguns casos, temendo-se o abandono do Japão como aliado não-confiável. (HUGHES, 2009, p. 32§1)

Em 1998, a Coreia do Norte testou, com êxito, o míssil Taepo-Dong1, que sobrevoou o território japonês, alterando o problema da Defesa Nacional.

Logo após os atentados de 11/09/2001, foi aprovada a “Lei de Medidas Especiais Anti-Terrorismo”, que permitiu prover apoio logístico não-combatente, a partir de 2001, às forças envolvidas nas guerras do Afeganistão e do Iraque. (HUGHES, 2009, p. 33§2) Após os atentados, a conjuntura internacional sofreu novas alterações, e as demandas do aliado, agora envolvido na Guerra Global ao Terror, se tornaram mais intensas. Tudo isso e mais a intenção de ter uma participação global mais ativa levou à formulação da NDPG 2004. (HUGHES, 2009, p36§3; JAPAN MINISTRY OF DEFENSE, Defense of Japan, 2009, Part II, Chapter 2, Section 1, caput p. 136§2)

A NDPG 2004 estabelecia que a defesa do Japão (evitar que as ameaças diretas alcancem o País e repeli-las) e a prevenção da emergência de ameaças seriam perseguidas por três linhas de ação: os esforços do próprio Japão, a cooperação com o parceiro da aliança (EUA) e a cooperação com a comunidade internacional. (JAPAN MINISTRY OF DEFENSE; Defense of Japan, 2009, Part II, Chapter 2, Section 2, item 1 (Caput))

A primeira linha de ação previa, entre outras medidas, o desenvolvimento de uma força conjunta das três armas, das corporações mobilizáveis, como a Polícia e a Guarda Costeira, e interoperável com forças da ONU e dos EUA (HUGHES, 2009, p.36§2; JAPAN MINISTRY OF DEFENSE; Defense of Japan, 2009, Part II, Chapter 2, Section 2, item 1. 1.) dotada de mobilidade e capacidade de reação rápida, para oposição e dissuasão por negação às ameaças; a segunda, previa a cooperação para a instalação do sistema de defesa contra mísseis balísticos (“*Ballistic Missile Defense*” – BMD), face ao problema criado pela Coreia do Norte; e a manutenção de um diálogo proativo com os EUA, tentando definir objetivos estratégicos comuns, repartição de papéis, postura militar, etc. (JAPAN MINISTRY OF DEFENSE, Defense of Japan, 2009, Part II, Chapter 2, Section 2, item 1. 2.(1) e (2)) A terceira linha de ação previa esforços nas organizações multilaterais de segurança e na ONU para a redução das tensões na região. (JAPAN MINISTRY OF DEFENSE, Defense of Japan, 2009, Part II, Chapter 2, Section 2, item 1. 3)

Em 2009 foi passada a “Lei Antipirataria” (“*Anti Piracy Law*”), autorizando a participação de unidades navais na força internacional contra a pirataria que opera na região do Chifre da África, permitindo, inclusive, o emprego de armamento, para defesa de navios japoneses e não-japoneses, contra piratas a qualquer tempo e em qualquer lugar do mundo, o que, na

interpretação do governo, não fere a Constituição porque não constitui uma ação militar, dado que os piratas são criminosos. (HUGHES, 2009, p. 79§2 e 80§1; p. 82§3; p. 83§2; p. 87 a 89)

Em dezembro de 2010 foi emitida a quarta NDPG, a qual, salvo pequenos detalhes, mantém as disposições acima, mas introduz uma alteração radical na forma de implementar a dissuasão e a eventual reação.

Ela considera que o Japão tem poderosas ameaças militares em suas cercanias, inclusive nucleares. Além disso, está havendo uma alteração no equilíbrio global de poder, com a ascensão de potências como a China, a Índia e a Rússia, acompanhada de uma relativa perda de influência dos EUA, embora estes continuem sendo o principal ator na manutenção da paz e da estabilidade globais. (NATIONAL, 2010, p.3§2 e item 2)

No que toca aos esforços do próprio Japão, a NDPG institui, para as JSDF, o conceito de “Força de Defesa dinâmica” (“*Dynamic Defense Force*”), em substituição ao conceito de “Força de Defesa Básica (“*Basic Defense Force Concept*”) da NDPG anterior. Este previa a dissuasão geral devida apenas à existência das forças, o novo conceito prevê, além disso, o aumento de sua credibilidade pela ação.

No que toca aos esforços em conjunto com o aliado, o Japão buscará estender a cooperação a novas áreas, como a segurança cibernética (“*cyberspace security*”). (NATIONAL, 2010, p.7 item 2)

No que toca às ações junto à comunidade internacional, está prevista a formação de uma rede de segurança na região Ásia-Pacífico por meio da cooperação bilateral e multilateral, aumentando a que já existe com a Coreia do Sul, a Austrália, a Índia e os países da ASEAN; bem como a extra-regional, com a UE, a OTAN e países europeus. O Japão continuará também lutando pela reforma da ONU, que julga necessária para aumentar sua eficiência e credibilidade, e pleiteando um assento permanente em seu Conselho de Segurança, além de envolver-se em atividades diplomáticas para resolver causas de conflitos e terrorismo. (NATIONAL, 2010, p.8 item 3 (1) e (2))

Quanto à presença norte-americana, deve-se considerar que o Poder Militar dos EUA está diminuindo e, com ele, a capacidade dissuasória, o que pode levar os japoneses a pensar na alternativa nuclear própria, (YOSHIHARA, 2009, p.60§3), assunto que já deixou de ser tabu desde o teste nuclear norte-coreano de 2006, quando entrou na agenda, e debates a respeito foram abertos. (YOSHIHARA, 2009, p.4 “*Option One: Nuclear Hedging*”)

Se houver vontade política, o País tem capacidade tecnológica para construir uma bomba nuclear em pouco tempo (YOSHIHARA, 2009, 59§1) e o estoque de plutônio é ex-

pressivo – cerca de 50 toneladas – o que seria suficiente para produzir grande número de pe-tardos. (HUGHES, 2009, p.106§1) A materialização da arma, contudo, não poderia ser imedi-ata, pois o foguete disponível é de uso civil e não-adequado a esse emprego.

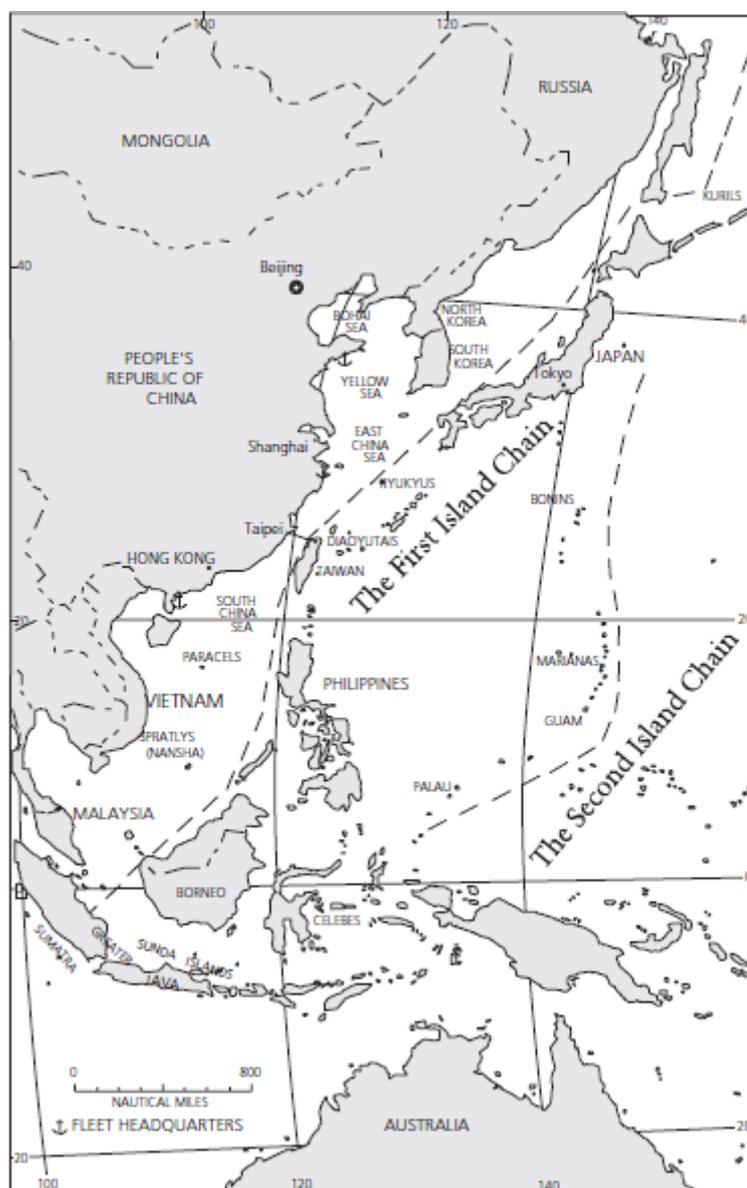


Fig. 7.5.1 – Japão – Contexto Regional (QI, 2006, p. 57)

7.5.2 – Estratégias de Defesa

O contexto geoestratégico japonês contém várias ameaças:

A Coreia do Norte representa a maior delas desde agosto de 1998, com o já citado teste do míssil balístico Taepo-Dong1 e seu desenvolvimento de mísseis estratégicos e armas nucleares. Outros picos de tensão ocorreram com o lançamento do Taepo-dong2, em julho de 2006, com alcance capaz de atingir os EUA, e com o teste de um artefato nuclear, em outubro

desse ano. (HUGHES, 2009, p. 27§2). Aquele país também inquieta o Japão com a possibilidade de incursões de navios-espiões (já houve um incidente) e operações especiais contra instalações importantes, dado que um grande parte de suas forças armadas é de unidades com essa habilitação.

Com a China existe a disputa sobre as ilhotas Senkaku, perto de Taiwan, em cuja região há indícios de petróleo, mas este não é o principal problema, e sim, o rápido fortalecimento naval chinês, que já é capaz de desafiar o dos EUA, e sua capacidade de projetar poder na região e além dela. (HUGHES, 2009, p. 28§2 a p. 29§2) É também importante o fato de Taiwan ser passível de invasão pela China caso emita sinais fortes de estar caminhando para a emancipação, já que a ilha é considerada, pelos japoneses, importante para a sua segurança. (YOSHIHARA, 2009, p.60§1)

Dentro do novo conceito de “Força de Defesa Dinâmica”, o governo prevê estruturar a defesa na região sudoeste, incluindo a das ilhotas Senkaku, com a instalação de unidades do Exército, estações de radar e facilidades de manutenção de aeronaves de alarme antecipado, por considerar a região deficiente em defesas. (MINISTRY OF DEFENSE, 2010, item 2; SUMMARY, 2010, itens II (1) e III 1; MINISTRY OF DEFENSE, Defense of Japan 2010, p. 152)

A Rússia ressurgente é cada vez mais presente na região e tem questões territoriais com o Japão (a Ilha de Sacalina e as Ilhas Kurilas) decorrentes da Segunda Guerra Mundial, a qual, inclusive, ainda não foi formalmente concluída entre os dois Estados. (HUGHES, 2009, p. 28§1) A determinação russa de desenvolver um sistema de mísseis balísticos capaz de vencer o de defesa norte-americano também inquieta o Japão, que é a ele integrado contra a ameaça da Coreia do Norte. Cabe destacar, além disso, a ocorrência de alguns incidentes de violação do espaço aéreo japonês em 2008 e a agressividade russa no litígio com a Geórgia, nesse mesmo ano, o que alarmou Tóquio. (HUGHES, 2009, p. 29§3 e p.30§1)

Mesmo a Coreia do Sul, país bastante integrado ao Ocidente, desperta preocupações, pois tem com o Japão uma questão séria com relação à soberania das ilhotas Takeshima, o que quase já provocou combates navais em 2006. (CHANLETT-AVERY; KONISHI, 2009, p.15§5) Esse país está aumentando seus gastos militares e formando uma potente marinha. (HUGHES, 2009, p.30§1)

Além do exposto, o Japão tem uma vasta área de mar territorial, numerosas ilhas, é pesadamente dependente do transporte marítimo, e sua região costeira abriga as concentrações populacionais e econômicas. Este autor acrescenta que o Japão é um país formado por ilhas

numa disposição alongada, em que a maior largura vai a pouco mais de 120 milhas náuticas; o que implica dizer que a defesa do país será sempre litorânea, por falta de interior.

A NDPG 2010 considerou que, atualmente, a segurança da área marítima circundante e a ordem internacional são essenciais para a prosperidade do país, mas a invasão em larga escala é pouco provável, devendo-se priorizar os fatores de insegurança e desestabilização. (NATIONAL, 2010, p.4 itens 3 e 4)

Com base nessa idéia, será mantido apenas o nível mínimo necessário de preparação contra invasões, e o conceito de Força de Defesa Dinâmica envolverá demonstrações da vontade nacional e fortes capacidades militares, por meio de operações adequadas e tempestivas, que exigirão um aumento da proficiência na utilização dos equipamentos, um rápido andamento (“*pace*”) das ações e atividades contínuas de Inteligência, Vigilância e Reconhecimento (“*Intelligence, Surveillance and Reconnaissance*” – ISR). As forças deverão ser muito dinâmicas para dissuadir e responder a várias contingências, engajando-se proativamente nas ações para manter ou restaurar a estabilidade da região Ásia-Pacífico, melhorando também a segurança global. (NATIONAL, 2010, p.6 item 3)

As atividades de ISR buscarão a supremacia de informações com o propósito de evitar por dissuasão imediata, ou responder às seguintes contingências: atos contra a segurança do país vindos do espaço aéreo ou marítimo; invasão de ilhas afastadas (com o combate aos invasores ou prévio controle da área marítima circundante, obtenção da supremacia aérea ou reforço das defesas existentes nas ilhas); ataques cibernéticos; ataques de guerrilheiros ou forças especiais (principalmente por infiltração em áreas próximas a importantes instalações costeiras); ataques por mísseis balísticos e desastres químicos, biológicos, radiológicos e nucleares. (NATIONAL, 2010, p.10 e 11)

7.5.3 – Estratégias Navais

Desde sua reestruturação após a Segunda Guerra Mundial, as funções do Poder Naval japonês – proteger a nação contra invasões e defender as LCM, esta com ênfase na guerra antissubmarino – se resumiam ao controle de áreas marítimas, seja para prover segurança ao território, seja para provê-la ao tráfego marítimo. A NDPG de 1976 apenas estendeu a faixa da última a 1000 milhas do território, e essa situação não se alterou até os dias atuais (WOOLEY; WOOLEY, 1996, p.64§2)

Com a Lei de Cooperação para a Paz Internacional, em 1992, iniciou-se uma fase de grande atividade naval com a participação em operações humanitárias da ONU, o que também

ensejou o desenvolvimento da capacidade anfíbia. (WOOLEY;WOOLEY, 1996, p.66§4 e 5; YOSHIHARA, 2006, p.37§2)

O apoio logístico prestado a partir de 2001 às forças que operavam no Afeganistão, com respaldo na “Lei de Medidas Especiais Anti-Terrorismo”, constou de um navio tanque escoltado por um contratorpedeiro, mantidos no Oceano Índico reabastecendo no mar os navios das forças envolvidas na Operação “*Enduring Freedom*”, e se estendeu de 2001 a janeiro de 2010. (TANTER, 2008). Houve também o apoio, dado por elementos das forças terrestre e aérea, à reconstrução do Iraque a partir de 2004.

Outro envolvimento externo, desta vez com a possibilidade de combate é a participação de dois contratorpedeiros e dois aviões de esclarecimento (P3-C), desde o início de 2009, na força internacional contra a pirataria, na região do Chifre da África. (ANTI-PIRACY, 2009)

As JMSDF estão recebendo quatro navios de porte considerável (dois de 13.500 e dois de 19500 toneladas), a serem usados em princípio como porta-helicópteros, embora sejam denominados “*Helicopter-Destroyers*”, cuja finalidade alegada é aumentar a capacidade antisubmarina e antissuperfície da força por meio do transporte de helicópteros com tais capacidades e operando como navios de comando de força, mas poderão, adicionalmente, transportar veículos e pessoal, operar em operações de paz e em diversas outras tarefas. Com tais navios, as JSDF ganham uma grande capacidade de projeção de poder. (JAPAN MINISTRY OF DEFENSE, Defense of Japan, 2010, Part II, Chapter 2, Section 4, p.175)

Com a NDPG 2010, as tarefas do Poder Naval por conta da “Força de Defesa Dinâmica” consistem nas seguintes: (NATIONAL, 2010, p.16 item B)

- manter esquadrões de contratorpedeiros e de helicópteros navais capazes de defender a área marítima em torno do Japão, dar segurança às LCM e conduzir atividades de cooperação internacional assim como operações ISR e antissubmarino. Os esquadrões de contratorpedeiros manterão também contratorpedeiros equipados com o sistema *Aegis*, que permite integração ao BMD e engajamento de mísseis balísticos, a fim de prover defesa em profundidade ao país contra essa ameaça, em conjunto com os mísseis lançados de terra.

O Poder Naval participa do BMD com seis contratorpedeiros equipados com o sistema *Aegis* BMD, que é interoperável com o sistema antimíssil norte-americano e constitui uma faceta da cooperação entre os dois países, baseada na expectativa dos EUA de que, além de contribuir para a defesa do Japão, também possa ser desdobrada em apoio a coalizões multinacio-

nais e à defesa de seu território continental. (NATIONAL, 2010, p.16 item B (a), tabela anexa; HUGHES, 2009, p.93§2)

- manter maior número de unidades submarinas, possibilitando a realização eficaz de operações ISR (“*Intelligence, Surveillance and Reconnaissance*”) submarina em ampla escala nas áreas marítimas em torno do Japão, além de patrulhá-las;

- manter esquadrões de aeronaves de patrulha possibilitando a realização eficaz de operações ISR na superfície das áreas marítimas em torno do Japão, além de patrulhá-las;

- manter esquadrões de navios varredores possibilitando a realização eficaz de operações de varredura de minas nas áreas marítimas em torno do Japão.

Observa-se que, exceto o emprego de navios no BMD, que representa uma defesa do território japonês, e as de proteção às LCM, que poderão envolver ações a várias distâncias do Japão, todas as outras representam a concentração dos esforços na defesa do litoral, cuja importância foi consideravelmente elevada pela concepção da “Força de Defesa Dinâmica”.

7.5.4 – O Emprego de Submarinos pelo Japão

O conceito de operação da JMSDF na época da Guerra Fria incluía os submarinos no esquema de controle de áreas marítimas para proteção às LCM. A ameaça era constituída pela poderosa força de submarinos da URSS e seu idealizador, Almirante Sekino, pretendia tirar partido da Geografia da região formando uma “Zona de Segurança marítima” entre as duas cadeias de ilhas do Pacífico (figura C-3), que se estendem do Japão até o norte da Austrália, às Filipinas e a Bornéu, permitindo o abastecimento de petróleo, não mais a partir do Oriente Médio, pois considerava impossível proteger as LCM no Índico em tempo de guerra, mas a partir da Indonésia, da Austrália, dos EUA (de sua instalação de reabastecimento na ilha de Palau) ou de algum país do sudeste da Ásia. Nas ilhas seriam instalados sensores passivos e bases de aviões e helicópteros AS, enquanto submarinos, grupos de contratorpedeiros e aeronaves operariam na zona, em complemento à escolta direta dos comboios.

Na conceituação dessa “Zona de Segurança Marítima”, encontramos a única menção ao emprego, pelo Japão, de submarinos nucleares de ataque (SNA), o que não aparece nos documentos oficiais: (AUER, 1971, p. 9§2 a p. 10§1)

Submarinos nucleares (soviéticos), se passassem sem ser detectados pelos parcialmente monitorados estreitos de Tsushima, Tsugaru ou Soya, encontrariam várias medidas AS japonesas incluindo barreiras, grupamentos de patrulha e matilhas de SNA, de maneira que sua liberdade operacional seria muito restrita.

A NDPG 1976 previa dezesseis SC (WOOLEY;WOOLEY, 1996, p.63§4); a de 1995 mantinha esse número – o necessário para manter vigilância e defesa nos três estreitos principais (“*major straits*”) – Soya, Tsugaru e Tsushima. (JAPAN, 2008. “1995 National Defense Program Outline”- tabela e §4). Na vigência da NDPG 2004, o Livro Branco 2009 (“*Defense of Japan 2009*”), previa o mesmo número (e mais dois apenas para adestramento, totalizando 18), e seu emprego previsto era o seguinte:

- ISR, busca e detecção antecipada de ameaças – posicionados em pontos importantes do tráfego marítimo no Mar da China oriental e no Mar do Japão – a fim de subsidiar os serviços de Inteligência e identificar ameaças e contingências com a maior antecipação possível, permitindo respostas adequadas. (JAPAN MINISTRY OF DEFENSE, 2009, Defense of Japan, 2009, Part II, Chapter 2, Section 2, item 3-2(2), p. 148)

- reação a agressão em grande escala (“*full-scale aggression*”) – na defesa de áreas marítimas ou costeiras em torno do Japão, contra ataques de navios de superfície ou submarinos, ou ainda participando da minagem defensiva nos estreitos principais, em complemento à patrulha aérea e de navios de superfície. (JAPAN MINISTRY OF DEFENSE, 2009, Defense of Japan, 2009, Part III, Chapter 1, Section 3, item 2(1), 2(2)- p. 214, 3(1)-p.215, 3(4)-p.217)

O Livro Branco de 2010 (“*Defense of Japan 2010*”) não faz referência ao segundo cenário acima, mas repete o primeiro, afirma que, em face da possível ação de navios armados, de operações especiais da Coreia do Norte, e da possibilidade de submarinos nucleares chineses adentrarem as águas territoriais japonesas, o Japão vai manter uma estrutura e tomar ações apropriadas. (JAPAN MINISTRY OF DEFENSE, Defense of Japan, 2010, Part II, Chapter 2, Section 2, p.159 item (2), p. 151 item d.) Além disso, assinala que a revisão da NDPG aumentaria o número de submarinos (JAPAN MINISTRY OF DEFENSE, Defense of Japan, 2010, Part II, Chapter 2, Section 2, p.163 item 5 e p. 164, fig. II-2-2-6). Com efeito, a NDPG 2010, emitida em dezembro desse ano, assinala 22 dessas unidades. (NATIONAL, 2010, tabela anexa.)

O aumento de SC também confirma a previsão anunciada pela Imprensa em outubro de 2010, pela qual seu propósito seria compensar a redução avisada pelos EUA de seus submarinos (nucleares) na região, em face da grande e crescente desproporção numérica entre submarinos chineses (nucleares e convencionais) e japoneses (apenas convencionais). (JAPAN, 2010) Além de compensar a perda de dissuasão, esse aumento do número de SC é coerente com o aumento do esforço de vigilância e reação determinada pela “Força de Defesa Dinâmica”.

Embora não sejam divulgados o raio de ação nem a autonomia, os submarinos japoneses são oceânicos – de grande porte para convencionais (2.900 toneladas na superfície e 4200, mergulhados); sua qualidade tem sido elogiada em textos especializados; são sempre novos, pois, desde 1990, um por ano tem sido comissionado (exceto 1996) e, até agora só eram mantidos 18 em serviço (dois para adestramento); são muito bem equipados – seus sonares incluem sistemas passivos laterais (“*flank array*”) grandes (e mais precisos – a provável razão de o porte dos submarinos ter aumentado nas classes atualmente em uso) e sistemas passivos rebocados (“*towed arrays*”), mais comuns em submarinos nucleares; além disso, a última classe está sendo dotada de propulsão AIP, (SAUNDERS, 2007, p.399 a 401) o que aumenta o raio de ação submerso, uma característica importante para a atividade de inteligência, principalmente operando próximo à costa de potenciais inimigos, a rotas de navegação e em áreas de possível atividade de aviões de patrulha.

A literatura oficial japonesa não faz qualquer menção a submarinos nucleares, dando a entender que as autoridades consideram adequado o aumento do número de SC para as necessidades atuais. Este autor observa, no entanto, que o Japão provavelmente não teria problemas insolúveis para desenvolver tais meios, pois seus submarinos são de grande porte, de projeto e construção próprios, os projetos evoluem consideravelmente de uma classe para outra; e o país domina a tecnologia de reatores.

A contradissuasão contra a Coreia do Norte já foi aventada por uma alta autoridade japonesa em uma conferência de segurança estratégica Japão-EUA em 2004, por meio do emprego de mísseis *Tomahawk* convencionais a serem adquiridos aos EUA. No caso, eles serviriam para prover dissuasão por punição, complementando a dissuasão por negação provida pelo BMD, além de reforçar a postura dissuasória conjunta Japão-EUA. (HUGHES, 2009, p.107§1).

Caso o Japão resolva investir na dissuasão nuclear própria, as dificuldades existem, mas também não devem ser superestimadas. Na opinião de especialistas japoneses, o meio ideal para retaliação seria um SLMB nuclear (YOSHIHARA, 2009, p.10§1)²¹, mas em face do elevadíssimo custo, uma solução aceitável – de muito menor custo e de obtenção mais rápida – consistiria numa força de doze submarinos convencionais, em acréscimo à existente, lançando mísseis de cruzeiro nucleares. Mesmo que os EUA negassem os *Tomahawk*, o desenvolvimento de um substituto seria exequível. (YOSHIHARA, 2009, p.8§1; p.10§1 e 2; p.11§1 a 3; p.12§2 a 6)

²¹ A possibilidade de submarinos convencionais lançadores de mísseis balísticos também foi cogitada.

7.5.5 – Apreciações

Considerando a redução das forças norte-americanas na região, a política de defesa tem por propósito obter o máximo desempenho das forças próprias por meio do conceito de Força de Defesa Dinâmica, enquanto procura maximizar os benefícios da Aliança e dos contatos com a comunidade internacional.

No plano das estratégias de defesa, o novo conceito implica otimizar o emprego das forças e assumir, por si, maiores riscos de contingências, como na estruturação da vigilância e defesa da região sudoeste, uma área sensível de fricção com a China.

Quanto às estratégias navais, até a NDPG 2004, o Japão dava grande ênfase à proteção do tráfego marítimo, mas também à defesa do território contra invasões em larga escala, com vários planos e dispositivos para defesa, no interior, pela força terrestre. Com a NDPG 2010, a hipótese de invasão não é considerada provável, mas paradoxalmente, o litoral aumentou muito de importância, tanto a parte terrestre, possível alvo das operações especiais da Coreia do Norte como a parte marítima, que deverá ser percorrida por eventuais agressores norte-coreanos ou chineses, em agressões ou incursões.

O que temos, assim, são as JMSDF com medidas de controle de áreas marítimas (CAM) mescladas à patrulha naval para defesa da faixa litorânea, e sua forte integração às forças terrestres e aéreas contra ameaças navais, com a intenção de maximizar o efeito defensivo, que tem como objetivo o litoral, o que caracteriza uma posição de atacado no paradigma da Guerra de Litoral.

Continuam, além disso, a componente da guerra naval tradicional, representada pelo CAM para proteção das LCM, com ênfase à Guerra AS; e a novidade doutrinária do emprego de navios na defesa contra mísseis balísticos, onde proporcionam a primeira camada da defesa em profundidade.

A força naval japonesa também está se preparando para realizar projeção de poder sobre terra, construindo navios grandes com tal capacidade, embora esses meios tenham também importante aplicação em Guerra AS como centros de comando e porta-helicópteros.

No que toca ao emprego de submarinos, até antes do NDPG 2010, podíamos dizer que o número de submarinos era suficiente, e seus empregos estavam definidos havia muito tempo. Afinal, eram 16 unidades operacionais desde 1976, o que indicava uma certa estabilidade das ameaças e de planejamento para contra-arrestá-las. Agora, porém, é possível que se esteja entrando num processo com estado final ainda imprevisível - os EUA estão reduzindo seus meios, inclusive submarinos na área, a China está aumentando seu Poder Naval, inclusive

com submarinos e o Japão está aumentando sua estrutura de defesa, inclusive com submarinos, passando a ter 22 unidades, e implantando a uma doutrina mais assertiva, a “Força de Defesa Dinâmica”.

Se as tarefas se resumissem á coleta de dados e à negação do uso do mar estática, como parecia ser o caso antes do NDPG 2010, os bons submarinos convencionais japoneses seriam adequados, não havendo necessidade de nucleares, mas a situação está mudando, com pressão para o aumento da capacidade dissuasória. A “Força de Defesa Dinâmica” prega, além das ações de esclarecimento (ISR), a reação tempestiva e proativa, o que não é, por si só, determinante da adoção de SNA, mas somada às alterações que estão ocorrendo nos níveis acima e ao processo acima citado, é possível que tal desenvolvimento surja no bojo de alguma decisão mais ampla.

7.5.6 – Conclusão

As políticas e estratégias de defesa do Japão são *sui generis*, porque tratam da presença e ações de forças estrangeiras sempre presentes no país, em virtude da Aliança com os EUA.

Para os EUA, a aliança traz os benefícios de uma posição avançada, já que, apesar de estar reduzindo seu poder militar ainda é a potência hegemônica e tem responsabilidades globais; mas o ônus da defesa do Japão está ficando pesado em termos da necessidade de manter meios na região. Para o Japão, os EUA continuam provendo uma dissuasão ainda indispensável, mas tanto sua capacidade de prover essa dissuasão está diminuindo, como suas demandas de apoio estão aumentando.

Essa situação, a par dos graves problemas estratégicos regionais, está impondo ao Japão um fortalecimento do Poder Militar, apesar das limitações de ordem legal e social. Há, inclusive, correntes que desejam uma menor presença norte-americana, o que implicaria um maior fortalecimento militar e talvez mesmo a construção da dissuasão nuclear própria.

Este processo poderá resultar numa revisão constitucional em que as forças de defesa se tornem efetivamente forças armadas, e o Japão volte a ser o ator independente e poderoso em todos os campos, fazendo jus a sua História.

7.6 Análise das Políticas e Estratégias de Defesa da Alemanha

Após a Guerra Fria, o Governo alemão emitiu dois Livros Brancos de Defesa, um em 1994, ajustando as visões e estruturas de defesa à nova conjuntura estratégica, determinada pelo fim da bipolaridade e pelas providências para efetivar a reunificação alemã nas estruturas do Estado; e outro em 2006, novamente para ajuste da estrutura de Defesa à nova realidade, agora, dando o caráter expedicionário às forças armadas.

7.6.1 – As Políticas de Defesa

No LB de 1994, o Primeiro ministro enfatizava a importância da OTAN para a paz no futuro que se avizinhava, a previsibilidade e a disponibilidade que deveriam caracterizar a política de defesa alemã, a conscrição universal como expressão do compromisso dos cidadãos com a segurança do país, as forças armadas como expressão da soberania e da dissuasão, e o apoio às democracias nascentes da Europa Central, Oriental e Meridional, para a redução das tensões. (GERMANY, 1994, “Foreword by the Federal Chancellor”)

A soberania completa sobre assuntos internos e externos era recente, pois datava do tratado assinado em Moscou em 12/09/1990 pelo qual, as quatro potências vencedoras da Segunda Guerra Mundial, e ocupantes do país, davam por terminados seus direitos e responsabilidades sobre Berlim e toda a Alemanha. (GERMANY, 1994. Chapter 1, item 106)

O LB de 1994 registra a seguinte visão:

- o perigo de agressão em grande escala havia cessado e não havia ameaça à integridade territorial da Alemanha nem de seus aliados no futuro previsível, embora houvesse problemas de repressão e desumanidades em outras partes da Europa;

- A situação política estática da Guerra Fria fora substituída por uma situação dinâmica resultante das tensões entre a busca de oportunidades e riscos complexos. (GERMANY, 1994. Chapter 2, item 202 e 203)

- O progresso tecnológico, as interações econômicas e as ameaças ecológicas aproximavam as nações; e o sofrimento humano, mesmo longínquo, era trazido para as casas pela mídia. Assim, a pobreza e o desamparo eram desafios para as políticas externa, de segurança e de desenvolvimento alemãs, cuja missão também devia ser vista como contribuição para a segurança do país, pois aquelas eram as causas das crises e conflitos, que deviam ser combatidas

na raiz, antes que tomassem a dimensão militar. (GERMANY, 1994. Chapter 2, item 211 e 212)

A política de segurança alemã consistia em medidas antecipadas – procurando corrigir a origem dos problemas; integradas – procurando envolver todas as esferas da política – a externa, a de segurança, a econômica, a de desenvolvimento, a tecnológica e a ambiental; e multilaterais – por meio da participação em conjunto com Estados parceiros e amigos no âmbito da OTAN, ONU, UE e organizações regionais. (GERMANY, 1994. Chapter 3, itens 309)

A Política de Defesa alemã tinha por último objetivo prevenir um ataque contra a Alemanha e seus aliados, ainda que este risco, embora fosse o mais grave, fosse também o menos provável. (GERMANY, 1994. Chapter 5, itens 508)

A Política de segurança alemã era orientada pelos seguintes propósitos: (GERMANY, 1994. Chapter 3, item 318)

- proteção da Alemanha e dos alemães contra perigos externos e chantagem política;
- prevenção, contenção e conclusão de crises e conflitos que pudessem afetar a integridade e estabilidade da Alemanha e de seus aliados;
- desenvolvimento do relacionamento de segurança com os EUA;
- fortalecimento da OTAN como aliança defensiva euro-atlântica, em contínua adaptação aos desafios, inclusive o de abertura para o Leste;
- parceria com direitos iguais da Europa unida com os EUA;
- fortalecimento da ONU e da Conferência de Segurança e Cooperação da Europa (CSCE)²².
- intensificação da integração europeia, com uma política externa e de segurança comuns, identidade de defesa europeia e o desenvolvimento da União da Europa Ocidental (UEO – *Western European Union* – WEU) (WESTERN EUROPEAN UNION, 2010, “Origins of the WEU”)²³ como o pilar europeu da Aliança Atlântica;
- ampliação da UE e da UEO;

O último propósito estava na linha seguida posteriormente pelo Tratado de Amsterdã, de 1997, no qual os membros da União Europeia acordaram em assegurar sua presença na cena internacional perseguindo uma Política Externa e de Segurança Comuns, que poderia conduzir a uma Política de Defesa comum; e onde também definiram a UEO como parte integral do desenvolvimento da UE, provendo capacidade operacional para realizar tarefas huma-

²² A CSCE foi realizada em 1975 em Helsinque e gerou a atual OSCE – Organização para Segurança e Cooperação da Europa, com 56 Estados membros, entre os quais EUA, Canadá e Rússia, que promove um conceito abrangente de segurança e desempenha o papel de fórum internacional para consultas, cooperação e negociação.

²³ A UEO foi uma organização de defesa mútua formada em 1948, inicialmente por França, UK, Bélgica, Holanda e Luxemburgo.

nitárias, de manutenção da Paz, e de combate em gerenciamento de crises, inclusive com imposição de paz. (MINISTERIO DE DEFENSA, 2000, p.48§1 e 2)

A OTAN, por sua vez, na Conferência de Washington, em 1999, ao estabelecer seu “Novo Conceito Estratégico” que reafirmava os conceitos já vigentes, inovou com a formalização da idéia de promover a segurança e a estabilidade na área Euroatlântica; em todas as atividades, porém, reconhecendo a responsabilidade primária do Conselho de Segurança da ONU para a manutenção da Paz. (MINISTERIO DE DEFENSA, 2000, p.45§6 e 1)

Com essa aproximação da OTAN em relação à UE, e com o progresso da tese de que a “Identidade Européia de Segurança e Defesa”, bandeira da UEO, podia ser construída no seio da OTAN; em 2000, a UEO teve seu papel esvaziado, iniciando-se as providências para sua extinção, o que estava previsto para ocorrer formalmente em 30 de junho de 2011. (NATO, 2001, “Chapter 4: The European Security and Defense Identity”, “The Evolution of ESDI”§9; WESTERN EUROPEAN UNION, 2010, “Statement of the Presidency of 31.03.10”)

Em maio de 2003, a Alemanha promulgou as “Diretrizes de Política de Defesa” com o propósito de estabelecer princípios e prioridades para uma abrangente reforma a ser realizada no sistema de Defesa (“*Bundeswehr*”) em decorrência da nova conjuntura estratégica em que predominava a ameaça do terrorismo internacional, mas onde também era visível a intenção de reduzir os gastos militares. (GERMANY, 2003, itens 7 e 3)

Algumas das diretrizes mais importantes eram as seguintes:

- Os ataques de 11/09/2001 chocaram o mundo e, com outros ataques subseqüentes, aumentaram a conscientização de que a ameaça assimétrica podia se materializar contra qualquer um em qualquer lugar do mundo. O extremismo e o fanatismo religioso, aliados ao terrorismo e ao desenvolvimento de ADM e de seus vetores de lançamento, ameaçavam populações da Europa, tornando necessárias medidas abrangentes de não-proliferação. (GERMANY, 2003, itens 18 a 23)
- A Europa é diretamente afetada por crises em sua periferia Sul e Sudeste, devidas a conflitos não resolvidos de naturezas política, étnica, econômica, social, etc, combinados com o terrorismo internacional, o crime organizado em escala internacional e movimentos migratórios crescentes, o que coloca desafios à OTAN e à EU. (GERMANY, 2003, itens 23 a 25)
- o desenvolvimento e fortalecimento da estrutura euroatlântica criou uma área de estabilidade única no mundo que beneficia a Alemanha e é devida à OTAN, que para mantê-la, está se estruturando para atuar além das fronteiras da Europa, sendo que os EUA continuam indispensáveis para a segurança européia. (GERMANY, 2003, itens 29 a 33)

- Nas circunstâncias atuais, nenhum Estado é capaz de assegurar paz, segurança e prosperidade por si próprio; assim, a política de segurança e defesa alemã é voltada para a prevenção de crises e conflitos, inclui todas as opções e instrumentos políticos relevantes disponíveis e é organizada em conjunto com os aliados e parceiros da UE e da OTAN, almejando impedir a violência por meio de medidas proativas de contenção. Isto considera três aspectos: (GERMANY, 2003, itens 38 a 40)

- a parceria transatlântica continua sendo o fundamento (“*bedrock*”) da segurança europeia, não podendo haver agora nem no futuro previsível, segurança para a Europa sem os EUA; e a Alemanha continuará contribuindo para essa parceria;

- a “área de estabilidade europeia” é reforçada por uma Política de Segurança e Defesa da UE cooperativa e eficaz, baseada na parceria estratégica com a OTAN, que permite aos europeus agirem independentemente quando a Aliança, como um todo, não quiser ou não precisar se envolver;

- a Alemanha participa ativamente dos esforços da ONU e da OSCE pelos Direitos Humanos e pelo respeito à Lei Internacional em todo o mundo.

A Política de Defesa alemã é determinada em grande medida por três conjuntos de fatores: a integração multinacional num quadro de integração europeia, parceria euroatlântica e responsabilidade global; o espectro operacional mutável do sistema de defesa (“*Bundeswehr*”) e o número crescente de operações internacionais; e os recursos disponíveis.

- No tocante à integração multinacional, com exceção das tarefas de evacuação e resgate, que poderá levar a cabo isoladamente, a Alemanha conduzirá operações armadas apenas em conjunto com aliados e parceiros, em contexto ONU, OTAN ou UE. Além disso, crê que suas forças armadas são integradas à OTAN em maior extensão que qualquer outro aliado;

- No que toca às operações do sistema de defesa alemão, considerando que não há ameaça de ataque convencional sobre o território nacional no futuro previsível, as estruturas para enfrentá-lo não são mais necessárias; e como a escassez de recursos recomenda sua criteriosa aplicação, elas não serão mais mantidas, mas sim a capacidade de reconstituí-las dentro de certo tempo se aquela ameaça voltar a se manifestar, o que implica manter a conscrição. (GERMANY, 2003, itens 62)

- No que toca à economia de recursos, a Alemanha considera que a utilização comum dos meios (“*pooling*”) é um pré-requisito para a cooperação em armamentos, no contexto europeu e transatlântico. (GERMANY, 2003, itens 68)

O Estado tem como tarefa: “prover segurança aos cidadãos do país, defender seu sistema de valores e proteger seus interesses no contexto europeu e transatlântico”. Para cumpri-la, é atribuída ao sistema de defesa (“*Bundeswehr*”) a missão de salvaguardar a capacidade de ação no campo da Política Externa; contribuir para a estabilidade da Europa em escala global; assegurar a segurança e defesa nacionais e ajudar a defender aliados; e apoiar a cooperação e a integração multinacionais. (GERMANY, 2003, itens 70 e 71)

Para o cumprimento dessa missão, foram a ele cometidas as seguintes tarefas: (GERMANY, 2003, itens 77 a 83)

- prevenção de conflitos internacionais e gerência de crises – incluindo a luta contra o terrorismo internacional – as principais tarefas atualmente;

- apoio aos aliados – para preservação de sua integridade territorial, incluindo o espaço aéreo e águas jurisdicionais; sua soberania política e sua liberdade de ação;

- proteção do país e de seus cidadãos – é atualmente uma expressão da segurança coletiva, mas pode deixar de sê-lo no futuro, implicando, nesse caso, o aumento do Poder Militar;

- operações de resgate e evacuação – responsabilidade nacional, mas com possível ajuda de aliados;

- parceria e cooperação militares, como medidas de apoio político em casos de crises, prevenção de conflitos, reabilitação pós-crise e pós-conflito, promoção da estabilidade e construção da confiança;

- assistência em caso de desastres naturais e emergências sérias.

Em 2006 foi emitido o último livro branco, contendo disposições políticas, estratégicas e organizacionais com o espírito de consolidar a direção final do processo de transição para uma defesa nacional com base internacional – a UE e a “parceria transatlântica”.

Os fundamentos da política de segurança continuam basicamente os mesmos constantes das diretrizes do documento de 2003 – a ameaça terrorista, a “área de estabilidade europeia”, a importância da parceria transatlântica, etc; mas o Livro Branco frisa a progressiva coesão da UE e sua crescente capacidade de ação em política externa e de segurança, com a estruturação para operações político-militares, de que constou o estabelecimento da “Agência Europeia de Defesa” (“*European Defence Agency*” – EDA) e a adoção da “Estratégia de Segurança Europeia”, o que dá à Europa, condições para “cumprir a sua quota de responsabilidade na segurança global com mais eficiência”. (FEDERAL MINISTRY OF DEFENCE, 2006, p.14 a 16)

O documento afirma que Alemanha é comprometida com o efetivo multilateralismo, na crença de que os desafios da segurança internacional só podem ser enfrentados em conjunto com parceiros, cumprindo e fortalecendo a Lei Internacional. Além disso, detalha aspectos da ação dos organismos de que participa – OTAN, UE, ONU e OSCE, enfatizando o acordo que formaliza o uso da estrutura militar da OTAN pela UE. (FEDERAL MINISTRY OF DEFENCE, 2006, p.24 a 43)

A missão e as tarefas do Sistema de Defesa são as mesmas constantes do documento de 2003, acima expostas.

Em março de 2011, em uma atitude incomum, a Alemanha deixou de endossar a decisão dos principais membros da UE e OTAN de realizar ações militares aéreas contra a Líbia. O fato foi bastante criticado dentro e fora do país e, segundo alguns, obedeceu a critérios de Política Interna, tendo em vista eleições que iriam ocorrer em poucos dias; segundo outros, foi ditado também pela vontade alemã de afirmar sua independência em Política Externa e de contestar a assumida liderança da França, que mesmo em má situação financeira, manobra como líder da UE no plano militar, enquanto a Alemanha, que tem contribuído decisivamente para resolver os problemas econômicos de alguns membros na presente crise, fica em posição subalterna. (EUROPE'S, 2011) A segunda possibilidade, se confirmada, poderia estar revelando uma fissura na UE provocada pela crise econômica iniciada em setembro de 2008.

7.6.2 – As Estratégias de Defesa

O LB 1994 frisava que a Alemanha pertencia à ONU, à OTAN, à UE, à UEO e à CSCE e pretendia trabalhar com seus parceiros para unir essas organizações e criar uma forte ordem de segurança na Europa.

A OTAN continuava sendo a base da segurança alemã e sintetizava a unidade estratégica que existia entre os aliados na Europa e na América do Norte. Pelo conceito estratégico que estabeleceu em 1991, ela continuava com propósito defensivo, a dimensão militar continuava sendo seu principal fator, e a novidade consistia no fato de ela ser empregada mais do que antes, em apoio ao conceito ampliado de segurança, já exposto.

A Alemanha e a França já cooperavam intensamente em Segurança e Defesa, com intercâmbio de oficiais, exercícios conjuntos, inclusive navais, compartilhamento de estruturas e outras atividades, sendo que, desde 1988 existia uma unidade militar binacional, a Brigada Franco-Germânica, e o Livro Branco alemão de 1994 foi elaborado em coordenação com os

franceses. (GERMANY, 1994. Chapter 4, itens 447 a 451 e “Foreword by the Federal Minister of Defence”)

As forças armadas alemãs tinham, por primeira tarefa, defender o território, o espaço aéreo e as águas costeiras do país, o que dependia da eficiência da mobilização nacional e do apoio dos aliados. Tais defesas implicavam capacidades de reconhecimento, para indicar ameaças tempestivamente à Alemanha e à Aliança; de forças terrestres, que fossem capazes, após o tempo disponível para mobilização, de proteger o país em cooperação com os aliados; de forças aéreas, que realizassem vigilância em tempo de paz e se mobilizassem em casos de crise ou guerra, e, cooperando com os aliados, realizassem operações decisivas, ataques estratégicos e apoiassem as outras forças; e de forças navais e aeronavais, que pudessem cooperar com os aliados para manter abertas as LCM e impedir desembarques nas costas alemãs. (GERMANY, 1994. Chapter 5, item 520)

Com a situação estratégica de então, esperava-se dispor de tempo considerável para o aumento dos efetivos pela mobilização realizada durante um período de crise e para emprego no conflito que se avizinhava, o que permitia manter efetivos permanentes consideravelmente baixos. (GERMANY, 1994. Chapter 5, item 532)

Os interesses estratégicos da Alemanha estavam primariamente na Europa, mas, em coordenação com a OTAN, o país pretendia fornecer um número adequado de forças de todas as armas, a serem rapidamente desdobráveis e empregáveis em operações multinacionais de gerência de crises e missões de paz da ONU em qualquer local, continuando a buscar a compatibilidade e interoperacionalidade entre suas forças armadas e as dos EUA e as de outros aliados. (FEDERAL MINISTRY OF DEFENCE, 2006, p.25§2) Em termos de forças navais, elas integrariam grupamentos-tarefa, com navios de superfície, submarinos e forças aeronavais, além de meios de contramedidas de minas. (GERMANY, 1994. Chapter 5, item 533 e 537)

Atualmente, a Defesa Nacional tradicional acima exposta não corresponde mais, *in totum*, aos requisitos da política de segurança, mas a proteção da Alemanha e de seus cidadãos no que toca à vigilância aérea e marítima, bem como o exercício da soberania nesses campos foram mantidos e até ganharam importância. (GERMANY, 2003, item 86)

No esforço para atendimento do estabelecido pelas “Diretrizes de Política Externa de 2003”, o Comando das Forças Armadas, em 2004, elaborou o “Conceito das Forças Armadas - 2004” (“*Bundeswehr Concept – 2004*”), a fim de otimizar o emprego das forças, cuja principal inovação consistiu na divisão de cada arma em três categorias segundo uma tipificação

ampla de emprego previsto, sendo que as forças poderiam ser empregadas isoladamente, conjuntamente ou em coalizão com forças estrangeiras. Essa divisão influiria pesadamente na seleção do pessoal, no material que empregariam e no adestramento que receberiam.

Essa divisão e sua aplicação foram consagradas e bastante detalhadas no Livro Branco de 2006, (FEDERAL MINISTRY OF DEFENCE, 2006, p.53 item 5.3) atualmente em vigor, e consistem na versão atual do conceito norte-americano de “transformação” das forças armadas, que implica estabelecer para elas um processo de adaptação contínuo e de visão avançada (“*farsighted*”), mantendo e aumentando sua eficácia operacional em termos duradouros, com o propósito de otimizá-las para o cumprimento das tarefas mais prováveis e das tarefas futuras; (MANNHARDT, 2006, p. 18§2) o que é numa forma mais geral de expressar o conceito que, pelo LB 2006, consiste no processo de mudança do Sistema de Defesa para adequar-se às atuais necessidades impostas pela conjuntura estratégica. (FEDERAL MINISTRY OF DEFENCE, 2006, p. 74§2)

No caso, resume-se a alterações materiais e organizacionais com vistas a uma melhor adequação aos conceitos operacionais da OTAN e da UE que, para a marinha alemã, a está tornando uma força expedicionária, fato explicitamente exposto. (FEDERAL MINISTRY OF DEFENCE, 2006, p. 74 a 81; p.95§1)

A categoria menos numerosa é a das “Forças de Resposta” (grifos deste autor), composta das forças de alta prontidão e preparadas para engajamentos mais intensos, que receberia o melhor equipamento possível, bem como os melhores recursos de C² e de apoio, e enfrentaria as tarefas mais difíceis, como a de conduzir operações de imposição da paz contra um adversário militarmente organizado. (LEPINE, 2006, p.44§5) Estas forças têm por finalidade produzir as contribuições alemãs à “Força de Resposta da OTAN” (“*NATO Response Force*” – NRF) e participar de operações no contexto do “Conceito de Resposta Militar da UE” e de outras operações da UE ou multinacionais no extremo superior do espectro de violência.

A segunda categoria é a das “Forças de Estabilização”, que teriam alta versatilidade e seriam empregadas em operações multinacionais de média ou baixa intensidade, mas de longa duração e cobrindo a vasta gama das operações de estabilização. A terceira e maior categoria seria a das “Forças de Apoio”, às quais competiria prover apoio abrangente às duas outras, durante a preparação e a execução das operações. (LEPINE, 2006, p. 44§6 e 7)

No tocante às áreas de atuação, durante a Guerra Fria e imediatamente após, as áreas de operação consideradas pela Marinha alemã consistiam no Mar Báltico, Mar do Norte, A-

tlântico Norte e Mediterrâneo, mas atualmente, sua contribuição para as organizações multilaterais a que pertence, leva-a a considerar sua possível ação em todo o Globo. (MANNHARDT, 2006, p.19, fig.2)



Fig. 7.6.1 – Áreas de principal atuação da marinha alemã (Mannhardt, 2006, p.19 fig. 2)

7.6.3 – As Estratégias Navais

Durante o conflito bipolar, a missão da marinha alemã consistia em bloquear o Mar Báltico, impedindo as unidades do Pacto de Varsóvia que nele estivessem de alcançar o Mar do Norte, de onde poderiam passar ao Atlântico. Além disso, contribuíam para proteger as LCM no Mar do Norte e no Mar da Noruega, (GERMAN CULTURE, 2011) também fazendo serviço de escolta. (MANNHARDT, 2006, p. 18§2)

Para a primeira função, a marinha dispunha de submarinos de pequeno porte, para negar o uso dos estreitos que unem o Báltico ao Mar do Norte e das áreas marítimas próximas aos portos nacionais e inimigos, aos navios e submarinos do Pacto de Varsóvia; e para a segunda função, dispunha de navios-escolta (fragatas e contratorpedeiros). Além disso, possuía grande capacidade de Guerra de minas – ações de minagem e de contramedidas de minagem – extensivamente realizadas pelas marinhas da região nas duas guerras mundiais e também previstas nos cenários da Guerra Fria.

Pouco tempo depois desse conflito, a marinha alemã já atuava em operações multilaterais distantes de suas águas. Em 1991 exerceu sua antiga especialidade – a Guerra de Minas – no Golfo Pérsico, por ocasião da Guerra do Golfo, e, em 1992, participou do bloqueio à Sérvia, no Mediterrâneo. Apesar disso, sua tarefa principal continuava sendo dar segurança às áreas marítimas próximas ao país, (GERMAN CULTURE, 2011, §2) pois o potencial da esquadra russa do Báltico fazia com que ela fosse considerada no planejamento estratégico,

mantendo a velha experiência e meios para operações em águas rasas e confinadas, ainda que sem a tensão da ameaça soviética.

Atualmente, a situação estratégica da Alemanha se mantém no geral, mas com muito maior ênfase às tarefas multilaterais. Segundo o Almirante Wolfgang Nolting, Chefe do Estado-Maior da Marinha em 2006, o Poder Naval tem as tarefas abaixo expostas, que balizam seu desenvolvimento dentro do processo de transformação do sistema de defesa:

- Prevenção de conflitos e gerência de crises internacionais - princípios fundamentais da segurança alemã que obrigam a marinha envolver-se cada vez mais em operações conjuntas e aumentar as capacidades de apoiar as forças em terra, a partir do mar;
- A segurança (“*security and safety*”) da Alemanha e de seus cidadãos, em face da dependência do país em relação ao mar.

A marinha alemã pretende cumprir as duas tarefas em conjunto com seus aliados e parceiros na OTAN, UE e eventuais coalizões. (NOLTING, 2006, p. 56)

Quanto à segunda tarefa, embora não haja, no momento, ameaça convencional sobre o território alemão, e ainda que a ajuda dos aliados seja esperada, é necessário ao Poder Naval estar preparado contra a ameaça do terrorismo internacional, do crime organizado e a da proliferação das ADM e de seus vetores, que podem usar o mar para movimentar material e para ameaçar a navegação internacional, o que afeta a Alemanha, por ser dependente do transporte marítimo, além dos conflitos militares regionais, que podem ressurgir. (NOLTING, 2006, p. 58 §6 a 9)

A primeira tarefa se encaixa na participação alemã nos grupamentos navais da EU e da OTAN. Um deles é o “Grupo de Batalha da UE” (“*EU Battlegroup*” – EUBG), um grupamento naval de alto nível de prontidão, que contém um componente anfíbio de cerca de 1500 homens, idealizado para reagir rapidamente a crises. (FEDERAL MINISTRY OF DEFENCE, 2006, p. 37§2) Com esse conceito, a UE alarga a faixa de emprego mútuo (“*pooling*”) das capacidades militares de seus membros, disponíveis também como NRF da OTAN, preenche os requisitos da ONU para forças capazes de responder com grande rapidez a emergências, nos termos do Capítulo VII da Carta, e demonstra a vontade da UE de sanar a deficiência crucial na capacidade de dar apoio global às iniciativas de paz daquele organismo internacional. (GLOBALSECURITY.ORG, 2010 §1)

A OTAN possui quatro grupamentos que provêm capacidade naval contínua à NRF: dois Grupamentos Navais Permanentes (“*NATO Standing Maritime Groups*” – NSMG1 e 2) e dois Grupamentos permanentes de Contramedidas de Minagem (“*Standing Maritime Mine*

Countermeasure Groups” – SMMCMG1 e 2); o NSMG1 e o SMMCMG1, desdobrados normalmente no Atlântico Oriental; e o NSMG2 e o SNMCMG2, no Mediterrâneo, mas todos podendo ser enviados onde necessário. (NATO, 2008; NAVY, 2011; NATO, 2011; NATO, 2011a))

Todos esses quatro grupamentos têm forças alemãs alocadas, assegurando a presença permanente do país na NRF; além do compromisso de fornecer à UE, um grupamento no nível de Força-Tarefa para integrar um EUBG, e as instalações de um dos Comandos Navais para funcionar como centro de comando do EUBG. (FEDERAL MINISTRY OF DEFENCE, 2006, p.95§ 2 a 8 e p. 97)

A força naval alemã não dispõe de NAe ou outras unidades de grande porte, e as principais consistem em 15 fragatas dotadas de helicópteros (dois em cada uma). Os aviões são os P-3C, de patrulha/AS e os Tornado, de ataque, sendo que estes, em 2005, passaram à subordinação da Força Aérea. Existem também doze submarinos, cinco corvetas de patrulha (sem sonar) e 38 navios de contramedidas de minagem (sendo 18 varredores de controle remoto), (SAUNDERS, 2007, p. 267 a 287) e dois grandes navios de apoio Logístico.

As características de mobilidade, permanência, versatilidade e flexibilidade das forças navais, (BRASIL, 2004, p.1-2) bem como a situação legal do alto-mar, que faculta seu uso como uma base de operações, permitem que a Marinha seja empregada na contenção e gerência de crises e conflitos na maior parte do Globo, inicialmente a grandes distâncias dos pontos conspícuos e, caso conveniente, segundo a evolução das ações políticas e diplomáticas, aproximando-se e realizando ações de dissuasão imediata ou de coerção, ou permanecendo em águas internacionais, nas proximidades. Esta é a idéia do “*sea-basing*”, conceito norte-americano também empregado pelos europeus em suas intervenções.

A diferença para os EUA reside no porte dessas intervenções. O desenvolvimento dos EUBG privilegia o emprego de pequenos contingentes de tropa, em ações localizadas e restritas em tempo, em vez dos grandes desembarques, por razões políticas e culturais e porque as estruturas de apoio de C2, logístico e médico, que têm um certo nível mínimo obrigatório, aumentam desproporcionalmente com o efetivo empregado, embora exijam muito menos mão de obra se realizadas a bordo de navios. Cenários típicos da ação dos EUBG são os Estados pouco estruturados da África, como a intervenção do RU em Serra Leoa em 1999, da França na Costa do Marfim em 2011, e da EU na República Democrática do Congo em 2008. (GLOBALSEcurity.ORG, 2010, §3) Politicamente, algumas dessas ações têm sido criticadas como imperialistas.

A Marinha alemã atende aos EUBG com navios da “Força de Resposta”, como a fragata F124, projetada para cenários de engajamento de alta intensidade, com grande capacidade AS, antiaérea e outras; e às necessidades de estabilização, com navios da “Força de estabilização”, como as fragatas tipo 125, projetada para ações de gerência de crises de longa duração, que têm a capacidade de se manterem por longo tempo em operação (dois anos, com duas tripulações) em cenários de baixa e média intensidade, mas com capacidade de apoio a forças em terra, como de artilharia de médio alcance²⁴ e de forças especiais.

O apoio logístico será prestado em ações das duas fases, por uma classe de dois navios, que também prestam apoio médico e de outras naturezas. (MANNHARDT, 2006, p.18§6 a p. 19§3 e fig. 1; NOLTING, 2006, p.62§5 a p. 63§3)

A proteção AS das forças na área, bem como do tráfego marítimo militar que as apóia é realizada pela “rede” tridimensional formada pelas aeronaves de patrulha P-3C, os modernos submarinos S212A, as fragatas e seus helicópteros. (NOLTING, 2006, p. 60 §4) Essa rede é empregável nas duas tarefas citadas pelo Alte Nolting.

Também é empregável nas duas tarefas a experiência alemã em operações em águas rasas e confinadas, objeto de um centro de desenvolvimento de doutrinas, que são passadas aos demais países e determinam a construção de navios específicos, como os numerosos navios de contramedidas de minagem, e as corvetas e navios-patrulha, estes últimos muito bem armados, com mísseis antinavio que podem ser empregados contra alvos em terra (RBS15, de 108 milhas e MM38, de 23 milhas), (SAUNDERS, 2007, p.276 e 278) mas com alcance muito menor que os mísseis de cruzeiro *Tomahawk*.

7.6.4 – A Marinha Alemã e os Submarinos

A Marinha alemã opera dezesseis SC, sendo doze da classe S206A, e quatro S212A, (GERMANY, 2011, “*Active Duty Submarines*”) sendo esperada a breve desativação de seis S206A. (GERMANY, 2010)

Os S212A são dos mais modernos do mundo, atualmente, e deslocam 1450 toneladas na superfície e 1830 toneladas mergulhados - aproximadamente o porte dos S da classe Tupi/Ticuna, da MB, e bem menores que os da classe *Scorpène*, de projeto francês, que serão construídos no Brasil, de operação predominantemente oceânica. Já os S206A, mais antigos, são bem menores que os S212A, com 450 toneladas na superfície e 498, mergulhados.

²⁴ O navio deverá dispor de um canhão de 155mm, calibre inusitado para fragatas, com o visível propósito de prover apoio de fogo à tropa em terra (nota deste autor).

Os S206A, que entraram em serviço entre 1974 e 1975 foram construídos com os conceitos da Guerra Fria, com foco no Báltico e para operação em áreas costeiras, daí seu porte muito reduzido, mas que lhes permite operar nas águas muito rasas e confinadas, próximo à costa, o que também é denotado pelo fato de terem sido fabricados com aço não-magnético, o que proporciona maior segurança contra minas magnéticas – um grande risco para submarinos em águas rasas, principalmente naquela região, onde as marinhas dão grande ênfase à Guerra de Minas.

Os S206A, além disso, podem transportar 24 minas por fora do casco, além das que forem transportadas nos oito tubos de torpedos (máximo de 16), o que lhes dá boas condições de minar áreas nas proximidades de portos e bases navais.

Os S212A, por sua vez, foram construídos com requisitos pós-Guerra Fria, em que a operação prevista cobria as águas litorâneas do norte da Europa, o Atlântico Norte, o Mediterrâneo. São muito mais bem equipados que os S206A, podendo melhor realizar ações antissuperfície e antissubmarino, reconhecimentos e realizar inserção / recolhimento de forças especiais. São dotados de sonares passivos instalados lateralmente (“*flank array*”), que permitem a detecção a maiores distâncias que os sonares ativos-passivos comuns a todos os submarinos. Além disso, possuem propulsão AIP com a tecnologia da Siemens, já testados e de boa reputação (“células de combustível” – “*fuel cells*”). (SAUNDERS, 2007, p. 268 a 271. FEDERAL MINISTRY OF DEFENCE, 2006, p.96§6)

Os S212A só lançam torpedos, mas podem receber o “cinturão” que permite carregar minas adicionais fora do casco e, numa modernização planejada, está prevista a dotação de um míssil. (MANNHARDT, 2006, p. 22, fig. 7; SAUNDERS, 2007, p. 268) Essas unidades substituirão os S206A que estão saindo de serviço e um de seus empregos previstos é o de compor a já exposta “rede” tridimensional contra submarinos inimigos. (NOLTING, 2006, p. 60§5)

7.6.5 – Apreciações

A primeira tarefa do Almirante Nolting implica a posição de atacante na Guerra de Litoral, mas o tipo de ação para a qual a marinha alemã se preparou para cumprir nos EU BG é de envergadura muito menor que aquelas que os norte-americanos, britânicos e franceses se preparam para enfrentar nas intervenções, como serve de exemplo a invasão do Iraque, em 2003.

Sua forma básica de projeção de poder preenche o nicho da curta distância; ela não possui porta-aviões ou armas de projeção muito profunda, como os *Tomahawk* empregados pelos EUA e pelo Reino Unido, mas possui navios que podem se aproximar de terra, com armamento para fornecer apoio tático com precisão à tropa recém-desembarcada (o canhão de 155 mm, por exemplo) e se defenderem das ameaças aí encontradas em cenários de média ou baixa ameaça, além de contribuir consideravelmente para a proteção AS da força naval nas proximidades de terra.

No que toca à segunda tarefa, seu baixo número de escoltas (15) e a ausência de NAe não sugerem proteção às LCM por extensões oceânicas, onde a proteção AS provida pela “rede tridimensional” não seria eficaz porque ficaria desfalcada das aeronaves P3C operando além de seu raio de ação e dos S-212A, que, sendo SC, não poderiam acompanhar um grupamento naval.

Nessa segunda tarefa, os meios atuais são coerentes com as ações que realizava durante a Guerra Fria, só que melhor equipada – controlar áreas marítimas relativamente restritas para proteger as LCM no Mar do Norte e um pouco mais além, dentro do alcance das aeronaves de patrulha, beneficiar-se das aeronaves de ataque enquanto estiver dentro de seu raio de ação e manter seu núcleo duro defensivo composto pela força de submarinos costeiros e sua invejável força de Guerra de Minas para manter seus portos abertos e negar o mar aos inimigos nas proximidades dos portos próprios ou nos deles, empregando o aprendizado acumulado em seu centro de excelência em operações costeiras, como já fez em refregas passadas. Tais ações caracterizariam ações defensivas da Guerra Naval tradicional.

Cabe notar também que as capacidades desenvolvidas na segunda tarefa também encontram aplicação em alguns casos da primeira, como na redução de conflitos regionais em que os contendores empreguem guerra de minas ou ensejem ações em águas rasas, como ocorreu na Guerra do Golfo.

7.6.6 - Conclusão

Desde a Guerra Fria até os dias atuais, a marinha alemã está em sua terceira postura estratégica. Na bipolaridade, sua tarefa era principalmente negar o uso do mar do aos meios soviéticos do Báltico e contribuir para o controle de áreas marítimas do Mar do Norte e do Mar da Noruega; logo após a Guerra Fria, passou a integrar grupamentos multilaterais no contexto de intervenções esporádicas como a Guerra do Golfo e as guerras da antiga Iugoslávia; e atualmente, após a estruturação militar conjunta da UE e da OTAN, em conjunto com a valo-

rização das ações de estabilização do mundo em desenvolvimento que se seguiu aos atentados de 11/09/2001, tornou-se praticamente uma fornecedora de navios para a marinha multilateral da UE/OTAN, que tem foco nas ações expedicionárias. (MANNHARDT, 2006, p. 18§3 a 5)

Entre as duas tarefas expostas pelo Almirante Nolting, a primeira, que nada tem a ver com a defesa nacional direta, ocupa mais de setenta e cinco por cento das atividades da Marinha, (NOLTING, 2006, p. 62§1) o que indica claramente sua maior importância atual e é coerente com a “Defesa nacional de base internacional”, mas, pelo que se pode verificar da análise dos meios navais disponíveis, a primeira não foi esquecida e, mais do que capacidade de resistência a invasões da força terrestre, que apenas pode ser regenerada, a capacidade de defesa nacional direta no mar continua viva.

7.7 Análise das Políticas e Estratégias de Defesa da França

A França tem por prática normatizar as atividades de Defesa estabelecendo determinadas funções do Estado, que definem as Políticas de Defesa e determinam as Estratégias e outras atividades nos níveis inferiores, não apenas para as Forças Armadas, mas para todos os órgãos do Estado que se envolvem com assuntos externos.

7.7.1 – As Políticas de Defesa.

Após a Guerra Fria, a França realizou apenas duas grandes atualizações em sua Política de Defesa por meio dos “Livros Brancos” de 1994 e de 2008. A emissão desses documentos e as definições de funções do Estado neles expostas constituem matéria política, sendo também políticas algumas outras informações contidas, mas as descrições das funções e algumas outras informações são de caráter estratégico.

O “Livro Branco de Defesa” de 1994 procurou adequar a estrutura francesa de defesa e segurança à conjuntura resultante do fim da Guerra fria, definindo quatro funções estratégicas do Estado: Dissuasão, Prevenção, Projeção e Proteção.

O foco das funções Prevenção e Projeção eram as ameaças localizadas no Oriente Médio e na Ásia Central e, contra elas, a França privilegiava as ações multilaterais por meio de resoluções da ONU, uma aliança (como a OTAN) ou acordos de Defesa, considerando que deveria ter a capacidade de se fazer presente no mundo e contribuir solidariamente com o gerenciamento dos problemas de segurança. (PICARD, 2006, p.17§2 a 9) Considerava também que a participação francesa em tais ações multilaterais, principalmente quando dela participassem os norte-americanos, deveria ser relevante. Assim, se tal participação incluísse os SNA, eles deveriam possuir o armamento adequado e deveria haver determinação para seu efetivo emprego se fosse o caso, como serviu de exemplo marcante a disponibilidade de mísseis *Tomahawk* pelos SNA britânicos, que lhes permitiu participar da abertura das ações contra o Afeganistão em outubro de 2001. (PICARD, 2006, p.18§12 a p.19§2)

Em 2007, considerando que a conjuntura internacional já era bastante diferente da de 1994, o Governo francês constituiu uma comissão de estudos que elaborou o novo “Livro Branco de Defesa e Segurança Nacional”, lançado em junho de 2008. Esse documento redefiniu a Estratégia francesa com o horizonte em 2025, a fim de “prover resposta a todos os riscos e ameaças que possam trazer perigo à vida da nação”, alegando, como principal novidade, o

fato de encarar a segurança nacional globalmente, sem se ater apenas aos aspectos de Defesa, pois o mundo, embora não esteja necessariamente mais perigoso, está mais incerto e menos previsível. O LB afirma ainda que o propósito central da Estratégia Militar consiste em aumentar a liberdade de ação da França. (FRANÇA, 2008, p. 4§1, 5§1 e 2, 35§1)

A “liberdade de ação”, aqui, tem o sentido dado por Beaufre e consiste na capacidade de empregar os meios militares no interesse do Estado, apesar dos fatores condicionantes impostos pelo Sistema Internacional, o que tem nexos com a busca da autonomia que marca as políticas e estratégias francesas. Beaufre (1966, p.31§2 e 32§1) dizia já nos anos 1960:

Acrescentamos ainda que o esquema da dialética dos dois adversários complica-se com a existência do contexto internacional. O peso dos aliados e mesmo dos neutros pode mostrar-se decisivo (como em Suez). Por tê-lo mal compreendido, a Alemanha perdeu duas guerras, atraindo a hostilidade da Grã-Bretanha (invasão da Bèlgica) e dos Estados Unidos (guerra submarina). A avaliação correta da liberdade de ação resultante da conjuntura internacional constitui, assim, elemento capital da Estratégia, sobretudo desde que o poder atômico reforçou, de forma extraordinária, a interdependência das nações

Apesar do fim da Guerra Fria, a Política de Defesa ainda era focada na oposição a uma invasão territorial, mas essa ameaça já não existia havia 15 anos (fato ressaltado pelo presidente francês no discurso de lançamento do LB), (MORAN, 2008) e passou a focar a ação expedicionária. No que toca às ameaças, a lógica estratégica francesa está muito próxima da norte-americana, sem a conotação de manutenção da hegemonia desta (impedir o crescimento de novas lideranças regionais). Elas consistem no terrorismo islâmico com armas de destruição em massa (ADM), nas atuais possibilidades de ataques a sistemas de comunicações e cibernéticos, nas atuais redes criminosas e nas novas enfermidades como a AIDS e a H5N1.

Uma diferença em relação aos norte-americanos é a consideração da ameaça à Europa constituída pela crescente proliferação de mísseis balísticos e de cruzeiro, o que dá condições a um grande número de países de atingi-la (nominalmente Líbia, Egito, Síria, Israel, Arábia Saudita, Iraque, Irã, Paquistão, Índia e Coréia do Norte). O futuro próximo também é considerado cinzento, prevendo-se tensões em torno de necessidades de energia, alimentos, água, matérias primas estratégicas e do aquecimento global. (FRANÇA, 2008, p.14§1 e 2 e 16§2)

Outras novidades do Livro Branco são:

- As funções estratégicas do Estado agora são cinco: Conhecimento e Antecipação, Prevenção, Dissuasão, Proteção e Intervenção; (FRANÇA, 2008, “Key Findings” item 3, p.5§3 a 7§1)

- O Livro Branco afirma que a União Européia e a OTAN são complementares e prega a aproximação à Organização, com a participação total da França nas suas estruturas – o que é coerente com o fato de a lógica das ameaças estar próxima à norte-americana.

Ao mesmo tempo, porém, assume uma posição de representante da União Européia, veiculando a “Ambição Européia” como a prioridade de tornar a UE um ator importante no gerenciamento de crises e na segurança internacional, e propondo algumas medidas para a estruturação da defesa do bloco, com a elaboração de um “Livro Branco Europeu de Defesa e Segurança”, (FRANÇA, 2008, p.5§3 e 6§2) e a capacidade de intervenção em teatros distantes por meio do compartilhamento de meios entre os Estados membros – aí incluindo uma capacidade aeronaval. (FRANÇA, 2008, p.21§2)

Em coerência com a aproximação à OTAN e com a intenção de ter participação relevante nas coalizões, o Livro Branco propõe um esforço nacional consistente e sem demora, para modernizar e adequar o material de defesa à nova conjuntura estratégica, com substanciais investimentos e o lançamento de vários programas militares, embora com considerável corte de efetivos e meios nas três forças armadas.

Os seguintes aspectos podem ser notados na postura da França:

- pelo LB de 2008, a França não considera ter, no momento, qualquer ameaça de agressão, embora considere necessário preservar os meios para conservar a liberdade de ação se os interesses vitais forem ameaçados em uma eventual chantagem nuclear. (FRANÇA, 2008, “Key findings”, item 7)

- A alteração do foco da Dissuasão Nuclear para a proteção da Europa, e não unicamente da França, vindo a ameaça de Estados que não são as grandes potências, mas dos países que poderão possuir mísseis balísticos e de cruzeiro no futuro próximo.

Enquanto o Reino Unido reconhece agora (UNITED KINGDOM , 2010, p. 4§1 e 2; p. 10 item 1.5 (ii)) que sofre um risco de baixa probabilidade de ataque de grande escala por outros Estados, mas não os identifica, a França, embora não se considere ameaçada, reconhece a ameaça à Europa de alguns países (que identifica: Irã, Paquistão, Síria, Egito, Líbia, Israel, Iraque, Arábia Saudita, Índia e Coreia do Norte) (FRANÇA, 2008, “*New Vulnerabilities*”§2 e figura) , em face da proliferação de mísseis balísticos e de cruzeiro, que logo poderão ter possibilidades de atingi-la com ADM, e desenvolve estratégias e materiais específicas contra isso, como bombas menores e possibilidade de alteração dos alvos com o submarino no mar. (PICARD, 2006, p. 13§4)

A capacidade nuclear da França tem larga utilização na Política regional européia. Os SLMB, além de sua remota aplicação na dissuasão de alguma potência global, e na não tão remota coerção de alguma potência regional, desempenham papel relevante entre os aliados – é um dos poucos elementos de “paridade” com os EUA, o que dá um peso especial ao país na OTAN. Além disso, após a esperada retirada pelos EUA de suas armas nucleares da Europa, será o único país continental a possuir tal armamento em seu território nacional; e, se o número de membros permanentes do Conselho de Segurança realmente aumentar, a capacidade de dissuasão nuclear dará à França um peso maior que o dos novos membros não-nucleares. (PICARD, 2006, p.12§6 e 8; p.91§8)

Quanto aos SNA, a França deseja aderir à “*Tomahawk Diplomacy*” – a coerção empregando mísseis de cruzeiro lançados por SNA – praticada pelo Reino Unido e EUA (NE-LAN, 1998), e está desenvolvendo o seu próprio míssil; mas tão importante quanto esse aspecto, esses mísseis permitirão a equiparação com o Reino Unido na capacidade de realizar tarefas importantes nas intervenções em que a marinha francesa participar, o que tem alto valor político.

Em 02/11/2010, a França assinou com o Reino Unido uma “Declaração de Cooperação em Defesa” (SARKOZY;CAMERON, 2010) que prevê uma série de auxílios mútuos sem precedentes, como o compartilhamento e utilização em conjunto de materiais e equipamentos (“*sharing and pooling of materials and equipment including through mutual interdependence*”), aí englobando NAe, aeronaves de reabastecimento em vôo e facilidades de desenvolvimento de bombas e materiais nucleares, além do desenvolvimento futuro de um Grupamento-Tarefa de Ataque com alto grau de compartilhamento de meios e recursos, podendo, inclusive, aeronaves de uma das marinhas ser operada num porta-aviões da outra.

A declaração, que é a primeira etapa de um acordo maior, parece exprimir a salvação do Reino Unido em vários aspectos, pois além de contribuir para a solução do grave problema econômico que vive, vem de encontro a algumas deficiências identificadas em sua Política de Defesa, pelo novo Governo Conservador, recém assumido.

7.7.2 – As Estratégias de Defesa

No LB 1994, a função Dissuasão era exclusivamente nuclear e, mesmo constando de seu texto, a componente terrestre foi desativada em 1996, (WEAPONS, 2005) resumindo-se o sistema aos SLMB e às aeronaves portadoras desse armamento. (FRANÇA, 2008, “5 STRATEGIC FUNCTIONS” item 3.)

A função Prevenção consistia em (PICARD, 2006, p. 17§8)

obter informações sobre as condições propiciadoras de uma crise, sufocá-la antes que se amplie, dar a conhecer que tal evolução não será tolerada e, se necessário agir em baixo nível para desencorajá-la. A ação diplomática, os serviços de reconhecimento e as forças armadas são as principais ferramentas que permitem agir nesse sentido.

Vê-se que essa função incluía ações de Inteligência e a parte mais branda do espectro da violência, predominantemente dissuasão imediata e ações de coerção, empregando meios não-militares ou militares.

A Projeção de Poder seria a função a ser realizada se a Prevenção não obtivesse êxito, tornando necessária uma intervenção, seja para restabelecimento da paz ou com outro propósito. Neste caso, a tarefa principal recairia sobre as forças armadas, isoladamente ou em coalizão, sendo empregados os meios necessários para garantir uma saída da crise segundo os interesses da França. (PICARD, 2006, p. 17§9) Esta função continha a parte mais dura do espectro da violência, com ações de coerção militar, como adequado ao cumprimento da ameaça dissuasória veiculada desde a realização da Prevenção.

As funções de Prevenção e Projeção correspondiam a uma “relativização” do conceito de dissuasão a que os franceses se sentiram obrigados com a evolução da conjuntura mundial que se seguiu ao fim da Guerra fria - a dissuasão nuclear continuava sendo necessária, pois as antigas ameaças podiam ressurgir em médio prazo e, quanto a ela, as ações continuariam sendo determinadas exclusivamente no plano nacional, mas emergiram as ameaças regionais, inter ou intra-estatais e, posteriormente, o terrorismo, que também podia atacar com ADM, para as quais, as ações multilaterais eram mais adequadas.

A origem dessas novas ameaças estava distante das fronteiras da França, principalmente no Oriente Médio e na Ásia Central, e elas podiam evoluir rapidamente. Assim, dava-se prioridade à Prevenção, procurando descobrir as sementes das crises e procurando evitar evoluções desfavoráveis. Se a evolução desfavorável acontecesse, e uma intervenção militar fosse necessária, a Projeção seria empregada.

A função Proteção tinha como objetivos a população francesa e o território nacional, principalmente contra ameaças militares, e era realizada por meio de patrulhas dos SNA ao largo da costa, consistindo em ações de negação do uso do mar.

Com o fim da Guerra Fria, esta função foi consideravelmente esvaziada e passou a ser realizada, assim como nos EUA e Canadá, com caráter constabular, para coibir tráficos ilícitos, tornando-se um caso de preservação da soberania em águas jurisdicionais. De qualquer

forma, é uma forma de negação do uso do mar, ainda usada precipuamente em Estados ameaçados por incursões ou intervenções militares, e constitui um melhor emprego para SC que para SNA. (PICARD, 2006, p.19§7 e 20§1 e 2)

Tratando agora do LB 2008, vemos que:

- A função estratégica “Conhecimento e Antecipação” ou “Segurança Baseada em Conhecimento” é a mais importante, em face da já citada incerteza que caracteriza as conjunturas pós-Guerra Fria, e é constituída de cinco áreas principais: Inteligência, Conhecimento das Áreas de Operação, Ação Diplomática, Análise das tendências Futuras (“*Horizon-Scanning*”) e Gerência de Informações.
- A “Prevenção” (de conflitos) não sofreu mudança conceitual, e “Intervenção” é o nome dado para maior clareza à antiga Projeção. Para ambas, é definido um “eixo de prioridade geográfica” Atlântico – Mediterrâneo – Golfos da Arábia e Pérsico – Oceano Índico, onde os riscos para os interesses da França e da Europa são considerados maiores, além das Antilhas e da Guiana, com especial atenção à proteção da base de Kouru;
- A “Proteção” foi redefinida, tendo como objetos a população e o território, visando aumentar a “resiliência” da nação – “a capacidade das autoridades públicas e da sociedade francesa de responderem a uma crise grave, e rapidamente voltarem ao normal”, o que inclui sistemas internos de vigilância, comunicações, informações, alarme e gerenciamento de crises, tendo como novidade a operação conjunta dos sistemas de Defesa Civil com as forças armadas; (JACOB, 2008, “Key Findings” itens 4 a 7)
- A “Dissuasão” não mudou, continua sendo considerada exclusivamente nuclear e a última garantia da segurança e da independência da França, visando unicamente a prevenir qualquer agressão estatal contra os interesses nacionais vitais, a fim de preservar a liberdade de ação contra eventuais chantagens envolvendo tais interesses, apesar de não haver, atualmente, qualquer ameaça desse tipo.
- A força nuclear requer modernização, para disponibilizar ao Presidente uma faixa de opções e meios autônoma e suficientemente variada, para cobrir a diversidade de situações com que a França pode ser confrontada na era da globalização, em termos de possibilidade de agressão de algum Estado aos “interesses vitais da nação”. (FRANÇA, 2008, p.7§1)

7.7.3 – Estratégias Navais

As funções do LB de 1994 admitiam diversas possibilidades de emprego do Poder Naval, o que também acontece com as do de 2008, mas este especificou uma série de diretrizes para adequá-lo à conjuntura estratégica atual:

- quanto á modernização da força nuclear, os SLMB já estão sendo renovados desde 1997, com a substituição das quatro unidades ainda da primeira classe construída (“*Le Redoutable*”) pelos da classe “*Le Triomphant*”. O míssil em uso e suas cabeças também seriam substituídos por modelos mais modernos, a partir de 2010; (SAUNDERS, 2007, p. 229 e FRANÇA, 2008, p.30§14)

- priorizar o esforço para a modernização e aumento da disponibilidade, principalmente dos equipamentos mais usados pelas forças armadas, bem como para Inteligência e preparação para o futuro. Isto se traduz pela prioridade à proteção das forças de ar, terra e mar (proteção antiaérea de navios, por exemplo);

- lançar programas na área do conhecimento e antecipação – segurança baseada no conhecimento, observação, inteligência eletrônica e alarme antecipado – em terra mar e ar, com especial atenção ao desenvolvimento de drones armados e de vigilância, bem como de capacidades de guerra cibernética ofensiva e defensiva; (FRANÇA, 2008, p.8§5, item 10)

- dispor de um grupamento aeronaval composto de um Navio-Aeródromo com grupo aéreo completo (aeronaves de ataque, esclarecimento, resgate e helicópteros), 18 fragatas, 6 SNA e 4 navios anfíbios (em vez dos dois atuais), com a capacidade de desdobrar tais meios em um ou dois grupos de operações anfíbias ou de proteção às LCM. Esses meios constituirão a capacidade naval de intervenção da França; (FRANÇA, 2008, p.9§4, p. 12§4 e 34§9)

- priorizar a disponibilidade de 6 SNA portando mísseis de cruzeiro que, por sua “discricção e raio de ação virtualmente ilimitado, representam sistemas estratégicos versáteis que podem ser usados para Inteligência, proteção dos SLMB, escolta do navio-aeródromo ou operações especiais”. O “míssil de cruzeiro naval” (MDCN), versão francesa do *Tomahawk*, ora em desenvolvimento, também poderá ser lançado por navios de superfície e aeronaves; (FRANÇA, 2008, p.9§4 e 12§3)

- a França realizará esforços tecnológicos para conseguir superioridade naval (no contexto da superioridade operacional) ante adversários plausíveis, especialmente em águas litorâneas. (FRANÇA, 2008, p.37§1)

- Dentre as medidas para implementação da função estratégica Prevenção, a França vai rever seus pontos de apoio na área de maior preocupação, dando maior importância ao Índico

e ao Golfo Pérsico, com a construção de uma nova base em Abu-Dhabi, (FRANÇA, 2008, p.30§7) que se somará às facilidades existentes em Djibuti e nas Ilhas Reunião. (MORAN, 2008, “Details of the New Policy” e “Foreign Policy Implications”)

Em 2008, a França adiou o projeto de seu segundo navio-aeródromo (em princípio por cinco anos), e propôs ao Reino Unido a construção conjunta de uma série de “superporta-aviões”, que nucleariam a “força naval europeia de ataque”, formada também com meios dos demais países do bloco, o que é coerente com o previsto no Livro Branco. (MORAN, 2008, “Details of the New Policy”)

7.7.4 – O Atual emprego de Submarinos pela Marinha Francesa

A Marinha da França possui 4 SLMB da classe *Le Tromphant* (número considerado mínimo para garantir a operação de, pelo menos, dois deles) e 1 remanescente da classe *Le Redoutable*, a ser desativado em breve. Possui também 6 SNA, número também considerado o mínimo necessário, (PICARD, 2006, p.43 item 4.1; p.44 item 4.2) todos da classe *Rubis*, a serem substituídos pelos do projeto Barracuda, do qual o primeiro – *Suffren*, deverá ser lançado em 2016. (SAUNDERS 2007, p.230)

Os SNA da classe *Rubis* são os submarinos nucleares de menor porte existentes, com cerca de 2600 toneladas, e são armados com torpedos e mísseis *Exocet SM-39*.

Os SLMB tiveram sua flexibilidade aumentada com a capacidade de reduzir o número de cabeças de certos mísseis e de alterar seus alvos no mar, o que ampliou as possibilidades de emprego, fazendo com que, assim como as aeronaves, que portam artefatos nucleares menores, exerçam ameaça crível junto a potências regionais, e não sejam úteis apenas como dissuasão contra a ameaça de uma superpotência, situação bem mais distante atualmente. (PICARD, 2006, p. 13§4)

Curiosamente, uma crítica feita pelos norte-americanos aos russos é feita pelos franceses aos britânicos e aos próprios norte-americanos – a de empregar seus SLMB em “bastiões” - áreas escolhidas próximo à costa, onde podem contar com maior proteção contra submarinos inimigos, proporcionada por meios AS para isso alocados (inclusive aeronaves AS), mas a custo de ter sua posição aproximadamente conhecida pelo inimigo. Os franceses operam segundo o conceito de “diluição”, que consiste em empregar os SLMB, em zonas de patrulha oceânicas muito extensas para, assim, reduzir a probabilidade de um encontro indesejável, (PICARD, 2006, p. 16§1, 28§3, 29§3 e 45§6), e sempre com o apoio de um SNA.

Além desse emprego, o dimensionamento da força de submarinos considerava, em 2006, a necessidade de manter um SNA permanentemente como proteção ao Grupamento aeronaval, e outros para as operações de adestramento, a realização de reparos periódicos e a precaução contra eventuais perdas em ações militares.

Os SNA da classe *Suffren* foram especificados para mais dois tipos de emprego, os ataques a terra com o MDCN e as operações especiais (PICARD, 2006, p.44§4) por meio de dispositivos avançados para acesso à terra, (PICARD, 2006, p.36§1; p.41) como os norte-americanos, compensando uma das poucas desvantagens dos SNA em relação aos convencionais (que a marinha francesa não mais opera desde 1998) – a capacidade de se aproximar da costa.

7.7.5 - Apreciações

A França, como o RU, também julga que, como membro permanente do CS – ONU, deve continuar sendo influente nas questões mundiais, realizando um esforço permanente para que, quando necessário participar de intervenções, possa dispor de capacidades militares que lhe permitam pleitear tarefas de destaque, a fim de ocupar posição atuante nas decisões, principalmente quando os EUA também estiverem envolvidos.

Além disso, não se considera ameaçada por Estados, é bastante dependente do petróleo do Oriente Médio e pretende continuar interferindo pacífica ou militarmente em um grupo de países em desenvolvimento na África e na Ásia. Nesta última, a construção da nova base em Abu-Dhabi parece significar uma extensão de interesses de Defesa para Leste, convergindo-os com os dos EUA, o que se revela, segundo alguns analistas, pela cooperação no sentido de fazer oposição ao crescimento da influência do Irã na região, de onde, inclusive, Abu-Dhabi fica próximo. (MORAN, 2008, “Details of the New Policy”)

No Livro Branco de junho de 2008, é defendida a complementaridade entre a União Européia e a OTAN, ainda que seja dada grande ênfase ao engrandecimento do organismo europeu.

Além disso, é estabelecido um programa de modernização e de redução de efetivos das forças armadas francesas, onde a economia de recursos está sendo bastante enfatizada. Coerentemente, o presidente francês adiou a construção do segundo NAe, previsto no Livro Branco, propondo ao RU a construção desses navios em condomínio, a fim de integrarem a “Força Européia de Ataque”, já que os britânicos também planejam construir dois deles.

Assim, o fato de a declaração de 02/11/2010 entre França e Reino Unido conter boa parte do previsto no capítulo “Ambição Européia” do Livro Branco francês de 2008 parece, a este autor, uma vitória Política da França.

A marinha francesa, como a britânica, é estruturada ofensivamente, nela sobressaindo os meios de projeção de poder sobre terra, que serão reforçados e modernizados pelo programa acima citado.

Diferente do Reino Unido, as iniciativas militares e políticas da França se caracterizam pela ênfase à autonomia e por um maior respeito ao multilateralismo. Assim, seu material bélico principal é autóctone – está desenvolvendo o MDCN, enquanto o Reino Unido utiliza o *Tomahawk* e, embora tenha soldados no Afeganistão até hoje, onde operam sob a égide da ONU, não participa da Guerra do Iraque, travada à revelia desse organismo.

Em relação ao Reino Unido, a França está atrasada na renovação de seus SNA, mas as especificações, ao que parece, levaram em conta os mesmos fatores, inclusive no que toca à capacidade de detecção acústica.

7.7.6 - Conclusão

No entender deste autor, a postura pretendida da França em relação aos EUA parece ser a do aliado não-incondicional como o RU, mas independente e, assim, útil, influente na Europa continental, na União Européia, e também em outras regiões, como no Golfo Pérsico, onde essa utilidade poderá ser especialmente importante com a nova base, se os norte-americanos tiverem que reduzir sua presença nessa região saindo do Iraque, ou se as tensões com o Irã se agravarem.

A pretensão de conduzir sua dissuasão nuclear em termos da defesa da Europa, e não exatamente da França, assim como a intenção de estender seu controle sobre o Golfo Pérsico e o Índico parecem a este autor, aspectos da busca de autonomia e liderança na União Européia. Aquelas regiões são agora considerados parte importante em seu sistema de segurança, tendo lá três pontos de apoio – o “Colar de Pérolas” francês (MORAN, 2008, “Foreign Policy Implications”§4) - para influenciar eventos na região, somando-se à influência norte-americana ou substituindo-a, caso ela seja reduzida.

7.8 Análise das Políticas e Estratégias de defesa do Reino Unido

O sistema de Defesa do Reino Unido havia sofrido severas reduções após o fim da Guerra Fria com o conceito de “Dividendos da Paz” (HEYE, 2005, p.10§3.)²⁵. Até cerca de 1998, os gastos militares haviam sido reduzidos em 23% e as Forças Armadas, em um terço, apesar de, no período, elas terem atendido a diversos e inesperados compromissos. (UNITED KINGDOM, 1998, Chapter 1, item 11, p.9)

7.8.1 As Políticas de Defesa

Nessa situação, o Governo lançou, em 1998, a “Revisão da Estratégia de Defesa” (“*Strategic Defence Review*” – SDR), com a qual o Ministério da Defesa (MoD) pretendia adequar o sistema à nova conjuntura mundial, bastante diferente da vigente durante a bipolaridade.

O documento preconizava a alta sensibilidade diplomática na condução das operações, buscando cunhar a imagem de “força do bem” (“*Force for Good*”) (UNITED KINGDOM, 1998, “*Introduction*”, item 19) nas forças britânicas, em suas intervenções; considerava a OTAN como a pedra angular de seu planejamento de defesa; pretendia manter o papel de líder europeu da Aliança; reduzia o número das armas nucleares cumprindo o Tratado de Redução de Armas Estratégicas (*START II*); passava a ter os SLMB como as únicas plataformas de dissuasão nuclear; adotava o conceito de “Operações Conjuntas” (“*jointness*”), no mesmo espírito da JV 2010 dos EUA; e criava as “Forças Conjuntas de Reação Rápida” (“*Joint Rapid Reaction Forces*”), considerada a alteração mais importante.

Em 2002 foi emitido o “Novo Capítulo da SDR” (“*SDR New Chapter*”) (UNITED KINGDOM, 2002), resultante dos atentados de 11 de setembro de 2001, que introduziu a guerra ao terrorismo e adotou medidas para maior integração operacional com forças dos EUA.

Em 2003 foi emitido o “Livro Branco” (“*Delivering Security in a Changing World – Defence White Paper*”) (UNITED KINGDOM, 2003), que consolidava a doutrina e os procedimentos para implementar os conceitos estabelecidos nos documentos anteriores e declaravam o apoio do RU ao desenvolvimento militar da União Européia (UE) para complementar a OTAN.

²⁵ O conceito previa a redução dos gastos militares com a realocação dos recursos para fins sociais.

Além disso, mostrava que as autoridades do Reino Unido criam no seguinte quadro:

- Não existiam ameaças estatais contra o Reino Unido ou a OTAN, mas a segurança nacional também abrangia ameaças aos cidadãos e aos interesses do Estado, que dependem da estabilidade do Sistema Internacional, vulnerável a uma série de problemas, como terrorismo, desastres naturais, pandemias, etc, que devem ser enfrentados. (UNITED KINGDOM, 2003, p.7§1 e 3; UNITED KINGDOM, 2008, p.3, item 1.3, p.7 item 2.3, p.12 item 3.11, p.15 item 3.25, p.16 item 3.28).

- A Europa e as áreas adjacentes, como o Oriente Próximo, o Norte da África e o Golfo Pérsico são as mais significativas para a segurança nacional, além de encerrarem responsabilidades e laços históricos com o Reino Unido. Assim, para efeitos de planejamento, seriam as áreas focadas para o envolvimento de forças britânicas. (UNITED KINGDOM, 2003, p.5 itens 2.10 a 2.15)

- A aliança com os EUA é de importância primordial para a segurança nacional. As forças do Reino Unido só se envolverão em operações com maiores exigências militares, (UNITED KINGDOM, 2003, p.7§9) ou em intervenções em outros Estados, em conjunto com forças norte-americanas. (UNITED KINGDOM, 2003, p.8§2) Essa aliança ou seus desdobramentos são citados inúmeras vezes nos documentos de defesa com conotação semelhante, o que denota grande tolerância política a tal dependência.

- Nas operações em que o Reino Unido resolver participar, sua contribuição militar deve ser significativa, a fim de assegurar-lhe uma posição influente no processo de decisão político-militar. Para tanto, as forças britânicas precisam ser interoperáveis com a estrutura de C2 das forças norte-americanas, ajustarem-se ao seu desenvolvimento das operações e possuírem capacidades que causem o maior impacto possível. (UNITED KINGDOM, 2003, p.8§2)

Em março de 2008, pela primeira vez na História e à semelhança dos EUA, o Reino Unido emitiu uma “Estratégia de Segurança Nacional” – a “*The National Security Strategy of the United Kingdom – Security in an interdependent world*”, elaborada pelo Primeiro Ministro, que definia os desafios de segurança ao País, suas motivações e as formas de gerenciá-los e enfrentá-los, a fim de “salvaguardar a nação, seus cidadãos, sua prosperidade e sua maneira de viver.” (UNITED KINGDOM, 2008, p.3, item 1.4; p.4§1.7) e estabelecia uma estratégia única que deveria integrar as abordagens, objetivos e planos de todos os órgãos do governo.

Em 18/10/2010, um novo ciclo parece ter começado com a publicação da “Revisão de Defesa e Segurança Estratégicas” (“*Securing Britain in an Age of Uncertainty: The Strategic Defence and Security Review*” - SDSR) (UNITED KINGDOM, 2010), com o mesmo espírito

da SDR-1998. Seu motivo gerador foi a imperiosa necessidade de cortar despesas, e ela estabelece que revisões semelhantes serão realizadas a cada 5 anos, informando também que algumas decisões serão deixadas para a próxima revisão, em 2015.

Como decisão mais importante, o Reino Unido continuará a contar com dissuasão nuclear independente – os SLMB, ainda que com certas reduções (UNITED KINGDOM, 2010, p. 5§5) mais adiante apresentadas, embora a decisão sobre a construção dos novos SLMB e de sua dotação – se serão três ou quatro – tenha sido retardada para 2016, o que o Governo afirma ser possível, mas analistas afirmam acarretar o risco de o país ficar sem dissuasão nuclear por algum tempo na década de 2020, face ao intervalo entre o término da vida útil dos meios atuais e a entrada em serviço dos novos. (UNITED KINGDOM, 2010, p.39 item 3.13; ROYAL UNITED SERVICES INSTITUTE, 2007, “*Why Now?*”)

Alguns princípios merecem ser destacados:

- reforçar as parcerias de defesa, o que envolve planejar forças não só para as necessidades próprias, mas para o que pode ser útil para os parceiros e manter um largo espectro de capacidades mesmo em pequena escala, procurando ser útil em um grande número de casos. Quanto a parcerias e alianças, a SDSR repisa que a relação com os EUA é a prioritária, e que a OTAN é o fundamento (“*bedrock*”) da Defesa do Reino Unido.

- Ser mais seletivo no uso das forças armadas, empregando-as apenas quando houver interesses importantes em jogo, objetivos estratégicos claros, custos políticos, econômicos e humanos aceitáveis, uma saída estratégica viável e justificativa pela Lei Internacional (UNITED KINGDOM, 2010, p. 16 item 2.9; p. 59 item 5.2; p. 17 item 2.10§3), uma provável lição da Guerra do Iraque;

A SDSR cita, entre outras, ameaças do terrorismo e de ataques cibernéticos por agentes estatais ou não. Diferente dos documentos anteriores, que não reconheciam ameaças estatais, a SDSR considera que o risco de ataque militar de grande escala ao Reino Unido por outro Estado é considerado de baixa probabilidade, mas de alto impacto e será enfrentado pela manutenção da dissuasão convencional, nuclear e por alianças, bem como com a regeneração de capacidades. (UNITED KINGDOM, 2010, p. 4§1 e 2; p. 10 item 1.5 (ii))

O Reino Unido estabelece a “dissuasão nuclear mínima eficaz como último recurso para dissuadir as mais extremas ameaças” e garante que as armas nucleares não serão usadas contra membros não-nucleares do TNP, em dia com suas obrigações, mas se reserva o direito de rever esta garantia, (UNITED KINGDOM, 2010, p. 37 item 3.1e 3.7) dependendo das futuras ameaças de ADM, mesmo não nucleares.

Em 2/11/2010, portanto catorze dias depois da emissão da SDSR, foi assinada a Declaração Conjunta de Defesa e Segurança entre a França e o Reino Unido, em que foram tomadas decisões sem precedentes, envolvendo o compartilhamento e uso em comum (“*sharing and pooling*”) de materiais, equipamentos, procedimentos e tecnologias altamente sensíveis, como o de uma instalação existente na França, para modelagem das bombas e de outros materiais nucleares dos dois países; o desenvolvimento de uma força expedicionária conjunta para emprego bilateral, na OTAN, na ONU e em outras organizações; o compartilhamento, a partir de 2020 dos NAe, meios aeronavais e navais dos dois países em um Grupo de Ataque de NAe Integrado (“*Integrated Carrier Strike Group*”); o reabastecimento em voo de aeronaves dos dois países; o compartilhamento de tecnologias de submarinos nucleares e de contramedidas de minagem, e vários outros itens normalmente não compartilhados pelos Estados.

Da declaração não constou o compartilhamento de SLMB para a dissuasão nuclear conjunta, como chegou a ser noticiado em fins de setembro e este autor acha que deve ter sido cogitado nos estudos preliminares, mas é possível que venha a constar do futuro acordo, do qual a reunião em que a declaração foi assinada foi a primeira preparatória. (SARKOZY; CAMERON, 2010)

7.8.2 As Estratégias de Defesa

A SDR (1998) procurou adequar o sistema de defesa a operar nas áreas de real interesse britânico – Europa, a então área de atuação da OTAN e, fora dela, no Mediterrâneo, no Norte da África e no Golfo Pérsico, (UNITED KINGDOM, 1998, Future Military Capabilities, Annex A e WILLET, 2004, slide 3), mas o “Novo Capítulo”, de 2002, elaborado em consequência dos atentados de 11/09/2001, prevê que o terrorismo pode acarretar comprometimentos mais distantes, como no Afeganistão e no Sul da Ásia. (UNITED KINGDOM, 2002, p.13§1, p.10§5)

Em julho de 2004 foi emitido um complemento ao Livro Branco que havia sido emitido em 2003 (“*Delivering Security in a Changing World – Future Capabilities*”), que estabelecia uma nova estrutura das forças com base nos reduzidos orçamentos e em alguns critérios, pelos quais as necessidades de meios podiam ser reduzidas em face das operações em coalizão, com a formação de forças expedicionárias, tais como:

- o Reino Unido só realizará operações de larga escala em conjunto com os EUA, em coalizão por eles liderada, ou com a OTAN, quando poderá escolher como contribuir; (UNITED KINGDOM, 2004, p.2§6)

- Em operações de longa duração, após a fase inicial, quando a força conjunta for desdobrada e a estabilidade conseguida, apenas forças ligeiras serão necessárias; (UNITED KINGDOM, 2004, p.3§5)

- Apesar de o impacto da presença de um submarino exigir a capacidade de neutralizá-lo, a ameaça potencial de submarinos hostis na maioria das operações futuras do Reino Unido é provavelmente muito baixa; (UNITED KINGDOM, 2004, p.4§1)

- A integração em rede de sensores, tomadores de decisão e sistemas de armas permitirá uma operação mais eficiente por meio do compartilhamento das informações entre as forças do Reino Unido e os parceiros de coalizão. (UNITED KINGDOM, 2004, p.1; p.5§1)

Este autor vê algumas dessas considerações como de difícil compatibilização com a intenção de pleitear tarefas importantes para obter posições de nível decisório nas operações em coalizão.

A SDSR 2010 parece indicar a intenção do novo governo britânico de reverter a tendência declinante do sistema de Defesa, inclusive lançando mão das possibilidades materiais e tecnológicas da França, com a declaração conjunta já citada.

Esse documento estabelece as capacidades julgadas necessárias para as forças do Reino Unido em 2020 e as providências para chegar a elas, esclarecendo que o setor de defesa contribuirá menos que os outros para a redução do déficit público, (UNITED KINGDOM, 2010, p.3§3; p. 9 item 1.3; p.16§2.8) e que o seu orçamento vai aumentar. Dois erros estratégicos são identificados na administração anterior: reter demasiados equipamentos aplicáveis em conjunturas anteriores e hoje não mais exigidos, e prender-se a capacidades futuras ambiciosas e desnecessárias. (UNITED KINGDOM, 2010, p.3§3; p. 9 item 1.3)

A SDSR não menciona áreas geográficas específicas de atuação das forças do Reino Unido, embora para o Poder Naval, haja uma menção à defesa dos territórios no Atlântico Sul, (UNITED KINGDOM, 2010, p.21§1, item 2A3) mas assinala que elas estão superexigidas, e é necessário manter os compromissos herdados no Iraque e no Afeganistão, que já ultrapassaram as previsões iniciais de gastos, fornecendo os meios adequados às forças lá desdobradas.

7.8.3 As Estratégias Navais

Com a SDR (1998), a Marinha Real ganhou um papel chave nas citadas Forças Conjuntas de Reação Rápida (UNITED KINGDOM, 1998, “*A New Operational concept for the Navy*”) por sua liderança em ações de projeção de poder, estabelecendo-se, entre outras medi-

das, a obtenção de dois grandes navios-aeródromos e dois grandes navios anfíbios, a fim de dispor da capacidade de desdobrar rapidamente uma força poderosa em uma área de interesse, sem a demora e a incerteza de um acordo internacional para a obtenção de bases de apoio em territórios próximos.

Além disso, os SNA classe *Trafalgar* foram capacitados a lançar mísseis *Tomahawk*, a fim de coagir “regimes párias a cumprir exigências internacionais e da ONU”; e a renovação da força de SNA foi enfatizada, com a encomenda de maior número de unidades da nova classe “*Astute*”. Por outro lado, o número de SNA passou de 12 para 10 e dos escoltas de superfície, de 35 para 32. (UNITED KINGDOM, 1998, “*Message of the First Sea Lord*”, p.267 e “*Key Points*”, p.378)

O complemento de 2004 ao Livro Branco, com base nas considerações acima transcritas, manteve os navios-aeródromos e os navios anfíbios previstos na SDR (os últimos já construídos na época), mas reduziu os SNA para oito e o número total de escoltas (contratorpedeiros e fragatas) para 25, sendo oito de uma nova classe: “*Daring*” (ou “tipo 45”). (UNITED KINGDOM, 2004, p.7§3 e 4) Trata-se de um contratorpedeiro cujo sistema de mísseis antiaéreos é capaz de defender tanto forças navais como territórios próximos, e também é capaz de operar os grandes helicópteros *Chinook*, de transporte de tropa. (UNITED KINGDOM, 2010, p.21 item 2A4§4)

O MoD (“*Ministry of Defence*”) esperava, assim, construir uma capacidade expedicionária naval mais flexível e com mais poder de combate para dentro do ambiente terrestre, que pudesse operar distante de suas bases e ser lançada em qualquer hora ou local. Isso significava dispor de uma força naval capaz de conduzir operações navais e contribuir com o ambiente terrestre em termos de ataque, operações anfíbias e vigilância. (UNITED KINGDOM, 2004, p.7, item 2.10)

Essa constituição da força naval continha alguns aspectos interessantes:

- a construção de dois NAe caros denotava que esses meios eram bastante necessários para as principais ações visualizadas – as de projeção de poder sobre terra. Afinal, desde que disponha de boas aeronaves, lançar bombas sai mais barato que lançar *Tomahawk*, principalmente depois do lançamento desses mísseis sobre as defesas antiaéreas e outras estruturas do inimigo, que afetem a oposição.

- O número de escoltas era considerado baixo por autoridades navais, e isso contrastava com a construção dos NAe e dos dois navios de desembarque – meios caros, de grande porte e de grande significado político e estratégico. Em princípio, essa discrepância poderia

provocar grave vulnerabilidade contra algum oponente que, mesmo sendo um Estado pouco desenvolvido, tivesse alguma capacidade submarina ou aérea de boa qualidade, o que é possível atualmente, e constitui preocupação até mesmo da marinha norte-americana.

O LB, contudo, considerava tal situação de probabilidade muito baixa, e isso contribuía para justificar a discrepância, assim como a talvez excessiva confiança na integração das forças em rede.

As autoridades navais se manifestaram, preocupadas:

“As pessoas não devem ter ilusões sobre que, com apenas 25 contratorpedeiros e fragatas, estaremos muito próximos do limite.”; “Uma plataforma – mesmo ligada em rede – não pode estar em dois lugares ao mesmo tempo”. (Admiral Sir Alan West, *First Sea Lord and Chief of Naval Staff* apud WILLET, 2004, slides 4 e 19)

Tal situação se justificava pela intenção do Governo britânico de só empregar suas forças armadas – no caso, a Marinha Real – contra algum inimigo medianamente desenvolvido, em coalizão com forças norte-americanas, situação em que a operação conjunta das forças navais das duas marinhas reduziria a deficiência de escoltas.

A SDSR 2010 resolveu este problema, reduzindo consideravelmente o número de unidades a escoltar, como exposto nas determinações abaixo:

- Os dois grandes NAE em construção serão terminados, mas quando prontos, operarão rotativamente, ou um deles será vendido para algum aliado próximo que habilite o JMTG (“*Joint Maritime Task Group*” – Grupamento-Tarefa Naval Conjunto), conceito que prevê forças-tarefas com unidades de países aliados com alto nível de interoperabilidade.

Para tanto, serão dotados de catapultas que permitam a operação de aviões de decolagem normal (provavelmente a variante naval do F-35 – “*Joint Strike Fighter*”, norte-americano), e não somente os de decolagem vertical como antes previsto, o que permitirá sua utilização por aeronaves francesas e norte-americanas, uma alteração que retardará a prontificação do primeiro NAE de 2016 para 2020.

Considerando as atuais tarefas de projeção de poder, ele será operado com 12 aeronaves de ataque (embora tenha capacidade para 36), 12 grandes helicópteros de transporte (“*Chinook*” ou “*Merlin*”) e oito helicópteros de ataque (“*Apache*”). Assim, o NAE poderá desembarcar e apoiar grupos de fuzileiros ou de forças especiais, mas essa combinação variará com a missão.

O grande NAE faz sentido, mas com aeronaves normais modernas que, catapultadas, podem ter raio de ação de mais de 700 milhas, bem armadas, o que permite projeção sobre

mar ou terra em qualquer lugar do mundo, necessária nos conflitos atuais. Os NAe britânicos atuais, construídos durante a Guerra Fria, foram projetados para operar aeronaves de curto raio de ação (“*Harrier*”- de decolagem vertical), primariamente para a defesa aérea de uma força naval, contribuindo para o controle de uma área marítima. (UNITED KINGDOM,2010, p.21 item 2A4, p. 22 e 23; p.22 “*Aircraft Carriers*”§3)

- As aeronaves *Harrier* e um dos dois antigos NAe (“*HMS Ark Royal*”) serão desativados imediatamente. O outro NAe (“*HMS Illustrious*”) será objeto de um estudo, assim como o navio de desembarque *HMS Ocean*, para determinar o mais apto a continuar em serviço, mas como porta-helicópteros. Isto deixará a Marinha britânica sem aeronaves de asa fixa por dez anos (DONALDSON; MUSTOE, 2010, “*Helicopter Plans*”, §2) – até a entrada em operação do novo NAe, em 2020 – e com as aeronaves ainda por serem escolhidas;

- Um dos dois novos navios de desembarque será colocado em reserva (“*extended readiness*”), mantendo-se o outro em operação. (UNITED KINGDOM, 2010, p. 5§3; p.22 item 2A5)

- o número de escoltas cairá para 19, sendo seis dos novos tipo 45 (“*Daring*”);

- serão substituídos por novos os 14 navios de contramedidas de minagem, que também podem fazer patrulha, considerando que eles aumentam consideravelmente a segurança dos SLMB²⁶;

- Os sete novos SNA da classe “*Astute*” serão mantidos; (UNITED KINGDOM, 2010, p.21 item 2A4§4, 1 e 7) e

- As decisões sobre a construção de novos SLMB – projeto final e o número de unidades (se 3 ou 4) para manter a patrulha contínua – serão deixadas para 2016. Com isso, o primeiro será prontificado em 2028. Essa alteração envolve o risco de o Reino Unido ficar algum tempo sem o número mínimo (3) para possibilitar a permanência de pelo menos um em patrulha, já que a vida útil do mais velho dos atuais SLMB chega ao fim em 2017, possivelmente extensível até 2022, e o segundo, terminaria a extensão de 5 anos em 2024, mas pela SDSR, eles podem operar, “com algum investimento”, até 2030. (UNITED KINGDOM,2010, p.39 item 3.13; ROYAL UNITED SERVICES INSTITUTE, 2007,“*Why Now?*”)

Com tais medidas, as capacidades previstas na SDSR para o Poder Naval são: defender o Reino Unido e territórios no Atlântico Sul, manter dissuasão nuclear contínua, manter presença em regiões prioritárias, contribuindo para a dissuasão convencional e realizar pode-

²⁶ Patrulhando os acessos à base dos SLMB e varrendo eventuais minas neles lançadas.

rosas intervenções com meios de superfície e submarinos, incluindo desembarque de tropas. (UNITED KINGDOM, 2010, p.19 item 2A1; p.4§5 e p.21 item 2A3)

7.8.4 O Emprego de Submarinos pela Marinha Britânica

A Marinha do RU possui 4 SLMB da classe *Vanguard* e 7 SNA da classe *Trafalgar*. Dos SNA da classe *Astute*, que deverão substituir os da classe *Trafalgar*, o primeiro está nos testes iniciais pós-lançamento, há 2 em construção e está prevista a construção de mais 4 unidades. (SAUNDERS, 2007, p. 838 a 842)

A SDR (1998) estabeleceu que apenas um SLBM fosse mantido em patrulha por vez, com 48 cabeças nucleares, o que representava uma grande redução em relação a disposições anteriores, que previam 96 bombas. (UNITED KINGDOM, 1998, item 67) A SDSR (2010) determinou que os atuais SLMB tenham o número de cabeças reduzido de 48 para 40, e os tubos de mísseis em uso, de 12 para 8, sendo que os novos SLMB serão construídos com apenas oito tubos, em vez dos 16 da classe *Vanguard*. (UNITED KINGDOM, 2010, p.39, item 3.14)

Todos os SNA lançam mísseis *Tomahawk*, o que lhes proporciona alta capacidade de coerção e dissuasão, bastante conveniente para o Reino Unido, como potência média que se considera, por ser utilizável na “guerra praticável” (a que exclui as armas nucleares), necessária nas conjunturas após o fim da Guerra Fria. Foi empregado pelo Reino Unido pela primeira vez contra a Sérvia, em 1999 (PICCARD, 2006, p.32§5) e tem sido apoiado por uma sucessão de governos britânicos como um dos aspectos da utilidade política do Poder Naval.

Sua conexão com a fase inicial da dinâmica de uma “operação de Projeção Naval” é especialmente valorizada: (WILLET, 2008§4)

Militarmente, os TLAM lançados por SNA fazem sentido estratégico para o UK. Os TLAM projetam fogos navais convencionais balanceados e precisos para além do litoral, para desmontar a capacidade do adversário conduzir a guerra, expande as opções para formatar os aspectos espacial e temporal dos espaços de combate estratégico, operacional e tático, e possibilita a entrada no Teatro dos meios que realizarão as ações subsequentes.

A marinha britânica utilizou SC até 1993, considerando que eles tinham um papel a cumprir nas operações em águas rasas, principalmente, as que envolviam forças especiais, como as realizadas pelo HMS *Onix*, durante a Guerra das Malvinas, mas também em patrulhas AS na barreira GIUK contra submarinos soviéticos, a fim de liberar os SNA para outras tarefas; contudo, com os cortes do orçamento da Defesa ocorridos em 1993, houve necessida-

de de escolher entre desativar dois SNA ou os quatro convencionais que então possuía, preferindo-se a última alternativa. (OLVER, 2000, §1 e 5)

A SDSR classifica os sete SNA *Astute* como antissubmarino e ressalta que eles possuem combustível para 25 anos e autonomia limitada apenas pela capacidade de gêneros alimentícios, que podem ser rapidamente desdobrados para qualquer lugar, operar secretamente nos oceanos provendo inteligência estratégica; contribuir para a proteção dos SLMB e de forças de superfície e lançar TLAM sobre alvos em terra. (UNITED KINGDOM, 2010, p.21 item 2A4) Os *Astute*, além disso, possuem dispositivos para o lançamento de equipes de operações especiais, podem portar 38 engenhos, entre torpedos, mísseis antinavio *Harpoon*, mísseis de cruzeiro *Tomahawk* ou minas, todos lançáveis pelos seis tubos de torpedos.

7.8.5 Apreciações

Notam-se dois aspectos que indicam diferenças importantes entre as conjunturas mundiais do início dos anos 2000 e a atual. Na primeira, o LB 2003 considerava que não havia ameaças estatais ao Reino Unido, já a SDSR de 2010 considera que há, embora remotas. No segundo, parece estar sendo atribuída menor importância à dissuasão nuclear atualmente, pelos fatos de a renovação dos SLMB ter sido postergada, o número de cabeças ter sido reduzido, e pela orientação de dotar os novos SLMB de apenas oito tubos, quando os antigos possuíam 16.

O problema de dependência de petróleo não é grande no Reino Unido, que importa apenas cerca de 6% do que consome, mas é grande para outros países europeus e da OTAN, como a França, a Alemanha e a Espanha e para os EUA. Assim, a principal parte da área em que pretende se manter atuante é o Oriente Médio, que coincide com uma das principais áreas de atuação de seu principal aliado, o que contribui para seu envolvimento nas iniciativas militares dos EUA, como se viu a Guerra do Iraque.

Em coerência, a Marinha Real mantém postura ofensiva, privilegiando a capacidade de intervenção em países fracos, o que é confirmado pelo atual programa de reaparelhamento, onde sobressaem os meios de projeção de poder sobre terra, típicos de um atacante, na Guerra de Litoral.

A adequação das forças às novas condições econômicas e estratégicas implicou a desativação definitiva ou temporária de diversos meios e a redução do escopo do programa de reaparelhamento, mas os 7 SNA foram mantidos, e a grande faixa de aplicações a que atendem foi exaltada na SDSR. O SNA é uma plataforma inerentemente flexível pela fartura de energia

e a mobilidade ilimitada de que dispõe, e a única característica que pode inviabilizar sua operação é a má qualidade acústica, pois pode torná-lo facilmente detectável, o que está longe de ser o caso do *Astute*, que tem nesse aspecto um de seus pontos altos. Cabe também notar que a falta de aviação de asa fixa, como previsto, limitará consideravelmente a capacidade autônoma de controlar áreas marítimas, tornando-a dependente de outras marinhas.

Atualmente, as forças navais do Reino Unido são primordialmente preparadas para a Guerra de Litoral na posição de atacante, mas mantêm alguma capacidade de ações na Guerra Naval tradicional porque tem como tarefa a proteção de territórios ultramarinos, o que as levaria a enfrentar outras forças navais.

7.8.6 Conclusão

A aliança com a Superpotência confere muitas vantagens ao Reino Unido em termos de fornecimento de material bélico e tecnologia de armamentos, e essa dependência não parece constituir um problema político interno, em face das ligações históricas e, na opinião deste autor, por se refletir em menores gastos militares para um governo que, há muito tempo, é fortemente pressionado a reduzi-los. Apesar disso, o Reino Unido chegou a uma situação econômica extremamente difícil, e a redução de seu impacto sobre o sistema de defesa não veio dos EUA e, sim da França.

A solução deste problema por meio da cooperação com os franceses, anunciada na Declaração de 02/11/2010, havia sido sugerida pelo presidente Sarkozy por ocasião da emissão de seu último Livro Branco em junho de 2008, no contexto da decisão de adiar por cinco anos a construção de seu segundo NAe. Na verdade, os principais aspectos da cooperação constam do capítulo “Ambição Européia”, do Livro Branco francês, (FRANÇA, 2008, “*European Ambition*”) o que também caracteriza o citado acordo de cooperação como uma vitória política francesa.

7.9 Análise das Políticas e Estratégias de Defesa da Itália

A Itália não publica livros brancos de defesa. Em 2005, o escritório do Chefe do Estado-Maior da Defesa publicou seu “Conceito Estratégico” com o propósito de alinhar o processo de transformação das Forças Armadas com a evolução atual da OTAN e o processo de construção da Política Comum de Segurança e Defesa da UE. O processo pretende dar maior eficácia e flexibilidade de resposta aos desafios atuais e futuros, a fim de garantir a segurança nacional e contribuir para a paz mundial, numa época de mudanças rápidas e imprevisíveis. (ITÁLIA, 2011. Prefácio §2)

7.9.1 Políticas de Defesa

A Itália considera que a missão básica de suas forças armadas é defender a nação e suas instituições das ameaças possíveis, que mudaram significativamente nos últimos anos e vão continuar mudando, o que é muito diferente do que ocorria durante a Guerra Fria, quando elas podiam ser enfrentadas ao se manifestarem concretamente, com a defesa estática no território nacional. Atualmente, as grandes ameaças à segurança são constituídas pelo terrorismo internacional, pelo potencial de uso de ADM por certos atores estatais e não-estatais, pelas instabilidades regionais e pelo solapamento dos interesses vitais, mesmo fora do território nacional.

Tais ameaças, principalmente o terrorismo e os Estados falidos (ou falindo), exigem a adaptação contínua de doutrinas e capacidades – a “transformação” – em coerência com o esquema geral delineado pela OTAN e pela UE, desenvolvendo a capacidade de preveni-las e, quando necessário, intervir rapidamente, por vezes a grandes distâncias, com a menor intensidade e a maior precisão possíveis, o que dá o caráter expedicionário às forças armadas. (ITÁLIA, 2011, p.9 e10)

Pode-se afirmar que o futuro previsível não apresenta ameaças tradicionais à integridade territorial da nação, mas o contexto geopolítico não permite descartar alguns perigos ao território e a interesses vitais, especialmente por atos terroristas. (ITÁLIA, 2011, p. 22§3)

A Itália pretende, a longo prazo, manter uma força de defesa profissional de cerca de 190.000 pessoas, o que corresponde ao nível de ambição nacional, de manter um papel relevante no contexto multinacional. (ITÁLIA, 2011, p.75§2)

As Forças Armadas deverão possuir capacidades operacionais qualitativamente comparáveis às das principais nações aliadas, ainda que quantitativamente inferiores. (ITÁLIA,

2011, p.50§2) Este aspecto é prioritário – quando operam em contextos multinacionais, as forças armadas só podem conseguir o desempenho necessário se dispuserem de meios e sistemas comparáveis aos dos aliados, e a incapacidade de atingi-las as impedirá de desempenhar tarefas importantes, sendo relegadas a papéis secundários. (ITÁLIA, 2011, p. 76§2)

7.9.2 Estratégias de Defesa

As forças armadas devem se preparar para cumprir as seguintes tarefas:

- Defender os interesses da nação contra qualquer possível agressão, o que inclui proteger contra ameaças à integridade e à segurança o território (terra, espaço aéreo e águas territoriais); as linhas de comunicações, as áreas de soberania italiana e os cidadãos residentes no exterior;

- salvaguardar a área Euroatlântica no âmbito dos interesses vitais e estratégicos da nação, contribuindo para a defesa coletiva da OTAN;

- contribuir para a gerência de crises internacionais participando de operações no âmbito de organizações internacionais, sobretudo a OTAN, a UE e a ONU, ou de acordos bi ou multilaterais, principalmente favorecendo a capacidade europeia de gerenciar crises autonomamente;

- contribuir para salvaguardar as instituições livres e para o enfrentamento de catástrofes e outras emergências.

Nessas quatro tarefas deve-se considerar a ação militar contra as ameaças assimétricas, especialmente o terrorismo e a proliferação de armas de destruição em massa (ADM). (ITÁLIA, 2011, p. 15 a 17)

Os seguintes fatores devem ser considerados:

- os grandes atentados terroristas mostraram que nenhum país pode se considerar livre de tais ataques contra sua população, território ou infraestruturas; e há países que não reprimem organizações terroristas ou do crime organizado, muitas vezes por não ter capacidade para tal;

- um número crescente de países já é capaz ou tem potencial para capacitar-se a realizar ataques de mísseis convencionais ou portadores de cabeças nucleares, biológicas, químicas ou radiológicas contra a Europa;

- A OTAN garante alto nível de estabilidade e segurança à Europa, mas em áreas próximas, existem condições de instabilidade que podem colocar interesses italianos em risco ou ameaçar o equilíbrio estratégico regional;

- A Itália é e continuará sendo dependente da energia proveniente do Golfo Pérsico e do Norte da África, onde há países que se enquadram nos aspectos acima. (ITÁLIA, 2011, p. 22 e 23)

As áreas de interesse nacional da Itália – onde o país pode tomar iniciativas, inclusive militares, no interesse nacional ou das organizações internacionais a que pertence – se dividem em “áreas de interesse estratégico” e as “outras áreas”. As primeiras compreendem o território nacional, a UE, os Balcãs, a Europa Oriental, o Cáucaso, o Norte da África e o Chifre da África, os Orientes Próximo e Médio, e o Golfo Pérsico; e constituem a região mais provável de serem objeto de ações para salvaguarda dos interesses vitais e estratégicos italianos. As “outras”, sem definição geográfica precisa, consistem nos pontos onde a Itália poderá realizar intervenções menos graves, sendo mais prováveis na África, com operações de gerência de crises de baixa ou média intensidade, ou de assistência humanitária.

As visões estratégicas da OTAN e da UE não definem um limite geográfico para suas intervenções, que serão determinadas pela situação estratégica e pelo consenso político, numa análise caso a caso. (ITÁLIA, 2011, p.26 a 31)

As operações de gerência de crises e manutenção de paz poderão exigir a faixa de capacidades correspondente a conflitos de alta intensidade, que também pode ser necessária se, mesmo em operações multilaterais, for necessário resguardar interesses nacionais vitais ou estratégicos, além de não se poder excluir de antemão a possibilidade de ressurgência de ameaças tradicionais ao território italiano ou de algum aliado. Este aspecto impõe a conservação das capacidades de enfrentar tais situações, mesmo quando se considerar situações menos exigentes, que são atualmente mais comuns. (ITÁLIA, 2011, p.32§2)

Entre as principais metas a serem atingidas com o processo de transformação das Forças Armadas, estão a interoperabilidade – capacidade de se integrarem a sistemas multinacionais; e a conotação expedicionária – capacidade de projetar poder e operar continuamente em teatros externos e distantes, o que identifica uma estratégia que, em termos navais, é típica da posição de atacante, no paradigma de Guerra de Litoral, como não poderia deixar de ser, tratando-se de um país da OTAN. (ITÁLIA, 2011, p.69§1 e 2)

Uma série de metas está sendo perseguida, em coerência com o projeto de transformação das forças armadas, entre os quais as seguintes:

- capacidade expedicionária conjunta baseada na contribuição sinérgica e integrada das quatro forças armadas para a obtenção de um equilíbrio entre forças de maior prontidão e po-

der de combate e forças otimizadas para o pós-combate ou operações de sustentação (“*sustainment operations*”), com menor intensidade. (ITÁLIA, 2011, p.84§4)

Neste particular, este autor crê que a Alemanha está bem mais adiantada que a Itália, com seu conceito de “Forças de Resposta” e “Forças de Estabilização”, que lá já motivavam diferenças marcantes em especificações de características de navios;

- a disponibilidade, para as NRF, de estruturas de comando e forças capazes de operar segundo a doutrina da OTAN; (ITÁLIA, 2011, p.90§1)

7.9.3 Estratégias Navais

Para os italianos, a ameaça terrorista, como apresentada na década de 2000, afetou as Relações Internacionais causando instabilidade e levando a uma profunda reconsideração das situações geopolíticas e das forças armadas, a fim de reforçar os meios necessários a reduzir os riscos que emergiram. Nesse contexto, a OTAN influenciou o desenvolvimento da Política Comum de Defesa Européia, levando a UE a atualizar seus sistemas militares e de comando. Esse processo resultou em vários projetos para aumento de capacidades militares, sendo que 30% deles, com implicações na área naval, principalmente para melhoramentos no setor aero-naval. (BIRAGHI, 2004, p.7)

A marinha italiana atende a uma série de compromissos nos níveis nacional e internacional, nestes, principalmente os da OTAN e da UE, os quais coincidem consideravelmente com os da defesa nacional direta, porque a área de interesse é em grande parte a mesma – o Mediterrâneo, ou o “Mediterrâneo mais amplo” (“*Wider Mediterranean*”), denominação que abrange o Mediterrâneo, o Mar Vermelho, o Golfo da Arábia, o Oceano Índico e o Mar Negro. (BRANCIFORTE, 2011, p.80§12) Existem, contudo, conflitos a administrar *ad hoc*, entre as necessidades de prover segurança às cercanias da Itália e as de participar em operações daquelas organizações em outros pontos.

Entre esses compromissos constam as participações no SNMG-2 e no SMMCMG-2; em conjunto com a Espanha, nas forças anfíbia e de desembarque mantidas pelos dois países (SIAF/SILF); e na Iniciativa Anfíbia Européia” (“*European Amphibious Initiative*” – EMI), em conjunto com a França, Holanda, Espanha e RU – todos esses grupamentos integrando as NRF da OTAN, além de missões sob a bandeira da “Força Naval Européia” (“*European Maritime Force*” – EMF), como a força-tarefa de apoio à ONU no Líbano (UNIFIL), e da própria Itália, como na força multinacional de monitoramento do Estreito de Tiran. (THE ITALIAN, 2008, p. 21)

A marinha italiana também apoia, por meio de várias atividades como adestramento, operações conjuntas, etc, a cooperação com países mediterrâneos não-membros da OTAN nem da UE, mas atendidos pelos programas “Diálogo Mediterrâneo” e “Parceria Euro-Mediterrânea”. (BIRAGHI, 2004, p. 8§5)

Assim, a marinha cobre uma larga faixa de capacidades que vai desde o “mostrar a bandeira” até intervenções com forças limitadas, explorando-se plenamente as vantagens políticas das forças navais, que permitem implementar a presença sem ocupação e a pressão sem envolvimento real. (BIRAGHI, 2004, p. 9§3 a 11)

Tais necessidades levaram à formulação de uma doutrina para balanceamento das forças navais, que procura equilibrar a capacidades de Comando e Controle e afins (Comunicações, Inteligência, etc); a de realizar a vigilância do Mediterrâneo por plataformas aéreas e navais; e a de intervenção por forças flexíveis, empregando o “tridente” - vetores aéreos, forças anfíbias e forças especiais. (BIRAGHI, 2004, p. 10§2 a 5)

A força naval italiana é composta principalmente de 2 NAe, 24 escoltas (12 fragatas, 4 contratorpedeiros e 8 corvetas), 3 navios anfíbios médios, 3 navios de apoio, 10 navios patrulha, 12 navios caça-minas e 9 SC. A aviação naval compreende helicópteros, aeronaves de ataque de decolagem vertical e aeronaves de patrulha/antissubmarino. (THE ITALIAN, 2008, p. 21§10 e 11)

Nas atividades relativas à patrulha naval, no plano nacional, a marinha está chefiando um grupo interministerial para desenvolver o “Sistema Integrado de Vigilância Marítima Interagências”, que consiste na reforma geral do atual sistema de vigilância marítima, incluindo melhoramentos no subsistema de MDA (na rede de radares costeiros, a introdução da capacidade de fusão de dados, etc) e, possivelmente, a substituição das aeronaves de patrulha, navios de patrulha e navios de contramedidas de minagem. (THE ITALIAN, 2008, p. 24§2 e 3)

Esse sistema é importante para os vários órgãos do Governo que receberão os dados – Guarda Costeira, Polícia aduaneira, Polícia Federal e Polícia de Segurança Pública (“carabinieri”) – e que vêm o monitoramento do mar com seus enfoques particulares, mas ele também é fundamental para Marinha, possibilitando garantir a segurança marítima do Estado, o que inclui a segurança (“*safety and security*”) das atividades econômicas ligadas ao mar. (BRANCIFORTE, 2011, p. 80§12 e 13)

No plano além do nacional, o esforço maior é no Mediterrâneo, com maior atenção no controle das “bordas”, em coordenação com a “Agência de Fronteiras Externas” da UE (FRONTEX), mas também é realizado o patrulhamento fora das bordas, voltado principal-

mente contra atividades terroristas, com o emprego de navios de superfície, aeronaves de patrulha e submarinos, o que é conhecido como “Operação Esforço Ativo” (“*Operation Active Endeavour*”). (THE ITALIAN, 2008, p. 24§1) A MDA sobre o Mediterrâneo é objeto da busca de procedimentos para obtenção de dados de outras marinhas da região, o que é tentado por meio de simpósios periódicos e outros contatos. (BRANCIFORTE, 2011, p. 81§4)

Cabe registrar que a perda de capacidades decorrente da queda de experiências pessoais nas áreas-chave da Marinha, como Guerra antissubmarino ou defesa antimísseis, em decorrência da maior dedicação à Guerra Assimétrica, é uma preocupação dos setores envolvidos, que estão tomando providências para manter o adestramento pertinente. (THE ITALIAN, 2008, p. 6§4)

Essa maior dedicação às intervenções deve continuar, como deixa antever o fato de a marinha italiana ter programado a obtenção de apenas quatro fragatas antissubmarino, enquanto solicitou seis de emprego geral/ataque a terra, em recente encomenda. (SLADE, 2007, p.25§1; SAUNDERS, 2007, p. 380) Há, além disso, um conflito, ao planejar políticas navais, entre o atendimento às necessidades de operação multilateral e às necessidades particulares do país. (BRANCIFORTE, 2011, p.78§3)

A Marinha está passando por uma grande modernização, construindo-se diversos meios novos. A principal unidade, seguindo as diretrizes da OTAN para incrementar o setor aeronaval foi um NAe (“*Cavour*”), cuja construção, porém, o tornou capaz tanto de transportar e lançar diversos tipos de aeronave como de ser o principal meio em operações anfíbias, o que o torna bem adequado às intervenções de pequenos contingentes preconizadas pela UE. Cabe notar ainda que esse meio é de grande raio de ação, demonstrado por sua participação na operação de auxílio às vítimas do terremoto do Haiti, em 2010, e que sua escolta também está sendo objeto de renovação.

O navio poderá transportar 18 aeronaves, sendo 12 de ataque, de decolagem vertical, dois helicópteros de alarme aéreo antecipado e quatro helicópteros AS. Alternativamente, poderá transportar tropa (450 homens) e 20 carros de combate ou 100 veículos leves, possuindo uma rampa para seu embarque. (SLADE, 2007, p.23§2 e p. 24§2)

7.9.4 A Itália e os Submarinos

A Marinha italiana só opera submarinos convencionais e possui sete unidades. Deles, os quatro mais antigos são de projeto e construção própria, S90 – classe Sauro, modernizados, que deverão permanecer em serviço até 2020; e os 2 mais modernos são U-212A, de projeto

alemão, construídos na Itália, sendo que há mais dois ainda em construção, havendo também um S90 não modernizado, usado para adestramento. Todos são de mesmo porte, semelhantes aos S Tupi, mas os U-212A, possuem propulsão AIP, como os da marinha alemã. (ITALY, 2011) A opção pelo projeto alemão deveu-se ao menor custo dos mesmos contra o do desenvolvimento autóctone do projeto de um submarino igualmente avançado. (SLADE, 2007, p.28§2)

Os submarinos italianos tem seu emprego previsto nas tarefas típicas, como ações de superfície e antissubmarino, vigilância, coleta de dados e apoio a grupamentos navais, (ITALY, 2011) o que pode ser feito nas áreas de ação dos grupamentos, e não acompanhando-os, o que escapa às possibilidades dos SC por falta de velocidade. Há também uma menção a seu emprego na “Operação Esforço Ativo”, em conjunto com meios de superfície e aéreos no patrulhamento de áreas marítimas para repressão ao terrorismo. (THE ITALIAN, 2008, p. 24§1)

7.9.5 Apreciações

No tocante à adaptação às doutrinas da OTAN para intervenções, a Itália parece estar atrasada em relação à Alemanha, como já apontado, o que pode já não ser verdade, dado o tempo passado desde as referências que fundamentaram essas informações (2005 e 2006).

Pela doutrina de balanceamento de forças acima citada, A Marinha Italiana tem dois problemas principais: prover segurança marítima à Itália e realizar intervenções.

O primeiro problema, especialmente agravado pela muito respeitada ameaça terrorista, impõe a necessidade de realizar a melhor vigilância possível no Mediterrâneo, e constitui mais um exemplo de afinidade entre as atividades constabulares de patrulha naval e segurança marítima e a tarefa básica do Controle de Áreas Marítimas, em que toma parte um sistema comum de vigilância marítima em torno da Itália, que possui como clientes várias agências governamentais.

A Itália é cercada de mares restritos, que são contidos pelo Mediterrâneo, que também é restrito em suas comunicações com oceanos abertos, fato que sugere procedimentos particulares para a vigilância de suas áreas marítimas, como a troca de informações com outras marinhas, como acima exposto. Sugere também o emprego de SC em ações de vigilância, postados em seus numerosos pontos focais.

Em termos de atividades constabulares, a Itália enfrenta constantes problemas com seu entorno estratégico mais próximo, como ocorreu com as grandes migrações que ocorreram

nos anos 1990, pelo Mar Adriático, em decorrência dos conflitos na antiga Iugoslávia, e atualmente, pelo Sul, vindas do Norte da África, em virtude da crise na Líbia.

O segundo problema determinou a construção de uma capacidade de projeção de poder de média profundidade – por que pretende empregar aeronaves de decolagem vertical – F-35B – que, ainda que mais modernas que as existente (AV-8), têm menor alcance que as aeronaves de decolagem normal empregadas por norte-americanos e franceses; proporcionando, contudo, maior profundidade que a da capacidade de projeção alemã.

Assim, a Marinha Italiana se estrutura primordialmente para empregar estratégias da postura do atacante no paradigma da Guerra de litoral.

7.9.6 Conclusão

A ameaça assimétrica calou fundo entre os militares italianos, e tem constituído a razão subjacente aos dois problemas em que se dividem os esforços de sua defesa naval, não havendo menção a qualquer motivação contra ameaças tradicionais, exceto a disposição para que as habilidades necessárias para enfrentá-las não sejam perdidas, porque elas podem resurgir.

Embora não esteja explícita, deduz-se das tarefas realizadas, que a principal área de atuação da Marinha Italiana é o Mediterrâneo Oriental, mas deduz-se que uma ampliação do raio de atuação para regiões além-Mediterrâneo está sendo buscada, face ao raio de ação dos novos meios, como o NAe Cavour.

7.10 Análise das Políticas e Estratégias de Defesa do Canadá

O Canadá enfrenta difíceis condições geopolíticas e estratégicas para afirmar sua soberania. É o segundo país em extensão territorial, mas a população é rarefeita e o único vizinho terrestre, pouco menos extenso e muito mais populoso, é a Superpotência. (WORLD, 2008)²⁷

O País também fica entre os dois maiores arsenais nucleares e as duas maiores forças de submarinos nucleares do planeta – seu vizinho e a Rússia – o que torna seu espaço aéreo e suas águas jurisdicionais importantes para a defesa dos EUA, além disso, na imensa fronteira que compartilham, de quase 9.000 km, não existem defesas porque os dois lados comungam valores comuns políticos, econômicos, sociais e culturais. (CANADA, 1994, p.20§1)

Inevitavelmente, os EUA constituem o aliado mais importante, e existem inúmeros acordos com eles, sendo o mais importante, o Tratado de Ogdesburg, de 1940, em que reconheceram a natureza indivisível da defesa do continente norte-americano. (CANADA, 1994, p.20§2) Há também, a grande estrutura de defesa comum construída durante a Guerra Fria, com os sistemas de alarme antecipado de Defesa aérea (NORAD) (NORTH, 2010)²⁸, o de vigilância acústica submarina e o de radiogoniometria de alta frequência²⁹; (CANADA, 1994, p.22§2) e estreitas ligações entre as estruturas de adestramento, planejamento de exercícios, apoio logístico e várias outras.

O Canadá participou das duas guerras mundiais, sendo que, na segunda, construiu forças armadas consideráveis, e sua participação foi expressiva. Após ela, filiou-se à OTAN e participou da Guerra da Coreia, mas sua expressão militar foi-se reduzindo.

Logo após o fim da Guerra Fria, com a situação econômica deteriorada, empreendeu um drástico corte nos orçamentos militares (CANADA, 1994, p.9 e 10) e, a partir de então, as restrições econômicas tem aparecido, de alguma forma, nos documentos de defesa.

7.10.1 – As Políticas de Defesa

A missão das Forças Armadas do Canadá é “Defender o Canadá e os valores e interesses canadenses, enquanto contribuem para a Paz e a Segurança internacionais”, (CANADA, 2001, p.9.) e seu detalhamento separa as tarefas nos três seguintes níveis, em ordem de prio-

²⁷ Canadá: 9.984.670 km² e 33.739.900 habitantes; EUA: 9,161,923km² e 310.870.105 habitantes.

²⁸ NORAD (North American Aerospace Defence Command) -organização binacional (EUA e Canadá) encarregada do controle e monitoramento dos espaços aeroespacial e marítimo do continente.

²⁹ Sistema que determina a posição de plataformas pelo cruzamento das direções de suas transmissões-rádio na faixa de HF, recebidas por várias estações.

ridade: proteger a população canadense; defender a América do Norte em colaboração com os EUA e contribuir para a paz e a segurança internacionais. (CANADA'S, 2005, p.8§3).

A partir de 1992, o Canadá emitiu seis documentos de Defesa, sendo o último, a “Estratégia de Defesa “Canadá Primeiro”” em 2008. Os cinco primeiros expõem as considerações abaixo, que permanecem válidas:

- O País não tem propósito belicoso contra qualquer Estado, não precisa nem deseja recorrer à força, e só o fará em reação a agressões. Além disso, não vê qualquer ameaça visando apenas a si próprio, mas se preocupa com as que pesam sobre o conjunto de nações e não pretende se isolar, valorizando a defesa coletiva porque também depende dela, já que não possui e nunca possuirá população nem recursos suficientes para se defender sozinho; (CANADA, 1992, p.5§4 a p.6§4)

- A segurança coletiva inclui a estabilidade da Europa, onde qualquer abalo repercute alhures, inclusive no Canadá que, assim, é favorável à continuidade da OTAN, em face do comprometimento dos EUA, de forte influência estabilizadora; (CANADA, 1992, p.8§1 a 4)

- A dissimetria entre os EUA e os outros Estados atingiu proporções sem precedentes. Além disso, ao mesmo tempo em que os emergentes – China, Índia e Brasil – estão fazendo sentir sua presença no mundo, principalmente na área econômica, a economia canadense, bem como seus gastos militares e sua ajuda internacional caíram a tais níveis, que o Canadá não pode mais se considerar uma potência média, mas mantém a esperança de novamente alcançar os emergentes, por meio da exploração das *commodities* de energia existentes no País, cuja demanda internacional é crescente. (CANADA, 2005, p.2§1e 4).

- A principal política de defesa consiste em estreitar a já profícua parceria com os EUA, e o ponto alto consiste no reforço da cooperação em defesa marítima e aérea, mas também há prioridades comuns em outras áreas, como as medidas para eliminar a ameaça de AMD e o controle de armas e desarmamento. O Canadá, no entanto, decidiu não tomar parte no sistema antimísseis balísticos dos EUA. (CANADA, 2005, p.9§2)

- O controle dos espaços terrestres, marítimos e aéreos – uma responsabilidade nacional em qualquer país – é bastante facilitado pelos acordos de defesa existentes com os EUA, (CANADA, 1992, p.6§5 a p.7§4) que devem continuar. Este aspecto compensa, até certo ponto, as dificuldades impostas pela extensão territorial e da linha da costa – 202.080km – a maior do mundo.

- Os EUA são o único Estado do continente com poder militar suficiente para defendê-lo, mas o Canadá deve esforçar-se para participar da Defesa, sem o que, eles farão exigências incompatíveis com a soberania e a independência canadenses; (CANADA, 1992, p.7§2)

7.10.2 – A Estratégia de Defesa “Canadá Primeiro”, de 2008

Trata-se de um plano com garantia de certo dispêndio anual de recursos e implementação prevista para vinte anos, para atualizar as Forças Armadas e dar condições à Indústria Nacional de apoiá-las. (CANADA, 2008, p.2§3, p. 4§2 e p.1§1)

No plano nacional, deverão ser obtidas as seis seguintes capacidades:

- Conduzir diariamente operações domésticas e continentais, inclusive no Ártico e por meio do NORAD;
- Apoiar um grande evento internacional no Canadá, como as Olimpíadas;
- Responder a um grande ataque terrorista;
- Apoiar autoridades civis durante crises no País, como desastres naturais;
- Conduzir uma grande operação internacional por longo período; e
- Desdobrar forças por curtos períodos em resposta a crises em qualquer lugar do mundo. (CANADA, 2008, p.3§4)

O afastamento da calota de gelo provocado pelas mudanças climáticas trará benefícios – abertura de novas rotas marítimas (pela “Passagem Noroeste”) e aumento da exploração de recursos e do turismo – mas também novos problemas de segurança marítima e de resguardo da soberania. As forças armadas devem demonstrar presença visível nessa região, e ajudar outros órgãos do Governo, como a Guarda Costeira. (CANADA, 2005, p.7§5; CANADA, 2008, p.4§3 e 4, p. 6§7, p.7, p. 8§2)³⁰

No plano binacional, a condição de parceiro forte e confiável é definida pela detenção, pelas forças canadenses, das seguintes capacidades:

- conduzir diariamente operações continentais, inclusive por meio do NORAD que, a partir de 2006, inclui também a vigilância contra ameaças marítimas (“*maritime warning*”) além de contra as aeroespaciais;
- realizar adestramentos e exercícios bilaterais com os EUA;
- responder a crises; e
- manterem-se interoperáveis com as forças dos EUA. (CANADA, 2008, p.8§3 a 6)

³⁰ Talvez o Canadá seja o único país a conchamar as Forças Armadas a auxiliar as forças auxiliares, em caráter permanente.

No plano internacional, o fato de ser uma nação comerciante em um mundo altamente globalizado torna sua prosperidade dependente da estabilidade no mundo, sendo vital que o Canadá faça a sua parte nas ações para mantê-la ou restaurá-la, a fim de que se mantenha entre os líderes e continue a ser um ator internacional crível. Tais ações são realizadas principalmente sob a égide da ONU ou da OTAN, mas também podem ser realizadas fora dessas organizações, em conjunto com Estados de objetivos semelhantes, como conveniente.

A projeção da liderança pode ser conseguida por diversas formas, mas todas com uma característica comum – não se limitar às palavras e desdobrar efetivamente meios militares na área de ação (“*boots on the ground*”). Para tanto, as forças deverão manter as unidades combatentes no mais alto nível de prontidão. (CANADA, 2008, p.8§7 a p. 9)

7.10.3 – As Estratégias Navais

A Marinha do Canadá nasceu constabular, com a “Milícia Naval”, formada após a saída dos britânicos, no final do século XIX, para combater os pesqueiros norte-americanos irregulares³¹. Teve atuação muito discreta na Grande Guerra, mas um crescimento explosivo durante a Segunda Guerra Mundial, quando o País, se sentiu diretamente atingido pelos alemães e participou de diversas operações, com papel relevante na Batalha do Atlântico, destacando-se na Guerra Antissubmarino e chegando a dispor de porta-aviões. (CANADA, 2001, p.53 e 54; p. 56 e 57.) Na Guerra Fria, porém, as motivações políticas para a manutenção da força não competiram à altura com outras necessidades, e ela foi sendo reduzida até a modesta expressão dos dias atuais. (CANADA, 2001, p.60 a 62)

O inventário naval arrola atualmente 15 escoltas (3 contratorpedeiros e 12 fragatas), 12 navios costeiros (SAUNDERS, 2007, p.93)³², 2 navios de apoio (reabastecedores) e quatro SC, distribuídos entre uma base no Atlântico e outra no Pacífico. A força, embora pequena, se vangloria de ser altamente adestrada e interoperável com a marinha norte-americana, tendo integrado vários Grupos de Batalha de Navios-aeródromos (“*Carrier Battle Groups*” - CSG) dos EUA em exercícios e operações reais de imposição de sanções. (CANADA, 2010, “Canadian Navy Teams Up With U.S. Carrier Battle Groups”§3)

O documento “Canadá Primeiro” produzirá melhoras no Poder Naval, mas tirando a retórica, elas constarão basicamente da substituição de unidades que saírem de serviço, e do

³¹ Esta pode ser a origem do forte apelo que a área constabular do Poder Naval exerce na população e nos legisladores canadenses.

³² Navios que buscam e neutralizam minas marítimas e que podem ser usados em patrulha, apesar da baixa velocidade (15 nós). Guarnecidos principalmente por reservistas.

atendimento das novas necessidades impostas pela mudança climática que está reduzindo a cobertura de gelo e aumentando a faixa litorânea navegável, mesmo assim, priorizando meios aéreos. Desta forma, está prevista a substituição dos 15 escoltas por novos, a dos 12 navios costeiros por 6 a 8 navios-patrolha oceânico-árticos (“*arctic/offshore patrol ships*”) e a aquisição de 10 a 12 aeronaves de patrulha marítima.

No plano nacional, prevê-se que a atual possibilidade de pleitear a extensão das áreas marítimas economicamente exploráveis (ZEE e plataforma continental) produzirá tensões com Estados amigos (leia-se EUA) que, mesmo solucionáveis por negociação, aumentarão a importância das forças navais na demonstração do interesse pela definição dos limites marítimos. (CANADA, 2005, p. 4§4, p. 15§4)

O plano binacional ganhou prioridade sobre os demais em virtude do terrorismo global, que expõe brechas nos sistemas de defesa. (CANADA, 2005, p. 5§3) Com essa justificativa, o País endossa a iniciativa norte-americana de “*Proliferation Security Initiative*”, que implica a interceptação e inspeção de navios mercantes em águas internacionais. (CANADA, 2005, p. 14§5 e p.23)

Tal iniciativa é polêmica por violar a liberdade da navegação, e criticada por estender a presença naval e a capacidade de combate dos EUA e de seus aliados a quaisquer linhas de comunicações marítimas (LCM), se e quando eles as considerarem política ou estrategicamente necessárias, a seu critério. (ROZOFF, 2009)

O plano internacional passou a ser cumprido pela “Força-Tarefa de Contingência”, uma força de ação rápida contendo elementos da Marinha, Exército e Força Aérea, adaptável à situação e capaz de ser projetada através dos oceanos nos litorais, dando ao País a capacidade de resposta rápida a crises. (CANADA, 2005, p. 5§2)

A Marinha do Canadá se considera uma força naval média, com capacidade de projeção global, mas visando principalmente a Ásia-Pacífico, o Oriente Médio e o Caribe, em virtude dos desafios à segurança esperados para as próximas décadas. (CANADA, 2005, p. 3§1 e p. 15§3). A capacidade de projeção, porém, é e continuará sendo limitada, pois o inventário não contém, nem são previstos, meios de transporte e de desembarque de tropas, o que implica sua participação somente em operações multilaterais.

7.10.4 – O emprego de submarinos

A partir dos anos 1940, a marinha canadense começou a empregar SC de procedência norte-americana e de um esquadrão britânico com base no Canadá. A partir de 1965 começou

a empregar SC da classe *Oberon*, de construção britânica e, em 1998, passou a empregar os quatro SC também britânicos da classe *Upholder*, reclassificados como classe *Victoria*, alienados ainda novos e a preços de ocasião, quando o Reino Unido resolveu operar apenas submarinos nucleares. (CANADA, 2001, p.60§1 e p. 64§2; McKINLEY, 2000, “The Cost” §1) São submarinos de 2.455 t (mergulhados), portanto maiores que os da classe Tupi e semelhantes aos *Scorpène*.

Antes dos *Oberon*, os submarinos eram empregados para adestramento de pessoal visando à formação do núcleo da futura força de submarinos. (ZERBIN, 2009, §22) Os *Oberon* foram adquiridos para prover adestramento de GAS à Esquadra e assim foram empregados até meados dos anos 1970. Daí em diante, passaram a ter também outros empregos em compromissos com a OTAN e, posteriormente, em ações constabulares, como operações antidrogas e fiscalização da pesca, com participação relevante na “Crise do Linguado” com a União Europeia, em 1995, para dissuadir a pesca irregular pelos espanhóis. Esse tipo de emprego permanece previsto para os atuais. (CANADA, 2001, p. 64§2; McKINLEY, 2000, “The Need for Submarines” §2)

Os canadenses estudaram por duas vezes a possibilidade de dispor de submarinos nucleares. A primeira ocorreu antes da aquisição dos *Oberon*, no início dos anos 1960, quando foi descartada devido aos altos custos da infraestrutura necessária. (CANADA, 2001, p.60§1)

A segunda ocorreu nos anos 1980, quando, nas discussões sobre a substituição dos *Oberon*, que se aproximavam do fim da vida útil, aventou-se a possibilidade de mantê-los em serviço, mas com o acréscimo de um reator nuclear de pequena potência, suficiente apenas para manter as baterias carregadas, mas não para altas velocidades, o que atendia à necessidade de impedir as constantes violações das águas territoriais sob o gelo, por submarinos russos e norte-americanos. Como a Lei Internacional só considera reclamações se o Estado tiver capacidade de coibir os fatos geradores, os *Oberon*, capazes de mergulho indefinido, dariam ao Canadá condições de fazer reclamações válidas.

O conceito, denominado “*Autonomous Marine Power System*” (AMPS), exigia a mesma infraestrutura dispendiosa dos demais submarinos nucleares, e a única forma vislumbrada de torná-lo aceitável consistia em utilizar as instalações dos EUA, mas este apoio os norte-americanos negaram, inviabilizando o projeto. (PATTON, 2009, p.37 “*Nuclear AIP – The “SSn”*”; “*Conclusions*”)

Os *Oberon* foram mantidos em serviço muito além de sua vida útil, e sua substituição exigiu difícil luta para convencer as lideranças políticas quanto à necessidade de submarinos,

principalmente após a Guerra Fria. É interessante notar que as argumentações empregadas, pró e contra, beiram o surrealismo:

A Marinha enfatizou sua eficácia em ações constabulares (coibição da pesca ilegal e do tráfico de drogas) – uma possibilidade utilizada apenas esporadicamente na maior parte das marinhas. (McKINLEY, 2000, “*The Need for submarines*”)

Com o propósito contrário, as seguintes motivações foram levantadas entre o público e no Parlamento:

- os submarinos são impopulares junto ao público; (CANADA, 2001, p.62§1) e
- submarinos são vistos como “não-canadenses”, como armas ofensivas, que não condizem com o papel de manutenção da paz das forças armadas canadenses. (McKINLEY, 2000)

A marinha canadense valoriza os SC por proverem uma forte afirmação da soberania na dimensão subaquática. Assim, preconiza seu emprego doméstico por “oferecer as mesmas capacidades de presença e dissuasão que navios de superfície, mas sua natureza oculta permite pilhar transgressores no ato”³³ (note-se aqui a importância dada ao aspecto constabular da dissuasão pretendida); e nas operações expedicionárias, por permitir a realização de operações especiais e complementar a proteção do grupo-tarefa que realiza a projeção, contra ações de negação do uso do mar por submarinos do Estado atacado, já que os submarinos constituem a melhor plataforma antissubmarino. (CANADA, 2005, p. 41§1) Esta característica consta das doutrinas de algumas marinhas, como a espanhola.

7.10.5 – Apreciações

As forças armadas canadenses se dedicam atualmente apenas a atividades diplomáticas – participação em coalizões e missões de paz; ou constabulares – afirmação da soberania; mas não de defesa, propriamente dita.

É interessante notar a diferença entre os apelos das áreas constabular e militar do Poder Naval junto à opinião pública canadense. Durante a Segunda Guerra Mundial, a mobilização nacional foi intensa para auxiliar o Reino Unido desde o início, em 1939, porque, até 1941, sentiu-se a ameaça próxima, o destino britânico incerto e os EUA não comprometidos, (CANADA, 2001, p. 56) mas esse fato não voltou a se repetir posteriormente.

³³ “offer the same presence and deterrence capabilities as surface ships while their covert nature allows them to catch transgressors in the act”.

Os submarinos têm sido empregados em vigilância litorânea em outros países, como a França, mas para coibir as novas ameaças – terrorismo, tráfico de armas, etc. O Canadá foi o único Estado pesquisado que incluiu a fiscalização da pesca ilícita como justificativa para a posse desses meios.

7.10.6 - Conclusão

As tarefas relativas ao plano nacional descambam fortemente para a área constabular, agora enriquecida com as atribuições de combate ao terrorismo, o que faz essa área se aproximar da militar com a “*Proliferation Security Initiative*”. Esta área exigirá muito maior esforço da Marinha em breve, quando o aquecimento global liberar a “Passagem Noroeste” e fizer o tráfego marítimo aumentar nas águas jurisdicionais canadenses, o que levará ao inusitado apoio de forças militares a uma força auxiliar, a Guarda Costeira, como preconizado no documento “Canadá Primeiro”.

No plano binacional, o Canadá se esforça por manter sua soberania e independência, participando intensamente das atividades e sistemas de defesa compartilhada com os EUA, bilateralmente ou pela OTAN. Pelos documentos pesquisados, o país vê mais ameaças à sua soberania que à sua segurança.

No plano internacional, o Canadá claramente forma ao lado dos atacantes em termos de Guerra de Litoral. Sua pequena força naval é voltada para a participação em coalizões, em ações de projeção de poder, pois os meios próprios são muito limitados para tais ações independentemente, e não possui capacidade anfíbia. Em termos mais rigorosos e considerando que os navios costeiros operam apenas nas águas próximas, a marinha canadense não faz projeção de poder, nem controla áreas marítimas sozinha, apenas nas proximidades, no âmbito do NORAD, com os norte-americanos; ela tem a capacidade de prover a coalizões dois esquadrões de escolta independentes, cada um com um reabastecedor assim, este autor a classifica como atacante.

O emprego preconizado para os SC em operações expedicionárias permitiria aos canadenses ocuparem um nicho bastante conveniente, como fazem os espanhóis, em coalizões com marinhas que só possuam SNA – o das ações em águas rasas – liberando estes para ações que exijam maior mobilidade, mas este aspecto constitui provavelmente um argumento de menor valor que as ações constabulares, para fins de obtenção desses meios.

Com a progressiva falta de ameaças, que são cobertas com a extensão das defesas estratégicas dos EUA, a defesa nacional do Canadá se apóia mais no campo da Política – cer-

rando fileiras com o mundo ocidental para ser apoiado em futuras conjunturas adversas – que no estratégico, e suas forças mantêm a prontidão nas áreas expedicionária e constabular.

7.11 Análise das Políticas e Estratégias de Defesa da Índia

O Oceano Índico é o menor dos três grandes oceanos (OCEANOS, 2010)³⁴, não se estende do Norte ao Sul do Planeta como os outros dois, e os acessos a eles são pontos focais (“*choke points*”), mostrados na figura 7.11.1³⁵. Existem nele outros pontos focais que integram linhas de comunicações marítimas (LCM) importantes, e diversos arquipélagos oceânicos que ensejam aproveitamento estratégico com instalações militares, como o de Chagos, onde fica a base de Diego Garcia, dos EUA, Andaman, Nicobar, Maldivas, etc.

A Índia domina o Índico. Seu território adentra 1240 milhas no Oceano e é obrigatoriamente contornado a curta distância por uma das LCM mais importantes do mundo, a que liga o Estreito de Ormuz – por onde passam diariamente 15,5 milhões de barris de petróleo, ao Estreito de Malaca – o caminho mais curto do Golfo Pérsico para a Ásia Oriental e os EUA, por onde passam mais de 60.000 navios por ano. (ÍNDIA, 2007, p.25§2, p. 44§2) Além disso, a faixa de 1000 milhas a partir da costa indiana cobre cerca de 50% da superfície do oceano. (KUMAR, 2009, p.141§2)

Anualmente, trafegam pelo Índico mais de 100.000 navios, sendo dois terços do transporte mundial de petróleo, um terço dos granéis e metade das cargas em contêineres do mundo. A Região do Oceano Índico (ROI – fig. 7.11.1) abriga um terço da população mundial, e constitui o único acesso por mar ao Golfo Pérsico, cuja região contém 60% das reservas mundiais conhecidas de petróleo e 26% das de gás natural. (ÍNDIA, 2007, p.37§5 e 6; p. 45§1)

As áreas marítimas de interesse da Índia consistem nas áreas jurisdicionais (ZEE), nas proximidades da sua base antártica, na Área de Mineração Profunda, no Golfo Pérsico, no Mar da Arábia e no Golfo de Bengala (além da ZEE), nos pontos focais de acesso ao Índico, principalmente os estreitos de Ormuz, Malaca e Bab El-Mandeb e o Cabo da Boa Esperança. A isso se somam as áreas de interesse secundário: o Mar Vermelho, o Mar do Sul da China e o Pacífico Ocidental. (ÍNDIA, 2007, p.57 a 60)

A área de mineração profunda tem 150.000 km², e se situa 1080 milhas ao Sul do extremo Sul do País, na Bacia Central do Índico, servindo à extração de nódulos polimetálicos. O Estado da Índia é o único investidor a realizar tal exploração nesse oceano, pois todos os demais exploram áreas no Pacífico, e foi o primeiro a obter o registro de “Investidor Pionei-

³⁴ O Índico tem 73.400.000 km², o Pacífico tem 164.316.900km², o Atlântico, 106.000.000km² e o Glacial Ártico, 14.070.592 km².

³⁵ Para o Mediterrâneo e Atlântico: o Canal de Suez e o Estreito de Bab-el Mandeb. Para o Mar do Sul da China e Pacífico, os estreitos de Malaca, Sonda e Lombok.

ro”³⁶ junto à ONU, em 1987, e, após a regulamentação da atividade, em 2000, celebrou com essa Organização o contrato de exploração em regime definitivo, em 2002 (PEREIRA; DE SOUZA, 2007, p. 29§2), o que demonstra, mais que o interesse pelos minérios, a importância geopolítica atribuída ao Oceano.

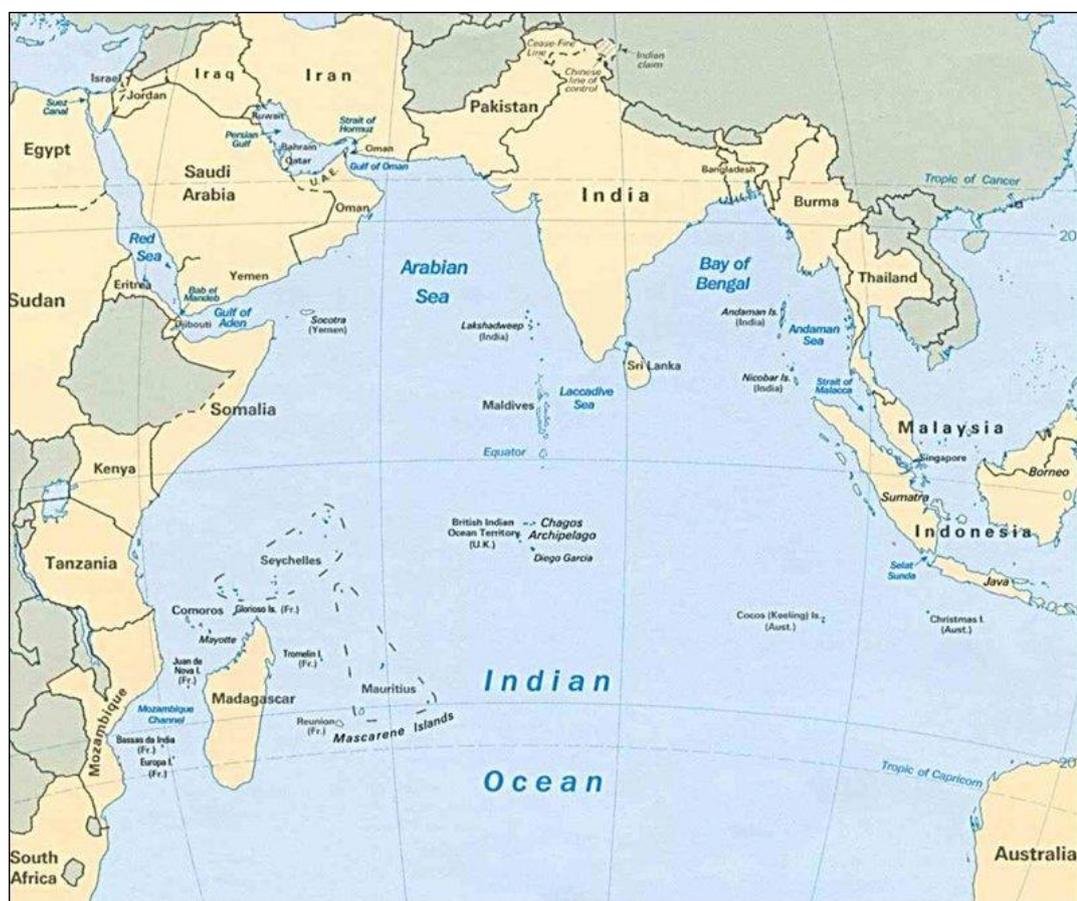


Fig. 7.11.1 – A Região do Oceano Índico (ROI)

7.11.1 As Políticas de Defesa

A Índia está vivendo seu sexto momento após a Independência, em 1947, em termos de conjuntura estratégica e de Políticas de Defesa.

O primeiro se estendeu até a guerra com a China, em 1962 e nele, o primeiro chefe de Governo, Jawahrlal Nehru, como vários estudiosos, acreditava que o controle do Índico por potências ocidentais constituía um grave problema para a segurança do país (BERLIN, 2006, p.62§6)³⁷, o que implicava dispor de uma grande marinha. Apesar disso, pouco foi possível

³⁶ Empresa estatal ou consórcio de estatais de vários países, que entrou no negócio desde antes da regulamentação pela ONU, retendo direitos quando ela foi elaborada.

³⁷ “History has shown that whatever power controls the Indian Ocean has, in the first instance, India’s sea borne trade at her mercy and, in the second, India’s very independence itself.”

fazer nesse sentido, em virtude de restrições econômicas e de outras prioridades militares. (SCOTT, 2006, p.99§3 a 102§2; RAHN, 2006, p. 9-13)

As ameaças no pós-Segunda Guerra Mundial eram pequenas, e o País contava com a presença protetora da marinha e do exército britânicos. Assim, o Governo não investiu adequadamente em defesa e menos ainda no Poder Naval, priorizando a segurança interna e o crescimento econômico, dada a extrema pobreza da população. (RAHN, 2006, p.10§2)

Nehru adotou o sistema soviético de desenvolvimento para a Índia e, no contexto da Guerra Fria, foi um dos criadores, em 1953, do Movimento dos Não-alinhados, que pretendia singrar uma “terceira via” entre os dois blocos. (RAHN, 2006, p. 11§4)

O potencial de conflito aumentou em 1958, quando os chineses chegaram às fronteiras da Índia ocupando o Tibet, com cujo povo os indianos tinham ligações culturais e religiosas, e, quando a guerra ocorreu em 1962, a Índia foi derrotada. (RAHN, 2006, p. 59§2)

O segundo momento se estende do pós-Guerra Sino-indiana à grande crise econômica de 1975, quando o País passou a investir mais em Defesa.

Em 1964, a Índia tentou, sem êxito, obter ajuda para formar uma força de submarinos junto aos EUA e Reino Unido. A União Soviética, no entanto, revelou grande interesse – tratava-se de um inimigo potencial da China e poderia ser um aliado útil em caso de guerra – tornando-se, a partir de 1965, seu principal fornecedor de todos os tipos de armamento, mesmo antes de ser firmado o Tratado de Defesa em 1971. Esse tratado, para os ocidentais, acabou de colocar a Índia no bloco oponente. (RAHN, 2006, p.15§1 e 2; BERNARD, 1985, p.288§2 e p.290§1)

Ocorreram, no período, as guerras indopaquistanesas de 1965 e de 1971, ambas vencidas pela Índia, apesar de o Paquistão contar, desde a primeira, com apoio dos EUA e da China. Na segunda, a Índia apoiou a facção separatista do Paquistão Oriental que se tornou independente com o nome de Bangladesh.

O segundo momento terminou com o País detonando um artefato nuclear em 1974, lançando seu primeiro satélite em 1975 e possuindo uma boa força naval.

O terceiro momento começou com uma crise econômica complicada pelas consequências do primeiro choque do petróleo, (ENCICLOPÉDIA, 1999, p.328§17; RAHN, 2006, p.17§1) e se estendeu até o fim da bipolaridade, em 1991. O Paquistão continuou sendo um problema, mesmo sem possibilidades de alcançar o nível de poder da Índia, mas procurando utilizar as influências dos EUA e da China para restringi-la. (RAHN, 2006, p.17§2, p.18§2)

As ameaças de potências externas foram menores que no período anterior, apesar de a influência da China começar a se fazer sentir na região e da presença das duas superpotências, mas estas últimas nada fizeram para tirar da Índia sua posição dominante. É bem verdade que, apesar de a Índia ter expandido sua influência, ela sempre consultava as superpotências antes de realizar alguma ação mais importante. (RAHN, 2006, p.17§3, p.19§2)

A Índia desfrutou de considerável expansão econômica, teve sua força naval consolidada, projetou por meio dela seu poder de potência regional com as intervenções estabilizadoras no Sri Lanka (1987) e nas Ilhas Maldivas (1988). Além disso, as guerras Irã-Iraque (1980-1988) e do Golfo (1990-1991) suscitaram o grave problema de garantir o abastecimento de petróleo, mas também revelaram um interesse comum com os EUA – a manutenção das LCM abertas. (RAHN, 2006, p. 17§2 e 3; SCOTT, p. 104§2)

O quarto período começou com a *debâcle* da URSS e se estendeu até antes dos testes nucleares de 1998. Ele trouxe inicialmente a necessidade de ajustamento à nova ordem mundial – unipolar – e a dificuldade de obter material bélico, pois o fornecedor principal, a União Soviética, agora Rússia, tivera sua capacidade muito reduzida, fato que estimulou a indústria nacional de defesa, e deveria ter provocado uma maior diversificação de fornecedores, (RAHN, 2006, p.20§1) o que na realidade não ocorreu, pois até hoje a Rússia continua fornecendo a maior parte do material bélico indiano. (BEDI, 2008, p. 32§5 a 18; BEDI, 2008a, p. 29§18; VERMA, 2010)

Com o fim da Guerra Fria, a Índia começou a ser reconhecida como potência econômica e militar; e as ameaças estatais e não-estatais aumentaram, com o crescimento do poder da China e do Paquistão, e dos conflitos étnicos internos. Apesar disso, as lideranças políticas consideravam a marinha bem constituída e que as ameaças gerais se haviam reduzido, investindo pouco em Defesa e provocando a redução do poder naval. Este, no entanto, foi bastante empregado em missões diplomáticas para consolidar relações, principalmente com países do Sudeste da Ásia, em face da boa imagem do país.

A China se manteve como ameaça principal, alarmando autoridades navais que contrastavam o crescimento de sua marinha e a expansão de seus interesses na esfera de influência da Índia com a “estagnação” da marinha indiana. (RAHN, 2006, p. 20§1 e 2, p.21§1, p.22§2 e 3, p. 23§2; SCOTT, 2006, p. 105§3 a p. 107§1)

O quinto momento teve início com os testes nucleares realizados em abril de 1998 e se estendeu até a assinatura dos acordos EUA – Índia, em 2005, sendo marcado pelos movimentos de aproximação desses dois Estados e pela contínua tensão na parte Ocidental do Índico.

A Índia detinha a tecnologia das armas nucleares, mas não era reconhecida como potência nuclear. Em abril de 1998, após anúncio, realizou cinco detonações e, logo depois, o Primeiro Ministro declarou a moratória unilateral dos testes, já que na ocasião o Paquistão também realizara os seus, e divulgou oficialmente que a Índia era “um Estado com armas nucleares” (“*Nuclear Weapons State*”). Essa atitude pode ser explicada pelos seguintes argumentos:

- as lideranças do governo recentemente eleito acreditavam que, sem a posse de armas nucleares, a Índia não seria levada a sério no nível mundial;
- a posse das armas prontas para emprego passou a ser vista como essencial à segurança nacional, uma vez que a “dissuasão em suspenso” (“*recessed deterrence*”) – a capacidade não-declarada de montá-las e desdobrá-las em tempo hábil, se necessário – deixou de ser considerada suficiente, pois o Paquistão também possuía tais armas e parecia ter a intenção de usá-las num conflito com a Índia, tendo havido, inclusive, declarações do principal cientista nuclear daquele país nesse sentido; (KUNDU, 2004, p. 9 e 10)
- reação à ameaça da China - em carta do Primeiro Ministro ao presidente dos EUA; (MOHAN, 2006, p.75§5; BERLIN, 2006, p.62§7)
- um ato político para sensibilizar os EUA, que privilegiavam o Paquistão, constituindo uma reação à pressão que faziam para que a Índia não aumentasse suas capacidades estratégicas, após a falta de atenção de Washington às tentativas indianas de aproximação durante o Governo Clinton. (MOHAN, 2006, p.77§3)

O Paquistão revelou a vontade política de manter a rivalidade detonando artefatos e também se declarando abertamente uma potência nuclear, além de empreender, em 1999, a agressão que se tornou a Guerra de Kargil, (RAHN, 2006, p. 20§1e 2) também vencida pela Índia, e os atentados terroristas que provocaram uma situação de quase guerra em 2001-2002. (KUNDU, 2004, p.20§2)

Os testes nucleares realmente valeram para sensibilizar os EUA. Durante a Guerra de Kargil, as relações com os EUA melhoraram, com o apoio do Presidente Clinton, (MOHAN, 2006, p. 77§4) mas com a Guerra do Afeganistão, iniciada logo após os atentados de 11/09/2001, e a concordância do Paquistão em combater os Talibãs, os EUA estreitaram relações com esse país, (KUNDU, 2004, p.20§1), inclusive declarando-o “Grande Aliado Não-OTAN” (“*Major Non-NATO Ally*” – MNNA). (INDIAN, 2004, p.7 item 1.4)

Os indianos, por sua vez, continuaram realizando movimentos de aproximação: apoiaram os EUA no Afeganistão, protegeram seu tráfego marítimo no Estreito de Malaca em 2002 e estiveram prestes a enviar uma divisão para o Iraque em 2003. (MOHAN, 2006, p. 78§2)

A Índia divulgava que não era membro de qualquer aliança militar ou agrupamento estratégico, pois isso seria inconsistente com suas políticas que, assim, exigiam uma capacidade de dissuasão independente. Sua postura era defensiva, e sua política nuclear se caracterizava pelo “*no-first-use*”, a moratória dos testes nucleares, a dissuasão mínima crível, e a rejeição a corridas armamentistas ou conceitos e posturas da Guerra Fria, (INDIA, 2003, p.14) mas continuava buscando estabelecer relações estreitas com os EUA. (BERLIN, 2006, p.66§4)

Em 2005, esses esforços deram frutos e o processo de aproximação avançou rapidamente. Os EUA declararam, em março, que tinham como meta ajudar a Índia a se tornar uma grande potência mundial (“*major world Power*”) no século XXI, inclusive militar. Em junho, foi assinado um acordo bilateral de cooperação em defesa com validade de 10 anos, que aumentava significativamente as relações nessa área, incluindo “a coprodução de equipamentos militares, cooperação em defesa de mísseis, a suspensão dos controles de exportação pelos EUA de vários itens de tecnologia militar sensível e o monitoramento e a proteção conjunta de LCM críticas.”.

O Presidente G.W. Bush, além disso, prometeu esforçar-se pela cooperação nuclear civil completa e reconheceu a Índia como Estado possuidor de armas nucleares *de facto*, colocando-a no mesmo patamar dos Estados que já gozavam dessa condição, apesar de ela não ser signatária do TNP.

A promessa do Pres. Bush foi concretizada em 2008 com o “*The 2008 Civil Nuclear Agreement*” que deu à Índia o status especial de ser o único Estado não-TNP autorizado a comerciar material e tecnologias nucleares sensíveis com os EUA, contrariando frontalmente o artigo III desse tratado que proíbe tal comércio com não-membros. (JOSHI, 2010§4)

Outros acordos fixaram estreita colaboração também na área espacial, como navegação por satélite. (BERLIN, 2006, p. 67§2 e 3)

Em decorrência desses acordos, o realismo indiano se manifestou com uma forte guinada na política de defesa. (MOHAN, 2006, p. 79§2 e 3; MILITARY BALANCE 2005-2006, p.230§8) Ainda em 2005 a Índia concordou pela primeira vez em participar de operações multinacionais com os EUA sem mandato da ONU, o que contrastava com a recusa anterior, de enviar tropas para o Iraque. A presença norte-americana no Índico deixou de ser considerada ameaçadora, contrabalançando a ameaça chinesa, e os interesses comuns com os EUA fize-

ram a Índia aumentar o sentimento de relevância em seu “espaço estratégico” e descartar a ideia de “Zona de Paz” nele. (BERLIN, 2006, p.64§4)

O sexto momento é o atual, com a vigência dos acordos com os EUA, a implementação do programa de reaparelhamento e o exercício do papel de potência regional, com sua emergente capacidade econômica e o aval da superpotência.

No plano regional, ainda que o Paquistão e a China continuem sendo inimigos potenciais, apresentam diferenças marcantes. O primeiro é claramente menos poderoso, mas dispõe do “equalizador de poder” – as armas nucleares – e tem posição ambivalente: ataca o terrorismo em algumas regiões de seu território, mas tolera campos terroristas em outras, bem como infiltrações de terroristas no território indiano, além de também não dar passos efetivos para atender às preocupações do vizinho. (ÍNDIA, 2009, item 1.17)

A China é mais poderosa em alguns campos, mas mantém uma parceria estratégica com a Índia desde 2005, um comércio bilateral expressivo e está empenhada em construir seu Poder Nacional em sentido amplo, incluindo o desenvolvimento econômico e militar, para influenciar assuntos globais. Seus pontos de vista convergem com os da Índia em vários assuntos nos foros globais, a fronteira onde ocorreu a guerra de 1962 é tranqüila atualmente, existem mecanismos para a construção de confiança mútua entre as forças armadas dos dois países, e a Índia é parceira (mas não membro) da Organização para a Cooperação de Xangai (SCO). (MOHAN, 2006, p. 74§6, p. 75§5; INDIAN, 2009, item 1.17)

Estudiosos, contudo, acreditam que a rivalidade vai permanecer por longo tempo, pois os Estados estão em lados opostos em relação aos EUA e são competidores no equilíbrio de poder na Ásia, em especial no Sudeste Asiático, e em outras regiões, como no Oriente Médio, onde a Índia está com os EUA na prevenção do Islamismo radical, e a China apóia países que lhes causam problemas, como o Paquistão, Bangladesh, Myanmar e Nepal. (MOHAN, 2006, p.78 a 80; BERLIN, 2006, p.63§2 a 64§1)

7.11.2 As Estratégias de Defesa

No primeiro momento, as ameaças à segurança marítima foram minimizadas: os EUA, muito distantes e aliados do Reino Unido; o Japão em reconstrução; a União Soviética em boas relações com a Índia, pois Nehru adotara o modelo soviético de desenvolvimento econômico; o Paquistão, com sua ameaça reduzida à questão da Cachemira, não incomodava muito o núcleo central indiano, embora motivasse a preparação para a guerra terrestre, forçando a prioridade ao exército e à força aérea. (ÍNDIA, 2007, p. 14§2) A China era a principal ameaça

pelo potencial que continha, mas não para o futuro imediato. (RAHN, 2006, p. 10§2 a p. 11§3)

Durante o segundo momento, a marinha britânica deixou de atuar a Leste de Suez em 1968, criando um vácuo de poder no Índico que a Índia pretendeu ocupar, mas não pode evitar que as superpotências o fizessem. A marinha soviética realizou sua primeira movimentação na área já nesse ano, e os EUA assumiram a base de Diego Garcia em 1971 e, também nesse ano, procuraram interferir, sem êxito, na Guerra indo-paquistanesa, com a presença do grande porta-aviões Enterprise no Golfo de Bengala. (RAHN, 2006, p.14§3)

A marinha indiana mostrou despreparo na guerra de 1965, mas na de 1971, apareceram os frutos da boa preparação. Sua estratégia geral de controle de áreas marítimas deu certo – estabeleceu zonas de exclusão e cortou as linhas de comunicações inimigas, bloqueando suas duas extremidades – no Golfo de Bengala e no Mar da Arábia – inclusive atacando e destruindo navios de guerra paquistaneses no porto de Karachi. (RAHN, 2006, p.16§2; ÍNDIA, 2007, p. 16§3; SCOTT, 2006, p. 103§3) Mostrou também que a posição geoestratégica do país propicia a projeção do poder naval em várias direções, mesmo a longas distâncias. (RAHN, 2006, p. 16§2; SCOTT, 2006, p. 103§3)

Alguns temores se revelaram infundados: não houve represálias de terceiros Estados por afundamento accidental de navios neutros; e a repercussão foi superestimada em relação às Zonas de Exclusão, com a identificação de navios e os pedidos de autorização de passagem das companhias de navegação processados sem maiores problemas. (ÍNDIA, 2007, p. 16§3)

O terceiro momento foi marcado pelo aparecimento de novos condicionantes da segurança marítima trazidos pela descoberta de petróleo *offshore* na costa oeste em 1974, e pela aprovação da Convenção das Nações Unidas para o Direito do Mar (CNUDM) em 1982, que instituiu as ZEE. Esses fatos e mais as ameaças ao transporte de petróleo no caso de conflitos na região contribuíram para melhor definir os objetivos estratégicos da Índia no mar, mostrando que envolvem principalmente o Controle de Áreas Marítimas.

No quarto momento as ameaças não-estatais, como a pirataria e o tráfico ilícito de armas para grupos étnicos, aumentaram de importância, e as estatais também, com a China iniciando a preparação para um conflito com os EUA, pela questão de Taiwan.

No quinto momento, o contexto estratégico não era confortável – além da ameaça paquistanesa, as guerras do Afeganistão e do Iraque aumentaram a inquietante presença de forças externas no Índico (o velho temor de Nehru) – EUA, Reino Unido e França – sendo que esta última chegou a empenhar um terço de seu Poder Naval no pico da Guerra do Afeganis-

tão, e possuía duas bases na região³⁸ (Djibouti e Ilhas Reunião). A Leste, a China revelava rápido crescimento militar e, principalmente naval, devido à preparação para enfrentar os EUA. Assim, todas as forças externas eram poderosas e potencialmente hostis, não havendo o benéfico equilíbrio da Guerra Fria.

No momento atual, a Índia enfrenta os seguintes problemas principais: (SILVA, 2006, p.15)

- a contínua tensão com o Paquistão, origem de repetidos incidentes;
- o terrorismo contínuo e ativo praticado por fundamentalistas radicais nos Estados vizinhos, que penetra na Índia, levando as forças armadas a travarem uma série de conflitos de baixa intensidade;
- A presença da China no Índico, onde procura aumentar a segurança de seu abastecimento de petróleo e gás e de seu comércio marítimo no Sul da Ásia em caso de conflito, por meio da estratégia do “Colar de Pérolas”, que consiste em estabelecer pontos de apoio nos Estados ao longo da LCM que liga seus portos ao Oriente Médio, estabelecendo relações estreitas e realizando obras de infraestrutura úteis para o apoio a suas forças.

A “pérola” principal é o grande porto paquistanês de Gwadar, a 400 km do estreito de Ormuz, de onde será construído um oleoduto para o território chinês, (KUMAR, 2009, p. 137§2)³⁹ e de onde forças navais podem restringir os movimentos da marinha da Índia e cortando sua LCM para o Oriente Médio em caso de conflito, bem como reforçar o Paquistão.

A par do “Colar de Pérolas”, deve-se notar que, no Livro Branco de 2009, o pensamento estratégico chinês mudou de “contra-ataques estratégicos” para “operações de projeção estratégicas”, pelo qual, meios navais e aéreos de longo alcance são desdobrados em “áreas distantes”. Faz parte dessa nova concepção, a contribuição para o esforço internacional antipirataria, com uma força-tarefa de três navios no Chifre da África. (KUMAR, 2009, p.138§4; BERLIN, 2006, p.64§1)

Além disso, o programa de modernização da marinha chinesa é ambicioso, já a tornou uma força oceânica, e tem projetos de obtenção de vários meios importantes, inclusive navios-aeródromos. (ÍNDIA, 2007, p.41§3)

Em 2007 foi lançada a Estratégia Naval da Índia, que leva em conta todos os problemas e interesses citados anteriormente, mas concentra as preocupações defensivas na Segurança da Energia (ÍNDIA, 2007, p.46§3 e 4), dado que a redução futura dos estoques mundiais de óleo e gás provocará conflitos com riscos para o país, que importa atualmente 77% de suas

³⁸ Agora possui três, com a criação da base em Abu-Dhabi (Ver MORAN, 2008, “Details of the New Policy”)

³⁹ Outra “pérola”, o porto de Kyaukphyu, em Myanmar, também será ligado à China por um oleoduto.

necessidades (dado de 2004-05), principalmente do Golfo Pérsico, devendo aumentar para 95% até 2024-25. Assim, assegurar a integridade dessas LCM e instalações pertinentes – na ZEE, em áreas no Índico e além dele⁴⁰ – é a principal tarefa da marinha indiana. (ÍNDIA, 2007, p. 49§1 e 2; p.48§2)

Segurança da energia é um conceito indiano que consiste no subconjunto da segurança energética que pode ser provida pela proteção militar. No caso, trata-se da defesa das LCM que provêm petróleo, das instalações litorâneas em terra (refinarias e outras) e no mar (plataformas e dutos).

7.11.3 As Estratégias Navais

O conflito sino-indiano de 1962 foi exclusivamente terrestre e fronteiriço, mas a Guerra Indo-paquistanesa de 1965, apesar da vitória, mostrou que o Poder Naval indiano estava despreparado. Nesse conflito, a marinha paquistanesa, já com apoio da China e dos EUA mostrou mais agressividade. Seu submarino⁴¹, inclusive, bloqueou navios na base de Bombaim (atual Mumbai), que não lhe deram combate para evitar perdas, optando o país por se concentrar nas ações terrestres. (RAHN, 2006, p.14§2; ÍNDIA, 2007, p.16§2)

A Guerra dos Seis Dias (junho de 1967) ressaltou a ação das lanchas lançamísseis soviéticas, o que, com as debilidades submarina e antissubmarina conhecidas, ajudou a definir as capacidades navais a serem obtidas. Assim, a Índia se preparou efetivamente para a guerra, considerando as ameaças da China e do Paquistão e com ambição de formar a força naval dominante no Índico. (RAHN, 2006, p.15§2; SCOTT, 2006, p.102§2)

A Guerra de 1971 contra o Paquistão demonstrou o acerto do planejamento estratégico naval, que montou a força naval orientada para o Controle de Áreas Marítimas, o que se revelou bem mais útil que a orientação para a Negação do Uso do Mar, defendida por algumas autoridades, que temiam possíveis ações de Estados mais poderosos. Em 1975, a Marinha possuía uma força de submarinos, uma força de lanchas lançamísseis e um grupamento nucleado em navio-aeródromo, cuja ala aérea dispunha de um componente antissubmarino. (RAHN, 2006, p. 16§1 e 2)

Nos anos 1980, a Marinha Indiana foi bastante reforçada, e com alguma diversificação de fornecedores, ainda que a URSS se mantivesse como o principal. Os principais meios in-

⁴⁰ Existem empresas indianas explorando petróleo em Trincomalee (Sri Lanka), Sacalina (Rússia), Myanmar, Egito, Sudão e Venezuela. (Ver BEDI, 2008a, p.26§11; BEDI, 2008, p.30§1)

⁴¹ A Índia só incorporaria seu primeiro submarino, russo, em dezembro de 1967.

corporados foram um segundo navio-aeródromo (entrou em serviço em 1987), SC modernos russos (Classe *Kilo*) e alemães (S209), e um SNA russo, por arrendamento, que permaneceu no inventário de 1988 a 1991, quando foi devolvido. (RAHN, 2006, p.18§3)

Cabe notar também a capacitação da indústria nacional, que produziu alguns navios, (RAHN, 2006, p.19§1) o que não impediu que, nos anos 1990, a força naval decrescesse com a perda de meios sem substituição (inclusive um NAe), por falta de investimentos.

Apesar disso, durante a Guerra de Kargil (1999), a marinha indiana desdobrou várias unidades ameaçando a costa paquistanesa, inclusive à distância de tiro do estratégico porto de Karachi, confinando a marinha inimiga e exibindo forte capacidade de projeção de poder, numa medida coercitiva que contribuiu para o término do conflito. Além disso, as tensões entre os dois países em 2001-2002 provocaram uma afirmação bastante convincente dessa capacidade de projeção, com grandes e rápidos desdobramentos de forças no Mar da Arábia, incluindo o porta-aviões e forças deslocadas da costa leste, que demonstraram superioridade e grande prontidão operacional. (SCOTT, 2006, p. 107§3)

A primeira doutrina naval da Índia, emitida em 2004, expõe que seu principal objetivo estratégico é obtível por ações de Controle de Área Marítima (manter as LCM abertas), que o País poderá fazer uso de sua capacidade de projeção de poder, mas que também poderá empreender ações de negação do uso do mar (antiacesso) se em situação de inferioridade, o que mostra que tal possibilidade é considerada, o que condizia com sua desconfortável situação estratégica – superior às marinhas da região, mas inferior às marinhas ocidentais, principalmente à norte-americana, presentes no Índico: (INDIAN, 2004, p.63§2 e p. 57§3)

O principal (*primary*) interesse marítimo da Índia é assegurar a segurança nacional. Isso não é restrito a apenas guardar a linha da costa e territórios insulares, mas também se estende à salvaguarda de nossos interesses na ZEE, assim como proteger nosso comércio. Isso cria um ambiente que conduz ao rápido crescimento econômico do País. Dado que o comércio é o sangue vital da Índia, manter nossas LCM abertas em tempos de paz, tensão ou hostilidades é o principal interesse marítimo nacional. [...]

Um litoral inimigo não pode ser dominado a não ser que suas forças aéreas e submarinas (“*underwater*”) possam ser suprimidas. [...] Uma vez que a dominação seja obtida, [...] as possibilidades são ilimitadas (“*endless*”). A Guerra de Litoral exige um nível de superioridade em sensores e armas que as marinhas regionais já possuem quando tratando com países menores. A Marinha Indiana aceita a utilidade da Guerra de Litoral em situações de assimetria favorável e pretende focar em estratégias anti-acesso em situações de assimetria desfavorável.

Outro documento denota a preocupação com os norte-americanos e seus aliados: (INDIAN, 2004, p.6 item 1.2; p.7 item 1.4)

As guerras lideradas pelos EUA no Kosovo, Afeganistão e Iraque têm demonstrado o Poder Militar dos EUA e a disposição de usá-lo unilateralmente ou em associação com aliados ou parceiros de coalizão; [...]

Tem havido um aumento da presença norte-americana em vários graus no Golfo, Afeganistão, Paquistão, Ásia Central e Sudeste da Ásia, e redução em outros lugares.

A doutrina declara também uma concepção de dissuasão naval contra mais poderosos, no padrão do “cordão de tropeço do mar” (“*Sea Tripwire*”) de Kearsley (1992, p.96), inclusive, considerando os submarinos como vetor principal de reação, e enquadrando a China como uma das ameaças: (INDIAN, 2004, p.61§1)

O cenário de conflito com uma potência extra-regional é muito menos provável mas não pode ser descartada. É uma situação na qual uma grande marinha extrarregional procura intervir militarmente em nossos assuntos, por alguma razão. Conquanto a China compartilhe uma longa fronteira terrestre com a Índia, no que toca a nossas águas, sua marinha é extra-regional. É portanto necessário um certo limiar de capacidade para tornar o custo da intervenção suficientemente alto. Os submarinos são o veículo mais adequado para tal dissuasão, largamente por causa de sua relativa invulnerabilidade à detecção, particularmente em águas tropicais.

Na Estratégia Naval lançada em 2007, portanto após os acordos Índia – EUA de 2005, as marinhas ocidentais deixam de ser ameaçadoras: (ÍNDIA, 2007, p.41§2)

Essas forças navais estão correntemente desdobradas na região do Oceano Índico (ROI) para operações conectadas com a Guerra Global contra o Terror, *Operation Enduring Freedom* (OEF) e *Operation Iraqi Freedom* (OIF).[.....] Os objetivos estratégicos da maioria das marinhas extrarregionais são amplamente coincidentes com os interesses estratégicos da Índia, não há choque de interesses maiores na ROI. Várias das preocupações – tais como a estabilidade de Estados mal governados, a luta contra fundamentalismo e terrorismo, a segurança das LCM e o uso do poder do Estado para evitar a proliferação de armas de destruição em massa – são interesses comuns das marinhas da região. Sendo crucialmente dependentes do fornecimento de óleo do Golfo Pérsico, as marinhas extrarregionais se deram conta da localização marítima da Índia e do papel que a Marinha Indiana pode desempenhar assegurando a paz e a estabilidade na região. O compromisso mútuo entre as marinhas extrarregionais e a Marinha da Índia para ulteriores interesses estratégicos está portanto sendo perseguido.

No que toca ao preparo da Força, além dos cenários de proteção das LCM, operações antiterror, humanitárias e de paz, a Estratégia de 2007 considera:

- conflito com Estado na vizinhança imediata ou choque de interesses com potência extrarregional – leiam-se respectivamente Paquistão e China; e
- Patrulhamento (*Ensure good order at sea*), incluindo operações navais de baixa intensidade (combate à pirataria, tráfico de armas ou drogas, etc). (ÍNDIA, 2007, p. 60)

O desenvolvimento do “Conhecimento do Domínio Marítimo” (“*Maritime Domain Awareness*” – MDA) – capacidade de manter continuamente o acompanhamento de tudo o que se passa nas áreas marítimas de interesse – terá alta prioridade por sua importância no planejamento e condução de atividades e operações em todos os níveis, prevendo-se basicamente dois tipos: um que proporciona informações sobre áreas móveis como forças ou unidades navais e outra sobre áreas fixas. (ÍNDIA, 2007, p. 61 a 69)

Como a doutrina de 2004, a Estratégia de 2007 mantém uma postura intermediária, prevendo um Poder Naval capaz de dissuadir desafios de qualquer Estado litorâneo da região do oceano Índico, mas também capaz de aumentar significativamente a reação contra o risco de agressão por potências extrarregionais hostis – mas sem determinar especificamente uma postura de atacado (antiacesso), o que condiz com o fato de a dissimetria em relação à China, ainda que desfavorável, é menor que a que havia em relação às potências ocidentais, que permitia a elas assumir a posição de atacante nas intervenções, o que não seria de se esperar em um conflito com os chineses. (ÍNDIA, 2007, p. 74§7)

A componente nuclear da dissuasão estratégica é considerada um instrumento extremamente poderoso para obter um ambiente de segurança; e a doutrina de “*No First Use*” (NFU) prevê o emprego desse armamento apenas como medida retaliatória de último recurso, o que implica uma considerável estrutura militar convencional para manter o limiar elevado. A Índia considera o SLBM a forma mais crível de “segundo ataque”, tornando-se, assim a melhor opção para “pequenas forças nucleares”. (ÍNDIA, 2007, p. 76§2 e 3)

A componente naval da dissuasão convencional tem como principal elemento a “presença avançada”, traduzida como o produto do raio de ação pela sustentabilidade de forças a serem prontamente acionadas e, no caso da Índia, deve-se estender além da região do oceano Índico, como o demonstra a operação de evacuação de civis de Beirute em 2006. (ÍNDIA, 2007, p. 73 a 81)

A Estratégia estabelece uma série de conceitos sobre os quais pretende estruturar a força, entre os quais os seguintes:

- A preparação da força não pode ser específica contra determinado(s) Estado(s), mas para enfrentar as capacidades que aparecerem nas áreas de interesse, mantendo atenção nas intenções dos Estados que as possuam.

- As ameaças às forças navais indianas, a curto e médio prazo virão de:

- forças de superfície e plataformas submarinas armadas com mísseis convencionais e armas lançadas por aeronaves;

- embarcações de oportunidade com artefatos explosivos improvisados (“*Indigenous Explosive Device*” - IED) ou armamento não-convencional, em atividades de inteligência ou mesmo tarefas ofensivas, como minagem;

- tentativas de dominar o espectro eletromagnético a fim de degradar sensores e sistemas de comunicações (nota do autor: provavelmente por armas de pulso eletromagnético) seguidas por ações de Guerra de Informações (incluindo cibernética) para interromper funções de C²; e

- o ataque nuclear direto contra forças indianas ainda é uma possibilidade remota, mas a passagem por uma área de precipitação pode acontecer. (ÍNDIA, 2007, p. 74§2 a 6)

O documento estabelece algumas orientações estratégicas para o progresso da força, entre as quais:

- desenvolver a capacidade de Guerra Anti submarino (GAS) em face da proliferação de forças submarinas na região do oceano Índico e proximidades – a idéia é realizar tais operações por forças ligadas em rede, privilegiando os meios aéreos por sua invulnerabilidade aos submarinos inimigos, com tecnologias de análises de ruídos (LOFAR)⁴² e plataformas não guarnecidas (veículos aéreos não-tripulados – VANT), além de sistemas de detecção e monitoramento instalados no fundo do mar e em plataformas petrolíferas.

Cabe aqui notar que, provavelmente em virtude da favorável situação geoestratégica da península e ilhas indianas em relação ao oceano, o país segue há muito a linha soviética de basear fortemente a guerra antissubmarino na cobertura de áreas marítimas por aeronaves de patrulha/antissubmarino de grande raio de ação, como o IL-38 e Tu-142M destacando-se as últimas que, com suas quase sete mil milhas de raio de ação, podem cobrir todo o Oceano Índico, portando sensores e grande quantidade de armamento. Este aspecto foi recentemente enfatizado com o conceito de MDA.

- Desenvolver as operações expedicionárias;

- Defesa Aeroespacial – a marinha indiana considera que já atingiu um bom nível, mas ainda vai melhorar, com a aquisição de novos porta-aviões. (ÍNDIA, 2007, p. 118§7; p. 119§3; p. 119§2)

⁴² “*LOW Frequency Analysis and Recording*”-tecnologia com várias formas de implementação e várias aplicações. No caso, pode constar de sonobóias lançadas ao mar por aeronaves, que retransmitem o ruído ambiente para análise, tentando-se descobrir padrões típicos de submarinos, a fim de localizá-los e identificá-los.

Esses aspectos mostram que o foco da marinha indiana é, como sempre foi, o Controle de Áreas Marítimas. Ela já o exerce sobre vastas extensões do Índico e se prepara para, em caso de conflito, continuar a exercê-lo.

Suas eventuais ações de projeção de poder nos Estados do Índico não caracterizam uma postura de atacante em Guerra de litoral, mas uma forma de manter o controle político e, assim, manter o controle das áreas marítimas. Assinando os pactos com os EUA, ela se aliou ao ocidente e eliminou uma séria disputa pelo controle do Índico que, segundo Nehru, chegava a ser uma questão de sobrevivência da nação.

Em 2009 foi emitida uma nova doutrina que em nada contradiz os documentos anteriores, mas é mais detalhada que a de 2004 e tem entre seus propósitos o de acomodar a alteração organizacional da Índia que atribui à Marinha a responsabilidade geral sobre a “segurança costeira”, colocando sob seu comando a Guarda Costeira e as Polícias Costeiras estaduais, em consequência dos ataques terroristas a Mumbai, realizados em 26/11/2008. (MARITIME, 2009§2; RAO, 2008)

Assim, a nova doutrina criou dois novos princípios de guerra, a “Colaboração e Sinergia” e a “Inteligência”, além de listar a Segurança Costeira entre os interesses marítimos. (INDIAN, 2009, p. 43, 45 e 63)

Essas alterações também ilustram a tendência atual de integração dos conceitos de Controle de Área Marítima (militar) e Patrulha Naval (constabular), já mencionados.

O programa de reaparelhamento naval prevê, para 2020, uma força centrada em redes com cerca de 140 navios – não muito mais numerosa em meios que a atual, mas com mais da metade deles oceânicos, dispendo de pelo menos dois grupamentos nucleados em navios-aeródromos, (BEDI, 2008, p.26§1 a 6), 54 escoltas (contratorpedeiros, fragatas e corvetas), e 31 submarinos, dos quais dois SLMB e cinco SNA, sendo três de construção doméstica e dois arrendados à Rússia, além de 24 SC. (INDIAN, 2011)

O programa contempla, para controle de áreas marítimas e projeção de Poder, a obtenção de dois navios-aeródromos de grande raio de ação (cerca de 14000 milhas – um russo e o outro já em construção na Índia), em substituição ao atualmente existente (antigo e com raio de ação de 5.000 milhas), que empregarão aeronaves russas Su-29K, e mais o acréscimo de um navio de desembarque (norte-americano, usado, já recebido). (BERLIN, 2006, p.80§2; BEDI, 2008a, p. 27§22, p.28§6)

O programa de reaparelhamento também inclui o aumento da capacidade de esclarecimento (MDA) e ataque aéreo sobre áreas marítimas. As aeronaves de patrulha marítima /

antissubmarino existentes, Il-38 e TU-142M, receberam melhoramentos, o que, todavia, ainda não é considerado suficiente pela Marinha, que estuda a aquisição de outras aeronaves, como o P8I, sofisticada aeronave antissubmarino norte-americana. (BEDI, 2008, p. 32§17) Além disso, a Força Aérea arrendou um satélite militar israelense de vigilância, o *Ofeq-5* (BEDI, 2008a, p. 29§3.).

Para as tarefas de ataque aéreo sobre o mar, estão também sendo recebidas modernas aeronaves de ataque SU-30, igualmente de grande raio de ação e equipadas para reabastecimento em vôo, as quais contarão com dois importantes multiplicadores de força – os sistemas de vigilância aerotransportados (AWACS⁴³) “*Phalcon*”, de procedência israelense, e as aeronaves de reabastecimento IL-78, já disponíveis. Várias dessas plataformas poderão empregar a versão aerotransportada do míssil de cruzeiro indiano Brahmos. (BERLIN, 2006, p.78§1 e 4)

A Marinha também adquiriu os VANT israelenses Heron e Searcher II para realizar esclarecimentos sobre áreas marítimas. Essas aeronaves voam a partir das ilhas Andaman e Nicobar, estrategicamente localizadas na entrada do estreito de Malaca, das ilhas Lakshadweep, a oeste e também da base de Kochi, no Sul da Índia, esta, um centro especializado em guerra AS. Assim operados, os VANT podem apresentar, praticamente em tempo real, as movimentadas LCM na área entre o Mar da Arábia e os estreitos que levam ao Mar do Sul da China. (BERLIN, 2006, p.81§3; BEDI, 2008 a), p.32§23 e 25)

A Índia aprovou em 2006 a implantação do “Sistema Regional Indiano de Navegação por Satélite” (“*Indian Regional Navigation Satellite System*”), que “incluirá uma constelação de satélites, desenvolvida domesticamente para prover serviços de navegação para aplicações nacionais críticas.” Esperava-se, na ocasião, que o desenvolvimento e o lançamento dos satélites, assim como toda a infraestrutura, testes e certificação do sistema estivesse completada em seis anos. (INDIAN, 2006)

7.11.4 A Índia e os Submarinos

A atual força de submarinos da Índia é convencional com exceção do *Arihant*, primeiro submarino nuclear indiano ainda em testes, e do *Chakra*, primeiro SNA da classe *Akula-I I* (INDIA, 2010a); SAUNDERS, 2007, p. 632⁴⁴ arrendado à Rússia por dez anos, em vias de recebimento. Seus 16 SC consistem de duas unidades antigas, da classe Foxtrot (em vias de desativação), dez da classe *Kilo*, ambas de procedência russa, e quatro S-209, semelhantes aos

⁴³ *Airborne Warning And Control System*

⁴⁴ Ele recebeu, na Índia, o mesmo nome do SNA Charlie-I arrendado à Rússia entre 1988 e 1991, “*Chakra*”.

da classe Tupi, de projeto alemão, mas construídos na Índia. Os da classe *Kilo* estão sendo modernizados na Rússia, com a instalação de mísseis *Klub-S*, de emprego antissubmarino, antinavio ou contra alvos em terra, com cerca de 100 milhas de alcance.

O programa de reaparelhamento prevê um número de SC não muito maior que o atual, com a conservação das unidades da classe *Kilo* modernizados e dos 4 S-209 hoje existentes, o acréscimo dos 6 SC classe *Scorpène* já em construção na Índia (com opção para mais quatro), e de mais seis russos da classe Amur 1650. (BEDI, 2008, p.26§9; BEDI, 2008a, p.31§6 a p.32§2; SAUNDERS, 2009, p.326; BERLIN, 2006, p.80§4; INDIA, 2009) O fluxo de incorporações e desativações, contudo, apresenta problemas, havendo críticas de analistas de que submarinos antigos estejam sendo desativados cedo demais. O número total deverá cair a nove ou menos, em 2014-2015. (BROWN, 2010, §11 e 15)

Um aspecto que salta os olhos nas doutrinas de 2004 e 2009, bem como na Estratégia de 2007 é o fato de os SNA serem quase inteiramente ignorados. A doutrina de 2004 ainda lhes faz uma ligeira alusão quando trata de campanhas submarinas – “submarinos nucleares não-estratégicos poderiam ser usados em papéis táticos com sucesso”. A Estratégia de 2007 e a doutrina de 2009, contudo, só mencionam submarinos nucleares em seu papel estratégico – como lançadores de mísseis nucleares. (INDIAN, 2004; ÍNDIA, 2007, p.76§3; INDIAN, 2009, p.27§1)

Tais documentos nem cogitam de possibilidades dos SNA como a proteção antissubmarino de forças navais, a relevante projeção de poder sobre terra com mísseis de cruzeiro não-nucleares de longo alcance ou a negação do uso do mar a forças navais, previstas e por vezes enfatizadas nas doutrinas dos outros Estados.

Além disso, e em coerência com esses documentos, o primeiro programa de submarinos nucleares da Índia prevê a construção de três SLMB – a capacidade de resposta a um ataque nuclear de maior probabilidade de sobrevivência (VERMA, 2010) – julgados necessários para compor a “Tríade”, com os mísseis lançados de terra e as aeronaves portadoras de armas nucleares. (SRIVASTAVA, 2009; ARIHANT, 2009)

O *Chakra*, apesar de ser um SNA, deverá ser empregado como submarino estratégico, (BEDI, 2008a, p.30§7; BEDI, 2008, p.26§7)⁴⁵, o que pode ser exequível, pois os *Akula* foram projetados para lançar mísseis de cruzeiro SS-N-21, de 1620 milhas de alcance, com cabeça

⁴⁵ É o que se depreende da declaração do Chefe do EstadoMaior da Armada em dezembro de 2007: “Juntos, os dois navios (o arrendado e o construído na Índia) constituiriam a terceira perna da dissuasão estratégica da Índia, baseada no mar.”;

nuclear, (SAUNDERS, 2007, p.632.), e a Índia possui material semelhante, ainda de muito menor alcance (290 km), o Brahmos.

O “Brahmos” é um míssil de cruzeiro desenvolvido em conjunto por indianos e russos, e sua faixa de aplicações está sendo ampliada para permitir o emprego a partir de plataformas terrestres, aéreas, navios e submarinos, com lançamento vertical ou por tubos de torpedo, com cabeça nuclear ou convencional, podendo engajar alvos no mar ou em terra, empregando velocidades subsônicas ou supersônicas. (INDIA, 2009, “Brahmos”)

O sítio GLOBAL SECURITY.ORG atualizado em 2011, que apresenta os inventários da marinha indiana, indica a disponibilidade, em 2020, de dois SLMB e três SNA, todos ATV, ou seja, construídos na Índia, e dois SNA arrendados, o que parece indicar que o fato de o primeiro ATV ser um SLMB é apenas uma opção que atende à conjuntura do momento atual. (INDIA, 2009)

Essa opção é recente. Até fins dos anos 1980, o projeto ATV (“*Advanced Technology Vessel*”), como o submarino nuclear – projeto então sigiloso – era tratado, previa construir um SNA, rápido e capaz de mergulhos profundos, que caçaria navios de superfície. (WEAPONS, 2009§1) A idéia era coerente com a impressão causada pela então recente Guerra das Malvinas, com a situação tradicional da Índia, que via ameaça nas poderosas forças navais ocidentais sempre presentes no Índico. (BERLIN, 2006, p. 62§6)

A intenção de possuir uma “tríade” para lançamento de armas nucleares (vetores terrestres, aéreos e marítimos), aparece nos artigos a partir do início da década de 2000, o que é uma evolução lógica dos testes nucleares e da declaração de “Estado com armas nucleares”, em 1998. Essa intenção é referida como doutrina nuclear, assim como a de empregá-las apenas como retaliação (“*No first use*”) (VISHWAKARMA, 2009, §1), e implicou o desenvolvimento dos lançadores submarinos. Parece ter sido identificada certa urgência em sua obtenção, pois nota-se nessa década maiores esforços, tanto para revigorar o projeto ATV, como para obter o *leasing* de submarinos junto ao governo russo.

Outra novidade contribuiu para acelerar o processo de construção do SLMB: o fato, destacado em maio de 2008, de a China estar baseando SLMB na base de Sanya, na Ilha de Hainan, ao sul da China, o que, segundo o Comandante da Marinha indiana, preocupa porque pode alterar o equilíbrio de poder na ROI. (BEDI, 2008, p. 27§7 a 12)

O ATV havia sido iniciado em 1974, foi reativado em 1985, e, em 1989, foram obtidos os planos detalhados da classe Charlie I, a do SNA então arrendado à Rússia. Posteriormente, porém, ocorreu um grave problema, com a não-adaptação do reator indiano ao casco.

Assim, em 1998, a Índia reformulou o projeto, reiniciando os trabalhos num outro estaleiro e comprando o projeto de um reator à Rússia, o qual foi construído, funcionou em instalações em terra, foi integrado ao casco com assistência russa (BERLIN, 2006, p.81§1), e é o que equipou o *Arihant*.

O projeto ATV foi mantido em sigilo até 2007 e mesmo atualmente vários dados ainda são protegidos. As únicas informações oficiais sobre o meio foram as divulgadas por ocasião do lançamento, em 2009, por uma declaração do Diretor do Projeto – deslocamento de 6000 toneladas, comprimento de 110 metros e boca de 11 metros – bem menor que os SLMB existentes, e comparável a um SNA médio como o *Suffren* francês e o *Astute*, britânico, o que lhe valeu o epíteto de “*baby boomer*”. (ARIHANT, 2009, §10)

Além desses dados, um estudo dá conta que ele possui 12 tubos de lançamento, e o míssil balístico atualmente previsto é o *Sagarika*, de 700 km de alcance, mas os tubos permitem acomodar mísseis maiores e de maior alcance (mais de 3000 km), já disponíveis para lançamento terrestre (AGNI 3) e que estão tendo sua versão de lançamento submarino desenvolvida (AGNI-3SL). (VISHWAKARMA, 2009, “Introduction”)

Paira também alguma dúvida sobre o *Sagarika* pelo fato de não haver sido ainda lançado de um submarino, pois seu teste de lançamento, ainda que bem sucedido, foi feito a partir de um pontão submerso. Assim, ele demanda algum desenvolvimento para integrar o sistema ao submarino e efetivamente lançá-lo a partir dele. (KHAN, 2008, BROWN, 2010)

O emprego operacional do *Arihant* permanece algo obscuro. A própria marinha indiana declara que ainda vai desenvolver doutrinas e procedimentos para sua operação, a qual será provavelmente restrita:

- o *Jane's Fighting Ships* 2009-2010 (SAUNDERS, 2009, p.32§5) afirma que “é esperado que seu padrão de operações seja diferente da política de manter-se continuamente no mar (“*continuous at sea policy*”), adotada pelas outras marinhas que operam SLMB.”;

- o Chefe do Estado Maior Naval da Índia declarou que ele seria um “demonstrador de tecnologias”, com limitadas possibilidades de desdobramento operacional. (BEDI, 2008b, p. 30§11).

Com tais incertezas, é lícito supor que a parte submarina da dissuasão nuclear passe a depender, pelo menos durante algum tempo, do *Chakra*, o Akula-II arrendado, e da definição do míssil de cruzeiro a ser empregado. A alternativa mais próxima parece ser o Brahmos, mas a possibilidade atual de seu emprego em submarinos, com cabeça nuclear, não foi encontrada nas referências pesquisadas.

Se os submarinos nucleares forem reservados apenas para emprego estratégico, as necessidades dos níveis operacional e tático que dependam da negação do uso do mar por submarinos – prover a defesa externa de uma área, a contenção de um inimigo e a degradação de suas forças (INDIAN, 2004, p.75§4 a p.76§4) – serão supridas apenas pelos SC.

A doutrina de 2004 e a estratégia de 2007 prevêm que uma campanha submarina deve integrar ações desses meios com esforços de vigilância e interdição naval por aeronaves. (INDIAN, 2004, p.76§2; ÍNDIA, 2007, p.19§2) Assim, é lícito supor que, em face da localização das bases aéreas e de VANT, um dos principais empregos da força de submarinos da Índia será compor, com os vetores aéreos, esquemas estratégicos de negação do uso do mar contra unidades navais da China, na região dos estreitos da Indonésia, e na costa do Paquistão.

7.11.5 Apreciações

A Índia sempre considerou natural e desejável para sua segurança, ser o Estado mais poderoso e influente da ROI, e isso foi conseguido durante a Guerra Fria, com a anuência das superpotências, mas com a ordem unipolar que se seguiu a esse conflito, a marinha ficou na situação intermediária já citada, com os agravantes de uma elevada dissimetria em relação às marinhas ocidentais e uma estrutura mais ofensiva que defensiva, já que era voltada para a projeção de poder, e contra oponentes pouco poderosos.

Os acordos Índia – EUA firmados a partir de 2005 produziram um reajuste favorável. Politicamente, ela conseguiu ser admitida no Ocidente e, ainda que considere sua situação como de inferioridade em relação à China, o inimigo poderoso que restou, a dissimetria não é tão grande.

No que toca à construção de submarinos nucleares, a preferência aos SLMB sobre os SNA já foi seguida em outros tempos pela França por motivos parecidos, e parece lógica em face dos seguintes fatores:

- embora possua vetores nucleares lançáveis de terra e de plataformas aéreas, a Índia não possui o de maior capacidade de sobrevivência, o SLMB, e sua doutrina nuclear considera a tríade imprescindível ⁴⁶;

- O SNA é especialmente adequado (primordial, na doutrina britânica) (UNITED KINGDOM, 2004, p. 183§2) para a negação do uso do mar a submarinos nucleares e a forças de superfície, sendo procurado principalmente por quem se considera em grande inferioridade

⁴⁶ VERMA, 2010, §2

ante tais ameaças; como a China, que se prepara para enfrentar a marinha norte-americana, mas esse não é o caso da Índia.

7.11.6 Conclusão

A Índia acaba de dar um grande passo com o lançamento de seu submarino nuclear, e este autor considera que a construção de SLMB, e não de SNA, constitui apenas uma prioridade do momento estratégico, porque, apesar de os documentos oficiais não fazerem menção a esses meios, sua não-construção constituiria, antes de tudo, o não-aproveitamento de uma capacidade tecnológica conquistada em prol da Defesa, a que nenhum dos detentores dessa tecnologia se permitiu até hoje.

Além disso, no momento, as marinhas ocidentais são amigas, e a chinesa, ainda com poucos SNA de boa qualidade e com oponentes como os EUA e o Japão, pode ser dissuadida, em termos convencionais, com a capacidade de negação do uso do mar provida pelos SC e meios aéreos e de superfície de esclarecimento e ataque, consideradas as restrições de acesso ao Índico e a pequena extensão desse oceano.

Tal situação, contudo, é transitória. A marinha chinesa está evoluindo rapidamente e poderá dispor de maior número de SNA em pouco tempo. Cabe lembrar que, se a China possui uma década de dianteira sobre a da Índia em SLMB, (MEHTA *apud* BEDI, 2008, p.27§16) a vantagem é maior em SNA, e só não constitui maior problema para os indianos porque sua preocupação principal é o enfrentamento dos EUA.

7.12 Análise das Políticas e Estratégias de Defesa da Federação Russa

A crise econômica provocada pelo desmembramento da URSS provocou um enorme retraimento em todas as expressões do Poder Nacional. Além disso, o fim da Guerra Fria reduziu drasticamente a capacidade de as Forças Armadas obterem recursos financeiros. Para ter uma idéia, em meados da década de 1980, os gastos militares representavam de 12% a 13% do PNB russo, o qual constituía cerca de 12% do PNB mundial. Após a crise e já no início da recuperação, entre 2000 e 2005, o PNB representava 1,7% do PNB mundial e os gastos militares dele consumiam 2,6%. (KRUPNOV, 2006, p. 29)

As alterações políticas decorrentes da fragmentação da URSS prejudicaram a situação estratégica no Báltico e no Mar Negro, dois mares fechados da maior importância por conterem os principais portos do país e permitirem acesso ao oceano aberto durante todo o ano. No Báltico, com a perda do controle sobre a Alemanha Oriental, Estônia, Letônia e Lituânia, a extensão costeira foi bastante reduzida e restaram apenas duas bases navais, a de São Petersburgo e a de Baltiysk, esta no enclave de Kaliningrado, que nem tem continuidade territorial com a Rússia. No Mar Negro, a maioria das bases ficou com a Ucrânia, sendo que a principal, Sebastopol, é operada pela marinha russa por um contrato de *leasing* que tem gerado situações desconfortáveis. Cabe também citar o Mar Cáspio, onde existem grandes jazidas de óleo e gás, e que agora, além do Irã, banha também o Azerbaijão, o Kazaquistão e o Turquemenistão, numa convivência que poderá gerar contenciosos. (TULLY, 2001, 39§2 e 41§1)

Nas forças navais, a redução foi dramática como mostrado na tabela 7.11.1, (KRUPNOV, 2006, p. 41§2 a 42§1) mas os números não dizem tudo. Em 2006, 60% dos navios tinha mais de 2/3 de sua vida útil, pois a construção havia parado com a crise, e eles haviam envelhecido no cais, com mais de uma década de inatividade em decorrência da insuficiência de recursos para movimentações e apoio logístico, daí resultando a falta de adestramento responsável pela incapacidade operacional e por acidentes graves, como o afundamento do submarino Kursk, em agosto de 2000. (TULLY, 2001, .p 57§2)

7.12.1 As Políticas de Defesa.

Em 1993, a Rússia emitiu as “Prescrições Básicas da Doutrina Militar da Federação Russa” (“*The Basic Provisions of the Military Doctrine of the Russian Federation*”), (RUSSIAN FEDERATION, 1993) que estabelecia, em muitos campos da atividade nacional,

externos e internos, as condições em que o sistema de defesa do Estado deveria ser estruturado, após a radical transformação política por que ele e o Sistema Internacional haviam passado com o fim da Guerra Fria.

Forças	URSS em 1991	Rússia em 2004
Efetivo	450.000	155.000
SLMB	60	14
SNA/SLMC/SC	221	37
Aeronaves	1666	556
Navios Aeródromos	5	1
Cruzadores	38	6
Navios-escolta ⁴⁷	175	20

Tabela 7.12.1 – A redução das forças navais da Rússia (KRUPNOV, 2006, p.42-43)

O documento visava também a assegurar um grau mínimo de segurança militar durante essa reestruturação, cobrindo inclusive a base industrial e a social, com foco nos novos regimes político e econômico. Além disso, refletindo o clima de entendimento internacional que se seguiu à Guerra do Golfo, expunha uma postura não-belíca, quando muito, defensiva e reativa.

Entre suas considerações mais interessantes destacam-se as seguintes:

- os interesses vitais da Rússia não colidiam com a segurança de qualquer outro Estado; (RUSSIAN FEDERATION, 1993, item 1§2)
- a Rússia não via nenhum Estado como inimigo; (RUSSIAN FEDERATION, 1993, item 2.1§7)
- a Rússia não empregaria armas nucleares contra Estados signatários do TNP que não as possuíssem, exceto se estes a atacassem ou seus aliados, operando em conjunto ou sendo aliados de Estados possuidores de tal armamento; (RUSSIAN FEDERATION, 1993, item 2.1§13)
- a ameaça de agressão direta declinara consideravelmente, mas o perigo de guerra se mantinha por razões sociais, políticas, territoriais, religiosas, étnico-nacionais e outras, havendo diversas fontes potenciais, externas e internas, de perigo militar para a Rússia.

Fontes de perigo externo: (RUSSIAN FEDERATION, 1993, item 2.1§28)

- a proliferação de armas nucleares e outras ADM e seus sistemas de lançamento, envolvendo atores estatais e não-estatais;
- a possibilidade de a estabilidade estratégica ser solapada pela violação, por alguns países, de acordos internacionais de limitação e redução de armamentos;
- a expansão de blocos e alianças militares em detrimento dos interesses de segurança militar da Rússia – leia-se OTAN;

⁴⁷ O termo “navios-escolta” engloba contratorpedeiros (destróieres) e fragatas.

- o terrorismo internacional;
- a formação de grupos armados nas fronteiras da Rússia ao ponto de perturbar a correlação de forças vigente;

Fontes de perigo interno: (RUSSIAN FEDERATION, 1993, item 2.1§46)

- organizações nacionalistas, separatistas ou outras, com o propósito de desestabilizar o País ou violar sua integridade territorial por meio da violência armada.

Eram fixadas diretrizes básicas para a segurança militar:

- manter forças em nível de qualidade e de prontidão de combate tais que garantam confiavelmente a proteção dos interesses vitais da Rússia;
- implementar consistentemente o Tratado sobre Forças Convencionais na Europa (CFE). Este tratado foi assinado em 1990 pelos membros da OTAN e do Pacto de Varsóvia e posteriormente ratificado pelos mesmos Estados ou seus sucessores, após o fim da URSS e do Pacto de Varsóvia, e entrou em vigor em 1992 estabelecendo tetos quantitativos de alguns armamentos (mas não de meios navais) e medidas de verificação recíproca, visando estabelecer um equilíbrio de poder desde o Atlântico até os Urais. (O TRATADO, 2007)

Eram estabelecidos princípios políticos básicos para a segurança militar: (RUSSIAN FEDERATION, 1993, item 2.1§55)

- a salvaguarda da segurança da Rússia sem prejuízo da segurança de outros países ou da paz universal;
- em assuntos de manutenção da paz e da segurança internacionais, bem como de prevenção de conflitos armados, a Rússia considerava como parceiros todos os países cujas políticas não prejudicassem seus interesses nem transgredissem a carta da ONU;

A Rússia considerava que o uso, mesmo limitado, de armas nucleares por um dos lados num conflito podia provocar o uso maciço de tais armas, com catastróficas conseqüências. (RUSSIAN FEDERATION, 1993, item 3.1§10)

O documento não citava quaisquer áreas externas de interesse para a segurança. Notava-se também que, ainda que houvesse ameaças externas, a Rússia queria enfrentá-las principalmente por meio da cooperação com os outros Estados, porque estava mais preocupada com as ameaças internas – nacionalismos e separatismos.

Em 2000 foi emitida a “Doutrina Militar da Federação Russa”, que só contém orientações de caráter político. Elaborada com a finalidade de substituir as “Prescrições” de 1993, (RUSSIAN FEDERATION, 2000, cabeçalho) parece tê-la usado como lista de verificação,

mas aprofundando o enfoque militar e reconhecendo aspectos mais preocupantes na situação de então, que na do início dos anos 1990.

Como exemplo, alguns aspectos que, na doutrina de 1993 eram considerados “fontes de ameaça externa” ou “fatores que podem ajudar a transformar um perigo militar em ameaça militar imediata à Federação Russa”, são considerados na doutrina de 2000 “principais ameaças externas”, (RUSSIAN FEDERATION, 2000, “*The Main Threats to Military Security*”, item 5) tais como:

- Reclamações territoriais contra a Federação Russa ou interferência nos seus assuntos internos; e
- “a expansão de blocos e alianças militares para prejuízo da segurança militar da Rússia.”

A doutrina se declara “defensiva em natureza”, em virtude de sua “consistente aderência à paz”, à firme disposição de defender os interesses nacionais e de garantir a segurança militar da Rússia e de seus aliados.

A doutrina contém uma caracterização feliz da implementação das Estratégias Indiretas de Beaufre nas condições atuais: (RUSSIAN FEDERATION, 2000. item I – 1)

O estado e as perspectivas para o desenvolvimento nos dias atuais da situação militar-política são determinados pelo aumento qualitativo nos meios, formas e métodos de conflito militar, pelo aumento de seu escopo e severidade de suas conseqüências, e por seu alastramento para novas esferas. A possibilidade de conseguir metas militar-políticas por meio de operações indiretas e dissimuladas predetermina o perigo particular das guerras modernas e conflitos armados para povos e Estados, bem como para preservar a estabilidade internacional e a paz, tornando vitalmente necessário tomar medidas exaustivas para preveni-los e obter um ajuste pacífico das diferenças nos estágios iniciais de sua emergência e seu desenvolvimento

- A doutrina repete Adam Smith ao declarar que a “Salvaguarda da segurança militar da Federação Russa é a área mais importante da atividade do Estado” (RUSSIAN FEDERATION, 2000. item I – 7) e aborda as armas nucleares com um tom mais incisivo que o documento de 1993, o que parece um abaixamento do limiar para seu emprego: (RUSSIAN FEDERATION, 2000, comentário inicial §3 e item I – 8§3)

A Federação Russa se reserva o direito de usar armas nucleares em resposta ao uso de armas de destruição em massa, nucleares ou de outro tipo, contra ela ou seus aliados, assim como em resposta a agressões em larga escala utilizando armas convencionais em situações críticas para a segurança nacional da Federação Russa.

- Diferente da doutrina de 1993, esta toca em assuntos marítimos, ao reconhecer como um dos principais aspectos da salvaguarda da segurança militar do Estado, em tempo de paz, a proteção das facilidades e instalações no alto mar, no espaço e no território de outros Estados; a navegação, a pesca e outras atividades, sejam em águas próximas ou em regiões distantes; Também reconhece como aspecto dessa salvaguarda a proteção e a defesa da fronteira do Estado no território, espaço aéreo e ambiente submarino, assim como da ZEE, da PC e de seus recursos naturais.

Assim como as “Prescrições” de 1993, a Doutrina de 2000 também não contém qualquer especificação de áreas externas de interesse para a segurança.

Em outubro de 2003, o Ministro da Defesa encaminhou um relatório ao Presidente, que, ainda que seja predominantemente estratégico, contém alguns aspectos políticos interessantes:

- o Governo russo julgava que suas forças armadas tinham o papel geopolítico de garantir a estabilidade global no quadro de então, de enfraquecimento de várias instituições internacionais na área de segurança, e seu fortalecimento seria um fator preventivo contra o desmoronamento definitivo do sistema das relações internacionais baseado nos princípios do direito internacional. (FEDERAÇÃO da RÚSSIA, 2003, p. 3§6) Para este autor, essa consideração tem relação direta com a invasão anglo-americana do Iraque, realizada em março desse ano, à revelia do Conselho de Segurança da ONU.

- a Rússia mantém relações de parceria com a OTAN, apesar das divergências significativas com respeito à expansão para o Leste e às atividades militares da Organização nas regiões de conflito. (FEDERAÇÃO da RÚSSIA, 2003, p.11§6.)

- as áreas de interesse da Rússia passam a ser definidas como a Europa Centro-Oriental incluindo os Estados Bálticos e a Grécia, e toda a Ásia. (FEDERAÇÃO da RÚSSIA, 2003, p.13 (mapa))

- a política de dissuasão estratégica da Rússia tem por propósito não admitir qualquer tipo de pressão militar ou agressão contra ela ou seus aliados em tempo de paz e, em tempo de guerra, pretender a “desescalação da agressão”, que consiste em obrigar o inimigo a cessar as ações militares em condições aceitáveis para a Rússia, causando-lhe “prejuízos planejados”.

Pelos conceitos expostos no documento, a “desescalação da agressão” é uma aplicação ampla da coerção que consiste em “forçar o adversário a cessar as ações militares, sob ameaça ou até mesmo realizando ataques de várias escalas com emprego de armamentos convencionais e/ou nucleares”; e “prejuízo planejado é o prejuízo inaceitável subjetivamente pelo ad-

versário que ultrapassa as vantagens esperadas pelo agressor como resultado do emprego da sua força militar”.

Trata-se da menção a estratégias de coerção fortemente baseadas na punição, considerando o emprego de armamento convencional e nuclear. Na realidade, trata-se da possibilidade de contra-coerção de uma potência nuclear contra uma agressão que pode ser a ela própria ou a seus aliados, coerente com a tônica dos textos russos atuais, que denotam sua condição de Estado militarmente inferior às potências ocidentais e por elas ameaçado.

7.12.2 As Estratégias de Defesa

O Relatório de 2003 contém informações típicas de um Livro Branco, é fundamentado em várias leis e na Doutrina Militar de 2000, (FEDERAÇÃO da RÚSSIA, 2003) consiste numa “resposta ao processo de modernização militar dos EUA e à expansão para Leste da OTAN” (KRUPNOV, 2006, p.49§4)⁴⁸ e é, na realidade, um programa muito abrangente de atualização das forças armadas em termos doutrinários, organizacionais e estratégicos, que pretende reequipá-las em 45% até 2015 e totalmente até 2025, (FEDERAÇÃO da RÚSSIA, 2003, p.56§3) com base na recuperação econômica do país, sentida por seus líderes a partir de 2000. (KRUPNOV, 2006, p.5§4) A seguir, suas principais considerações:

As missões das Forças Armadas são as seguintes, em ordem de prioridade: (FEDERAÇÃO da RÚSSIA, 2003, p.37 a 41)

1 - Sustar as ameaças militares e político-militares à segurança ou aos interesses do País – por meio do esforço de inteligência para revelar ameaças iniciais e das dissuasões nuclear e convencional, nesta incluindo um eficiente sistema de mobilização nacional e o dispositivo de defesa do território;

2. Garantir os interesses econômicos e políticos do País – inclusive protegendo-os nas águas jurisdicionais e no Oceano Mundial (termo russo);

3. Realizar ações de força em tempo de paz – cumprindo os compromissos internacionais; combatendo o terrorismo; realizando operações de paz sob mandato da ONU ou da Comunidade de Estados Independentes (CEI); defendendo as fronteiras nos espaços aéreo e subaquático; garantindo sob força as sanções determinadas pelo Conselho de Segurança da ONU; e prevenindo ou corrigindo efeitos de desastres ecológicos e de outras situações de emergência; e

⁴⁸ Krupnov se refere ao relatório como Livro Branco (“*White Paper*”)

4. Empregar a força militar – em conflitos armados de pequena intensidade, guerras locais, regionais ou de grande escala (entre potências mundiais).

Embora a Guerra Fria tenha terminado, a possibilidade de guerras interestatais ainda é reconhecida, tornando necessária a dissuasão nuclear, em que a Marinha detém um dos elementos, a “Força Nuclear Estratégica Naval” (os outros são as “Tropas de Mísseis de Destinação Estratégica” e a “Força Nuclear Estratégica Aérea”); (FEDERAÇÃO da RÚSSIA, 2003, p.43§8)

O relatório contém o resumo de um estudo sobre as últimas guerras e apresenta diversas conclusões interessantes, entre as quais, as seguintes:

- nos conflitos do atual período histórico, os resultados da luta armada serão definidos principalmente por ações aeroespaciais e navais, enquanto agrupamentos de tropas terrestres consolidarão a vitória militar e permitirão alcançar objetivos políticos; (FEDERAÇÃO da RÚSSIA, 2003, p.30§1)

- nos conflitos atuais, aumentaram a interdependência e a influência mútua entre as ações nos níveis estratégico, operacional e tático. As principais missões serão cumpridas por meio de um ataque estratégico à máxima distância, antes do impacto das unidades de vanguarda. (IVANOV, 2003, p.30§2)

Yuri Krupnov, (2006, p.14§5 e p. 42 a 50 *passim*) Capitão-de-Mar-e-Guerra da reserva da marinha russa, realizou um estudo sob os auspícios do Programa de Amizade do Conselho Rússia-OTAN, em que apresenta a reforma do sistema de defesa de seu país à Organização e discorre sobre diversos aspectos da conjuntura estratégica, vista por olhos russos, tais como:

- As relações com os EUA e outros países ocidentais foram normalizadas, mas o nível de confiança ainda não é suficiente para permitir aos dois lados abandonarem estratégias de precaução (“*hedging strategies*”);

- É necessário monitorar a tentação dos EUA e de outros detentores de armamento nuclear de reduzir o limiar de emprego dessas armas, fazendo com que deixem de atender apenas à dissuasão estratégica;

- A Rússia tem necessidade de manter robustas forças de dissuasão nuclear, pois sua segurança poderá depender delas em algumas situações, em face da grande superioridade ocidental em recursos econômicos, população, tecnologia de armas não-nucleares e sistemas de Comando e Controle. Um aspecto imperativo é a manutenção da capacidade de penetrar as defesas antimísseis estratégicos dos EUA. Para a Marinha, a dissuasão nuclear continua sendo a meta vital, sendo que o míssil naval “*Bulava*”, que tem essa capacidade e está em fase final

de desenvolvimento, pode tornar-se o vetor padrão para ataques estratégicos, sendo lançado de plataformas navais ou terrestres;

- Existem as “novas ameaças” do terrorismo, pirataria e tráficos ilegais, para os quais portos e navios podem ser meios ou alvos de ações destrutivas, principalmente se houver motivação contra o Estado. É o caso da Rússia após os problemas dos últimos anos, decorrentes do desmembramento da URSS, como as rivalidades entre os novos Estados nacionais e as duas guerras separatistas da Chechênia, o que pode mesmo atingir outros Estados, como o seqüestro, por terroristas chechenos, de um ferry-boat turco no Estreito de Bósforo, em 1996;

- Em face das ameaças externas atuais, é concebível que as forças armadas da Rússia cumpram missões em várias regiões do mundo para prevenir a emergência de tais ameaças aos seus interesses e à segurança de seus aliados, pois o País enfrentou, nos últimos anos, interferências em assuntos internos e instabilidade no período pós-soviético ao longo de suas fronteiras.

Isso justifica a afirmação do Ministro da Defesa, pela qual a prevenção de ameaças é o princípio mais importante para a garantia da segurança nacional, mas entendendo prevenção não apenas como a realização de ataques preventivos contra organizações criminosas e grupos terroristas, mas também como outras ações para bloquear a emergência das ameaças antes que sejam necessárias medidas extremas para sua neutralização. Esse conceito parece se aplicar à intervenção russa na Geórgia em 2008. (ENTENDA, 2008)

- A exploração dos recursos naturais do mar tende a se tornar objeto de conflitos entre Estados à medida que seu esgotamento se aproxima. No caso, os EUA e a Noruega estão aumentando suas pesquisas no Ártico, para onde este último país volta suas atenções com o esgotamento das reservas de petróleo do Mar do Norte previsto para 2010. Já há, inclusive, disputas sobre áreas onde geólogos russos descobriram reservas de óleo e gás no Mar de Barents. Acredita-se que, no futuro próximo, esses e outros Estados estarão envolvidos em competições conflituosas pelos direitos de exploração de tais recursos da plataforma continental e da Zona Econômica Exclusiva (ZEE).

A situação é ameaçadora porque marinhas de importantes Estados, como os EUA, Inglaterra, França e CHINA, estão desenvolvendo suas forças navais segundo os novos conceitos estratégicos, operacionais e táticos que enfatizam a capacidade de atacar alvos em terra, o que proporciona diversas opções contra os Estados detentores de recursos minerais, o que inclui a Rússia. Aqui, Krupnov parece se referir aos conceitos de “Guerra de Litoral”, que norteiam o desenvolvimento atual das marinhas ocidentais, causando certa estranheza a citação

da CHINA, que está entrando na Guerra de Litoral também na condição de atacado. É possível que se deva ao fato de ser um Estado carente de petróleo e estar expandindo sua Marinha.

- Estrategistas navais russos prevêm que o respaldo militar a interesses políticos e econômicos do Estado será mais pronunciado no século XXI que foi no século XX, e a Rússia está se considerando um objetivo de alta prioridade no sistema de rivalidades interestatais, em virtude de seus recursos naturais, sendo alvo da cobiça de vários países que desejam melhorar sua situação econômica. Na opinião de um deles, a colisão de interesses no mar é inevitável e há países ocidentais implementando políticas destinadas a enfraquecer a Rússia como potência naval, a fim de eliminar um potencial competidor.

7.12.3 Estratégias Navais

A Marinha, lutando contra as restrições impostas pelas limitações econômicas, está se esforçando para enfrentar os problemas acima expostos por meio do lançamento das novas classes de SLMB (“*Borey*” - que lançará o míssil “*Bulava*”, já citado), de SC (“*Lada*”) e de SNA (“*Yasen*”) (SAUNDERS, 2007, p. 624, 634 e 627) e o máximo prolongamento da vida útil dos submarinos existentes por meio de reparos, se possível até 2015-2020.

Pretende, além disso, renovar os meios de superfície, inicialmente, com novos projetos de corvetas de emprego costeiro (os novos SC também visam a esse emprego) com capacidade antissubmarino e antiaérea, dotados de artilharia e mísseis anti-navio; depois, fragatas de múltiplo emprego com maior raio de ação e, posteriormente, desenvolver e construir contratorpedeiros oceânicos de nova geração, que já estão sendo projetados. Caso não seja possível realizar esses planos no futuro próximo, os antigos navios serão mantidos em serviço por mais algum tempo. (KRUPNOV, 2006, p. 50§2 a 51§3 e BARANY, 2008, “*Growing budgets, misguided spending*”§3)

O importante aspecto do adestramento também está sendo atendido desde 2000, com o crescente número de navios em operações no Mediterrâneo, Índico, Pacífico e Atlântico, o que também contribui para resgatar a reputação russa de potência naval. (KRUPNOV, 2006, p. 63§3) Aqui também se enquadra a participação da marinha russa na repressão à pirataria no Chifre da África.

Como acima exposto, um importante critério usado na reconstrução da Marinha russa consiste em capacitá-la a defender os interesses nacionais com prioridade inversa à distância da costa, o que é coerente com os seguintes fatores:

- o paradigma de “Guerra de Litoral” atualmente vigente na guerra naval, que divide os Estados em atacantes – os que vem pelo mar; e atacados – os Estados litorâneos, onde a Rússia se coloca;

- o fato de a Rússia ser um país continental e, como tal, seus militares tenderem a considerar a negação do uso do mar nas águas mais próximas ao território como a contribuição fundamental da guerra naval à defesa nacional; (HUGHES, 2000, p.165§4) o que analistas navais norte-americanos criticam por traduzir uma mentalidade defensiva e refletir influência da força terrestre; (COLE, 2007, p. 26§5 ; PATTON, 2007, p. 277§5)

- a necessidade de defender rigorosamente os “bastiões” – santuários nas águas costeiras onde operam os SLMB, garantindo a resposta nuclear, se necessário; e

- a necessidade de defender não somente o litoral, mas as águas jurisdicionais em virtude das valiosas jazidas de recursos minerais, aspecto que não era considerado na teoria da guerra naval tradicional, onde as áreas marítimas não tinham valor intrínseco, valendo apenas como passagem.

O escalonamento a partir da costa é recorrente na estratégia naval russa. Till relata as “Zonas de Defesa” soviéticas – uma estratégia defensiva do tempo da Guerra Fria, contra ações aeronavais da marinha norte-americana, pela qual, a partir de seu litoral, os soviéticos estabeleciam três zonas: na mais próxima, até cerca de duzentas milhas e que continha os mares periféricos (Báltico, Negro, Barents, Mar do Japão), esperavam exercer o “Comando do Mar” empregando considerável número de meios costeiros, como lanchas lança-mísseis e torpedeiros, mísseis lançados de terra e aviação; na zona que se seguia, pretendiam disputar o Comando do Mar com os norte-americanos com submarinos, navios de superfície e navios-aeródromos e, além desta, realizariam a negação do uso do mar apenas com submarinos. (TILL, 2004, p.158§8)

7.12.4 O Emprego de Submarinos pela Marinha Russa

Segundo o Chefe do Estado-Maior da Armada⁴⁹ da marinha da Rússia, Almirante Abramov (2006, p. 27-30 *passim*), a Força de Submarinos possui unidades de várias classes, estratégicas, de emprego geral e de emprego específico, que podem operar independentemente ou integrados a forças navais. Eles podem realizar ataques concentrados, inclusive com armas nucleares sobre alvos navais, como forças-tarefa nucleadas em navios-aeródromos, outros

⁴⁹ Chefe do Estado-Maior da Armada é o cargo, na Marinha do Brasil que este autor considerou a melhor tradução para o termo constante da tradução do artigo para o inglês – “*Chief of the Main Naval Headquarters*”

grupos navais ou comboios, combater com êxito qualquer outro submarino, lançar e recolher destacamentos de operações especiais e muitas outras tarefas.

Destaque é dado à maciça capacidade de minagem dos submarinos, que tem valiosas aplicações táticas, operacionais e estratégicas; e à atual política de reaparelhamento naval que dá a máxima prioridade à construção e modernização de submarinos e, entre eles, aos estratégicos.

A distribuição de meios pelas esquadras (SAUNDERS, 2007, p. 623) mostra que a região do Ártico é prioritária, pois a Esquadra do Norte detém a grande maioria dos meios navais, inclusive 11 dos 15 SLMB e 16 dos 25 SNA. Em segundo lugar, bem afastada, vem a Esquadra do Pacífico, com os outros 4 SLMB e os outros 9 SNA. A prioridade dessas esquadras foi evidenciada em 2006 pela determinação de recompletar as tripulações dos submarinos por meio de contratos - a forma de obter pessoal mais qualificado na época atual, em que a juventude não é atraída por atividades navais, principalmente o serviço em submarinos, considerado duro e perigoso. (ABRAMOV, 2006, p. 30§2)

Com a entrada em serviço dos novos SLMB classe “*Borey*”, que lançam o míssil “*Bulava*”, e dos novos SNA classe “*Yassen*” (que deverá substituir duas das três classes atualmente em serviço), prevê-se que sejam mantidos apenas 8 a 10 SLMB e cerca de 21 SNA; (RUSSIA, 2011)

Alguns autores acreditam que a estratégia dos “bastiões” ainda é praticada, (MURRAY, 2007, p.59§1) pois a Rússia prioriza a dissuasão nuclear em sua política de defesa, seus submarinos ainda são os mesmos da Guerra Fria e as áreas das esquadras oceânicas contêm os tradicionais bastiões usados nesse período, os mares de Barents e de Okhotsk (figura 7.12.1), o que também indica que o alvo não mudou: o território dos EUA. Bastiões são santuários em áreas marítimas litorâneas, fortemente protegidos contra submarinos inimigos, onde os SLMB são posicionados e de onde podem atingir seus alvos graças ao longo alcance dos mísseis estratégicos. (McCONNAUGHY, 2007, p.98§ 3 e 4; PATTON, 2007, p.277§ 2 a 5)

Além disso, a Rússia parece ter recomeçado a empregar seus SNA também em movimentações de natureza puramente política, como o demonstra a patrulha de dois SNA da classe *Akula*, ao largo da costa leste dos EUA, noticiada em 04/08/2009, fato que ocorreu pela primeira vez em dez anos. (U.S. RUSSIA, 2009)

A Marinha da Rússia possui também 21 SC (da classe *Kilo*), distribuídos em todas as esquadras, mas em maior número na do Norte (7) e Pacífico (9) – as dos “bastiões” – e os ou-

tros no Báltico (3) e no Mar Negro (2); à semelhança das marinhas dos outros Estados limítrofes, como as da Alemanha, Suécia e Turquia. (SAUNDERS, 2007, p. 623)

Isso é coerente com o emprego desses meios na negação do uso dos acessos a essas áreas marítimas para melhor controlá-las, aspecto enfatizado na doutrina russa onde eles são empregados para “emboscar” os SNA inimigos (termo de Milan Vego), constituindo a “segunda linha” das barreiras, em águas mais rasas e mais próximas à costa, entre as áreas onde operarão seus SNA em tarefa AS – a primeira linha – e os campos minados. (VEGO, 1992, p.105§2; p.107§2; p.109§5) Cabe notar que a nova classe de SC (“Lada”), está entrando em operação para substituir os da classe *Kilo*, em serviço desde 1981, e sua destinação inicial é a Esquadra do Báltico. (ABRAMOV, 2006, p. 28§6, SAUNDERS, 2007, p.634)



Fig.7.12.1 – Os “bastiões” – Mares de Barents e Okhotsk

A área do Pólo Norte está sendo objeto de atenção especial nos planos de adestramento dos submarinos, os quais, além das patrulhas destinadas ao adestramento para o combate, também estavam, em 2006, realizando a importante atividade colateral de levantamento da plataforma continental, a fim de possibilitar a demarcação da área pertencente à Rússia (ABRAMOV, 2006, p. 29§4) – provavelmente algo semelhante ao “LEPLAC” (“Levantamento da Plataforma Continental”), programa realizado pela MB, só que na Rússia, a área a levantar é coberta pela calota polar, o que exige o emprego de submarinos nucleares.

7.12.5 - Apreciações

As políticas de defesa da Rússia denotam uma postura geral defensiva, de um país que se sente com o Poder Nacional inferiorizado ante as potências atuais, ameaçado por elas, por cobiçarem seus recursos naturais, lutando, além disso, para sair da crise econômica provocada pelo fim da URSS.

Essa inferioridade leva a uma aparente contradição, pois ao mesmo tempo em que prega o uso apenas dissuasório do armamento nuclear, acena com a possibilidade de usá-lo mesmo contra ataques convencionais. A contradição, contudo, é apenas aparente; ela prega que tais armas tenham o limiar de emprego suficientemente alto para não serem usadas na “guerra praticável”, mas declara que, mesmo com limiar alto, empregará as suas em situações críticas para sua segurança, que poderão ocorrer mesmo sob ataque de armas convencionais, dada a sua inferioridade nesse campo. Além disso, das condições de emprego divulgadas, não consta o “*no first use*”, como países de menor poder nuclear, como a China e o Reino Unido.

7.12.6 - Conclusão

O programa de reaparelhamento, tem as prioridades orientadas por três critérios: atualização da capacidade de dissuasão nuclear, renovação da força de submarinos e a defesa das áreas mais próximas à costa. O desenvolvimento do novo míssil Bulava, do SLMB classe *Borey*, que os lançará, e dos SC classe *Lada* se enquadram nos três.

Esse programa, a par da dissuasão nuclear, indica que País assume a posição de atacante, de forma análoga à que fazia antes de se falar em Guerra de Litoral, priorizando a defesa aproximada e preparando-se para escaloná-la cada vez mais distante da costa.

7.13 Análise das Políticas e Estratégias de Defesa da Espanha

A Espanha passou por um longo período de isolamento internacional após a Segunda Guerra Mundial por ter apoiado o nazismo e, apesar de ter firmado acordos de ajuda militar em 1953 com os EUA, em troca de bases em seu território, e ter-se filiado à Organização das Nações Unidas em 1955, continuou a ser hostilizada por muitos países. (SPAIN, 1988§1)

Após a morte do Ditador Francisco Franco, em 1975, o país passou por um período de transição para a Democracia, implantando a Monarquia parlamentarista e buscando integração à comunidade ocidental com a filiação à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) em 1982 e à União Européia (UE) em 1986. (ESPANHA, 2009b)

7.13.1As Políticas de Defesa

Nessa ocasião, sob o governo do primeiro Ministro Filipe González, definiu-se que a Política de Segurança Nacional seria baseada na OTAN, na União da Europa Ocidental (UEO – *Western European Union* – WEU) (WESTERN EUROPEAN UNION, 2010, “Origins of the WEU”)⁵⁰ e nos pré-existentes acordos bilaterais com os EUA; e suas metas seriam a construção da confiança na Espanha entre os países do Ocidente e a progressiva redução da dependência em relação aos norte-americanos.

Também em 1986 realizou-se um referendo que determinou a continuação do País na OTAN, mas sem participar de sua estrutura integrada; a proibição de instalar, estocar ou mesmo introduzir armas nucleares no território nacional; e a progressiva redução da presença norte-americana no País.

O Governo, no entanto, “relativizou” o cumprimento dessas determinações para manter o compromisso com o sistema ocidental de segurança e a confiança dos demais membros da Aliança, aproximando-se cada vez mais dela: assinou o TNP em 1987; passou a participar de seu Grupo de Planejamento Nuclear; seguiu a política de “*No asking*” sobre o transporte de armas nucleares pelas forças norte-americanas que usavam portos e bases e que, pelo menos até 1991 continuavam a transportá-las; e quanto à redução da presença, as bases navais e aé-

⁵⁰ A UEO foi uma organização de defesa mútua formada em 1948, inicialmente por França, UK, Bélgica, Holanda e Luxemburgo.

reas norte-americanas no país foram extensivamente usadas durante a Guerra do Golfo, em 1991. (CANTALPIEDRA, 2009)⁵¹.

Apesar disso, houve reduções: nos anos 1990 foram revertidas à Espanha as bases de Zaragoza (1994) e Torrejón (1998), e a base aérea de Morón tornou-se uma base “*stand-by*”, ou seja, com guarnição reduzida, para ativação apenas em caso de necessidade. Atualmente, além dessa base, a Espanha abriga, próximo a ela, a grande e importante base naval de Rota, junto a Cádiz, uma das que apoia a Sexta Esquadra dos EUA (a do Mediterrâneo). Ambas totalizam cerca de 9000 pessoas entre militares, civis e dependentes. (NAVAL, 2010)

Em 1997, pelo Tratado de Amsterdam, os membros da União Européia acordaram em assegurar sua presença na cena internacional perseguindo uma Política Externa e de Segurança Comum, que poderia conduzir a uma Política de Defesa comum. Além disso, definiram a UEO como parte integral do desenvolvimento da UE, provendo capacidade operacional para realizar tarefas humanitárias, de manutenção da Paz, e de combate em gerenciamento de crises, inclusive com imposição de paz. (ESPANHA, 2000, p.48§1 e 2)

Também em 1997, a Espanha decidiu aderir á nova estrutura da OTAN, tendo sido aberto em Madri um comando sub-regional da Organização, e na Conferência de Washington, em 1999, já ostentava a condição de membro pleno. (ESPANHA, 2000, p.75§7)

Nesse conclave, a OTAN estabeleceu seu “Novo Conceito Estratégico” que reafirmava os conceitos já vigentes e inovava com a idéia de promover a segurança e a estabilidade na área Euroatlântica. Em todas as atividades, contudo, reconhecendo a responsabilidade primária do Conselho de Segurança da ONU para a manutenção da Paz. (ESPANHA, 2000, p.45§6 e 1)

Até então, as alianças da Espanha eram três: a bilateral com os EUA; a OTAN, em que a Espanha apostava mais; e a UEO, por ser membro da UE. Em 2000, porém, com o progresso da tese de que a “Identidade Européia de Segurança e Defesa”, bandeira da UEO, podia ser construída no seio da OTAN, a UEO teve seu papel esvaziado, iniciando-se as providências para sua extinção, o que estava previsto para ocorrer formalmente em 30 de junho de 2011⁵². Assim, restaram apenas os EUA e a OTAN.

Como aconteceu em outros países, em consequência das alterações ocorridas nos anos 1990, (ESPANHA, 2000, p.16§2) a Espanha julgou necessário reformular seu sistema de De-

⁵¹ Em 1991, os EUA declararam unilateralmente o desarmamento nuclear dos navios de superfície, mas não o dos submarinos, que podem ter continuado a infringir a proibição.

⁵² NATO, 2001, “Chapter 4: The European Security and Defense Identity”, “The Evolution of ESDI”§9; WESTERN EUROPEAN UNION, 2010, “Statement of the Presidency of 31.03.10”

fesa. Com isso, foi emitido o Livro Branco da Defesa de 2000, para provocar debates amplos e estudos sobre as medidas a serem adotadas, com o propósito de assegurar a posição do País como membro da comunidade ocidental, completamente integrado à OTAN; seu firme compromisso com a Segurança Européia; e a adoção do modelo de forças armadas totalmente profissionais. (ESPANHA, 2000, p.12§1, 3, 4 e 5)

O documento considerava que a abordagem da Defesa baseada na auto-suficiência nacional estava ultrapassada, porque, apesar de ainda válida, perdia para a cooperação política e militar entre nações, vista como uma forma de obter maior segurança a menor custo. (ESPANHA, 2000, p.22§2) Além disso, expunha a visão do Governo sobre todos os aspectos relativos à segurança do País para permitir a posterior elaboração de uma “Revisão Estratégica da Defesa”, (ESPANHA, 2000, p.12§1, 3 e 4) como o Reino Unido fizera em 1998; e definiu as condições que a Política de Defesa deveria satisfazer, enfatizando que ela teria estreita ligação com a Política Externa.

Ambas as políticas formam a “ação externa do Estado”, que tem como moldura a “Concepção Estratégica Espanhola”, ou seja, o entendimento do papel do país no mundo, como se considera como uma nação no contexto internacional e como define sua vocação, baseada em fatores geográficos, históricos, políticos e pretensões para o futuro.

A Política de Defesa deveria satisfazer, principalmente, as seguintes condições:

- a percepção universalista da Espanha, resultante de sua posição geopolítica e da Globalização, que define os interesses e os esforços de cooperação para a paz e estabilidade, resultando em três áreas principais para ação: a Europa, o Mediterrâneo e o Atlântico;

- a proteção dos interesses nacionais permanentes – como qualquer Estado - segurança nacional, bem estar e prosperidade dos espanhóis;

- A segurança compartilhada e a defesa coletiva – a primeira exige solidariedade e coesão entre os aliados, a segunda implica o aumento da capacidade dissuasória, sendo que a capacidade própria de defesa contribui para a elevação da importância do País ao prover forças para as organizações de defesa e coalizões;

- As forças armadas como garantia de segurança e pedra angular da defesa nacional;

- A natureza defensiva da Estratégia Militar – dentro da moldura da estratégia aliada, a estratégia militar da Espanha é puramente defensiva e baseada em dissuasão, prevenção e, se necessário, uma resposta militar. A resposta militar a uma agressão externa é o requisito de máxima prioridade e o firme compromisso da Aliança Atlântica.

As forças armadas espanholas engajar-se-ão primariamente na dissuasão e na manutenção e expansão da estabilidade tanto nas áreas geograficamente próximas como na área euroatlântica, mais ampla.

- As forças armadas em apoio à ação externa – as forças armadas constituem um importante instrumento para a manutenção da estabilidade internacional, o que representa sua contribuição para as políticas Externa e de Segurança. (ESPANHA, 2000, p.55 a 71)

A identificação da necessidade de ação das forças armadas pode ocorrer com pouca antecedência para a preparação, em locais muito distantes do território e por períodos de tempo indefinidos, o que enfatiza a disponibilidade permanente, a capacidade de projeção e a sustentabilidade. (ESPANHA, 2000, p.80 a 82§1)

Em 2003, pautando-se pelas condições acima, foi elaborada a Revisão Estratégica de Defesa (RED), também no governo de José Maria Aznar, Primeiro Ministro desde 1996, que seguiu uma orientação fortemente favorável aos EUA, principalmente após 11/09/2001, buscando obter tratamento de “aliado preferencial”. Assim, deu apoio total às operações da OTAN na Guerra de Kosovo, à Guerra Global ao Terror do Presidente George W. Bush e à invasão do Iraque em 2003, chegando enviar 1300 militares para auxiliar a ocupação desse país, sob protestos da população espanhola. (CANTALPIEDRA, 2009, “Spanish Policy Goals 1996-2004”)

Em março de 2004 ocorreu um grande atentado terrorista em Madri, e o novo governo de Pedro Luiz Rodríguez Zapatero, eleito logo após e provavelmente sob esse impacto, (CIMBALO, 2004, p. 116§2) determinou em abril, ao assumir o cargo, a retirada das tropas do Iraque “o mais rápido possível” por não ser aquela uma missão da ONU. (SPAIN PM, 2004)

Em dezembro de 2004, o governo emitiu a “Diretiva de Defesa de 2004”. Esse documento considera que, em face dos atentados em Nova Iorque, Madri e Beslan, a superioridade militar não constitui capacidade dissuasória eficaz nem garantia de segurança contra tais ameaças. Além disso, altera a orientação anterior, colocando a Europa como área de interesse prioritário em matéria de Segurança e Defesa, determina a modernização das forças armadas e cria a Força Conjunta de Reação Rápida. (ZAPATERO, 2004, p. 4§2, 5§5, p. 11 e 12)

O documento estabelece a nova Política de Defesa, que segue os conceitos do Livro Branco e da RED, mas reforça os seguintes pontos:

- A ação externa da Espanha deve respeitar escrupulosamente a Lei Internacional como meio para resolver conflitos e reconhece a ONU como organização com responsabilidade para assegurar a paz e a segurança internacionais;
- Tal ação procurará empregar primordialmente os instrumentos políticos, diplomáticos, econômicos e sociais para solução pacífica de disputas e forma de evitar conflitos, só empregando a intervenção militar como último recurso; (ZAPATERO, 2004, p. 6§6)
- A ação de forças espanholas fora das fronteiras do Estado visará a implementar compromissos com as organizações de que faz parte – OTAN, UE e OSCE, ou seja, num contexto de efetivo multilateralismo, que será definido por duas condições – uma decisão da ONU, ou de outra organização de que a Espanha faça parte, e o consentimento explícito do Parlamento. Isto, sem prejuízo do direito de auto defesa, exercido unilateral ou coletivamente nos termos do artigo 51 da Carta da ONU e como previsto em tratados internacionais de Defesa ratificados pelo País.

A Ordem Ministerial (OM) 37 de 2005 estabeleceu o ciclo de planejamento da Defesa, com os dois primeiros anos de execução e os outros dois de revisão. O segundo ciclo foi iniciado em 2009. (ESPANHA, 2009, “Planeamiento de la Defensa. Directiva de Política de Defensa 1/2009”)

7.13.2 As Estratégias de Defesa

A RED, de 2003, como determinado no Livro Branco, de 2000, pretendeu fixar as necessidades de defesa com horizonte em 2015, sendo que os atentados de 11/09/2001 deram-lhe um sentido de urgência adicional. (ESPANHA, 2003, p.14§2, 36§1; 40§2)

Entre outros aspectos do contexto estratégico, a RED considerou os seguintes:

- Existe uma consciência coletiva favorecendo a intervenção pela Comunidade Internacional sob os auspícios da ONU, da OTAN ou de coalizões de seus membros, e não apenas no Atlântico, sendo que a UE também poderá atuar independentemente da OTAN, principalmente contra o terrorismo; (ESPANHA, 2003, p.33 a p. 34§3)
- Com os ataques de 11/09/2001 criou-se um novo senso de vulnerabilidade, mostrando que a preparação para missões de paz não é suficiente, a ação militar tem papel crescentemente importante e a ameaça terrorista é o principal elemento das estratégias de segurança e defesa; (ESPANHA, 2003, p.34§4)
- A RED não pretende apenas uma adaptação às novas circunstâncias, mas especificar forças armadas correspondentes à crescente estatura da Espanha no concerto das nações, já

institucionalmente integrada à OTAN, em cuja estrutura de comando foi completamente incorporada, e ativamente comprometida em desenvolver capacidades militares necessárias a ações autônomas no âmbito da UE, no esforço para consolidar seu papel de ator global. (ESPANHA, 2003, p.39§1 e 2)

Os interesses nacionais espanhóis são basicamente os mesmos dos demais Estados soberanos: a manutenção da independência, integridade territorial, ordem constitucional, estabilidade internacional, especialmente na sua região, etc. As particularidades residem principalmente no apoio a uma Europa Unida, com capacidade de decisão e ação militar autônoma; no reconhecimento de que, atualmente, a OTAN ainda é a espinha dorsal da defesa europeia, mas que o objetivo final de uma Europa defendida por europeus não ameaça as relações atlânticas, motivo pelo qual apóia uma OTAN transformada, com maior capacidade militar e abertura, frente aos novos desafios globais, como o terrorismo; (ESPANHA, 2003, p. 41 a 43) e, em especial, no propósito de recuperação da soberania sobre Gibraltar, a pequena colônia britânica que controla o Estreito. (ESPANHA, 2003 b), p. 125)

Os principais riscos à segurança considerados são

- ações do terrorismo externo, de alcance global;
- proliferação de armas de destruição em massa, nucleares, biológicas, químicas ou radiológicas;
- ações contra a integridade territorial, nas ilhas e nos territórios de Ceuta e Melilla, enclaves no território do Marrocos, no Norte da África;
- Interrupção das LCM que suprem recursos básicos como energia, que passam pelo Estreito de Gibraltar, onde a alta concentração de rotas comerciais as torna inevitavelmente vulneráveis; e
- Ações militares realizadas sem a participação da Espanha a partir da colônia britânica de Gibraltar sobre áreas marítimas de interesse espanhol nas imediações do estreito. Para a Espanha, a colônia provoca uma limitação no exercício da soberania que distorce sua ação externa. (ESPANHA, 2003, p. 43§3 a 44§3)

Atualmente, a principal tarefa das Forças Armadas, criadas para a Defesa Nacional, é a “projeção de estabilidade”, que consiste na projeção e permanência por longos períodos de forças em locais distantes. O “potencial de projeção”, a capacidade de contatar o inimigo o mais rápido possível onde for necessário, caracteriza a fase atual, em que a Defesa é entendida como ativa, flexível e dinâmica. Os conceitos anteriores continuam válidos – a defesa coleti-

va, cooperando com as forças armadas de outros Estados, e a autodefesa do próprio Estado, a mais antiga, mas sempre presente. (ESPANHA, 2003, p. 47§3 e 48§3)

Pela RED, as áreas de interesse da Espanha eram: o “espaço euroatlântico”, onde as ligações transatlânticas são particularmente importantes; o Mediterrâneo e suas vizinhanças, em especial o Magreb; a Ibero-América; o Oriente Médio; a África sub-saariana, em especial a Guiné Equatorial (em face dos laços históricos com a ex-colônia); e a Ásia-Pacífico, onde existe o maior número de questões não resolvidas das guerras mundiais e da bipolaridade. (ESPANHA, 2003b, p. 149) A Política de 2004, no entanto, alterou essa orientação determinando que a Europa seja a área de interesse prioritário, em matéria de segurança e defesa;

A Estratégia espanhola para apoiar os objetivos nacionais em conjunto com outras nações usará como instrumentos as seguintes linhas de ação:

- Dissuasão (“*Deterrence*”) – mantendo a prontidão e a disponibilidade das capacidades militares nacionais e de aliados;

- Cooperação – consiste na aproximação com outros Estados buscando algum objetivo;

- Prevenção – ações com o propósito de evitar tensões, instabilidades ou crises que possam produzir conflitos, bem como reduzir suas causas e procurar contê-los, se já iniciados, ainda em níveis baixos e nos locais de origem;

- Projeção de Estabilidade – capacidade de produzir influência em outras regiões, reduzindo tensões e instabilidades e estimulando o desenvolvimento de democracias estáveis e sistemas de mercado;

- Resposta – capacidade de reagir contra agressões aos interesses nacionais. (ESPANHA, 2003, p. 49§4 a 51)

A RED define três amplas “tarefas (“*missions*”) gerais” das forças armadas – as tarefas que justificam sua existência na atualidade – classificando-as como defensivas, de cooperação internacional e de apoio à administração do Estado, e que se desdobram em tarefas mais concretas.

As defensivas consistem em impedir qualquer tipo de agressão e em respondê-la, se necessário. Elas podem incluir as capacidades de projetar a dissuasão sobre potenciais agressores, desencorajando-os o mais cedo possível, de repelir agressões antes que causem danos irreparáveis; de projetar força em locais distantes antes que a agressão se materialize (importante após os atentados de 11/09/2001); e a Inteligência Militar, que aumentou de importância.

Nas tarefas de cooperação, a antiga disponibilidade para responder a uma agressão direta a um dos membros da Aliança foi acrescida, após os atentados de 2001, da capacidade de atuar onde e quando julgado mais apropriado, em termos multinacionais, ainda que respeitando a legalidade internacional. Isso inclui as intervenções por imperativos morais para a imposição de soluções pacíficas de conflitos.

As tarefas de apoio à administração civil consistem no emprego de meios e efetivos militares em situações nas quais eles possam ser especialmente úteis para preservar a segurança ou o bem estar dos cidadãos, como em catástrofes naturais. (ESPANHA, 2003, p. 52 a 55)

O documento manifesta a adoção das seis características básicas das forças armadas modernas, desenvolvidas a partir do novo conceito estratégico da OTAN, formulado em 1999:

- Mobilidade e Capacidade de Projeção – a mobilidade em questão, além da tática, inclui a estratégica, ou seja, a capacidade de as forças, retiradas de suas bases, atuarem o mais rápido possível em outro local, e a capacidade de projeção é a capacidade de fazer isso em locais distantes e com a maior rapidez possível;

- Sustentabilidade – manterem-se capazes de cumprir as tarefas durante longo tempo longe das bases;

- Disponibilidade – adestramento e prontidão mantidos;

- superioridade em conflito – alta capacidade letal e de sobrevivência;

- Proteção – contra armas de destruição em massa de todos os tipos;

- Comando e Controle Integrados – mantendo o mais curto ciclo de decisão possível, mesmo processando grande número de dados. (ESPANHA,2003, p.56a 59)

7.13.3 Estratégias Navais

Pela RED, a força naval deve manter a capacidade de controlar as áreas marítimas sob soberania espanhola e as de interesse do país, e se preparar para operações em teatros litorâneos distantes, enfatizando a projeção de poder sobre terra, (MINISTERIO DE DEFENSA, 2003, p.107§1) em vários cenários diferentes, incluindo os de combate de alta intensidade, (ESPANHA, 2000, p.79§3), transportando e provendo apoio logístico a forças em terra. (ESPANHA, 2003, p. 66§6)

A manutenção das linhas de comunicações marítimas (LCM) é estratégica porque a economia é dependente de outros Estados; porque o exercício da soberania depende delas em alguns casos, já que há territórios fora da Península Ibérica; porque há áreas próximas, no Mediterrâneo e no Atlântico, que fazem parte do ambiente geoestratégico espanhol; e porque,

sendo a Espanha membro da OTAN e da UE, suas forças necessitam ter acesso às áreas de atuação no interesse dessas organizações em caso de necessidade. (ESPANHA, 2000, p.62 a p.70) Como, porém, não há oposição nos trânsitos na época atual, não há riscos para as LCM, e as operações se resumem à Guerra de Litoral, com ênfase à projeção de poder sobre terra. (ESPANHA, 2000, p.95§2 a p.96§3; p. 193§2; ESPANHA, 2003, p. 61§5)

Pela RED, as forças devem ser dimensionadas para prover, a uma força multinacional, um grupo aeronaval, com escoltas, navios de apoio e componente anfíbio de até uma brigada; operar simultaneamente em dois teatros separados; dispor de dois navios de contramedidas de minagem; e a capacidade de operar dois submarinos, um em teatro próximo e o outro, em teatro distante. (ESPANHA, 2003, p. 192§2 a 6) Isto representa a intenção de dispor de uma força naval considerável, em termos de OTAN.

É visível aqui a tentativa de atender às “tarefas defensivas” e às de “cooperação internacional”. Quanto às primeiras, o núcleo da defesa naval espanhola sempre foi o controle das áreas marítimas no eixo Canárias – Gibraltar – Baleares – Ceuta e Melilla; quanto às outras, elas poderão ocorrer alhures, mas deverão ser atendidas com rapidez.

7.13.4 O Emprego de Submarinos

A marinha espanhola operava normalmente oito submarinos, todos convencionais, possui atualmente apenas quatro, da classe *Galerna*, mas há um programa de construção de 4 novas unidades da classe S-80, classificação espanhola do *Scorpène* francês, com entrada em serviço prevista para 2011-2014, e a previsão de um segundo lote de mais quatro. (ESPANHA, 2000, p.198§2; SAUNDERS, 2007, p.711 e 712)⁵³.

As tarefas (“*missiones*”) especificadas para essas unidades indicam a ênfase à Guerra de Litoral, sugerindo as tarefas de cooperação internacional, cabendo notar que as necessárias à guerra naval tradicional, empregadas nas tarefas gerais do núcleo da defesa não precisam ser especificadas por serem inerentes aos submarinos. Tais tarefas consistem na projeção de poder naval sobre terra; na realização de operações especiais – com um contingente de tropa com essa qualificação; na proteção de uma força desembarcada; na proteção de uma força naval; e na dissuasão.

As tarefas de proteção de uma força desembarcada e de proteção a uma força naval se referem ao provimento pelos SC, às forças navais, da capacidade de agir livremente em cená-

⁵³. A classe *Galerna* é a *Agosta*, francesa, de cerca de 1700 toneladas, pouco maior que a classe Tupi.

rios de litoral, que depende da capacidade de neutralizar qualquer ameaça que possa trazer perigo por mar à força naval de projeção ou às forças já desembarcadas, negando o uso do mar a vetores inimigos na área contígua à da operação anfíbia ou em passagens que lhe dão acesso.



Figura 7.13.1 - O núcleo da defesa naval da Espanha

É também prevista a dotação da propulsão AIP, que aumenta a autonomia submersa, visando ao emprego dos SC muito próximos à terra, na observação e informação de atividades litorâneas e na inserção/recolhimento de forças especiais e, para a primeira tarefa, está prevista a capacidade de lançamento de mísseis *Tomahawk* sobre terra, (ESPANHA, 2003, p. 207§5 e 6; CANTALPIEDRA, 2009) uma ação normalmente realizada por SNA, para o que está sendo solicitada aos EUA, a autorização para aquisição dessas munições.

A Marinha espanhola também está prevendo o emprego desses mísseis em uma classe de fragatas (F-100). A autorização acima, caso confirmada, evidenciaria considerável *status* político da Espanha junto aos EUA, visto que o único Estado que até agora a obteve foi o Reino Unido. (CALVO, 2005)

7.13.5 – Apreciações

O atendimento às tarefas defensivas e de cooperação internacional tem exigido grande esforço da Espanha em face dos poucos recursos disponíveis às forças armadas, com prejuízo para interesses vitais como o “núcleo da defesa”, forçando a marinha a reduzir a presença nessa área.

Cabe também acrescentar que os EUA também são aliados do Marrocos e a área de Ceuta e Melilla – Norte da África – fica fora da área coberta pelo Tratado do Atlântico Norte, tornando difícil para uma eventual defesa desses territórios contra o Marrocos, tanto a aliança bilateral com os norte-americanos quanto a “segurança coletiva-defesa compartilhada” da OTAN. (CANTALPIEDRA, 2009) O termo “difícil” se refere ao fato de a OTAN ter estendido sua área de atuação, mas em termos de expansão da paz e da estabilidade sobre a área euro-

atlântica, e não nos termos originais de defesa coletiva. Assim, o emprego de seus meios não seria certo como no caso da agressão nos termos originais do Tratado de Washington, (ESPANHA, 2000, p.45§2 a 6), dependendo, no entender deste autor, do peso político da Espanha na Organização.

Em termos políticos, inclusive, as alianças da Espanha estão, aparentemente, decrescendo de valor. Com a tendência de redução da presença norte-americana na Espanha, existem as possibilidades de construção de uma base dos EUA em Ksar-Kebir no Marrocos, a pequena distância de Morón, e da instalação do “*African Command*” (AFRICOM) em Tan Tan, também nesse país, o que valorizará a aliança da superpotência com o país que reclama Ceuta e Melila.

Foi provavelmente para evitar problemas como esse que o Primeiro Ministro José Maria Aznar procurou, em 2002, inverter a tendência de redução da presença dos norte-americanos, oferecendo-lhes grandes facilidades, como a autorização para o aumento da base naval de Rota, para uso da base aérea de Morón, para os serviços de Informações da Marinha e da Força Aérea operarem na Espanha, e mais algumas, inclusive envolvendo a introdução no País de armamento nuclear, bem como sua estocagem e instalação, descumprindo a decisão do referendo de 1986.

No caso dos demais membros da OTAN, cabe citar que essa condição não tem impedido a França de vender fragatas ao Marrocos nem fazer *upgrade* em seus aviões. (CANTALPIEDRA, 2009)

Quanto a outro interesse – a recuperação da soberania sobre Gibraltar – ele parece distante, pois o Reino Unido, que também é membro da OTAN, nem pensa em se desfazer de seus territórios ultramarinos, objetos de atenção especial quanto à segurança: (UNITED KINGDOM, 1998, “Chapter Three – Defence Missions and Tasks” item 47)

apesar de não haver no presente ameaças militares significativas a esses territórios, nossas forças devem ser capazes de reagir a qualquer problema emergente de segurança [...]. Continuaremos, portanto, a prover guarnições e outras formas de presença militar como apropriado, incluindo as Falklands, Chipre, Gibraltar e o Caribe e manter a capacidade de suplementá-las como necessário.

Desta forma, apesar de seus acordos bilaterais com a superpotência e da dispendiosa participação na OTAN, a Espanha poderá ter pouca ajuda na defesa de importantes interesses unicamente espanhóis. Apesar disso, as alianças têm seu valor para evitar conflitos e, no ambiente de paz, sempre é possível tentar conseguir os objetivos politicamente.

7.13.6 Conclusão

Ao que tudo indica, os espanhóis podem satisfazer bem suas necessidades estratégicas sem submarinos nucleares, o que condiz com seu atual padrão de gastos militares. As tarefas gerais defensivas envolvem provavelmente negação do uso do mar em pontos focais e próximos ao País, podendo eventualmente contribuir para o controle dessas áreas marítimas – o “núcleo da defesa” marítima. As tarefas gerais de cooperação internacional poderão exigir o deslocamento a grandes distâncias, mas sem premência de tempo, permitindo o prévio posicionamento nas áreas de operações, onde os SC cumprirão as tarefas de guerra de litoral já citadas.

A questão das alianças espanholas é um caso que deve ser estudado. Apesar de aparentemente descurar de seus principais interesses estratégicos para investir em sua posição na OTAN, a Espanha não está sendo bem atendida em aspectos importantes, e isso se deve à atual situação da organização, segundo algumas críticas.

Ela tem alargado sua faixa de atuação por meio do aumento do número de membros e de outras formas de filiação como a “Parceria para a Paz”, o “Diálogo do Mediterrâneo” e a “Iniciativa de Cooperação de Istambul”. Esse fato, em um mundo complexo como o atual, implica o aumento do número de percepções de ameaça e de visões do risco de envolvimento em conflitos (que podem ter pouco a ver com a visão do Estado em questão), dificultando a adoção de posturas dissuasórias. (CANTALPIEDRA, 2009) A forma de evitar ou minorar tal desvantagem consiste em aumentar o peso político do Estado participante na Aliança, o que implica em aumentar o peso militar e, portanto, o custo da condição de membro, o que acontece com a Espanha.

Além de tudo, como as despesas militares competem com outras necessidades nacionais e as alianças introduzem nas primeiras uma componente básica – um nível mínimo – elas podem colocar em choque a política interna com a política externa.

7.14 Análise das Políticas e Estratégias de Defesa da Austrália

O Governo australiano considerou que, após 2000, ocorreram diversos eventos de grande importância estratégica – os atentados de 11 de setembro de 2001 e, posteriormente, os de Londres, Madri, Bali, Jacarta e Mumbai; duas guerras que ainda não terminaram – a do Afeganistão e a do Iraque; uma crise econômica mundial que começou em setembro de 2008 e também ainda não terminou; e o mais importante – a ascensão da China ao nível de potência mundial nos planos econômico, político e militar. Julgou, então, aconselhável rever o sistema de Defesa.

Assim, resolveu realizar a reformulação das forças fixando o horizonte temporal em meados da década de 2030, o que é traduzida no Livro Branco de 2009 e resultará na “Força 2030”. Pretende ainda implantar um processo de acompanhamento, emitindo livros brancos de Defesa a intervalos não maiores que cinco anos. (AUSTRALIAN, 2009, p.9; p.29, itens 3.24 e 3.25)

A Austrália se situa nonexo entre os oceanos Pacífico e Índico e, assim, é atingida pelas oportunidades e desafios de ambas as regiões, que compõem a “Região Ásia-Pacífico”, (fig. 7.14.1) onde o contexto estratégico, segundo os australianos, é dominado pelos interesses cruzados das grandes potências: Rússia, Japão e China ao Norte, Índia a Oeste e os EUA, onipresentes.

No Norte, a aliança Japão-EUA tem efeito estabilizador, e o Japão está lentamente expandindo seu poder militar. Um conflito na península coreana é possível, mas não é o cenário mais provável, e tanto um colapso na Coreia do Norte como uma reunificação são possíveis, sendo que ambos os eventos implicarão um pesado fardo econômico para os países vizinhos, interessados na estabilização. (AUSTRALIAN, 2009, p.33 itens 4.21 a 4.22)

A China ultrapassará os EUA em 2020, tornando-se a maior economia do planeta, e em 2030 será a maior potência militar da Ásia, por boa margem, sendo que seu crescimento militar preocupa os vizinhos, e ela não está conseguindo, com suas explicações, demonstrar que tais preocupações são infundadas. (AUSTRALIAN, 2009, p.33 itens 4.26 e 4.27)

O Sudeste Asiático deve ser seguro e estável para o bem da segurança australiana, não servindo como fonte de ameaça nem de condutor (“*conduit*”) para a projeção de poder de outros Estados sobre a Austrália. Os Estados dessa região se beneficiam da proximidade da Índia e da China, mas têm que suportar sua pressão competitiva. A China é mais assertiva em investimentos, mas precisa fazer maiores esforços para provar que eles não tolgem a soberania dos

Estados auxiliados. A Indonésia é o maior país do Sudeste Asiático e atualmente vive um processo de consolidação democrática, o que é benéfico para a segurança da Austrália. (AUSTRALIAN, 2009, p.34 itens 4.28 a 4.31)

Timor Leste e os países do Pacífico Sul – Ilhas Salomão, Fiji e Papua Nova Guiné – são vulneráveis principalmente à influência chinesa, em face de sua estagnação econômica, cujo pior aspecto é o desemprego, exigindo, por vezes, desdobramentos das “Forças de Defesa da Austrália” (“*Australian Defense Forces*” – ADF) para assistência humanitária e de segurança. (AUSTRALIAN, 2009, p.34 itens 4.34 a 4.37)



Figura 7.14.1 – Região Ásia-Pacífico

No Sul da Ásia, a Índia está aumentando seu engajamento internacional, deve ultrapassar o Japão em poder econômico em cerca de 5 anos e, como a China, está buscando o desenvolvimento e o reconhecimento mundial como grande potência. O Paquistão só é importante porque possui arma nuclear, por ser crucial para a guerra no Afeganistão, e pelo risco, remoto atualmente, de que radicais islâmicos se apoderem do Estado.

O Oceano Índico deverá ter sua importância estratégica aumentada, principalmente em virtude do suprimento de energia do Oriente médio à Ásia Oriental, mas como sua região contém várias guerras inter e intraestatais, e mais a pirataria na região da Somália, o número de

forças navais ali presentes aumentará, assim como a competição entre as potências navais, para obterem vantagens estratégicas. (AUSTRALIAN, 2009, p.34 itens 4.40 a 4.43).

7.14.1 Políticas de Defesa

A Austrália emprega basicamente a mesma conceituação de Segurança Nacional da ONU, que frisa a inexistência do perigo de agressão, permitindo ao Estado dedicar-se ao seu desenvolvimento, e considera Defesa como a forma mais ampla de buscar a Segurança Nacional, por meio da capacidade de o Estado atuar no mundo, provendo opções quando o Governo considerar o uso da força. (AUSTRALIAN, 2009, p.20 item 2.1)

As Forças de Defesa da Austrália existem para dar ao governo essas opções, provendo uma capacidade de defesa crível como contribuição crucial para a segurança; definindo-se seu principal papel como o enfrentamento de outras forças armadas em um conflito convencional, ainda que elas também devam estar preparadas para conflitos intra-estatais e contra atores globais não-estatais.

O Governo julga prematuro considerar as guerras interestatais eliminadas do sistema internacional, inclusive “guerras de alta intensidade” (“*major wars*”), apesar de considerá-las pouco prováveis até 2030, porque o crescimento econômico e a grande interdependência entre os Estados freiam o recurso à força. Já as “demonstrações de força” (“*shows of force*”) são prováveis, principalmente por potências ascendentes, por tensões devidas a recursos naturais e diferenças políticas, não se descartando a possibilidade de que, em tais ocasiões, as restrições do sistema internacional a guerras de alta intensidade sejam rápida e abruptamente quebradas, no caso de erro de cálculo na gerência de uma crise, ou se ela envolver interesses de uma grande potência (“*major power*”). (AUSTRALIAN, 2009, p.22, itens 2.17 e 2.18)

Na prática, o cruzamento de interesses das grandes potências – EUA, China, Japão, Índia e Rússia – na Região Ásia-Pacífico faz com que a superioridade dos EUA seja sempre testada à medida que as outras crescem, num processo em que, em algum momento, as relações de poder vão mudar. Quando isso acontecer, haverá possibilidade de erros de cálculo como acima citado, com risco de confrontação entre elas, o que é preocupante. (AUSTRALIAN, 2009, p.33, item 4.19)

Em termos de gerência de riscos, o Livro Branco foi elaborado na assunção de que os EUA constituem uma força estabilizadora na Região Ásia-Pacífico. Se alguma transformação econômica ou de outra natureza eliminar a superioridade norte-americana, ele deverá ser revisto, mas qualquer que seja a causa, é certo que o país necessitará possuir maior poder militar

e, para seu aumento, a constituição de forças prevista no atual Livro Branco constitui uma boa orientação. (AUSTRALIAN, 2009, p.22, itens 3.17 a 3.19)

O país tem quatro interesses básicos, baseados no contexto estratégico, que são observados na reformulação das forças:

1 – a defesa da Austrália contra ataques armados diretos, incluindo ataques armados de atores estatais ou não, desde que sejam capazes de empregar capacidades estratégicas, inclusive, armas de destruição em massa (ADM). Este interesse deve estar assegurado antes de qualquer outra tarefa e as pretere em qualquer circunstância;

2 – a preservação da segurança, estabilidade e coesão dos vizinhos imediatos (interesse com eles compartilhado) – Indonésia, Papua Nova Guiné, Timor Leste, Nova Zelândia e os Estados insulares do Pacífico Sul – para impedir que possam se constituir em fonte de ameaça, ou seja, que sirvam de base para que alguma potência militar, que tenha condições de desafiar o controle australiano dos acessos (“*approaches*”) ao país por ar e por mar, possa projetar poder sobre a Austrália.

3 – a preservação da estabilidade da região Ásia-Pacífico ampla (do Norte da Ásia ao Índico Oriental), especialmente da segurança e da coesão dos Estados do Sudeste Asiático, que dominam os acessos marítimos ao norte da Austrália. Um potencial inimigo poderia agredir esses países, atacar LCM importantes para o país e passar forças que pretendessem projetar poder sobre a Austrália. Assim, manter esses Estados seguros e coesos reduziria tal ameaça e é do interesse nacional; e

4 - a preservação da ordem internacional, que restringe as agressões entre os Estados, e pode efetivamente gerenciar os riscos e ameaças atuais (proliferação de ADM, terrorismo, fragilidade e falência estatal, conflitos intra-estatais e a os impactos à segurança das mudanças climáticas e da escassez de recursos naturais). A Austrália deve ajudar a preservar a ordem internacional contribuindo para contingências no resto do mundo. Aqui se insere a participação das Forças de Defesa da Austrália na guerra do Afeganistão. (AUSTRALIAN, 2009, p.41 a p. 43 itens 5.4, 5.7, 5.12 e 5.17)

A Política de Defesa é baseada na autossuficiência (“*self-reliance*”) para a defesa direta da Austrália (interesse 1, acima) e dos outros interesses, prevendo-se, contudo, alguma capacidade adicional, para missões extraordinárias, desde que consistentes com os interesses, que podem ser compartilhados com outros Estados, e dentro dos recursos disponíveis. (AUSTRALIAN, 2009, p.46 itens 6.5)

O ponto central dessa política é a capacidade e a disposição de empregar a força quando necessário, para dissuadir ou derrotar um ataque armado sobre a Austrália, sem depender de forças estrangeiras de combate ou apoio. Para tanto, o país deve possuir a capacidade de conduzir operações militares independentemente, por meio do controle das aproximações (“*approaches*”) por ar e por mar e negar, a um adversário, a possibilidade de operar sem interrupção nas cercanias imediatas do continente australiano, pelo tempo necessário a assegurar a segurança do território e do povo. (AUSTRALIAN, 2009, p.48 itens 6.18 e 6.19)

O Governo reconhece que tal independência não é exequível em alguns casos, e esclarece que a política de autossuficiência não exclui algum grau de apoio internacional. Isso se aplica, por exemplo às limitações tecnológicas, e à indisponibilidade de meios espaciais, para o que, continuará contando com os EUA, o principal aliado. (AUSTRALIAN, 2009, p.48 item 6.20 e 6.21)

O país poderá participar de coalizões, como tem participado, mas só o fará se o propósito for do interesse estratégico do país e se a participação não for à custa da própria segurança. Uma política de defesa prevendo que outros virão em auxílio do país se ele for ameaçado ou atacado, é simplesmente incerta demais para prover a segurança e uma ab-rogação irresponsável da soberania estratégica da Austrália. (AUSTRALIAN, 2009, p.47 item 6.12) Mesmo o principal aliado sabe que ela sempre se reserva o direito de tomar a decisão de participar ou não em coalizões, com base nas circunstâncias da ocasião. (AUSTRALIAN, 2009, p.47 item 6.15)

A aliança com os EUA, por outro lado, subentende que sua ajuda só poderá ser esperada se a ameaça ou ataque vier de uma potência cujo enfrentamento estiver além das possibilidades australianas. (AUSTRALIAN, 2009, p.50 item 6.32)

Desta forma, o poder militar deverá ser suficiente para atuar independentemente, quando os interesses nacionais forem aqueles em que não se admite dependência externa; para liderar coalizões quando os interesses compartilhados forem tais que for desejável assumir tal papel; e para fazer contribuições sob medida nas coalizões em que os interesses forem compartilhados e for desejável aceitar uma parte de seus encargos. (AUSTRALIAN, 2009, p.48 item 6.17)

Este último é o caso da participação das Forças de Defesa da Austrália na Guerra do Afeganistão – o interesse nacional consiste em impedir que o país caia novamente nas mãos dos talibãs, que deram santuários e apoio a grupos terroristas ligados aos que atacaram Bali e

Jacarta, e negar ao islamismo radical seus campos de treinamento e bases. (AUSTRALIAN, 2009, p.44 itens 5.22 a 5.24 e p.47 item 6.11)

A diplomacia de defesa australiana estabeleceu as seguintes relações principais:

- a aliança com os EUA – estabelecida formalmente pelo Tratado de Segurança Austrália – Nova Zelândia – EUA (“ANZUS”), de 1951, que pressupõe a dissuasão nuclear estendida e prevê permanentemente acesso a material, Inteligência, Pesquisa e Desenvolvimento e a especialistas norte-americanos, além de atividades de cooperação nas áreas de ISR (“*Intelligence, Surveillance and Reconnaissance*” – Inteligência, Vigilância e Reconhecimento), comunicações por satélite, planejamento estratégico, engajamento regional, defesa antimíssil, conhecimento da situação no espaço (“*space situational awareness*”) e logística, que não apenas reforçam consideravelmente a postura estratégica australiana, como economizam recursos, evitando as despesas com as necessidades que pudessem ser satisfeitas por meios próprios da Austrália; (AUSTRALIAN, 2009, p.50 itens 6.33 e 6.34; p.93 itens 11.5 a 11.12)

- as relações com os Estados do Sudeste Asiático, do qual o de maior peso estratégico é a Indonésia, com quem está sendo desenvolvida uma parceria em Defesa, e mais Singapura e especialmente a Malásia, que tem participado de várias operações conjuntas. Há também laços com o Cambódia, Vietnam, Filipinas e Tailândia, mas de menor expressão. (AUSTRALIAN, 2009, p.96 itens 11.21 a 11.26)

A rede de relações ainda inclui relações bilaterais de defesa com o Japão, a China, a Índia e a Coreia do Sul, além da sempre estreita cooperação com a Nova Zelândia. (AUSTRALIAN, 2009, p.95 itens 11.13 a 11.19; p.97 itens 11.27 a 11.29)

7.14.2 Estratégias de Defesa

A Austrália se considera uma potência militar média, com forças relativamente pequenas que, para obterem resultados decisivos, terão que operar como forças conjuntas, altamente desdobráveis, equipadas e guarnecidas com material e pessoal que permitam tirar o máximo proveito da tecnologia. (AUSTRALIAN, 2009, p.53 itens 7.2 a 7.6; p.60 item 8.19)

As instruções do Livro Branco visam a assegurar que a Força 2030 tenha o poder combatente e o raio de ação necessários para operar com efeito decisivo contra adversários plausíveis, e as características necessárias para atuar independentemente ou como líder de coalizões, especialmente em áreas críticas, como superioridade de informações e projeção de poder. (AUSTRALIAN, 2009, p.63 item 8.33)

rítima, no entanto, é extensa e permite a detecção e a oposição a vetores que se aproximem, mas esta pode tornar necessária a projeção de poder sobre alguma ilha da região. (AUSTRALIAN, 2009, p.51 item 6.39 a 6.42)

São reconhecidas quatro tarefas para as ADF, por prioridade:

1 - dissuadir ou derrotar ataques armados sobre a Austrália por meio de operações militares que não dependam do auxílio de forças de outro país. Isso implica a capacidade de controlar as aproximações marítimas e aéreas contra adversários plausíveis, no grau necessário a salvaguardar o território, as LCM críticas, a população e a infraestrutura nacionais.

Um aspecto particularmente difícil desta tarefa é a proteção da soberania nas águas litorâneas australianas, o que inclui a parte que contém recursos econômicos estrategicamente importantes no remoto noroeste do país. A estratégia geral para seu cumprimento consistirá em conquistar ou manter o controle das áreas marítimas e a superioridade aérea como necessário, por meio de operações pró-ativas que poderão envolver projeção de poder sobre ilhas da região, buscando dominar a dinâmica e a intensidade do conflito a fim de dissuadir o inimigo de escalá-lo; (AUSTRALIAN, 2009, p.53 item 7.2)

2 - contribuir para a estabilidade e a segurança dos Estados do Pacífico Sul e de Timor Leste, o que envolve assumir uma posição de liderança, apoiá-los nas dificuldades e realizar operações militares, em coalizões com outros Estados como necessário, para ações humanitárias, auxílio em desastres naturais e, quando for o caso, intervenções estabilizadoras; (AUSTRALIAN, 2009, p.54 itens 7.10 a 7.12)

3 - contribuir para as contingências militares na Região Ásia-Pacífico, inclusive ajudando parceiros do Sudeste Asiático a enfrentar desafios externos e cumprindo as obrigações da aliança com os EUA, como determinado pelo Governo para cada caso. Espera-se principalmente operações como auxílio em desastres e contra-terrorismo, mas poderá ser necessário travar combates convencionais, integrando coalizões para conter coerções ou agressões contra Estados parceiros e defendendo o país contra eventuais ações em retaliação; (AUSTRALIAN, 2009, p.55 itens 7.13 a 7.18)

4 - contribuir para contingências militares no resto do mundo, como membro da comunidade internacional, para manter a segurança global e a ordem internacional, nas ações que forem do interesse nacional e dentro das possibilidades do país. Aqui se insere a participação australiana na guerra do Afeganistão. (AUSTRALIAN, 2009, p.56 itens 7.19 e 7.24)

7.14.3 Estratégias Navais

Em virtude das condições geográficas, a Estratégia Militar australiana consiste basicamente em Estratégia Naval, embora as forças terrestres sejam empregadas no controle das aproximações ao país, na defesa de ilhas, na defesa do território contra incursões e para ações expedicionárias. Em decorrência, a principal orientação do Livro Branco é o foco no reforço das capacidades navais. (AUSTRALIAN, 2009, p.54 item 7.6; p. 64§8.39)

Desta forma, o principal emprego das forças navais, integrando navios, submarinos e outros meios, apoiados por meios aéreos de vigilância e de combate será o estabelecimento do controle de áreas marítimas e a projeção de poder nas áreas próximas de interesse (“*environment*”) do país, para o cumprimento das quatro tarefas estratégicas acima expostas, e para manter a liberdade de navegação, proteger o tráfego marítimo civil ou militar ou apoiar forças terrestres. (AUSTRALIAN, 2009, p. 60 item 8.19)

A primeira tarefa, em especial, poderá exigir operações de ataque contra bases ou áreas de estacionamento de forças do inimigo ou contra estas, em trânsito, com o emprego de aviação de ataque, mísseis de longo alcance e forças especiais. (AUSTRALIAN, 2009, p. 60 item 8.19)

O poder naval australiano possui alguma capacidade de controle de áreas marítimas com as 12 fragatas, as aeronaves de patrulha/antissubmarino AP-3C da força aérea, dotadas de armamento antissubmarino e antinavio, e a aviação de combate com aeronaves F/A-18 (“*Hornet*”) (SAUNDERS, 2007, p. 26 a 30), capacidade, contudo, limitada às proximidades da Austrália, podendo ser estendida por meio de pontos de apoio em países da região (aerportos em ilhas), o que parece estar contido nas pretensões nacionais, pois não há menção a navio-aeródromo no Livro Branco;

A capacidade de operações anfíbias é considerável para a região – três navios de desembarque médios (dois de 8.000 toneladas e um de 5.500), assim como a capacidade de realizar ações submarinas, com seis SC de grande porte e bem armados. (NAVY, 2011)⁵⁴.

Existe também pequena capacidade de Patrulha Naval e de varredura de minas, com os 14 navios patrulha e seis varredores.

A Força 2030 deverá ser especialmente potente nas áreas de ações submarinas, guerra antissubmarino, ações de superfície, defesa antiaérea, superioridade aérea, ataque estratégico, operações especiais, ISR e Guerra Cibernética. (AUSTRALIAN,2009,p.13§8; p.63 item 8.35)

⁵⁴ Os SC são da classe *Collins*, de 3000 toneladas (mergulhados), quase o dobro do S Tupi, empregando os mesmos torpedos da marinha norte-americana e mísseis *Sub-Harpoon*, também norte-americanos.

A ideia é substituir as oito fragatas mais novas (classe *Anzac*) por igual número de unidades maiores, melhor equipadas e otimizadas para Guerra AS, as atuais aeronaves de patrulha (AP-3C) por oito novas, de tipo ainda não divulgado, mas que serão mais capazes, com melhor armamento, maiores velocidade e capacidade de busca de superfície, podendo ser reabastecidas em vôo. (AUSTRALIAN, 2009, p.63 item 8.36; p.71 itens 9.13; p.80 item 9.69)

A capacidade de ataque aéreo sobre o mar será renovada com a previsão de entrada em serviço dos F/A-18F (“*Super Hornet*”) portando mísseis antinavio *Harpoon*, prevendo-se também a aquisição de 100 aeronaves F-35, quando operacionais. (AUSTRALIAN, 2009, p.63 item 8.36; p. 78 e 79, itens 9.62 a 9.64 e 9.59)

O ponto alto, contudo, será a aquisição de três contratorpedeiros (talvez quatro, dependendo de futuras avaliações) com grande capacidade anti-aérea (classificados como “*Air Warfare Destroyer*” - AWD), equipados com um sistema de mísseis antiaéreos de 200 milhas de alcance (SM-6) e outro de integração numa rede de sensores e armas instalados em diversas plataformas (“Capacidade de Engajamento Cooperativo” – “*Cooperative Engagement Capability*” - CEC), inclusive aeronaves de alarme antecipado (“*Air Early Warning and Control*” – AEW&C), o que permite compartilhar informações para vigilância e para engajamento. (AUSTRALIAN, 2009, p.13§9, p. 64, item 8.39; p.71 itens 9.9, 9.11 e 9.12; p. 73 item 9.23; p. 74 item 9.26; NAVY, 2011)⁵⁵.

As tarefas de varredura de minas, hidrografia, oceanografia e patrulha litorânea serão cumpridas por 20 novos navios que disporão dessas capacidades intercambiáveis por instalações modulares. A capacidade anfíbia será grandemente aumentada com a aquisição de dois grandes navios de desembarque novos para substituir os existentes, de quase trinta anos de serviço; e a renovação da força de submarinos prevê sua duplicação, com 12 unidades superiores às atuais. (AUSTRALIAN, 2009, p.72, itens 9.19 a 9.23; p. 70 item 9.3)

A capacidade de ataque estratégico, hoje representada apenas pela aviação de ataque, será aumentada pela dotação dessas aeronaves com um míssil de precisão de 200 milhas de alcance, e pela dotação dos contratorpedeiros antiaéreos acima citados, das novas fragatas e dos novos submarinos, com um míssil de cruzeiro de longo alcance para ataque a alvos em terra. (AUSTRALIAN, 2009, p.81 incisos 9.73 a 9.76)

O Ministério da Defesa considera necessário dispor do conhecimento abrangente do “ambiente operacional primário”, com capacidade de vigilância contínua, com especial atenção nas áreas de aproximação ao país pelo norte. Assim, além de continuar introduzindo me-

⁵⁵ Aeronaves de alarme antecipado são as de vigilância que detectam ameaças muito antes dos navios e transmitem seus dados continuamente para eles.

lhoramentos no sistema de radares “além do horizonte” já existente, pretende adquirir um satélite que fornecerá dados geográficos (“*mapping*”), cartográficos (“*charting*”), de navegação e de alvos para lançamento de armamento (“*targeting*”), satélite este provavelmente dotado de um radar de alta resolução e capaz de penetrar nuvens. (AUSTRALIAN, 2009, p.81 incisos 9.78 a 9.81)

7.14.4 A Austrália e os Submarinos

A intenção de dobrar o número de SC da força atual com unidades maiores e mais capazes vem da avaliação de que, nas circunstâncias estratégicas futuras, será necessário, em crises ou conflitos, manter no mar um número maior dessas unidades a fim de ter capacidade de defender os acessos à Austrália à maior distância, além de proteger e apoiar meios e forças, (AUSTRALIAN, 2009, p.64 item 8.40) em estratégias de controle de áreas marítimas.

Os novos submarinos deverão ter a máxima mobilidade, grande raio de ação e grande autonomia em patrulha, a fim de cumprirem movimentações ordenadas com pouca antecedência, realizarem longos trânsitos, e patrulhas também muito prolongadas, nos extremos dos acessos ao país ou em contingências dentro do “ambiente operacional primário”, o que exigirá também baixo nível de ruído, mesmo em altas velocidades.

Além das capacidades normais dos submarinos (ataque a navios, guerra antissubmarino, lançamento de minas, coleta de dados, etc), deverão ter capacidade de detecção de minas, de apoio a operações especiais (com infiltração e recolhimento de pessoal), de ataque estratégico, com a dotação de um míssil de cruzeiro de longo alcance, e de operação de veículos submarinos, o que contempla uma boa faixa de ações de projeção de poder sobre terra, além de capacidades especiais de transmissão de dados, para o que serão dotados de sistemas de comunicações muito seguras, em tempo real.

Apesar desses exigentes requisitos e características, as autoridades australianas aceitam seu cumprimento dentro das possibilidades dos submarinos convencionais, pois descartaram a propulsão nuclear. (AUSTRALIAN, 2009, p. 69, itens 9.3, 9.4, 9.5 e 9.74 a 9.76)

Serão também realizadas modernizações nos submarinos atuais, incluindo novos sonares e medidas para aumentar sua disponibilidade. (AUSTRALIAN, 2009, p. 71, itens 9.9 e 9.10)

Submarinos melhores e em maior número aumentarão os problemas de planejamento do oponente e exigirão a o emprego de forças maiores e mais capazes para ações de coerção ou agressão à Austrália, (AUSTRALIAN, 2009, p. 64, item 8.40), impondo maiores desafios

mesmo para os poderes navais poderosos que se prevê enfrentar. (AUSTRALIAN, 2009, p.65, itens 8.45 a 8.47)

O governo dá grande ênfase à guerra AS, com a capacidade de detectar e reagir a submarinos dentro do “ambiente operacional primário”, esperando obtê-la com os futuros submarinos e os novos meios de superfície e aéreos planejados. Além disso, espera também desenvolver e instalar sistemas de sensores subaquáticos para ampliar o nível de conhecimento da situação submarina. (AUSTRALIAN, 2009, p. 72, item 9.18)

7.14.5 Apreciações

A Austrália se considera muito segura. As aproximações por mar proporcionam profundidade estratégica contra qualquer força convencional que possa ser projetada contra ela. Com isso, as ADF são capazes de dissuadir todas as ameaças, exceto as colocadas por um pequeno grupo de potências e, além disso, a aliança com os EUA proporciona segurança adicional.

Os australianos acreditam que ataques de intensidade e duração capazes de afetar seriamente seu modo de vida só seriam possíveis por forças que tivessem bases e facilidades na vizinhança próxima, o que tem uma probabilidade muito remota de ocorrer, e as forças australianas se esforçam para que assim continue. (AUSTRALIAN, 2009, p. 49, item 6.24 e 6.25)

Desta forma, é sintomático que a Austrália tenha resolvido rever seu sistema de defesa reconhecendo que o principal evento estratégico da década de 2000 tenha sido a ascensão da China ao primeiro nível do sistema internacional e privilegiando a preparação para grandes guerras interestatais, apesar de as ações militares ocorridas no período terem sido atentados terroristas ou guerras intraestatais e assimétricas – Afeganistão e Iraque.

Esse é um dos indícios de que, apesar de aparentemente ser baseado em capacidades, o projeto de força veiculado pelo Livro Branco de 2009 visa à ameaça representada pela China, opinião compartilhada com alguns analistas. (McCAFFRIE; RAHMAN, 2009, p.64§4; p.65§1 a 3; p. 74§2)

Outro indício consiste na alusão à possibilidade de guerra com potências emergentes por recursos naturais e divergências políticas, quando se sabe que a China tem uma grande vulnerabilidade na sua deficiência em minérios, principalmente o de ferro, do qual é o maior utilizador mundial, tendo importado, em 2009, 69% de suas necessidades, sendo 60% das importações da Austrália, (CHINA'S, 2010) o que a torna dependente deste país para seu desenvolvimento.

Entende-se que a autossuficiência em defesa perseguida pela Austrália significa, não só a capacidade de fazer considerável oposição a tentativas de agressão ou coerção de uma grande potência no nível convencional da guerra, mas também a liberdade de ação para empregar a força e fazer o que considerar necessário para sua defesa, no âmbito do que foi exposto no Livro Branco de 2009.

Que a Defesa nacional australiana seja baseada em Estratégia Naval, parece natural. Afinal, o país é uma ilha, e não tem fronteiras terrestres. Assim, seu problema se resume a contra-arrestar ações de projeção de poder vindas do mar, seja reativa ou proativamente; mas o inverso também é verdadeiro – a Estratégia Naval australiana é toda de defesa do território, e mesmo a defesa de LCM, que leva as forças navais a operarem a maior distância dos países, não é relevante. Ela é apenas indiretamente aludida, (AUSTRALIAN, 2009, p. 60 item 8.19) a ameaça ao tráfego marítimo não é mencionada, e o número de escoltas é e continuará sendo baixo (12 fragatas e contratorpedeiros).

A escolha da Austrália é pela proatividade, privilegiando a capacidade de controle de áreas marítimas, em que a negação do uso do mar ao inimigo tanto é uma de suas ferramentas, como previsto em várias doutrinas (como a britânica e a brasileira), como é o próprio propósito das ações de controle, já que ele é realizado defensivamente, procurando fazer oposição a forças navais inimigas que pretendam agredir ou ameaçar o país, e o mais longe possível do território, empregando todas as possibilidades de defesa em profundidade.

A Geografia do “eixo da ameaça” – a região que liga o Sudeste Asiático ao Norte da Austrália, com muitas ilhas e passagens entre elas, restringe as opções de uma força naval que se aproxime e torna especialmente conveniente o emprego de submarinos em patrulha para sua detecção e acompanhamento, o que explica a opção por SC, principalmente de grande porte e bem equipados, como é o caso; mas não descartaria, em princípio, a opção por nucleares, como o fizeram as autoridades australianas, que acrescentariam às capacidades exigidas de grande disponibilidade de equipamentos e de realizar patrulhas prolongadas, outra característica também exposta como necessária, a alta mobilidade para atender a desdobramentos inopinados, e a grande capacidade de engajamento de forças navais.

De forma análoga, os contratorpedeiros antiaéreos, com seu sistema antiaéreo de 200 milhas de alcance e sua integração em rede (CEC) com outras plataformas, inclusive com aeronaves de alarme antecipado, permitirá proteger vastas áreas contra a ameaça aérea, mas ainda é inferior à proteção que poderia ser conseguida com a disponibilidade de NAe que, além disso, adicionariam maior capacidade de ataque e de projeção de poder sobre terra.

Todo o planejamento é estabelecido em base geográfica – no nível político são estabelecidos os interesses, no nível estratégico são estabelecidas as tarefas – notando-se tanto o estabelecimento de zonas aproximadamente concêntricas, de defesa em profundidade, com um “eixo da ameaça”, que liga o norte do país ao Sudeste Asiático, onde não só é concentrada a preparação para enfrentamentos navais, como a intenção de exercer influência com propósito defensivo por meio de liderança política e militar nos países insulares aí situados (Indonésia, Papua Nova Guiné e Timor Leste), no que poderia ser chamado de cordão sanitário.

A projeção de poder sobre terra é prevista por meio de ações humanitárias ou intervenções estabilizadoras, com operações anfíbias, especialmente para manter a liderança política nos países próximos; ou por meio do lançamento de munições sobre posições inimigas, no contexto de um enfrentamentos de maior intensidade, para o que, navios e submarinos deverão receber mísseis de cruzeiro.

7.14.6 Conclusão

Embora não seja explícito, os fatos indicam que a Austrália prepara seu sistema de defesa tendo por ameaça principal a China.

O aumento de poder militar informado pelo Livro Branco 2009 é quantitativamente significativo em alguns pontos, como na duplicação do número de submarinos, mas o é muito mais qualitativamente, constituindo uma transformação que tira partido da geografia regional para, com alta tecnologia norte-americana, maximizar as capacidades de controle de área marítima sem empregar navios-aeródromos e a de ações submarinas sem SNA, buscando maximizar a eficiência operacional até onde for possível conseguir, sem o substancial aumento de gastos acarretado por esses meios.

Tais extensões de poder não estão, por certo, eternamente descartadas, pois é considerada a hipótese de “adquirir submarinos mais avançados que os que estão sendo planejados atualmente e maior número de aeronaves de combate” se o acompanhamento estratégico indicar aumento do risco de guerras interestatais. (AUSTRALIAN, 2009, p. 29, inciso 3.21)

Na estratégia em lide, o foco do emprego dos submarinos não é a negação do uso do mar pura, mas sua integração nos dispositivos de controle de áreas marítimas com eventual negação e ênfase na coleta de dados para a rede da operação.

A Estratégia Naval australiana é um caso interessante e de difícil classificação. A intenção de, ofensiva e proativamente, colocar forças navais para disputar o controle de áreas marítimas à distância, nas ilhas que ficam no caminho do inimigo, em campanhas em que a

projeção de poder sobre terra seria usada como ferramenta para a obtenção do controle, este autor seria levado a classificar a estratégia como da Guerra Naval tradicional, embora defensiva.

Considerando, porém, que ela apresenta a concepção geral defensiva; a centralidade do território nacional e a base geográfica de todo o planejamento, com o estabelecimento de um “ambiente operacional primário”, usando os espaços marítimos para a defesa em profundidade; a elevada importância dada à defesa do litoral norte, onde existe importante atividade extrativista, buscando-se aí negar ao inimigo o uso do “gap” de mar que separa a costa dos países insulares, inclusive empregando a força terrestre; as possibilidades de ataque aéreo sobre o mar por meio de aeronaves com base no território, que parecem fazer as vezes do “núcleo duro” de submarinos nos ataques típicos, este autor é levado a classificá-la como uma estratégia de atacado, no paradigma de guerra de litoral, embora atípica, por conter características inseparáveis da Guerra Naval tradicional.

7.15 Análise das Políticas e Estratégias de Defesa do México

No México, A Marinha é objeto de uma secretaria de governo própria, não pertencendo à Secretaria de Defesa Nacional, responsável apenas pelo Exército e pela Força Aérea, e o país possui forças armadas desproporcionalmente pequenas para sua importância política e econômica. (COUNTRIES, 2011, “México Army”§1)

7.15.1 A Política de Defesa

O país se diz tradicionalmente pacifista e sua política de defesa considera que “todo conflito internacional pode e deve ser solucionado por meios pacíficos, e que não existe controvérsia que mereça uma guerra como única forma de solução”. Assim, a guerra só ocorrerá para a defesa do próprio território, em caso de defesa contra uma agressão. (ESTADOS, 2011, p. 40§3 e 5).

7.15.2 As Estratégias de Defesa

O México não vê, atualmente, riscos à segurança resultantes de “ameaças externas do tipo tradicional”. Reconhece, no entanto, riscos produzidos por fatores internos e externos derivados de atividades ilícitas, tais como tráfico de drogas, crime organizado, terrorismo internacional e desgaste ambiental.

A Estratégia de Defesa prioriza o combate ao narcotráfico, procurando envolver não apenas as forças armadas, mas todas as organizações governamentais, (ESTADOS, 2011, p. 67§3 a 5), mas também há atenção ao terrorismo internacional – por parte da Marinha, que para isso desenvolveu estratégias específicas, como mencionado mais adiante.

As Forças Armadas estão muito envolvidas no combate ao tráfico de drogas, principalmente após a “Iniciativa de Merida” (ou “Plano México”, à semelhança do “Plano Colômbia”), anunciado em outubro de 2007 como uma parceria com os EUA para combater o tráfico, a lavagem de dinheiro e o crime organizado. Essa iniciativa tem sido criticada por colocar as forças armadas no esquema policial-militar promovido pelos EUA e por ser ineficiente, produzindo um aumento da violência, do tráfico de armas e do lucro dos traficantes. (TORRES, 2010, “*The Merida Initiative Debate*”)

7.15.3 – Estratégias Navais.

A marinha mexicana define como objetivos de segurança nacional a seu cargo a defesa da soberania e da integridade territorial contra agressões por mar, a proteção de instalações vitais e do patrimônio marítimo, o controle do tráfego marítimo e a manutenção do Estado de Direito em águas nacionais.

Para atingir esses objetivos são tipificadas as seguintes tarefas: “prevenção”, que abrange medidas de cooperação voltadas para promover o diálogo, o conhecimento entre as nações e a confiança mútua; “dissuasão”, que consiste na inibição da intenção de realizar ações contra os interesses nacionais marítimos em inimigos potenciais; e “controle seletivo do mar”, que consiste no controle de áreas marítimas específicas, de importância estratégica, como as que contêm recursos naturais, e por onde passam as linhas de comunicação marítima nas proximidades do país. (MEXICO, 2010; MÉXICO, 2010a), “*Objetivos*”)

As duas esquadras (do Pacífico e do Golfo do México e Caribe) contam com seis fragatas e dois contratorpedeiros norte-americanos, todos usados e antigos, e dois pequenos navios lançamísseis israelenses, usados, mas não tão antigos (lançados em 1980), e dotadas de mísseis israelenses antigos. Existe ainda considerável capacidade anfíbia – prevista para áreas próximas e distantes – proporcionada por três navios de desembarque médios e oito batalhões anfíbios. (MEXICO,2010a),“2-Fuerzas de Reacción Anfibia”;“3-Fuerzas Especiales”§25e 26)

Em virtude dos atentados de 11/09/2001 e da possibilidade de eventos semelhantes no México, foram desenvolvidas estratégias de proteção pelas forças navais às instalações marítimas e costeiras de produção e processamento de petróleo. (MEXICO, 2010, “Funciones”§8)

A atividade de Patrulha Naval é desempenhada com cerca de sessenta navios-patrulha oceânicos e costeiros de vários tipos, situação muito melhor que as atividades precípua das Esquadras, o que denota o caráter predominantemente constabular da marinha mexicana.

7.15.4 – O México e os Submarinos

A Marinha do México não dispõe de submarinos.

7.15.5 – Apreciações

Para os norte-americanos, seu continente deve ser considerado unitário para fins de defesa; além disso, desde o tempo de Mahan, o Golfo do México é um teatro naval prioritário

para a segurança norte-americana, o que deixa muito pouco para a marinha mexicana. Assim, ela contribui com o combate ao narcotráfico, faz a Patrulha Naval e, com os meios operativos, só realiza o controle de algumas áreas marítimas importantes, o que permite enquadrar suas estratégias no campo da Guerra Naval tradicional.

A disponibilidade de consideráveis meios anfíbios é prevista para a possibilidade de participar de operações de paz, mas representa uma capacidade de projeção de poder altamente dissuasório para os pequenos Estados centro-americanos, embora tal consideração não conste dos subsídios pesquisados.

7.15.6 - Conclusão

A Marinha do México é muito pequena, basicamente constabular e, no tocante à Guerra Naval, procura desenvolver apenas uma forma de estratégia, o controle de áreas marítimas em pequenas áreas (o “controle seletivo do mar”).

7.16 Análise das Políticas e Estratégias de Defesa da Coreia do Sul

A nação coreana vive dividida desde 1948 quando, por influência dos ocupantes da península, URSS, ao norte do paralelo 38°N, e EUA, ao sul, foram proclamados dois Estados, respectivamente a República Democrática Popular da Coreia (RDPC – Coreia do Norte - comunista) e a República da Coreia (RC – Coreia do Sul – não-comunista). Em 1950, a Coreia do Norte tentou a reunificação pela força invadindo a Coreia do Sul e dando origem à Guerra da Coreia, em que houve a intervenção da ONU, comandada pelos EUA, no lado da Coreia do Sul, e da China no lado da Coreia do Norte. A guerra terminou com um armistício em 1953, mantendo-se o *status quo ante bellum*, situação que vigora até os dias atuais.

7.16.1 As Políticas de Defesa

Em 1990, ambas as Coreias foram admitidas na ONU e se esforçaram pela reunificação, tendo a Coreia do Norte exigido previamente a assinatura de um tratado de paz formal com os EUA e a retirada de suas bases na Coreia do Sul. Além disso, propôs à Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) assinar um acordo de desnuclearização, desde que os EUA garantissem não empregar armas nucleares contra seu território (os EUA tinham mais de 1000 bombas na Coreia do Sul). Tanto a Coreia do Sul como a do Norte eram membros do Tratado de Não-Proliferação Nuclear, ratificado respectivamente em 1975 e 1985. (REPUBLIC OF KOREA, 2006, p.269, “Member States”)

Em setembro de 1991, os EUA anunciaram a retirada de suas armas nucleares táticas da Coreia do Sul, que começou a ser realizada em novembro, e em dezembro, as Coreias assinaram o “Acordo de Reconciliação, Não-Agressão, Intercâmbio e Cooperação”, considerado um passo importante para a reunificação. Nesse mesmo ano, porém, a Coreia do Norte começou a ter problemas econômicos com a drástica redução da ajuda soviética, sua política externa passou a ser conduzida por Kim Jong Il que, em fevereiro de 1993 negou permissão à AIEA para verificar instalações nucleares, novamente endurecendo as relações políticas. (ENCICLOPÉDIA, 1999, p.225§23 e 24 e p. 223§7 a 9)

Em 2000, os Chefes de Estado das duas Coreias se reuniram por dois dias em Pyongyang, ao fim dos quais assinaram uma declaração conjunta em 15 de junho, pela qual concordavam em buscar a reunificação independentemente e por meio dos esforços conjuntos do po-

vo coreano, acertando, em princípio adotar para o Estado unificado a forma de Confederação ou Federação. (DAE-JUNG; JONG-IL, 2000).

Segundo a Política de Defesa de 2003 da Coreia do Sul, a Operação “*Iraq Freedom*”, iniciada em 2003, apesar da oposição da ONU e do sentimento global antiguerra e anti-EUA, marcou o primeiro caso em que uma “ação preemptiva” era empregada para eliminar armas de destruição em massa (ADM) em um Estado pária (“*rogue state*”), reafirmou a superioridade militar dos EUA e assegurou o sistema uni-multipolar por eles liderado. O fato causou um severo baque na estatura da ONU, apesar de suas várias atividades em prol da paz, e havia um temor crescente de que esse aspecto se intensificasse. (REPUBLIC OF KOREA, 2003, p. 22§1 a 3)

Na época, a Coreia do Norte vinha tentando sair da estagnação econômica, inclusive com iniciativas de abertura para a economia de mercado; procurava sinuosamente um pacto de não-agressão com os EUA para assegurar a sobrevivência do regime; voltara a ter um bom relacionamento com o Japão, após o incidente do míssil Taepo-Dong 1, em 1998⁵⁶; e reforçava seus laços com a Rússia e a China para assegurar apoio político e econômico. Em relação à Coreia do Sul, continuava a reaproximação com conversações intergovernos e projetos de cooperação, ainda que não respondendo às tentativas sul-coreanas de discutir medidas militares de confiança mútua. Com a invasão do Iraque, porém, passou a intensificar sua preparação para a guerra. (REPUBLIC OF KOREA, 2003, p. 25§2 a p.26§3 e p.27§6)

Os EUA detiveram o controle operacional das forças armadas da Coreia do Sul desde o início da Guerra da Coreia até 1978, como representante da ONU, para frisar a obrigação desse organismo de manter a segurança do país. Após esse ano, continuaram a detê-lo nos termos da aliança Coreia do Sul-EUA, como “Comandante das Forças Combinadas” (“*Combined Forces Command*” – CFC) Coreia do Sul-EUA, mantida a sua condição de representante da ONU para a fiscalização do cumprimento do armistício de Panmunjon, que interrompeu a Guerra da Coréia, em 1953. (REPUBLIC OF KOREA, 2006, p.102)

Em 1994, como pleiteado pelo governo da Coreia do Sul desde 1987 junto aos EUA, ocorreu a passagem do controle operacional, em tempo de paz, das forças sul-coreanas para o Chefe da Junta de Chefes de Estado-Maior da Coreia do Sul, mas o CFC Coreia do Sul-EUA passou a exercer a “Autoridade Combinada Delegada” (“*Combined Delegated Authority*” – CODA) sobre as unidades que seriam mantidas sob seu comando em tempo de guerra, que compreendiam as áreas de gerência combinada de crises, estabelecimento de planos operacio-

⁵⁶ Em teste realizado em 1998, o míssil estratégico norte-coreano Taepo-Dong I sobrevoou o território do Japão, causando grande preocupação entre seus líderes e o acirramento das relações entre os países.

nais, exercícios combinados, desenvolvimento de doutrina conjunta combinada, gerência da Inteligência combinada Coreia do Sul-EUA e estabelecimento de interoperabilidade e C⁴I. (Comando, Controle, Comunicações, Computação, Informações).

Assim, o CFC, que é o comandante das Forças da ONU e dos EUA na Coreia do Sul (“*United States Forces Korea*” – USFK) (REPUBLIC OF KOREA, 2008, p. 61 item C (1)), continuou exercendo o controle operacional em tempo de guerra (OPCON) e o CODA, em tempo de paz, das forças da Coreia do Sul. Esta, por sua vez, manteve seu pleito pelo controle total e, em reuniões de alto nível (inclusive presidencial) com os EUA em 2005, 2006 e 2007, acertou-se a transição do OPCON até 2012. (REPUBLIC OF KOREA, 2008, p. 87 a 90)

Cabe notar que a força empregável pelos EUA na Coreia do Sul compreende a USFK e um contingente de reforço previsto para contingências, a “*Augmentation Force*”. As USFK somavam cerca de 37.000 pessoas, do Exército, Força Aérea e Marinha/Fuzileiros (o menor contingente), dispendo de 140 carros de combate M1A1, 170 carros de combate Bradley, 30 lançadores múltiplos de foguetes, 30 canhões auto propulsados de 155mm, 70 helicópteros AH-64 Apache e um vasto sortimento de mísseis superfície-superfície e superfície-ar, incluindo os *Patriot*, anti-mísseis. Além disso, a Força Aérea dispunha de 70 aeronaves da ataque F-16, 20 aeronaves anticarro A-10 e aeronaves de reconhecimento. Em 2007, contudo, houve a redução para 28.500 pessoas, como preparação para a transferência do OPCON. (REPUBLIC OF KOREA, 2008, p. 19§3; p. 85§4)

A “*Augmentation Force*” é extremamente poderosa. Em 2003 chegava a cerca de 690.000 pessoas, incluindo dois corpos de exército, cinco grupos de batalha de porta-aviões (“*Carrier Strike Group*” – CSG), 32 alas aéreas e duas forças expedicionárias de fuzileiros (“*Marine Expeditionary Force*” – MEF), e atualmente seu poder é aproximadamente o mesmo. (REPUBLIC OF KOREA, 2003, p. 56§3 e 4; p. 57§3; U.S. FORCES, 2011, “*Combined Forces Command (CFC)*”§4)

Pelo exposto, o tratamento político dos assuntos de Defesa Nacional pela Coreia do Sul está condicionado pelos fatores abaixo, diante dos quais os demais problemas existentes são pouco expressivos:

- a intenção de realizar a unificação das Coreias;
- a intenção de obter o direito de empregar independentemente suas forças armadas em tempo de paz e de guerra, reformulando a aliança com os EUA;
- a necessidade de realocar as forças norte-americanas (USFK) no país.

Em julho de 2003, portanto após o início da Guerra do Iraque, o governo da Coreia do Sul lançou sua Política de Defesa contendo esses propósitos básicos, e atualizou-a posteriormente por dois livros brancos, um em 2006 e outro em 2008.

A Política de Defesa de 2003, com os três propósitos acima, se inseria na “Política de Paz e Prosperidade” então instituída pelo governo da Coreia do Sul, que tinha duas metas: estabelecer um regime de paz na península coreana e construir um centro de importância (“*hub*”) no nordeste da Ásia. O documento destacava a instabilidade e a incerteza que marcavam os ambientes global, regional e local, lamentando o círculo vicioso e incessante de conflitos que dominava a política internacional, representado pelos atentados de 11/09/2001, pela Guerra do Afeganistão e pela invasão do Iraque; apontava a existência de várias fontes potenciais de conflito no nordeste da Ásia provocando o fortalecimento militar dos Estados; e reconhecia que a ameaça militar da Coreia do Norte continuava “muito real”, apesar dos progressos nas trocas e da cooperação intercoreana. (REPUBLIC OF KOREA, 2003, “Message of the Minister of National Defence”§2 a 5)

A Política de Paz e Prosperidade considerava que o pós-Guerra Fria e o encontro de 2000 entre os líderes das duas Coreias haviam produzido oportunidades e desafios alcançáveis para a obtenção da paz na península, compreendendo metas intermediárias de reunificação – o aumento da cooperação Coreia do Sul-Coreia do Norte; de Política Externa – o apoio à normalização das relações entre a Coreia do Norte, os EUA e o Japão; e de Segurança – a construção da confiança militar mútua entre as duas Coreias.

Para alcançar tais propósitos, seria necessário ter a capacidade de dissuadir a Coreia do Norte de realizar um ataque militar para manter a solução dos problemas no nível do diálogo, e aqui residiam os problemas – a fraqueza militar da Coreia do Sul e sua falta de independência no emprego do Poder Militar. Para tanto, era instituída a meta da “defesa autossuficiente” (“*self-reliant defense*”), definida como a capacidade de dissuadir a Coreia do Norte principalmente pelo próprio poder militar, tendo as USFK apenas que prover apoio, assim como outros Estados da região, enquanto os EUA manteriam o equilíbrio regional, o que implicava a reformulação da aliança. (REPUBLIC OF KOREA, 2003, p. 31 a 33)

Coerentemente, a Política de Defesa de 2003 previa especificamente as seguintes metas: estabelecer firmemente uma postura defensiva, o que incluía os EUA, que já haviam aderido ao emprego apenas do diálogo para a solução do problema nuclear da Coreia do Norte; desenvolver as forças militares com orientação ao futuro, num processo de modernização de longo prazo e contínua, que permitisse fazer face à guerra moderna e às alterações que apare-

cessem, principalmente por meio da constante atualização tecnológica; reformar continuamente o sistema de defesa em todas as áreas, inclusive administrativas, de forma a manter a eficiência maximizada; buscar o bem estar dos militares; e manter um nível de orçamento militar adequado. (REPUBLIC OF KOREA, 2003, p. 37 item 1 a p. 44 item 5)

Quanto à reformulação da aliança, foram iniciadas negociações de alto nível (Ministro da Defesa) com os EUA, prevendo-se, em consequência, a expansão das forças armadas coreanas para acompanhar o atual *status* do país no contexto internacional e permitir não só a defesa da península, mas participar da defesa da região, enquanto a aliança Coreia do Sul-EUA seria desenvolvida de maneira a continuar contribuindo para a estabilidade regional, realizando a progressiva passagem para a Coreia do Sul de tarefas das USFK, e a capacitação destas últimas para tarefas de maior nível da guerra moderna. (REPUBLIC OF KOREA, 2003, p. 81 item A e p. 83 item C)

A reformulação da aliança incluía a realocação das USFK, que, até 2008, constava de um projeto pelo qual os norte-americanos devolveriam 80 bases, estacionando as forças num número menor de instalações. Essa negociação se arrastava desde 1988 e tinha por propósito reduzir as reclamações da população, retirar as forças da área da capital, Seul, e dar-lhes um estacionamento estável. (REPUBLIC OF KOREA, 2008, p. 276 item E; REPUBLIC OF KOREA, 2006, p.98 item B). Cabe notar que o custo da permanência das UFSK é dividido entre os dois países, sendo que, em 2008, coube à Coreia do Sul cerca de setecentos milhões de dólares. (REPUBLIC OF KOREA, 2008, p. 93§3).

O Livro Branco de 2006 (LB 2006) relata o cumprimento dos itens da Política de Defesa de 2003 com as particularidades inerentes e fatos importantes ocorridos, devendo-se ressaltar os abaixo expostos.

Os EUA havia iniciado a formação de uma nova ordem internacional com a “*Proliferation Security Initiative*” (PSI), lançada em 2003 no contexto da guerra contra o terrorismo, tendo obtido a adesão dos principais países e a oposição da Rússia, da China e de alguns países europeus; (REPUBLIC OF KOREA, 2006, p.3§1e 2)

Os EUA haviam iniciado, em 2006, com a assinatura de vários acordos, uma parceria estratégica com a Índia que poderia mudar a ordem regional asiática; (REPUBLIC OF KOREA, 2006, p.3§3)

Os principais países do Nordeste da Ásia buscavam aumentar sua influência, como o Japão que, em aliança consolidada com os EUA e apoiando todas as suas iniciativas, estendia a esfera de atividades para além do Índico e buscava tornar suas “Forças de Defesa” efetivas

forças armadas. Em oposição a essa aliança, a Rússia e a China estreitavam suas relações. (REPUBLIC OF KOREA, 2006, p.7§2 a p.8§2)

Alguns países, inclusive a Coreia do Sul, se ressentem das visitas reverentes de autoridades japonesas ao santuário *Yasukuni*, que abriga os restos mortais de militares considerados criminosos de guerra, por suas ações na ocupação nipônica durante a Segunda Guerra Mundial, considerando tal procedimento não-adequado à paz regional. (REPUBLIC OF KOREA, 2006, p.9§2; REPUBLIC OF KOREA, 2008, p.17§3)

A importância da segurança da energia aumentara expressivamente com a pronunciada elevação dos preços do petróleo devida à instabilidade decorrente dos atentados de 11/9/2001 e da Guerra do Iraque; (REPUBLIC OF KOREA, 2006, p.3§4)

Alguns países, como o Irã e a Coreia do Norte, estavam buscando a posse de armas nucleares para aumentar o prestígio nacional, promover interesses econômicos e aumentar sua segurança; (REPUBLIC OF KOREA, 2006, p.4§3)

Previa-se que o contra-terrorismo e a não-proliferação haviam se tornado a principal matéria para a segurança internacional por um bom tempo. (REPUBLIC OF KOREA, 2006, p.4§4)

Em 2006, a Coreia do Norte realizou, em julho, o teste do míssil estratégico Taepo-Dong II, de cerca de 6.700 km de alcance e, em outubro, o teste de um artefato nuclear, aumentando as tensões na península e no Nordeste da Ásia. (REPUBLIC OF KOREA, 2006, p.26§3; p.25§3) Os testes afetaram a postura de defesa da Coreia do Sul e de outros países da região pela incerteza trazida sobre suas futuras atitudes (REPUBLIC OF KOREA, 2006, “A Message from the Minister”§2 e 3) e, em decorrência, os EUA e o Japão anunciaram sanções financeiras e o embargo da PSI contra aquele país; (REPUBLIC OF KOREA, 2006, p.8§5)

Segundo o LB 2006, em 2005 a Coreia do Sul elaborara um plano e estabelecera um horizonte temporal (em 2020) para implementação da “defesa autossuficiente e avançada” prevista na Política de Defesa de 2003, batizado de “Reforma da Defesa 2020” (“*Defense Reform 2020*”) que, no geral, reduzia o efetivo (de 681.000 para 500.000), mas aumentaria bastante o aporte tecnológico do sistema de defesa. (REPUBLIC OF KOREA, 2006, p.38 item 1; p.39 item 2).

Quanto à reformulação da aliança, comissões dos EUA e da Coreia do Sul realizaram grande esforço em reuniões e trabalhos a partir de 2005, para estabelecer os requisitos da futura aliança e o rearranjo das futuras USFK, cabendo notar que a passagem de tarefas para forças da Coreia do Sul coincidia com a atual postura global de defesa dos EUA (“*Global Defen-*

se Posture Review”) e incluía o reposicionamento das unidades norte-americanas na Coreia do Sul. (REPUBLIC OF KOREA, 2006, p. 97 item A e p. 98 item B)

Em 2005 também foi acordado acelerar o processo de transição do OPCON das forças sulcoreanas para até 2012, sob quatro condições: a manutenção do Tratado de Defesa Mútua Coreia do Sul-EUA; a manutenção das forças dos EUA atualmente estacionadas na Coreia do Sul e a garantia do rápido desdobramento de forças norte-americanas em caso de crise; o apoio dos EUA em áreas em que a Coreia do Sul é deficiente, como ISR; e a manutenção de uma postura de prontidão e dissuasão combinada durante a transição. Essa transição dependia apenas da obtenção, pela Coreia do Sul das capacidades necessárias para o exercício independente do OPCON.

Após a transição, a aliança deveria adotar uma estrutura no padrão “apoiador-apoiado”, devendo a junta de Chefes de Estado-Maior da Coreia do Sul e o comando das USFK manterem estreitas relações de cooperação, empregando um Centro de Cooperação Militar, a ser estabelecido. (REPUBLIC OF KOREA, 2006, p. 103 itens B e C)

No LB 2006, a prioridade da unificação das Coréias parece ter sido reduzida com respeito à segurança nacional em relação a 2003; talvez pelo maior tempo decorrido desde o encontro dos líderes em 2000 e pelo teste nuclear da Coreia do Norte em 2006, como se vê na hierarquia de interesses nacionais: 1º - Garantia da segurança nacional; 2º - Promoção da Democracia liberal e dos Direitos Humanos; 3º - Desenvolvimento econômico e promoção do bem-estar público; 4º - unificação pacífica da península coreana; e 5º - contribuição para a paz mundial e para a prosperidade compartilhada da espécie humana. (REPUBLIC OF KOREA, 2006, p. 28§2) A contribuição da Defesa para a unificação pacífica continuava sendo entendida como a dissuasão da Coreia do Norte, a redução das tensões militares entre as Coréias, e a manutenção de uma paz permanente na península. (REPUBLIC OF KOREA, 2006, p. 32§2)

O Livro Branco de 2008 (LB 2008) repete alguns aspectos do LB 2006 nas situações global e regional, mas relata uma corrida armamentista entre as potências do Nordeste da Ásia buscando da liderança, em meio à interdependência e cooperação crescentes. Assinala também o acirramento das relações com a Coreia do Norte, cuja ameaça não se alterou apesar dos esforços da Coreia do Sul para demovê-la do programa nuclear. No plano doméstico, esperava-se o prosseguimento da reforma da defesa e das medidas de transição do OPCON, apesar da crise econômica que já se manifestava. (REPUBLIC OF KOREA, 2008, “A Message from the Minister of National Defense”§6 e 7)

As duas Coreias continuavam realizando trocas e desenvolvendo projetos comuns, mas, segundo a Coreia do Sul, a Coreia do Norte pretendia a reunificação sob seu regime, em cumprimento a uma orientação de 1962 de seu Partido dos Trabalhadores, mantendo, para tanto, 70% de sua poderosa força terrestre próximo à fronteira. (REPUBLIC OF KOREA, 2006, p.29§1; p. 30§1; p.32§2)

Esse argumento é frontalmente rebatido pela seção “Reunificação” do portal da Coreia do Norte na Internet, que contém uma fervorosa mensagem nesse sentido, afirmando que, nos fundamentos de sua Constituição (que é de 1980), constam os estágios básicos para a reunificação pacífica do país “respeitando os aspectos positivos dos regimes capitalista e socialista”. (DEMOCRATIC, 2011§4) O país também declara se sentir ameaçado de invasão pelos EUA, o que explicaria a concentração de forças próximo à fronteira que atemoriza a Coreia do Sul.

No LB 2008, os objetivos de segurança nacional são os seguintes: (REPUBLIC OF KOREA, 2008, p.45§2 a 5)

- manter a estabilidade e a paz na península: a estabilidade, por meio das capacidades de defesa próprias e da aliança Coreia do Sul-EUA; a paz, por meio das trocas e da cooperação com a Coreia do Norte e com países vizinhos;

- construir um fundamento sólido para a segurança e a prosperidade da nação – protegendo as vidas da população contra diversas ameaças e assegurando a segurança econômico-social;

- aumentar a competência e o *status* internacional do país, contribuindo para a paz mundial, a democracia liberal e a coprosperidade.

E os objetivos da Política de Defesa são os seguintes; (REPUBLIC OF KOREA, 2008, p.47 e 48)

- 1º - defender a nação contra ameaças militares externas e invasão – não só contra a Coreia do Norte, mas contra todas elas, ainda que aquela seja a mais direta;

- 2º - sustentar o princípio da unificação pacífica – dissuadindo guerras, reduzindo tensões militares e trazendo paz permanente à península;

- 3º - contribuir para a estabilidade regional e para a paz mundial – participando dos esforços internacionais nesses níveis.

Este autor considera que o tom dos dois conjuntos de objetivos – com intenções de exteriorizar suas ações contribuindo para a paz mundial e participando de esforços internacionais – parece refletir o crescimento econômico do país e o aumento de poder conseqüente do êxito das medidas tomadas a partir de 2003. Coerentemente, em 2009 a RC aderiu à Iniciativa

de Segurança contra a Proliferação (“*Proliferation Security Initiative*” – PSI) e autorizou a participação de forças navais nas operações internacionais antipirataria que se realizam no Golfo de Aden. (KODA, 2010, p. 26§2)

No LB 2008, a Coreia do Norte é criticada por tentar despistar a opinião pública da Coreia do Sul e alienar (“*alienate*”) sua relação com os EUA. (REPUBLIC OF KOREA, 2008, p.29§1) De fato, o já citado portal norte-coreano relata a proibição pelos norte-americanos que controlam a fronteira, de pessoas do Sul transitarem por ela, alegando também que só quando eles se retirarem, a Coreia do Sul recuperará sua soberania. (DEMOCRATIC, 2011§5) Na opinião deste autor, razões à parte, a Coreia do Sul parece estar fazendo o que pode nesse sentido.

No que toca à transferência do OPCON, a nova estrutura da aliança a ser implementada prevê que o CFC será descomissionado, ficando as forças coreanas sob o comando do Chefe da Junta de Chefes de Estado-Maior da Coreia do Sul, as norte-americanas sob Comando das Forças dos EUA na Coreia (US KORCOM), a ser criado, e haverá um sistema de coordenação entre esses comandos, onde o sulcoreano terá papel de liderança e o norte-americano proverá apoio abrangente (“*overall*”). (REPUBLIC OF KOREA, 2008, p. 88§2 a p. 90§2)

7.16.2 As Estratégias de Defesa

Desde 2003, a situação do NE da Ásia (Fig. 7.16.1) contém os seguintes aspectos:

- várias disputas constituem fontes de possíveis instabilidades, como a questão das Ilhas Curilas, entre a Rússia e o Japão; a das Ilhas Senkaku, entre a China e o Japão; a das ilhotas Dokdo (Takeshima para os japoneses) entre a Coreia do Sul e o Japão; a de Taiwan, envolvendo EUA e China; a da demarcação de fronteiras marítimas, com as ZEE de 200 milhas (370,4 km) de vários Estados, que se interpenetram em áreas de recursos naturais importantes; a da instalação de sistemas de defesa antimísseis (“*Ballistic Missile Defense*” - BMD) na região pelos EUA; a da poluição ambiental; e a do desenvolvimento de armas nucleares pela Coreia do Norte. (REPUBLIC OF KOREA, 2003, p. 23§2)

Todas essas situações se mantêm atualmente, sendo que a que envolve a Coreia do Sul e o Japão é séria e quase provocou um enfrentamento entre as duas marinhas em 2006; (CHANLETT-AVERY; KONISHI, 2009, p.15§5; REPUBLIC OF KOREA, 2008, p. 121§3)

- os EUA exercem os papéis de estabilizador e mantenedor do equilíbrio estratégico e cuidam de manter sua supremacia com desdobramentos avançados de forças, estabelecendo defesas antimísseis e reforçando suas capacidades aéreas, espaciais e de Informações. Atual-

mente, contudo, suas forças na região estão sofrendo reduções motivadas por restrições orçamentárias;

- o Japão vinha aumentando seu papel militar na região, protegido por sua aliança com os EUA, buscando aumentar a capacidade de coleta de dados, de Controle de Áreas marítimas e sua expressão internacional, participando de operações multinacionais. Atualmente, além disso, está modernizando suas forças e adotou o BMD, sistema em que estão integrados tanto lançadores de mísseis em terra como em navios dotados do sistema *Aegis*. (REPUBLIC OF KOREA, 2008, p. 19 item B.)⁵⁷

- O Japão é muito próximo da Coreia do Sul, e é provável que contingências com um desses países também incluam o outro, principalmente se envolverem tráfego marítimo no estreito que os separa, ou se envolver a Coreia do Norte, que é próxima dos dois. Além disso, como os EUA possuem alianças independentes com ambos, onde possuem forças estacionadas, ao responderem a contingências na área, provavelmente envolverão os dois Estados; (KODA, 2010, p. 30§2 e 3; p. 32§2)



Figura 7.16.1 - Nordeste da Ásia

- a China está modernizando suas forças armadas, adequando-as a sua expressão econômica e política, tendo feito grandes progressos. Ao mesmo tempo, esforça-se para desfazer a impressão de que constitui uma ameaça regional e para resolver o problema nuclear da Coreia do Norte;

⁵⁷ O sistema AEGIS, instalado em navios modernos, permite detectar e acompanhar centenas de alvos aéreos e de superfície numa vasta área, bem como engajá-los a grande distância, tornando tais navios muito importantes para controle de áreas marítimas. Uma de suas versões permite engajar mísseis balísticos em certas condições.

- a Rússia pratica uma política externa pragmática, baseada no interesse nacional, procurando aumentar sua influência pelo aumento das capacidades militar e diplomática. Também procura resolver o assunto nuclear da Coreia do Norte e mantém uma relação estratégica cooperativa com a China, contrabalançando a influência dos EUA. (REPUBLIC OF KOREA, 2003, p. 24§2) A partir de 2007 passou a marcar sua presença na região reiniciando os vôos de reconhecimento de longo alcance em áreas de seu interesse; (REPUBLIC OF KOREA, 2008, p. 23§3)

- a Coreia do Norte possui forças terrestre e aérea muito potentes, (REPUBLIC OF KOREA, 2008, Anexo 3)⁵⁸, desenvolve e produz armas nucleares, biológicas e químicas, e material convencional, como mísseis de vários tipos (inclusive antinavio), torpedos e carros de combate. Pelo LB 2008, está concentrando esforços em meios para guerra moderna e guerra assimétrica, construindo um sistema de comando automatizado, formando hackers, habilitando grandes efetivos a operações especiais e em montanhas e aumentando a capacidade de sobrevivência das forças com bases aéreas subterrâneas. Construiu também sistemas automáticos de comando naval em rede, conectando forças a comandos em terra. Estima-se que sua estratégia em caso de conflito com a Coreia do Sul seja a “blitzkrieg”, procurando vencê-la antes da chegada da “*Augmentation Force*”, dos EUA. (REPUBLIC OF KOREA, 2008, p. 27§2; p. 30§2)

O LB 2008 estabelece alguns “Princípios da Política de Defesa Nacional” (“*Tenets of National Defense Policy*”), sendo que o terceiro deles, “Aprofundamento das Capacidades Avançadas de Defesa” (“*Enhancement of Advanced Defense Capabilities*”) é fundamentalmente estratégico e especialmente interessante por pregar que o Ministério da Defesa “reformar (*reshape*)” as Forças Armadas para a situação pós-unificação, assim como para a atual situação de relações hostis entre as duas Coreias e melhore as capacidades internacionais a fim de concretizar (“realize”) a “Coreia Global”. (REPUBLIC OF KOREA, 2008, p.50 item C§1)

Tal diretiva, além de parecer de difícil cumprimento, indica a possibilidade tanto de um enfrentamento como da união entre os dois Estados e, como será visto mais adiante, parece estar sendo obedecida na formação do Poder Naval.

⁵⁸ O exército é de 1.020.000 homens e a força aérea tem 840 aeronaves de combate, contra 622.000 homens e 490 aeronaves da Coreia do Sul.

7.16.3 As Estratégias Navais

Pela Política de Defesa de 2003, as tarefas da Marinha da Coreia do Sul consistiam, em tempo de paz, em dissuadir a guerra, resguardar a soberania e aumentar o prestígio da nação. Em tempo de guerra, consistiriam em exercer o controle de áreas marítimas garantindo a segurança das atividades marítimas da Coreia do Sul, protegendo as linhas de comunicações marítimas (LCM) e realizando desembarques de surpresa nos flancos e retaguarda do inimigo. (REPUBLIC OF KOREA, 2003, p. 52§3)

Esta última tarefa diz respeito a um tipo de ação a que um exército que invada a Coreia do Sul pelo norte está vulnerável, pelo fato de a área de operações consistir numa península relativamente estreita. Trata-se de uma operação anfíbia em que, vindo pelo mar, uma força desembarcada ataca os flancos ou a retaguarda do exército invasor e corta suas linhas de comunicações terrestres, isolando-o, á semelhança da realizada pelo Gal. Mac Arthur em Inchon, em 1950, e que frustrou a ofensiva inicial da Coreia do Norte no início da Guerra da Coreia.

Pelo LB 2006, dentro da “Reforma da Defesa 2020”, cabe à Marinha construir uma estrutura adequada para operação tridimensional – superfície, subsuperfície e aérea; e reformar a estrutura da Força, de defesa costeira para defesa onidirecional, forte o bastante para sustentar os interesses nacionais, como a proteção das LCM e dos recursos marinhos, garantindo a segurança das atividades marítimas da nação. (REPUBLIC OF KOREA, 2006, p. 40§4)

O Livro Branco de 2008 reafirma o contido no de 2006, mas com maior precisão, informando que a estrutura da Marinha se destina “não só” à defesa costeira, mas também à proteção das LCM e dos recursos marinhos, capacitando-se ao combate nas três dimensões com contratorpedeiros dotados de sistemas “*Aegis*”, uma nova fragata a ser construída, submarinos modernos (Jangbobo III) (SAUNDERS, 2007, p.440)⁵⁹, helicópteros de assalto e helicópteros de varredura de minas, garantindo, assim, a capacidade operacional em torno de toda a península, inclusive em águas costeiras, o que implica afirmar a capacidade de controlar a área marítima em toda essa região. Informa também que o Corpo de Fuzileiros Navais têm as operações anfíbias como principal tarefa, mas deverá desenvolver também a manobra ar-terra para emprego em operações no continente e em ilhas. (REPUBLIC OF KOREA, 2008, p.59 nota 11; p.105 item B)

⁵⁹ Projeto sul-coreano de um grande SC de cerca de 3500 toneladas.

Além dos meios acima, a marinha dispõe de aeronaves de patrulha marítima e de um grande navio-transporte doca (capaz de transportar e lançar aeronaves, embarcações de desembarque, tropa, veículos, etc). Os fuzileiros navais, que têm um efetivo elevado (68.000 homens), terão a capacidade de desembarque no nível de brigada, sendo responsáveis por defender a parte Oeste da capital e as ilhas do Mar Amarelo, a noroeste. (REPUBLIC OF KOREA, 2003, p.52 e 53; REPUBLIC OF KOREA, 2008,p.59 item (2))

A parte naval das forças norte-americanas na Coreia (USFK), incluindo os fuzileiros, é limitada, mas o Comando do Pacífico da marinha norte-americana poderia aumentá-la e assumir o comando em caso de crise, além de, em casos mais graves, poder-se acionar a “*Augmentation Force*”. (REPUBLIC OF KOREA, 2003, p.57 e 58)

A marinha da Coreia do Norte é costeira e voltada para defesa do litoral, podendo realizar incursões anfíbias com forças especiais e conta com meios rápidos de raio de ação tal que podem operar na costa do Japão. Conta com duas esquadras, uma em cada litoral, e com grande número de navios pequenos (navios patrulha, torpedeiras, lanchas lançamísseis, etc), 70 submarinos (vários obsoletos), incluindo submarinos de bolso, grande número de navios de desembarque pequenos, cerca de 30 navios varredores e duas brigadas de peritos atiradores (“*snipers*”). Assim a RC tem boas condições de realizar incursões costeiras e infiltrar pessoal em locais não muito distantes de suas bases, como é acusada pelo Japão, mas, por todas essas características, vê-se que sua força naval é basicamente defensiva. (REPUBLIC OF KOREA, 2008, p.33 item B; Anexo 3)

7.16.4 A Coreia do Sul e os Submarinos

A marinha da Coreia do Sul dispõe de 9 submarinos classe S-209/1200, ou seja, a mesma do S Tupi, brasileiro, mas um pouco menor e, como no Brasil, o primeiro foi construído na Alemanha e os outros, no país. Diferente do Brasil, porém foi o fato de a obtenção desses meios, decisão tomada nos anos 1980, ter marcado o nascimento da força de submarinos da RC que, a partir daí, começou a formar toda a estrutura de pessoal e material. (KODA, 2010, p.22§1)

Além dessa diferença, os S-209 coreanos têm a possibilidade de lançar, além de torpedos, mísseis antinavio (no caso, “*Harpoon*”, norte-americanos), enquanto os os brasileiros só lançam torpedos.

A marinha dispõe também de quatro S-214, projetado pelo mesmo estaleiro alemão, construídos ou em construção na Coreia do Sul, de um programa de 10 unidades, que pretende elevar o nível da força para 18 submarinos.

O S-214 é avançado, também poderá ter um sistema de mísseis antinavio instalado, desloca 1.860 toneladas, ou seja, é pouco maior que o S Tupi, mas menor que os da classe *Scorpène* que o Brasil construirá, e dispõe de propulsão AIP (que aumenta a autonomia completamente submerso, aumentando a discricção. É muito bem equipado, contando inclusive, além do sonar padrão (no caso, de proa), com sonares passivos laterais e rebocados, que proporcionam detecção a maiores distâncias, sendo que o último é mais comum em submarinos nucleares. (SAUNDERS, 2007, p.440 e 441; SUBMARINE, 2011)

A Coreia do Sul dispõe ainda de 11 mini-submarinos de dois tipos, de 170 e 80 toneladas, de uso costeiro para operações especiais, empregados pelos fuzileiros.

A Coreia do Sul tem projeto próprio de um grande submarino de cerca de 3500 toneladas (KSS-III ou Jangbogo III), que seriam construídos após os S-214. (SAUNDERS, 2007, p.440) Cabe notar também que, em 2004 a imprensa especializada sul-coreana noticiou que se estava considerando a possibilidade de desenvolver um submarino de propulsão nuclear a partir de 2012, o que foi posteriormente negado, mas parece ser uma possibilidade tecnológica do país. (KSS-III SSX, 2009; SAUNDERS, 2007, p.440, “*Submarines*” (2))

7.16.5 Apreciações

A marinha da Coreia do Sul era predominantemente voltada para o controle de áreas marítimas costeiras, contra a ameaça representada pela marinha da Coreia do Norte, mas passou a dar mais atenção aos problemas de segurança das LCM e interesses marítimos a partir dos anos 1990, o que coincidiu com o maior progresso do país, sendo marcante o discurso de uma autoridade naval da época que afirmava a meta de a força se tornar uma marinha oceânica. (KODA, 2010, p.23§4)

Pode-se verificar que os meios de superfície mais antigos (que entraram em serviço até 1993) constam de numerosas fragatas (9 unidades) e corvetas (24 unidades) de pequeno porte (2000 e 1200 toneladas); mas os posteriores, comissionados a partir de 1998 ou em construção, são progressivamente de médio e grande porte – 3 contratorpedeiros de 3.800, 6 de 5.500 e 3 de 10.000 toneladas, estes equipados com o sistema *Aegis* – além de um navio de múltiplo emprego de 19.000 toneladas. (SAUNDERS, 2007, p. 442 a 448)

Isso indica que a intenção de dotar a marinha de maior capacidade de operação oceânica é bem anterior à atual Reforma da Defesa iniciada em 2005, embora tenha sido por ela confirmada, e parece ter relação, tanto com a grande aproximação Coreia do Norte-Coreia do Sul verificada em 1990, como com as tratativas para a passagem do controle operacional das forças coreanas junto aos EUA, iniciadas em 1987 e culminadas a passagem do controle em tempo de paz, em 1994, o que tem nexos com uma iniciativa de unificação.

O analista japonês Yoji Koda sugere que o fortalecimento naval dos anos 1990 proporcionou defesas contra as ações esporádicas da marinha da Coreia do Norte, e o Estado sul-coreano desenvolveu interesses marítimos distantes, justificando a motivação para a marinha oceânica em detrimento da marinha costeira. Este autor detalha o segundo argumento afirmando que o crescimento econômico do país, aumentou seu tráfego marítimo e acentuou sua integral dependência de petróleo importado, o que enseja maior preocupação com a proteção das LCM.

Koda observa que os meios de pequeno porte ainda são necessários, e os existentes estão chegando ao fim de sua vida útil, o que pode provocar o retorno do antigo problema (vulnerabilidade a ações navais costeiras da Coreia do Norte). (KODA, 2010, p.23§4; p.25§1; p.26§3) O analista japonês parece não ter lido os LB 2006 e 2008, que prescrevem uma marinha não apenas de defesa costeira, mas “onidirecional”, onde essa ameaça seria dissuadida ou contra-arrestada pelos novos meios, empregando helicópteros. (REPUBLIC OF KOREA, 2006, p.40§4; REPUBLIC OF KOREA, 2008, p.59 nota 11; p.105 item B)

O aumento da importância do tráfego marítimo provocou não só iniciativas materiais no sentido de dotar o país de meios capazes de proteger as LCM em locais distantes, como iniciativas de diplomacia de defesa, como serve de exemplo a cooperação naval com países do Sudeste Asiático, dado que pelo Estreito de Malaca transita 30% do comércio da RC e 90% do petróleo que importa. (REPUBLIC OF KOREA, 2008, p.124 item 2. A)

Outro interesse marítimo da Coreia do Sul é a mineração do fundo do mar, que tem contribuído para reduzir a dependência estratégica em determinados minérios, como cobre, níquel, cobalto e manganês. O país explora uma concessão da ONU no Pacífico e fez vultosos investimentos adicionais, de que constam a construção de um navio, a prospecção de várias áreas nesse oceano e a aquisição da licença para prospecção na ZEE de Tonga, um país arquipelágico, em 2008. (KORDI, 2008, slides 3 e 6)

No tocante aos submarinos, 18 unidades dos tipos citados e tão bem equipados e armados constituem uma força considerável. Segundo Koda, porém, para a tarefa antissubmari-

no (AS), ela é excessiva face ao número dos outros meios AS disponíveis, como contratorpedeiros, aeronaves AS e helicópteros; e para a tarefa antissuperfície, ela é inadequada, considerando que as plataformas a serem engajadas são as da marinha da Coreia do Norte, muito numerosas e de pequeno porte.

Ele opina que tal força se justificaria para a integração com outras unidades de um sistema de controle da área marítima em alto grau em torno da península (KODA, 2010, p.28§3 a p.29§4) e essa opinião coincide com a intenção declarada no LB 2008; (REPUBLIC OF KOREA, 2008, p.105 item B). Quanto a suas opiniões constantes do parágrafo anterior, contudo, mais uma vez Koda parece não ter lido o Princípio da Política de Defesa, também constante do LB 2008, que prevê uma força naval de duplo propósito, apta à atual situação atual, em que se trata de dissuadir a Coreia do Norte, mas também à situação pós-unificação, (REPUBLIC OF KOREA, 2008, p.50 item C§1) em que os 18 bons submarinos fariam sentido na busca de um equilíbrio dissuasório contra outros atores, como a China, o Japão, a Rússia e mesmo os EUA.

As intenções de construir futuramente SC de maior porte (3.500 toneladas) e a de dispor de uma marinha oceânica são coerentes com esse propósito.

O estudo da situação das duas Coreias quanto à reunificação levanta alguns aspectos curiosos. A Coreia do Sul possui um Ministério da Reunificação, a promoção desse evento consta de várias políticas governamentais, e ele é mencionado diversas vezes nos Livros Brancos. A Coreia do Norte possui um enorme monumento à Reunificação, (HARAK, 2010) e o portal de seu governo tem uma seção com esse título, que contém uma entusiástica mensagem a seu favor, onde se nota, porém, a incompatibilidade de sua implementação com a presença de forças dos EUA na Coreia do Sul.

Além disso, pelo menos em duas vezes, 1990 e 2000, os dois países produziram acordos ou declarações conjuntas no sentido de buscá-la, sendo que a diferença de regimes parece ter deixado de ser problema, tanto pela Constituição da Coreia do Norte, que propugna a coexistência dos dois regimes, como pela declaração de 2000, que prevê as possibilidades de uma federação ou confederação, embora o LB 2008 da Coreia do Sul informe a intenção da Coreia do Norte de realizá-la sob seu regime.

Deve-se também notar que as armas de destruição em massa (ADM) da Coreia do Norte, bem como seus vetores de lançamento, ambos citados como ameaça regional e global e que tanto atemorizam o Japão – que por isso está instalando o BMD – não emocionam a Coreia do Sul, que não cogitou da adoção de tal sistema nos LB, nem ele é adotado pelas forças

norte-americanas no país (USFK), o que dá a entender que estes atores contam com a intenção da Coreia do Norte de não empregar tais armas contra o território sulista.

Além disso, em 2004, quando foi noticiada a intenção de desenvolver um submarino nuclear pela Coreia do Sul, também foi noticiado que seu propósito seria lidar com “potenciais ameaças à segurança vindas de outras poderosas potências na região que se seguirão à unificação coreana (*“potential security threats from other strong powers in the region following Korean unification.”*). (KSS-III SSX, 2009, “SSX-N Korean Atomic Submarine ??”§2)

Assim, tudo leva a crer que os países anseiam pela reunificação, e já tomaram diversas providências nesse sentido, o que desperta a curiosidade de saber por que ela não se processa. A Imprensa divulga que tal evento contraria a vontade de poderosos atores da região e torna a situação atual conveniente por motivos estratégicos e econômicos.

Entre outros aspectos, a reunificação formaria um gigante militar com a reunião das duas forças armadas, com um exército de mais de 1.600.000 homens, capaz de rivalizar com o chinês, dotado de material bélico nuclear e convencional e de estruturas modernas; além disso, a Coreia do Norte foi, até os anos 1960, o segundo país mais industrializado da Ásia, só perdendo para o Japão e, apesar dos prejuízos sofridos desde então, a união com a Coreia do Sul abalaria o domínio econômico dos japoneses na Ásia, além de confrontá-los militarmente.

Para a China, a Coreia do Norte representa um amortecedor (*“buffer”*) entre seu território e as forças norte-americanas na Coreia do Sul, e uma unificação só seria aceitável se essa ameaça se retirasse da península, o que também é condição para a Coreia do Norte, mas não parece provável. Para os EUA, a atual instabilidade provocada pela Coreia do Norte tem as utilidades de justificar a manutenção de forças na região, controlar e contra-arrestar a expansão da China; manter o atual equilíbrio estratégico, promover a democracia na Ásia e estimular a venda de material militar por fornecedores aliados. (SIMIC, 2009)

A visão da China é congruente com essa opinião: a Coreia do Sul é estrategicamente importante para os EUA por fazer parte de seu dispositivo contra ela: (QI, 2006, p.57§1)

Os EUA posicionaram poderosas forças no Pacífico Ocidental, formando um sistema de bases militares nas duas cadeias de ilhas com uma postura estratégica envolvente, tendo o Japão e a Coreia do Sul como “âncoras” ao norte, a Austrália e as Filipinas como “âncoras” ao Sul e Guam como base avançada.

É assim, sintomática a exploração pela mídia dos incidentes que por vezes ocorrem entre a Coreia do Sul e a Coreia do Norte, como a que ocorreu quando, em 2010, a fragata Che-

onam, da Coreia do Sul explodiu matando muitos tripulantes, e o fato foi atribuído a um torpedeamento pela marinha da Coreia do Norte, o que foi veementemente negado por esse país.

Cabe também notar que, apesar de todas as providências já tomadas, a transferência do controle operacional das forças coreanas em tempo de guerra (OPCON), do comando das forças dos EUA para autoridades da Coreia do Sul, que chegou a ter sua data marcada para 17/04/2012, teve seu adiamento para dezembro de 2015 acertado em um encontro entre os presidentes dos dois países, durante a reunião de Toronto do G-20, realizada em 26/06/2010. O adiamento “reflete a atual situação de segurança na Península Coreana e vai reforçar a aliança entre as duas nações.”. (U.S. FORCES, 2011, “*Combined Forces Command (CFC)*”§8)

Assim, o atual *status quo* foi mais uma vez prolongado.

7.16.6 Conclusão

A situação da Coreia do Sul é *sui-generis*. A vizinha do Norte deve ser considerada um inimigo poderoso para fins de dissuasão, mas poderá constituir o mesmo país de uma hora para outra, numa possível reunificação.

A “Reforma da Defesa Nacional 2020” determina a preparação das forças com dupla finalidade, parecendo indicar que a Coreia do Sul considera a reunificação inexorável, mas com a conexão política flexível e progressiva, podendo ir sendo acomodada à medida que sua autonomia ante os EUA for sendo conseguida, visto ser incompatível com a presença de forças norte-americanas em face do posicionamento da Coreia do Norte, e que poderá levar muito tempo devido aos interesses opostos dos outros atores da região.

A obtenção de forças navais pela Coreia do Sul é favorecida pelos EUA, que enfatizam o aumento de poder dos aliados para que os auxiliem nas contingências, e a Coreia do Sul até aderiu à “*Proliferation Security Initiative*” (PSI), o que melhora seu *status*. Assim, ela desempenha o papel de um bom aliado, mas se a reunificação acontecer, a força naval que está formando estará perfeitamente adequada à nova nação, e podendo, em princípio, ser complementada pela da Coreia do Norte, formada por unidades de menor porte, mais afeita às ações junto à costa.

A Marinha da Coreia do Sul não se insere no paradigma da Guerra de Litoral. Seu problema teórico de defesa do litoral não consiste no enfrentamento de atacantes poderosos, mas da Coreia do Norte, cuja marinha é até menos poderosa. Seus meios de projeção de poder até podem ser empregados numa ação de atacante, auxiliando algum aliado poderoso, mas tal

intenção não consta dos textos e eles se destinam mais propriamente a ações de Controle de Áreas Marítimas em contextos da Guerra Naval Tradicional.

Assim, pode-se dizer que a marinha da Coreia do Sul, com sua atual expansão, pretende praticar a estratégia naval tradicional em dois campos principais: o controle de áreas marítimas litorâneas, com o propósito de dar segurança a suas atividades nas faixas marítima e terrestre; e o controle de áreas marítimas fixas ou móveis para dar segurança a suas LCM, atividades marítimas mais distantes e, eventualmente, ações de projeção de poder.

8 ANEXOS

8.1 Entrevista com o AE (Ref) Mauro Cesar Rodrigues Pereira – atividades nucleares

A pedido do Doutorando José Augusto Abreu de Moura formalizo, neste documento, de forma essencialmente livre, os termos da entrevista em que lhe relatei aspectos de meu conhecimento relacionados a atividades da MB e do país na área de pesquisa nuclear.

Premissas

Antes de passar às perguntas formuladas, que pretendo responder com clareza e simplicidade baseado no que sei e vivi, parece conveniente fazer comentário mostrando como se deu minha aproximação ao problema em questão.

Na Marinha, até certa época do Ministro Saboia, tudo era tão secreto que nem os Almirantes tinham conhecimento, salvo se incluídos em um pequeno círculo, muito fechado. Esta postura correspondia à proposta do Alte. Othon, plenamente encampada pelo Alte. Flores, desde que era Subchefe do EMA e aceita sem muita convicção pelo Ministro Alte. Maximiano, sob a justificativa de não permitir às potências do clube nuclear saberem o que fazíamos para, assim, não nos cercearem.

Como Capitão-de-Mar-e-Guerra (CMG), terminava meu comando na Fragata Independência quando, no dia da inauguração do 5º. DN em Rio Grande, o Alte. Maximiano comunicou-me, durante o coquetel a bordo do NAeL Minas Gerais, que eu iria para a Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, onde havia assuntos de muita importância para a MB, necessitados de serem acompanhados. Ao me apresentar em Brasília para assumir as funções, fui ao Estado-Maior da Armada e perguntei a um colega de turma, que lá servia, do que se tratava e ele nada sabia. Levou-me ao Subchefe a quem estava subordinado e este, para não mostrar desconhecimento, discorreu-me sobre um punhado de obviedades, nada justificando a observação do Ministro.

Fui ao Gabinete do Ministro e levei a pergunta ao Chefe de Gabinete e este me instruiu para que não perguntasse sobre isto, pois receberia informações quando chegasse ao CSN. Apresentei-me no CSN, fui designado para assumir a Subchefia de Economia, rendendo outro CMG e em nenhum momento nada de extraordinário me foi citado, mesmo quando perguntei. Dias depois, inquiri o então CF Alvaro Salio T. Rodrigues, que lá servia há algum tempo e es-

te me revelou ser, provavelmente, algo na área nuclear, assunto ultra restrito, tratado por um Coronel do Exército de outra Subchefia, que para isto só se assessorava com outro Tenente-Coronel do Exército e um Conselheiro do Itamaraty. Eles recebiam, com certa frequência, o então CMG (EN) Othon.

Encolhi-me, esperando que me dissessem o que desejavam de mim, cuidando de minhas funções. Passados 8 meses, o Coronel do Exército que era o Chefe de Gabinete (função que, na época, era tida como equivalente a um Secretário Executivo de Ministério) foi promovido a General, creio que antes do esperado e, como não conseguissem de pronto outro Coronel mais antigo do que eu, pela primeira vez, desde sua criação em 1937, o cargo foi exercido por um CMG e não por um Cel.(QEMA). Fiquei nesta posição até ser promovido a Contra-Almirante, cerca de 4 meses depois.

Era reponsabilidade do novo cargo ser o principal assessor do Ministro-Chefe da SG-CSN nos assuntos da área nuclear, supervisionando, inclusive, os significativos montantes de verbas secretas aplicados a estes e outros projetos. Conheci, então, todo o problema e talvez possa responder às indagações. Antes, porém, narro um pouco mais sobre o trato sigiloso e como foram desfeitos os exageros injustificados.

Fui designado, já pelo Ministro Alte Saboia, Presidente da Comissão Naval em São Paulo (CNSP), da qual a estrutura incumbida do projeto nuclear era um elemento organizacional (COPESP). Até então, apesar disto, os meus antecessores não podiam tomar conhecimento do que se fazia naquele projeto, o que para mim, obviamente não teria mais sentido, pois já sabia de tudo. Passei, então, a acompanhar as visitas do Diretor-Geral do Material da Marinha (DGMM) e outras eventuais de autoridades, vendo in loco como se desenrolavam os trabalhos, começando a formar opiniões próprias sobre o assunto. Entretanto, o Presidente da CNSP não podia interferir em absolutamente nada daquela unidade integrante de sua própria Organização Militar (OM). A coisa era tão estranha que ao Chefe, um Contra-Almirante, era vedado conhecer o teor de mensagens e ofícios trocados pelo subordinado, um Capitão de Mar- e-Guerra, com autoridades navais e outras, saber das aplicações de vultosos recursos, alguns milhares de vezes superiores aos destinados à própria CNSP, embora teoricamente tudo

fosse atribuído a ele, cabendo-lhe delegar competência para Ordenador de Despesas a quem o Encarregado da COPESP indicasse, mesmo que o Chefe não o conhecesse.

Evidentemente, não aceitei essa situação e fiz disso logo saberem o meu Chefe imediato, então o Comte do 1º. Distrito Naval, o meu ODS, o Comandante de Operações Navais (CON) e o DGMM, que controlava o projeto nuclear. Explicitamente, o CON pediu-me que aguardasse com calma, pois logo iria resolver o assunto. Obviamente, não passava por minha cabeça atrapalhar algo de tanta importância para a Marinha, mas, após um mês sem solução, tomei a iniciativa de expedir Portaria, com cópia a todo o Almirantado, dando total independência à COPESP através de vários artifícios administrativos. Sei que houve algum mal-estar, no entanto a situação foi logo resolvida e cerca de mais um mês depois, a OM COPESP foi criada, sem qualquer vínculo com a CNSP.

Nessa ocasião, já passava a externar na Marinha minha opinião de ser, em boa parte, descabido o segredo que cercava o projeto, verdadeiro segredo de polichinelo para as potências nucleares, mas contraproducente em relação ao público interno brasileiro, a quem exploradores e ativistas procuravam levar a pensar que ali se faziam coisas escusas, sem controle e fantasiosas (além de experiência como marinheiro operativo, com larga atuação também na área de apoio ao material e na avaliação operacional de meios navais, contava com os conhecimentos de engenharia, com duas pós-graduações formais em eletrônica). O Ministro Almirante Sa- boia esposava ideias semelhantes, colocou o Presidente Sarney a par de tudo, convidou-o a conhecer o projeto, aceitou a abertura para a Argentina. Quando políticos dos municípios circunvizinhos a ARAMAR (Sorocaba e proximidades) pressionaram pedindo esclarecimentos sobre o projeto, designou-me, Presidente da CNSP, e não a COPESP, para convidá-los a encontro na sede da Comissão para informá-los sobre tudo, exceto, naturalmente, sobre segredos tecnológicos.

Primeira pergunta:

“O ex-Presidente Sarney afirmou há algum tempo que, em seu governo, foi cientificado de que havia um projeto de desenvolvimento de um artefato nuclear em andamento, fato também constante do livro “Dossiê Brasília – o segredo dos residentes” de Geneton Moraes Neto.

Meu orientador (Prof. Dr. Vagner Camilo) relatou que uma informação oficiosa dava conta de que esse artefato era a parte do Exército de um projeto maior, em que a FAB entraria com o míssil e a Marinha entraria com o submarino nuclear que, assim não seria um SSN, mas sim um SSBN, o que faria mais sentido para a dissuasão.

Até onde eu sabia o programa Chalana sempre teve por propósito construir um SSN, e assim havia ganhado força com o Presidente Figueiredo que, impressionado com o valor estratégico demonstrado pela utilização desses meios na Guerra das Malvinas, passara a apoiar os projetos nucleares da Marinha política e financeiramente.

V. Exa. pode acrescentar algo a respeito?”

Resposta:

Este início dos projetos nucleares é envolto em alguma nebulosidade, o que permitiu construir-se fantasias e hipóteses nem sempre fundamentadas. Com relação ao tema da pergunta vejo muita fantasia.

A distribuição de tarefas nesta área, houve, no início, em relação aos processos de enriquecimento do urânio, cabendo a ultracentrifugação apenas à MB e às duas outros Forças outros caminhos que não prosperaram e foram abandonados.

Quando estive como Chefe de Gabinete da SG-CSN, só eram destinados recursos de valor significativo para a MB – exclusivamente para o projeto relativo ao submarino nuclear e para o EB – construção do CTEEx na Marambaia. Bem poucos recursos eram destinados à FAB. Discutia-se, mais no campo teórico, sem nada de prático, se o Brasil deveria capacitar-se na tecnologia de explosivos nucleares, inclusive para usos civis. Havia cientistas e militares que esposavam esta ideia, mas não havia um projeto com esta finalidade, embora alguns passos isolados pudessem ter ocorrido. Ao que sei e vi, estávamos muito longe de engajar em alguma coisa profissional nesta área.

Continuação da pergunta:

“ Pelo que entendi de seu preâmbulo, é possível que se tratasse de algo como um artefato nas conversas do tal coronel da outra seção com o tenente coronel e o então CMG (EN) Othon, mas a MB nunca se envolveu.

O ex-Presidente Sarney confirmou, em artigo de jornal, que realmente havia o projeto do artefato e que mandou fechar o tal poço em que o ex-Presidente Collor, posteriormente, jogou a pá de cal. Eu estou esperando o livro do Geneton Moraes Neto, que encomendei, para ver o que ele efetivamente contém; mas o principal, para mim é responder à pergunta do orientador – saber se a marinha pensava em construir um SSN ou um SSBN.”

Continuação da resposta:

O preâmbulo foi usado para lhe mostrar o grau de reserva com que o assunto era tratado. Entretanto, quando passei a ser o Chefe do Gabinete, conheci, também, tudo o que se tratava ali, pois o Cel Subchefe passou a ser meu subordinado. Com ele sempre tive diálogo muito franco e aberto.

Certamente, como lhe disse, ouvi várias conversas e defesas em relação a se testar um explosivo nuclear, porém não havia qualquer projeto apoiado e financiado com este propósito, embora o tal poço, que já existia com outras finalidades, tenha sido aperfeiçoado prevendo a hipótese de ser decidido caminhar naquele sentido. Iniciativas isoladas ficavam mais no campo teórico e especulativo, nada se assemelhando a construir uma “bomba atômica”. Pelo menos até minha saída de lá, em abril de 1984.

Quanto ao submarino nuclear, o propósito da MB sempre foi o SSN e as justificativas estratégicas em que se baseava jamais cogitaram de um SSBN.

Novo complemento da pergunta:

“Estou voltando à carga para perguntar se acha provável ou possível que, antes de sua gestão na Secretaria do CSN, houvesse planos para desenvolver uma arma nuclear.

A volta à carga se deve às declarações do ex-Presidente Sarney no livro do Geneton Moraes Neto, que comprei, e que são taxativas, como abaixo transcrevo:

"_Descobrimos que havia, na Serra do Cachimbo, um buraco onde se pretendia fazer uma experiência com a bomba atômica. Todo o esforço nacional naquela época - não divulgado - era feito no sentido de o Brasil entrar no clube nuclear. Havia até o projeto de que Figueiredo fizesse o anúncio, quando estava no governo."

"-Quem me deu a informação foi o Conselho de Segurança Nacional (o presidente anterior, Gal Figueiredo, não havia transmitido o cargo ao Pres. Sarney). Pude saber, pelo Conselho, que estávamos nessa direção: já havia, na Serra do Cachimbo, um buraco concretado com muitos metros de profundidade, destinado à realização de uma prova nuclear."

"_Assim que tomei conhecimento da existência do campo de provas, determinei ao Secretário do Conselho de Segurança Nacional, General Bayma Denis, que imediatamente lacrasse o buraco onde seria realizado o primeiro teste. Determinei também que ele anunciasse que o lugar era, na verdade, destinado a recolher lixo nuclear"

Continuação da resposta:

Como lhe falei, não havia nenhum projeto efetivo para a explosão do artefato nuclear. Havia, sim, muitas pessoas advogando que isso deveria ser assumido como um projeto nacional. O tal buraco, que não nasceu com essa finalidade, estava realmente sendo aprofundado e trabalhado para que ficasse adequado, caso se decidisse caminhar nessa direção.

Embora fosse desejo de muitos, não acredito que tenha sido encarado, naquela época, ou em épocas anteriores, como algo decidido pelos escalões responsáveis e que tenha recebido recursos adequados para empreendimento de tal monta, permanecendo no campo das especulações teóricas.

Tirar proveito propagandístico do fechamento do buraco, especialmente insinuando, direta ou indiretamente, irresponsabilidades “dos militares”, é muito ao feitio dos nossos políticos, mesmo daqueles que sempre estiveram ligados ao dito “regime militar”.

Segunda pergunta:

Até onde sei, o programa Chalana, além dos projetos nucleares (Ciclone e Remo), previa a capacitação da MB para projetar e construir um submarino convencional (o S-NAC1) e, posteriormente, desenvolveria outro submarino convencional (o S-NAC2), este com capacidade de ter sua planta de propulsão substituída por uma instalação nuclear.

Para tanto, foi contratada a construção do Tupi com a transferência da tecnologia de projeto e de construção, tendo sido posteriormente construídos três com o mesmo projeto, e depois o Tikuna, com modificações importantes.

O Jane´s de 1991/92 relata exatamente isso e diz que, após os quatro primeiros, o Brasil construiria mais dois, aumentados (“stretched”). Isto significa que o Tikuna é um dos dois S-NAC1?

Estou certo sobre o que expus acima sobre a idéia básica do projeto?

Segunda resposta:

O que a MB, como um todo, esperava é que os projetos da COPESP conduzissem à capacitação no enriquecimento do urânio, na produção de reatores compactos e quaisquer outros itens necessários e específicos à propulsão nuclear, cabendo à estrutura de construção naval cuidar do casco e sistema de armas. Não era essa a pretensão do dirigente da COPESP, respaldada pelo Ministro de então, Alte Flores, que julgava só eles serem capazes de construir o submarino, talvez tentando emular o Alte Rickover nos EUA. Foi lá, então, que nasceu a ideia do SNAC-1, um submarino convencional avantajado, que receberia depois um reator nuclear, caso desse certo (ou iria para lixo, segundo opiniões mais marinheiras); com a experiência, seria, então, desenvolvido o SNAC-2, nuclear.

Nesta ocasião, o Alte Serpa, então Chefe do EMA (CEMA), questionou o procedimento e solicitou ao Ministro Flores para que vários Almirantes se reunissem em S.Paulo para conhecer os caminhos do projeto. Estive neste grupo, trazido do 5º. DN, que então comandava como Vice-Almirante (VAlte). A opinião quase geral foi extremamente crítica seja em relação à ideia do SNAC-1, seja quanto ao seu desenvolvimento ignorando a estrutura naval, seja em relação ao sistema de armas negligenciado.

Logo depois, já com o Ministro Alte Serpa, foi realizada Inspeção Administrativa Militar (IAM) na COPESP, conduzida pelo DGMM (nunca havia sido feita tal inspeção, a que, periodicamente, submetem-se todas as OM da MB), quando foram detectados diversos deslizes, que obrigaram a apurações mais detalhadas e a correções de procedimentos. Isso e a necessidade de integração do projeto ao conjunto Marinha, recomendaram que, com a passagem compulsória do Alte. Othon para a reserva, de acordo com a legislação em vigor, fosse naturalmente substituído e reorientado o rumo do projeto.

Falarei dos classe Tupi quando respondendo a pergunta seguinte.

Complemento da pergunta:

“Posso também entender do texto que o desenvolvimento do submarino nuclear visava a dotar a MB de um submarino de ataque (ou SSN) e não de um submarino lançador de mísseis balísticos (um SSBN)?

Há países, como a França e, agora, a Índia, que resolveram construir, de início, um SSBN, ao contrário dos americanos e russos, que fizeram primeiro vários SSN.”

Continuação da resposta:

O Projeto da Marinha sempre foi o da construção de um submarino nuclear e nunca cogitou de armas atômicas. Visava, portanto, um SSN, pois as justificativas estratégicas em que se baseava jamais cogitaram de um SSBN como já exposto anteriormente.

Terceira pergunta:

“ Pelo que sei, o diâmetro interno máximo do S Tupi é bem inferior ao que seria necessário para comportar um reator. Isto significa que, no passo seguinte do programa original (passagem do S-NAC1 para o S-NAC2), a Marinha teria que projetar e construir um submarino bastante diferente dos S Tupi, pois além de mais comprido, como o S-NAC1 já teria que ter diâmetro maior.

Houve alguma limitação para que a MB houvesse, na época, contratado a construção de um submarino maior que o Tupi, mesmo em outro estaleiro, o que simplificaria o problema?

Houve alguma relação deste assunto com o acordo nuclear Brasil-Alemanha, que estava em grande evidência na época?”

Terceira resposta:

Os classe Tupi nada têm a ver com os SNAC-1 e -2, salvo como formas de ganhar experiência para futuros projetos de submarinos. Veja que a Marinha, no campo dos navios de superfície, comprou o projeto das fragatas MK-10 da Vosper, construiu 4 na Inglaterra e duas no Brasil. Da experiência adquirida, nasceram o NE Brasil, com o mesmo casco das fragatas, o projeto

das Corvetas e sua última versão modificada, a CV Barroso, que vem provando ser um sucesso. De forma semelhante para os submarinos, comprou os classe Tupi da HDW, com este construído na Alemanha e os seguintes no Brasil, passando ao Tikuna, com profundas modificações projetadas aqui. O próximo passo, que inclusive deixei como determinação para o Centro de Projetos de Navios no último ano no Ministério, seria projetar um submarino convencional nacional, de efetivo valor militar e o construir, para ganhar confiança, a fim de, posteriormente, enfrentar o desafio do submarino nuclear, com ou sem ajuda de fora. Infelizmente, pouco depois de voltar da Organização Marítima Internacional (IMO), soube que o projeto havia sido abandonado, juntamente com o do Navio Patrulha oceânico, por falta de recursos e pessoal para os conduzir.

A propósito, tenho insistido com os atuais Chefes Navais para que não se comprem mais projetos de navios de superfície, pois já temos condições de os fazer, qualquer que seja a classe de navio, ainda que tenhamos de enfrentar algumas dificuldades e correções de rumo a meio caminho. O que impede é o governo não garantir os recursos de forma tempestiva e continuada, tornando o financiamento externo, associado à compra do projeto, a única forma de se conseguir novos projetos essenciais (atrasando nossa independência). Já em relação ao submarino nuclear, mormente não tendo sido cumprido o estágio do submarino convencional inteiramente brasileiro e considerando as dificuldades adicionais pelas dimensões do casco, a ajuda de fora poderia abreviar-nos de muito o processo. Verificado que os alemães e suecos não estavam em condições de o fazer, que os ingleses não o fariam por seguir estritamente a política americana, tentei a França e a Rússia sem sucesso. No caso dos russos, com quem tivemos um memorando de entendimentos pronto para assinatura, até com data marcada para Ministro deles vir assiná-lo comigo no Brasil, adiaram e o abandonaram, o que interpreto como terem avaliado que o Brasil não valeria o ônus de enfrentar a reação das potências nucleares. Para os franceses o mesmo cuidado, na época, deve ter pesado, acrescido, ainda, da esperança de fazerem a venda pura e simples de submarinos lá construídos. Senti isso nitidamente quando negocieei em Paris com o Ministro da Defesa francês.

Felizmente a situação mudou favoravelmente nos dias de hoje.

Quanto a algum relacionamento destes projetos com o acordo nuclear Brasil-Alemanha, embora não o conheça, não tenho conhecimento de nada a respeito e penso nada haver, inclusive porque, como sempre se divulgou excluía-se do acordo, explicitamente, aplicações militares.

Cargos e posições no período acima tratado:

Capitão-de-Corveta/Capitão de Fragata – Cursos de Pós-graduação em Engenharia

Eletrônica na US Naval Postgraduate School – Master of Science in Electrical Engineering; Electrical Engineer – 01/1969 a 09/1971;

Capitão-de-Mar-e-Guerra – Subchefe na SG-CSN e Chefe de Gabinete – 04/1983 a 04/1984;

Contra-Almirante – Presidente da Comissão Naval em São Paulo – 03/1986 a 04/1988;

Vice-Almirante – Diretor da Diretoria de Armamento e Comunicações da Marinha;

Comandante do 5º. DN e do 1º. DN – 04/1988 a 11/1992;

Almirante-de-Esquadra – Secretário-Geral da Marinha; Chefe do EMA; Membro do

Almirantado - 12/1992 a 12/1994;

Ministro de Estado da Marinha – 01/1995 a 12/1998

Rio de Janeiro, primeiro semestre de 2010


MAURO CESAR RODRIGUES PEREIRA
Almirante-de-Esquadra (Ref)

8.2 Consulta ao CA (Rm1) Alan Paes Leme Arthou (S Ticuna)

De: ALAN PAES LEME ARTHOU
Data: quarta-feira, 29 de junho de 2011 19:03
Para: José Augusto
Assunto: Re: Auxílio para a tese

Afirmativo.

À época eu era Diretor de Engenharia Naval e lembro bem desse valor, mas você pode entrevistar o gerente de submarinos da DEN que tem os valores corrigidos. O nome dele é Costinha. Pode falar em meu nome.

Alan

Em 26 de junho de 2011 12:46, José Augusto <jaamoura@globo.com> escreveu:

Rio, 26/06/2011

Prezado Alan

Em uma entrevista, em 2008, você me informou que o S Ticuna havia saído por US\$ 380 milhões.

Solicito que você confirme na resposta a este e-mail para que eu possa imprimi-lo e usar como referência da tese.

Um Abraço

J. Augusto

8.3 Consulta ao AE (Ref) Mauro Cesar Rodrigues Pereira sobre “Fronteira Leste”

E-mail em 18/08/2011 às 16:26

Prezado José Augusto,

Minha ideia é a de que a fronteira Leste é algo diferente do que normalmente chamamos de “fronteira”. Pra começar não é linear, mas uma superfície líquida, com liberdade de navegação acima dela (e até abaixo) onde estão nossos direitos nas águas e plataforma continental. Além disso, do “outro lado da fronteira” não há nenhum estado limítrofe e responsável, donde nossas obrigações de defesa, proteção ao patrimônio, ao meio ambiente, a salvaguarda de vida humana, vão, sem limites pelo mar adentro.

Esse foi o tema de minha palestra no recente seminário do MD sobre o Livro Branco. Como de hábito, não escrevo. Mas, a pedido de um deputado, que é relator dos royalties na Câmara e que encontrei em Angra dos Reis, pretendo fazer um esforço para rascunhar um texto, embora esteja, no momento, ainda mais atarefado do que o normal. Quando o tiver, mando-lhe cópia.

Abraços,

Mauro Cesar

De: José Augusto [mailto:jaamoura@globo.com]

Enviada em: quarta-feira, 17 de agosto de 2011 18:02

Para: Alte Mauro César

Assunto: Auxílio para a tese

Rio, 16/08/2011

Prezado Alte Mauro

No Simpósio "Amazônia Azul", realizado ano passado na Escola Naval, V.Exa fez uma apresentação em powerpoint na qual, nos slides 36 e 37, constava, como tarefa da Estratégia Naval "Impedir ataques ao Continente desde a Fronteira Leste ou da Amazônia Azul".

Até onde me lembro, durante a apresentação, V. Exa. esclareceu que a "Fronteira Leste" era o litoral africano, o que me pareceu lógico e coincidente com a figura mostrada no slide nº 7 da palestra do COMGER no mesmo simpósio, que não possui legenda, e também com a "area primária" para emprego do Poder Naval, citada na p. 461 do texto do Alte Moura Neto ("Defendendo o Pré-Sal"), constante do volume "Segurança Internacional - Perspectivas brasileiras", publicado pela FGV.

Ocorre que não encontrei nenhum texto relacionando claramente o litoral africano com o limite leste da citada tarefa.

Assim, solicito a V. Exa. responder informando se é mesmo o litoral africano, ou, em caso negativo, onde fica o "limite leste" da tarefa, e tornarei sua resposta mais um anexo da tese.

Atenciosamente

José Augusto Abreu de Moura (CMG - Ref.)

8.4 Consulta ao AE (Ref) Mauro César Rodrigues Pereira sobre projeção de poder.

Caro José Augusto,

A meu ver não podemos descartar essa possibilidade nem a de termos de neutralizar alguma base africana que apoie opositores e possíveis agressores nossos ou de nosso tráfego marítimo. Pensando em futuro remoto, essa ação poderia ocorrer até fora do Atlântico Sul.

Abraços,
Mauro Cesar

De: José Augusto [mailto:jaamoura@globo.com]

Enviada em: terça-feira, 6 de setembro de 2011 17:54

Para: Alte Mauro César

Assunto: Dúvida sobre a apresentação no simpósio "Amazônia Azul"

Rio, 06/09/2011

Prezado Alte Mauro

Na sua apresentação, no simpósio Amazônia Azul, realizado ano passado, o slide 37 informava, para a tarefa de "Impedir ataques ao Continente desde a fronteira Leste ou da Amazônia Azul", eram listadas ações de negação do uso do mar, projeção de poder e controle de áreas marítimas.

A negação e o controle são de fácil visualização, mas em que cenário V. Exa. imagina que teríamos que realizar ações de projeção para impedir ataques ao território? Para tomar alguma ilha inglesa mostrada no slide 38?

Antecipadamente agradeço

J. Augusto

8.5 – Consultas ao CMG (RM1) Paiva sobre o custo do PAEMB

Consultas por e-mail feitas em 15 e 16 /12/2011 ao Comandante Emilson Paiva, assessor de Estratégia e Relações Internacionais do Estado Maior da Armada.

Comte J Augusto,
segue um slide com os custos atualizados em dez/2011. os valores divulgados anteriormente foram superados por este.
alem disto acrescento:

Para o atendimento de seus programas prioritários e consecução de projetos em desenvolvimento, como o Programa Nuclear da Marinha, em curto prazo a MB necessita: para o ano de 2012 de 6,398 bilhões de reais; para 2013 de 6,878 bilhões de reais; 2014 de 8,131 bilhões de reais; e 2015 de 8,378 bilhões de reais, totalizando 29,785 bilhões de reais. A quantia total parece elevada, mas representa aproximadamente 0,25% do PIB atual, ao ano..

Emilson Paiva de Faria
Capitão-de-Mar-e-Guerra (RM1)
Assessor de Estratégia e Relações Internacionais
fone; 3429-1732
email: epaiva@ema.mar.mil.br

PAEMB - Alocação de Recursos

CUSTOS DO PAEMB ATÉ 2030 (bilhões de Reais)				
PAEMB (ARTICULAÇÃO, EQUIPAMENTO, CUSTEIO E PESSOAL)	CURTO PRAZO (2010 a 2015)	MÉDIO PRAZO (2016 a 2022)	LONGO PRAZO (2023 a 2030)	TOTAL (2010 a 2030)
MARINHA	27,959	84,223	111,371	223,554

Rio, 15/12/2011

Prezado Paiva

Muito Obrigado

Já coloquei suas informações na tese e listei você como fonte.

Solicito, se possível, os seguintes dados adicionais:

- o que você chama de "programas prioritários"?
- você tem alguma informação de custos após 2030? O próprio site da Marinha diz que alguns projetos serão completados após esse ano, e palestra do PRM em 2009, cujos dados estão defasados, informava algo em torno de US\$ 15 bilhões.

Antecipadamente agradeço

1) Prioritários são os que recebem prioridade se não for aprovado o PAEMB na integra., como acho que será o caso.

2) **afir confirmo o valor , após 2030 : US \$ 15.625,71 milhoes.**

Emilson Paiva de Faria
 Capitão-de-Mar-e-Guerra RM1
 Assessor de Estratégia e Rel. Internacionais
 Estado-Maior da Armada
 Fone; (61) 3429.1732
 email: epaiva@ema.mar.mil.br

Rio, 18/12/2011

Prezado Paiva

Solicito informar se o míssil a ser usado pelo S-BR e pelo SN-BR será mesmo o SM-39, como noticiado ano passado e cujas versões para uso em navios (MM40) e aeronaves (AM39) já são usadas pela MB.

Antecipadamente agradeço

José Augusto (CMG - RM1)

Isto ainad não foi tratado para o SB nuclear para o SB Escorpene, não terá missil

Emilson Paiva de Faria
 Capitão-de-Mar-e-Guerra RM1
 Assessor de Estratégia e Rel. Internacionais
 Estado-Maior da Armada
 Fone; (61) 3429.1732
 email: epaiva@ema.mar.mil.br

8.6 – Consulta ao Contra-Almirante (RM1) Wellington Liberatti, coordenador do Programa de Modernização dos Submarinos classe Tupi e obtenção dos S-BR (MODSUB)

Prezado José Augusto

Seguem as respostas abaixo, em azul.

Abraço

Wellington

José Augusto Abreu de Moura (CMG - RM1)

----- Original Message -----

From: [José Augusto](#)

To: [CA \(RM1\) Wellington](#)

Sent: Tuesday, June 14, 2011 6:47 PM

Subject: Consulta

Rio, 14/06/2011

Do: CMG (RM1) José Augusto (EGN)

Para: CA (RM1) Wellington (MODSUB)

Como acertado ao telefone, aqui vão algumas perguntas para minha tese, em complemento à entrevista que fiz com você em abril de 2008.

Solicito que, se não puder responder, indique a quem devo perguntar.

Perguntas:

1 – Sobre a modernização dos S classe Tupi/Ticuna (Há um tópico da tese em que eu trato disso brevemente):

a) Está mantida a instalação de “flank arrays”?

No momento, está mantida, mas a decisão final ainda depende do resultado de algumas análises técnicas em andamento: está sendo elaborada uma modelagem em computador, pelo Naval Undersea Warfare Center (NUWC) da USNavy, para avaliar os impactos da instalação do flank array sobre o comportamento do submarino, particularmente os efeitos sobre a manobrabilidade, entre outros.

b) O novo sistema de combate (da Lockheed Martin) inclui a capacidade de lançar míssil além do lançamento do torpedo MK48 Mod6AT?

Não inclui, porque não faz parte dos RAN das classes Tupi e Tikuna, nem houve intenção da MB em incluir tal armamento nesses submarinos.

c) Caso afirmativo, qual o míssil, SM39 ou Harpoon?

Ver resposta anterior.

2 – Sobre os Scorpène:

Até onde sei, eles não terão AIP, o que pareceria ser interessante operativamente. Solicito informar as considerações que determinaram essa opção. Esta pergunta se prende a um tópico em que eu trato brevemente das vantagens e desvantagens da AIP.

Os S-BR não terão AIP. As razões da decisão da MB levaram em conta os custos, que elevariam o preço final de um programa já bastante caro e que limitariam sua aceitabilidade pelo Governo; o fato de que o AIP é mais interessante, em termos de custo / benefício, para Marinhas que empregam seus submarinos a menores distâncias de suas bases, o que não é o caso do Brasil, cujas zonas de patrulha (ZP) previsíveis ficam muito afastadas, implicando grandes trânsitos e permanência nessas ZP. O AIP, esgotada sua capacidade, resultaria em instalação a ser carregada pelo submarino, pelo restante da comissão, sem utilidade prática.

Antecipadamente agradeço

José Augusto Abreu de Moura (CMG – RM1) - Instrutor da EGN e doutorando da UFF